Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
FERNANDO SCHEIDT MADER

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 12 de Abril de 2024 - Edição nº 3640 - 214 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 6
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 6
Ouvidoria Geral 6
Escola Judicial do Paraná 6
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 10
Atos da 1ª Vice-Presidência 10
Atos da 2ª Vice-Presidência 10
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 12
NUPEMEC 12
Secretaria Especial da Presidência 12
Concursos 12
Secretaria 12
Secretaria Geral 14
Vice-Secretaria Geral 14
Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios 14
Departamento da Magistratura 17
Processos do Órgão Especial 85
Processos do Conselho da Magistratura 85
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 85
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 99
Departamento Econômico e Financeiro 99
Departamento do Patrimônio 100
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 102
Departamento de Engenharia e Arquitetura 102
Departamento Judiciário 102
Divisão de Distribuição 102
Seção de Preparo 102
Seção de Mandados e Cartas 102
Divisão de Processo Cível 102
Divisão de Processo Crime 102
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 102
Processos do Órgão Especial 102
FUNREJUS 102
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 102
Departamento de Gestão de Precatórios 102
Corregedoria da Justiça 104
Plantão Judiciário Capital 104
Divisão de Concursos da Corregedoria 108
Conselho da Magistratura 108
Comissão Int. Conc. Promoções 108
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 108
Comissão Permanente de Avaliação Documental 108
Comarca da Capital 108
Direção do Fórum 108
Cível 108
Crime 108
Fazenda Pública 108
Família 112
Delitos de Trânsito 112
Execuções Penais 112
Tribunal do Júri 112
Infância e Juventude 112
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 112
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 112
Precatórias Criminais 112
Auditoria da Justiça Militar 112
Central de Inquéritos 112
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 112
Concursos 112
Comarcas do Interior 112
Direção do Fórum 112
Plantão Judiciário 112
Cível 112
Crime 112
Juizados Especiais 112
Concursos 112
Família 112
Execuções Penais 112
Infância e Juventude 112
Fazenda Pública 113
Editais Judiciais 117
Conselho da Magistratura 117
Capital 117
Interior 136
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 213

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 5030/2024 - P-SEP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088110, originado em razão do protocolizado sob nº 0158789-21.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

a servidora FABÍOLA MIORANZZA TIBOLA, matrícula nº 50661, ocupante do cargo de Técnica Judiciária, para atuar na Secretaria do Crime do Juízo Único da Comarca de Manoel Ribas, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em regime de teletrabalho.

Curitiba, 4 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 5239/2024 - P-SEP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00097606, originado em razão do protocolizado sob nº 0043402-21.2024.8.16.6000, resolve

R E L O T A R

as servidoras abaixo listadas nos locais que seguem relacionados, ficando, em consequência, revogadas suas lotações anteriores:

MATR.	NOME	CARGO	LOTAÇÃO
289529	JESSICA CIPRIANI DE ALMEIDA	Técnica Judiciária	Secretaria da Vara de Delitos de Trânsito do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
52207	ARIANE FERRARI DA CRUZ VIEIRA	Técnica Judiciária	Divisão de Movimentação de Pessoal da Coordenadoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

Curitiba, 10 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 440-OE, de 08 de abril de 2024.

Altera o §1º do art. 17 da Resolução nº 106, de 26 de maio de 2014, que regulamenta o Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e define a obrigatoriedade de adesão ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus).

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, por seu colendo **ÓRGÃO ESPECIAL**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 2º da Resolução nº 522, de 18 de setembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, fixa aos órgãos integrantes do Poder Judiciário o dever de aderir aos requisitos do Moreq-Jus; e

CONSIDERANDO o contido no expediente SEI! nº 0126471-82.2023.8.16.6000,

R E S O L V E :

Art. 1º A Resolução nº 106, de 26 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 17. .....

§1º Os sistemas informatizados que produzem documentos arquivísticos atenderão aos requisitos e metadados definidos no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário - MoReq-Jus, nos termos da Resolução CNJ n° 522, de 18 de setembro de 2023.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Estiveram presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e a Excelentíssima Senhora Desembargadora: Luiz Fernando Tomasi Keppen, Ramon de Medeiros Nogueira (substituindo o Des. Telmo Cherem), Carvílio da Silveira Filho, Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Rogério Luís Nielsen Kanayama, Lauro Laertes de Oliveira, Antonio Renato Strapasson, Hamilton Mussi Corrêa, Miguel Kfouri Neto, Eugênio Achille Grandinetti, Hayton Lee Swain Filho, Luiz Carlos Gabardo, Paulo Cezar Bellio, Jorge de Oliveira Vargas, Joeci Machado Camargo, José Sebastião Fagundes Cunha, Espedito Reis do Amaral, Roberto Portugal Bacellar, Fabian Schweitzer, Francisco Cardoso de Oliveira e Andrei de Oliveira Rech.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 438-OE, de 08 de abril de 2024.

Altera a Resolução n.º 329, de 14 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Gestão da Inovação do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, por seu **Órgão Especial**, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a necessidade de atender ao princípio da eficiência do serviço público, conforme previsto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, por meio do aprimoramento da prestação jurisdicional com medidas de inovação;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que versa sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 395, de 7 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário;
CONSIDERANDO os objetivos 9 e 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, que visam, entre outros aspectos, a fomentar a inovação e a promover o acesso à justiça com a participação da sociedade; e
CONSIDERANDO o contido no expediente SEI n.º 0035685-55.2024.8.16.6000,

R E S O L V E :

Art. 1º A Resolução n.º 329, de 14 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:
*"**Art. 6º** O Programa de Gestão da Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná será desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação." (NR)*
*"**Art. 7º** O Programa de Gestão da Inovação será coordenado pelo Coordenador de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça." (NR)*
*"**Art. 8º** O Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação destina-se a realizar estudos, pesquisas, criação e desenvolvimento de projetos e programas inovadores, visando ao aprimoramento das atividades judiciais e administrativas." (NR)*
*"**Art. 9º** O Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) é constituído de:*
***I** - Supervisão;*
***II** - Conselho;*
***III** - Coordenação;*
***IV** - Assessoria;*
***V** - TJPRlab.*
***§ 1º** O Supervisor de PD&I será um magistrado ou uma magistrada do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nomeado por seu Presidente.*
***§ 2º** O Conselho de PD&I será composto por até três magistrados ou magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nomeados por seu Presidente.*
***§ 3º** A Presidência do Conselho de PD&I será responsabilidade do Supervisor de PD&I.*
***§ 4º** A Coordenação de PD&I será exercida por servidor efetivo designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que será responsável pela Assessoria e pelo TJPRlab, respondendo ao Supervisor de PD&I." (NR)*
*"**Art. 10.** O Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação será composto por equipe com formação multidisciplinar, dentre magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná." (NR)*
*"**Art. 11.** Compete ao Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:*
....." (NR)
*"**Art. 12.** À Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação compete:*
***I** - promover a administração do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;*
***II** - assessorar o Presidente em assuntos de competência do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;*
***III** - programar, organizar, dirigir, orientar e coordenar as atividades do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;*
***IV** - supervisionar a atuação da Assessoria e do TJPRlab para o fiel cumprimento das determinações superiores." (NR)*
*"**Art. 13.** À Assessoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação compete:*
.....
***III** - assessorar e dar suporte à implementação de projetos de inovação da Cúpula Diretiva, das unidades administrativas e do primeiro e segundo graus de jurisdição, em trabalho conjunto com o TJPRlab;*
....." (NR)
*"**Art. 14.** Ao TJPRlab compete:*
***I** - mapear e atuar nos programas e nos projetos desenvolvidos pela Rede de Inovação do Poder Judiciário, instituída pela Resolução n.º 395, de 7 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;*
***II** - assessorar e dar suporte à implementação de projetos de inovação da Cúpula Diretiva, das unidades administrativas e do primeiro e segundo graus de jurisdição;*
***III** - propor parcerias com outros Laboratórios de Inovação para o desenvolvimento de atividades conjuntas;*
***IV** - fomentar a participação cidadã na concepção de projetos inovadores no Poder Judiciário paranaense;*
***V** - promover os processos de formação e de capacitação na área da inovação, em trabalho conjunto com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;*
***VI** - prestar assessoramento, planejar e implementar os projetos de inovação da Presidência relacionados à tecnologia e informática.*
***Parágrafo único.** Os trabalhos e projetos desenvolvidos pelo TJPRlab que envolvam soluções tecnológicas serão acompanhados e implementados em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação." (NR)*
*"**Art. 15.** O Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação poderá ser nominado como Laboratório de PD&I ou TJPRlab. " (NR)*
*"**Art. 16.** Os trabalhos realizados no Programa de Gestão da Inovação devem estar em consonância com as diretrizes institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná." (NR)*
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Estiveram presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e a Excelentíssima Senhora Desembargadora: Luiz Fernando Tomasi Keppen, Ramon de Medeiros Nogueira (substituindo o Des. Telmo Cherem), Carvílio da Silveira Filho, Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Rogério Luís Nielsen Kanayama, Lauro Laertes de Oliveira, Antonio Renato Strapasson, Hamilton Mussi Corrêa, Miguel Kfouri Neto, Eugênio Achille Grandinetti, Hayton Lee Swain Filho, Luiz Carlos Gabardo, Paulo Cezar Bellio, Jorge de Oliveira Vargas, Joeci Machado Camargo, José Sebastião Fagundes Cunha, Espedito Reis do Amaral, Roberto Portugal Bacellar, Fabian Schweitzer, Francisco Cardoso de Oliveira e Andrei de Oliveira Rech.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 437-OE, de 08 de abril de 2024.

Transforma a 61ª Vara Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ora denominada 11ª Vara Criminal, na 2ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e altera a Resolução nº 93, de 12 de agosto de 2013, que estabelece a nomenclatura e competência das varas judiciais no Estado do Paraná.
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, por seu **Órgão Especial**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO que a especialização promove significativo aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com notável incremento na qualidade e celeridade;
CONSIDERANDO a necessidade de serem desenvolvidas políticas judiciárias que promovam a efetividade dos serviços judiciários;
CONSIDERANDO que a sobrecarga de trabalho na Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba obstaculiza a celeridade dos procedimentos relacionados a infrações penais contra crianças, adolescentes e idosos;
CONSIDERANDO a autonomia dos tribunais de Justiça na organização de suas secretarias e serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, conforme preceitua o art. 96, inciso I, alínea *b*, da Constituição da República; e
CONSIDERANDO o contido no expediente SEI 0105872-25.2023.8.16.6000:

R E S O L V E :

Art. 1º Transforma a 61ª Vara Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ora denominada 11ª Vara Criminal, na 2ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Parágrafo único. A transformação prevista no **caput** dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Resolução.
Art. 2º A partir da transformação, a distribuição de processos da competência criminal comum será interrompida para a 61ª Vara Judicial, ora denominada 11ª Vara Criminal, iniciando-se a distribuição da competência especializada.
Parágrafo único. No mesmo prazo, iniciar-se-á a redistribuição dos processos em andamento na 61ª Vara Judicial, ora denominada 11ª Vara Criminal, para as Varas Criminais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º Os processos em tramitação na 50ª Vara Judicial, atualmente denominada Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, serão redistribuídos equitativamente à 2ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
§1º A redistribuição deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução, preferindo-se os processos com data de distribuição mais recente e audiência mais distante.
§2º Não serão redistribuídos processos que por força de lei estão vinculados ao julgador.
§3º Caso necessário, a Presidência poderá expedir ato normativo complementar para regulamentação da redistribuição.
Art. 4º A Resolução nº 93, de 12 de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 138. À 50ª e 61ª Varas Judiciais, ora denominadas 1ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e 2ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos, respectivamente, é atribuída a competência Criminal especializada, cabendo-lhes, por distribuição:
....." (NR)
"Art. 139. À 51ª, 52ª, 53ª, 54ª, 55ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª, 62ª e 63ª Varas Judiciais, ora respectivamente denominadas 1ª Vara Criminal, 2ª Vara Criminal, 3ª Vara Criminal, 4ª Vara Criminal, 5ª Vara Criminal, 7ª Vara Criminal, 8ª Vara Criminal, 9ª Vara Criminal, 10ª Vara Criminal, 12ª Vara Criminal e 13ª Vara Criminal, é atribuída a competência Criminal, cabendo-lhes, por distribuição:
....." (NR)
Art. 5º Os casos omissos e as dúvidas relativas a esta Resolução serão resolvidas pela Presidência do Tribunal de Justiça, ouvido previamente, se necessário, o Corregedor-Geral da Justiça.
Art. 6º Altera o Anexo I da Resolução nº 93, de 2013, nos termos no Anexo Único desta Resolução.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Estiveram presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e a Excelentíssima Senhora Desembargadora: Luiz Fernando Tomasi Keppen, Ramon de Medeiros Nogueira (substituindo o Des. Telmo Cherem), Carvílio da Silveira Filho, Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Rogério Luís Nielsen Kanayama, Lauro Laertes de Oliveira, Antonio Renato Strapasson, Hamilton Mussi Corrêa, Miguel Kfouri Neto, Eugênio Achille Grandinetti, Hayton Lee Swain Filho, Luiz Carlos Gabardo, Paulo Cezar Bellio, Jorge de Oliveira Vargas, Joeci Machado Camargo, José Sebastião Fagundes Cunha, Espedito Reis do Amaral, Roberto Portugal Bacellar, Fabian Schweitzer, Francisco Cardoso de Oliveira e Andrei de Oliveira Rech.

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o art. 6º)

ANEXO I - DENOMINAÇÃO DAS VARAS

COMARCA / FORO	DENOMINAÇÃO DAS VARAS		
	ANTES DA LEI ESTADUAL Nº 17.585/2013	APÓS A LEI ESTADUAL Nº 17.585/2013	CONFERIDA PELA PRESENTE RESOLUÇÃO
CURITIBA	...	...	...
	12ª Vara Criminal	50ª Vara Judicial	1ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos
	...	...	...
	11ª Vara Criminal	61ª Vara Judicial	2ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos
	...	...	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 439-OE, de 08 de abril de 2024.

Cria a Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, por seu **Órgão Especial**, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 364, de 12 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da qual foi criada a Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça;
CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 544, de 11 de janeiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que altera a Resolução n.º 364, de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - e apresenta um Modelo Exemplificativo com as diretrizes para a criação de Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos nos Tribunais locais, no âmbito das respectivas jurisdições ou por meio de cooperação institucional;
CONSIDERANDO o teor da Recomendação n.º 123, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da qual se recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o exercício do controle de convencionalidade e a priorização dos julgamentos de processos afetos à jurisdição interamericana;
CONSIDERANDO a importância de se institucionalizar, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a supervisão do cumprimento das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
CONSIDERANDO a necessidade de disseminar, na Justiça do Estado do Paraná, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e de conferir maior visibilidade às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
CONSIDERANDO a conveniência de difundir, na cultura jurídica da Justiça do Estado do Paraná, maior consciência em direitos humanos e de fortalecer o controle de convencionalidade de atos normativos domésticos incompatíveis com o Sistema Interamericano dos Direitos Humanos; e
CONSIDERANDO o contido no protocolo SEI n.º 0013411-97.2024.8.16.6000,

R E S O L V E :

Art. 1º Criar a Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (UMF/TJPR).
Parágrafo único. A Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF/TJPR) será composta pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF/PR) e pelo Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH), sem prejuízo de outros setores, comissões e coordenadorias deste Tribunal.
Art. 2º Constituem funções da UMF/TJPR:
I - monitorar os processos em curso na Justiça do Estado do Paraná abrangidos pelos efeitos de sentenças, medidas provisórias e opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelas recomendações e medidas cautelares da Comissão Interamericana, bem como supervisionar o seu respectivo cumprimento;
II - divulgar oficialmente, no âmbito da Justiça do Estado do Paraná, o teor das decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, apontando o possível impacto na prestação jurisdicional exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
III - oferecer consultoria técnica e apoio logístico às Varas e às Câmaras do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para qualificação da instrução e aceleração do julgamento de processos abrangidos por decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
IV - propor a organização de mutirões ou ações de mediação ou conciliação visando ao cumprimento de decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
V - apoiar na estruturação de planos de ação para fomentar o célere cumprimento das determinações oriundas das decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos relacionadas com a jurisdição exercida pela Justiça do Estado do Paraná;

VI - propor à Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (EJUD-PR) a realização de cursos de aperfeiçoamento de magistrados sobre a jurisprudência Interamericana, controle de convencionalidade e o impacto de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na jurisdição exercida pela Justiça do Estado do Paraná, em cooperação com a Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em observância à Resolução n.º 364, de 12 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
VII - atuar como ponto de contato da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - para facilitar o cumprimento do disposto na Resolução n.º 364, de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
VIII - atuar na conscientização sobre a proteção de direitos humanos e sobre o impacto do funcionamento do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos no âmbito da Justiça do Estado do Paraná;
IX - fiscalizar e acompanhar o preenchimento dos códigos vinculados às classes, aos assuntos, aos movimentos e aos documentos nas Tabelas Processuais Unificadas em relação aos processos afetos à jurisdição Interamericana, bem como monitorar o envio periódico dos metadados desses feitos para a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud.
Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Estiveram presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e a Excelentíssima Senhora Desembargadora: Luiz Fernando Tomasi Keppen, Ramon de Medeiros Nogueira (substituindo o Des. Telmo Cherem), Carvílio da Silveira Filho, Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Rogério Luís Nielsen Kanayama, Lauro Laertes de Oliveira, Antonio Renato Strapasson, Hamilton Mussi Corrêa, Miguel Kfouri Neto, Eugênio Achille Grandinetti, Hayton Lee Swain Filho, Luiz Carlos Gabardo, Paulo Cezar Bellio, Jorge de Oliveira Vargas, Joeci Machado Camargo, José Sebastião Fagundes Cunha, Espedito Reis do Amaral, Roberto Portugal Bacellar, Fabian Schweitzer, Francisco Cardoso de Oliveira e Andrei de Oliveira Rech.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 441-OE, de 08 de abril de 2024.

Cria Regiões Administrativas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, por seu colendo **ÓRGÃO ESPECIAL**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar o princípio da eficiência, conforme preceitua o *caput* do artigo 37 da Constituição da República e da forma em relação aos seus atos;
CONSIDERANDO a autonomia administrativa dos Tribunais, que detêm competência privativa para organizar suas secretarias e serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, nos termos do art. 96, inciso I, da Constituição da República;
CONSIDERANDO que a extensão geográfica do Estado impõe a criação de estruturas administrativas centralizadas em regiões administrativas, visando à racionalização dos recursos públicos, sem prejuízo das funções dos Juízes Diretores de Fóruns;
CONSIDERANDO que a desconcentração administrativa constitui instrumento útil para a Administração, assegurando maior aproximação dos serviços aos usuários, observando critérios de eficiência, economicidade e celeridade;
CONSIDERANDO a conveniência de necessidade de aprimoramento do modelo de regionais administrativas instituídas pelo Decreto Judiciário nº 328, de 30 de abril de 1998;
CONSIDERANDO o contido no expediente eletrônico SEI nº 0046588-52.2024.8.16.6000,

R E S O L V E :

Art. 1º Cria Regiões Administrativas Judiciárias constituídas pelo agrupamento de comarcas contíguas, submetidas administrativamente à Presidência do Tribunal de Justiça, visando à desconcentração das atividades administrativas.
Art. 2º As Regiões Administrativas ora criadas, com sede nas comarcas que lhes dão nome, exceção à primeira, e constantes do mapa em anexo, são as seguintes:
I - a Primeira, denominada Região Administrativa da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, abrangendo a Capital, onde será sua sede, e as Comarcas de Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Guaratuba, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pinhais, Piraquara Pontal do Paraná, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.
II - a Segunda, denominada Região Administrativa de Ponta Grossa, abrangendo Ponta Grossa, Imbituva, Ipiranga, Jaguariaíva, Mallet, Palmeira, Piraí do Sul, Rebouças, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Teixeira Soares, Tibagi, Castro, Irati, Lapa, Rio Negro, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba e União da Vitória;
III- a Terceira, denominada Região Administrativa de Guarapuava, abrangendo Guarapuava, Cândido de Abreu, Cantagalo, Ireatama, Manoel Ribas, Palmital, Pinhão, Prudentópolis, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul e Pitanga;
IV - a Quarta, denominada Região Administrativa de Francisco Beltrão, abrangendo Francisco Beltrão, Barracão, Clevelândia, Coronel Vivida, Mangueirinha, Realeza, Salto do Lontra, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Palmas, Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste;
V - a Quinta, denominada Região Administrativa de Foz do Iguaçu, abrangendo Foz do Iguaçu, Matelândia, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Medianeira;
VI - a Sexta, denominada Região Administrativa de Cascavel, abrangendo Cascavel, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Corbélia, Formosa do Oeste, Guaraniaçu, Mamborê, Quedas do Iguaçu, Ubiratã, Assis Chateaubriand, Capanema, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo;
VII - a Sétima, denominada Região Administrativa de Umuarama, abrangendo Umuarama, Alto Piquiri, Altônia, Cidade Gaúcha, Icaraíma, Nova Londrina, Pérola, Santa Isabel do Ivaí, Terra Roxa, Xambrê, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Guaíra, Iporã e Loanda;
VIII - a Oitava, denominada Região Administrativa de Maringá, abrangendo Maringá, Alto Paraná, Barbosa Ferraz, Centenário do Sul, Engenheiro Beltrão, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Paraíso do Norte, Paranacity, São João do Ivaí, Terra Boa, Terra Rica, Astorga, Campo Mourão, Colorado, Marialva, Nova Esperança, Paranavaí, Peabiru e Sarandi;
IX - a Nona, denominada Região Administrativa de Londrina, abrangendo Londrina, Congonhinhas, Faxinal, Grandes Rios, Marilândia do Sul, Nova Fátima, Ortigueira, Primeiro de Maio, São Jerônimo da Serra, Sertanópolis, Uraí, Apucarana, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Cornélio Procópio, Ibiporã, Porecatu e Rolândia;
X - a Décima, denominada Região Administrativa de Jacarezinho, abrangendo Jacarezinho, Arapoti, Cambará, Carlópolis, Curiúva, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Siqueira Campos, Tomazina, Andirá, Bandeirantes, Ibaiti, Santo Antônio da Platina e Wenceslau Braz.
Art. 3º O Presidente do Tribunal de Justiça designará magistrados ou magistradas para integrar comissão responsável pela supervisão das respectivas Regionais Administrativas, sem afastamento da jurisdição.
Art. 4º Decreto Judiciário disporá sobre as atribuições específicas das Regiões Administrativas, dos locais de funcionamento e das suas supervisões.
Art. 5º As Secretarias do Tribunal de Justiça devem observar, na organização e execução de seus serviços, a divisão administrativa por Regiões Judiciárias estabelecidas nesta Resolução.
Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 08 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Estiveram presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e a Excelentíssima Senhora Desembargadora: Luiz Fernando Tomasi Keppen, Ramon de Medeiros Nogueira (substituindo o Des. Telmo Cherem), Carvílio da Silveira Filho, Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Rogério Luís Nielsen Kanayama, Lauro Laertes de Oliveira, Antonio Renato Strapasson, Hamilton Mussi Corrêa, Miguel Kfouri Neto, Eugênio Achille Grandinetti, Hayton Lee Swain Filho, Luiz Carlos Gabardo, Paulo Cezar Bellio, Jorge de Oliveira Vargas, Joeci Machado Camargo, José Sebastião Fagundes Cunha, Espedito Reis do Amaral, Roberto Portugal Bacellar, Fabian Schweitzer, Francisco Cardoso de Oliveira e Andrei de Oliveira Rech.

Concursos

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

Edital Nº 747/2024

EDITAL Nº 747/2024

PROCESSO SELETIVO PARA CHAMAMENTO E SELEÇÃO DE TUTOR E COORDENADOR DE TUTORIA DO CURSO DE TÉCNICO CUMPRIDOR DE MANDADOS - 2024, OFERTADO PELA ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ - EJUD-PR

PREÂMBULO - O Diretor da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EJUD-PR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do edital de chamamento e seleção de docentes, na modalidade à distância, para o exercício das atividades de tutoria e coordenador de tutoria do Curso de Técnico Cumpridor de Mandados - 2024, no âmbito da EJUD-PR nos termos do Decreto Judiciário Nº 350/2021 e Lei Estadual n.º 17.250/2012.

1 DO OBJETO (DISPOSIÇÕES GERAIS)

1.1 O objeto do presente procedimento consiste na seleção de docentes para as funções de tutoria e coordenador de tutoria do Curso de Cumpridor de Mandados, a ser ofertado pela EJUD-PR.

1.2 Este processo seletivo é destinado aos servidores e servidoras com cargo de provimento EFETIVO deste Poder Judiciário do Estado do Paraná, **que exercem a função de técnicos cumpridores de mandados,** com Portaria de Designação **ou o cargo de Oficial de Justiça**.

1.3 Este edital terá validade de **01 (um) ano,** a contar da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

1.4 Os direitos autorais dos conteúdos e materiais produzidos pelo docente, assim como o uso da imagem e voz contidos nas gravações de aulas e nos materiais didáticos audiovisuais, deverão ser cedidos, sem exclusividade, total e definitivamente, à EJUD-PR, para a finalidade específica de utilização em programas de formação e aperfeiçoamento, na forma do art. 15 do Decreto Judiciário nº 350/2021 (Anexo IV).

2 DESCRIÇÃO DO CURSO

2.1 A organização curricular e o consequente desenho geral do curso se darão por meio das seguintes Unidades de Aprendizagem:

Unidade I - Introdução ao Trabalho de Cumpridor de Mandados;

Unidade II - Habilidades Sociais no Trabalho do Técnico Cumpridor de Mandados;

Unidade III - Procedimentos e Prática Aplicáveis aos Atos de Comunicação Processual;

Unidade IV - Práticas Aplicáveis a Procedimentos Específicos; Unidade V - Sistemas Informatizados no cumprimento de Mandados; Unidade VI - Redação de Certidões.

2.2 As Unidades de Aprendizagem serão desenvolvidas integralmente a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJUD-PR.

2.3 O estudante deverá demonstrar aquisição de competências em cada um dos módulos que compõem as unidades de aprendizagem, sendo que o desempenho de cada estudante deverá ser avaliado individualmente, de modo processual, de acordo com sua evolução nas unidades de aprendizagem e sua participação nas discussões propostas no decorrer do curso.

2.4 O curso está estruturado em 06 (seis) Unidades de Aprendizagem com carga horária total de 40 (quarenta) horas, as quais serão ofertadas totalmente a distância, no Ambiente Virtual da EJUD, com previsão de início para 13/04/2023.

2.5 Cada turma será composta por até 40 (quarenta) alunos e 1 (um) tutor.

2.6 Os conteúdos, atividades e recursos desenvolvidos para as Unidades de Aprendizagem que compõem o curso, foram definidos pela EJUD, conforme Anexo I - Conteúdo e Atividades do Plano de Curso, observadas a atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial referente ao tema e a conformidade do texto com as regras da língua portuguesa, assim como as demais regras previstas no Decreto 350/2021;

2.7 Haverá um coordenador de tutoria, a ser escolhido dentre os tutores e tutoras selecionados, e que demonstrarem interesse em desempenhar essa função, marcando essa opção no formulário de inscrição, aquele de maior pontuação, e que seja considerado apto / apta e com disponibilidade para exercer a função.

3 DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Ser servidor ou servidora com cargo de provimento EFETIVO e ATIVO deste Poder Judiciário do Estado do Paraná, **e exercer a função de técnico cumpridor de mandados,** com Portaria de Designação ou estar no cargo de Oficial de Justiça.

3.2 Não estar usufruindo de licença ou afastamento previsto nos artigos 105 e 139 da Lei Estadual 16.024/08.

3.3 Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância acusatória, assim como não estar cumprindo penalidade disciplinar, no período de 02 (dois) anos que antecedem a data de publicação deste Edital.

3.4 Não ter sido desabilitado ou descredenciado, não ter descumprido condições preestabelecidas no projeto do curso e não ter desistido de ação formativa prévia a que foi convocado, salvo justificativa apresentada acolhida pelo Diretor-Geral da EJUD-PR, pelo período de 6 meses que antecedem a data de publicação deste Edital.

3.5 Possuir disponibilidade para realizar as atividades solicitadas fora do horário do expediente regulamentar e sem prejuízo das atuais funções.

3.6 Ter participado de curso de formação de formadores realizado ou credenciado pela ENFAM, **ou** curso de "formação pedagógica para instrutoria" realizado pela EJUD-PR **ou** comprovar a participação em curso similar, **ou ainda**, comprovar experiência em instrutoria/docência presencial e/ou a distância.

3.7 Estar ciente e de acordo com o disposto nos anexos II, III e IV deste Edital, que deverão ser entregues em caso de convocação.

4 DAS FUNÇÕES, ATIVIDADES E ATRIBUIÇÕES

4.1 Os interessados na atuação docente no curso objeto deste edital poderão exercer as atribuições na forma do art. 3º do Decreto 350/2021 e item 4 deste edital, conforme disposto a seguir:

4.2 Ao **Tutor** compete:

I - elaborar plano de tutoria de acordo com a orientação pedagógica da escola;

II - atualizar e complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno;

III - desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos;

IV - gerenciar as relações entre os participantes do curso, estimulando a cooperação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a prática colaborativa;

V - planejar atividades de aplicação do conteúdo;

VI - proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer quanto ao final do curso;

VII - manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual.

4.3 Ao **Coordenador de Tutoria** compete:

I - coordenar a elaboração do plano de tutoria;

II - acompanhar a atuação e o desempenho dos tutores;

III - promover a integração entre os tutores, mediando a comunicação de conteúdo entre eles;

IV - conduzir o desenvolvimento do curso, de forma a garantir um mínimo de uniformidade em relação às atividades propostas e aos critérios avaliativos, bem como a unicidade de forma e conteúdo oferecidos pelos tutores para as diversas turmas de um mesmo curso ou disciplina;

V - prestar suporte técnico aos tutores no desenvolvimento das atividades no ambiente virtual de aprendizagem;

VI - repassar aos tutores, antes do início do curso, orientações quanto às diretrizes pedagógicas e metodológicas da escola;

VII - proceder à avaliação individualizada de cada tutor, mencionando eventuais sugestões para melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

VIII - na ausência de tutor específico, auxiliar os discentes na busca de soluções para dirimir as dúvidas suscitadas no desenvolvimento do curso.

5 DAS VAGAS

5.1 Serão disponibilizadas até 02 (duas) vagas para tutor, com cadastro de reserva em caso de desclassificação ou necessidade de abertura de mais turmas e 01(uma) vaga para coordenador de tutoria, em caso de haver efetivamente 2 (duas) turmas.

5.2 A aprovação no processo de credenciamento não implica em obrigatoriedade de contratação pela Escola.

6 DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

6.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via internet pelo formulário eletrônico de habilitação, disponível no link (https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/frm.do?idFormulario=6444), acompanhado de:

a) *Curriculum Lattes* atualizado (link);

b) Portaria de Designação para exercer a função de cumpridor de mandados ou nomeação ao cargo de Oficial de Justiça;

c) Informação sobre eventual experiência de instrutor ou tutor na área, em órgão ou instituição de ensino;

d) Lotação atual e disponibilidade;

e) Histórico funcional comprovando experiência na área;

6.2 As inscrições estarão disponíveis das **00h00min de 15/04/2024 às 23h59min de 26/04/2023** e poderá ser reaberta a qualquer tempo pela EJUD, desde que dentro do prazo de validade do presente edital.

6.3 O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da EJUD-PR.

6.4 A EJUD-PR não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.5 Todas as informações prestadas em atendimento aos procedimentos de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Escola Judicial do Paraná do direito de excluir do Processo Seletivo, em qualquer tempo, o candidato que não prestar informações de forma completa e correta, ou fornecer dados comprovadamente inverídicos, ou ainda não atender os requisitos e exigências deste Edital.

6.6 Os interessados poderão optar por mais de uma função descrita neste edital: tutor e/ou coordenador de tutoria.

6.7 Ao preencher o formulário, o candidato à docente se compromete, caso convocado, a apresentar as documentações conforme disposto no item 22 do Decreto Judiciário Nº 350/2021.

6.8 O docente deverá manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a EJUD-PR não se responsabilizará por inconsistências de dados.

6.9 O preenchimento do formulário de inscrição estabelece o entendimento de que o docente concorda e se sujeita a todos os termos do presente Edital e Anexos.
7 DA HABILITAÇÃO DO DOCENTE
7.1 A habilitação consiste na análise e apreciação documental da regularidade jurídica e fiscal dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras inscritos no processo de seleção.
7.2 Serão consideradas na habilitação a validade e compatibilidade da documentação, que deverá ser apresentada após a convocação.
7.3 A habilitação no processo não implica em obrigatoriedade de contratação pela Escola.
7.4 A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada em sistema de rodízio. O primeiro classificado na lista será convocado para a realização do primeiro serviço e assim sucessivamente, durante a vigência do CREDENCIAMENTO.
7.5 A cada serviço solicitado, a Coordenação Executiva da EJUD-PR atualizará a sequência de CREDENCIADOS, passando para o final da lista o CREDENCIADO que recebeu a última solicitação.
7.6 Excepcionalmente, poderá haver contratação de credenciados que não estejam na prioridade do rodízio quando acarretar na diminuição de gastos públicos e desde que justificado pela unidade demandante.
8 DA SELEÇÃO
8.1 Os interessados que preencherem os requisitos e as condições indicadas neste edital serão avaliados e classificados conforme quadro do item 8.3.
8.2 A aprovação no processo de seleção não implica na obrigatoriedade de contratação do tutor, tutora, coordenador de tutoria para o curso de Cumpridor de Mandados.
8.3 Os currículos submetidos ao processo seletivo serão analisados pela Comissão Multidisciplinar a qual terá como critérios de análise os seguintes itens:

Itens		**Pontos**	**Pontuação Máxima**
Formação acadêmica (será considerada apenas a de maior pontuação)	Doutorado	05	05
	Mestrado	04	
	Especialização	03	
	Graduação	02	
Experiência Docente	Atuação como instrutor de curso presencial (mais de 10 horas-aula)	05 (cada curso)	25
	Atuação prévia **voluntária** na ESEJE/ EJUD	05 pontos (cada curso)	25
	Experiência no uso de ambientes virtuais de aprendizagem como instrutor ou tutor	05 (cada curso)	25
	Evento na condução de oficina, seminário, palestra, workshop, minicurso (até 10 horas-aula)	02 (por evento)	10
Cursos de Aperfeiçoamento nos últimos 5 anos	Participação em evento de capacitação correlato à área do curso pretendido	02 (por evento)	10
Pontuação Máxima			**100**

8.4 Somente serão pontuados os itens comprovados e inseridos no campo "Comprovantes" Os comprovantes deverão ser agrupados no mesmo arquivo. 8.5 Não serão contabilizados certificados enviados após a inscrição formalizada pelo candidato, ainda que citados na inscrição, porém não comprovados.
8.6 Serão utilizados como critérios de desempate:
a) Ter atuado como voluntário em cursos da ESEJE/EJUD;
b) Experiência na área da atividade de capacitação (data da Portaria de Designação ou entrada em exercício para o cargo de Oficial de Justiça)
c) Maior titulação do candidato;
d) Maior idade;
8.7 Uma vez selecionado, o docente passará a fazer parte do Banco de Docentes da EJUD-PR. Os integrantes credenciados no Banco de Docentes deverão participar do Programa de Formação de Formadores, para ações formativas específicas como formadores, tutores e instrutores.
8.8 Os formadores deverão ter participado de curso de formação de formadores realizado ou credenciado pela ENFAM, ou curso de "formação pedagógica para instrutoria" realizado pela EJUD-PR ou comprovar a participação em curso similar, ou ainda, comprovar experiência em instrutoria/docência presencial e/ou a distância.
8.9 A EJUD-PR, por si e por seus colaboradores, se compromete a atuar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, para a proteção dos dados informados na inscrição da presente seleção.
8.9.1 A EJUD-PR manterá e utilizará medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acessos não autorizados, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
9 DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
9.1 A listagem dos aprovados, de acordo com a pontuação do candidato conforme prevê o item 8, será publicada no site da Escola Judicial do Paraná https://ejud.tjpr.jus.br/ e no Diário da Justiça Eletrônico.
9.2 Os participantes deste Processo Seletivo poderão solicitar a reconsideração do resultado preliminar através do e-mail atendimento.ead@tjpr.jus.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação do resultado.
9.3 O resultado dos recursos especificará apenas a condição do seu julgamento, estando a íntegra da fundamentação à disposição do interessado, caso ele a solicite através do e-mail atendimento.ead@tjpr.jus.br.
9.4 A ciência e a obediência ao disposto nesse Edital são de responsabilidade do candidato.
10 DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA
10.1 Os tutores e coordenador de tutoria selecionados receberão por hora/aula a retribuição financeira definida no art. 20 da Lei Estadual n.º 17.250/2012. [1]
10.2 A retribuição financeira para a atividade de docência não poderá exceder o equivalente a 120 horas anuais, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo Diretor-Geral da EJUD-PR, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas anuais.
10.3 A realização de atividade docente por servidores e servidoras deste Poder Judiciário, quando desempenhada durante a jornada de trabalho será enquadrado na situação de voluntário e deverá assinar termo específico disponível no Anexo II deste Edital.
10.4 O pagamento das atividades previstas no item 4 e detalhadas no Anexo I- CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO Plano de Curso deste Edital, será realizado após a conclusão da atividade e em expediente próprio, mediante apresentação de atestado dos serviços prestados pela EJUD-PR.
10.5 O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná arcará com as despesas relativas a este processo seletivo. Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste chamamento público de seleção de docentes deverão onerar a dotação pertinente do Projeto/Atividade da Gestão da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR, observado o princípio da anualidade, e serão objetos de reserva individual em cada processo de seleção.
11 DA ATIVIDADE DOCENTE
11.1 O servidor ou servidora selecionados atuarão como docentes, em regime de não exclusividade, não gerando qualquer direito de vínculo.
11.2 No desempenho desse papel, os profissionais incumbir-se-ão da condução dos cursos de acordo com os referenciais educacionais da Escola Judicial do Paraná, particularizando-se a orientação para o ensino teórico- aplicado e o uso de metodologias adequadas à capacitação de adultos.
11.3 Os tutores e coordenador de tutoria selecionados serão convocados conforme oferta da capacitação e de acordo com a conveniência da EJUD- PR.
11.4 As convocações serão feitas por meio eletrônico, endereçadas ao e-mail informado pelo credenciado.
11.5 O formador que, injustificadamente, faltar as atividades ou desistir de ministrar o curso após a sua divulgação, ficará impedido, pelo prazo de 06 9seis) meses, a contar da data de início da respectiva ação, de atuar em futuros treinamentos na EJUD-PR, conforme artigo 17 do Decreto Judiciário de n.° 350/2021.
12 DAS HIPÓTESES DE DESCLASSIFICAÇÃO
12.1 A Escola Judicial do Estado do Paraná poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidas após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade física, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso a qualquer título, sendo devido ao docente, até a data do seu descredenciamento, o recebimento das horas-aulas ministradas.
12.1.1 O descredenciamento será feito através de notificação escrita encaminhada ao mensageiro do credenciado.
12.2 Fica assegurado desclassificado o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a possibilidade de interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento da notificação, sendo avaliadas suas razões pela Coordenação da EJUD-PR, que opinará em 5 (cinco) dias úteis, mediante parecer jurídico da Consultoria Jurídica da EJUD-PR e a submeterá à Diretoria da Escola Judicial para tomada de decisão.
12.3 O docente que for descredenciado conforme as hipóteses do item 12.1, só poderá efetuar novo credenciamento, após decorrido o prazo de 01 (um) ano do seu descredenciamento, estando submetido a prazo inferior quando devidamente justificado à critério da Direção da EJUD-PR.
12.4 O rompimento do vínculo entre o docente e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por qualquer razão, enseja o imediato cancelamento do respectivo credenciamento.
13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 A seleção e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação, incumbindo unicamente à Escola Judicia do Paraná a avaliação sobre a viabilidade da efetiva realização do curso ou necessidade de seleção de novos conteudistas e tutores.
13.2 A Escola Judicial do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.3 O docente e a docente selecionados cederão à EJUD-PR os direitos autorais referentes ao material didático-pedagógico elaborado em atenção ao presente Edital, expressamente, mediante assinatura de Termo de Cessão no Anexo IV.
13.4 Os profissionais selecionados deverão manter currículo atualizado no Banco de Instrutores Internos da Escola Judicial do Paraná e na Plataforma Lattes, bem como manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a EJUD-PR não se responsabilizará por inconsistências de dados.
13.5 As normas, portarias e resoluções do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como as da EJUD-PR aplicam-se, no que couberem, ao presente chamamento público.

13.6 Maiores informações poderão ser obtidas junto à Escola Judicial do Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h, pelo endereço eletrônico atendimento.ead@tjpr.jus.br ou ainda pelo número (41) 3200-4402 (também respondido via WhatsApp pelo mesmo número).
13.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação e pela Direção da EJUD-PR.
13.8 Constituem partes integrantes deste Edital os seguintes anexos: Anexo I - Conteúdo e Atividades do Plano de Curso
Anexo II - Termo de Declaração de Ciência da Atividade Docente
Anexo III - Termo de Declaração de Quantitativo de Horas Remuneradas Anuais
Anexo IV - Termo de Cessão
13.9 Qualquer cidadão(ã) poderá impugnar fundamentadamente este Edital ou suas eventuais alterações, por meio do endereço eletrônico atendimento.ead@tjpr.jus.br, até 2 (dois) dias úteis após a publicação do ato.
13.9.1. O(A) impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem que será objeto de impugnação e sua fundamentação.
13.9.2. Os pedidos de impugnação serão julgados pela EJUD-PR.
13.9.3. Não caberá recurso administrativo contra a decisão acerca da impugnação.
13.9.4. As respostas às impugnações serão encaminhadas ao endereço eletrônico do(a) impugnante até 2 (dois) dias úteis do término do prazo de impugnação.
Curitiba, 04 de abril de 2024.
Desembargador RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA Diretor-Geral da EJUD-PR
ANEXO I - CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CURSO
DOCUMENTOS INSERIDOS NO EXPEDIENTE SEI 0039014- 75.2024.8.16.6000
ANEXO II
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA ATIVIDADE DOCENTE
Eu, ..., inscrito(a) no CPF sob o nº ..... DECLARO que estou ciente e de acordo com as informações descritas no Projeto de Curso ....., nos artigos 3º ao 7º do Decreto Judiciário nº 350/2021, especialmente quanto às atribuições e à remuneração da atividade docente que estarei exercendo, conforme o art. 18 e 25, do referido decreto.
Declaro ainda, estar ciente do contido no art. 20 da Lei Estadual nº 17.250/2012, que dispõe sobre as gratificações dos **Servidores,** em cargo efetivo, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, especialmente no inciso II, alíneas "b", "c" e "d", razão pela qual a atividade docente exercida pelos servidores nas funções de Formador de Curso, Tutor, Coordenador de Tutoria, Conteudista e Coordenador de Curso, para fins de recebimento de retribuição financeira, deverá ser realizada fora do horário do expediente regulamentar.
Assim como, ciente de que o servidor, em caso de exercício de atividade docente durante o horário de expediente, estará atuando como voluntário, optando pelo não recebimento da remuneração durante as horas desempenhadas nesse horário, em conformidade com o art. 20, II, "d" da Lei Estadual nº 17.250/2012.
Cidade, dia de mês de ano (*quando não assinado digitalmente*).
Docente
Decreto Judiciário nº 350/2021, arts. 3º, 4º, 5º e 7º:
*"**Art. 3º** São atribuições do **formador** de cursos presenciais e a distância:*
I - participar do planejamento pedagógico do curso ou da ação formativa;
II - apresentar plano de aula a Supervisão Pedagógica da EJUD-PR e ao coordenador do curso, de acordo com o público-alvo a que se destina, respeitados os normativos e diretrizes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário(CEAJUD) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);
III - planejar e desenvolver as aulas de forma a promover o debate e a construção do conhecimento, além de estimular a participação dos alunos, de maneira colaborativa e crítica, considerando os conhecimentos prévios deles;
IV - planejar atividades de aplicação do conteúdo que deverão ser realizadas e disponibilizadas pelos participantes durante o desenvolvimento do curso;
V - preparar e disponibilizar os materiais didáticos que deverão ser entregues para o aprimoramento da aprendizagem do aluno durante a aula;
VI - garantir o bom andamento da ação formativa, comunicando à escola conduta ou incidente prejudicial;
VII - avaliar a aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer da ação formativa quanto ao final, em conformidade com o planejamento pedagógico e as orientações da EJUD-PR, alinhadas com as diretrizes e normativos do CEAJUD e da ENFAM;
VIII - participar dos processos de avaliação estabelecidos pela EJUD-PR.
Parágrafo único. No caso de docência em cursos de pós-graduação lato sensu, estão incluídas as atividades de orientação de trabalho de conclusão de curso (TCC), monografia, dissertação, tese e/ou pesquisa.
***Art. 4º** São atribuições do **tutor**:*
I - elaborar plano de tutoria de acordo com a orientação pedagógica da escola;
II - atualizar e complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno;
III - desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos;
IV - gerenciar as relações entre os participantes do curso, estimulando a cooperação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a prática colaborativa;
V - planejar atividades de aplicação do conteúdo;
VI - proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer quanto ao final do curso;
VII - manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual.
Parágrafo único. No caso de docência em cursos de pós-graduação lato sensu, realizados na modalidade de ensino a distância, estão incluídas as atividades de orientação de trabalho de conclusão de curso (TCC), monografia, dissertação, tese e/ou pesquisa.
***Art. 5º** São atribuições do **coordenador de tutoria**:*
I - coordenar a elaboração do plano de tutoria;
II - acompanhar a atuação e o desempenho dos tutores;
III - promover a integração entre os tutores, mediando a comunicação de conteúdo entre eles;
IV - conduzir o desenvolvimento do curso, de forma a garantir um mínimo de uniformidade em relação às atividades propostas e aos critérios avaliativos, bem como a unicidade de forma e conteúdo oferecidos pelos tutores para as diversas turmas de um mesmo curso ou disciplina;
V - prestar suporte técnico aos tutores no desenvolvimento das atividades no ambiente virtual de aprendizagem;
VI - repassar aos tutores, antes do início do curso, orientações quanto às diretrizes pedagógicas e metodológicas da escola;
VII - proceder à avaliação individualizada de cada tutor, mencionando eventuais sugestões para melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
VIII - na ausência de tutor específico, auxiliar os discentes na busca de soluções para dirimir as dúvidas suscitadas no desenvolvimento do curso.
***Art. 7º** São atribuições do **coordenador de curso**:*
I - coordenar a organização e o desenvolvimento do curso;
II - orientar o planejamento docente conforme as diretrizes da ENFAM e do CEAJUD;
III - analisar e aprovar os planos de aula ou de tutoria com observância do plano de curso;
IV - conduzir o processo de desenvolvimento do curso garantindo a uniformidade do processo didático-pedagógico;
V - acompanhar e orientar o trabalho docente com vistas ao adequado cumprimento dos planos de aula;
VI - viabilizar a produção de materiais didático-pedagógicos e de apoio à atividade docente;
VII - estimular a realização de atividades de pesquisa e extensão;
VIII - acompanhar o desempenho dos discentes;
IX - auxiliar nas atividades de avaliação institucional;
X - apresentar os relatórios de avaliação do desenvolvimento das disciplinas e dos cursos. "
ANEXO III
DECLARAÇÃO DE HORAS REMUNERADAS ANUAIS
Eu,....., brasileiro(a), função/cargo, documento de identidade nº ....., CPF nº..... , residente e domiciliado(a) na ....., **DECLARO**, para os fins previstos no art. 20 da Lei Estadual nº 17.250/2012, no art. 19 da Resolução da ENFAM nº 01/2017, e nos artigos 19 e 22, inciso IX do Decreto Judiciário nº 350/2021, que ao longo do ano de **2021**:
( ) **não prestei** atividade docente (*Formador de Curso, Tutor, Coordenador de Tutoria, Conteudista e Coordenador de Curso*) à órgão da Administração Pública ou entidade privada que receba dotação pública para mesma finalidade, no corrente ano.
( ) **prestei** atividade docente (*Formador de Curso, Tutor, Coordenador de Tutoria, Conteudista e Coordenador de Curso*) no corrente ano, junto à instituição ..... (*ex: Escolas de outros tribunais, ENFAM, EMAP em Cursos Oficiais de Formação de Magistrados e outras*), no curso ....., com a carga horária de ..... horas (*e outras intituições, se houverem*), perfazendo o total de ... horas aula.
Cidade, dia de mês de ano (*quando não assinado digitalmente*).
Docente
Decreto Judiciário nº 350/2021, arts. 19 e 22, IX:
*"**Art. 19**. A retribuição financeira para formadores-magistrados não poderá ser superior ao equivalente a 120 horas anuais em cada atividade da mesma natureza, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo Diretor-Geral da EJUD- PR, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas anuais.*
Parágrafo único. Para formadores-servidores o limite é o disposto art. 20, inciso II, "b" da Lei Estadual n. 17.250/2012.
***Art. 22.** A unidade responsável da EJUD-PR autuará no processo administrative de contratação, que será instruído, no que couber, com os seguintes documentos:(...).*
IX - declaração do quantitativo de horas remuneradas em ações formativas realizadas em atividades da mesma natureza nos órgãos da Administração Pública durante o ano."
Lei Estadual nº 17.250/2012, art. 20, II:
*"**Art. 20.** A gratificação de instrutoria para ministrar curso é devida ao servidor efetivo que, em caráter eventual, atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento, no âmbito da administração deste Tribunal.*
***II -** os critérios de concessão e os limites da gratificação de que trata este artigo serão fixados em regulamento, observados os seguintes parâmetros;*
***a)** o valor da gratificação será calculado em hora-aula, observadas a natureza, a titulação acadêmica e a complexidade da atividade exercida;*
***b)** a retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade competente, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais;* ".
Resolução nº 07/2017 da ENFAM:
*"**Art. 19**. A retribuição financeira para formadores-magistrados não poderá ser superior ao equivalente a 120 horas anuais em cada atividade da mesma natureza, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pela autoridade competente de cada tribunal, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas anuais (Redação dada pela Resolução Enfam n. 5 de 1º de outubro de 2020)."*

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS
Declaro, nos termos do artigo 15 do Decreto Judiciário nº 350/2021, ser responsável pelo cumprimento à legislação de direitos autorais, realizando as citações de trabalhos de outros autores com as devidas referências bibliográficas.
Declaro ainda, ter cedido, gratuitamente, o material didático-pedagógico e os conteúdos produzidos pelo(a) docente que subscreve, para a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sendo a transferência integral irretratável e irrevogável dos direitos autorais relacionados à ação educacional
.
Cidade, _de _de_.
Nome do formador

Curitiba, 10/04/2024.

Desembargador RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

PORTARIA Nº 5241/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2023.00101034, resolve

D E S I G N A R

KARUANA FRANCELLI DOS SANTOS FADEL, para exercer a função de Juíza Leiga Remunerada junto ao Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Wenceslau Braz, pelo prazo de (04) quatro anos, com o pagamento de valor pecuniário previsto nos artigos 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019.

Curitiba, 10 de Abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844162

PORTARIA Nº 5198/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00019129, resolve

D E S I G N A R

EVA DUBRINI MASSI, para exercer a função de Mediadora em Formação voluntária pelo período de 08/04/2024 à 12/12/2024 junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Endividados do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6843640

PORTARIA Nº 5242/2024

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00090992, resolve

R E V O G A R

a portaria nº 5421/2023, referente à designação de CAMILA TRINDADE DA FONSECA, para exercer a função de Mediadora junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Paranavaí.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844164

PORTARIA Nº 5240/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00096016, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 4698/2024, referente à designação de ESTEFANY OCCHI RODRIGUES, para exercer a função de Juíza Leiga Voluntária junto ao Juizado Especial Cível e Fazenda Pública do Foro Regional de Paiçandu da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Curitiba, 10 de Abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844133

PORTARIA Nº 5201/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista

o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00095765, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 7394/2022, referente à designação de FELIPE ASSAD ABUJAMRA, para exercer a função de Juiz Leigo Remunerado junto ao 6º Juizado Especial Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

Curitiba, 09 de Abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6843644

PORTARIA Nº 5200/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00091219, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 16889/2022, a partir de 11/04/2024, referente à designação de BRUNA CAROLINE VIANA FABRI, para exercer a função de Conciliadora Remunerada junto ao Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Pérola.

Curitiba, 09 de Abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6843642

PORTARIA Nº 5197/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00074331, resolve

D E S I G N A R

VIVIANE APARECIDA MALLMANN, para exercer a função de Conciliadora Voluntária junto ao Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Apucarana, pelo prazo de (04) quatro anos, como previsto no artigo 44 da Resolução nº 09/2019

Curitiba, 09 de Abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6843639

PORTARIA Nº 5199/2024

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 78/2023-D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2024.00079196, resolve

D E S I G N A R

JUNIOR RIBEIRO FERMINO, para exercer a função de Juiz Leigo Remunerado junto ao Juizado Especial Cível da 1ª Vara Descentralizada do Pinheirinho do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, pelo prazo de (04) quatro anos, com o pagamento de valor pecuniário previsto nos artigos 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019.

Curitiba, 09 de Abril de 2024.

Des. Fernando Antonio Prazeres
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6843641

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

Secretaria Especial da Presidência

Concursos

Secretaria

PORTARIA Nº 5245/2024 - VSG

A VICE-SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00096155, originado em razão do protocolizado sob nº 0031770-95.2024.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a) a designação de MARCO ANTONIO MENDES SOARES, matrícula nº 11038, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção da 4ª Câmara Criminal da 2ª Divisão de Processos Criminais da Coordenadoria de Processos Criminais, Órgão Especial e Tribunais Superiores da Secretaria Judiciária, a partir de 4 de março de 2024;
b) a Portaria nº 3375/2024, na parte referente à designação de MARCO ANTONIO MENDES SOARES, matrícula nº 11038, para atuar na 1ª Divisão de Processos Criminais da Coordenadoria de Processos Criminais, Órgão Especial e Tribunais Superiores da Secretaria Judiciária;

I I - R E L O T A R

o servidor MARCO ANTONIO MENDES SOARES, matrícula nº 11038, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Divisão de Enfrentamento à Movimentação Processual em Segundo Grau da Coordenadoria de Apoio aos Serviços Judiciários da Secretaria Judiciária, revogando sua lotação na 2ª Divisão de Processos Criminais da Coordenadoria de Processos Criminais, Órgão Especial e Tribunais Superiores da mesma Secretaria;

I I I - C A N C E L A R

a autorização para a realização das atividades na modalidade de teletrabalho de MARCO ANTONIO MENDES SOARES, matrícula nº 11038, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Vice-Secretária Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 5243/2024 - VSG

A VICE-SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00097258, originado em razão do protocolizado sob nº 0029303-46.2024.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a Portaria nº 667/2019 - SEC, na parte referente à designação de AURELIO AGOSTINHO SILVA CAMPOS, matrícula nº 6858, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente Jurídico de Gabinete de Desembargador, símbolo FC-7, a partir da publicação deste ato;

I I - R E L O T A R

o servidor AURELIO AGOSTINHO SILVA CAMPOS, matrícula nº 6858, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no Gabinete do Desembargador Mario Helton Jorge, revogando sua lotação anterior, a partir da publicação deste ato;

I I I - N O M E A R

AURELIO AGOSTINHO SILVA CAMPOS, matrícula nº 6858, servidor deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Desembargador, símbolo 3-C, do Gabinete do Desembargador Mario Helton Jorge, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Vice-Secretária Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 5257/2024 - VSG

A VICE-SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00096788, originado em razão do protocolizado sob nº 0015136-24.2024.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a Portaria nº 2514/2024, na parte referente à designação de IGOR ARANTES DA LUZ, matrícula nº 15153, ocupante do cargo de Técnico em Computação do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para exercer a função comissionada de Integrante de Comissão Permanente, símbolo FC-13, bem como para compor a Comissão de Avaliação de Bens Permanentes;

I I - D E S I G N A R

CIDECLEI MACHADO, matrícula nº 12993, ocupante do cargo de Técnico em Computação do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para compor a Comissão de Avaliação de Bens Permanentes, atribuindo-lhe a função comissionada de Integrante de Comissão Permanente, símbolo FC-13.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Vice-Secretária-Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 5205/2024 - SG

A VICE SECRETÁRIA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00097029, originado em razão do protocolizado sob nº 0045183-78.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

a) DAMARIS THOMAZINI, matrícula nº 17962, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão da Divisão de Distribuição da Coordenadoria de Distribuição e Comunicação Judicial da Secretaria Judiciária, símbolo CAS-3, durante o afastamento da titular MANUELA ABRAHAO RIBAS, no período de 1º de abril de 2024 a 5 de abril de 2024, sem ônus, somente para fins administrativos;
b) MANUELA ABRAHAO RIBAS, matrícula nº 12530, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Coordenador da Coordenadoria de Distribuição e Comunicação Judicial da Secretaria Judiciária, símbolo DAS-6, durante o afastamento do titular MARCO ANTONIO SANTOS, no período de 1º de abril de 2024 a 5 de abril de 2024, sem ônus, somente para fins administrativos.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Vice-Secretária Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 5258/2024 - VSG

A VICE-SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00096797, originado em razão do protocolizado sob nº 0048513-83.2024.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a designação de MARIA FERNANDA BATTAGLIN LOUREIRO, matrícula nº 285517, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente Técnica de Secretaria ou Departamento, símbolo FC-12, da Divisão de Movimentação de Pessoal da Coordenadoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas;

I I - D E S I G N A R

MARIA FERNANDA BATTAGLIN LOUREIRO, matrícula nº 285517, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção de Relotações para Gabinetes e Cúpula Diretiva da Divisão de Movimentação de Pessoal da Coordenadoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Vice-Secretária Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 5244/2024 - VSG

A VICE-SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00096473, originado em razão do protocolizado sob nº 0025093-49.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

THAÍS CAYRES DE MENDONÇA, matrícula nº 50483, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção de Arquivo Técnico e Atas de Arquitetura da Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura, durante o afastamento da titular LUCIANA HARUMI MIAZAKI, no período de 15 de fevereiro de 2024 a 26 de março de 2024, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto no artigo 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados no referido período.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Vice-Secretária Geral do Tribunal de Justiça

Secretaria Geral

Vice-Secretaria Geral

Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

APOSTILA Nº 01/2024

APOSTILA Nº 01/2024
CONTRATO Nº 369/2019
Trata esta apostila do contrato celebrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e a empresa **UNIVERSIDADE LIVRE PARA A EFICIÊNCIA HUMANA - UNILEHU.**
PROTOCOLO Nº 0060404-14.2018.8.16.6000
Objeto do contrato: **prestação de serviços de higienização e digitalização de documentos** a serem executados por pessoas com deficiência auditiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação no Departamento de Gestão Documental, em regime de empreitada por preço global.
Objeto do apostilamento: alteração da Cláusula 4ª do instrumento contratual, nos moldes apresentados nas Informações 10174856, passando a constar do contrato a seguinte redação:
*"**CLÁUSULA 4 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PAGAMENTO:***
[...]
4.3: *Para liberação do pagamento, e para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações trabalhistas e sociais, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços:*
[...]
. ***Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS dos trabalhadores".***
e,
"*4.8: *Todos os documentos a serem entregues, deverão ser relativos ao mês do serviço requerido, com exceção do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados, que deverá ser relativo ao mês imediatamente anterior, **e do extrato individual de FGTS, que poderá conter no demonstrativo os depósitos até o mês imediatamente anterior"**.*
Fundamentos: artigos 54, *caput,* e 65, §8º, da Lei Federal n. 8.666/93 e artigo 112, §12º, da Lei Estadual nº 15.608/2007 (mantendo-se inalterados os demais termos e consolidando-se as anteriores alterações contratuais).

Curitiba, 09 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO[1]
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios
[1] Conforme delegação de atos prevista no Decreto Judiciário 53/2021 (art. 9º, IV).

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

APOSTILA Nº 01/2024

APOSTILA Nº 01/2024
CONTRATO Nº 32/2021
Trata esta apostila do contrato celebrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e a empresa **EQS ENGENHARIA S/A.**
PROTOCOLO Nº 0057719-97.2019.8.16.6000
Objeto do contrato: prestação de serviços continuados de manutenção predial executados nas sedes administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Objeto do apostilamento: alteração da Cláusula 5ª do instrumento contratual, nos moldes apresentados na informação 10183038 e Ofício 10233006, passando a constar do contrato a seguinte redação:
"CLÁUSULA 5 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PAGAMENTO:
[...]
5.4: *Para liberação do pagamento, e para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações trabalhistas e sociais, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços:*
[...]
. ***Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS dos trabalhadores***;
e,
5.8: *Todos os documentos a serem entregues, deverão ser relativos ao mês do serviço requerido, com exceção do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados, que deverá ser relativo ao mês imediatamente anterior, **e do extrato individual de FGTS, que poderá conter no demonstrativo os depósitos até o mês imediatamente anterior"**.*
Fundamentos: artigos 54, *caput,* e 65, §8º, da Lei Federal n. 8.666/93 e artigo 112, §12º, da Lei Estadual nº 15.608/2007 (mantendo-se inalterados os demais termos e consolidando-se as anteriores alterações contratuais).

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO [1]
Secretário de Licitações Contratos e Convênios
[1] Conforme delegação de atos prevista no Decreto Judiciário 53/2021 (art. 9º, IV).

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 654/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 76/2024

PROTOCOLO: DOCUMENTO 10268189 - SEI 0033256-86.2022.8.16.6000
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO: I - Trata o presente expediente do **Contrato nº 144/2022**, celebrado entre este **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e a empresa **CENTRALLIMP LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA**, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, asseio, copeiragem, jardinagem e recepção, a serem executados nas dependências das unidades administrativas e judiciárias dos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Poder Judiciário do Estado do Paraná (8116010)**.**
II - Nos termos da Informação nº 10098414 da **SEF**, **DECLARO** que o recurso financeiro a ser aplicado tem adequação orçamentária e financeira com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
III - A contratada formulou pedido de **repactuação** dos valores do Contrato, com base na Convenção Coletiva de Trabalho do SIEMACO **2024/2026 (10047077)**, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº PR000232/2024 (data base/efeitos **01/02/2024**), em consonância com a Cláusula 8 do Contrato, assim disposta:
"8. DA REPACTUAÇÃO**: O valor do presente contrato poderá ser recomposto quando ocorrer variação do piso salarial dos empregados da **CONTRATADA**, decorrente de ato do governo, dissídio coletivo, acordo ou convenção coletiva de trabalho, e na hipótese de alteração da legislação trabalhista, na exata medida da repercussão sobre os itens da planilha de custos afetados direta ou indiretamente pela ocorrência do fato ou ato novo. A solicitação deverá ser imediata e acompanhada de cálculos e documentação comprobatória, inclusive de aumento salarial concedido à categoria profissional, não incidindo correção monetária na demora da solicitação. O referido pedido deverá ser protocolizado pelo meio eletrônico a ser indicado pelo **CONTRATANTE.
8.1. *As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.*
8.2. *Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato".*
A repactuação de preços, prevista no Decreto Estadual nº 4.993 de 31 de agosto de 2016, visa a adequar a prestação pecuniária dos contratos administrativos a que incumbe a Administração, exclusivamente os que tenham como objeto a prestação de serviços contínuos, aos novos preços praticados no mercado por meio da implementação dos efetivos aumentos de custos da atividade contratada, demonstrados por meio de planilhas de custos e formação de preços, com o fim de restabelecer o ajuste inicialmente pactuado (forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro), situação presente no caso.
Ademais, a repactuação pressupõe a observância ao requisito da anualidade, previsto pela Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento (art. 56) e no Decreto Estadual nº 4.993/2016 (art. 79), o qual fora atendido, tendo em vista o transcurso do prazo de 12 (doze) meses dos efeitos da repactuação anterior realizada com lastro na Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025 (data base/fato gerador ensejar da última repactuação - **01/02/2023** - Termo Aditivo nº 03 - 9014653).
Dessa forma, inexiste óbice à concessão da repactuação, nos termos calculados pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados (10086719), a partir de **01/02/2024, data base da CCT 2024/2026.**
IV - A contratada formulou, também, pedido de **reequilíbrio econômico-financeiro** da avença em razão majoração da tarifa de transporte coletivo no Município de Curitiba/PR, que passou de R$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para R$ 6,00 (seis reais) (Decreto Municipal nº 306/2019) (10052572), nos termos da Cláusula Sétima do Contrato, que assim dispõe:

***"CLÁUSULA 7 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO**: O valor do presente contrato poderá ser revisto em hipóteses excepcionais que afetem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, gerando desequilíbrio para as partes, mediante prévio ajuste dos contratantes, nos termos previstos no artigo 65, II, alínea 'd', da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no artigo 112, § 3°, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07.*

7.1*: A **CONTRATADA** deverá encaminhar seu requerimento por escrito, devidamente protocolizado e fundamentado, instruído com documentos comprobatórios de seu pedido e planilhas detalhadas dos cálculos para análise da **CONTRATANTE**."*

A Lei Federal nº 8.666/93 (art. 65, inciso II, alínea *d*) e a Lei Estadual nº 15.608/2007 (art. 112, §3º, inciso II) admitem alterações no valor do contrato, desde que demonstrados fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que ensejem o desequilíbrio da equação econômica do pacto.

No presente caso, a revisão mostra-se possível, uma vez que o aumento da tarifa de transporte coletivo (Decreto Municipal nº 306/2023) remete a um evento excepcional que causa desequilíbrio contratual, ensejando a majoração de um dos itens da planilha de custos e formação de preços.

Em outros termos, a hipótese corresponde ao evento denominado pela doutrina como "*fato do príncipe*", pois diz respeito a um ato de autoridade, não diretamente relacionado com o contrato, mas que repercute indiretamente sobre ele (DI PIETRO, 2008, p. 262).

Portanto, os requisitos legais e contratuais necessários ao deferimento da revisão foram implementados, diante do desequilíbrio econômico financeiro decorrente do aumento da tarifa de transporte coletivo em Curitiba, considerando, contudo, a Manifestação 10069273 da Consultoria Jurídica - SELC e os termos calculados pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados (10086719).

V - O art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e o art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07, permitem que os contratos, cujo objeto consista na prestação de serviços executados de forma contínua, tenham sua duração prorrogada por sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

De acordo com os aludidos embasamentos legais e orientações e precedentes do Tribunal de Contas da União, admite-se a prorrogação dos contratos mantidos pela Administração Pública, desde que observados os seguintes pressupostos: *a) existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato; b) objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação; c) interesse da Administração e do contratado declarados expressamente; d) vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo; e) manutenção das condições de habilitação pelo contratado; e f) preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado* ("Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU").

No caso em tela, o instrumento contratual subscrito pelas partes admite expressamente a prorrogação, conforme previsto em sua Cláusula 2 (8116010):

***"CLÁUSULA 2 - DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**: O início da prestação dos serviços se dará, impreterivelmente, no dia **03 (três) de outubro de 2022**, conforme quantidades de postos especificadas.*

2.1: *O prazo de vigência do contrato será de **20 (vinte) meses**, a contar da data do início da prestação do serviço."*

Ademais, com a prorrogação, o objeto e finalidade do contrato manter-se-ão inalterados, havendo interesse da Administração e da contratada, conforme manifestações externadas expressamente (9629549 e 9635710).

A prorrogação revela-se, ainda, vantajosa ao Tribunal de Justiça, porquanto os serviços prestados pela empresa contratada continuam sendo necessários e vêm sendo executados de forma satisfatória, conforme manifestação da Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra - SELC (9635779).

Quanto à demonstração da vantajosidade econômica, nada obstante a dispensa da realização de pesquisa de mercado (Acórdão nº 1.214/2013 do Tribunal de Contas da União - TCU), o valor mensal praticado no presente contrato é inferior àquele estimado para uma futura contratação (Portaria nº 7 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), segundo informação da Comissão de Análise de Planilhas de Custos, a denotar que os custos estão compatíveis com o mercado (10140012).

Restaram, também, mantidas pela contratada as condições de habilitação (notadamente regularidade fiscal e trabalhista - e ausência de impedimentos).

Por fim, nos termos da Cláusula 2, itens **2.3 e 2.4** (*"**2.3:** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis fixos ou variáveis, já pagos ou amortizados, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação."*) (*"**2.4:** Após os primeiros 20 (vinte) meses de vigência contratual, o item aviso prévio trabalhado será zerado na prorrogação do contrato, visto que esse custo será pago integralmente na primeira vigência."*), do instrumento contratual, a Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados - SELC informou que o valor global mensal do contrato, para fins de prorrogação, é de **R$ 781.961,06** (setecentos e oitenta e um mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos) **-** movimento nº 10086719.

Presentes, pois, os pressupostos necessários à prorrogação contratual.

VI - Diante do exposto, nos termos da Informação nº 10086719 da Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados - SELC, da Cota (9629549) das Divisões Operacionais competentes, da Informação nº 10098414 da SEF e do Parecer nº 138/2024 da Consultoria Jurídica da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios (aprovado pelo Secretário) - que acolho - no tocante ao **Contrato nº 144/2022:**

a) DEFIRO o pedido de **repactuação**, com fulcro na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, na Cláusula Oitava do Contrato, no Decreto Estadual nº 4.993/2016 e na Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, passando o valor global mensal do contrato de **R$ 742.901,64** (setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e um reais e sessenta e quatro centavos) para **R$ 786.270,29** (setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta reais e vinte e nove centavos), **a partir de 01/02/2024- data base de início da CCT 2024/2026;**

b) DEFIRO o pedido de **reequilíbrio econômico e financeiro**, em razão da majoração da tarifa do transporte coletivo na cidade de Curitiba, com base no artigo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, no art. 112, §3º, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, na Cláusula Sétima do instrumento contratual e no Decreto Municipal nº 306/2023, passando o valor mensal do contrato de **R$ 786.270,29** (setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta reais e vinte e nove centavos) para **R$ 786.312,02** (setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e doze reais e dois centavos), **a partir de 08/02/2024, data do protocolo do pedido**, nos termos da Manifestação nº 10069273 da Consultoria Jurídica - SELC;

c) AUTORIZO a prorrogação do Contrato nº 144/2022, firmado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e a empresa **CENTRALLIMP LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA**, pelo valor mensal global de **R$ 781.961,06** (setecentos e oitenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e seis centavos), por mais 20 (vinte) meses, contados **a partir do dia 03 de junho de 2024,** com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07, nas orientações e nos precedentes do Tribunal de Contas da União e na Cláusula Segunda do instrumento contratual.

VII - À **SEF** para emissão da nota de empenho.

VIII - À Consultoria Jurídica da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios para formalização do termo aditivo.

IX - À Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios para notificar a contratada acerca do teor da presente decisão, bem como, nos termos do Parecer nº 138/2024 e após formalização, notificar a Contratada a fim de que complemente a garantia apresentada em face do novo valor contratual, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

X - Publique-se.

Em 11 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 653/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJEI
RELAÇÃO Nº 10284291

Decisão Nº 10284291 - SG-SLCC-GS-CJ-SJEI
SEI!TJPR Nº 0057605-90.2021.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10284291
PROTOCOLO Nº 0057605-90.2021.8.16.6000

Considerando o contido no presente protocolado, especialmente nos termos do Parecer 10178031, da Divisão de Obras, do Parecer Jurídico 10240013, da Supervisão Jurídica de Engenharia e Arquitetura, e do exposto pelo Secretário de Licitações, Contratos e Convênios, na Apresentação 10241672;

Considerando os DOC. SEI nºs 10278340, 10278406, 10278427 e 10279055, por meio dos quais a Divisão de Obras apresentou informações complementares solicitadas pela Coordenaria de Governança, Riscos e Conformidade - CGRC (Cota 10253569), bem como a manifestação da CGRC pela conformidade do procedimento de contratação (Análise 10280304);

Considerando a Nota de Pré Empenho 2024NR000266 (DOC. SEI 10188243), emitida pela Secretaria de Finanças, **DECIDO:**

I - **AUTORIZAR** a contratação da empresa **TAS Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (CNPJ 17.991.782/0001-70) para a execução de serviços de reparos, adequações e melhorias no prédio que abriga a Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude de Curitiba/PR, integrante da Regional 06, discriminados na Planilha Quantitativa Orçamentária nº 10178097, no valor de **R$ 125.581,79 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos),** de acordo com os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços nº 24/2023, e prazo de execução de **120 (cento e vinte) dias corridos**;

II - À Secretaria de Finanças para emissão da nota de empenho;

III - À Consultoria Jurídica de Engenharia e Arquitetura da Secretária de Licitações, Contratos e Convênios para as demais providências;

IV - Publique-se.

Curitiba/PR, data e assinatura eletrônicas.

Em 09 de abril de 2024.

Maria Alice de Carvalho Panizzi[1]

Vice-Secretária-Geral do Tribunal de Justiça
[1] De acordo com a delegação de competência disposta no art. 1º, inciso IV, e art. 1º-A do Decreto Judiciário nº 53/2021 (com a alteração do DJ 371/2023) c/c os arts. 131 e 132 do Decreto Judiciário nº 14/2024.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 650/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 74/2024

PROTOCOLO: DOCUMENTO 10269701 - SEI 0060404-14.2018.8.16.6000
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO: I - Trata o presente expediente do **Contrato nº 369/2019**, celebrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e a **Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU**, cujo objeto consiste na prestação de serviços de higienização e digitalização de recursos aos Tribunais Superiores e de Inquéritos Policiais Estaduais executados por pessoas com deficiência auditiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação no Centro de Digitalização pertencente ao Departamento de Gestão Documental (4363794).
II - Encontra-se pendente de análise a proposta de alteração contratual formulada pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados - SELC, notadamente quanto à documentação a ser apresentada durante a fiscalização administrativa e processo de pagamento (Cláusula 4º).
Em expediente apartado (SEI nº 0027216-20.2024.8.16.6000), a DGIET apresentou consulta (10100264) acerca da possibilidade de alteração da Cláusula 4 do instrumento contratual, tendo a Consultoria Jurídica desta Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios se manifestado positivamente (10152351), sugerindo, ao final, o trâmite da alteração nos respectivos expedientes principais dos contratos, bem como a notificação das empresas contratadas quanto à alteração a ser promovida.
A alteração não implicará em modificação do valor mensal do contrato.
III - Diante do exposto, nos termos das justificativas contidas nas das Informações 10190005 e 10174856 e do Parecer Jurídico nº 157/2024 (10269520), os quais acolho, **AUTORIZO**, sem modificação do valor global mensal, a alteração do Contrato nº 369/2019, especificadamente no tocante à Cláusula 4ª, itens 4.3 e 4.8, consoante proposta apresentada pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, e mantendo-se hígidas as demais previsões, passando a redação a constar da seguinte forma:
"CLÁUSULA 4 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PAGAMENTO:
[...]
***4.3**: Para liberação do pagamento, e para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações trabalhistas e sociais, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços:*
[...]
. ***Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS dos trabalhadores**;*
e,
***4.8**: Todos os documentos a serem entregues, deverão ser relativos ao mês do serviço requerido, com exceção do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados, que deverá ser relativo ao mês imediatamente anterior, **e do extrato individual de FGTS, que poderá conter no demonstrativo os depósitos até o mês imediatamente anterior"**.*
IV - Encaminhe-se à **Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra** para publicação, bem como para notificar a contratada acerca da alteração contratual.
V - Após, À **Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados** para ciência e providências que se mostrem necessárias.
VI - Por fim, à **Consultoria Jurídica da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios** para formalização desta alteração.

Em 05 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO[1]
Secretário das Licitações, Contratos e Convênios
[1] Conforme delegação de atos constante do Decreto Judiciário 53/2021 (Art. 9º, IV).

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 648/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 71/2024

PROTOCOLO: DOCUMENTO 10283792 - SEI 0057719-97.2019.8.16.6000
INTERESSADO: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
DESPACHO: I - O presente expediente trata a respeito do Contrato nº 32/2021, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **EQS ENGENHARIA S/A.**, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de manutenção predial executados nas sedes administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com vigência a partir de 05 de abril de 2021.
II - Encontra-se pendente de análise a proposta de alteração contratual formulada pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, notadamente quanto à documentação a ser apresentada durante a fiscalização administrativa e processo de pagamento (Cláusula 5º).
Em expediente apartado (SEI nº 0027216-20.2024.8.16.6000), a DGIET apresentou consulta (10100264) acerca da possibilidade de alteração da Cláusula 5 do instrumento contratual, tendo a Consultoria Jurídica desta Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios se manifestado positivamente (10152351), sugerindo, ao final, o trâmite da alteração nos respectivos expedientes principais dos contratos, bem como a notificação das empresas contratadas quanto à alteração a ser promovida.
A alteração não implicará em modificação do valor mensal do contrato.
III - Diante do exposto, nos termos das justificativas contidas na Informação nº 10183038, Ofício 10233006 e do Parecer Jurídico nº 166/2024 (10283791), os quais acolho, **AUTORIZO**, sem modificação do valor global mensal, a alteração do Contrato nº 32/2021, especificadamente no tocante à Cláusula 5ª, itens 5.4 e 5.8, consoante proposta apresentada pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, e mantendo-se hígidas as demais previsões, passando a redação a constar da seguinte forma:
"***CLÁUSULA 5 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PAGAMENTO:***
[...]
***5.4**: Para liberação do pagamento, e para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações trabalhistas e sociais, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços:*
[...]
. ***Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS dos trabalhadores**;*
e,
***5.8**: Todos os documentos a serem entregues, deverão ser relativos ao mês do serviço requerido, com exceção do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados, que deverá ser relativo ao mês imediatamente anterior, **e do extrato individual de FGTS, que poderá conter no demonstrativo os depósitos até o mês imediatamente anterior**."*
IV - Encaminhe-se à **Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra** para publicação, bem como para notificar a contratada acerca da alteração contratual.
V - Após, À **Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados** para ciência e providências que se mostrem necessárias.
VI - Por fim, à **Consultoria Jurídica da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios** para formalização desta alteração.

Em 09 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO[1]
Secretário das Licitações, Contratos e Convênios
[1] Conforme delegação de atos constante do Decreto Judiciário 53/2021 (Art. 9º, IV).

Departamento da Magistratura

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 164/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a Portaria nº 32/2024, encaminhada pela Doutora SILVANE CARDOSO PINTO, Juíza de Direito e Diretora do Fórum da Comarca de Umuarama, por meio do qual suspende o expediente e prorroga os prazos processuais da Comarca no dia 13/03/2024, em razão da falta de energia elétrica; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0038414-54.2024.8.16.6000, resolve:

R A T I F I C A R

a determinação de prorrogação dos prazos processuais da Comarca de Umuarama, por um (01) dia, a partir de 13/03/2024, em observância ao art. 210, inc. II e III um, do Código de Normas do Foro Judicial, e art. 10, § 2º, da Lei n. 11.419/2006 e art. 224, § 1º, do Novo CPC.

Curitiba, 01/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839662

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 170/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO requerimento encaminhado pelo Doutor EDUARDO SCHMIDT ORTIZ, Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Palmital, por meio do qual noticia ter sido determinada a suspensão do expediente forense na mencionada Comarca, no dia 19 de março do corrente ano, por conta da falta de energia no fórum, conforme aviso de desligamento programado da COPEL nº. CSL - 1118/2024 e, em face disso, solicita a prorrogação dos prazos processuais na mesma data; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0040422-04.2024.8.16.6000, resolve:

D E T E R M I N A R

a prorrogação dos prazos processuais cujo termos **INICIAL** e **FINAL** tenham ocorrido em **19 de março de 2024**, na Comarca de Palmital, em observância ao art. 210, inc. II e III, do Código de Normas do Foro Judicial, art. 10, §2º, da Lei nº 11.419/2006 e art. 224, §1º, do CPC.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842689

PORTARIA Nº 4700/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00064062, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador MARCO ANTONIO MASSANEIRO, membro da 16ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir quatorze (14) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 01/07/1996 a 30/06/2006, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 8914/2023-DM, a partir do dia 07 de maio de 2024.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CRISTIANE SANTOS LEITE	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	07/05/2024	20/05/2024	14

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838932

PORTARIA Nº 4701/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078017, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador MARCELO GOBBO DALLA DEA, membro da 18ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, cinco (05) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 15 de julho de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias

LUCIANE BORTOLETO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	15/07/2024	19/07/2024	05

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838948

PORTARIA Nº 4702/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078349, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador JOSÉ MAURICIO PINTO DE ALMEIDA, membro da 2ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, licença para tratamento de saúde no dia 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
KENNEDY JOSUE GRECA DE MATTOS	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	25/03/2024	25/03/2024	01

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838959

PORTARIA Nº 4703/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078668, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador HAMILTON RAFAEL MARINS SCHWARTZ, membro da 14ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", a partir de 17 de abril de 2024, em Foz do Iguaçu/PR.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
EDUARDO NOVACKI	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	17/04/2024	19/04/2024	03

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838969

PORTARIA Nº 4704/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080173, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA, membro da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, a partir de 01 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	01/04/2024	03/04/2024	03

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838976

PORTARIA Nº 4705/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080256, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, à Desembargadora CRISTIANE TEREZA WILLY FERRARI, integrante da 3ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 27 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
HUMBERTO GONCALVES BRITO	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	27/03/2024	27/03/2024	01

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838980

PORTARIA Nº 4706/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082923, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador ROBERTO PORTUGAL BACELLAR, membro da 9ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "Programa de Formac?a?o de Formadores", a partir de 03 de abril de 2024, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME FREDERICO HERNANDES DENZ	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	03/04/2024	05/04/2024	03

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838990

PORTARIA Nº 4707/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00046100, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor MARCIO IGLESIAS DE SOUZA FERNANDES, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Pitanga, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivas ao 1º período de 2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2024.00037399, a partir do dia 27 de maio de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 11 de junho de 2024, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os cinco (05) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JONATHAN CASSOU DOS SANTOS	Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa	27/05/2024	10/06/2024	15

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6838995

PORTARIA Nº 4708/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00046172, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ORNELA CASTANHO, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Apucarana, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de fevereiro de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, § 1º do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839000

PORTARIA Nº 4709/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077359, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora CAMILA MARIANA DA LUZ KAESTNER, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 15 de julho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SIDERLEI OSTRUFKA CORDEIRO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/07/2024	19/07/2024	05

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839005

PORTARIA Nº 4710/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077709, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora LUCIANA LOPES DO AMARAL BEAL, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Toledo, a usufruir quinze (15) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2023, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 15388/2023-DM, a partir do dia 23 de abril de 2024, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 30 de abril de 2024, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os oito (08) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839025

PORTARIA Nº 4711/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077775, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUSTAVO DANIEL MARCHINI, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Quedas do Iguaçu, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 30 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO MUSSIN DE FREITAS	Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	30/04/2024	30/04/2024	01

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839040

PORTARIA Nº 4712/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077827, resolve

C O N C E D E R

à Doutora HELOÍSA HELENA AVI RAMOS, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 05 de abril de 2024 , de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839059

PORTARIA Nº 4713/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077968, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor MARCELO PIMENTEL BERTASSO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Umuarama, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 03 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839062

PORTARIA Nº 4714/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078123, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 03 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDA ORSOMARZO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	03/04/2024	04/04/2024	02

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839065

PORTARIA Nº 4715/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078171, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME DE MELLO ROSSINI, Juiz de Direito da Comarca de Iretama, afastamento no dia 05 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	05/04/2024	05/04/2024	01

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839067

PORTARIA Nº 4716/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078174, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME DE MELLO ROSSINI, Juiz de Direito da Comarca de Iretama, dois (02) dias de afastamento, a partir de 03 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	03/06/2024	04/06/2024	02

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839070

PORTARIA Nº 4717/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078219, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora FABIANA CHRISTINA FERRARI, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir sete (07) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2022, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 3369/2023-DM, a partir do dia 01 de abril de 2024.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VIVIAN CURVACHO FARIA DE ANDRADE	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	01/04/2024	07/04/2024	07

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839072

PORTARIA Nº 4718/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078281, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME DE MELLO ROSSINI, Juiz de Direito do Comarca de Iretama, dois (02) dias de afastamento, a partir de 18 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	18/04/2024	19/04/2024	02

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839075

PORTARIA Nº 4720/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078303, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RODRIGO DO AMARAL BARBOZA, Juiz de Direito da Comarca de Terra Boa, cinco (05) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 08 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	08/04/2024	12/04/2024	05

Curitiba, 27 de março de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839077

PORTARIA Nº 4741/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0035576-41.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, Juíza Substituta da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati, para atuar nos autos abaixo relacionados, ambos em trâmite na Vara Cível da Comarca de São Mateus do Sul, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor ANDRÉ OLIVÉRIO PADILHA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 67ª Seção Judiciária:
1)nº 0000360-95.2018.8.16.0158; e,
2) nº 0003342-14.2020.8.16.0158.

Curitiba, 01/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839594

PORTARIA Nº 4742/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078488, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador ROGERIO RIBAS, membro da 9ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 25/06/2005 a 24/06/2010, assegurados pela Portaria nº 8402/2023-DM, a partir do dia 29 de abril de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 15 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os setenta e quatro (74) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME FREDERICO HERNANDES DENZ	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	29/04/2024	14/05/2024	16

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839446

PORTARIA Nº 4743/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078076, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor MAURO BLEY PEREIRA JUNIOR, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, a usufruir vinte e sete (27) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 06/01/1992 a 05/01/2001, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 8928/2023-DM, a partir do dia 22 de abril de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 09 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os dez (10) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839428

PORTARIA Nº 4744/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078600, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor ADEMIR RIBEIRO RICHTER, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, sete (07) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839452

PORTARIA Nº 4745/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078647, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador ROGÉRIO ETZEL, membro da 5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", a partir de 17 de abril de 2024, em Foz do Iguaçu/PR.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDERSON RICARDO FOGAÇA	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	17/04/2024	19/04/2024	03

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839456

PORTARIA Nº 4746/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00047500, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora EMANUELA COSTA ALMEIDA BUENO, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da

Comarca de Antonina, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 07 de maio de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO MUSSIN DE FREITAS	Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	07/05/2024	08/05/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839565

PORTARIA Nº 4747/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00062611, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora EMANUELA COSTA ALMEIDA BUENO, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Antonina, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 08 de julho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Vara, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDREI JOSÉ DE CAMPOS	Juiz Substituto da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba	08/07/2024	12/07/2024	05

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839574

PORTARIA Nº 4748/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077839, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor VITOR TOFFOLI, Juiz de Direito Substituto da 23ª Seção Judiciária da Comarca de Campo Mourão, três (03) dias de afastamento, a partir de 29 de julho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839585

PORTARIA Nº 4749/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078058, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor AUSTREGESILO TREVISAN, Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, quatorze (14) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada e o magistrado abaixo nominados para substituí-lo durante o período de seu afastamento, conforme indicado:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) VANESSA VILLELA DE BIASSIO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	23/03/2024	25/03/2024	03
b) JOSÉ DANIEL TOALDO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	26/03/2024	27/03/2024	02
c) VANESSA VILLELA DE BIASSIO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária	28/03/2024	05/04/2024	09

	da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba			

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839592

PORTARIA Nº 4750/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078172, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME DE MELLO ROSSINI, Juiz de Direito da Comarca de Iretama, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2022, no dia 08 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	08/04/2024	08/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839599

PORTARIA Nº 4751/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078750, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANA CAROLINA CATELANI DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Medianeira, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 22 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	22/04/2024	22/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839411

PORTARIA Nº 4752/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078751, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANA CAROLINA CATELANI DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Medianeira, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2022, no dia 23 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	23/04/2024	23/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839412

PORTARIA Nº 4753/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078754, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANA CAROLINA CATELANI DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Medianeira, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 19 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	19/04/2024	19/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839413

PORTARIA Nº 4754/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078760, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANA CAROLINA CATELANI DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Medianeira, licença para tratamento de saúde no dia 09 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/04/2024	09/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839414

PORTARIA Nº 4755/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078769, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora LISIANE MATTOS KRUSE, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Francisco Beltrão, a usufruir treze (13) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 52429/2024, a partir do dia 01 de abril de 2024, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 08 de abril do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os seis (06) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839417

PORTARIA Nº 4756/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078771, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RODOLFO FIGUEIREDO DE FARIA, Juiz de Direito da Comarca de Campina da Lagoa, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 27 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA	Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia	27/03/2024	27/03/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839421

PORTARIA Nº 4757/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078839, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor EDUARDO LOURENCO BANA, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, afastamento no dia 08 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839424

PORTARIA Nº 4758/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078841, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor EDUARDO LOURENCO BANA, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir dezessete (17) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 05/07/2017 a 04/07/2022, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 116384/2023, a partir do dia 09 de junho de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 10 de junho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os dezesseis (16) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839426

PORTARIA Nº 4759/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078889, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora TATIANE BUENO GOMES, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Palmas, três (03) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 10 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEAN RODRIGUES	Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida	10/04/2024	12/04/2024	03

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839430

PORTARIA Nº 4760/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0038938-51.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora FABIANE PIERUCCINI, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar nos autos listados abaixo, da 14ª Câmara Cível, na qualidade de Relatora:
a) 0000625-54.2008.8.16.0124; e,
b) 0004875-52.2020.8.16.0014.

Curitiba, 01/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839649

PORTARIA Nº 4761/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0044370-51.2024.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

o Doutor MARCELO MARCOS CARDOSO, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Toledo, a celebrar o casamento civil de MARIA CLARA MONTANHER SONEGO e JOÃO MARCELO CARDOSO LETTRARI, no dia 10 de maio de 2024, em Terra Roxa/PR.

Curitiba, 01/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839670

PORTARIA Nº 4762/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0030386-97.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes, para atuar nos autos de nº 0001864-72.2009.8.16.0055, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Cambará, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor RAFAEL DA SILVA MELO GLATZ, durante o afastamento do Doutor TAILAN TOMIELLO COSTA, Juiz Substituto da 54ª Seção Judiciária.

Curitiba, 01/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839680

PORTARIA Nº 4763/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078920, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora DANIELE LIBERATTI SANTOS TAKEUCHI, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Loanda, a usufruir cinco (05) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2023, assegurados pelo item "II" da Portaria n° 4706/2023-D.M., a partir do dia 15 de julho de 2024.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PHILIPPE JEUNON GOMES DA CUNHA	Juiz Substituto da 37ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	15/07/2024	19/07/2024	05

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839439

PORTARIA Nº 4764/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078898, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor JOSÉ AUGUSTO GUTERRES, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 08 de maio de 2024, devido ao exercício de atividades no interesse da Justiça.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839434

PORTARIA Nº 4765/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078921, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO, membro da 19ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, a partir de 04 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
A ausência injustificada da juntada da respectiva declaração, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
OSVALDO CANELA JUNIOR	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	04/04/2024	05/04/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839467

PORTARIA Nº 4766/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078935, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador VITOR ROBERTO SILVA, membro da 18ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2023, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2023.00012557, a partir do dia 10 de maio de 2024.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANA PAULA KALED ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	10/05/2024	29/05/2024	20

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839486

PORTARIA Nº 4771/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078892, resolve

I - R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2720/2024 - DM, que designou a Doutora DIELE DENARDIN ZYDEK para substituir o Doutor MARCELO MAZZALI, Juiz de Direito da 3ª Vara de Execuções Fiscais Municipais do Foro Central da Comarca da Região

Metropolitana de Curitiba, a fim de que nele passe a constar os magistrados abaixo nominados para substituí-lo, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) JOSÉ AUGUSTO GUTERRES - para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	02/05/2024	07/05/2024	06
b) DIELE DENARDIN ZYDEK	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	08/05/2024	08/05/2024	01
c) JOSÉ AUGUSTO GUTERRES - para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	09/05/2024	09/05/2024	01

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 4370/2024, que retificou a supracitada Portaria.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839667

PORTARIA Nº 4772/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079072, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora TATIANE BUENO GOMES, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Palmas, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 16 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
A ausência injustificada da juntada da declaração, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Vara, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEAN RODRIGUES	Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida	16/04/2024	16/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839447

PORTARIA Nº 4773/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079086, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RONNEY BRUNO DOS SANTOS REIS, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Prudentópolis, vinte (20) dias de licença paternidade, a partir de 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso IV, combinado com o artigo 96 do CODJ e a Resolução nº 220, de 08/04/2019- OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico ou da certidão de nascimento, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDREI JOSÉ DE CAMPOS	Juiz Substituto da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba	25/03/2024	13/04/2024	20

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839449

PORTARIA Nº 4774/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079088, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora DÉBORA CASSIANO REDMOND, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 23 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCOS TAKAO TODA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	23/04/2024	23/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839451

PORTARIA Nº 4775/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078299, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor LEONARDO MUSSIN DE FREITAS, Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 03 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839694

PORTARIA Nº 4776/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078353, resolve

C O N C E D E R

à Doutora CARMEN LUCIA RODRIGUES RAMAJO, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões e Acidentes do Trabalho do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, três (03) dias de afastamento, a partir de 27 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839700

PORTARIA Nº 4777/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078355, resolve

C O N C E D E R

à Doutora DANIANA SCHNEIDER, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Paranaguá, licença para tratamento de saúde no dia 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839706

PORTARIA Nº 4778/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078375, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor RAFAEL DE ARAUJO CAMPELO, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 29 de abril de 2024, em razão de compensação pelo

trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839715

PORTARIA Nº 4779/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078378, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LARISSA ALVES GOMES BRAGA, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Bandeirantes, três (03) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO	Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	25/03/2024	27/03/2024	03

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839721

PORTARIA Nº 4780/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078385, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora EVELINE ZANONI DE ANDRADE, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Telêmaco Borba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 05 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	05/04/2024	05/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839733

PORTARIA Nº 4781/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078407, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria n° 936/2024 - DM, que concedeu à Doutora LARA ALVES OLIVEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Ortigueira, afastamento em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário; e, que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, para substituí-la.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839658

PORTARIA Nº 4782/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078386, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora EVELINE ZANONI DE ANDRADE, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Telêmaco Borba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 12 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	12/04/2024	12/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839747

PORTARIA Nº 4786/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078400, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor JULIO FARAH NETO, Juiz de Direito da Comarca de Primeiro de Maio, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 27 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso	27/03/2024	27/03/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839755

PORTARIA Nº 4787/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078409, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora LARA ALVES OLIVEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Ortigueira, a usufruir dez (10) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2022, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2022.00330155, a partir do dia 06 de maio de 2024.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento, conforme indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE - dia 15/05/2024 para atender os feitos urgentes, sem prejuízo das demais atribuições	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba	06/05/2024	15/05/2024	10

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839764

PORTARIA Nº 4801/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079480, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora LETÍCIA GUIMARÃES, Juíza de Direito do Juizado Especial Puc-Cajuru do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir três (03) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2023, assegurados pelo item "a" da Portaria n° 17038/2023-D.M., a partir do dia 01 de abril de 2024.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	01/04/2024	03/04/2024	03

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839480

PORTARIA Nº 4802/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079517, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, dois (02) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 26 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839484

PORTARIA Nº 4803/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079520, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora GIANI MARIA MORESCHI, Juíza de Direito da 1ª Vara Descentralizada do Boqueirão do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir trinta (30) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 16/11/2015 a 15/11/2020, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 316157/2022, a partir do dia 23 de abril de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 03 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os vinte (20) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados para substituí-la durante o período de seu afastamento, conforme indicado:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	23/04/2024	01/05/2024	09
b) ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO - para atender os feitos urgentes, sem prejuízo das demais atribuições	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	02/05/2024	02/05/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839487

PORTARIA Nº 4804/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079543, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, Juiz de Direito da Comarca de Catanduvas, dois (02) dias de afastamento, a partir de 02 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Comarca, no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA RODRIGUES DE PAULA	Juíza Substituta da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	02/05/2024	03/05/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839492

PORTARIA Nº 4805/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079561, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS, Juíza de Direito da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, licença para tratamento de saúde no dia 01 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	01/04/2024	01/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839499

PORTARIA Nº 4806/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079151, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador LUIZ HENRIQUE MIRANDA, membro da 18ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir setenta e sete (77) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 25/06/2010 a 25/06/2015, assegurados pelo item "II" da portaria nº 13944/2023 - DM, a partir do dia 09 de maio de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 29 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os cinquenta e sete (57) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LUCIANE BORTOLETO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	09/05/2024	28/05/2024	20

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839497

PORTARIA Nº 4807/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079234, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador JOSE AMERICO PENTEADO DE CARVALHO, membro da 3ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, trinta (30) dias de férias alusivas ao 1º período de 2023, a partir do dia 15 de julho de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, as supracitadas férias, a partir do dia 26 de julho de 2024, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os dezenove (19) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão

Especial deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando a notória elevação do número de processos distribuídos e em trâmite perante os Órgãos Julgadores deste Tribunal de Justiça, aliado à difícil tarefa de nomeação/designação de magistrados em número suficiente para dar atendimento a tal demanda, considero não ser possível a continuidade da fruição do seu direito de férias, ante a absoluta necessidade de retorno à função judicante. Esta decisão visa a ideal prestação jurisdicional e preza por uma distribuição de carga de trabalho justa e aceitável a todos os colegas.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
HUMBERTO GONCALVES BRITO	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	15/07/2024	25/07/2024	11

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839516

PORTARIA Nº 4808/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079602, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO, membro da 16ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, a partir de 15 de abril de 2024, para participar do "Fórum sobre Segurança, Desenvolvimento Humano e Coesão Social", no Rio de Janeiro/RJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CRISTIANE SANTOS LEITE	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	15/04/2024	16/04/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839535

PORTARIA Nº 4809/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079406, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 4126/2024 - DM, que autorizou licença especial ao Desembargador ROGÉRIO ETZEL, membro da5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça,, a fim de que nela passe a constar:
a) "ad referendum" do colendo Órgão Especial, no item "I", o afastamento no dia 08 de abril de 2024, e não como ali figurou; e,
b) no item "II", o magistrado abaixo nominado, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDERSON RICARDO FOGAÇA	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	08/04/2024	08/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839607

PORTARIA Nº 4810/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079407, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 4117/2024-D.M, que concedeu ao Doutor ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de março de 2024.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839616

PORTARIA Nº 4811/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079409, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 18 de março de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839524

PORTARIA Nº 4812/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079411, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, três (03) dias de afastamento, a partir de 25 de março de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839531

PORTARIA Nº 4813/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079878, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador DOMINGOS THADEU RIBEIRO DA FONSECA, membro da 7ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, licença para tratamento de saúde no dia 01 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FABIANA SILVEIRA KARAM	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	01/04/2024	01/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839557

PORTARIA Nº 4814/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079684, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador JOSÉ MAURICIO PINTO DE ALMEIDA, membro da 2ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, dois (02) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 26 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
KENNEDY JOSUE GRECA DE MATTOS	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	26/03/2024	27/03/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839544

PORTARIA Nº 4815/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079584, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora MÔNICA FLEITH, Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a afastar-se dez (10) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do Curso "Direito e Inovação", a partir de 04 de julho de 2024, nas Faculdades de Direito de Coimbra, Braga e Porto, em Portugal, sem ônus para o Poder Judiciário e com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839503

PORTARIA Nº 4816/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079599, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora RITA BORGES DE AREA LEÃO MONTEIRO, Juíza de Direito do Foro Regional de Quatro Barras da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "Curso de Habilidades Socioemocionais", a partir de 18 de abril de 2024, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes do mencionado Foro no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARIA SERRA CARVALHO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	18/04/2024	19/04/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839509

PORTARIA Nº 4817/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079646, resolve

C O N C E D E R

à Doutora CARINA DAGGIOS, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Francisco Beltrão, licença para tratamento de saúde no dia 26 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário n ° 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839514

PORTARIA Nº 4819/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079649, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 2696/2024 - DM, que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE para substituir a Doutora AMANI KHALIL MUHD CIUFFI, Juíza de Direito da Vara Criminal da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	26/03/2024	26/03/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839679

PORTARIA Nº 4820/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079725, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO ZAGO UDENAL, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Castro, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2019, no dia 03 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MÁRCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR	Juiz Substituto da 24ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	03/04/2024	03/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839520

PORTARIA Nº 4821/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079879, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME DE MELLO ROSSINI, Juiz de Direito da Comarca de Iretama, afastamento no dia 17 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	17/04/2024	17/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839526

PORTARIA Nº 4822/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078642, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor CARLOS EDUARDO FAÍSCA NAHAS, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", a partir de 17 de abril de 2024, em Foz do Iguaçu/PR, com ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839876

PORTARIA Nº 4823/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078646, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor MARCIO DE LIMA, Juiz de Direito Substituto da 28ª Seção Judiciária da Comarca de Francisco Beltrão, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "Curso de Mestrado em Direito da UNOESC", a partir de 04 de abril de 2024, em Chapecó/SC, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839882

PORTARIA Nº 4824/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078651, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor EDUARDO RESSETTI PINHEIRO MARQUES VIANNA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", a partir de 17 de abril de 2024, em Foz do Iguaçu/PR, com ônus para o Poder Judiciário, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839888

PORTARIA Nº 4825/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078672, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora GABRIELLE BRITTO DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "Curso Habilidades Socioemocionais", a partir de 18 de abril de 2024, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839902

PORTARIA Nº 4826/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079316, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, Juiz de Direito da Comarca de Catanduvas, quatro (04) dias de afastamento, a partir de 15 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Comarca no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA RODRIGUES DE PAULA	Juíza Substituta da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	15/04/2024	18/04/2024	04

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839453

PORTARIA Nº 4827/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079321, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, Juiz de Direito da Comarca de Catanduvas, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 23 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO	Juiz Substituto da 68ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Iporã	23/04/2024	23/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839455

PORTARIA Nº 4828/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079327, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, Juiz de Direito da Comarca de Catanduvas, afastamento no dia 05 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO	Juiz Substituto da 68ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Iporã	05/04/2024	05/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839459

PORTARIA Nº 4829/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079328, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, Juiz de Direito da Comarca de Catanduvas, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 08 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO	Juiz Substituto da 68ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Iporã	08/04/2024	08/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839463

PORTARIA Nº 4830/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079405, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 1217/2024 - DM, que concedeu ao Doutor JULIO CEZAR VICENTINI, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, afastamento em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar o dia 03 de maio de 2024, e não como ali figurou.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839674

PORTARIA Nº 4831/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079456, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor LEONARDO ALEKSANDER FERRAZ SFORZA, Juiz de Direito Substituto da 19ª Seção Judiciária da Comarca de Arapongas, a usufruir dez (10) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2021, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 257390/2023, a partir do dia 14 de maio de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 20 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os quatro (04) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839465

PORTARIA Nº 4832/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079723, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES, Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 05 de abril de 2024, para participar do "VII Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e VIII Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)", do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, em Tocantins, sem ônus para o Poder Judiciário, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839517

PORTARIA Nº 4833/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079475, resolve

C O N C E D E R

à Doutora LEONOR BISOLO CONSTANTINOPOLOS SEVERO, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de União da Vitória, quatorze (14) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839471

PORTARIA Nº 4834/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078411, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LARA ALVES OLIVEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Ortigueira, dois (02) dias de afastamento, a partir de 02 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO	Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes	02/05/2024	03/05/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839770

PORTARIA Nº 4835/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078414, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LARA ALVES OLIVEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Ortigueira, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 30 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba	30/04/2024	30/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839786

PORTARIA Nº 4836/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078605, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir treze (13) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 26/03/2014 a 25/03/2019, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 17612/2023 - DM, a partir do dia 15 de junho de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 19 de junho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os nove (09) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839794

PORTARIA Nº 4837/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078608, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora CRISTINA TRENTO, Juíza de Direito da 4ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do curso "Habilidades Socioemocionais", a partir de 18 de abril de 2024, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do respectivo comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
DEISI RODENWALD	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	18/04/2024	19/04/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839815

PORTARIA Nº 4838/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078614, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora URSULA BOENG, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Miguel do Iguaçu, licença para tratamento de saúde no dia 18 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	18/04/2024	18/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839852

PORTARIA Nº 4839/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078629, resolve

C O N C E D E R

à Doutora CARMEN SILVANIA ZOLANDECK MONDIN, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Guarapuava, licença para tratamento de saúde no dia 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839861

PORTARIA Nº 4840/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078639, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor GUSTAVO GERMANO FRANCISCO ARGÜELLO, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Foz do Iguaçu, licença para tratamento de saúde no dia 25 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839865

PORTARIA Nº 4841/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079914, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANA CRISTINA CREMONEZI, Juíza de Direito da Comarca de Uraí, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 29 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO	Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes	29/04/2024	30/04/2024	02

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839530

PORTARIA Nº 4842/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079960, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor JORGE ANASTÁCIO KOTZIAS NETO, Juiz de Direito da Comarca de Santa Helena, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 08 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	08/04/2024	08/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839533

PORTARIA Nº 4843/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079987, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor WALTERNEY AMÂNCIO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Porecatu, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 19 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO	Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes	19/04/2024	19/04/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839537

PORTARIA Nº 4844/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080177, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, Juiz de Direito da Comarca de Cerro Azul, a afastar-se cinco (05) dias de suas funções jurisdicionais, para participar das aulas da disciplina "Demandas Estruturais e Litígios de Alta Complexidade (DEC)", a partir de 24 de junho de 2024, na ENFAM em Brasília/DF, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA SOUTIER FONTANELLA	Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul	24/06/2024	28/06/2024	05

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839539

PORTARIA Nº 4845/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080284, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ADRIANA AYRES FERREIRA, Juíza de Direito do 14º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, três (03) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 15 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/04/2024	17/04/2024	03

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839542

PORTARIA Nº 4846/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080306, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ILDA ELOISA CORREA DE MORICZ, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 22 de julho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SIDERLEI OSTRUFKA CORDEIRO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	22/07/2024	26/07/2024	05

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839546

PORTARIA Nº 4853/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079912, resolve

I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, por necessidade do serviço, as férias do Desembargador RENATO NAVES BARCELLOS, membro da 5ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, autorizadas pela Portaria nº 3119/2024-DM, a partir de 27 de março de 2024, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir onze (11) dias restantes em época oporturna.

I I - R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 3119/2024-DM, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SIMONE CHEREM FABRICIO DE MELO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	18/03/2024	26/03/2024	09

I I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 4473/2024-D.M., que retificou a Portaria supracitada.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839630

PORTARIA Nº 4854/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082254, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora DANIELE MIOLA, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir treze (13) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2022, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 257988/2023, a partir do dia 20 de maio de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 24 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os nove (09) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINA GABRIELE SPINARDI PINTO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	20/05/2024	23/05/2024	04

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839556

PORTARIA Nº 4855/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082252, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora DANIELE MIOLA, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 24 de maio de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINA GABRIELE SPINARDI PINTO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	24/05/2024	24/05/2024	01

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839552

PORTARIA Nº 4856/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082249, resolve

C O N C E D E R

à Doutora DEISI RODENWALD, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratamento de saúde no dia 27 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839549

PORTARIA Nº 4857/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079793, resolve

R E V O G A R

a partir de 19 de março de 2024, os termos da Portaria nº 16920/2023-D.M., que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, Juíza Substituta da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati, para atender os feitos da 2ª Vara Cível, da Fazenda Pública, dos Registros Públicos e da Corregedoria do Foro Extrajudicial da mesma Comarca.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839560

PORTARIA Nº 4858/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079835, resolve

D E S I G N A R

o Doutor JEAN RODRIGUES, Juiz Substituto da 65º Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da Comarca de Reserva, nos dias 26 e 27 de março de 2024, em razão da vacância do cargo de Juiz de Direito Titular e do afastamento do Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839564

PORTARIA Nº 4859/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080032, resolve

D E S I G N A R

o Doutor ANDRE DOI ANTUNES, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Foro Regional de Almirante Tamandaré da mesma Comarca, no dia 27 de março de 2024, em razão do afastamento do respectivo Juiz de Direito Titular, Doutor GUSTAVO HOFFMANN, bem como do Juiz de Direito Substituto.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839567

PORTARIA Nº 4860/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082777, resolve

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, no período de 01 a 14 de abril de 2024, em razão da vacância do cargo de Juiz de Direito Titular e da licença maternidade da respectiva Juíza Substituta da Seção Judiciária.

Curitiba, 01 de Abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839570

PORTARIA Nº 4861/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082875, resolve

D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada, para atender os feitos urgentes da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em razão do afastamento da Juíza de Direito Titular e da respectiva Juíza de Direito Substituta, no período indicado:

Doutora	Data Início	Data Final	Total de dias
DEBORAH PENNA	18/04/2024	19/04/2024	02

DEBORAH PENNA	01/04/2024	05/04/2024	05

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839573

PORTARIA Nº 4862/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082884, resolve

D E S I G N A R

o Doutor GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA, Juiz Substituto da 46ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Palmas, no período de 30 de março a 07 de abril de 2024, em razão da vacância do cargo de Juiz de Direito Titular e de Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839578

PORTARIA Nº 4863/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083137, resolve

R E V O G A R

a partir de 03 de abril de 2024, os termos da Portaria nº 8821/2023-D.M., que designou a Doutora SANDRA REGINA BITTENCOURT SIMOES, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atender junto ao cargo vago da 12ª Câmara Cível deste Tribunal, em razão da designação do Desembargador FÁBIO LUIS FRANCO, conforme Decreto Judiciário nº 153/2024-DM.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839582

PORTARIA Nº 4864/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083276, resolve

D E S I G N A R

a Doutora VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA SOBREIRO, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para atender, em substituição, no dia 01 de abril de 2024, a Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da mesma Comarca, em razão do afastamento do Juiz de Direito Titular, bem como do respectivo Juiz de Direito Substituto.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6839584

PORTARIA Nº 4876/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a informação de que parte das atribuições da Comissão de Qualidade estão abrangidas pelo Grupo de Pesquisas Judiciárias e que os assuntos afetos ao Prêmio CNJ de Qualidade estão sendo acompanhados pela Secretaria de Planejamento e pelo Ateliê de Inovação; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0012613-44.2021.8.16.6000, resolve:

R E V O G A R

a Portaria nº 4226/2023-DM., referente a designação dos membros ali relacionados para comporem a Comissão de Qualidade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e a consequente extinção da mencionada Comissão.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840222

PORTARIA Nº 4877/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0021036-85.2024.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0002505-29.2022.8.16.0112, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Marechal Cândido Rondon**,** durante o afastamento do Juiz Substituto da 55ª Seção Judiciária, Doutor ERIC BORTOLETTO FONTES.

I I - R E V O G A R

os efeitos da Portaria nº 4222/2023-D.M., que designou o Doutor ADEILSON LUZ DE OLIVEIRA, à época Juiz Substituto da 30ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaíra, para este mister.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840295

PORTARIA Nº 4878/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0045500-76.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos de nº 0000645-24.2024.8.16.0176, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Wenceslau Braz, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora MOEMA SANTANA SILVA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 52ª Seção Judiciária.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840306

PORTARIA Nº 4879/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046156-33.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso, para atuar nos autos de nº 0001020-34.2023.8.16.0055, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Cambará, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL, e diante do afastamento do Juiz Substituto da referida Seção.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840323

PORTARIA Nº 4880/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046219-58.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos de nº 0000648-47.2021.8.16.0155, em trâmite na Comarca de São Jerônimo da Serra, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor FELIPE DE SOUZA PEREIRA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 52ª Seção Judiciária.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840336

PORTARIA Nº 4881/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078549, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor CÉSAR GHIZONI, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 25/03/2019 a 24/03/2024, a serem usufruídos em época oportuna.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840163

PORTARIA Nº 4882/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0050667-11.2023.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

o Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso, para atuar nos autos listados abaixo, todos em trâmite na Comarca de Assaí, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 22ª Seção Judiciária:
01) 0002678-54.2022.8.16.0047
02) 0002717-51.2022.8.16.0047
03) 0002618-81.2022.8.16.0047
04) 0000086-71.2021.8.16.0047
05) 0002051-84.2021.8.16.0047
06) 0002969-54.2022.8.16.0047
07) 0002239-77.2021.8.16.0047
08) 0000196-02.2023.8.16.0047
09) 0000197-84.2023.8.16.0047
10) 0000844-84.2020.8.16.0047
11) 0000254-05.2023.8.16.0047
12) 0000032-71.2022.8.16.0047
13) 0002978-16.2022.8.16.0047
14) 0001821-08.2022.8.16.0047
15) 0001990-29.2021.8.16.0047
16) 0002964-32.2022.8.16.0047
17) 0002018-94.2021.8.16.0047
18) 0002953-03.2022.8.16.0047
19) 0002957-40.2022.8.16.0047
20) 0000563-26.2023.8.16.0047
21) 0002095-69.2022.8.16.0047
22) 0002979-98.2022.8.16.0047
23) 0002980-83.2022.8.16.0047
24) 0000041-33.2022.8.16.0047

I I - R E V O G A R

os efeitos do item "a" da Portaria nº 5097/2023-D.M, que designou Doutor FELIPE DE SOUZA PEREIRA, à época Juiz Substituto da 26ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cornélio Procópio, para este mister.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840366

PORTARIA Nº 4883/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078930, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO, membro da 19ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, a partir de 10 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
A ausência injustificada da juntada da declaração, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
OSVALDO CANELA JUNIOR	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	10/04/2024	11/04/2024	02

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840164

PORTARIA Nº 4884/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078931, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador VITOR ROBERTO SILVA, membro da 18ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2017, no dia 09 de maio de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANA PAULA KALED ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	09/05/2024	09/05/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840166

PORTARIA Nº 4885/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00064063, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador MARCO ANTONIO MASSANEIRO, membro da 16ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, oito (08) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2020, a partir de 21 de maio de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CRISTIANE SANTOS LEITE	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	21/05/2024	28/05/2024	08

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840159

PORTARIA Nº 4886/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079852, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 1218/2024 - DM, que concedeu ao Doutor JULIO CEZAR VICENTINI, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, afastamento em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nele passe a constar o dia 02 de maio de 2024, e não como ali figurou.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840270

PORTARIA Nº 4887/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079861, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2803/2024-DM, que designou a Doutora FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO para substituir a Doutora EMANUELA COSTA ALMEIDA BUENO, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Antonina, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDREI JOSÉ DE CAMPOS	Juiz Substituto da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba	28/04/2024	06/05/2024	09

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840284

PORTARIA Nº 4888/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079863, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2735/2024-DM, que designou a Doutora FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO para substituir a Doutora EMANUELA COSTA ALMEIDA BUENO, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Antonina, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDREI JOSÉ DE CAMPOS	Juiz Substituto da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba	25/04/2024	27/04/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840300

PORTARIA Nº 4889/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079872, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 2022/2024 - DM, que designou o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS e a Doutora FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO, para substituir o Doutor ALEXANDRO CESAR POSSENTI, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Rio Negro, a fim de que nele passe a constar os magistrados abaixo nominados, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) JEAN RODRIGUES - para atender os feitos urgentes, sem prejuízo das demais atribuições	Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida	29/04/2024	30/04/2024	02
b) JONATHAN CASSOU DOS SANTOS	Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa	01/05/2024	12/05/2024	12

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840303

PORTARIA Nº 4890/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080281, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MÁRCIA HÜBLER MOSKO, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, três (03) dias de afastamento, a partir de 12 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME MORAES NIETO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	12/06/2024	14/06/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840192

PORTARIA Nº 4891/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080397, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora CARLA MELISSA MARTINS TRIA, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "VII Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e VIII Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)", a partir de 04 de abril de 2024, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	04/04/2024	05/04/2024	02

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840193

PORTARIA Nº 4892/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082251, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora DANIELE MIOLA, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 02 de maio de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

as magistradas abaixo nominadas para substituí-la durante o período de seu afastamento, conforme indicado:

Doutoras	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) CAROLINA GABRIELE SPINARDI PINTO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	02/05/2024	02/05/2024	01
b) LIDIANE RAFAELA ARAUJO MARTINS - para atender os feitos urgentes, sem prejuízo das demais atribuições	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	03/05/2024	03/05/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840196

PORTARIA Nº 4893/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082268, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "Curso Habilidades Socioemocionais", a partir de 18 de abril de 2024, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciári, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840197

PORTARIA Nº 4894/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0042760-48.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes, para atuar nos autos de nº 0000874-12.2021.8.16.0039, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Andirá, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, durante o afastamento do Doutor TAILAN TOMIELLO COSTA, Juiz Substituto da 54ª Seção Judiciária.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840379

PORTARIA Nº 4895/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082284, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso, a afastar-se cinco (05) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "I Seminário Sobre Transtorno do Espectro Autista", realizado pela Escola da Magistratura de Rondônia, a partir de 17 de junho de 2024, em Porto Velho/RO, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840203

PORTARIA Nº 4896/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082608, resolve

C O N C E D E R

à Doutora GABRIELLE BRITTO DE OLIVEIRA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 27 de março de 2024, nos termos do artigo 89, inciso II, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840204

PORTARIA Nº 4897/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082629, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor FERNANDO RAMON MACHADO DE ANDRADE, Juiz de Direito da Comarca de Salto do Lontra, a se afastar de suas funções jurisdicionais no dia 17 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
A ausência injustificada da juntada da declaração, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
KAMILA PEREIRA MARTINS	Juíza Substituta da 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza	17/04/2024	17/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840211

PORTARIA Nº 4898/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082660, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor LINCOLN RAFAEL HORACIO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Dois Vizinhos, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2022, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 3519/2022, a partir do dia 13 de maio de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 23 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os dez (10) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LETICIA VIANA BARATO	Juíza Substituta da 64ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	13/05/2024	22/05/2024	10

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840214

PORTARIA Nº 4899/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082729, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora PATRICIA MANTOVANI ACOSTA, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 27 de maio de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
DEBORAH PENNA	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	27/05/2024	28/05/2024	02

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840225

PORTARIA Nº 4900/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082773, resolve

I - R E T I F I C A R

a Portaria n° 16728/2023 - DM, que concedeu à Doutora PATRICIA REINERT LANG, Juíza de Direito da Comarca de Iporã, afastamento em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar:
a) no item "I", no dia 19 de abril de 2024, e não como ali figurou; e,
b) no item "II", que designou o Doutor GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO, o Doutor PHILIPPE JEUNON GOMES DA CUNHA para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, e não como ali figurou.

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 760/2024-DM, que retificou a supracitada Portaria.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840318

PORTARIA Nº 4901/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082810, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor YURI ALVARENGA MARINGUES DE AQUINO, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Capanema, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Brazil Legal at Harvard Symposium Law School 2024", a partir de 10 de abril de 2024, em Massachusetts-EUA, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA SOUTIER FONTANELLA	Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com	10/04/2024	12/04/2024	03

	sede na Comarca de Rio Branco do Sul			

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840230

PORTARIA Nº 4902/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082865, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MARISA DE FREITAS, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Guaratuba, três (03) dias de afastamento, a partir de 03 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDREI JOSÉ DE CAMPOS	Juiz Substituto da 59ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	03/06/2024	05/06/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840235

PORTARIA Nº 4903/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082903, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI, Juíza de Direito da Comarca de Grandes Rios, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", a partir de 17 de abril de 2024, em Foz do Iguaçu/PR.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MILENA KELLY DE OLIVEIRA	Juíza Substituta da 39ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Colorado	17/04/2024	19/04/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840241

PORTARIA Nº 4904/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082906, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI, Juíza de Direito da Comarca de Grandes Rios, dois (2) dias de afastamento, a partir de 29 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MILENA KELLY DE OLIVEIRA	Juíza Substituta da 39ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Colorado	29/04/2024	30/04/2024	02

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840244

PORTARIA Nº 4905/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082908, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI, Juíza de Direito da Comarca de Grandes Rios, dois (02) dias de afastamento, a partir de 02 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MILENA KELLY DE OLIVEIRA	Juíza Substituta da 39ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Colorado	02/05/2024	03/05/2024	02

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840248

PORTARIA Nº 4906/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082950, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora TATIANA HILDEBRANDT DE ALMEIDA, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Medianeira, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 17 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	17/04/2024	17/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840251

PORTARIA Nº 4907/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082998, resolve

C O N C E D E R

à Doutora RENATA BOLZAN JAURIS, Juíza de Direito Substituta da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 27 de março de 2024, nos termos do artigo 89, inciso II, do CODJ.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840261

PORTARIA Nº 4908/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083028, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor FABIANO BERBEL, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, três (03) dias de afastamento, a partir de 27 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PAULA CHEDID MAGALHÃES	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	27/05/2024	29/05/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840268

PORTARIA Nº 4909/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083056, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELI, Juiz de Direito Substituto da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, afastamento no dia 05 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840274

PORTARIA Nº 4910/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083059, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELI, Juiz de Direito Substituto da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, dois (02) dias de afastamento, a partir de 02 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840277

PORTARIA Nº 4911/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083067, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor MARCOS CAIRES LUZ, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, a partir de 21 de abril de 2024, devido ao exercício de atividades no interesse da Justiça, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840281

PORTARIA Nº 4912/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083153, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora TRÍCIA CRISTINA SANTOS TROIAN, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, trinta (30) dias de férias alusivas ao 1º período de 2024, a partir do dia 15 de abril de 2024, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário n° 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 03 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os doze (12) dias restantes em época

oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840288

PORTARIA Nº 4913/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079787, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 323/2024 - DM, que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA para substituir a Doutora AMANDA VAZ CORTESI VON BAHTEN, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho da Comarca de Irati, a fim de que nele passe a constar a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA SOUTIER FONTANELLA	Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul	05/06/2024	09/06/2024	05

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840246

PORTARIA Nº 4914/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079782, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 806/2024 - DM, que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA para substituir a Doutora AMANDA VAZ CORTESI VON BAHTEN, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho da Comarca de Irati, a fim de que nele passe a constar a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA SOUTIER FONTANELLA	Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul	10/06/2024	14/06/2024	05

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840237

PORTARIA Nº 4915/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079776, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 1276/2024 - DM, que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA para substituir o Doutor CHRISTIANO CAMARGO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Prudentópolis, a fim de que nele passe a constar a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MILENA KELLY DE OLIVEIRA	Juíza Substituta da 39ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Colorado	29/05/2024	05/06/2024	08

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840227

PORTARIA Nº 4916/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083260, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ANEIZA VANESSA COSTA DO NASCIMENTO, Juíza de Direito Substituta da 4ª Seção Judiciária da Comarca de Guarapuava, três (03) dias de afastamento, a partir de 10 de abril de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº186/2017-OE.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840296

PORTARIA Nº 4917/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083343, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 3205/2024 - DM, que designou a Doutora FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO para substituir o Doutor MARCELO QUENTIN, Juiz de Direito da Comarca de Sengés, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	05/04/2024	12/04/2024	08

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840335

PORTARIA Nº 4918/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083398, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora CAMILA SCHERAIBER POLLI, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir dezesseis (16) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 12/07/2016 a 11/07/2021, assegurados pelo item "II" da Portaria n° 9251/2023-D.M., a partir do dia 06 de maio de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 13 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os nove (09) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840301

PORTARIA Nº 4920/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00073757, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ANA CRISTINA PENHALBEL MORAES, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Foro Regional de Rolândia da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 01/03/2019 a 29/02/2024, a serem usufruídos em época oportuna.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840191

PORTARIA Nº 4921/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00063105, resolve

C O N C E D E R

à Doutora RENATA ELIZA FONSECA DE BARCELOS COSTA, Juíza de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba,

noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 10/12/2018 a 09/12/2023, a serem usufruídos em época oportuna.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840190

PORTARIA Nº 4923/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o Ofício encaminhado pelo Desembargador JOSÉ CAMACHO SANTOS, Presidente da 13ª Câmara Cível; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0044214-63.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora JAQUELINE ALLIEVI, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar em regime de convocação e colaboração com os Desembargadores integrantes da 13ª Câmara Cível, em caráter fixo, a partir de 18/04/2024, nos termos do art. 60 do Regimento Interno deste Tribunal.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840410

PORTARIA Nº 4924/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079651, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2620/2024-DM, que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE para substituir a Doutora AMANI KHALIL MUHD CIUFFI, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Telêmaco Borba, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	27/03/2024	27/03/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840209

PORTARIA Nº 4925/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079774, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 1277/2024 - DM, que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA para substituir o Doutor CHRISTIANO CAMARGO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Prudentópolis, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	06/06/2024	07/06/2024	02

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840217

PORTARIA Nº 4926/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083713, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador JOSÉ MAURICIO PINTO DE ALMEIDA, membro da 2ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, oito (08) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ. A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
KENNEDY JOSUE GRECA DE MATTOS	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	29/03/2024	05/04/2024	08

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840184

PORTARIA Nº 4927/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083545, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador MARCUS VINICIUS DE LACERDA COSTA, membro da 5ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 02 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SIMONE CHEREM FABRICIO DE MELO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	02/04/2024	05/04/2024	04

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840179

PORTARIA Nº 4928/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083212, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, a Desembargadora LENICE BODSTEIN, integrante da 11ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se quatro (04) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", em Foz do Iguaçu/PR , a partir de 16 de abril de 2024.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
EDUARDO LINO BUENO FAGUNDES JÚNIOR	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	16/04/2024	19/04/2024	04

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840176

PORTARIA Nº 4929/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083199, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora CRISTIANE SANTOS LEITE, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conselho Nacional de Justiça: Presente, Passado e Futuro", em Foz do Iguaçu/PR, a partir de 17 de abril de 2024.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840171

PORTARIA Nº 4930/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083045, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador TELMO CHEREM, membro da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, a usufruir dez (10) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 03/08/2000 a 02/08/2005, assegurados pelo item "II" da Portaria n° 2568/2024-D.M., a partir do dia 01 de abril de 2024.

I I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 02 de abril do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os nove (09) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SERGIO LUIZ PATITUCCI	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	01/04/2024	01/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840168

PORTARIA Nº 4932/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083807, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, dois (02) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 31 de março de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840146

PORTARIA Nº 4933/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083457, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor GUILHERME DE MELLO ROSSINI, Juiz de Direito da Comarca de Iretama, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 16 de abril de 2024, devido à prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
A ausência injustificada da juntada da declaração, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	16/04/2024	16/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840305

PORTARIA Nº 4934/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083550, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor AMARILDO CLEMENTINO SOARES, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, trinta (30) dias de férias alusivas ao 2º período de 2022, a partir do dia 15 de abril de 2024, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário n° 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 30 de abril do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os quinze (15) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840313

PORTARIA Nº 4935/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083719, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor IVO FACCENDA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 05 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCOS TAKAO TODA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	05/04/2024	05/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840321

PORTARIA Nº 4937/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083799, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria n° 3505/2024 - DM, que concedeu licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, ao Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Andirá; e, que designou a Doutora GABRIELA RODRIGUES DE PAULA, Juíza Substituta da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira, para substituí-lo.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840340

PORTARIA Nº 4938/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083800, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Andirá, dezoito (18) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada e o magistrado abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) GABRIELA SOUTIER FONTANELLA	Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul	01/04/2024	17/04/2024	17
b) PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO	Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes	18/04/2024	18/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840329

PORTARIA Nº 4939/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083802, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Andirá, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 19 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO	Juiz Substituto da 21ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes	19/04/2024	19/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840143

PORTARIA Nº 4940/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087321, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GIOVANE RYMSZA, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Jaguariaíva, licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, no dia 05 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GABRIELA RODRIGUES DE PAULA	Juíza Substituta da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	05/04/2024	05/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840174

PORTARIA Nº 4941/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087319, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2073/2024 - DM, que designou a Doutora KAMILA PEREIRA MARTINS para substituir o Doutor AROLDO HENRIQUE PEGORARO DE ALMEIDA, Juiz de Direito da Comarca de Nova Aurora, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JONATHAN CASSOU DOS SANTOS	Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa	01/04/2024	03/04/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840347

PORTARIA Nº 4942/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087285, resolve

C O N C E D E R

à Doutora KAMILA PEREIRA MARTINS, Juíza Substituta da 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza, dois (02) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840167

PORTARIA Nº 4943/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087267, resolve

C O N C E D E R

à Doutora CLAUDIA ANDREA BERTOLLA ALVES, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, licença para tratamento de saúde no dia 01 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840162

PORTARIA Nº 4944/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087255, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora RENATA MATTOS FIDALGO, Juíza de Direito da Comarca de Marmeleiro, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivas ao 1º período de 2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2024.00011671, a partir do dia 01 de julho de 2024.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LETICIA VIANA BARATO	Juíza Substituta da 64ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Dois Vizinhos	01/07/2024	20/07/2024	20

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840157

PORTARIA Nº 4945/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083810, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ANA CAROLINA BARTOLAMEI RAMOS, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 02 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do respectivo atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840149

PORTARIA Nº 4946/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087395, resolve

C O N C E D E R

à Doutora FABIANA MATIE SATO, Juíza de Direito Substituta da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 10 de junho de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840181

PORTARIA Nº 4948/2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0067326-66.2021.8.16.6000, resolve:

A D I T A R

à Portaria nº 7419/2023-D.M., a designação do Doutor ALEXANDRE GOMES GONÇALVES, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral, para compor o Comitê Interinstitucional para realizar o levantamento de obras públicas paralisadas no Estado do Paraná, propor medidas de autocomposição para que essas obras sejam retomadas e realizar a mediação pré-processual nos procedimentos de contratação e execução de grandes obras pela Administração Pública Estadual, com o objetivo de evitar sua judicialização (Projeto Acelera Paraná).

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840435

PORTARIA Nº 4949/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0038958-42.2024.8.16.6000, resolve:

R E V O G A R

os efeitos do item "I" da Portaria nº 2878/2019-D.M., que designou o Doutor ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para substituir em caráter permanente os Desembargadores integrantes da 14ª Câmara Cível deste Tribunal.

Curitiba, 02/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840453

PORTARIA Nº 4950/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087653, resolve

D E S I G N A R

o Doutor JEAN RODRIGUES, Juiz Substituto da 65º Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida, para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da Comarca de Reserva, no dia 01 de abril 2024, em razão da vacância do cargo de Juiz de Direito Titular e do afastamento do respectivo Juiz Substituto da Seção Judiciária.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840198

PORTARIA Nº 4951/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087571, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RONALDO SANSONE GUERRA, Juiz de Direito da 1ª Vara de Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 01 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada e o magistrado abaixo nominados para substituí-lo durante o período de seu afastamento, conforme indicado:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO - para atender os	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária	01/04/2024	01/04/2024	01

feitos urgentes, sem prejuízo das demais atribuições	da mesma Comarca			
b) LUIZ HENRIQUE VIANNA SILVA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	02/04/2024	20/04/2024	19

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840189

PORTARIA Nº 4952/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087561, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor AMIN ABIL RUSS NETO, Juiz de Direito da Comarca de Ribeirão Claro, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 02 de abril de 2024, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO MUSSIN DE FREITAS	Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	02/04/2024	02/04/2024	01

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840185

PORTARIA Nº 4953/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087401, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria n° 3131/2024 - DM, que autorizou licença especial do Doutor RONALDO SANSONE GUERRA, Juiz de Direito da 1ª Vara de Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, referente ao período ininterrupto compreendido entre 30/12/2012 a 29/12/2017; e, que designou o Doutor LUIZ HENRIQUE VIANNA SILVA, para substituí-lo.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840368

PORTARIA Nº 4954/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087396, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria n° 3374/2024 - DM, que autorizou/interrompeu a licença especial do Doutor RONALDO SANSONE GUERRA, Juiz de Direito da 1ª Vara de Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, referente ao período ininterrupto compreendido entre 30/12/2017 a 29/12/2022; e, que designou a Doutora FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO e o Doutor LUIZ HENRIQUE VIANNA SILVA, para substituí-la.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840358

PORTARIA Nº 4955/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087367, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 3844/2024 - DM, que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE para substituir a Doutora CYNTHIA DE MENDONCA ROMANO, Juíza de Direito da Comarca de Nova Fátima, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso	01/04/2024	05/04/2024	05

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840356

PORTARIA Nº 4956/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087364, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2606/2024 - DM, que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE para substituir a Doutora JADE SEFFAIR FERREIRA, Juíza de Direito da Comarca de Arapoti, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO MUSSIN DE FREITAS	Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	01/04/2024	05/04/2024	05

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840352

PORTARIA Nº 4957/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087686, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor MURILO CONEHERO GHIZZI, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Quedas do Iguaçu, três (03) dias de afastamento, a partir de 27 de maio de 2024, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionda Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEAN RODRIGUES	Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida	27/05/2024	29/05/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840195

PORTARIA Nº 4958/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088192, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2144/2024 - DM, que designou o Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI para substituir o Doutor DJALMA APARECIDO GASPAR JUNIOR, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Santo Antônio da Platina, a fim de que nele passe a constar os magistrados abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso	22/04/2024	23/04/2024	02
b) PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	24/04/2024	26/04/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840376

PORTARIA Nº 4959/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088194, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 3850/2024 - DM, que designou o Doutor PEDRO ERNESTO RAMOS para substituir a Doutora LARISSA FERRAZ KOTESKI, Juíza de Direito da Comarca de Manoel Ribas, a fim de que nele passe a constar a designação do magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso	10/04/2024	12/04/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840383

PORTARIA Nº 4960/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088213, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 2064/2024 - DM, que designou o Doutor PEDRO ERNESTO RAMOS para substituir o Doutor LINNYKER ALISON SIQUEIRA BATISTA, Juiz de Direito da Comarca de Alto Piquiri, a fim de que nele passe a constar os magistrados abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Comarca, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	22/04/2024	22/04/2024	01
b) GABRIELA SOUTIER FONTANELLA	Juíza Substituta da 57ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Rio Branco do Sul	23/04/2024	23/04/2024	01
c) PEDRO ERNESTO RAMOS	Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru	24/04/2024	26/04/2024	03

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840387

PORTARIA Nº 4961/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087578, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora FABIANE PIERUCCINI, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, a afastar-se cinco (05) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "V Brazil Legal Symposium at Harvard Law School", a partir de 03 de abril de 2024, em Cambridge, Massachusetts-EUA, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840187

PORTARIA Nº 4980/2024 - DM.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046574-68.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0002256-73.2023.8.16.0070, em trâmite no Juizado Especial da Comarca de Cidade Gaúcha, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor JOSÉ VALDIR HALUCH JUNIOR, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 27ª Seção Judiciária.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840835

PORTARIA Nº 4981/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046515-80.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0001152-67.2024.8.16.0084, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Goioerê, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor CHRISTIAN PALHARINI MARTINS, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 29ª Seção Judiciária.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840846

PORTARIA Nº 4982/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046471-61.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0004248-61.2022.8.16.0084, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Goioerê, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora LÍVIA SIMONIN SCANTAMBURLO, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 29ª Seção Judiciária.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840855

PORTARIA Nº 4983/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046306-14.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA, Juiz Substituto da 46ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para atuar nos autos de nº 0001175-51.2016.8.16.0065, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Catanduvas, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 72ª Seção Judiciária.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840884

PORTARIA Nº 4984/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046162-40.2024.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

a Doutora CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, Juíza Substituta da 31ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ibaiti, para atuar nos autos de nº 0001601-83.2022.8.16.0055, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Cambará, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 54ª Seção Judiciária.

I I - R E V O G A R

os efeitos da Portaria nº 863/2024-D.M., que designou a Doutora ANA MARIA ORTEGA MACEDO, Juíza Substituta da 26ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cornélio Procópio, para este mister.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840906

PORTARIA Nº 4985/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046452-55.2024.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a Doutora BRUNA GREGGIO, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a celebrar o casamento civil de MARINA GABRIELA TURMINA e FELIPE GREGGIO, no dia 20 de abril de 2024, em Campina Grande do Sul/PR.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840933

PORTARIA Nº 4986/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0136001-47.2022.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, Juíza Substituta da 31ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ibaiti, para atuar nos autos de nº 0000556-34.2021.8.16.0102, em trâmite na Comarca de Joaquim Távora, tendo em vista a promoção do Doutor FERNANDO RAMON MACHADO DE ANDRADE, à época Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840944

PORTARIA Nº 4987/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0043658-61.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora CRISTIANE SANTOS LEITE, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar nos autos de nº 0047468-56.2011.8.16.0000 AI**,** da 16ª Câmara Cível, na qualidade de Relatora, tendo em vista o acervo oriundo do gabinete do Desembargador FRANCISCO CARDOZO OLIVEIRA.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6840979

PORTARIA Nº 4989/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046433-49.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos de nº 0000693-79.2024.8.16.0047, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Assaí, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora ÂNGELA TONETTI BIAZUS, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 22ª Seção Judiciária.

Curitiba, 03/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841003

PORTARIA Nº 5012/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0144160-42.2023.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso, para atuar nos autos nº 0000137-77.2024.8.16.0047, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Assaí, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora NARA MERANCA BUENO PEREIRA PINTO, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 22ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841430

PORTARIA Nº 5013/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047086-51.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz de Direito Substituto da 53ª Seção Judiciária da Comarca da Lapa, para atuar nos autos relacionados abaixo, ambos em trâmite na Vara Cível da Comarca de Palmeira, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora CLÁUDIA SANINE PONICH BOSCO, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 67ª Seção Judiciária:
1. 0001393-62.2017.8.16.0124; e,
2. 0001954-18.2019.8.16.0124.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841431

PORTARIA Nº 5014/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047302-12.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO ERNESTO RAMOS, Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru, para atuar nos autos nº 0000011-08.2023.8.16.0097, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Ivaiporã, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora ADRIANA MARQUES DOS SANTOS, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 34ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841432

PORTARIA Nº 5015/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0119106-11.2022.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz de Direito Substituto da 53ª Seção Judiciária da Comarca da Lapa, para atuar nos autos nº 0002063-79.2022.8.16.0139, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Prudentópolis, tendo em vista a suspeição/impedimento declarada pelo Juiz de Direito Titular, Doutor CHRISTIANO CAMARGO, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 66ª Seção Judiciária.

I I - R E V O G A R

os efeitos da Portaria nº 18103/2023-D.M., que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, à época Juíza Substituta da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati, para esse mister.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841440

PORTARIA Nº 5017/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0075268-81.2023.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor ITAMAR MAZZO SCHMITZ, Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira, para atuar nos autos nº

0001244-12.2023.8.16.0074, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Corbélia, tendo em vista a suspeição/impedimento declarada pela Juíza de Direito Titular, Doutora ÉRIKA FIORI BONATTO MÜLLER, e do respectivo Juiz Substituto da Seção, ficando revogadas as designações anteriores.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841448

PORTARIA Nº 5018/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0046936-70.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0001089-53.2024.8.16.0048, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Assis Chateaubriand, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 20ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841451

PORTARIA Nº 5019/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047040-62.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO ERNESTO RAMOS, Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru, para atuar nos autos de nº 0002857-45.2023.8.16.0049, em trâmite no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Astorga, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor MARCELO FURLANETTO DA FONSECA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 62ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841469

PORTARIA Nº 5020/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047312-56.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO ERNESTO RAMOS, Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru, para atuar nos autos de nº 0000389-68.2024.8.16.0051, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Barbosa Ferraz, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor WILLIAM GEORGE NICHELE FIGUEROA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 61ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841474

PORTARIA Nº 5021/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047842-60.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0001022-48.2024.8.16.0126, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Palotina, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor LUIZ FERNANDO MONTINI, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 20ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841481

PORTARIA Nº 5026/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047828-76.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos de nº 0000407-65.2024.8.16.0156, em trâmite na Comarca de São João do Ivaí, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor MALCON JACKSON CUMMINGS, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 61ª Seção Judiciária.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841513

PORTARIA Nº 5027/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o requerimento encaminhado pelo Desembargador ANTONIO RENATO STRAPASSON; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047291-80.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor CARLOS MAURICIO FERREIRA, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para substituir o Desembargador ANTONIO RENATO STRAPASSON, somente nas Sessões virtual e presencial da 2ª Câmara Cível e 1ª Seção Cível, e virtual do Órgão Especial.

Curitiba, 04/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841531

PORTARIA Nº 5042/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088245, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria n° 4561/2024 - DM, que concedeu à Doutora ANA CLAUDIA DE LIMA CRUVINEL, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024; e, que designou a Doutora PAULA CHEDID MAGALHÃES, para substituí-la.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841662

PORTARIA Nº 5043/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088827, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 4562/2024 - DM, que designou a Doutora PAULA CHEDID MAGALHÃES, para substituir a Doutora LOUISE NASCIMENTO E SILVA, Juíza de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ADRIANO SCUSSIATTO EYNG	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	29/04/2024	30/04/2024	02

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841667

PORTARIA Nº 5044/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088568, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria n° 4256/2024 - DM, que concedeu à Doutora PAULA ANDREA SAMUEL DE OLIVEIRA MONTEIRO, Juíza de Direito Substituta da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, afastamento em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar o dia 18 de abril de 2024, e não como ali figurou.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841686

PORTARIA Nº 5045/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088578, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria n° 4335/2024 - DM, que concedeu à Doutora PAULA ANDREA SAMUEL DE OLIVEIRA MONTEIRO, Juíza de Direito Substituta da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, afastamento em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar o dia 25 de abril de 2024, e não como ali figurou.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841692

PORTARIA Nº 5047/2024 - DM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088985, resolve

D E S I G N A R

a Doutora ADRIANNA CORREA DOS SANTOS ARTIN, Juíza Substituta da 1ª Seção Judiciária com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de Araucária, no dia 05 de abril de 2024, em razão do afastamento do Juiz Titular e em razão do afastamento do Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841708

PORTARIA Nº 5069/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0054673-61.2023.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos nº 000304-87.2023.8.16.0093, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Ipiranga, tendo em vista a suspeição/impedimento manifestada pela Juíza de Direito Titular, Doutora ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA DALLA BARBA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 66ª Seção Judiciária.

I I - R E V O G A R

os efeitos da Portaria nº 18197/2023-D.M., que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, à época Juíza Substituta da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati, para esse mister.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842075

PORTARIA Nº 5070/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0041336-68.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0001271-35.2024.8.16.0017, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da

Comarca de Cidade Gaúcha, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor JOSÉ VALDIR HALUCH JUNIOR, e durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 27ª Seção Judiciária.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842084

PORTARIA Nº 5071/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0135000-90.2023.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos nº 001951-62.2023.8.16.0176, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Wenceslau Braz, tendo em vista a suspeição/impedimento declarada pela Juíza de Direito Titular, Doutora MOEMA SANTANA SILVA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 52ª Seção Judiciária, ficando revogadas as designações anteriores.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842085

PORTARIA Nº 5072/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048484-33.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos nº 0000362-90.2023.8.16.0093, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Ipiranga, tendo em vista a suspeição/impedimento declarada pela Juíza de Direito Titular, Doutora ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA DALLA BARBA, e durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 66ª Seção Judiciária, ficando revogadas as designações anteriores.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842090

PORTARIA Nº 5073/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048156-06.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor ANDREI JOSÉ DE CAMPOS, Juiz Substituto da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba, para atuar nos autos nº 0000987-83.2022.8.16.0118, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Morretes, tendo em vista o impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor FERNANDO ANDRIOLLI PEREIRA, bem como pelo à época Juiz Substituto da 60ª Seção Judiciária, Doutor JOSÉ VALDIR HALUCH JUNIOR, ficando revogadas as designações anteriores.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842095

PORTARIA Nº 5074/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048595-17.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos de nº 0001834-33.2023.8.16.0124, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Palmeira, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora CLÁUDIA SANINE PONICH BOSCO, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 67ª Seção Judiciária.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842100

PORTARIA Nº 5075/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0135847-92.2023.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos nº 0000203-63.2021.8.16.0176, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Wenceslau Braz, tendo em vista a suspeição/impedimento manifestada pela Juíza de Direito Titular, Doutora MOEMA SANTANA SILVA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 52ª Seção Judiciária.

I I - R E V O G A R

os efeitos da Portaria nº 15121/2023-D.M., que designou a Doutora RAQUEL NEVES ALEXANDRE, à época Juíza Substituta da 24ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Castro, para esse mister.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842102

PORTARIA Nº 5076/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0162286-43.2023.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos de nº 000486-49.2018.8.16.0093, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Ipiranga, tendo em vista a suspeição/impedimento manifestada pela Juíza de Direito Titular, Doutora ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA DALLA BARBA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 66ª Seção Judiciária.

I I - R E V O G A R

os efeitos da Portaria nº 336/2024-D.M., que designou a Doutora LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, à época Juíza Substituta da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati, para esse mister.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842106

PORTARIA Nº 5077/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048574-41.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos de nº 0026931-89.2022.8.16.0182, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Palmeira, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora CLÁUDIA SANINE PONICH BOSCO, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 67ª Seção Judiciária.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842107

PORTARIA Nº 5079/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048155-21.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos de nº 0003021-81.2021.8.16.0048, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Assis Chateaubriand, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 20ª Seção Judiciária.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842120

PORTARIA Nº 5081/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047808-85.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO, Juiz Substituto da 68ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Iporã, para atuar nos autos de nº 0000798-19.2021.8.16.0158, em trâmite na Vara Cível da Comarca de São Mateus do Sul, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor ANDRÉ OLIVÉRIO PADILHA, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 67ª Seção Judiciária.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842132

PORTARIA Nº 5082/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0047857-29.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JEAN RODRIGUES, Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida, para atuar nos autos de nº 0004090-21.2014.8.16.0105, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Loanda, tendo em vista o impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora DANIELE LIBERATTI SANTOS TAKEUCHI, bem como pelo Juiz Substituto da referida Seção.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842143

PORTARIA Nº 5083/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0111824-19.2022.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

a Doutora CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, Juíza Substituta da 31ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ibaiti, para atuar nos autos nº 0002435-18.2019.8.16.0047, em trâmite na Comarca de Assaí, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 22ª Seção Judiciária.

I I - R E V O G A R

os efeitos do item "8" da Portaria nº 12356/2023-D.M., que designou a Doutora ANA MARIA ORTEGA MACEDO, Juíza Substituta da 26ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cornélio Procópio, para esse mister.

Curitiba, 05/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842149

PORTARIA Nº 5120/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o Ofício encaminhado pelo Doutor LEONARDO MARCELO MOUNIC LAGO, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0095390-18.2023.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

os seguintes magistrados para:
1) Doutor EDUARDO RESSETTI PINHEIRO MARQUES VIANNA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá, para presidir a sessão do julgamento referente aos autos nº 0000270-14.2017.8.16.0129, marcada para o dia 8 de abril de 2024; e,
2) Doutor PAULO HENRIQUE DIAS DRUMMOND, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá, para atender os feitos urgentes da 2ª Vara Cível da referida Comarca, no dia 08 de abril de 2024.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842683

PORTARIA Nº 5124/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o requerimento encaminhado pelo Desembargador GUILHERME FREIRE DE BARROS TEIXEIRA; CONSIDERANDO o fundamento na Resolução nº 302/2021-OE, que dispõe sobre o Projeto Enfrentamento de Acervo do 1º e 2º Graus de Jurisdição no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0044211-11.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora ELIZABETH DE FÁTIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar como Relatora nos processos listados abaixo, todos da 10ª Câmara Cível, como forma de colaboração:
1) 0004417-57.2015.8.16.0128 Ap;
2) 0004780-78.2014.8.16.0128 Ap;
3) 0003985-38.2015.8.16.0128 Ap;
4) 0004823-15.2014.8.16.0128 Ap;
5) 0005634-38.2015.8.16.0128 Ap;
6) 0005626-95.2014.8.16.0128 Ap;
7) 0003849-41.2015.8.16.0128 Ap;
8) 0004574-30.2015.8.16.0128 Ap;
9) 0002273-13.2015.8.16.0128 Ap;
10) 0003816-51.2015.8.16.0128 Ap;
11) 0004510-54.2014.8.16.0128 Ap;
12) 0004503-28.2015.8.16.0128 Ap;
13) 0004273-20.2014.8.16.0128 Ap;
14) 0005722-76.2015.8.16.0128 Ap;
15) 0005442-42.2014.8.16.0128 Ap
16) 0004492-96.2015.8.16.0128 Ap;
17) 0005662-40.2014.8.16.0128 Ap;
18) 0004830-07.2014.8.16.0128 Ap;
19) 0002698-40.2015.8.16.0128 Ap;
20) 0004244-33.2015.8.16.0128 Ap;
21) 0005670-17.2014.8.16.0128 Ap;
22) 0001489-36.2015.8.16.0128 Ap;
23) 0006042-29.2015.8.16.0128 Ap;
24) 0000324-17.2016.8.16.0128 Ap;
25) 0002470-65.2015.8.16.0128 Ap;
26) 0004500-73.2015.8.16.0128 Ap;
27) 0005721-91.2015.8.16.0128 Ap;
28) 0003384-32.2015.8.16.0128 Ap;
29) 0003883-16.2015.8.16.0128 Ap;
30) 0000130-51.2015.8.16.0128 Ap;
31) 0003856-33.2015.8.16.0128 Ap;
32) 0005880-34.2015.8.16.0128 Ap; e,
33) 0004364-76.2015.8.16.0128 Ap.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842724

PORTARIA Nº 5125/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0143178-28.2023.8.16.6000, resolve:

D E T E R M I N A R

a ratificação da contagem efetivada pela Portaria nº 2682, de 28/11/1995, que incorporou ao acervo do Doutor ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para todos os efeitos legais, o tempo de quatro (04) anos, referente ao período de 25/09/1991 a 24/09/1995, em que prestou serviços na Secretaria do Tribunal de Justiça, com base no art. 35, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, considerando a apresentação da Certidão de Tempo de Contribuição fornecida pelo INSS que comprova o recolhimento de contribuição previdenciária pelo magistrado no período de 25/09/1991 a 31/12/1992, no qual o interessado laborou sob o regime da CLT.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842739

PORTARIA Nº 5126/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048537-14.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor GABRIEL HENRIQUE ANTÔNIO PAIVA LEOCÁDIO, Juiz Substituto da 68ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Iporã, para atuar nos autos de nº 0002448-82.2023.8.16.0077, em trâmite na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Cruzeiro do Oeste, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora AMANDA SILVEIRA DE MEDEIROS, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 27ª Seção Judiciária.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842748

PORTARIA Nº 5127/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0049107-97.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor ITAMAR MAZZO SCHMITZ, Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira, para atuar nos autos de nº 0000268-35.2024.8.16.0085, em trâmite no Juizado Especial Criminal da Comarca de Grandes Rios, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI, e durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 34ª Seção Judiciária.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842767

PORTARIA Nº 5128/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048215-91.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor ITAMAR MAZZO SCHMITZ, Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira, para atuar nos autos de nº 0003389-48.2023.8.16.0104, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Laranjeiras do Sul, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora LUCIANA GONÇALVES NUNES, e durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842779

PORTARIA Nº 5129/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0049140-87.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz Substituto da 69ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Corbélia, para atuar nos autos de nº 0001131-77.2014.8.16.0105, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Loanda, tendo em vista o impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora DANIELE LIBERATTI SANTOS TAKEUCHI, bem como pelo Juiz Substituto da referida Seção.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842790

PORTARIA Nº 5130/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048890-54.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, Juiz Substituto da 53ª Seção Judiciária com sede na Comarca da Lapa, para atuar nos autos de nº 0000855-69.2023.8.16.0157 , em trâmite na Vara Criminal da Comarca de São João do Triunfo, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor GYORDANO BRENNO WESCHENFELDER BORDIGNON, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 67ª Seção Judiciária.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842809

PORTARIA Nº 5132/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0049213-59.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos de nº 0000374-14.2024.8.16.0047, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Assaí, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pela Juíza de Direito Titular, Doutora ÂNGELA TONETTI BIAZUS, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 22ª Seção Judiciária.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842829

PORTARIA Nº 5135/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0048880-10.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para atuar nos autos de nº 0000976-66.2017.8.16.0106, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Mallet, tendo em vista a suspeição/impedimento declarado pelo Juiz de Direito Titular, Doutor ITALO MARIO BAZZO JUNIOR, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 33ª Seção Judiciária, ficando revogadas as designações anteriores.

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842849

PORTARIA Nº 5136/2024 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0041987-03.2024.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor DAVI PINTO DE ALMEIDA, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos listados abaixo, da 15ª Câmara Cível, na qualidade de Relator, tendo em vista o acervo oriundo do gabinete da Desembargadora ELIZABETH MARIA DE FRANÇA ROCHA:

1. 0033428-61.2010.8.16.0014 Ap
2. 0000492-90.2008.8.16.0001 Ap
3. 0014672-24.2008.8.16.0030 Ap
4. 0026327-07.2009.8.16.0014 Ap
5. 0031672-90.2009.8.16.0001 Ap
6. 0001712-89.2009.8.16.0001 Ap
7. 0031665-98.2009.8.16.0001 Ap
8. 0005806-28.2009.8.16.0083 Ap
9. 0020022-80.2008.8.16.0001 Ap
10. 0001731-66.2007.8.16.0001 Ap
11. 0006580-15.2008.8.16.0044 Ap
12. 0002352-29.2009.8.16.0119 Ap
13. 0005527-31.2008.8.16.0001 Ap
14. 0015121-16.2007.8.16.0030 Ap
15. 0006987-53.2008.8.16.0001 Ap
16. 0001344-82.2009.8.16.0162 Ap
17. 0008876-15.2009.8.16.0031 Ap
18. 0000338-30.2009.8.16.0133 Ap
19. 0000180-21.2007.8.16.0108 Ap
20. 0000725-24.2007.8.16.0001 Ap
21. 0000745-31.2008.8.16.0146 Ap
22. 0023522-66.2009.8.16.0019 Ap
23. 0002061-92.2009.8.16.0001 Ap
24. 0012163-13.2008.8.16.0001 Ap
25. 0012194-76.2008.8.16.0019 Ap
26. 0029084-37.2010.8.16.0014 Ap

Curitiba, 08/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6842860

PORTARIA Nº 9637/2023 - DM - Reveiculada por incorreção

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2023.00167990, resolve

I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a licença especial do Doutor RAFAEL DE CARVALHO PAES LEME, Juiz de Direito Substituto da 7ª Seção Judiciária da Comarca de Ponta Grossa, autorizada pela Portaria nº 1821/2023-DM, a partir do dia 28 de junho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir **os dois (02) dias** restantes em época oportuna.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6841951

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 5232/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00096495, originado em razão do protocolizado sob nº 0044002-42.2024.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

MAÍRA PALOMO DE NADAI, matrícula nº 14082, servidora deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da 6ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei nº 16.024/2008, a partir da publicação deste ato;

I I - N O M E A R

LETÍCIA MARA DE OLIVEIRA GUAZZELLI, matrícula nº 50710, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da 6ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5234/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00096761, originado em razão do protocolizado sob nº 0050227-78.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LAURA DE TOLEDO FERREIRA, matrícula nº 51563, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, durante o afastamento, por compensação do plantão no recesso forense, da titular MARIA DA PENHA REPOSSI, no período de 26 de abril de 2024 a 03 de maio de 2024, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5233/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00096506, originado em razão do protocolizado sob nº 0041146-08.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

MAELE DOS ANJOS COSTA, matrícula nº 292780, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau da Comarca de Barbosa Ferraz, nos termos do disposto na Lei nº 18142/2014 e no Decreto Judiciário nº 1694/2014, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício, com efeitos a partir da data de publicação, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5228/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00096481, originado em razão do protocolizado sob nº 0039334-28.2024.8.16.6000, resolve

I - N O M E A R

CINDY HORRANA SCHEFFER, matrícula nº 278329, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete de Juiz Substituto da 40ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Palmas, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

I I - D E S I G N A R

CINDY HORRANA SCHEFFER, matrícula nº 278329, para atuar na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de Palmas, em razão da vacância do cargo de magistrado da 40ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5229/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00096186, originado em razão do protocolizado sob nº 0050061-46.2024.8.16.6000, resolve

E X O N E R A R

ALVARO JOSE DE MELO COUTO, matrícula nº 19210, a seu pedido, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Astorga, a partir de 9 de abril de 2024, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5174/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090537, originado em razão do protocolizado sob nº 0046586-82.2024.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor LUCAS VINICIUS DE OLIVEIRA GUERGOLETI, matrícula nº 272226, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5230/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00097088, originado em razão do protocolizado sob nº 0045299-84.2024.8.16.6000, resolve

I - N O M E A R

GABRIELA GALLAS, matrícula nº 258320, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete do Juiz Substituto Eric Bortoletto Fontes, da 55ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Marechal Cândido Rondon, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

I I - D E S I G N A R

GABRIELA GALLAS, matrícula nº 258320, para atuar no Gabinete do Juízo Único da Comarca de Santa Helena.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5164/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090423, originado em razão do protocolizado sob nº 0038239-94.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização dos servidores e das servidoras abaixo listados, para realização das atividades de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
18533	CARLOS EDUARDO COUTO ROCHA	Consultor Jurídico do Poder Judiciário	365	Teletrabalho Parcial
9633	CINTIA CRISTINA MARTINS FERREIRA	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Parcial
12339	FERNANDA COUTINHO PELISSARI NOGUEIRA	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Parcial
19527	FERNANDA CRISTINA BARBOSA QUIESSI ROLIM	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Parcial
13780	GENESIO BORUCH	Consultor Jurídico do Poder Judiciário	365	Teletrabalho Parcial
10256	MAURO TROIANO	Consultor Jurídico do Poder Judiciário	365	Teletrabalho Parcial

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5166/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090484, originado em razão do protocolizado sob nº 0037572-74.2024.8.16.6000, resolve

I - A U T O R I Z A R

o servidor e as servidoras abaixo listados, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
52408	ANA PAULA IBARGOYEN SARAIVA	Técnica Judiciária	365	Parcial
10147	CARLA HOKAMA DOMINGUES	Técnica Judiciária	365	Parcial
6434	LUIS FERNANDO DONADIO	Analista Judiciário Sênior	365	Parcial
13394	RAQUEL MOZZAQUATRO XAVIER	Técnica Judiciária	365	Parcial

I I - P R O R R O G A R

a autorização do servidor e das servidoras abaixo listados, para realização das atividades de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
50274	ALESSANDRA KARINA FEITOSA AFFONSO COSTA	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Parcial
50299	MARIA FERNANDA ZARPELLON	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Parcial
7458	RICHARD WAGNER PETRIN	Técnico Judiciário	365	Teletrabalho Parcial

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5170/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090581, originado em razão do protocolizado sob nº 0043688-96.2024.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor e as servidoras abaixo listados, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
20729	ELENICE ROCHA	Assistente III de Juiz de Direito	365	Integral
14296	LUIZ OCTAVIO CIM PEREIRA	Técnico Judiciário	365	Integral
50306	PATRICIA ALFLEN MARQUES PRENDIN	Analista Judiciária	365	Integral

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5172/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090445, originado em razão do protocolizado sob nº 0046890-81.2024.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor GEAN CARLO BARRETO COGINOTTI, matrícula nº 19095, ocupante do cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5176/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00089968, originado em razão do protocolizado sob nº 0013446-28.2022.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora FABIANE TOMÉ, matrícula nº 52175, Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5175/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00088153, originado em razão do protocolizado sob nº 0145213-29.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

os servidores e servidoras abaixo listados, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
272650	ANA PAULA NUNES SANTOS	Assistente III de Juiz	365	Integral
256118	ANDRE GARBUIO PINHEIRO MACHADO	Assistente III de Juiz	365	Integral
51507	ANDREIA DE LIMA BISIEWICZ	Técnica Judiciária	365	Integral
259391	ANTONIO RIBEIRO DE MACEDO JUNIOR	Assistente III de Juiz	365	Integral
259491	ARTHUR BACELLAR TEODORO DA SILVA	Assistente III de Juiz	365	Integral
276249	ARTHUR JOSÉ CARVALHO FERNANDES	Assistente III de Juiz	365	Integral
214436	AUGUSTO ALYFF STEFFENS	Assistente III de Juiz	365	Integral
289405	BRUNA DE ALMEIDA MAYER	Assistente III de Juiz	365	Integral
288311	CAROLINE BARBOSA BRETAS	Assistente III de Juiz	365	Integral
261279	CAROLINE LOUREIRO MOURA	Assistente III de Juiz	365	Integral
291320	EDUARDA MARTINS VAZ PADILHA	Assistente III de Juiz	365	Integral
268555	FERNANDA ALVES DE LIMA	Assistente III de Juiz	365	Integral
17501	FÁTIMA HASSAN EL AMIN	Assistente III de Juiz	365	Integral
274451	GABRIEL HENRIQUE SANTINI DA COSTA	Assistente III de Juiz	365	Integral
285455	GASPAR NICOLAU DOS SANTOS	Assistente III de Juiz	365	Integral
288312	GIOVANA ANDREIA GONTIJO LESE	Assistente III de Juiz	365	Integral
278130	GUSTAVO GUIMARÃES DE MELLO	Assistente III de Juiz	365	Integral
281855	ISABELLA SANTOS DE CASTILHO	Assistente III de Juiz	365	Integral
274325	JOVANKA CORDEIRO GUERRA MITOZO	Assistente III de Juiz	365	Integral
291480	JUAREZ MARTINS DO CARMO JUNIOR	Assistente III de Juiz	365	Integral
251637	LAUDICEIA RIBAS DA CRUZ	Assistente III de Juiz	365	Integral
256179	LETÍCIA KRIZIZANOVSKI CARNEIRO	Assistente III de Juiz	365	Integral
263519	MARIA CECILIA CHIOCHETA VINALSKI	Assistente III de Juiz	365	Integral
264004	MARIA EDUARDA CARUSO DE MOURA ROSA	Assistente III de Juiz	365	Integral
266822	MURILO RIBEIRO FAGUNDES	Assistente III de Juiz	365	Integral
291752	NAYLOR GUSTAVO ROBERT DE LIMA JUNIOR	Assistente III de Juiz	365	Integral
288310	NEYLA TAMARA SOUSA RIBEIRO DUARTE	Assistente III de Juiz	365	Integral
291759	NIKOLAS BREDA SANTANNA DA CRUZ	Assistente III de Juiz	365	Integral
257316	PALOMA DIAS SANTANA	Assistente III de Juiz	365	Integral
264537	PEDRO OTÁVIO BARIONI	Assistente III de Juiz	365	Integral
281554	PÂMELLA CARVALHO KRAUSER	Assistente III de Juiz	365	Integral
280709	QUÉREN HAPUQUE CASSIANO CORREIA	Assistente III de Juiz	365	Integral
282835	SULEY MARIA SOUZA DE ANDRADE	Assistente III de Juiz	365	Integral
273568	VIVIANI DE FATIMA BRASILINO	Assistente III de Juiz	365	Integral
278433	WINDERSON MAGUEROVSKI CHAVES	Assistente III de Juiz	365	Integral

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5173/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090612, originado em razão do protocolizado sob nº 0145595-22.2021.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização do servidor DARLAN SALVARO, matrícula nº 14965, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico de Secretaria ou Departamento do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5171/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090550, originado em razão do protocolizado sob nº 0132357-33.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora PATRÍCIA BROIO OLIVEIRA, matrícula nº 19347, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5169/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090461, originado em razão do protocolizado sob nº 0077033-29.2019.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora MARIA VALÉRIA PANEK, matrícula nº 51627, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5179/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090593, originado em razão do protocolizado sob nº 0025473-43.2022.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora NATHALIE CARNEIRO ARAÚJO MENARIM, matrícula nº 21016, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5167/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00088839, originado em razão do protocolizado sob nº 0037483-51.2024.8.16.6000, resolve

I - A U T O R I Z A R

o servidor JORGE LUIZ DA SILVA, matrícula nº 8378, Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

I I - P R O R R O G A R

a autorização dos servidores abaixo listados, para realização das atividades de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
7397	ADRIANA MEDEIROS ZUBINSKI DE CASTRO	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Parcial
11929	DINEI PONTAROLO	Auxiliar Judiciário II	365	Teletrabalho Parcial
18509	HENRIQUE ABBUD TORRES XAVIER	Técnico Judiciário	365	Teletrabalho Parcial
19389	JONATAS WALTER BECHER	Técnico Judiciário	365	Teletrabalho Parcial
17975	LUCIANA NEVES MAURICIO	Técnica Judiciária	365	Teletrabalho Integral

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5231/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0046985-14.2024.8.16.6000, resolve

R E L O T A R

a) a partir de 3 de abril de 2024, a servidora REGINA TISSERANT SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 15652, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, no Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, revogando sua lotação no Gabinete do Juízo do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Casa da Mulher Brasileira do mesmo Foro;
b) a partir de 3 de abril de 2024, a servidora EMMILEINE FERNANDA DE SIQUEIRA ALFONSO, matrícula nº 16428, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, no Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, revogando sua lotação no Gabinete do Juízo do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Casa da Mulher Brasileira do mesmo Foro;
c) a partir de 11 de abril de 2024, a servidora ANA LUIZA CORREIA, matrícula nº 20283, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, no Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, revogando sua lotação no Gabinete do Juízo do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Casa da Mulher Brasileira do mesmo Foro.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5165/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00089788, originado em razão do protocolizado sob nº 0038882-52.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização do servidor e das servidoras abaixo listados, para realização das atividades de teletrabalho:

MATR.	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
18669	JOÃO MATHEUS NETO	Assistente II de Juiz de Direito	365	Teletrabalho Parcial
19340	LARISSA ROSA CARVALHO DA SILVA	Assistente III de Juiz de Direito	365	Teletrabalho Parcial
20293	PRISCILA GOMES BORBELA MALAQUIAS	Assistente III de Juiz	365	Teletrabalho Parcial

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 5235/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00095890, originado em razão do protocolizado sob nº 0048717-30.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

RICARDO FUNAKI, matrícula nº 50839, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, durante o afastamento, por licença para tratamento de saúde, da titular THAISE TREMEA, no período de 15 de março de 2024 a 1º de abril de 2024, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei 21.811/2023, já observado o efetivo exercício, convalidando os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 469/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090366, originado em razão do protocolizado sob nº 0048499-02.2024.8.16.6000, resolve

R E T I F I C A R

a) a Ordem de Serviço nº 302/2024, na parte referente ao servidor ALEXANDRE CAMARGO BOARON, matrícula nº 16564, para que passe a constar que a data de início da Licença Especial se deu em 22/04/2024, e não como constou;

b) a Ordem de Serviço nº 159/2024, na parte referente ao servidor GUILHERME RIBEIRO COUTO SILVA, matrícula nº 19611, para que passe a constar que a data de início da Licença Especial se deu em 24/04/2024, e não como constou.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 468/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090336, originado em razão do protocolizado sob nº 0048499-02.2024.8.16.6000, resolve

S U S P E N D E R

por necessidade do serviço, a licença especial dos servidores e das servidoras abaixo relacionados:

ANNA PAOLA SOARES QUADROS, matrícula nº 13989, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 127/2024, alusiva ao período aquisitivo de 24/07/2013 a 23/07/2018, restando-lhe 81 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082776;

CARLOS ROMEU CASELLA ANZOATEGUI, matrícula nº 13963, a partir de 04/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 128/2024, alusiva ao período aquisitivo de 23/07/2018 a 22/07/2023, restando-lhe 39 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088297;

CRYSTIANNE INDENA PIRES FIGUEIRA, matrícula nº 16376, a partir de 11/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 252/2024, alusiva ao período aquisitivo de 07/08/2017 a 06/08/2022, restando-lhe 50 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082983;

DANIELLE ZAMBOTI CORREIA DA SILVA, matrícula nº 51200, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 314/2024, alusiva ao período aquisitivo de 14/05/2017 a 13/05/2022, restando-lhe 39 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082936;

GISANE CRISTINA PABIS ROCHA, matrícula nº 52247, a partir de 26/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 252/2024, alusiva ao período aquisitivo de 27/03/2014 a 26/03/2019, restando-lhe 34 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079630;

GRACIA KRAINSKI PINTO, matrícula nº 3364, a partir de 25/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 317/2024, alusiva ao período aquisitivo de 11/10/2018 a 10/10/2023, restando-lhe 80 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079143;

GUILHERME CORREA NUNES, matrícula nº 17940, a partir de 02/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 313/2024, alusiva ao período aquisitivo de 13/11/2014 a 12/11/2019, restando-lhe 89 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088446;

HEITOR RODRIGUES DE MELO NETO, matrícula nº 15025, a partir de 26/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 162/2024, alusiva ao período aquisitivo de 10/08/2015 a 09/08/2020, restando-lhe 79 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079682;

JANETE BARANOVSKI, matrícula nº 50453, a partir de 04/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 65/2024, alusiva ao período aquisitivo de 28/12/2015 a 27/12/2020, restando-lhe 46 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00090292;

JESUINA DE OLIVEIRA PRIMO, matrícula nº 10738, a partir de 25/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 314/2024, alusiva ao período aquisitivo de 16/06/2013 a 15/06/2018, restando-lhe 1 dia para ser usufruído em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078811;

KARLA ALVES RODRIGUES DE JESUS, matrícula nº 13994, a partir de 01/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 302/2024, alusiva ao período aquisitivo de 25/07/2018 a 24/07/2023, restando-lhe 59 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087264;

LEONARDO FRANCISCO DORIGAM, matrícula nº 13915, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 302/2024, alusiva ao período aquisitivo de 21/07/2008 a 20/07/2013, restando-lhe 20 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082740;

LIDIANA VAZ RIBOVSKI, matrícula nº 51487, a partir de 04/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 302/2024, alusiva ao período aquisitivo de 24/08/2017 a 23/08/2022, restando-lhe 15 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00090211;

LUCIANA HARUMI MIAZAKI, matrícula nº 10505, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 1877/2023, alusiva ao período aquisitivo de 11/11/2018 a 10/11/2023, restando-lhe 49 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082714;

LUCIANE KALIBERDA STRAIT, matrícula nº 6955, a partir de 25/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 233/2024, alusiva ao período aquisitivo de 12/08/2016 a 11/08/2021, restando-lhe 21 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078577;

LUCIANO VALÉRIO, matrícula nº 15194, a partir de 22/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 314/2024, alusiva ao período aquisitivo de 14/10/2015 a 13/10/2020, restando-lhe 66 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079430;

LUCILENE DE PAULA PEREIRA, matrícula nº 11250, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 233/2024, alusiva ao período aquisitivo de 22/03/2005 a 21/03/2010, restando-lhe 19 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082609;

LUIZ PAULO DUBIEL GERMANO, matrícula nº 8398, a partir de 18/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 313/2024, alusiva ao período aquisitivo de 07/03/2019 a 06/03/2024, restando-lhe 83 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00073347;

LUIZA TIEMI HIRASHIMA, matrícula nº 51951, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 233/2024, alusiva ao período aquisitivo de 09/05/2018 a 08/05/2023, restando-lhe 68 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082623;

MAYCON CEZAR GARCIA PENHA, matrícula nº 17373, a partir de 11/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 127/2024, alusiva ao período aquisitivo de 21/10/2018 a 20/10/2023, restando-lhe 69 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088890;

NATAL APARECIDO FILHO, matrícula nº 51405, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 302/2024, alusiva ao período aquisitivo de 30/07/2017 a 29/07/2022, restando-lhe 3 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089071;

NÍCHOLAS FELIPE KURTZ DALPIVA, matrícula nº 52622, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 159/2024, alusiva ao período aquisitivo de 10/07/2014 a 09/07/2019, restando-lhe 3 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082889;

PAULO ROBERTO BRUNKOW, matrícula nº 8563, a partir de 01/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 314/2024, alusiva ao período aquisitivo de 28/03/2017 a 27/03/2022, restando-lhe 12 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087758;

RENATO ANTONIO DUGONSKI, matrícula nº 7336, a partir de 27/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 314/2024, alusiva ao período aquisitivo de 26/11/2017 a 25/11/2022, restando-lhe 28 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082850;

ROVERLEY RAIMUNDO, matrícula nº 10198, a partir de 01/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 233/2024, alusiva ao período aquisitivo de 26/07/2010 a 25/07/2015, restando-lhe 53 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087354;

SILVIA DENISE KLEIN PALUDO, matrícula nº 50848, a partir de 04/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 314/2024, alusiva ao período aquisitivo de 13/06/2016 a 12/06/2021, restando-lhe 47 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00090205;

SURAMA KLUBER, matrícula nº 13928, a partir de 01/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 202/2024, alusiva ao período aquisitivo de 21/07/2018 a 20/07/2023, restando-lhe 72 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087988;

TIAGO RASSI VALICENTE, matrícula nº 13744, a partir de 02/04/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 317/2024, alusiva ao período aquisitivo de 09/07/2013 a 08/07/2018, restando-lhe 52 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089813;

VANESSA CITA, matrícula nº 13866, a partir de 11/03/2024, concedida pela Ordem de Serviço nº 252/2024, alusiva ao período aquisitivo de 10/07/2008 a 09/07/2013, restando-lhe 38 dias para ser usufruídos em época oportuna. Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088303.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 466/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090308, originado em razão do protocolizado sob nº 0048499-02.2024.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

LICENÇA ESPECIAL aos servidores e às servidoras abaixo relacionados, a ser usufruída a partir das datas e em número de dias a seguir discriminados:
BERNARDO AMARAL WOLFF NETO, matrícula nº 11423, 90 dias alusivos ao período aquisitivo de 11/09/2000 a 10/09/2005, a partir de 03/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00074359;

ELIANE GALDINO DE BRITO, matrícula nº 10021, 90 dias alusivos ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2024, a partir de 17/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089057;

ELISANE GLINSKI, matrícula nº 13576, 90 dias alusivos ao período aquisitivo de 21/08/2018 a 20/08/2023, a partir de 05/08/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078787;

JOICE MOTTA, matrícula nº 14358, 90 dias alusivos ao período aquisitivo de 05/01/2019 a 04/01/2024, a partir de 20/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078805;

JULIANA BORTOLO SANCHEZ, matrícula nº 50821, 90 dias alusivos ao período aquisitivo de 13/06/2016 a 12/06/2021, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082607.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 470/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090400, originado em razão do protocolizado sob nº 0048499-02.2024.8.16.6000, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a) a Ordem de Serviço nº 302/2024, na parte referente ao servidor LEONEL JUNIOR PEDRALLI, matrícula nº 14665, de autorização de 3 dias de licença especial;

b) a Ordem de Serviço nº 315/2024, na parte em que se refere ao servidor LUIS FERNANDO DONADIO, matrícula nº 6434, referente à suspensão de licença especial tendo em vista que a mesma foi usufruída integralmente;

c) a Ordem de Serviço nº 65/2024, na parte referente ao servidor SIDNEI SEBASTIÃO DA SILVA, matrícula nº 14726, de autorização de 4 dias de licença especial.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 467/2024 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2024.00090312, originado em razão do protocolizado sob nº 0048499-02.2024.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

os servidores e as servidoras abaixo relacionados a usufruírem os dias restantes de licença especial, a partir das datas e em número de dias a seguir discriminados:
ALANA PAULA DE MELO MAMUS, matrícula nº 52544, 8 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 27/06/2014 a 26/06/2019, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087416;

ALINE TOZZI DE CARVALHO, matrícula nº 51134, 23 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/03/2017 a 13/03/2022, a partir de 29/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00073324;

ANA LUIZA LIMA DOS SANTOS, matrícula nº 9856, 16 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 02/09/2015 a 01/09/2020, a partir de 13/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080210;

ANDREY EDUARDO RONSANI, matrícula nº 50748, 86 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 12/04/2016 a 11/04/2021, a partir de 19/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00073357;

ANDREZZA NAIMA ATTUY SCHMITT, matrícula nº 52167, 30 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/01/2014 a 06/01/2019, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082707;

ANGELA MARIA SOARES, matrícula nº 50814, 65 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 18/05/2016 a 17/05/2021, a partir de 10/06/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087659;

ANGELÚCIA DE ASSIS SANTOS GARCIA, matrícula nº 52257, 11 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 31/03/2014 a 30/03/2019, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087299;

ANTONIO RAUL MACEDO LOYOLA FILHO, matrícula nº 7391, 48 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 17/08/2007 a 16/08/2012, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079984;

CAREN REGINA TOSCAN, matrícula nº 51656, 3 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 24/06/2010 a 23/06/2015, a partir de 22/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089313;

CLAUDIO SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 12554, 34 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 15/07/2005 a 14/07/2010, a partir de 22/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00090230;

CRISTIANE SILVA DE ALMEIDA, matrícula nº 51843, 37 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 15/02/2018 a 14/02/2023, a partir de 25/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078381;

DANIELLE GRAÇA RECCO, matrícula nº 50185, 4 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 29/10/2015 a 28/10/2020, a partir de 26/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079538;

DORLY WOLSKI WENDRECHOWSKI, matrícula nº 12361, 2 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/12/2009 a 06/12/2014, a partir de 08/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082952;

DORLY WOLSKI WENDRECHOWSKI, matrícula nº 12361, 3 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/12/2014 a 06/12/2019, a partir de 10/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082957;

DYEGO JOSÉ ZANINI, matrícula nº 14326, 7 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/01/2009 a 04/01/2014, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088434;

ELIABE FERREIRA NUNES, matrícula nº 50601, 74 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/01/2011 a 04/01/2016, a partir de 08/07/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088788;

ELIZA HOSOUME, matrícula nº 9005, 2 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/05/1994 a 29/05/1999, a partir de 25/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078461;

EMILIA NAKAHARA, matrícula nº 16308, 39 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 11/07/2017 a 10/07/2022, a partir de 06/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088185;

FABIO FORTUNA, matrícula nº 51748, 29 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/12/2017 a 04/12/2022, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087245;

FELIPE BRUNACCI ROSA, matrícula nº 51898, 42 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 12/03/2018 a 11/03/2023, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083242;

FERNANDA FABRO BELAO, matrícula nº 12537, 6 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/06/2015 a 09/06/2020, a partir de 27/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078775;

FERNANDA ULLMANN, matrícula nº 51681, 77 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 20/11/2017 a 19/11/2022, a partir de 19/06/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00077329;

FLORINDA PINTO DAMASIO DOS REIS, matrícula nº 14448, 18 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 06/10/2014 a 05/10/2019, a partir de 04/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088452;

FLÁVIA WOLFF ZWOLINSKI BARBOSA, matrícula nº 13758, 15 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2022, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079147;

GABRIELA DE ALMEIDA VELINÇAS, matrícula nº 15031, 6 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 11/08/2010 a 10/08/2015, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080175;

GABRIELLE BERTOL DE OLIVEIRA GUILHERME, matrícula nº 51337, 20 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 29/06/2012 a 28/06/2017, a partir de 08/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088980;

GEREMIAS MORAES WOS, matrícula nº 14753, 14 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 18/01/2015 a 17/01/2020, a partir de 11/07/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087475;

HENRIQUE FIRMINO DE ANDRADE, matrícula nº 52774, 54 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/01/2016 a 29/01/2021, a partir de 22/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083278;

HÉVILA RÚBIA BRITO DELALIBERA, matrícula nº 52083, 48 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 03/10/2013 a 02/10/2018, a partir de 02/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088361;

IGBER DE OLIVEIRA LIMA, matrícula nº 14492, 79 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 26/02/2014 a 25/02/2019, a partir de 22/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089974;

ITACIR ANTUNES DOS SANTOS, matrícula nº 3047, 14 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 12/03/1999 a 11/03/2004, a partir de 18/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089913;

JACQUELINE TELES DE PADUA, matrícula nº 13949, 77 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 17/07/2018 a 16/07/2023, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078563;

JAIR GONÇALVES DA CRUZ, matrícula nº 14818, 52 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 08/02/2015 a 07/02/2020, a partir de 20/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083100;

JORGE AFONSO PEROTTO, matrícula nº 7357, 10 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/06/1998 a 13/06/2003, a partir de 25/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078478;

JOSEANE MARIA NICODEM MORAES, matrícula nº 51743, 53 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/12/2017 a 09/12/2022, a partir de 06/11/2023, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083160;

JOÃO GUILHERME DE ALBUQUERQUE SANTOS, matrícula nº 52143, 28 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 02/12/2013 a 01/12/2018, a partir de 02/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088451;

JULIO ANTONIO ROCHA, matrícula nº 11370, 74 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/05/2018 a 13/05/2023, a partir de 18/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00072402;

LUCIANA LUMI KOYAMA, matrícula nº 13382, 36 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/11/2017 a 12/11/2022, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082919;

LUCIANO MADER STINGLIN, matrícula nº 7117, 63 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/12/2016 a 12/12/2021, a partir de 02/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087465;

LUIZ RODRIGO VARDANEGA VIDAL PINTO, matrícula nº 12247, 71 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/05/2018 a 13/05/2023, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083757;

MARIA ALICE BARRETO MUNHOZ DA ROCHA, matrícula nº 14318, 28 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 22/12/2008 a 21/12/2013, a partir de 20/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087541;

MARIA VITORIA GUEDES VIOTTI MAZZAROLO, matrícula nº 10904, 56 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/02/2014 a 09/02/2019, a partir de 11/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089023;

MARILEI DO ROCIO LEONALDO DE SOUZA SANTANA, matrícula nº 5558, 16 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 04/03/2013 a 03/03/2018, a partir de 08/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087671;

MARILUCIA SABINO NEVES, matrícula nº 14336, 1 dia restante alusivo ao período aquisitivo de 05/01/2014 a 04/01/2019, a partir de 02/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00080358;

MARÍLIA DE ALMEIDA PRADO GAVA TORACIO, matrícula nº 51724, 34 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/11/2012 a 29/11/2017, a partir de 03/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088495;

MELISSA OLIVEIRA SOUZA ZUGE, matrícula nº 14710, 14 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 28/12/2014 a 27/12/2019, a partir de 24/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087998;

MIRIAN DOS SANTOS SIQUEIRA, matrícula nº 8013, 71 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 16/10/2018 a 15/10/2023, a partir de 02/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00083108;

MURIEL CRISTIANE MELATTI, matrícula nº 52549, 43 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/07/2014 a 06/07/2019, a partir de 12/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00090044;

NATALIE DE JESUS DOS SANTOS ALVES, matrícula nº 14302, 68 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/01/2014 a 04/01/2019, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078757;

NILZA GOMES RIBEIRO GUIBOR, matrícula nº 14126, 26 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 02/12/2016 a 01/12/2021, a partir de 15/05/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00049635;

OSMAR MAZIA JUNIOR, matrícula nº 51674, 7 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 21/01/2016 a 20/01/2021, a partir de 22/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088617;

OURIDES DE OLIVEIRA, matrícula nº 7164, 12 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/12/2002 a 13/12/2007, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00090188;

PAULA JULIANA FREDERICO DE SÁ RIBEIRO, matrícula nº 51831, 33 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 31/01/2018 a 30/01/2023, a partir de 08/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079266;

REGINALDO MENEZES, matrícula nº 51889, 14 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2023, a partir de 25/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079596;

ROGERIO RAMOS AGUIRRA, matrícula nº 9580, 73 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 08/08/2012 a 07/08/2017, a partir de 26/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079580;

SILVIA DIAS ERDMANN, matrícula nº 51685, 42 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 23/11/2012 a 22/11/2017, a partir de 08/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00078907;

TAMISY DE FREITAS PROVENSI, matrícula nº 50115, 74 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 19/10/2015 a 18/10/2020, a partir de 25/03/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00079239;

TATIANA RESENDE LOPES, matrícula nº 14973, 35 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 21/07/2015 a 20/07/2020, a partir de 03/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089254;

THAIS CECATO, matrícula nº 17848, 1 dia restante alusivo ao período aquisitivo de 12/11/2014 a 11/11/2019, a partir de 05/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00087316;

VANESSA TROMPCZYNSKI, matrícula nº 8330, 45 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 20/02/2011 a 19/02/2016, a partir de 15/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00088373;

VIVIAN BERALDO, matrícula nº 52040, 74 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 23/09/2018 a 22/09/2023, a partir de 01/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00082689;

WELINGTON ADRIANO GRISANTE, matrícula nº 51373, 55 dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/07/2017 a 09/07/2022, a partir de 05/04/2024, Procedimento Administrativo Informatizado nº 2024.00089837.

Curitiba, 9 de abril de 2024.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Secretário de Gestão de Pessoas

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Protocolo nº SEI 0059834-33.2015.8.16.6000
TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 026/2023 CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ E O MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM:
?
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, órgão da administração direta do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representado pelo _____, doravante denominado Tribunal de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.011/0001-28, com sede na Avenida Trifon Hanysz, 220, Centro, Pinhão/PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, Valdecir Biasibett, resolvem aditar o convênio firmado na data de 27 de setembro de 2023, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente instrumento consiste em readequar o quantitativo de servidores cedidos pela municipalidade para atuarem no Fórum da Comarca de Pinhão/PR.
CLÁUSULA SEGUNDA: O inciso I, do Parágrafo Primeiro, da CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES do Termo de Convênio passa a vigorar com a seguinte redação:?
"CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
Parágrafo Primeiro: (...)
I - colocar à disposição da Direção do Fórum da Comarca de Pinhão/PR até (03) três servidor(es) ou empregado(s) público(s) efetivo(s), para exercer(em) atribuições compatíveis com a(s) de seu(s) respectivo(s) cargo(s) de origem".
CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e disposições do Convênio original.?
E por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.?
Pinhão/PR, 08 de abril de 2024.?

_____
Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Pinhão/PR??
??
??

_____
Prefeito do Município de Pinhão/PR

Curitiba, 11 de abril de 2024.

..

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Protocolo nº0SEI Nº 017248-39.2019.8.16.6000
TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2024

Termo de Convênio que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e o **MUNICÍPIO DE REBOUÇAS - PR**, para os fins que especificam:
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ,** órgão da administração direta do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico, Curitiba - PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Rebouças - PR, Doutor James Byron Weschenfelder Bordignon, doravante denominado Tribunal de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE REBOUÇAS - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 77.774.859/0001-82, com sede na rua José Afonso Vieira Lopes, 96, Centro, Rebouças - PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, Senhor Luiz Everaldo Zak, doravante denominado Município de Rebouças, resolvem firmar o presente convênio, que será regido pela legislação aplicável à matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a cooperação mútua visando agilizar e melhorar a qualidade da prestação jurisdicional na Comarca de Rebouças - PR.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, nos termos do art. 103, parágrafo primeiro, combinado com art. 146, ambos da Lei Estadual nº 15.608/2007.
CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES
Parágrafo Primeiro: São obrigações do Município de Rebouças - PR:
I - Colocar à disposição da Direção do Fórum da Comarca de Rebouças - PR até 03 (três) servidores municipais efetivos, para exercer funções compatíveis com as de seus cargos de origem no Fórum da referida Comarca;
II - Informar à Direção do Fórum os dados pessoais e de qualificação profissional dos servidores cedidos, bem como comunicar a sua eventual substituição;
III - Arcar com a remuneração dos servidores cedidos, por conta de seu próprio orçamento;
IV - Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas, encargos previdenciários, sociais e fiscais decorrentes do presente Convênio;
V - Cumprir as diretrizes estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, especialmente àquelas relacionadas à despesa de pessoal;
VI - Comunicar o Tribunal de Justiça quanto a eventuais afastamentos dos servidores cedidos;
VII - Fiscalizar o previsto neste Convênio através da Secretaria Municipal de Administração.
Parágrafo Segundo: São obrigações do Tribunal de Justiça:
I - Treinar os servidores cedidos para o exercício de suas funções no Fórum da Comarca;
II - Determinar o horário da jornada de trabalho a ser cumprido pelos servidores cedidos;
III - Controlar a frequência dos servidores cedidos, fornecendo boletim de frequência mensalmente ao município de Rebouças - PR;
IV - Comunicar ao Município de Rebouças - PR qualquer irregularidade ou inobservância de normas praticadas pelo servidor cedido, relativamente às funções exercidas no Fórum da Comarca;
V - Realizar, quando solicitado pelo Município de Rebouças - PR, a avaliação de desempenho dos servidores cedidos, preenchendo e assinando formulário próprio;
VI - orientar os servidores quanto a uma atuação ética e comprometida, por meio da leitura do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário e/ou participação do curso fornecido pela Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR).
CLÁUSULA QUARTA: DO DEVER DE INFORMAÇÃO - RESOLUÇÃO 102/2009 CNJ
A Direção do Fórum da Comarca de Rebouças - PR, durante o prazo de vigência do presente Termo de Convênio, informará mensalmente à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça, até o 2º (segundo) dia do mês subsequente à prestação do serviço, os dados pessoais e de qualificação do servidor ou servidora cedidos, para fins de atendimento à Resolução nº 102/2009, Anexo VII, do Conselho Nacional de Justiça.
Parágrafo único. A unidade competente da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça encaminhará à Direção do Fórum da Comarca de Rebouças - PR, modelo de folha mensal de envio de informação dos servidores cedidos.
CLÁUSULA QUINTA: DAS VEDAÇÕES DA CESSÃO
É vedada a cessão de servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão, em atenção ao disposto no Acórdão nº 163/2006, do Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como de estagiário, nos termos da Lei nº 11.788/2008 e Decreto Judiciário nº 345/2019.
CLÁUSULA SEXTA: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
Os convenentes, ao celebrarem o presente Termo de Convênio, reafirmam que conhecem e entendem os termos do inciso LXXIX do art. 5º da Constituição Federal e da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e se comprometem a atuar de acordo com as disposições legais.
Parágrafo único. Os Convenentes, que ora assinam o presente Termo de Convênio, admitem o tratamento de seus dados pessoais nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, atendendo ao princípio constitucional da proteção de dados pessoais e da publicidade e à Lei Federal nº 12.527/2011.
CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA OU RESCISÃO
Este Convênio poderá ser alterado por Termo Aditivo, denunciado unilateralmente, ou rescindido por qualquer das partes, sem nenhum ônus, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias.
Parágrafo único. em caso de norma legal ou fato que o torne formalmente inexequível, este termo será rescindido, independentemente de aviso ou notificação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização de ambas as partes.
CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICIDADE
As partes providenciarão a publicação do resumo do presente Termo de Convênio no órgão responsável para dar publicidade a seus atos, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.
CLÁUSULA NONA: DA LEGISLAÇÃO
O presente convênio tem sua fundamentação na Lei Estadual nº 15.608/2007 e Leis nºs 549/1993 e 2.248/2019, do Município de Rebouças - PR.
CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO
As partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR para elucidar possíveis dúvidas relacionadas com o presente Convênio, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de comum acordo, firmam o presente na presença das testemunhas ao final qualificadas.
Rebouças - PR, 09 de Abril de 2024.

_____
JAMES BYRON WESCHENFELDER BORDIGNON
Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Rebouças - PR

_____
LUIZ EVERALDO ZAK
Prefeito do Município de Rebouças - PR

Curitiba, 09 de abril de 2024.

..

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE MEDIANEIRA

EDITAL N° 748/2024
SEI!TJPR N° 0033511-73.2024.8.16.6000

DATA: 12/04/2024
HORÁRIO: das 08h00min às 12h00min
LOCAL: Faculdade UDC Medianeira
ENDEREÇO: Rua Rio Branco, nº 1.820, sala 201, Centro, Medianeira-PR
OBSERVAÇÃO: trazer caneta azul ou preta

INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)
515777	ADRIANO RIBOLDI
515869	BEATRIZ VIEIRA PAULINO DIAS
535926	BRENDA CAROLINE MORAES DOS SANTOS
515706	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
515712	EDUARDA BIANCA CEZAR
515797	EDUARDA RIBEIRO
535929	FELIPE FACCINA
516462	GIORGIA ISABELY ZULZLE
508426	GUSTAVO UCHOA TORRES
536275	HELLAINE DOS SANTOS THOZOLINO
516328	JULIA ROSA CAVALHEIRO DOS REIS
536226	LURDES ELIZE ACORDI
508421	MATEUS VITORINO DE FREITAS
531584	MATHEUS HENRIQUE DA COSTA RIBEIRO
536237	MAYSA MARIANA DA SILVA SANTOS
515940	NICOLAS GIMENEZ
515809	SABRINA KENER DOS SANTOS
536164	SANDRA MARA SUPPI
487052	VANESSA KULPA

Curitiba, 11 de abril de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM 2º GRAU ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO

EDITAL N° 738/2024
SEI!TJPR N° 0039067-56.2024.8.16.6000

DATA: 15/04/2024
HORÁRIO: das 14h00min às 16h00min
LOCAL: Escola Judicial do Paraná - EJUD, sala 112
ENDEREÇO: Rua Álvaro Ramos, nº 150, Centro Cívico, CEP 80.530-190, Curitiba-PR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)
529560	ALEX SUCARIA PEREIRA
504800	ALINE DE LORENZI OLIVEIRA
531703	ALISSON AMARAL DE LIMA
495764	ALISSON SANTOS TABORDA
536093	AMANDA DE SOUZA PAIXÃO
531829	AMANDA YASMINE MACHADO GUSSO
535964	ANA CAROLINA CAMARGO COSTA
526573	ANA LUCIA RODRIGUES DE CARVALHO GIACOMETTI
501073	ANA PAULA BERTULINO
527366	ANA VITÓRIA CORREIA GUERRA
531496	ANDRÉ LUIZ MEDEIROS WISTUBA
517300	ANDREA SUSANE PUSCHEL PRESCINOTTO
534543	ANELISE DA SILVA
536144	BEATRIZ KOVALSKI KRIEGER
524084	BRENDHA EDUARDA DE RAMOS
516013	BRUNA AYUMI KESHINO
524917	BRUNA FUGANTI RICARDO DOS SANTOS
533841	BRUNA RAYANA DE PAULA
517894	BYANCA DIGNER KLEINE KLOCK
496198	CARLOS GABRIEL TEODORA DE LIMA
520351	CAROLINA SELL PACHECO
528019	CAUE LEITOLESG IWANCHECHE
534740	CELSO APARECIDO VIDAL
476508	CLAUDIA FERNANDES COELHO
514337	CURITIBA
508264	DAIANE FERREIRA REPULA
534837	DANIELLI RIBAS DOS SANTOS
531356	DIOGO DE CARVALHO ZILLI
505229	EDUARDA CARDOSO COSTA
520146	EDUARDA TAYNA MOREIRA
480287	ELAINE CRISTINA DA SILVA ALLEN
534084	ELIAS EDUARDO AIRES CABRAL
526228	ELLIAN EDUARDO GOIS
527703	EMANUELLY ANTUNES DO NASCIMENTO
523547	ERIKA ROCHA DA SILVA COSTA
536026	FELIPE GRUDYSZ DO ESPIRITO SANTO
531248	FELIPE RODRIGUES DA SILVA
514052	FERNANDO EUDES KIKUTI SILVA
535215	GABRIEL CUSTODIO DE CAMPOS
536167	GABRIEL DE OLIVEIRA SOUZA CRUZ
529155	GABRIEL DOMINGUES DO NASCIMENTO
533519	GABRIEL MOREIRA GONÇALVES
532683	GABRIELI GRABOVSKI DA LUZ
536145	GEOVANA ALMENDROS MENIM
536235	GIANCARLO ZARLING VENDRAMINI
478204	GIOVANNA QUINTÃO PASCHOAL PUCINELLI
536177	GIULIA MARIA REIS DA COSTA
533035	GUSTAVO MATHEUS ALVES SAMPAIO
496334	HELOÍSA MARTHAUS
529570	ISABELA MOURA SANTOS
536158	ISABELLA CHERCHIGLIA BERARDI
532129	ISABELLY DIAS DA VEIGA
532256	ISADORA CORREA TRUPPEL MACHADO
533237	JOÃO GABRIEL BOGOMOLOF KOSCHINSKI CRUZ
534940	JULIA DE ARAUJO LEIVA
518337	JÚLIA NEVES BARRETO
533533	JÚLIA RAMOS
536132	JULIANA FACCI FONTANINI
536279	KAMILE LUCHTENBERG
533069	KARIN SHIBATA DE SOUZA
520359	KAUA MATHEUS PEREIRA
536030	KAUANE DE LIMA ANTONELO
533836	LARISSA CRISTINA DE MELLO ABDO
518234	LAURA BARROS SILVA
509824	LEONARDO BARBOSA ALVES
515857	LEONARDO NOGUEIRA BACH
536270	LÍVIA LIMA DE SOUZA MOTTA
532988	LOÉ LUCAS OBRZUT
531005	LORRANI GONÇALVES DE SOUZA
528853	LUANA LORENA DOS REIS

531130	LUIZA FURTUOSO DE PAULA
536249	MAIRA DA ROSA LOIOLA
526714	MARIA CLARA GRABARSKI VIANA
536222	MARIA EDUARDA CAETANO BETINARDI
532874	MARIA EDUARDA TOLEDO BILLÉ
533972	MARIA FERNANDA TERRIBILE
503380	MARIA VITÓRIA BODANEZE KUHN
518118	MARIA VITÓRIA BUENO DE MORAIS
536269	MARIANA DO ROCIO CORDEIRO ALVES DOS SANTOS
535337	MARIANA MARQUES DE SOUZA
470485	MARYA FERNANDA BALDISSERA
514396	MIGUEL CLEMENTE REIS
519592	MIKEIAS SILVA DE CARVALHO
505567	MILLENA JUNQUEIRA TOBIAS
526483	MONIQUE ANGELINA MOREIRA
512916	MURILO PIMENTEL FOLTRAN
515893	MYCKAELA PEREIRA MENDES SANTOS
533732	NANPHI CRISTINA DE PAULA MACHADO
470432	NARA VEIGA BORGES
531359	NIKOLLY GABRIELE GOMES
525172	PAOLA CORSATO MENIN
526906	PEDRO AUGUSTO AZEVEDO SIQUEIRA
533244	PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES RISKE
532557	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA FRANCO
514022	PIETRA CANA VERDE MOCELIM
534252	REBECA DALLAGRANNA BRIGOLLA
530513	RICARDO DERGHAM
536117	SABRINA KURSCHEIDT SILVA
500547	SANDERSON MOISES DAVID ALMEIDA SOUZA
533044	SOFIA GOMES DE OLIVEIRA BARBOSA
528415	TAINA CRISTINA DE RAMOS CLEMEM
492984	THAYNÁ LOPES OLIVEIRA
535191	VICTOR TORCHI ESTEVES
510979	VITOR IGOR DOS SANTOS DA SILVA
522923	VITÓRIA OLIVEIRA MENEZES

Curitiba, 11 de abril de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

EDITAL N° 739/2024
SEI!TJPR N° 0028517-02.2024.8.16.6000

DATA: 15/04/2024
HORÁRIO: das 14h00min às 17h00min
LOCAL: Faculdade ISEPE Rondon
ENDEREÇO: Rua Sete de Setembro, nº 2.341, Jardim Alvorada, Marechal Cândido Rondon-PR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)
493586	ALESSANDRO RODRIGUES DA ROSA
535716	ALEXANDRO FERNANDES LISBÔA BIAZUS
486661	AMANDA MILENA RODRIGUES
478341	AMANDA RISSARDI AFONSO
534627	AMERITA DE LÁZARA MENEGUCCI GERONIMO
535947	ANA FLÁVIA PINHEIRO JUBÉ
486113	ANA LETICIA BUCHE
480482	CAMILA EDUARDA DE SOUZA
491094	DANIELLE LOUISE SILVA GOMES PEREIRA
531298	ELIETE BORGES LEANDRO
502517	ELOISA MEINERZ DA SILVA
472315	ÊMELI BERG
535983	EMILI BARBARA GERKE
535758	FABIO MARCIO DIAS DA SILVA
535733	GABRIELA STEFANEL
533799	HELBERT MARIANO DOS SANTOS
531253	HIGO TALLISON LOPES SANTOS
536236	ISADORA RACOSKI CASSOL
534307	JÉSSICA DIENE DE BRITO OLIVEIRA
485946	KARINE BEATRIZ RACHOW
536149	KATIA REGINA CORREIA
536147	KEZYA KAROLYNE KAIPERS VALIATI
510312	LAHIS SAMARA DE SOUZA SANTOS
478023	LUANA SANCHES MARIN
480408	LUIZ CARLOS MARTINS MARQUES JÚNIOR
532512	MARCELO GURCZYNSKA
536103	MARCOS MARCIRIO MENDES
477275	MARIA GABRIELLA E GRANADO
477559	NATIELI JAQUELINE ASSMANN
536029	ORLANDO RAFAEL GOMES LEITE SERPA
472606	PALOMA THAIS AGUIRRES HOCHSCHEIDT
488751	PRISCILA ALVES HONÓRIO
530424	RAFAEL SAVACINSKI
480483	TAINARA FELIPE KRUMMENAUER
474835	VANESSA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA
472511	VITOR MATEUS DILKIN LIMBERGER

Curitiba, 11 de abril de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DIREÇÃO DO FÓRUM DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 749/2024
SEI!TJPR N° 0008468-37.2024.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESERVA
1	525787	AMANDA GERARDELI DA SILVA	10,0	
2	525752	DIEGO SOARES PEREIRA	9,85	
3	528439	BEATRIZ DE SOUZA BERNARDES	8,95	2.1.1
4	535274	VINICIUS SERBENA	9,85	
5	535231	ADRIA FAGUNDES DA SILVA	9,85	
6	517596	MIRELLA VASCONCELOS	9,80	
7	535252	BRENDA LARISSA	8,00	2.1.1

		BONETES SANTOS		
8	526793	RENATA PAGNOZZI	9,70	
9	535255	CAROLINE DA SILVA BATISTA	9,45	
10	525784	AMANDA KAROLINE FONSECA	9,40	
11	532617	JULIA SOUZA CIT	9,40	
12	505445	MARIA EDUARDA ROSSETTO GONÇALVES	9,35	
13	527405	EMILY NAARA DOS SANTOS BONATO	9,35	
14	535168	JHONATAN HANRRY KOZINIESKI DE OLIVEIRA	9,35	
15	535191	VICTOR TORCHI ESTEVES	9,30	
16	532557	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA FRANCO	9,30	
17	528068	WILLIAM ROBSON DA SILVA GOMES	9,25	
18	535279	GUILHERME SCHUEDA ROCHA	8,95	
19	523649	MARIA LETÍCIA ASSUNÇÃO CARNEIRO	8,85	
20	526483	MONIQUE ANGELINA MOREIRA	8,80	
21	532874	MARIA EDUARDA TOLEDO BILLÉ	8,15	
22	535408	IRAPOAM FRANCISCO ROCHA JUNIOR	8,00	
23	535368	ADRIAN VARGAS LENZ	8,00	

Curitiba, 11 de Abril de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA

EDITAL N° 737/2024
SEI!TJPR N° 0038980-03.2024.8.16.6000

DATA: 12/04/2024
HORÁRIO: a prova online ficará disponível das 00h00min às 23h59min, com duração máxima de 04h00min

INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)
535945	ISABELA GODOY AZAMBUJA
496307	JOVANA DA SILVA
535993	KAREN PAVUK
505445	MARIA EDUARDA ROSSETTO GONÇALVES
536020	RAIELI MUSIAL SCORUPSKI
535943	ROBERTO DA COSTA JUNIOR
535991	VALÉRIA APARECIDA DOS SANTOS SILVÉRIO

Curitiba, 11 de abril de 2024.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Departamento Econômico e Financeiro

Relação nº 03/2024 - Extratos das contas dos fundos Reserva/Garantidor e relatórios de transferências - Decreto Judiciário nº 208/2018

Extratos bancários, saldos escriturais e relatórios de transferências dos municípios de Cascavel, Curitiba, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais e do Estado do Paraná.

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844512

DESPACHO Nº 647/2024 - SG-SF-CGF
Protocolo nº 0006705-98.2024.8.16.6000

DESPACHO Nº 10284619 - SG-SF-CGF-DDJ
SEI!TJPR Nº 0006705-98.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10284619
Em cumprimento ao disposto no art. 14, IV, do Decreto Judiciário nº 208/2018, autorizo a Secretaria de Finanças proceder à publicação dos dados apresentados pela Caixa Econômica Federal no Ofício nº 040/2024/SEG Curitiba (10284609).
Abaixo, a relação dos Entes Federados que receberam no mês de março/2024 os repasses oriundos das contas judiciais e as consequentes transferências aos Fundos Garantidor/Reserva.
Em seguida apresenta-se a relação contendo o saldo Escritural Acumulado dos Repasses e dos Fundos Garantidor/Reserva de todos os entes habilitados.

Repasses aos Entes e aos Fundos Garantidor/Reserva (mês ref. MARÇO/2024)		
Ente	**Valores Transferidos ao Ente**	**Valores Transferidos p/ o Fundo**
Curitiba	R$ 16.381.112,77	R$ 7.020.476,40
Maringá	R$ 2.503.667,84	R$ 1.072.999,97

Saldos (mês ref. MARÇO/2024)		
Ente	**Saldo Escritural Repasses Acumulado (28/03/2024)**	**Saldo Fundo Garantidor/ Reserva (28/03/2024)**
Cascavel	R$ 39.078.654,56	R$ 11.718.360,04
Curitiba	R$ 569.464.818,69	R$ 170.893.859,33
Estado do Paraná	R$ 1.654.725.760,37	R$ 413.313.870,22
Estado do Paraná (privados)	R$ 585.134.233,69	R$ 278.683.669,89
Maringá	R$ 149.396.645,87	R$ 44.616.304,70
Paranavaí	R$ 4.995.256,47	R$ 1.590.971,44
Ponta Grossa	R$ 3.593.632,02	R$ 1.094.753,94
Rio Branco do Sul	R$ 2.109.428,37	R$ 532.056,04
Rio Branco do Sul (privados)	R$ 1.255.862,94	R$ 580.281,40
São José dos Pinhais	R$ 9.094.879,33	R$ 2.704.587,49

Publique-se.
Curitiba, data gerada no sistema.

JOSÉ LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 651/2024 - SG-SI-CPS-DCP

SEI!TJPR Nº 0038920-30.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10269601
Senhora Chefe,
Em atendimento ao disposto no art. 57 inciso, I e IV da IN 11/2018 , informo que:
-a manutenção destes bens em espaços deste Tribunal é antieconômica, tendo em vista que estes espaços poderiam ser utilizados para outros fins que não a guarda de bens já considerados inservíveis;
-o custo e morosidade de um eventual leilão para os bens em questão não seria vantajoso para este Tribunal, considerando o tipo, quantidade e estado de conservação dos bens;
-destaque-se que o deslocamento de servidores e veículos oficiais para o recolhimento destes bens ou para levantamento visando outra forma de alienação é uma medida antieconômica que não compensa os valores eventualmente percebidos em um leilão;
-a forma de desincorporação será por destruição, segundo art. 59, inciso IX, IN 11/2018;
-por fim, considerando que tratam-se de bens sem condições de uso, informo que se torna inviável o seu encaminhamento para utilização em unidades administrativas ou judiciárias;
-a necessidade de baixa patrimonial decorre de desgaste natural dos bens, conforme documento 10202791;
-não há necessidade de verificação de responsabilidade servidor ou terceiros;
-os bens relacionados não são oriundos do CNJ.
Anexamos ao expediente o Parecer Normativo nº 5/2022, da Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio (doc. 7875499) incidente ao presente caso, e a decisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente que o aprovou (doc. 7919863). Certificamos, conforme exposto acima, que estão presentes seus pressupostos de aplicação.
Dessa forma, opinamos pela baixa patrimonial dos bens arrolados neste processo e submetemos o expediente à ilustre Secretária de Infraestrutura para decisão.
Gilmar Hodas Junior
Técnico Judiciário
MARIA KIL FUGII
Chefe da Divisão de Controle Patrimonial
I. De acordo.
II. Com amparo no art. 59, inciso IX, da IN 11/2018, no laudo de avaliac?a?o da Comissa?o de Avaliac?a?o de Bens Permanentes (doc. 10248107), na informac?a?o da DCP acima, no parecer normativo aprovado pelo Excelenti?ssimo Senhor Desembargador Presidente (docs. 7875499 e 7919863), autorizo a baixa patrimonial dos bens mencionados na planilha elaborada (doc. 10219963).
III. Publique-se.
IV. Retorne a? DCP para provide?ncias necessa?rias.
V. à Secretaria de Finanças para baixa conta?bil.

Em 10/04/2024.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Secretária de Infraestrutura
(Compete?ncia delegada pelo art. 6o, inciso III, do Decreto Judicia?rio 53/2021)

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 649/2024 - SG-SLCC-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 73/2024

PROTOCOLO: DOCUMENTO 10276257 - SEI 0103864-46.2021.8.16.6000
INTERESSADO: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
DESPACHO: I - Trata o presente expediente do **Contrato nº 174/2021**, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **GENESY - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada, em regime de empreitada por preço global, executados nas dependências das Comarcas integrantes da **Regional VII (Umuarama)** do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
II - Nos termos da Informação nº 10189174, da Divisão de Execução e Controle Orçamentário da Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento da Secretaria de Finanças, **DECLARO** que o recurso financeiro a ser aplicado tem adequação orçamentária e financeira com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
III - A Contratada formulou pedido de **repactuação (10165860)** com base na Convenção Coletiva de Trabalho do SINDESP-PR 2024/2026 (10165882), registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº PR000353/2024 (data base/efeitos **01/02/2024**), em consonância com a Cláusula 8 do Contrato, assim disposta:
"CLÁUSULA 8 - DA REPACTUACÃO: O valor do presente contrato poderá ser recomposto quando ocorrer variação do piso salarial dos empregados da contratada, decorrente de ato do governo, dissídio coletivo, acordo ou convenção coletiva de trabalho, e na hipótese de alteração da legislação trabalhista, na exata medida da repercussão sobre os itens da planilha de custos afetados direta ou indiretamente pela ocorrência do fato ou ato novo. A solicitação deverá ser imediata e acompanhada de cálculos e documentação comprobatória, inclusive de aumento salarial concedido à categoria profissional, não incidindo correção monetária na demora da solicitação. O referido pedido deverá ser protocolizado junto à Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, por meio do endereço eletrônico terceirizados.dgst@tjpr.jus.br."
A repactuação de preços, prevista no Decreto Estadual nº 4.993/16, visa a adequar a prestação pecuniária dos contratos administrativos a que incumbe a Administração, exclusivamente os que tenham como objeto a prestação de serviços contínuos, aos novos preços praticados no mercado por meio da implementação dos efetivos aumentos de custos da atividade contratada, demonstrados por meio de planilhas de custos e formação de preços, com o fim de restabelecer o ajuste inicialmente pactuado (forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro), situação presente no caso.
Ademais, a repactuação pressupõe a observância ao requisito da anualidade, previsto pela Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento (art. 56) e no Decreto Estadual nº 4.993/2016 (art. 79), o qual fora atendido, tendo em vista o transcurso do prazo de 12 (doze) meses dos efeitos da repactuação anterior realizada com lastro na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 (data base/fato gerador ensejar da última repactuação - 01/02/2023) (Termo Aditivo nº 02 9073533).
Dessa forma, inexiste óbice a concessão da repactuação, nos termos calculados pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados (10165896), com efeitos a partir **01/02/2024** (data base da categoria).
IV - Encontra-se pendente de análise a proposta de alteração contratual formulada pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, notadamente quanto à documentação a ser apresentada durante a fiscalização administrativa e processo de pagamento (Cláusula 4º).
Em expediente apartado (SEI nº 0027216-20.2024.8.16.6000), a DGIET apresentou consulta (10100264) acerca da possibilidade de alteração da Cláusula 4 do instrumento contratual, tendo a Consultoria Jurídica desta Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios se manifestado positivamente (10152351), sugerindo, ao final, o trâmite da alteração nos respectivos expedientes principais dos contratos, bem como a notificação das empresas contratadas quanto à alteração a ser promovida.
A alteração não implicará em modificação do valor mensal do contrato.
V - Diante do exposto:
a) nos termos da Informação nº 10165896 da Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, da Informação nº 10189174 da Divisão de Execução e Controle Orçamentário - SEF e do Parecer nº 160/2024 da Supervisão Jurídica de Serviços Terceirizados da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios (aprovado pelo Secretário de Licitações, Contratos e Convênios deste Tribunal de Justiça) - que acolho - no tocante ao **Contrato nº 174/2021, DEFIRO** o pedido de **repactuação**, com fulcro na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, na Cláusula 8 do Contrato, no Decreto Estadual nº 4.993/2016, na Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, passando o valor global mensal de **R$ 530.651,29** (quinhentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos) para **R$ 559.533,07** (quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e sete centavos), **a partir de 01/02/2024;**
b) nos termos das justificativas contidas na Informação 10190193 e do Parecer Jurídico nº 160/2024 (10276252), os quais acolho, **AUTORIZO**, sem modificação do valor global mensal, a alteração do Contrato nº 174/2021, especificamente no tocante à Cláusula 4ª, itens 4.4 e 4.8, consoante proposta apresentada pela Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados, e mantendo-se hígidas as demais previsões, passando a redação a constar da seguinte forma:
"CLÁUSULA 4 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PAGAMENTO:
[...]
4.4*: Para liberação do pagamento, e para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações trabalhistas e sociais, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços:*
[...]
. ***Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS dos trabalhadores****;*
e,
4.8*: Todos os documentos a serem entregues, deverão ser relativos ao mês do serviço requerido, com exceção do comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados, que deverá ser relativo ao mês imediatamente anterior,* ***e do extrato individual de FGTS, que poderá conter no demonstrativo os depósitos até o mês imediatamente anterior"****.*
VI - À Secretaria de Finanças para emissão da nota de empenho.
VII - À **Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra** para publicação, bem como para notificar a Contratada a fim de que complemente a

garantia apresentada em face do novo valor contratual, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
VIII - Após, À **Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados** para ciência e providências que se mostrem necessárias.
IX - Por fim, à **Consultoria Jurídica da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios** para formalização do termo aditivo.
X - Publique-se.

Em 10 de abril de 2024.

José Luiz Faria de Macedo Filho[1]
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça
[1] Conforme delegação de atos prevista no art. 1º, VI, do Decreto Judiciário 53/2021 (Redação dada pelo Decreto Judiciário nº 371, de 12 de junho de 2023).

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SLCC
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
Protocolo nº0095031-39.2021.8.16.6000
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº19/2024-SG-SLCC-CCC-DCOE

Convenentes: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, o ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Civil, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, e a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
Objeto: Ampliar a sinergia entre os entes supracitados e o Poder Judiciário, promovendo o acesso à Justiça 4.0 e viabilizando uma prestação jurisdicional mais efetiva e em tempo razoável, por meio do compromisso de que a qualificação de todos os envolvidos em procedimentos que possam ser judicializados passe a abranger, sempre que possível, os endereços eletrônicos (e-mails) e números de telefone celular, com a indicação do funcionamento de Short Message Service (SMS) e de aplicativos de mensagem instantânea, tais como Whatsapp e Telegram, além do registro da eventual anuência expressa quanto à citação, notificação e intimação por meio deles em qualquer processo, medidas estas que poderão maximizar a eficiência das comunicações de atos processuais, nos termos da Recomendação nº 104/2021, do Conselho Nacional de Justiça.
Vigência: 60 (sessenta) meses, a partir de sua assinatura, nos termos da lei.

Curitiba, 11/04/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
DES. OCTÁVIO CAMPOS FISCHER
MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
Corregedor-Geral da Polícia Cívil
em represntação ao
Secretario de Estado da Segurança Pública e
ao Delegado-Geral da Polícia Civil
André Ribeiro Giamberardino
Defensor Público-Geral do Estado
Fernanda Estevão Deneka
Vice-Presidente da OAB-PR

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
Departamento de Engenharia e Arquitetura
Departamento Judiciário
Divisão de Distribuição
Seção de Preparo
Seção de Mandados e Cartas
Divisão de Processo Cível
Divisão de Processo Crime
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores
Processos do Órgão Especial
FUNREJUS
Núcleo de Conciliação do 2º Grau
Departamento de Gestão de Precatórios

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Paraná
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Relação Nº 652/2024 - DGP - DA

PROTOCOLO/SEI:
0004613-31.2016.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE LONDRINA
0022549-30.2020.8.16.6000 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
0025815-98.2015.8.16.6000 - MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
0031891-36.2018.8.16.6000 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EED
PROTOCOLO/SEI N° 0004613-31.2016.8.16.6000
MUNICÍPIO DE LONDRINA
DECISÃO DOC.SEI Nº 10288642: 1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE LONDRINA** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2** - De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 10288469 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento** dos precatórios situados nas posições 1ª (primeira) a 23ª (vigésima terceira) e da 30ª (trigésima) a 340ª (trecentésima quadragésima), conforme relação constante do SEI 10288481.Referentemente aos precatórios da 4ª (quarta) a 8ª (oitava) posição, o setor explanou que não se mostra necessário o destacamento do valor superpreferencial a ser antecipado, haja vista que com o saldo disponível será possível o pagamento integral dos referidos créditos, em ordem cronológica.No que se refere ao precatório nº 2021/907944, foi esclarecido que a totalidade do crédito requisitado pertence exclusivamente à credora da superpreferência e, ainda, não restará saldo remanescente após o pagamento desta. Assim, será possível a **quitação integral** de referido precatório.Foi consignado, ainda, que há precatórios com créditos superpreferenciais a serem pagos, cujos valores são inferiores ao limite para quitação das superpreferências, e que, com o pagamento destas, remanesce para quitação apenas o valor das custas processuais. Diante disso, foi sugerida seja autorizada a quitação dos referidos emolumentos na presente oportunidade, de modo a permitir a baixa e o arquivamento dos autos dos precatórios e, eventualmente, dos autos de origem, obtendo-se, com isso, economia processual não apenas ao Poder Judiciário, como também à entidade devedora, que não precisará realizar o acompanhamento.No que diz respeito aos créditos superpreferenciais deferidos nos precatórios nº 2019/907959, nº 2021/903862, nº 2019/907800, nº 2019/908279, nº 2020/902168 e nº 2020/907089, relatou que foi considerado o destacamento de honorários contratuais, tendo em vista a existência de determinação expressa nos autos dos precatórios.Foi consignado, ainda, que o precatório nº 1984/3294 foi suspenso até que eventual interessado faça prova da localização do credor principal ou de seus sucessores. Referente ao precatório nº 2013/900228, foi determinado o cancelamento do precatório, contudo resta pendente o estorno dos valores já repassados ao Juízo. Por sua vez, os precatórios da 26ª (vigésima sexta), 27ª (vigésima sétima) e da 29ª (vigésima nona) colocação, já tiveram seu pagamento autorizado.Ressaltou, adicionalmente, que os precatórios das posições 28ª, 133ª, 155ª, 185ª, 231ª, 232ª e 234ª são precatórios que já foram quitados via pagamento da parcela superpreferencial.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 10288633 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 10288469 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão nos respectivos precatórios, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 10288469 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios**, observada a ordem estabelecida, de todos os créditos elencados, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 31.113.261,79 (trinta e um milhões cento e treze mil duzentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos)**, apurado em abril/2024, a ser confirmado pelos cálculos de atualização que serão juntados aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10288469 - P-SEP-DGP-DCGA:**5.1** - **Publicar** a presente Decisão e a Relação 10288481 no DJe;**5.2** - **Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 10288469 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos dos precatórios que são objetos da presente Decisão;**5.3** - **Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 10288481, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**6 -** Após, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10288469 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária, caso os depósitos nas contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios sejam efetuados em mês distinto ao do cálculo de atualização, a partir do dia seguinte ao fim do mês do cálculo.**7 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 11/04/2024. **Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN** Presidente do Tribunal de Justiça

.

EED
PROTOCOLO/SEI N° 0022549-30.2020.8.16.6000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
DECISÃO DOC.SEI Nº 10257732: 1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2** - De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 10206628 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento** dos precatórios situados nas posições 1ª (primeira) a 5ª (quinta), conforme relação constante do SEI 10207426.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 10257721 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 10206628 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão nos respectivos precatórios, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 10206628 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios**, observada a ordem estabelecida, de todos os créditos elencados, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 152.178,02 (cento e cinquenta e dois mil cento e setenta e oito reais e dois centavos)**, apurado conforme a data constante na relação do SEI 10207426, a ser confirmado pelos cálculos de atualização que serão juntados aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10206628 - P-SEP-DGP-DCGA:**5.1** - **Publicar** a presente Decisão e a Relação 10207426 no DJe;**5.2** - **Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 10206628 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos dos precatórios que são objetos da presente Decisão;**5.3** - **Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 10207426, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**6 -** Após, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10206628 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária a partir da data indicada na relação de precatórios supracitada.**7 -** Certificado o cumprimento das determinações

retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 11/04/2024. **Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN** Presidente do Tribunal de Justiça

.

EED

PROTOCOLO/SEI N° 0025815-98.2015.8.16.6000

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

DECISÃO DOC.SEI Nº 10261996: 1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2** - De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 10254613 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento** do precatório situado na 1ª (primeira) posição, conforme relação constante do SEI 10255399.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 10261983 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 10254613 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão em respectivo precatório, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 10254613 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **autorizar a disponibilização em conta judicial vinculada aos autos do precatório**, observada a ordem estabelecida, do crédito elencado, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 169.533,81 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta e um centavos)**, apurado em abril/2024, a ser confirmado pelo cálculo de atualização que será juntado aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários ao pagamento, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10254613 - P-SEP-DGP-DCGA:**5.1** - **Publicar** a presente Decisão e a Relação 10255399 no DJe;**5.2** - **Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação nº 10254613 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos do precatório objeto da presente Decisão;**5.3** - **Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 10255399, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**6 -** Após, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P - SEP e na Informação nº 10254613 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária, caso os depósitos na conta judicial vinculada aos autos do precatório sejam efetuados em mês distinto ao do cálculo de atualização, a partir do dia seguinte ao fim do mês do cálculo.**7 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 11/04/2024. **Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN** Presidente do Tribunal de Justiça

.

EED

PROTOCOLO/SEI N° 0031891-36.2018.8.16.6000

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO DOC.SEI Nº 10289840: 1 - Trata-se de procedimento de pagamento a credores do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** em ordem cronológica de apresentação de precatórios.**2** - De acordo com a Informação prestada pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes nº 10265645 - P-SEP-DGP-DCGA, o valor disponível junto à conta de repasse pode ser direcionado para o **pagamento** dos precatórios elencados na relação constante do SEI 10275882.**3 -** A Diretoria, por meio do Despacho nº 10289835 - P-SEP-DGP-D, acolheu a Informação nº 10265645 - P-SEP-DGP-DCGA destes autos, tendo enfatizado a necessidade de juntada de certidão nos respectivos precatórios, pela Divisão de Controle e Gestão de Aportes (DCGA), relativa à titularidade, valor e outras informações relevantes, conforme orientação contida no Parecer nº 6921502 - DGP-DJ, o qual indica os atos a serem praticados pelos órgãos de execução.**4 -** Desse modo, com fulcro no artigo 100, § 6º, da Constituição Federal e considerando a regularidade do procedimento, **acolho a Informação nº 10265645 - P-SEP-DGP-DCGA** para, com fundamento no art. 32 do Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP, **determinar a transferência do valor** disponível na conta 3984/040/01710299-3 para a conta única de repasse 3984/040/ 01678569-8, bem como **autorizar a disponibilização em contas judiciais vinculadas aos autos dos precatórios**, observada a ordem estabelecida, de todos os créditos elencados, no total estimado pelo Sistema de Gestão de Precatórios de **R$ 20.907.605,58 (vinte milhões novecentos e sete mil seiscentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos)**, com remuneração bancária a partir de 22/02/2024, com exceção do precatório nº 2012/900253, cujas remunerações devem seguir os depósitos das contas originárias (08/07/2022 e 04/09/2023), a ser confirmado pelos cálculos de atualização que serão juntados aos autos respectivos; bem como a adoção dos procedimentos necessários aos pagamentos e remessa de valores ao juízo requisitante, conforme o ato normativo citado e os detalhamentos constantes da Informação Técnica.**5 -** Assim, à **Divisão Administrativa** do DGP para, além das providências contidas no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10265645 - P-SEP-DGP-DCGA:**5.1** - **Publicar** a presente Decisão e a Relação 10275882 no DJe;**5.2** - **Anexar** cópia da presente Decisão e da Informação 10265645 - P-SEP-DGP-DCGA nos autos dos precatórios que são objetos da presente Decisão;**5.3** - **Dar ciência** ao Ente devedor da presente Decisão e da Relação 10275882 - P-SEP-DGP-DCGA, via **e-mail oficial** ou postal, com aviso de recebimento.**6 -** Após, à **Divisão de Pagamento de Precatórios** para:a) **Transferir** o montante total da conta judicial 3984/040/01710299-3 à conta única de repasse 3984/040/01678569-8, conforme item "4" desta Decisão;b) **Realizar** o cumprimento aos comandos contidos no Decreto Judiciário nº 86/2024 - P-SEP e na Informação nº 10265645 - P-SEP-DGP-DCGA, devendo incidir remuneração bancária conforme descrito no item 4.**7 -** Certificado o cumprimento das determinações retro, encaminhe-se o presente protocolado SEI à DCGA para aguardar novo procedimento de pagamento. Curitiba, 11/04/2024. **Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN** Presidente do Tribunal de Justiça

.

lks

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844893

Corregedoria da Justiça

Plantão Judiciário Capital

Período:	01/04/2024 a 08/04/2024
Juiz 1º Grau:	Roseana Ceschin Gomes do Rego Assumpcao
Juiz 2º Grau:	Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior1 Anderson Ricardo Fogaça **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Roseana Ceschin Gomes do Rego Assumpcao Renato Henrique Carvalho Soares **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Juliane Velloso Stankevecz Vivian Cristiane Eisenberg de Almeida Sobreiro **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Pamela Dalle Grave Flores Paganini **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 01/04/2024** **ATÉ 12h de 02/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Diego Camilo de Bittencourt **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 02/04/2024** **ATÉ 12h de 03/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 03/04/2024** **ATÉ 12h de 04/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 04/04/2024** **ATÉ 12h de 05/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Angélica Muraro Ramos **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 18h de 05/04/2024** **ATÉ 9h de 06/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 9h de 06/04/2024** **ATÉ 9h de 07/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 06/04/2024** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Diego Camilo de Bittencourt **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 ---------- **DE 9h de 07/04/2024** **ATÉ 12h de 08/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 07/04/2024** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Angélica Muraro Ramos **Oficial de Justiça:** Felipe Netz de Aramburo - (41) 98415-2560 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Rogério Correia Brasil (41) 98455-4879
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Período:	08/04/2024 a 15/04/2204
Juiz 1º Grau:	Fábio Luis Decoussau Machado
Juiz 2º Grau:	Eduardo Novacki

Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Eduardo Novacki Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Fábio Luis Decoussau Machado Leandro Leite Carvalho Campos **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Felipe Forte Cobo Alexandre Della Coletta Scholz **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Vivian Cristiane Eisenberg de Almeida Sobreiro **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 08/04/2024** **ATÉ 12h de 09/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ---------- **DE 18h de 09/04/2024** **ATÉ 12h de 10/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Flávia Simões Fontoura **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ---------- **DE 18h de 10/04/2024** **ATÉ 12h de 11/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Angélica Muraro Ramos **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ---------- **DE 18h de 11/04/2024** **ATÉ 12h de 12/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ---------- **DE 18h de 12/04/2024** **ATÉ 9h de 13/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ---------- **DE 9h de 13/04/2024** **ATÉ 9h de 14/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 13/04/2024** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Flávia Simões Fontoura **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 ---------- **DE 9h de 14/04/2024** **ATÉ 12h de 15/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 14/04/2024** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Joaquim Israel Ribas Pereira - (41) 99642-8445 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Loiane do Rocio Cunha (41) 99987-4867
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").
Período:	15/04/2024 a 22/04/2024
Juiz 1º Grau:	Bruna Greggio
Juiz 2º Grau:	Alexandre Kozechen

Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Alexandre Kozechen Delcio Miranda da Rocha **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Bruna Greggio Diego Santos Teixeira **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Maurício Pereira Doutor Eduardo Lourenço Bana **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Maria Silvia Cartaxo Fernandes Luiz **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 15/04/2024** **ATÉ 12h de 16/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Diego Camilo de Bittencourt **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 18h de 16/04/2024** **ATÉ 12h de 17/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 18h de 17/04/2024** **ATÉ 12h de 18/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 18h de 18/04/2024** **ATÉ 12h de 19/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 18h de 19/04/2024** **ATÉ 9h de 20/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Flávia Simões Fontoura **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 9h de 20/04/2024** **ATÉ 9h de 21/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 20/04/2024** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 ---------- **DE 9h de 21/04/2024** **ATÉ 12h de 22/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 21/04/2024** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Bruno Ferreira de Lima - (41) 99854-3943 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Rogério Correia Brasil (41) 98455-4879
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Período:	22/04/2024 a 29/04/2024
Juiz 1º Grau:	Cíntia Graeff
Juiz 2º Grau:	Guilherme Frederico Hernandes Denz
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Guilherme Frederico Hernandes Denz Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Cíntia Graeff Franciele Cit **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):**

	Luiz Gustavo Fabris Danielle Nogueira Mota Coma **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Maurício Pereira Douto **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 22/04/2024** **ATÉ 12h de 23/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 18h de 23/04/2024** **ATÉ 12h de 24/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Paulo Lindbeck Guimarães **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 18h de 24/04/2024** **ATÉ 12h de 25/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Diego Camilo de Bittencourt **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 18h de 25/04/2024** **ATÉ 12h de 26/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Marcio Luiz Morel **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 18h de 26/04/2024** **ATÉ 9h de 27/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Denis Grujicic Marcelja **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 27/04/2024** **ATÉ 9h de 28/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 27/04/2024** Silvia Guiomar Joras Carneiro - (41) 99621-5136 Rogelio dos Santos Demaraes **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 ---------- **DE 9h de 28/04/2024** **ATÉ 12h de 29/04/2024** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 28/04/2024** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Silvia Guiomar Joras Carneiro **Oficial de Justiça:** Diogenes Justechechen - (41) 99808-7578 **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Gabrielle Fernandes Mattana Carollo (41) 99906-0488 Alexandro Barbosa de Menezes (41) 98809-8762
Horário:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	- Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Telefone:	Fixo: (41) 3210-7045 (durante o período de permanência). O celular dos servidores plantonista consta no campo ao lado ("Responsável").

Divisão de Concursos da Corregedoria
Conselho da Magistratura
Comissão Int. Conc. Promoções
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais
Comissão Permanente de Avaliação Documental
Comarca da Capital
Direção do Fórum
Cível
Crime
Fazenda Pública

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Créditos em face da Recuperação Judicial de ITAETÉ MOVIMENTAÇÃO - LOGÍSTICA LTDA

AVISO

FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo**,** em face da Recuperação Judicial de **ITAETÉ MOVIMENTAÇÃO - LOGÍSTICA LTDA** para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as impugnações que entenderem.

0002502-78.2024.8.16.0185 - ELIZABETH GERCY DE ALMEIDA e ZAMIR HOSHI TEIXEIRA

0002847-44.2024.8.16.0185 - BEDOINO DOS SANTOS

Curitiba, 10 de abril 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Estes processos tramitam através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Créditos em face da Falência deJAL FUNDICAO E USINAGEM DE ALUMINIO LTDA.

AVISO

FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo, em face da Falência **JAL FUNDICAO E USINAGEM DE ALUMINIO LTDA,** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.

0000134-96.2024.8.16.0185 - CR BLUECAST INDUSTRIA MECANICA DO BRASIL LTDA

0000135-81.2024.8.16.0185 - BERNARDES SILVA E RABELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Créditos em face da Recuperação Judicial de EMPÓRIO DO QUEIJO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME

AVISO

FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo**,** em face da Recuperação Judicial de **EMPÓRIO DO QUEIJO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME** para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as impugnações que entenderem.

0001395-96.2024.8.16.0185 - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

0002258-52.2024.8.16.0185 - COOPERATIVA DE CREDITO COM INTERAÇÃO SOLIDARIA INTEGRAÇÃO - CRESOL INTEGRAÇÃO

Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Estes processos tramitam através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Créditos em face da Recuperação Judicial de CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA.

AVISO

FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo, em face da Recuperação Judicial de **CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA**. para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as impugnações que entenderem.

0001226-12.2024.8.16.0185 - CHRISTIAN MICHEL MARTINS e outros

0002529-61.2024.8.16.0185 - ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Estes processos tramitam através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Créditos em face da Recuperação Judicial de COCELPA CIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANA

AVISO

FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo move contra a **Recuperação Judicial de COCELPA CIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANA** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.

0002284-50.2024.8.16.0185 - GILBERTO GODOI FRANCESCHINI

0002843-07.2024.8.16.0185 - RICARDO DOS SANTOS

0034316-45.2023.8.16.0185 - AURILIO LOPES NETO

Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Recuperação Judicial de SCHIMIDT INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo**,** em face da Recuperação Judicial de **SCHIMIDT INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as impugnações que entenderem.
0002314-85.2024.8.16.0185 - Ariadne do Nascimento e Joseane Cristine Miranda
0002531-31.2024.8.16.0185 - SHAYANE CAROLINE RIBEIRO
0002733-08.2024.8.16.0185 - ALESSA MARIA CAVALI ROYER
0002839-67.2024.8.16.0185 - BEATRIZ RITA DOS SANTOS DIAS
0002897-70.2024.8.16.0185 - MALUCELIA DOS SANTOS FERREIRA
0002902-92.2024.8.16.0185 - ISABELE CAROLINA TORRES
0002904-62.2024.8.16.0185 - MURILO NEVES FRANK
Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Estes processos tramitam através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Falência de CRED SOLUTION CORRESPONDENTE BANCARIO LTDA
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo move contra a **Massa Falida de CRED SOLUTION CORRESPONDENTE BANCARIO LTDA** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.
0002776-42.2024.8.16.0185 - ALBERTO RONI EBLING SILVEIRA JUNIOR
Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Falência de LEMBRASUL SUPERMERCADOS LTDA - ME
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo, em face da Falência **LEMBRASUL SUPERMERCADOS LTDA - ME,** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.
0002400-56.2024.8.16.0185 - joao qurinino
Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Falência de PHOENIX ESTUDIO RECUPERACAO E COMERCIO DE VEICULOS ANTIGOS LTDA.
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo move contra a **Massa Falida de PHOENIX ESTUDIO RECUPERACAO E COMERCIO DE VEICULOS ANTIGOS LTDA** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.
0000628-58.2024.8.16.0185 - SIRSO RODRIGUES DOS SANTOS
Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Recuperação Judicial de WHB Fundição S/A
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo**,** em face da Recuperação Judicial de **WHB Fundição S/A** para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as impugnações que entenderem.
0001922-48.2024.8.16.0185 - MARCONI SERGIO DE ALCANTARA
0002399-71.2024.8.16.0185 - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
0002533-98.2024.8.16.0185 - LUCAS PEREIRA DA SILVA
0002535-68.2024.8.16.0185 - Nelson José Rosemann de Oliveira
0002793-78.2024.8.16.0185 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
0002826-68.2024.8.16.0185 - Wanderleia Martins da Silva
0002842-22.2024.8.16.0185 - ADILSON DA SILVA CAROLO DOS REIS
0002894-18.2024.8.16.0185 - VALMAR PUGSLEY JUNIOR
0002901-10.2024.8.16.0185 - CRISTIANO RIBEIRO DA SILVA
0033771-72.2023.8.16.0185 - JOSÉ APARECIDO SILVA
Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Estes processos tramitam através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Falência de TML TRANSPORTES LTDA
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo move contra a **Massa Falida de TML TRANSPORTES LTDA** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.
0000629-43.2024.8.16.0185 - Rafael Pereira Lima
0016645-71.2023.8.16.0035 - EDIMARIO NOGUEIRA DE LIMA
0018554-86.2023.8.16.0185 - ANTONIO MAKOSKI NETO
Curitiba 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Créditos em face da Falência de HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO CARLOS LTDA
AVISO
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo move contra a **Massa Falida de HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO CARLOS LTDA** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.
0002332-09.2024.8.16.0185 - MINISTERIO DA FAZENDA
Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Créditos em face da Recuperação Judicial de PLUMA CONFORTO E TURISMO S.A.

AVISO

FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam Autos de habilitação/ impugnação de crédito conforme relação abaixo**,** em face da **Recuperação Judicial de PLUMA CONFORTO E TURISMO S.A.** para que no **prazo de 10 (dez) dias**, apresentem as impugnações que entenderem.

0002320-92.2024.8.16.0185 - GENERALI BRASIL SEGUROS S A
0002691-56.2024.8.16.0185 - EMERSON ANTONIO BOSCO
0002713-17.2024.8.16.0185 - edson soares Alves
0002736-60.2024.8.16.0185 - GUSTAVO ABREU DE ALMEIDA e IRANI SANTOS ABREU
0002737-45.2024.8.16.0185 - PACHECO E CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS
0002908-02.2024.8.16.0185 - Adriano Kuboski de Araujo
0002910-69.2024.8.16.0185 - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
0033874-79.2023.8.16.0185 - CLEITON WILLIAN DE SOUZA SANTOS
0033877-34.2023.8.16.0185 - FRANCISCO DE ASSIS ALVES TORRES

Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Daniel Peralta Prado, técnico judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR. Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Processo nº 0003136-74.2024.8.16.0185(PROJUDI)
AVISO
PRAZO: 05 (cinco) dias
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, tramitam os Autos nº 0003136-74.2024.8.16.0185 (PROJUDI), de Pedido de Restituição que a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL move em face da MASSA FALIDA DE G. FERDINANDI CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO EIRELI.Com o presente edital, ficam os credores da referida massa falida INTIMADOS para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem as manifestações sobre o pedido de restituição, valendo como contestação a manifestação contrária à restituição, nos termos do artigo 87 da Lei 11.101/2005. Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Angela Tenório Cavalcanti, Analista Judiciário, o fiz digitar e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
AUTOS nº 0000693-74.1992.8.16.0185 (PROJUDI)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS
A Doutora Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Juíza de Direito, faz saber aos que virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos 0000693-74.1992.8.16.0185 de Habilitação de Crédito que **Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A - CNPJ 33.700.394/0001-40** ajuizou em face da **Massa Falida de Martino Comércio de Bebidas Ltda - CNPJ 78.777.505/0001-54**, por este INTIMA o requerente, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, venha receber seus créditos, sob pena de perdimento do direito de recebê-lo, nos termos do artigo 149, § 2º da Lei 11.101/2005 (aqui aplicado analogicamente). Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Angela Tenório Cavalcanti, Analista Judiciária, o digitei e conferi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ. Rua da Glória, nº 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
AUTOS nº 0011979-76.2016.8.16.0001 (PROJUDI)
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
A Doutora Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Juíza de Direito, faz saber aos que virem ou dele tiverem conhecimento, que por este INTIMA **SANDRA APARECIDA GRANZOTE DE FREITAS - CPF 083.276.999-11**, em local incerto e não sabido, nos Autos nº 0011979-76.2016.8.16.0001, de Ação Declaratória com pedido de Liminar em que figura como Requerente UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e Requeridos BRUNA ELI PAIVA DA SILVA e Outros para que tome ciência da presente ação e se manifeste no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná. Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Angela Tenório Cavalcanti, Analista Judiciária, o digitei.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
AUTOS nº 0000943-73.1993.8.16.0185 (PROJUDI)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS
A Doutora Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Juíza de Direito, faz saber aos que virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos 0000943-73.1993.8.16.0185 de Habilitação de Crédito que BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.- CNPJ 90.400.888/0001-42 ajuizou em face da Massa Falida de Martino Comércio de Bebidas Ltda - CNPJ 78.777.505/0001-54, por este INTIMA o requerente, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, venha receber seus créditos, sob pena de perdimento do direito de recebê-lo, nos termos do artigo 149, § 2º da Lei 11.101/2005 (aqui aplicado analogicamente). Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Angela Tenório Cavalcanti, Analista Judiciária, o digitei e conferi.

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
2.ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EDITAL DO ART. 52º, §1º DA LEI 11.101/2005 - DEFERIMENTO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL e DO ART 7ª, § 1º DA LEI 11.101/2005 - PRAZO PARA CREDORES APRESENTAREM SEUS CRÉDITOS E DIVERGÊNCIAS AO ADMINISTRADOR JUDICIAL.
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS
Processo : 0034019-38.2023.8.16.0185
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ACQUA LIFE CONDICIONAMENTO FÍSICO EIRELI, ENGEMARES COSNTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, ENTRE MARES APART HÓTEIS E TURISMO LTDA E PREMILUX COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO LTDA

A Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba, FAZ SABER aos credores e terceiros interessados que foi pedido e deferido o processamento da Recuperação Judicial.

ADMINISTRADOR JUDICAL: Dados da administradora judicial nomeada: CBAJ - CIA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, e-mailcontato@cbaj.com.br. Além do mais os credores poderão acessar o site os documentos através do site https://cbaj.com.br/ para demais informações.

Em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 7.º e § 1º do artigo 52, ambos da Lei n.º 11.101/2005, serve o presente Edital para dar conhecimento a todos os credores e demais interessados que a MM. Juíza LUCIANE PEREIRA RAMOS da 2ª VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE CURITIBA - PARANÁ, deferiu o processamento da recuperação judicial requerida por ACQUA LIFE CONDICIONAMENTO FÍSICO EIRELI, ENGEMARES COSNTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, ENTRE MARES APART HÓTEIS E TURISMO LTDA E PREMILUX COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO LTDA. Ficam os credores advertidos de que, pelo disposto no § 1º do artigo 7.º da Lei n.º 11.101/2005, terão o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital, para apresentar, diretamente à administradora judicial, suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados. Dados da administradora judicial nomeada: CBAJ - CIA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, e-mailcontato@cbaj.com.br. Além do mais os credores poderão acessar o site os documentos através do site https://cbaj.com.br/ para demais informações. Contém o presente Edital o resumo do pedido, a decisão de deferimento da recuperação judicial e a relação nominal de credores, com a discriminação do valor atualizado e a classificação de cada crédito, bem como a advertência para apresentação de habilitação, divergência e objeção ao plano, consoante determina o § 1º do artigo 52 da Lei n. 11.101/2005. RESUMO DO PEDIDO: Deferimento de liminar para determinar a liberação de todas as penhoras que recaiam sobre dívida concursal (sujeita a recuperação judicial), nos termos do art. 6º da Lei 11.101/05; deferimento do processamento da Recuperação Judicial, com reflexo de todos os efeitos legais previstos na lei. DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: II - As devedoras demonstram

preencher os requisitos legais para requerimento da Recuperação Judicial, em consonância com os artigos 48, estando em termos a documentação exigida no artigo 51 da LFRJ e demonstrada, a priori, a possibilidade de superação da crise econômico-financeira. Os requisitos elencados no artigo 48, caput, e incisos da LFRJ estão preenchidos: a) a devedora exerce regularmente suas atividades desde os anos de 2013, 2019, 2020 e 2021, conforme Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Paraná, movs. 1.3/1.6, b) não se encontram falidas, não obtiveram recuperação judicial nos últimos cinco anos, movs. 36.2/36.5, e c) sócios administradores da devedora não contam com antecedentes criminais, movs. 36.6/36.7. Igualmente encontram-se satisfeitas as exigências do artigo 51 da LFRJ: a) as causas concretas da situação patrimonial das devedoras e as razões da crise econômico-financeira estão expostas nos movs. 1.1 e 24.1, b) as demonstrações contábeis relativas aos 3 últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido encontram-se em movs. 1.12/1.13, 8.2/8.7 e 24.2/24.22, c) em movs. 24.23/24.27 encontra-se a relação nominal completa dos credores, d) a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência e a discriminação dos valores pendentes de pagamento, mov. 24.28, e) certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas juntados nos movs. 1.3 /1.10. De outra banda, os atos constitutivos atualizados encontram-se nos movs. 1.3/1.6, f) a relação dos bens particulares dos administradores da devedora encontra-se em mov. 24.37, g) os extratos atualizados das contas bancárias do devedor estão em movs. 24.38 e 32, g) certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor, movs. 24.39/24.42, h) relação subscrita pelas devedoras, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que esta figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados, mov. 24.43, i) relatório detalhado do passivo fiscal, mov. 24.44, j) relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, mov. 24.45. 1) Nomeio como Administradora Judicial a CBAJ - Cia Brasileira de Administração Judicial, que, em 48 (quarenta e oito) horas, juntará nestes autos digitais o termo de Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDLA RNDHS SNX2Y L4MLD PROJUDI - Processo: 0034019-38.2023.8.16.0185 - Ref. mov. 38.1 - Assinado digitalmente por Luciane Pereira Ramos:10086 26/03/2024: OUTRAS DECISÕES. Arq: Decisão compromisso devidamente subscrito, sob pena de substituição (artigos 33 e 34), nos termos do artigo 21, parágrafo único, da LFRJ, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional. RELAÇÃO DE CREDORES ELABORADA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL: CLASSE I - CRÉDITOS TRABALHISTA OU DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO: ANA PAULA DOS SANTOS R$ 7.946,01; ARIANE MARA CAETANO R$ 11.299,73; CHARLENE VAZ R$ 2.100,00; CHRISTIAN SOUSA COSTA R$ 1.586,36; CINTHIA DANIELI DA SILVA SOUZA R$ 1.617,87; CLEONICE R$ 2.725,71; DANIELE ALVES DE MEIRA R$ 4.577,79; DENISE LARISSA MUNIZ R$ 8.081,42; DIEGO MARQUES R$ 618,53; DOUGLAS HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA R$ 1.617,87; ELAINE LARISSA GOMES R$ 34.725,39; EMILIO ALBERTO HEY BATISTA BRAZ R$ 6.859,20; EMILY PERES DA SILVA R$ 44.691,51; GABRIELA BIANCA DE MORAES BRITO R$ 11.936,01 GABRIELA VANDRIKA ARAÚJO JACUMASSO R$ 16.158,84 GISELE CRISTINA CORDEIRO LOPES R$ 3.011,75 INGRID DA SILVA MEIRELES DE OLIVEIRA R$ 4.931,70 JEANE CRISTINA FERRARI R$ 1.945,00 JOSEANE VICENTE DE LIMA DOS SANTOS R$ 3.808,25 JULIANA MARIA DOS SANTOS CHIARADIA R $ 8.601,15 JULIE RODRIGUES DE SOUZA R$ 4.056,38 KASSIANE LEIDENTZ DE CAMARGO R$ 5.000,00 KEVIN KAWAN DOS SANTOS DE BASTOS R$ 5.276,43 LARISSA REGINA SOARES MAIA R$ 5.612,84 LORENA LAÍS PANKIW RIBEIRO R$ 12.000,00 MARCOS MACHADO CORREA R$ 62.360,32 NATALIA YAMAGUTI DE OLIVEIRA R$ 1.617,87 RAFAELLY LOPES DE OLIVEIRA R$ 1.317,88 RENAN FELIPE MARAN R$ 2.902,35 SHAYANE GABRIELY MENDES MACIEL R$ 4.191,54 SUELI TEREZINHA BORGES DA SILVA R$ 2.422,64 THIAGO R$ 1.836,85 VINNICIUS TAPIA R$ 1.450,00 TOTAL R$ 122.454,50. CRÉDITOS COM GARANTIA REAL: NÃO HÁ. CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: Adimil da Silva R$ 3.140,00 Alexandro Coelho Machado R$ 7.688,74 ALISSON DOUGLAS FRANCISCO ELY R$ 5.724,32 Ana Paula Lacerda Rodrigues Silverio R$ 14.883,77 Ana Paula Pagani R$ 483,87 Ana Paula Souza da Cunha R$ 1.736,00 Andre Paulo Castanha R$ 8.114,11 Angelo Daniel Carrilho R$ 1.209,79 ARNILDO SULZBACH R $ 4.023,83 BANCO DO BRASIL S.A. R$ 628.701,84 BANCO SANTANDER S.A. R$ 733.802,30 Beatriz Maria Dinardi R$ 3.117,33 CARLOS ALBERTO DE SOUZA R$ 4.337,00 CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA GOMES R$ 4.529,70 Célia da Consolação de Souza Santos R$ 4.167,50 Cilene Cristina Donda R$ 3.865,96 Claudio Schaefer Mehret R$ 4.200,00 Cleide da Conceição de Souza Bonine R$ 3.968,00 Conceição Aparecida Pedroso Azevedo R$ 6.265,87 Crisciane de Oliveira Silva Caetano R $ 3.446,74 CT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA R$ 346.232,98 Daniel dos Santos Vieira de Sá R$ 3.578,57 Danilo Roberto Rodrigues da Silva R $ 3.933,30 Denise Thomaz de Paula Vaz R$ 5.891,02 EDELAINE RODRIGUES AFONSO R$ 2.638,68 Eleni de Fátima Marssol Ferreira R$ 1.136,51 ELISANGELA PEIXOTO DA SILVA R$ 1.401,90 Elizangela do Rocio Pinto R$ 5.537,98 Elton Maciel R$ 33.992,91 Elvis Pereira de Araujo R$ 2.748,51 ERICA DE SOUZA FERREIRA R$ 7.184,15 Ericson Luan Soares Lima R$ 4.870,24 Eulalia Antunes R$ 4.335,66 EURICO DOMINGUES DE OLIVEIRA JUNIOR R$ 3.269,47 FILIPE NONATO MOL R$ 2.688,09 Flavia Guedes Colombo R$ 3.899,09 Gabriely Vieira Barbosa R$ 10.307,49 Giseli Albach Lenz R$ 5.895,60 Gizeli Trevisan R$ 3.000,00 IZAEL APARECIDO DE OLIVEIRA R$ 34,78 JADSON ALVES DA SILVA R$ 5.017,67 JAIRO DOS SANTOS LIMANA R$ 3.839,53 Jerônimo Santos da Silva R$ 9.886,69 Jessica Engel do Nascimento R$ 3.500,88 JESSICA KUNRATH R$ 6.952,97 Jessivando Gomes da Silva R$ 3.772,71 João Felipe Silva Felicio R$ 6.041,05 JOAO PAULO DA SILVA TEIXEIRA R$ 4.653,64 JOAO PAULO DA SILVA TEIXEIRA R$ 4.653,64 JORGE DIEGO DOS SANTOS SOUZA R$ 1.667,40 José Carlos Moreira Torres R$ 4.930,50 JRC Telecomunicações Ltda R$ 2.246,56 Jucilane Cristina Pereira R$ 4.425,08 KAIUBY TIANE DA ROCHA R$ 1.709,46 Keyla Caroline C Oliveira R$ 8.900,00 LEANDRO GATELLI R$ 3.538,13 LEONARDO BRITTO DA SILVA R$ 550,38 Ligga Telecom S.A. R$ 5.317,48 LUCIANE ZULIAN R$ 9.013,52 Lucimara Mazolini R$ 2.600,00 Luiz Fernando Maciel Nogueira R$ 4.258,33 Luzia Georgetto R$ 10.706,49 Magno de Souza Nunes R$ 6.060,65 MAQUELI DE FATIMA DOS SANTOS R$ 7.088,33 Mara Sueli da Cruz Faustino Luz R$ 4.817,77 Marcelo Moraes R$ 2.563,67 Marcia Regina Prudente R$ 7.965,83 MARCIO FERNANDO ENGEL R$ 3.140,45 Maria das Graças Peixoto R$ 3.850,57 Mariana da Silva Lucas R$ 3.878,26 MARIANE LENZ FELTEN R$ 5.280,34 MAURICIO ERNESTO DA SILVA R$ 4.179,86 MICHELE MACIEL SOTERO R$ 8.479,85 Obvio Brasil Software e Serviços S/A R$ 1.334,32 Patricia Bezerra da Silva R$ 4.726,65 Patricia Catarina Almeida Maia R$ 9.841,14 Patricia Regina Zanicoski R$ 1.114,58 Paulo Sérgio da Silva R$ 3.747,82 PEDRO ALBERTO SERON R$ 10.849,05 Reni Augusta de Oliveira Ribeiro R$ 2.422,75 Roberto Monteiro Miranda R$ 3.871,68 ROSA LIA MENEZES FURTADO R$ 5.395,63 ROSANE FERRER ALVES R$ 3.968,64 Salete Alves Gusmão R$ 1.166,75 Sandro Miguel de Cristo R$ 3.627,97 Sebastião Aparecido Alves dos Santos R$ 6.500,00 Silmara Paula de Oliveira R$ 3.797,62 SIMONE LEMOS FIGUEIREDO GRICIO R$ 2.367,20 Susamar Demartini Kopiecz R $ 3.348,00 Symara Santos Britto Reginalda R$ 1.470,82 TALIA DA SILVA PADILHA R$ 3.783,78 TAMIRES SOUZA DUARTE R$ 3.966,67 TEDY DA SILVA SOARES R $ 8.875,07 Thalia Nunes dos Santos R$ 2.530,32 Thiago de Melo Bahls R$ 5.494,97 Valéria Alves Pires Wujeczko Petroski R$ 3.155,75 VANDERLEI RODRIGUES R $ 9.221,39 Vanessa Martins Sampaio R$ 9.425,28 Vanessa Paciani R$ 4.250,00 WILIBALDO DE SOUZA LIMA R$ 5.854,38 Ziggo Comércio e Manutenção de Aparelhos eletrônicos EIRELI R$ 1.060,00 TOTAL R$ 2.192.639,52. CLASSE IV - MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENA PORTE: KT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME r$ 34.486,53 RENT A WISH LOCACAO DE VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA R$ 7.400,00 FISATECH CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA R$ 16.000,00 LOSUNG TECNOLOGIA LTDA R$ 97.000,00. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 (uma) vez, na forma da lei. Curitiba, 11 de abril de 2024.

ADVERTÊNCIA ART. 52, §º1º, III: PRAZO DE 15 DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAR AO ADMINISTRADOR JUDICIAL SEUS CRÉDITOS E DIVERGÊNCIAS; E PRAZO DE 30 DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAREM OBJEÇÕES AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DO ART. 55. (LEI 11.101/2005)

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844913

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
2.ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EDITAL DO ART. 53, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 11.101/05 - AVISO AOS CREDORES SOBRE O RECEBIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
PRAZO: 30 (Trinta) DIAS CORRIDOS.
Processo nº 0034268-86.2023.8.16.0185
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA ALD SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - CNPJ 40.123.438/0001-81 e METALÚRGICA ÁGUIA DE OURO CORTE E DOBRA DE CHAPAS DE AÇO LTDA ME - CNPJ 09.226.522/0001-80

A Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba, FAZ SABER aos que do presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que a empresa acima descrita, apresentou o plano de recuperação judicial, juntado na **seq.54** do processo eletrônico supra, e publicado este Edital, para que no prazo de 30 (trinta) dias corridos, os CREDORES tenham conhecimento e, querendo, apresentem suas objeções nos autos, observando o artigo 55, caput, da Lei nº 11.101./2005.

Para que todos os credores possam fazer valer seus direitos, e ninguém no futuro possa alegar ignorância, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba - Paraná, aos 11 de abril de 2024.

ANEXO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844839

Família
Delitos de Trânsito
Execuções Penais
Tribunal do Júri
Infância e Juventude
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
Precatórias Criminais
Auditoria da Justiça Militar
Central de Inquéritos
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais
Concursos
Comarcas do Interior
Direção do Fórum
Plantão Judiciário
Cível
Crime
Juizados Especiais
Concursos
Família
Execuções Penais
Infância e Juventude

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Portaria

13/2024

A Doutora **LYGIA MARIA ERTHAL**, MM. Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos do Foro Regional do Colombo/ PR, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Considerando a PORTARIA Nº 9815/2020 - DGRH - SEI TJPR Nº 0113001-86.2020.8.16.6000 SEI DOC Nº 5909385, que nomeou Tarcísio Luís Souza Silva como chefe de secretaria.
Considerando o pedido de férias de Tarcísio Luís Souza Silva para o período de 02/04/2024 até 12/04/2024, retornará ao trabalho no dia 15/04/2024.
Considerando a vacância da função de Direção da Secretaria durante os períodos acima citados.
Considerando que nenhum outro servidor da Vara da Infância e da Juventude e Anexo da Comarca de Colombo possui formação em Direito.

RESOLVE
DESIGNAR o servidor **Nélio Luís D Agostín, matrícula 50589, Técnico Judiciário,** para responder pela Vara da Infância e da Juventude e Anexos do Foro Regional de Colombo/PR (Chefe de Secretaria), **em substituição ao Titular, Tarcísio Luís Souza Silva, matrícula 50443**, durante os períodos de afastamentos deste, com o recebimento das gratificações correspondentes, a partir da data de 02/04/2024 até 12/04/2024.
Publique-se Registre-se. Cumpra-se.

Colombo, 25 de março de 2024
Lygia Maria Erthal
Juíza de Direito

Fazenda Pública

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços
Processo nº: 0015756-69.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
ELIANE DA SILVA - CHAPEAÇÃO (CPF/CNPJ: 20.455.801/0001-59)
Valor da causa: R$ 3.158,03OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **ELIANE DA SILVA - CHAPEAÇÃO**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 11791/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 17/07/2019 à 30/12/2021.
Despacho de evento 74.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 11 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Taxa de Licenciamento de Estabelecimento
Processo nº: 0021286-54.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
FERRAGENS GARCIA LTDA-ME (CPF/CNPJ: 18.894.820/0001-30)
Valor da causa: R$ 5.395,76OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **FERRAGENS GARCIA LTDA-ME**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 12021/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/12/2018 à 30/12/2021.
Despacho de evento 60.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 11 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Processo nº: 0031467-17.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
S.D.CATARATAS DO IGUACU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS (CPF/CNPJ: 75.144.741/0001-45)
Valor da causa: R$ 27.451,06OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **S.D.CATARATAS DO IGUACU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 10979/2022 à 10988/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/12/2018 à 30/12/2021.
Despacho de evento 52.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 11 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Processo nº: 0001064-65.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
ESPÓLIO DE ANTÔNIO FERREIRA DAMIÃO NETTO (CPF/CNPJ: 004.144.849-91)
Valor da causa: R$ 17.699,16OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **ESPÓLIO DE ANTÔNIO FERREIRA DAMIÃO NETTO**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 11757/2021 à 11762/2021.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 29/12/2017 à 30/12/2020.
Despacho de evento 74.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 18 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços
Processo nº: 0000452-06.2017.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
ADRIAN JEFFERSON LONGEN (RG: 89123968 SSP/PR e CPF/CNPJ: 048.331.649-06)
CONSTRUTORA AMAZONIA LTDA (CPF/CNPJ: 12.950.948/0001-97)
Valor da causa: R$ 55.296,60OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **ADRIAN JEFFERSON LONGEN**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 5557/2016 e 5558/2016.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 31/12/2014 à 26/10/2016.
Despacho de evento 146.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 09 de fevereiro de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Processo nº: 0022230-90.2021.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
VIADUTO PNEUS LTDA (CPF/CNPJ: 04.836.336/0001-40)
Valor da causa: R$ 4.295,61OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **VIADUTO PNEUS LTDA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 8762/2021.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 30/12/2017 à 30/12/2019.
Despacho de evento 79.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 11 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Processo nº: 0016874-80.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
AGUINALDO JORGE MAJEWSKY (RG: 16096679 SSP/PR e CPF/CNPJ: 241.618.109-20)
ESPÓLIO DE ERSI JOSE MULINARI
Valor da causa: R$ 2.673,28OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **AGUINALDO JORGE MAJEWSKY e ESPÓLIO DE ERSI JOSE MULINARI**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 7172/2022 e 7173/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/12/2018 à 30/12/2021.
Despacho de evento 68.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 09 de abril de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Processo nº: 0004422-38.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
Porto do Sol Empreendimentos Imobiliários Ltda (CPF/CNPJ: 00.091.349/0001-86)
SERLI SIZINANDE (RG: 79257850 SSP/PR e CPF/CNPJ: 008.644.319-45)
Valor da causa: R$ 2.464,62OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **Porto do Sol Empreendimentos Imobiliários Ltda**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 16491/2021.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 30/12/2019 à 30/12/2020.
Despacho de evento 79.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 18 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Taxa de Licenciamento de Estabelecimento
Processo nº: 0020938-36.2022.8.16.0030

Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
Bread Co Ltda (CPF/CNPJ: 28.440.696/0001-96)
Valor da causa: R$ 2.308,48OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **Bread Co Ltda**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 11981/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/12/2018 à 30/12/2021.
Despacho de evento 88.1*: "1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 18 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Processo nº: 0026515-29.2021.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
ESPÓLIO DE CLETO FERREIRA CRUZ (CPF/CNPJ: 164.458.560-04)
Valor da causa: R$ 2.114,34OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **CLETO FERREIRA CRUZ**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 18097/2021.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 29/12/2017 à 30/12/2020.
Despacho de evento 77.1*: "1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 13 de março de 2024. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

PONTA GROSSA

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 35 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Jurema Carolina da Silveira Gomes, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Aquisição, sob nº 0041354-24.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) Município de Ponta Grossa/PR, e réu(s) ESTADO DO PARANÁ, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel:
"A Praça Barão do Rio Branco é dividida em duas quadras, Quadra I, a leste, e Quadra II, a oeste; existindo entre elas o prolongamento da Rua Sant'Ana. Quadra I, de forma irregular, confronta com a Rua Saldanha Marinho, onde mede 67,30m; do lado direito faz ângulo reto e confronta com o prolongamento da Rua Sant'Ana , onde mede 83,23m; do lado esquerdo faz ângulo reto e confronta com a Rua Augusto Ribas, onde mede 84,92m; aos fundos, a Rua Augusto Ribas faz esquina com ângulo de 91º e confronta com a Rua do Rosário, onde mede 60,69m, deflete à direita, com ângulo aberto de 157º e confronta com a Rua do Rosário, onde mede 7,00 fechando o perímetro, onde faz esquina em ângulo aberto de 112º com o prolongamento da Rua Sant"Ana, perfazendo uma área de 5.736m². Quadra II, de forma irregular, confronta com a Rua Saldanha Marinho, onde mede 67,62
m; do lado direito faz ângulo agudo de 67° onde faz esquina com a Rua Bonifácio Vilela, onde mede 26,72m, deflete à esquerda, com ângulo obtuso de 140º e onde mede 11,50m, confrontando com a Rua Bonifácio Vilela , deflete à direita, num ângulo obtuso e confronta com a Rua Bonifácio Vilela, onde mede 74,69m; do lado esquerdo faz ângulo obtuso de 114º onde faz esquina com o prolongamento da Rua Sant'Ana, onde mede 81,08m; aos fundos, o prolongamento da Rua Sant'Ana faz esquina com ângulo de 91º e confronta com a Rua do Rosário, onde mede 56,27m, fechando o perímetro , onde faz esquina em ângulo de 87º confronta com a Rua Bonifácio Vilela, perfazendo uma área de 5.424m²."
Nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "*Citem-se por edital com o prazo de 20 dias do inciso II do art. 257 do Código de Processo Civil, por uma vez, com os requisitos legais, eventuais interessados, advertindo-os que o prazo para resposta é de quinze dias, constando ainda as advertências dos artigos 344 do Código de Processo Civil e que prazo para resposta começará a fluir a partir do término do prazo do edital devidamente publicado."*.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 02 de abril de 2024.
Jurema Carolina da Silveira Gomes
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LIZETE NASTAS CARVALHO
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Jurema Carolina da Silveira Gomes, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0014432-39.2006.8.16.0019, o qual tem por objeto dívida ativa, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 11543, no importe de **R$ 3.630,77** na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Ponta Grossa/PR, e executado(a)(s) NELI NASTAS ASSAD, JEANETE BACILA NASTAS, LIZETE NASTAS CARVALHO, ARLETE BACILA NASTAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) LIZETE NASTAS CARVALHO**, portador(a) do RG 8622922 SSP/PR e CPF 338.531.859-91, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 35 (trinta e cinco) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 02 de abril de 2024.
Jurema Carolina da Silveira Gomes
Juíza de Direito

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PONTA GROSSA - PROJUDI

Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone: (42) 3309-1609 - E-mail: pg-14vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL 20/2024
EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS.
Edital de **CITAÇÃO** da(s) parte(s) executada(s) **MARCIO LUIS RODRIGUES ME (CPF/CNPJ: 17.191.921/0001-81)** na Ação de Execução Fiscal nº **0017141-56.2020.8.16.0019** movida por **Município de Ponta Grossa/PR,** que tramita por via eletrônica nesta 2ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, localizada na Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone (42) 3309-1609 - E-mail: pg-14vj-s@tjpr.jus.br.
OBJETIVO: Pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias, da importância de **R$ 105.303,54 (cento e cinco mil trezentos e três reais e cinquenta e quatro centavos)** a ser atualizada até o efetivo pagamento, acrescida de custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia do débito, bem como a nomeação de um curador especial.
OBJETO: Certidão (s) de dívida ativa nº **2226/2020**.
DESPACHO: " Considerando que restaram infrutíferas todas as tentativas de obtenção de endereço da parte executada, DEFIRO o pedido de citação por edital formulado pelo exequente, conforme permissivo do art. 256, inciso II, § 3° do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE edital de citação com prazo de 30 (trinta) dias, observando os requisitos do artigo 257, do Código de Processo Civil e do artigo 8, IV, da Lei de Execuções Fiscais. Decorrido o prazo da citação sem que exista manifestação por advogado, voltem conclusos. Intimações e diligências necessárias. Ponta Grossa, 13 de novembro de 2023. Luciana Virmond Cesar Juíza de Direito ".
Eu, Magnum Diniz da Mota, Técnico Judiciário, o digitei.
Ponta Grossa, 04 de abril de 2024.
Luciana Virmond Cesar
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PONTA GROSSA - PROJUDI
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone: (42) 3309-1609 - E-mail: pg-14vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL 21/2024
EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS.
Edital de **CITAÇÃO** da(s) parte(s) executada(s) **CAIO CAMINHOES LTDA (CPF/CNPJ: 12.834.006/0002-24)** na Ação de Execução Fiscal nº **0008875-12.2022.8.16.0019** movida por **Município de Ponta Grossa/PR,** que tramita por via eletrônica nesta 2ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, localizada na Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone (42) 3309-1609 - E-mail: pg-14vj-s@tjpr.jus.br.
OBJETIVO: Pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias, da importância de **R$ 2.059,21 (dois mil e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos)** a ser atualizada até o efetivo pagamento, acrescida de custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia do débito, bem como a nomeação de um curador especial.
OBJETO: Certidão (s) de dívida ativa nº **1175/2022**.
DESPACHO: "Considerando que restaram infrutíferas todas as tentativas de obtenção de endereço da parte executada, DEFIRO o pedido de citação por edital formulado pelo exequente, conforme permissivo do art. 256, inciso II, § 3° do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE edital de citação com prazo de 30 (trinta) dias, observando os requisitos do artigo 257, do Código de Processo Civil e do artigo 8, IV, da Lei de Execuções Fiscais. Decorrido o prazo da citação sem que exista manifestação por advogado, voltem conclusos. Intimações e diligências necessárias. Ponta Grossa, 05 de dezembro de 2023. Luciana Virmond Cesar Juíza de Direito ".
Eu, Magnum Diniz da Mota, Técnico Judiciário, o digitei.
Ponta Grossa, 04 de abril de 2024.
Luciana Virmond Cesar
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PONTA GROSSA - PROJUDI
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone: (42) 3309-1609 - E-mail: pg-14vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL 19/2024
EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS.
Edital de **CITAÇÃO** da(s) parte(s) executada(s) **JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA - LAVACAR - ME (CPF/CNPJ: 17.620.929/0001-16)** na Ação de Execução Fiscal nº **0004351-06.2021.8.16.0019** movida por **Município de Ponta Grossa/PR,** que tramita por via eletrônica nesta 2ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, localizada na Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone (42) 3309-1609 - E-mail: pg-14vj-s@tjpr.jus.br.
OBJETIVO: Pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias, da importância de **R$ 32.187,11 (trinta e dois mil cento e oitenta e sete reais e onze centavos)** a ser atualizada até o efetivo pagamento, acrescida de custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia do débito, bem como a nomeação de um curador especial.
OBJETO: Certidão (s) de dívida ativa nº **450/2021 e 449/2021**.
DESPACHO: " Considerando que restaram infrutíferas todas as tentativas de obtenção de endereço da parte executada, DEFIRO o pedido de citação por edital formulado pelo exequente, conforme permissivo do art. 256, inciso II, § 3° do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE edital de citação com prazo de 30 (trinta) dias, observando os requisitos do artigo 257, do Código de Processo Civil e do artigo 8, IV, da Lei de Execuções Fiscais. Decorrido o prazo da citação sem que exista manifestação por advogado, voltem conclusos. Intimações e diligências necessárias. Ponta Grossa, 31 de outubro de 2023. Luciana Virmond Cesar Juíza de Direito ".
Eu, Magnum Diniz da Mota, Técnico Judiciário, o digitei.
Ponta Grossa, 04 de abril de 2024.
Luciana Virmond Cesar
Juíza de Direito

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAGAMENTO DA PENA DE MULTA
RÉU: **ERICK HENRIQUE PEREIRA OLIVEIRA**
AUTOS DE PROCESSO PENAL Nº **0001490-98.2021.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **30 (trinta) dias**
A DRA. INÊS MARCHALEK ZARPELON, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) apenado(a) **ERICK HENRIQUE PEREIRA OLIVEIRA , nascido(a) em 03/05/2001, natural de CURITIBA, portador(a) do RG 142167077 SSP/PR, inscrito no CPF 123.542.129-50,** ora em LUGAR INCERTO, fica o(a) réu(ré) **INTIMADO(A)** para que, decorrido o prazo do presente edital, promova no prazo de 10 (dez) dias o pagamento da pena de multa fixadas na sentença dos autos de Processo Crime nº **0001490-98.2021.8.16.0196,** cujas guias devem ser solicitadas à Secretaria desta 1ª Vara Criminal de Curitiba (preferencialmente pelo e-mail ctba-51vj-s@tjpr.jus.br)**.**
CIENTIFICAR, ainda, que eventual ausência de pagamento ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito.
Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Izabela Martins, Estagiária, digitei e conferi.
INÊS MARCHALEK ZARPELON
JUÍZA DE DIREITO

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DIONIR PONTES
PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0004290-04.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) DIONIR PONTES, e vítima EDINEIA P. D. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DIONIR PONTES, portador(a) do RG 100724600 SSP/PR e CPF 057.841.299-37, nascido(a) em 28/08/1995, natural de MANGUEIRINHA/PR, filho(a) de MARIA RAQUEL LOURENÇO PONTES e NEODIL PONTES,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 217-A - Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, Reclusão: 8 a 15 anos oferecida em 05/09/2023 e recebida em 01/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE ANTONIO GONZALES
PRAZO DE 25 dias corridos
A Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0008375-33.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) JOSE ANTONIO GONZALES, e vítima SOL C. P. C., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOSE ANTONIO GONZALES, portador(a) do RG 165285670 SSP/PR e CPF 704.865.752-92, nascido(a) em 13/09/1975, natural de VENEZUELA/, filho(a) de ANTONIA MARIA GONZALES RAMIREZ,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos oferecida em 30/10/2023 e recebida em 11/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VINICIUS EDUARDO TULIO
PRAZO DE 25 dias corridos
A Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0003670-89.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) VINICIUS EDUARDO TULIO, e vítima ERNESTINA S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VINICIUS EDUARDO TULIO, portador(a) do RG 41541202 SSP/PR e CPF 003.520.279-32, nascido(a) em 07/07/1971, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ERNESTINA TULIO e JOEL PEDRO TULIO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos oferecida em 11/07/2023 e recebida em 18/12/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LUIS FERNANDO ALVES TEIXEIRA
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Taís de Paula Scheer, MMª. Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0005875-91.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) LUIS FERNANDO ALVES TEIXEIRA, e vítima

MAYSA D., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LUIS FERNANDO ALVES TEIXEIRA, portador(a) do RG 130635296 SSP/PR e CPF 093.989.629-00, nascido(a) em 11/09/1994, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de FATIMA ALVES TEIXEIRA e JORGE LUIS DOS SANTOS TEIXEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 22/08/2023 e recebida em 01/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Curitiba, 10 de abril de 2024.**

Taís de Paula Scheer

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): IRACIEL FERNANDO DE ARAÚJO SILVA

PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer , MMª. Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0007360-29.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) IRACIEL FERNANDO DE ARAÚJO SILVA, e vítima CRISTINA A. T., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido IRACIEL FERNANDO DE ARAÚJO SILVA, portador(a) do RG 06134290360 null/PI e CPF 061.342.903-60, nascido(a) em 30/08/1992, natural de REGENERACAO/PI, filho(a) de LÊDA MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO e EDMILSON JOSÉ DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos oferecida em 09/10/2023 e recebida em 13/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Taís de Paula Scheer

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): RUIZ DA SILVA

PRAZO DE 25 dias corridos A Dra. Taís de Paula Scheer , MMª. Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0003223-31.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) RUIZ DA SILVA, e vítima ERICA D. O., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RUIZ DA SILVA, portador(a) do RG 75061013 SSP/PR e CPF 024.679.209-41, nascido(a) em 24/08/1977, natural de PEROLA/PR, filho(a) de DURVALINA MARIA DA SILVA e SEBASTIÃO ROMUALDO DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 07/08/2023 e recebida em 01/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Taís de Paula Scheer

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): LENOIR BARBOSA

PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0003254-85.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) LENOIR BARBOSA, e vítima GILDA D. O., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LENOIR BARBOSA, portador(a) do RG 86194104 SSP/PR e CPF 011.966.949-82, nascido(a) em 21/11/1984, natural de MANGUEIRINHA/PR, filho(a) de MARIA ROSA DE PAULA e JAIR BARBOSA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 05/09/2022 e recebida em 30/01/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Taís de Paula Scheer

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO PAULO DA LUZ

PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0006570-45.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) JOÃO PAULO DA LUZ, e vítima PATRICIA S. M.., SILVANA R. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOÃO PAULO DA LUZ, portador(a) do RG 90660063 SSP/PR e CPF 062.851.699-18, nascido(a) em 14/06/1986, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARIA DO CARMO FIRMINO e MIGUEL DA LUZ,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, fato 01 ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, fato 03 ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos, fato 04 ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, fato 02 ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses a 2 anos oferecida em 14/09/2023 e recebida em 13/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Taís de Paula Scheer

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): JEFERSON ANDERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0005063-76.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) JEFERSON ANDERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, e vítima LORENA G. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JEFERSON ANDERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 126494360 SSP/PR e CPF 084.275.069-02, nascido(a) em 29/01/1996, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ISABEL RODRIGUES DE OLIVEIRA e ISRAEL CELESTINO DE OLIVEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses oferecida em 06/12/2023 e recebida em 11/03/2024, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os

autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SARA JANE ANTUNES DOS SANTOS
PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0002932-38.2022.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) SARA JANE ANTUNES DOS SANTOS, e vítima MINERVINA A. C., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido SARA JANE ANTUNES DOS SANTOS, portador(a) do RG 125603734 SSP/PR e CPF 082.920.429-62, nascido(a) em 04/03/1997, natural de PINHAIS/PR, filho(a) de JANINHA ANTUNES DOS SANTOS e GILMAR MOREIRA DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 06/05/2022 e recebida em 29/12/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARIO ISRAEL DE MELLO
PRAZO DE 25 dias corridosA Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002286-91.2023.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) MARIO ISRAEL DE MELLO, e vítima JUSSARA S. D. M., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARIO ISRAEL DE MELLO, portador(a) do RG 85301764 SSP/PR e CPF 050.419.809-26, nascido(a) em 18/06/1983, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de JUSSARA SALETE GOMES DE OLIVEIRA e MARIO APARECIDO DE MELLO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147-B - Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação., Reclusão: 6 meses a 2 anos E Multa oferecida em 08/05/2023 e recebida em 21/12/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: DIEGO DIAS DOS ANJOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Juíza de Direito Taís de Paula Scheer , do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002133-22.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) DIEGO DIAS DOS ANJOS, e vítima R. D. S. G. ,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido DIEGO DIAS DOS ANJOS, portador(a) do RG 138849937 SSP/PR e CPF 109.039.429-25, nascido(a) em 03/01/1999, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de NADIR FERREIRA DIAS e CARLOS ROBERTO DOS ANJOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Paula Alessandra Gozzo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): Josiane L. d. N. O.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Dra. Taís de Paula Scheer, MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a mulher, sob nº 0001297-37.2013.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) Nilton dos Santos Ferreira, e vítima Josiane L. d. N. O., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima Josiane L. d. N.O.**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do artigo 129, §9º,do Código Penal na data de 09/04/2024. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui,Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): THAIS A. S. A.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Dra. Taís de Paula Scheer , MMª Juíza de Direito Substituta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a mulher, sob nº 0004192-63.2016.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) CARLOS RODRIGUES DA SILVA, e vítima THAIS A. S. A., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s)**

Vítima THAIS A. S. A., motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), ou **15 (quinze) dias**, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FÓRUM DESCENTRALIZADO DE SANTA FELICIDADE
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SANTA FELICIDADE
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR - CEP 82.020-470
Edital 20/2024
EDITAL DE CITAÇÃO DE MARGARIDA DE OLIVEIRA SOUZA
PRAZO: 10 (dez) DIAS
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara de Família de Santa Felicidade, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos nº **0000828-68.2024.8.16.0184** de **Ação de Destituição do Poder Familiar**, proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná em face da requerida. E que por intermédio do presente, fica a requerida **MARGARIDA DE OLIVEIRA SOUZA,** atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente **CITADA** para, querendo, após o decurso do prazo do edital, oferecer resposta escrita, **no prazo de 10 (dez) dias** indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos. Transcorrido o prazo sem contestação ou comparecimento do réu, será nomeado curador especial em caso de revelia. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba/PR, aos 10 de abril de 2024.
LYDIA APARECIDA MARTINS
Juíza de Direito
Documento assinado digitalmente - Lei nº 11.419/2006

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JOÃO CLEBER GUIMARÃES
Prazo do edital: 30 dias.O(A) Juiz(íza) de Direito **Camile Santos de Souza Siqueira**, da 3ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº 0001339-64.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ANDERSON MARQUES FLORES, JOÃO CLEBER GUIMARÃES, , e que não foi possível localizar pessoalmente **o(a) apenado(a) JOÃO CLEBER GUIMARÃES ,** brasileiro(a), portador(a) do RG 91252619 SSP/PR e CPF 049.996.519-12, nascido(a) aos 25/04/1984, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de Nome da Mãe: HILDA DE OLIVEIRA GUIMARÃES Nome do Pai: ANTONIO MOACIR GUIMARÃES, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que efetue o **pagamento da pena de multa** aplicada, restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b)? após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR; d) não havendo pagamento espontâneo da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; e) após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o(a) apenado(a) poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
ELIZABETH DE BARROS
Analista Judiciário Sênior
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE LUCAS JOSE NOVIENSKI
Prazo do edital: 15 dias.DRA. CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0001780-79.2022.8.16.0196, onde INTIMA O RÉU **LUCAS JOSE NOVIENSKI**, *portador(a) do RG 10998985 SSP/PR, nascido(a) aos* **02/10/1990***, natural de* **CURITIBA***, filho de* **Nome da Mãe: SIMONE MALHEIROS NOVIENSKI Nome do Pai: ,** para comparecer à AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento em 14 de junho de 2024 às 13:20 horas - Modalidade: Virtual - Chave da Audiência: PAXHJ JNHYA TLBEA 5YADQ ; fica ainda o réu devidamente INTIMADO a manter contato com o juízo para fins de atualizar seu endereço, conforme e-mail e telefone constantes do cabeçalho.
E, para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital de intimação que será afixado no local de costume no átrio do Fórum desta Comarca e publicado na forma da lei.Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Camile Santos de Souza Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DE MARIA EDUARDA GOMES
Prazo do edital: 90 dias.DRA. CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0008403-39.2016.8.16.0013 em que fora denunciado pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo

- ART 35: Associação para o tráfico, ASSOCIAREM-SE PARA A PRATICA DOS ARTS. 33, CAPUT E 1°, 34 E 36 DESTA LEI, Reclusão: 5 anos, 6 meses e 15 dias
- ART 35: Associação para o tráfico, ASSOCIAREM-SE PARA A PRATICA DOS ARTS. 33, CAPUT E 1°, 34 E 36 DESTA LEI, Reclusão: 3 a 10 anos E Multa

, a pessoa de MARIA EDUARDA GOMES , 137601370 SSP/PR, filho(a) de MARIA SANTOS *(Nome Mãe)* e VICENTE GOMES *(Nome Pai)*, nascido(a) em 24/01/1965, natural de URUSSANGA. Não tendo sido possível a sua intimação pessoal e constando dos autos que o sentenciado se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 90 (noventa) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, fica o acusado INTIMADO de que, por sentença proferida no dia 10/11/23, foi CONDENADO nas sanções do(s) artigo(s) acima descritos, a uma pena de 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 961 (novecentos e sessenta e um) dias multa. em regime semiaberto, sendo que a pena de multa de foi aplicada na razão de 1/30 do salário mínimo. Advertido(a) sentenciado(a) de que poderá interpor o recurso cabível, dentro do prazo de cinco (05) dias, a contar do término do prazo em questão, sob pena de se ver passado em julgado aludida condenação.
E, para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital de intimação que será afixado no local de costume no átrio do Fórum desta Comarca e publicado na forma da lei.Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Camile Santos de Souza Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NATALY EUNICE MARTINS RAMOS
Prazo do edital: 30 dias.O(A) Juiz(íza) de Direito CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA , da 3ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº

0001070-25.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) NATALY EUNICE MARTINS RAMOS, TIAGO TOTE CARDOSO, , e que não foi possível localizar pessoalmente **o(a) apenado(a) NATALY EUNICE MARTINS RAMOS ,** brasileiro(a), portador(a) do RG 134318058 SSP/PR e CPF 100.386.499-69, nascido(a) aos 02/09/1997, natural de PIRAQUARA/PR, filho(a) de Nome da Mãe: ROSANA RODRIGUES MADUREIRA Nome do Pai: GUSTAVO MARTINS RAMOS, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que efetue o **pagamento da pena de multa** aplicada, restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b)?após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR; d) não havendo pagamento espontâneo da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; e) após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o(a) apenado(a) poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
ELIZABETH DE BARROS
Analista Judiciário Sênior

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DE KEITY KARIN ALCANTARA ZEFERINO
Prazo do edital: 90 dias.DRA. CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0002720-78.2021.8.16.0196 em que fora denunciado pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo

- ART 307: Falsa identidade, FALSA IDENTIDADE, Detenção: 4 meses e 27 dias (Tentado)
- ART 155: Furto, FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, IV (1º fato) (Tentado)
- ART 155: Furto, FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 3 anos, 2 meses e 15 dias, IV (1º fato) (Tentado)
- ART 307: Falsa identidade, FALSA IDENTIDADE, Detenção: 3 meses a 1 ano (Tentado)
- ART 155: Furto, FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, IV (1º fato) (Tentado)
- ART 307: Falsa identidade, FALSA IDENTIDADE, Detenção: 3 meses a 1 ano (Tentado)

, a pessoa de KEITY KARIN ALCANTARA ZEFERINO , 110621132 SSP/PR, filho(a) de LEONILDA DOS SANTOS *(Nome Mãe)* e MAURO DE SOUZA ALCANTARA *(Nome Pai)*, nascido(a) em 13/12/1988, natural de CURITIBA. Não tendo sido possível a sua intimação pessoal e constando dos autos que o sentenciado se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 90 (noventa) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, fica o acusado INTIMADO de que, por sentença proferida no dia 27/03/2024, foi CONDENADO nas sanções do(s) artigo(s) acima descritos, a uma pena de03 (três) anos e 02 (dois) meses e 15 (quinze) de reclusão e 62 (sessenta e dois) dias multa, em regime SEMIABERTO, sendo que a pena de multa foi aplicada na razão de 1/30 do salário mínimo. Advertido(a) sentenciado(a) de que poderá interpor o recurso cabível, dentro do prazo de cinco (05) dias, a contar do término do prazo em questão, sob pena de se ver passado em julgado aludida condenação.
E, para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital de intimação que será afixado no local de costume no átrio do Fórum desta Comarca e publicado na forma da lei.Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Camile Santos de Souza Siqueira
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE JULIO CESAR BREVE
Prazo do edital: 15 dias.
DRA. CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0014828-43.2020.8.16.0013, onde INTIMA O RÉU **JULIO CESAR BREVE** , *portador(a) do RG 86904160 SSP/PR, nascido(a) aos* **22/08/1983**, *natural de* **LONDRINA/PR**, *filho de* **Nome da Mãe: MAURA LIMA BREVE Nome do Pai: SEBASTIÃO BREVE,** para comparecer à AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento em 09 de julho de 2024 às 15:00 horas - Modalidade: Virtual - Chave da Audiência: PAXMK 6DZZ3 44STB B72HS ; fica ainda o réu devidamente INTIMADO a manter contato com o juízo para fins de atualizar seu endereço, conforme e-mail e telefone constantes do cabeçalho.
E, para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital de intimação que será afixado no local de costume no átrio do Fórum desta Comarca e publicado na forma da lei.Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Camile Santos de Souza Siqueira
Juíza de Direito

Edital Geral

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE FABRICIO STEFFAN LEANDRO
Prazo do edital: 15 dias.DRA. CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA, MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0006110-18.2024.8.16.0013 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de **FABRICIO STEFFAN LEANDRO,** portador(a) do RG 109436470 SSP/PR, filho(a) de ROSELI LEANDRO *(Nome Mãe)* e *(Nome Pai)*, nascido(a) em 20/06/1991, natural de LONDRINA/PR. Não tendo sido possível a sua notificação pessoal, constando dos autos que o denunciado se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com **o prazo de 15 (quinze) dias**, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a NOTIFICAÇÃO da pessoa de FABRICIO STEFFAN LEANDRO , acima qualificado para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, sob pena de revelia. Fica deste já o réu INTIMADO para que, **no prazo de 10 (dez) dias,ofereça defesa preliminar**, por escrito, conforme disposto no artigo 55 da Lei 11.343/2006 sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor.
Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, Davidson Nunes da Silva, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Camile Santos de Souza Siqueira
Juíza de Direito

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DEST A COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Usucapião sob n.º , em que é autora MARIA DE OLIVEIRA CAMARGO (CPF/CNPJ: 519.360.461-72)e réu AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), tendo o presente a finalidade de CITAR, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). Síntese: "I - DOS FATOS A autora, a Sra. Maria de Oliveira, residente na Rua Rutildo Pulido, nº 131, no bairro Cajuru, estabeleceu sua residência no imóvel usucapiendo no ano de 1993, e desde então lá mantém posse direta mansa e pacífica, contínua e ininterrupta, sem oposição de terceiros por 30 anos. A autora ingressou no imóvel com seu marido Francisco Camargo, já falecido, quando se mudaram de Maringá para Curitiba, a compra dos direitos possessórios do imóvel foi realizada por contrato informal, sendo o vendedor o sr. Manoel Gonçalves da Silva. Iniciou a autoconstrução de sua moradia no imóvel já na década de 1990 quando passaram a residir no local, período em que ocorriam constantes alagamentos na região. De início uma pequena construção em madeira, que foi sendo melhorada gradativamente e concluída após anos de trabalho e investimentos provenientes das economias do casal, que direcionou seus esforços durante anos para a constituição e finalização de sua moradia, a fim de garantir o conforto e qualidade de vida para a família. A rede sanitária e a pavimentação das vias foram instaladas após o estabelecimento da moradia da parte autora na área. A infraestrutura pública foi subsidiada pela Prefeitura, que disponibilizou o maquinário e a mão de obra, custeada pelos próprios moradores, que arcaram com o valor dos materiais necessários às obras. Ou seja, todos esses equipamentos foram instalados durante o período de exercício da posse, a partir do esforço e contribuição dos próprios moradores do local. A família sempre utilizou os serviços da região, como

pode ser observado nos documentos anexos (Anexo nº 06) a autora frequenta o posto de saúde na Unidade São Domingos, localizado a apenas 350 metros da casa. Assim, além do tempo de posse que se demonstra pela documentação acostada, destaca-se a profunda vinculação da Autora e de sua família ao imóvel e à região, que consiste ao mesmo tempo em sua residência e atrela-se, ainda, a toda rede social constituída pela família nos últimos 30 anos. DIMENSÃO SOCIAL DO CASO E HISTÓRICO DE CONFORMAÇÃO DA ÁREA A Vila São Domingos está localizada às margens do Rio Atuba, bairro Cajuru, município de Curitiba, e seu principal acesso se dá por meio da BR 277. A região comumente conhecida como São Domingos abarca três áreas de ocupação irregular, designadas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC como Centenário II, São Domingos e São Domingos Agrícola. Ver nesse sentido, o Histórico de Urbanização da Área pormenorizado no anexo nº 07. A Vila São Domingos surgiu a partir de um processo de ocupação informal de terras que teve início em meados da década de 1960, quando a área passou a ser ocupada por residências esparsas, conforme provam estudos do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Os registros indicam a presença de ocupantes desde a década de 1960, no entanto, o processo mais intenso de ocupação da área se deu a partir do final da década 1970 (verificar nesse sentido, o referido anexo relativo ao Histórico de Ocupação da área, em que constam trechos de estudos acadêmicos sobre a área). Conforme o relato dos moradores mais antigos, antes do processo de ocupação, que acarretou sua urbanização e valorização da área, a região consistia em uma vasta área inutilizada. A maioria dos ocupantes originários chegou a Curitiba vindo do interior do Estado do Paraná e se instalou precariamente no local que, à época, sofria com constantes inundações e alagamentos. À medida que novas famílias chegavam, abria-se espaço na área para recebê-las. De início, habitando em residências precárias, construídas primordialmente com madeira e lonas, os ocupantes, buscando a manutenção de sua subsistência, investiram coletivamente na produção agrícola, principalmente o plantio de milho e arroz. A partir de meados dos anos 1980, teve início o processo de urbanização oficial da região, por iniciativa da própria comunidade ali já estabelecida, com a passagem de ruas, instalação de energia elétrica e abertura de valas para drenagem da área, o que fomentou consideravelmente o crescimento populacional. A partir de meados dos anos 1980, teve início o processo de urbanização oficial da região, por iniciativa da própria comunidade ali já estabelecida, com a passagem de ruas, instalação de energia elétrica e abertura de valas para drenagem da área, o que fomentou consideravelmente o crescimento populacional. Ainda segundo dados do IPPUC, já no ano de 1994, somando apenas a população das Vilas Centenário e São Domingos (ou seja, sem considerar a parte da São Domingos Agrícola), havia no local mais de 1.300 moradias. Ou seja, tratava-se já, de uma área de ocupação urbana consolidada. A população teve papel ativo no crescimento da Vila São Domingos, contribuindo financeiramente para a instalação dos postes de energia elétrica, passagem das manilhas de esgoto e água pluvial e mesmo a pavimentação das ruas, além de contribuir com sua força de trabalho para a construção de Igrejas e Templos, escolas, outros prédios e espaços públicos. A população teve papel ativo no crescimento da Vila São Domingos, contribuindo financeiramente para a instalação dos postes de energia elétrica, passagem das manilhas de esgoto e água pluvial e mesmo a pavimentação das ruas, além de contribuir com sua força de trabalho para a construção de Igrejas e Templos, escolas, outros prédios, equipamentos e espaços públicos1 . Atualmente, a quase totalidade da área está pavimentada, contando com sistema de coleta de lixo e canalização das redes de esgoto e de água pluvial. Assim, uma característica a ser destacada com relação à Vila São Domingos é que o processo de urbanização se deu por esforço e iniciativa dos próprios moradores. Com o tempo e desforço pessoal desses, a área foi paulatinamente equipada, as casas melhoradas e o bairro assim se consolidou. A trajetória do processo de urbanização e conformação do bairro Cajuru e especialmente, da Vila São Domingos trazem à tona assim a dimensão social do caso que se apresenta, que figura não apenas como mera lide petitória individual, mas como uma demanda vinculada ao direito fundamental à moradia. Trata-se de área que alcança proporções de bairro, consolidada desde a década de 1980, que entretanto, continua informal do ponto de vista fundiário e dominial, razão pela qual, a presente ação é medida de regularização fundiária ante a inércia do poder público e forma de garantia do reconhecimento do direito de propriedade da Autora pelo tempo de exercício de posse. I II - DO IMÓVEL OBJETO DA LIDE Imóvel urbano devidamente delimitado (murado) situado na Rua Rutildo Pulido, nº 131, no bairro Cajuru, Município e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná. TÍTULO DOMINIAL A comunidade São Domingos, sobre a qual se localiza o imóvel, foi iniciada em meados da década de 1960 sobre região então abandonada e desde então se desconhece qualquer detentor de título dominial. De fato, toda a região do Cajuru, 1 Exemplos de tais equipamentos são: a Unidade de Saúde São Domingos, além de diversas instituições de ensino como a Escola Municipal Ayrton Senna, Centro Municipal de Educação Infantil Autódromo, Centro Municipal de Educação Infantil Moradias Iguaçu, Centro Municipal de Educação Infantil Mercúrio e Berçário Caminho do Bem. Há, ainda, diversos templos religiosos, como, por exemplo, a Capela São Domingos, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Congregação Cristã do Brasil. O transporte urbano se faz presente e permite o acesso à Vila São Domingos pelas linhas de ônibus municipais CAMARGO, ACRÓPOLE, AGRÍCOLA e VILA RENO. No local está localizado o Parque Peladeiro, bem como diversas praças e áreas esportivas. especialmente em suas proximidades ao Rio Atuba, foi basicamente constituída e urbanizada por meio de ocupações irregulares entre as décadas de 1960 e 1980. Inclusive, muitos moradores da região conseguiram a titulação de suas casas por meio de usucapião. Em pesquisa local promovida pela Associação de Moradores, foram encontradas mais de 50 matrículas registradas a partir de usucapiões procedentes, nas quais todas constam que o proprietário anterior é desconhecido (ver nesse sentido, anexos nº 07 referente aos precedentes da área). Ainda, conforme certidões contidas no anexo nº 03, não foi possível localizar o título dominial do imóvel. De acordo com a divisão territorial das circunscrições imobiliárias de Curitiba, os imóveis localizados na regional Cajuru são registrados perante o 4º Registro de Imóveis. Diante da falta de informações sobre eventual proprietário, operou-se a busca no registro de imóveis com base no endereço do lote usucapiendo, bem como pelo nome dos possuidores (critérios real e pessoal), a fim de averiguar a existência de qualquer registro público acerca da propriedade do imóvel. Feita a busca no 4º Registro de Imóveis, não foi encontrado qualquer registro da área ou de eventual proprietário. Na oportunidade, foi informado pela serventia que até o ano de 1963 a área pertencia à 3ª Circunscrição imobiliária de Curitiba, razão pela qual recomendouse que a busca também fosse realizada no 3º Registro de Imóveis. No entanto, a parte deixou de promover tal diligência por se tornarem demasiadamente onerosas ao autor, que já despendeu de certo montante para emissão das certidões essenciais para o ajuizamento da ação. Assim, caso este Exmo. Juízo entenda necessário, requer-se seja diretamente oficiado o registro público competente, para a continuidade das buscas. Além disso, foram realizados intentos relativos à Declaração de Confrontantes junto ao Município, entretanto, por tratar-se de área irregular a busca é inviável, posto que tal informação apenas é fornecida pelo Município com a comprovação do título dominial da área pelo requerente, o que é impossível no presente caso (O que se verifica pela orientação municipal referente à requisição, que se encontra no anexo nº 08). Nessa esteira, ante a dificuldade de se obter informações junto ao Município, requer-se desde já, que seja oficiado para que preste eventuais informações a respeito da área junto ao cadastro imobiliário municipal. ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL Imóvel de face frontal para a Rua Rutildo Pulido, onde mede 14,60 metros; Ao lado direito mede 20,38 metros, confrontando com o lote de Carlos Aparecido da Silva, casado com Carmem Silva da Luz da Silva; Ao lado esquerdo mede 19 metros confrontando com o lote de propriedade de Divino Gonçalves da Silva, casado com Evaninfa de Oliveira Silva, e com o lote de Evanize Soares de Oliveira casada com Nelson Soares de Oliveira; Aos fundos mede 11,70 metros confrontando com o lote de Carlos Aparecido da Silva, casado com Carmem Silva da Luz da Silva; Perfazendo um quadrilátero de 256,88 m², conforme especificações e coordenadas geográficas constantes na planta e memorial descritivo. CONFRONTANTES 1) Carlos Aparecido da Silva, casado com Carmem Silva da Luz da Silva, ambos residentes e domiciliados na Rua Rutildo Pulido, nº127; 2) Evanize Soares de Oliveira casada com Nelson Soares de Oliveira, ambos residentes e domiciliados na Rua Alice Michaud, nº 134; 3) Divino Gonçalves da Silva, casado com Evaninfa de Oliveira Silva, ambos residentes e domiciliados na Rua Rutildo Pulido, nº151. VI - DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer-se: 1) A concessão do benefício da Justiça Gratuita, nos termos do Art. 98 e seguintes do CPC e ainda, com fulcro no art. 5, LXXIV da Constituição Federal, em razão da carência da requerente, inclusive para o Registro de Imóveis; 2) Diante da falta de informações sobre os eventuais proprietários, visto que não há registro atual do imóvel ora objeto da lide, requer-se a citação por edital de réus desconhecidos, para que querendo, apresente a defesa cabível, nos termos do Art. 256, I, do CPC; 3) A citação, por edital e por carta AR dos confrontantes já nominados com respectivos endereços, para que, querendo, manifestem interesse na presente ação, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia, valendo referida citação para todos os atos processuais; 4) A citação por edital, no Diário da Justiça de terceiros incertos, desconhecidos e quaisquer interessados no presente feito processual, valendo referida citação para todos os atos processuais; 5) A intimação, por AR, dos representantes da Procuradoria da República, da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e da Procuradoria Geral do Município de Curitiba para manifestarem eventual interesse destas instituições públicas neste feito processual; 6) A intimação pessoal do Representante de Ministério Público, para todos os atos deste processo; 7) Ante o contexto relato de acesso a informações e desconhecimento da situação dominial, que seja oficiado o Município, para que preste eventuais informações a respeito da área junto ao cadastro imobiliário municipal; 8) Seja, ao final, a ação julgada procedente, por sentença judicial, declarando em favor da autora o domínio do imóvel descrito nesta inicial e na planta e memoriais anexos, determinando Vossa Excelência, a expedição do correspondente mandado de procedimento de registro de sentença, ao registro de imóvel competente, determinando a abertura de matrícula nova ao lote então usucapido; 9) Na hipótese de oposição à presente demanda, que o réu seja condenado às custas judiciais e honorários advocatícios;".DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 29 de março de 2024Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO D A QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABERa todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processa a ação de Execução de Titulo Extrajudicial sob n.º 0009350-85.2023.8.16.0001, em que figuram como exeqüente(s) BANCO BRADESCO S/A (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12)e executado CASHLEVE COMERCIO E MARKETING PLACE EIRELI (CPF/CNPJ: 35.649.882/0001- 03), FRANCISLEY VALDEVINO DA SILVA (RG: 154576533 SSP/PR e CPF/CNPJ: 362.089.558-90), tendo o presente à finalidade de CITAR o(s) referidos executado(s), atualmente em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 03 (três) dias (art. 829, do NCPC), efetue o pagamento do débito no valor de R$745.612,20. Na hipótese de pagamento integral, no prazo de 03 (três) dias, fica fixado desde logo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à ação, que será reduzido pela metade, 5% (cinco por cento), com base no disposto no art. 827, § 1º, do NCPC. Ainda, deve o executado

que, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá opor embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914 e 915, CPC). Ciência também ao executado de que poderá, no prazo para embargar, reconhecer o crédito e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, acrescido de custas e honorários advocatícios, caso em que ser-lhe-á permitido pagar o restante em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC), bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 916, do NCPC. Síntese: "AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL em face de CASHLEVE COMERCIO E MARKETING PLACE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.649.882/0001-03, com sede no Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Campo Comprido, Curitiba-PR, CEP 81200-528, endereço eletrônico desconhecido; FRANCISLEY VALDEVINO DA SILVA, brasileiro, solteiro, diretor de empresa, inscrito no CPF nº 362.089.558-90, residente e domiciliado no Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Campo Comprido, Curitiba-PR, CEP 81200-528, endereço eletrônico desconhecido, pelas razões fáticas e de direito que passa a expor: I - SÍNTESE FÁTICA As partes celebraram contrato por meio de Cédula de Crédito Bancário, sendo: Cédula nº: 14593640 Descrição: Cédula de Crédito BancárioEmpréstimo - Capital de Giro Data operação: 12/03/2021 Valor do Contrato: R$ 850.000,00 Quant. Parcelas: 24 Vencto. 1ª Parcela: 12/04/2021 Vencto. Últ. Parcela: 13 /03/2023 Valor Parcela: R$ 48.877,42 Tendo como garantia o Capital de Giro cessão fiduciária de CDB certificado número 12600207952000000 número do gran 845346581 valor de R$ 340 mil, data 12 de março de 2021 com o percentual da garantia de 40%. Em razão da pandemia vivenciada no mundo todo, a devedora optou em renegociar débito em aberto do contrato supra citado e prorrogar o vencimento das parcelas por 120 dias, a título de carência. A r. prorrogação foi realizada por meio eletrônico/auto atendimento, gerando um outro número de contrato, com novos valores e data de vencimento, sendo: Contrato nº: 15524709 Descrição: Prorrogação de contrato Covid19 Data operação: 22/03/2022 Valor do Contrato: R$ 560.815,12 Quant. Parcelas: 14 Vencto. 1ª Parcela: 15/08/2022 Vencto. Últ. Parcela: 14/09/2023 Valor Parcela: R$ 48.094,29 Contudo, os Executados descumpriram as obrigações livremente contraídas, encontrando-se inadimplente desde a parcela nº 01, vencida em 15/08/2022, acarretando o vencimento antecipado da dívida e a exigibilidade integral do débito, com a consequente aplicação das penalidades de mora previstas no instrumento pactuado, representando o valor atual de R$615.870,96 (seiscentos e quinze mil, oitocentos e setenta reais e noventa e seis centavos).conforme a memória de cálculo acostada. Dessa forma, não tendo os Executados cumprido o contrato celebrado com o Exequente e diante das tentativas infrutíferas de composição amigável, não restou outra alternativa senão, com fundamento na legislação vigente, pleitear a tutela jurisdicional para satisfação de seu crédito. Decisão Inicial: 1. Diligencie-se à citação da parte executada, para que efetue o pagamento do valor devido, no prazo de 03 (três) dias (art. 829, do CPC), conforme planilha de cálculo constante do mov. 1.7, devidamente atualizada, sob pena de penhora de bens. 2. Fixo desde logo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, os quais serão reduzidos pela metade, 5% (cinco por cento), na hipótese de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, com base no disposto no art. 827, § 1º, do CPC. 3. Intime-se, ainda, a parte executada que, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá opor embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914 e 915, CPC). 4. Cientifique-se a parte executada de que poderá, no prazo para embargar, reconhecer o crédito e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, acrescido de custas e honorários advocatícios, caso em que ser-lhe-á permitido pagar o restante em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC), bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 916, do CPC. 5. Diligenciado o cumprimento do mandado com a penhora, avaliação e intimação, seja devolvido pelo Sr. Oficial de Justiça, com a Escrivania diligenciando sua juntada e, em seguida, fazendo os autos conclusos. 6. Outrossim, em relação ao requerimento de tutela provisória de urgência formulada visando o arresto de bens da parte devedora, verifica-se que a mesma não merece acolhimento, uma vez que o fato de o executado estar inadimplente não é motivo suficiente para tal concessão, uma vez que se trata de situação que diz respeito a toda e qualquer execução de título. Além disso, ausente o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, uma vez que não demonstrado que a parte devedora está em situação de insolvência e que não possui patrimônio para fazer frente ao débito. Pelo que, indefiro o requerimento de tutela provisória de urgência Intime-se. Demais Diligências necessárias. Curitiba, data da assinatura digital José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, digitei e subscrevo. (JPP) (assinado digitalmente) JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DEST A COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Usucapião sob n.º 0001650- 24.2024.8.16.0001, em que é requerente CICERO APARECIDO CAVALCA (RG: 34025860 SSP /PR e CPF/CNPJ: 511.430.209-44) e DANIELI DO ROCIO DA SILVA (RG: 62790504 SSP/PR e CPF/CNPJ: 006.727.959-73)e requerido AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS (CPF /CNPJ: Não Cadastrado), tendo o presente a finalidade de CITAR, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). Síntese: EDITAL DE CITAÇÃO DE RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS E EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS CICERO APARECIDO CAVALCA E DANIELI DO ROCIO DA SILVA, ajuizou ação de USUCAPIÃO, em face de réus incertos e desconhecidos, na qual figuram como confrontantes Sr. Ilton Batista Santos Filho, convivente em união estável com Alteir Lisboa dos Santos casado com Doralice Martins; Moisés Franque casado com Maria Aparecida Franque; e Manfred Rempel casado com Ursula Pauls Rempel, visando a declaração de domínio sobre o imóvel com área total de 166,60 m², situado na Rua Governador Algacir Guimarães, nº 20, no bairro Cajuru, CEP 82.960-520, Curitiba/PR, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal, nos termos do art. 1.238 do Código Civil e artigos 318 seguintes do Código de Processo Civil. Adverte-se que em caso de revelia será nomeado curador especial.". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 29 de março de 2024Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO D A QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Usucapiãosob n.º 0020893-27.2019.8.16.0001, em que é parte autora JOSE DE CAMARGO (CPF/CNPJ: 275.308.419- 04)e ré ESPÓLIO DE JOSÉ CARLOS ELIAS NALDO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) representado(a) por ALEX CORDEIRO NALDO (CPF/CNPJ: 080.039.749-50), tendo o presente a finalidade de CITAR o(a) mencionado(a) requerido(a), atualmente em local incerto e não sabido, para que fique ciente dos termos da ação em referência, bem como para que, querendo, ofereça contestação no prazo de 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS (artigo 335 do CPC). Cientifique-se a parte ré, ainda, que caso não conteste os fatos articulados na inicial, estes serão reputados como verdadeiros, nos termos do artigo 344 do CPC, incidindo os efeitos da revelia, salvo se estiverem presentes as condições do artigo 345 do mesmo diploma legal. Tratando-se de processo eletrônico, em homenagem às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do Código de Processo Civil, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do referido diploma legal. Síntese: AÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIO em face de COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT, Sociedade De Economia Mista, criada nos termos da Lei nº 2.545 de 29/04/1965, cadastrada no CNPJ/MF sob o número 76.495.969/0001-36, com sede em Curitiba, na Rua Barão Do Rio Branco, nº 45, CEP 80.010-180 e ESPÓLIO DE JOSÉ CARLOS ELIAS NALDO, demais qualificações e endereços desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas. DOS FATOS José de Camargo, ora requerente, adquiriu o objeto da presente ação de usucapião, por meio de contrato de compra e venda, em 31 de agosto de 2012, passando a fixar residência no imóvel no mesmo momento. O imóvel consiste no lote de terreno urbano 13 (treze), da quadra 03 (três), com área total de 128,49 m² (cento e vente e oito metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados), localizado na rua Lodovico Kaminski, nº 1.586, Moradias Aquarela, Bairro Augusta, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, contendo uma casa construída totalmente em alvenaria com 42,00 m² (quarenta e dois metros quadrados), com Indicação Fiscal sob o nº 69.171.013-000 junto à Prefeitura de Curitiba, Paraná. Residem no imóvel o autor e a esposa, a Senhora Maria Aparecida de Camargo, com quem é casado em regime de comunhão parcial de bens desde 14/12/1985. Desde a celebração do contrato de compra e venda entre o autor e o proprietário anterior do imóvel o requerente vem cumprindo todas as obrigações referentes ao bem, incluindo as prestações de financiamento junto à COHAB-CT, sendo o imóvel isento do IPTU. Conforme certidão negativa emitida pelo 2º Distribuidor, não constam ações judiciais em face do autor desde então, o que comprova que a posse foi sempre exercida de forma mansa e pacífica. Todas as benfeitorias e melhoramentos contidos no imóvel foram realizados no decorrer dos anos em que residiu no local. O autor declara não ser proprietário de nenhum outro imóvel urbano ou rural. Do exposto, a fim de instruir o pedido, junta-se os seguintes documentos: (i). Certidão fornecida pelo Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição; (ii). Escritura Pública de Compra e Venda; (iii). Rol de testemunhas; (iv). Histórico da Sanepar. A posse da parte autora soma mais de 6 (seis) anos, vem sendo exercida com animus domini ininterruptamente para sua moradia e sem qualquer oposição. Deu-se por aquisição onerosa por intermédio de justo título e de boa fé. DESPACHO: 1. Haja vista a documentação anexada aos movs. 1.2/1.4 defiro para ao autor a gratuidade da justiça. 2. Em que pese a planta e o memorial descritivo do imóvel sejam documentos hábeis a individualização do imóvel, no caso em apreço essa regra deve ser relativizada diante da hipossuficiência econômica da parte autora que não possui condições de suportar essa despesa. Com efeito, a parte autora está representada pela Defensoria Pública do Estado, bem como, obteve a gratuidade da justiça conforme item 1 acima, de modo que, nessa condição, fica claro que não dispõe de recursos para custear a elaboração da planta e memorial descritivo do imóvel objeto da presente ação de usucapião. Diante disso, de modo a garantir o acesso à justiça da parte, admito a petição inicial e determino que a individualização do imóvel objeto da presente usucapião seja realizada mediante outras provas, em especial por meio de perícia técnica judicial, caso necessário. Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE USUCAPIÃO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE NOMEAÇÃO PARA PERITO PARA CONFECÇÃO DO MAPA E MEMORIAL DESCRITIVO. AUTOR QUE DEMONSTRA NÃO POSSUIR CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DEFERIDO. DESOBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS QUE PODEM SER OBTIDOS ATRAVÉS

DE REQUISIÇÃO E PERÍCIA JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ E DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL.DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO MONOCRATICAMENTE COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 932, INCISO V, "A" DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/15. (TJPR, AI 1.725.368-8, 18ª C.Cível, Rel. Des. Marcelo Gobbo Dalla Dea, J. 30/08/2017). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE USUCAPIÃO. DETERMINAÇÃO DE EMENDA PARA A JUNTADA DE MAPA E MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA USUCAPIENDA. AFIRMAÇÃO DO AUTOR DE QUE NÃO POSSUI CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA ARCAR COM AS DESPESAS PARA A PRODUÇÃO DOS REFERIDOS DOCUMENTOS.ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DEFERIDA. NOMEAÇÃO DE PERITO A SER CUSTEADO PELO PODER PÚBLICO PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 3º, V, DA LEI 1060/50. JULGAMENTO MONOCRÁTICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJPR, AI 1496133-4, 18ª C.Cível, Rel. Des. Espedito Reis do Amaral. J. 18/02/2016). 3. Nos termos do ofício-circular nº 008/2016 da Direção do Fórum Cível I do Foro Central da Comarca da RM de Curitiba, inclua-se a audiência de conciliação/mediação prevista pelo art. 334 do CPC em pauta do CEJUSC. 4. Após, intime-se a parte autora quanto a data da audiência, por intermédio de seu advogado, bem como, diligencie-se à citação, por edital, do espólio e herdeiros de DEODORO NEVES, detentor da propriedade do imóvel objeto da presente ação, para comparecer à audiência designada. 5. A parte ré poderá oferecer contestação, no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou mediação ou, da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer, ou comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, I, NCPC). 6. Ficam cientes as partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação implicará na aplicação das penas previstas no art. 334, §8º, NCPC. 7. No caso de a parte ré manifestar desinteresse na autocomposição, incluindo todos os litisconsortes, em petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, e tendo a parte autora, dentre os pedidos dispostos na petição inicial, também manifestado desinteresse na autocomposição, promova a Serventia, sem necessidade de encaminhar os autos a conclusão, a retirada da audiência de pauta, com correspondente certidão nos autos (art. 334, §4º, I). 8. Nesse último caso, a parte ré poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do protocolo do referido pedido de cancelamento da audiência de conciliação (art. 335, II). 9. Diligencie-se à citação, pelo Correio, dos confrontantes e respectivos cônjuges, se casados forem, nos termos do art. 246, § 3º, do CPC, para, querendo, na qualidade de terceiros interessados, comparecerem à audiência de conciliação, de cuja ausência, importará na presunção de falta de interesse no processo. 10. Cite-se, por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). 11. Diligencie-se a intimação da União, do Estado e do Município, para que manifestem eventual interesse na causa, encaminhando a cada ente cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. 12. Em seguida, certifique-se a respeito do resultado do cumprimento dos itens 4, 9, 10 e 11 supra e façam-se os autos conclusos. Intime-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, data da assinatura digital José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito".DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024 . Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (vinte) DIAS. A DRA. CAROLINA FONTES VIEIRA, MMª. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de sob n.º 0002621-43.2023.8.16.0001, em que figuram como autor(es) BANCO BRADESCO S/A (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12) e como requerido(s) BACH ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS LTDA (CPF/CNPJ: 26.977.373/0001-00), tendo o presente a finalidade de CITAR o(s) mencionado(s) requerido(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, para que fique ciente dos termos da ação em referência e para que, querendo, ofereça(m) contestação, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS (artigo 335 do CPC). Ciência ao(s) requerido(s) que, caso não contestado os fatos articulados na inicial, estes se reputarão verdadeiros, nos termos do artigo 344 do CPC, incidindo os efeitos da revelia, salvo se estiverem presentes as condições do artigo 345 do mesmo diploma legal. Tratando-se de processo eletrônico, em homenagem às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do Código de Processo Civil, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do referido diploma legal. Síntese: Frente à intimação de sequência 119 a parte autora informa ciência, e relata brevemente que a Ação de Cobrança em tramite nos autos 0002621-43.2023.8.16.0001, na 4° vara cível da comarca de Curitiba, tem por finalidade o regular recebimento e processamento da ação, a efetiva citação da parte ré, e posteriormente que essa seja julgada totalmente procedente ao que tange todos os fatos, fundamentos e pedidos da petição inicial de sequencia 1, até 1.1.12. O regular recebimento e processamento da ação, determinando a citação do(a) Requerido(a) na forma da lei processual civil (i) por carta, ou (ii) por e-mail caso exista cadastro disponível (CPC, art. 246, inc. V), para comparecer a audiência de conciliação e/ou apresentação direta de contestação, sob pena de revelia e confissão; (ii) Contestada ou não a ação, seja ela julgada procedente para condenar o (a) Requerido(a) ao pagamento ao Requerente do valor de R$ 442.391,72, consoante planilha de atualização em anexo, observando-se a incidência da multa contratual de 2% (dois por cento), juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês desde o inadimplemento e correção monetária pelos índices oficiais desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento (CC, art. 395 e Súmula 43 do STJ); (iii) A condenação do(a) Requerido(a) ao pagamento de custas, despesas processuais adiantadas pela Requerente e honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 20% (vinte por cento) sobre o débito ao final apurados, conforme determina o CPC, art. 85, § 2º, e demais cominações legais; (iv) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos e necessárias ao deslinde da causa, especificando a prova documental, reservando-se a Requerente o direito de produzir contraprova àquela que eventualmente vier a ser apresentada pelo(a) Requerido(a);". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) Carolina Fontes Vieira Juíza de Direito Substituta

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (vinte) DIAS. A DRA. CAROLINA FONTES VIEIRA, MMª. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de sob n.º 0017010-04.2021.8.16.0001, em que figuram como autor(es) Vale do Sol - Concreto e Argamassa (CPF/CNPJ: 03.802.746/0001-07) e como requerido (s) RUBENS HENRIQUE GONÇALVES DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ: 038.517.189-76), tendo o presente a finalidade de CITAR o(s) mencionado(s) requerido(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, para que fique ciente dos termos da ação em referência e para que, querendo, ofereça(m) contestação, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS (artigo 335 do CPC). Ciência ao(s) requerido(s) que, caso não contestado os fatos articulados na inicial, estes se reputarão verdadeiros, nos termos do artigo 344 do CPC, incidindo os efeitos da revelia, salvo se estiverem presentes as condições do artigo 345 do mesmo diploma legal. Tratando-se de processo eletrônico, em homenagem às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do Código de Processo Civil, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do referido diploma legal. Síntese: 1.- O requerido solicitou à empresa autora a entrega de material (concreto usinado), totalizando a quantia de R$ 47.049,00 (quarenta e sete mil e quarenta e nove reais), tendo sido em diversos endereços apontados pelo requerido, conforme recibos de entrega em anexo. 2.- A empresa autora entrou em contato com o requerido suplicando pelo recebimento do valor das mercadorias, sendo que este informou que iria realizar o pagamento, conforme se verifica através das conversas travadas via WhatsApp, porém até a presente data não cumpriu com sua obrigação. 3.- Diante dos fatos, só resta ao autor invocar a tutela jurisdicional para, por meio da presente ação, requerer se digne Vossa Excelência em determinar que a ré repare os danos causados à empresa autora e determine o pagamento imediato de todo omaterial fornecido, totalizando a quantia de R$ 47.049,00 (quarenta e sete mil e quarenta e nove reais), com juros e correção monetária, desde a data da efetiva entrega do material, de acordo com os fundamentos a seguir expostos. II. Do Direito. 1.- É imprescindível que as partes, ao contratarem, guardem um padrão ético de confiança e lealdade, indispensável para o próprio desenvolvimento normal da convivência social. Isso significa que devem adotar um comportamento leal em toda a fase prévia à constituição dos contratos e em seu desenvolvimento. 2.- Não é demais lembrar o que dispõem os arts. 422, 475 e 476 do Código Civil. 3.- Assim, a empresa autora vem através da presente ação, em face ao manifesto inadimplemento da obrigação assumida pelo requerido, requerer seja instada ao cumprimento da obrigação de fazer, sob pena de obter, desse MM. Juízo, sentença que produza o mesmo efeito, ou em caso de impossibilidade, a conversão em indenização. (...) IV. Dos pedidos. ISTO POSTO, propõe a autora como proposto tem, a presente ação de cobrança, requerendo digne-se Vossa Excelência em determinar a citação dos réus, por A.R., para que compareçam na audiência de conciliação e após, restando esta infrutífera, querendo, respondam à presente ação, sob pena de não o fazendo, presumirem-se verdadeiros os fatos ora e aqui alegados, para julgar procedente a presente ação aos efeitos de determinar que o réu pague à autora a quantia a quantia de R$ 47.049,00 (quarenta e sete mil e quarenta e nove reais), com juros e correção monetária, desde a data da efetiva entrega do material. Requer, se for necessária, a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente a prova documental, oral e pericial. Por fim, requer sejam os requeridos condenados ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados na base 20% do valor da condenação. Dá-se à presente para os efeitos fiscais e de alçada o valor de R$ 47.049,00 (quarenta e sete mil e quarenta e nove reais).". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) Carolina Fontes Vieira Juíza de Direito Substituta

---

EDITALDE CITAÇÃO PRAZODE 60 (sessenta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DAQUARTA VARACÍVELDESTA COMARCA DE CURITIBACAPITALDOESTADODO PARANÁ,NAFORMADALEI,ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Usucapião sob n.º0023939- 19.2022.8.16.0001, em que é requerente MARLI DE FÁTIMA MOREIRA (CPF/CNPJ: 873.265.409-00) e requerido João Carlos Pereira (CPF/CNPJ: 050.777.629-10), tendo o presente a finalidade de CITAR, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). Síntese: "1. MARLI DE FÁTIMA MOREIRA ajuizou a presente ação de usucapião em face de JOÃO CARLOS PEREIRA. 2. A

pessoa da autora formula requerimento para a concessão da gratuidade da justiça ao argumento que, atualmente, se encontra em difícil situação financeira e não pode suportar o pagamento do valor relativo às custas processuais e aos honorários advocatícios sem comprometer o próprio sustento e o de sua família, pelo que, anexou aos autos Declaração de Hipossuficiência de recursos financeiros, conforme o disposto no art. 98 do CPC. 3. Tem-se que a Declaração de Hipossuficiência de recursos financeiros de que trata o disposto no §3º do art. 99 do CPC possui presunção de veracidade. Ao mesmo tempo, não se vislumbra a existência de elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício (art. 99, §2º, do CPC). 4. Portanto, concedo para a pessoa da autora o benefício da gratuidade da justiça, com a observação que, se revogada a benesse, deverá arcar com as despesas processuais que deixou de adiantar e deverá pagar, acaso constatada má-fé, multa de até o décuplo do valor de tais despesas, que será revertida em benefício da Fazenda Pública estadual ou federal e poderá ser inscrita em dívida ativa, nos moldes do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC. Anote-se. 5. A parte adversa poderá impugnar o benefício no mesmo prazo da contestação (art. 100, CPC). 6. Prosseguindo-se o curso do processo, diligencie-se à citação da parte ré, preferencialmente por meio eletrônico, para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia (art. 344 do CPC). 7. Outrossim, diligencie-se à citação, pelos Correios, dos confrontantes e respectivos cônjuges, se casados forem, nos termos do art. 246, § 3º, do CPC, para, querendo, na qualidade de terceiros interessados, apresentarem manifestação, em 15 dias, sendo que a ausência de manifestação importará na presunção de falta de interesse no processo. 8. Cite-se, por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). 9. Intimem-se para que manifestem eventual interesse na causa a União, o Estado e o Município, encaminhando-se a cada ente cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. 10. Sem prejuízo, ao fito de permitir o regular cadastro do polo passivo, intime-se à parte autora para que promova à juntada de Certidão do Distribuidor demonstrando a abertura, ou não, de inventário pelo eventual falecimento do proprietário do imóvel objeto da presente ação. 11. Oportunamente, tornem conclusos para deliberações a respeito do prosseguimento do curso do processo". Despacho: mov. 59.1". Intime-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, data da assinatura digital. José Eduardo de Mello Leitão Salmon. Juiz de Direito".DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (RJ) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DEST A COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Usucapião sob n.º 0030124- 20.2015.8.16.0001, em que é requerente MARCIA FERREIRA MAIA (CPF/CNPJ: 742.975.039-72)e requerido ACI DA SILVA (CPF/CNPJ: 072.041.409-15) e MARIA DE JESUS DA SILVA (RG: 3496660 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), tendo o presente a finalidade de CITAR, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). Síntese: "A Requerente mantém há 20 (vinte) anos, a posse mansa, pacífica e ininterrupta do imóvel registrado sob matrícula de n° 98451 perante a 8ª Circunscrição do Registro de Imóveis de Curitiba, cuja descrição segue mais abaixo. Cumpre informar que antes da matrícula supracitada, o imóvel era havido pela matricula de n° 62676, perante a mesma circunscrição, que encerrada em 18 de junho de 2002. Ressalta-se que a Requerente manteve sua posse durante os 20 (vinte) anos aproximadamente, sem que houvesse, em tempo algum, qualquer oposição. Ainda, cumpre ressaltar que desde quando a Requerente detém a posse do referido imóvel, vem pagando e adimplindo com suas obrigações tributárias perante o Município. A seguir passa-se a descrição do imóvel de acordo com o memorial descritivo em anexo: Lote de terreno n° 06 (seis), da Quadra n° 01 (um), da Planta VILLA NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS, situado nesta Cidade de Curitiba, medindo 9,00 metros de frente para a Alameda Central Oeste; pelo lado direito, de quem do imóvel olha a rua, mede 18,00 metros de extensão e confronta com o Lote n° 05; pelo lado esquerdo mede 18,00 metros de extensão e confronta com os Lotes n°s 07 e 08 e na linha de fundos, onde mede 9,00 metros, confronta com a Travessa 18; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 162,00 metros quadrados, contendo uma casa em alvenaria, tipo CT-E 5-50, com 50,00 metros quadrados de área construída.. - IV - DA NECESSIDADE DE AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA DO PRESENTE FEITO JUNTO AO REGISTRO IMOBILIÁRIO Segundo recentes alterações introduzidas pela Lei 13.097/2015, necessário se faz seja averbado junto a matrícula nº 98451 do 8º Registro Imobiliário da Capital a existência da presente demanda, com vistas a acautelar direitos e prevenir responsabilidades, sendo oportuna a transcrição do referido dispositivo: Art. 56. A averbação na matrícula do imóvel prevista no inciso IV do art. 54 será realizada por determinação judicial e conterá a identificação das partes, o valor da causa e o juízo para o qual a petição inicial foi distribuída. (Vigência) § 1º - Para efeito de inscrição, a averbação de que trata o caput é considerada sem valor declarado. § 2º - A averbação de que trata o caput será gratuita àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei. § 3º - O Oficial do Registro Imobiliário deverá comunicar ao juízo a averbação efetivada na forma do caput, no prazo de até dez dias contado da sua concretização. § 4º - A averbação recairá preferencialmente sobre imóveis indicados pelo proprietário e se restringirá a quantos sejam suficientes para garantir a satisfação do direito objeto da ação. Assim sendo, com base no dispositivo legal antes citado requer seja expedido ofício ao 8º CRI de Curitiba, a fim de que promova a anotação de existência da presente demanda. - V - DO PEDIDO Isto posto requer que V. Excelência digne a: 1. A Citação dos Requeridos, para em querendo, contestar a presente demanda, com as cautelas de estilo; 2. Determinar a expedição de Mandado, com vistas a promover a averbação premonitória, da existência da pesente demanda, junto a matricula nº 98451 do 8º CRI de Curitiba, nos termos da argumentação despendida na presente peça; 3. Intimar o Digno representante do Ministério Público Estadual para comparecer no feito; 4. Citação da União, do Estado e da Cidade de Curitiba, para, em querendo opinar no feito; 5. Citados todos os interessados para que contestem a presente ação, em querendo, no prazo legal, com as advertências de estilo, para ao final ser julgada procedente a presente pretensão e declarando em favor da Requerente o domínio por usucapião do terreno descrito, valendo a sentença, uma vez transitada em julgado, como título dominial para, através demandado, ser ordenada a abertura da competente matricula imobiliária ao Sr. Oficial da 8° Circunscrição do Registro de Imóveis de Curitiba, com a condenação nas verbas de sucumbência ao Requerido ou Requeridos que porventura se opuserem ao pedido; 6. Além da prova documental que acompanha a presente, requer-se, ainda, a produção de todo o gênero de provas em Direito admitidas, em especial prova testemunhal; Dá-se o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).". Despacho: "1.Diligencie-se a citação, por mandado, dos réus, Jaci da Silva e Maria de Jesus da Silva, eis que detentores do direito relativo ao domínio do imóvel usucapindo. 2.Diligencie-se à citação, por mandado, dos confinantes, Município de Curitiba, Felipe Scora e sua esposa, se casado for, Atanazio Bartolomeu de Melo e sua esposa, se casado for e Rene Dias e sua esposa, se casado for. 3.Cite-se, por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (arts. 942 e 232, IV, do CPC). 4. Cientifiquem-se para que manifestem eventual interesse na causa a União, o Estado (art. 942, parág. 2º, CPC), encaminhando-se a cada ente cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. 5.Uma vez cumpridos os itens 1, 2, 3 e 4 supra, dê-se vista ao Ministério Público. 6. Em seguida, certifique-se a respeito do resultado do cumprimento dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 supra e façam-se os autos conclusos. 7.Na forma dos artigos 54, IV e 56 da Lei nº 13.097/2015, oficie-se a 8ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, a fim de que promova a averbação junto a matrícula nº 98.451 da existência da presente ação. Intimem-se.Diligências necessárias. Curitiba, 30 de outubro de 2015 Lucas Cavalcanti da Silva Juiz de Direito Substituto".DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 5 de abril de 2024Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de x sob n.º , em que é parte autora MARCIA REGINA PLACHEK DA CONCEIÇÃO (RG: 67554213 SSP/PR e CPF/CNPJ: 020.443.209-08)e requerido ME COMERCIO DE VEICULOS EIREL (CPF/CNPJ: 28.699.962/0001-08), tendo o presente a finalidade de CITAR o(a) mencionado(a) requerido(a), atualmente em local incerto e não sabido, para que fique ciente dos termos da ação em referência, bem como para que, querendo, ofereça contestação no prazo de 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS (artigo 335 do CPC). Cientifique-se a parte ré, ainda, que caso não conteste os fatos articulados na inicial, estes serão reputados como verdadeiros, nos termos do artigo 344 do CPC, incidindo os efeitos da revelia, salvo se estiverem presentes as condições do artigo 345 do mesmo diploma legal. Tratando-se de processo eletrônico, em homenagem às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do Código de Processo Civil, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do referido diploma legal. Síntese: Versam os autos nº. 0003945-68.2023.8.16.0001, em trâmite perante esse juízo, sobre pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes da venda de um veículo em desacordo com o que anunciado. Vale dizer, um carro 1.0 foi vendido como se 1.6 fosse, contrariando diversas leis consumeristas. São requeridas nos autos as partes solidariamente responsáveis: GOLDCAR VEÍCULOS, inscrita sob nº CNPJ: 28.699.962/0001-08, a loja que vendeu o veículo e BANCO DIGIMAIS S.A., inscrita no CNPJ sob n.º 92.874.270/0001-40, instituição financeira que viabilizou o negócio por meio de financiamento. A requerida Banco Digimais foi citada e apresentou oportunamente a sua Defesa. A empresa Goldcar Veículos, contudo, apesar de todas as tentativas de localização, não foi encontrada, sendo determinada a sua citação por edital.". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO D A QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. Edital de citação de interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, para contestarem os autos de AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES E DANOS MORAIS C/C PEDIDO CAUTELA sob nº 0033282- 44.2019.8.16.0001, em que é requerente MARILENE TSCHA, brasileira, divorciada, comerciante, portadora do da cédula de identidade nº 3.880.558-4 inscrito no CPF/MF sob o nº 874.836.109-72, residente e domiciliada na Rua Winston Churchill, 2546, Pinheirinho, Curitiba-PR, Estado do Paraná, e requeridos os

proprietários registrais UNICK SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 19.047.764/0001-60, com sede na rua 25 de julho, n.º 1.037, Bairro Rio Branco, CEP 93.310, 251, Novo Hamburgo/ RS, Telefone (54) 98407-8198, S.A CAPITAL LTDA, empresa privada inscrita no CNPJ nº 18.033.834/0001-69, sediada na Rua R TEIXEIRA, nº 352, 4º Andar, Sala 41, bairro Taboão, Bragança Paulista/SP, CEP: 12.916-360, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor:, que tramita na 4º Vara Cível de Curitiba-PR, A requerente, por indicação de conhecidos, realizou no dia 16/06 /2019 um investimento na plataforma realizando a compra de 3 planos, sendo 2 planos denominado Start de R$ 99,00 cada e 1 plano denominado Executivo no valor de R$ 3.496,00, ainda na data de 03/08/2019 a requerida realizou outra compra do plano denominado presidente no valor de R$ 12.948,00. Portanto, ao total a autora investiu R$ 16.640,00 (dezesseis seiscentos e quarenta reais), junto às rés na promessa de que receberia, em 6 meses, este valor em dobro, ou seja, receberia R$33.280,00 (trinta e três mil e duzentos e oitenta reais). Ocorre que, desde o mês de junho/2019, as requeridas não estão pagando nenhum rendimento mensal a nenhum de seus clientes, e com isso a requerente não recebeu nem um centavo de rendimento. As Rés então informaram aos seus clientes que devido a problemas de invasão de Hackers teriam que devolver o valor do investimento à requerente, ou seja, devolveriam somente o valor investido sem juros e correção, sem muito menos os 200% de lucro que prometiam em seus anúncios. A requerente então, temendo não receber nada, aceitou receber os valores que tinha investido sem juros nem correção e, para tanto, pela requeridas, enviaram um relatório com os valores que a Autora tinha investido, bem como os valores que ele tinha a receber Notemos na planilha acima, que as Próprias Rés confirmaram que a Autora investiu no total R$ 16.640,00 (dezesseis seiscentos e quarenta reais). Informaram ainda que até a data do relatório, a Autora não havia recebido nem um centavo das rés e, portanto, restavam para o Autor receber o valor de R$ 16.640,00 (dezesseis seiscentos e quarenta reais). As requeridas ainda informaram que para a requerente receber a quantia de R$ 16.640,00 (dezesseis seiscentos e quarenta reais), a mesma deveria responder ao e- mail das requeridas com os dizeres "ESTOU DE ACORDO, QUERO CANCELAR Seja Liminarmente concedido o pedido de TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA, ordenando o bloqueio no valor de R$33.280,00(trinta e trêsmil duzentos e oitenta reais) nas contas bancárias das requeridas b) Se assim não entender Vossa Excelência, seja concedido pleito de TUTELA DE URGÊNCIA, determinado o bloqueio correspondente unicamente aos valores investidos pelo Requerido, conforme planilha e comprovantes de pagamento anexos, no importe de R$ 16.640,00 (dezesseis seiscentos e quarenta reais), transferindo-os para uma conta judicial remunerada a disposição deste juízo e vinculada diretamente aos presentes autos; c) A citação dos Requeridos para, querendo, contestar a presente ação, bem como, designando audiência de conciliação, instrução e julgamento, com as advertências legais; d) Seja designada a audiência de conciliação, na forma do art. 334 do Código de Processo Civil de 2015; e) Julgar os pedidos in totum, determinando-se a anulação/rescisão do(s) contrato(s) de adesão firmados pelo Requerente com os Requeridos e em consequência determinar a devolução INTEGRAL dos valores pagos devidamente corrigidos, bem como dos valores prometidos como rendimento. f) A condenação dos Requeridas em indenizar a Requerente no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de Danos Morais;a título de garantia de uma futura execução;g) A inversão do ônus da prova em favor da parte Requerente, para que os Requeridas provem a restituição de qualquer valor que suscitarem ter devolvido ao Requerente, sob pena de confissão ficta da não devolução dos valores investidos pelo Requerente; Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, mormente através de documentos, testemunhas e depoimento pessoal dos Requeridos, tudo desde já requerido. Dá-se à causa o valor de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais). O prazo de quinze dias para contestação, por intermédio de advogado, fluirá da data da publicação deste no Diário eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná e duas (2) vezes no jornal de circulação desta Comarca, após vencido o prazo do edital. ADVERTÊNCIA: presumemse verdadeiros os fatos articulados pela autora se não contestado. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Usucapião sob n.º 0008425-70.2015.8.16.0001, em que é autor VERA LUCIA DE PAULA CARVALHO (RG: 31650232 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), réus ALZIRA MARIA BALDAN (RG: 1543861 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), DEARLEI BALDAN (RG: 290977 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado) e ESPÓLIO DE DEARLEI BALDAN (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) e terceiros CLAUDINOR FERNANDES (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), CRISTIANE DE FÁTIMA TUREK (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), GERALDO SANTOS (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), JOSÉ AMARILDO DE MELLO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) e Município de Curitiba/PR (CPF/CNPJ: 76.417.005/0001-86), tendo o presente a finalidade de CITAR, com prazo de 60 (sessenta) dias, aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). Síntese: "Autos nº 0008425-70.2015.8.16.0001 de Usucapião que Vera Lúcia de Paula Carvalho move contra Alzira Maria Baldan e espólio de Dearlei Baldan visando a declaração do domínio e da aquisição do imóvel situado na Travessa Nossa Senhora Aparecida, 4, em Curitiba, Paraná, esquina com a Rua Ângelo Gai, no bairro Uberaba e tem como confrontantes CRISTIANE DE FÁTIMA TUREK, na Rua Ângelo Gai, Travessa Nossa Senhora Aparecida, nº 51, Umbará, Curitiba (PR), JOSÉ AMARILDO DE MELLO, na Rua Ângelo Gai, Travessa Nossa Senhora Aparecida, nº 13, Umbará, Curitiba (PR), VITÓRIA GONÇALVES DOS SANTOS, na Rua Angelo Gai, nº 2820 - CASA 06 e, CLAUDINOR FERNANDES, Rua Ângelo Gai, Travessa Nossa Senhora Aparecida, nº 07, Umbará, Curitiba (PR). Foi atribuído o valor de R$50.000,00 à causa"". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 29 de março de 2024Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO D A QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídicasob n.º 0035077-85.2019.8.16.0001, em que é parte suscitante SHIRLEY MOREIRA DA SILVA (CPF/CNPJ: 836.954.439-87)e suscitado OVIDIO HOFMAM (CPF/CNPJ: 110.746.209-68), tendo o presente a finalidade de CITAÇÃO da parte SUSCITADA, para que, em 15 (quinze) dias, se manifeste e requeira a produção das provas que entenderem cabíveis (CPC, art. 135). Síntese: "A suscitante ingressou com ação de anulação de negócio jurídico c/c indenização por danos morais em face de Concessionária Marechal Multimarcas e Banco Santander S.A. em 11/06/2012 - consubstanciada nos autos nº 0029991-80.2012.8.16.0001, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Curitiba-PR -, sendo que não foi possível o prosseguimento da lide em razão de que não ter havido a citação da ré Concessionária Marechal Multimarcas. No decorrer da lide, verificou-se que a empresa Concessionária Marechal Multimarcas se encontrava inapta ("baixada"), sem qualquer condição de comparecer à lide ou mesmo arcar com os prejuízos sofridos pela autora/suscitante, denotando assim utilização da pessoa jurídica da empresa pelos sócios em evidente abuso de personalidade jurídica, nos termos do art. 50 do Código Civil - tratando-se também a baixa da empresa um obstáculo ao eventual ressarcimento dos prejuízos causados à autora/suscitante, nos termos do art. 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor. Em razão disto, a suscitante ingressou com o presente Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, com fulcro no art. 50 do Código Civil (teoria maior), bem como no art. 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor (teoria menor), a fim de que os sócios da referida empresa - Ovídio Hofman e Patrícia Cristina da Silva Godoy - venham a integrar o polo passivo da ação, a fim de que possam por ela responder, devendo ser ao fim e ao cabo responsabilizados pelos danos ocasionados à suscitante/autora".". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (vinte) dias. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO D A QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABERa todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processa a ação de Execução de Titulo Extrajudicial sob n.º 0006411-11.2018.8.16.0001, em que figuram como exeqüente(s) ITAPEVA XI MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS (CPF/CNPJ: 30.366.204/0001-01) e executado Carlos Henrique Silva Rosa (CPF/CNPJ: 060.830.609-66) e SISTEMA INTEGRADO DE MARKETING E MERCHANDISING LTDA - ME (CPF/CNPJ: 17.314.284/0001-93), tendo o presente à finalidade de CITAR o(s) referidos executado(s), atualmente em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 03 (três) dias (art. 829, do NCPC), efetue o pagamento do débito no valor de R$ 249.147,43. Na hipótese de pagamento integral, no prazo de 03 (três) dias, fica fixado desde logo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à ação, que será reduzido pela metade, 5% (cinco por cento), com base no disposto no art. 827, § 1º, do NCPC. Ainda, deve o executado que, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá opor embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914 e 915, CPC). Ciência também ao executado de que poderá, no prazo para embargar, reconhecer o crédito e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, acrescido de custas e honorários advocatícios, caso em que ser-lhe-á permitido pagar o restante em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC), bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 916, do NCPC. Síntese: Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizado por BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, em face de SISTEMA INTEGRADO DE MARKETING E MERCHANDISING LTDA e CARLOS HENRIQUE SILVA ROSA, a qual alega que o Exequente é credor dos Executados pela quantia líquida, certa e exigível no valor de R$ 121.399,82 (cento e cinte e um mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), incluídos os juros legais e multa contratual, conforme demonstrativos de débitos anexos. Sendo tal crédito oriundo do Contrato de Cédula de Crédito Bancário - Confissão e Renegociação de Dívida sob n. 00332190300000017520 - 2190000017520300424, no valor de R$ 95.496,00 (noventa e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais), oportunidade em que os Executados comprometeram - se ao pagamento de 24 (vinte e quatro), parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 6.691,36

(seis mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos) a primeira com vencimento em 13/10/2017 e a última com vencimento em 13/09/2019 No que tange ao despacho de mov. 333.2, ao consultar os dados da empresa junto a RECEITA FEDERAL DO BRASIL, consta como Sócio Administrador o Sr. JOAO EDUARDO COSTA DIAS, bem como o antigo Sócio e Avalita o Sr. CARLOS HENRIQUE SILVA.. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, digitei e subscrevo. (JPP) (assinado digitalmente) CAROLINA FONTES VIEIRA Juíza de Direito Substituta

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DEST A COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABERa todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processa a Ação Monitória sob n.º , em que figuram como parte autora LEONIR ALBA (RG: 131552602 SSP/PR e CPF/CNPJ: 145.494.438-20) e como parte ré CAIQUE MARQUES FONTANA, GABRIEL DE MELLO GRAMINHO, HENRIQUE OLDAIR MENDES DA SILVA, HUGO FELIX DA SILVA e WTI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, tendo o presente a finalidade de CITAR a parte requerida, atualmente em local incerto e não sabido, para que fique ciente de todos os termos da ação em referência e, para que, no prazo legal de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito no valor de R$593.596,98. Anote-se que, caso cumpra o pagamento, ficará isento(a) de custas processuais, nos termos do art. 701, §1º, do CPC. Para pronto pagamento, ficam fixados os honorários advocatícios no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do débito vencido, nos termos do art. 701, do CPC. Ciência ainda que, no mesmo prazo, poderá oferecer embargos e, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial" (CPC, art. 701, §2º). Síntese: 01 - DOS FATOS As partes celebraram Contrato de Reaplicação de Investimento em 20/11/2018, o qual segue anexado, onde o ora Autor figura como Investidor, e a Ré atua como Administradora. O Contrato tem como objeto a aplicação de investimento, pelo Investidor, em ativos, que, por intermédio da Administradora, é/deveria ser usado em transferências financeiras. Objetivamente, a Administradora faz/deveria fazer as operações diante de estudos de mercado, além de análises de gráficos, tendências e indicadores. O retorno do capital inserido no negócio pelo Investidor, tem origem do lucro obtido nas operações financeiras realizadas pela Administradora, sendo que o valor pago ao Investidor, é aquele equivalente a parcela de 50% (cinquenta por cento) do montante investido, de acordo com o nicho de investimento oferecido pela Administradora em seu Plano de Compensação. No Plano de Compensação, a Administradora disponibiliza 04 (quatro) formas/nichos de investimento, sendo eles determinados pelas nomenclaturas Silver, Single, Medium e Premium, cada um com seu capital mínimo inicial. Conforme constante do Contrato, o nicho pelo qual optou o Autor foi o Single, cujo o investimento inicial é de R$ 162.468,35 (cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), com ganho fixo de 50% (cinquenta por cento) referente ao capital investido, o que corresponde a R$ 81.234,17 (oitenta e um mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos), totalizando o importe de R$ 243.702,52 (duzentos e quarenta e três mil reais, setecentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), valor este atualizado após 03 (três) meses da contratação, demonstrando que a taxa de juros utilizada pela Administradora é de 14,5% (quatorze e meio por cento) ao mês, sendo que o valor final poderá /poderia ser pago ao investidor em até 07 (sete) dias úteis, como prazo de carência, diretamente na conta bancária do Investidor, cujo os dados constam no Contrato. O ingresso do valor inicial investido pelo Autor, se deu com a utilização de um saldo remanescente resultante de uma aplicação anterior feita pelo Investidor, em negociação análoga ao do Contrato em tela, donde figuram as mesmas partes, nos mesmos polos. Conforme se denota, a Administradora deveria adimplir ao Investidor, o valor de R$ 243.702,52 (duzentos e quarenta e três mil reais, setecentos e dois reais e cinquenta e dois centavos) após 03 (três meses) da assinatura do Contrato. Destarte, como o Contrato fora assinado pelas partes em 20/11/2018, o marco inicial para o pagamento seria em 20/02/2019, tendo como prazo final para a quitação, com a incidência dos 07 (sete) dias de carência, a data de 27/02/2019. Todavia, até a presente data os valores não foram adimplidos, não obstante as inúmeras tentativas e contatos realizados, conforme se verifica dos documentos saneadores que seguem a presente peça. Não obstante, resta também a aplicação da multa rescisória constante na Cláusula 8ª, Parágrafo Primeiro do instrumento contratual, a qual corresponde ao mesmo valor inicial aplicado pelo Investidor, acrescido de 100% (cem por cento). Desta forma, dado que a rescisão contratual é motivada na justa causa procedida pela Administradora ante a exacerbada mora, o Investidor faz jus a incidência da multa rescisória em seu favor, pelo que deve receber o valor nominal de R$ 162.468,35 (cento e sessenta e dois mil reais, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), que totaliza o montante devido de R$ 406.170,87 (quatrocentos e seis mil, cento e setenta reais e oitenta centavos). Sendo assim, o valor total devido pela Administradora ao Investidor, somando-se o valor do débito à multa rescisória, é de R$ 406.170,87 (quatrocentos e seis mil, cento e setenta reais e oitenta centavos). Insta mencionar, que a empresa Ré está insolvente no mercado, o que é publicamente conhecido através da mídia jornalística e mídias sociais, conforme se denotará adiante através de prints e trechos de matérias veiculadas nas mais renomadas e credenciadas fontes jornalísticas do meio midiático no país, bem como de sites governamentais como o de autarquia reguladora do certame. Ainda, merece menção o fato de os sócios da Reclamada serem alvo de inquérito Policial, ante grande lastro de estelionatos praticados por meio da empresa Ré. Desta feita, não resta outra alternativa senão o Credor/Autor procurar o judiciário, a fim de ter os seus direitos respeitados e cumpridos, pelos fundamentos fáticos existentes in casu, bem como pela fundamentação legal aplicável ao caso. Assim Sendo, aplicadas todas as cláusulas contratuais existentes no sentido de aplicação das multas previstas contratualmente, e ainda, , chega-se ao valor total devido pela Administradora ao Investidor de R$ 406.170,87 (quatrocentos e seis mil, cento e setenta reais e oitenta centavos).". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (assinado digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DEST A COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. CITAÇAO DE EVENTUAIS INTERESSADOS, SEUS HERDEIROS E/OU SUCESSORES, para todos os atos da ação de USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO autuado sob nº 0031192- 24.2023.8.16.0001, em que são requerentes ASSOCIAÇÃO DE SÃO BASÍLIO MAGNO, e requeridos ALEX COSTA FELIPAK, BEATRIZ KURESKI ZANLORENZI, CRISTIANE COSTA FELIPAK, DANIELI KURESKI, ELCIO LINO ZANLORENZI, LIVIR FELIPAK, LUCIANO JOSÉ KRUL, MARCELOS RODRIGUES DOS SANTOS, MARCIA KURESKI CUNHA DE CASTRO, MARCOS ANTONIO ALESSI, MARTA KURESKI, ROSELY DO ROCIO FELIPAK, SIDICLEI CUNHA DE CASTRO, SILMARA APARECIDA DOS SANTOS, SILMARI RODRIGUES DOS SANTOS, SILVIA KURESKI ALESSI, SONIA MARI RODRIGUES DOS SANTOS , sobre o bem ao final descrito, para querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta à presente ação. ADVERTÊNCIA: Será nomeado Curador Especial, em caso de revelia. "ADVERTINDO-O DE QUE NÃO SENDO OFERECIDA RESPOSTA À AÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, SERÃO CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL (ART. 344 DO CPC)." MINUTA DA INICIAL: AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA, proposta por ASSOCIAÇÃO DE SÃO BASÍLIO MAGNO, pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.637.226/0004-80, com sede na Rua Carmelo Rangel, 1200, Seminário, Batel, Curitiba /Paraná, CEP 80440-050, em face de ESCOLA PROFISSIONAL PADRE JOÃO PIAMARTA - INSTITUTO JOÃO XXIII, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.355.118/0002-62, com sede na Rua Ulisses Aurélio Visinoni, nº 550, Augusta, CEP 81260-080, Curitiba/PR, telefone: (42) 98809- 0910; MARTA KURESKI, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.898.249-62, residente na Rua Newton Freire Maia, nº 213, CIC, CEP 81265-400, Curitiba/PR, telefone: (41) 98724-5816; SIDICLEI CUNHA DE CASTRO, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.232.799-27, residente na Rua Newton Freire Maia, nº 213, CIC, CEP 81265-400, Curitiba/PR, telefone (41) 98531-3844; MARCIA KURESKI CUNHA DE CASTRO, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.867.859-32, residente na Rua Newton Freire Maia, nº 213, CIC, CEP 81265-400, Curitiba/PR, telefone (41) 98724-5816; DANIELI KURESKI, inscrita no CPF/MF sob o nº 036.279.759-52, residente na Rua Aleixo Bettega, nº 455, Novo Mundo, CEP 81010-280, Curitiba/PR, telefone (41) 98408-5661; LUCIANO JOSÉ KRUL, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.857.179-78, residente na Rua Aleixo Bettega, nº 455, Novo Mundo, CEP 81010-280, Curitiba / PR, telefone: (41) 98408-5661; SILVIA KURESKI ALESSI, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.826.089-03, residente na Rua Cecília Martini Puppi, nº 168, Vila Bancária, CEP 83601-690, Campo Largo/PR, telefone (41) 3032- 2974; MARCOS ANTONIO ALESSI inscrito no CPF/MF sob o nº 592.810.069-87, residente na Rua Cecília Martini Puppi, nº 168, Vila Bancária, CEP 83601-690, Campo Largo/PR, telefone (41) 99506-0006; ROSELI INÁCIO GONÇALVES, inscrita no CPF/MF sob o nº 875.173.619-53, residente na Rua Raul Pompéia, nº 2380, CIC, CEP 81240-000, Curitiba/PR, telefone: (41) 98488-9019; AMÉRICO INÁCIO GONÇALVES, inscrito no CPF/MF sob o nº 433.655.079-49, residente na Rua Raul Pompéia, nº 2380, CIC, CEP 81240- 000, Curitiba/PR, telefone: (41) 98421-6804; BEATRIZ KURESKI ZANLORENZI, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.473.949-29, Rua Brasílio Cuman, nº 388, São Braz, CEP 82315- 010, Curitiba/PR; telefone (41) 99870-1500; ELCIO LINIO ZANLORENZI, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.933.339-14, Rua Brasílio Cuman, nº 388, São Braz, CEP 82315-010, Curitiba/PR; telefone (41) 99967- 0893; LIVIR FELIPAK, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.200.579-87, residente na rua Ulisses Aurélio Visinoni, nº 770, Augusta, CEP 81260-080, Curitiba/PR, telefone: (41) 99182-7309; ROSELY DO ROCIO FELIPAK, inscrita no CPF/MF sob o nº 650.922.019-91; residente na rua Ulisses Aurélio Visinoni, nº 770, Augusta, CEP 81260-080, Curitiba/PR, telefone: (41) 99182-7309; CRISTIANE COSTA FELIPAK, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.111.319-03, residente na rua Ulisses Aurélio Visinoni, nº 770, Augusta, CEP 81260- 080, Curitiba/PR, telefone: (41) 99753-6171; ALEX COSTA FELIPAK, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.633.859-54, representado por sua Curadora Cristiane Costa Felipak, residente na rua Ulisses Aurélio Visinoni, nº 770, Augusta, CEP 81260-080, Curitiba/PR, telefone: (41) 99753- 6171; SONIA MARI RODRIGUES DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 709.859.019-34, rua Alvarez de Azevedo, nº 173, CIC, CEP 81250-300, Curitiba/PR, telefone: (41) 99293- 0457; SILMARI RODRIGUES DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 874.524.309-30, Rua Lauro Grein, nº 668, CIC, CEP 8160-110, Curitiba/PR, telefone: (41) 99938-7932; ; MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.322.259-00 e SILMARA APARECIDA DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 680.269-789-00, ambos residentes na Rua Dr. José Guilherme Loyola, nº 58, CIC, CEP 81250-270, Curitiba/PR, na qual alegam ter posse de boa-fé, mansa, pacífica e pública, durante mais de 30 anos, desde 1994 da área de 21.376,38m²,, situada na região da Rua Stanislau Felibrante, 775, Augusta, Curitiba/

PR, sem matrícula e/ou transcrição no registro de imóveis. Informa, ainda, que tal área é contínua ao imóvel de matrícula 84.152 do 8º Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba, de propriedade da Autora. O Autor apresentou documentos comprobatórios da posse, memorial descritivo e levantamento topográfico com anuência dos confrontantes. Requereu a dispensa da citação dos confrontantes, a citação por edital de eventuais interessados e a procedência da usucapião extraordinária e pugnou pela produção de todas as provas em direito admitidas. DESPACHO DE SEQ. 17: (...) 2. Devidamente cumpridas a determinação acima, independentemente de nova conclusão, citem-se, pessoalmente, os confinantes, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se no feito, caso queiram, nos termos do artigo 246, § 3º, do Código de Processo Civil. 3. Na mesma oportunidade, citem-se, via edital, os eventuais interessados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, ofertarem contestação. 4. Cientifiquem-se as Fazendas Públicas Nacional, Estadual e Municipal, para que informem se há interesse no feito, observando o artigo 246, § 2º, do Código de Processo Civil. 5. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. 6. À Escrivania para que observe os artigos 203, § 4º e 139, inciso II, ambos do Código de Processo Civil. 7. Vindo a contestação, intime-se a parte autora para replicar, no prazo de 15 (quinze) dias (artigos 350, 351 e 352 do Código de Processo Civil). 8. Se, com a réplica for apresentado documento novo, intime-se a parte ré para manifestar-se a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (artigo 50 do Código de Processo Civil). 9. Cópia da presente deliberação servirá como mandado /carta de citação/intimação. 10. Intimações e diligências necessárias, se for o caso. 11. Cumpra-se, no que for cabível, o Código de Normas da E. Corregedoria-Geral da Justiça do TJPR. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 29 de março de 2024Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO D A QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. PROCESSO Nº 0002826-80.2014.8.26.0075. (A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Bertioga, Estado de São Paulo, Dr(a). CLARA LACERDA DE ALMEIDA BARROS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SFC TRANSPORTES LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.297.985/0001-12, estabelecida na Rua Acyr Guimarães, n.º 436, conjunto 802, Bairro Água Verde, Cep. 80.240-230, nesta cidade de Curitiba - PR; RICARDOALEXANDRE CANTAGALLI, brasileiro, casado, do lar, inscrito no CPF sob o nº. 835.166.039-68 e portador da Carteira de Identidade n.º 59790803 SESP PR, residente e domiciliado na Rua 1201, n.º 268, apto. 901, Bairro Centro, Cep. 88.330-792, na cidade de Balneário Camboriú - SC; VIVIANE MARA LAZARIN CANTAGALLI, brasileira, casada,do lar, inscrita no CPF sob o nº. 018.156.399-11 e portadora daCarteira de Identidade n.º 54764777 SESP SC, residente e domiciliada na Rua 1201, n.º 268, apto. 901, Bairro Centro, Cep. 88.330-792, na cidade de Balneário Camboriu - SC; FELIPE PARRA SELLERA, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 288.033.978-25 e portador da Carteira de Identidade n.º 277732244,residente e domiciliado na Rua Jose Gall, n.º 770, apto. 303, BairroDom Bosco, Cep. 88.307- 100, na cidade de Itajaí - SC; que lhe foi proposta AÇÃO DE COBRANÇA por parte de BANCO DO BRASIL S/A visando o recebimento da quantia de R$ 305.746,43 (trezentos e cinco mil, setecentos e quarenta e seisreais e quarenta e três centavos) em 16.06.2013. Encontrando-se o réu em lugarincerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO e INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente contestação sob pena de ser considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (Assinado Digitalmente) José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito

---

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (vinte) DIAS. A DRA. CAROLINA FONTES VIEIRA, MMª. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processam os autos de Cumprimento de sentença sob n.º 0031592- 14.2018.8.16.0001, em que é exequente OPET ORGANIZAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO (CPF/CNPJ: 75.118.406/0001-72)e executado(a) Eduardo Reis Passos (CPF/CNPJ: 055.951.899-40) , tendo o presente a finalidade de INTIMAR o mencionado executado, atualmente em lugar incerto e não sabido, acerca da penhora de suas quotas sociais junto à sociedade empresária GOLDEN PLAN PARTICIPAÇÕES CO. LTDA, inscrita no CNPJ 11.058.204/0001-08, nos termos do art. 861 do Código de Processo Civil, até o montante exequendo, conforme planilha de seq. 289.1 R $21.934,09e, para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. Despacho: "Vistos e Examinados. 1. Inicialmente, retifiquem-se os autos para que conste que o presente feito encontra-se em fase de cumprimento de sentença, especificando devidamente a parte exequente e executada, inclusive na distribuição. 2. Na forma do artigo 513, §2º, do CPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito (art. 524, do Código de Processo Civil), acrescido de custas, se houver. 3. O devedor deverá ser intimado, (i) por Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, ou (ii) por carta com aviso de recebimento, se for representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos. Deverá, entretanto, ser intimado por Edital quando, citado na forma do artigo 256, do Código de Processo Civil, tiver sido revel na fase de conhecimento. 4. Consigno que, nos termos do §4°, do artigo 513, do Código de Processo Civil, se o pedido de cumprimento de sentença ocorrer após o lapso temporal superior a um ano do trânsito em julgado da condenação a intimação deverá ocorrer na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento, exceto se tiver sido revel, conforme item acima. 5. Alerto, desde já, que será considerada realizada a intimação quando o devedor houver mudado de endereço sem a prévia comunicação ao Juízo, nos termos do parágrafo único, do artigo 274, do Código de Processo Civil. 6. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. 7. Anoto, neste sentido, que nos termos da Instrução Normativa n° 03/2020, não é exigível o recolhimento de custas iniciais na fase de cumprimento de sentença, sendo devidas, contudo, nos incidentes de liquidação de sentença e de impugnação de sentença. Neste caso, se for apresentada petição de impugnação ao cumprimento de sentença, intime-se, de pronto, o impugnante para que, no prazo de quinze dias, faça o adimplemento das custas devidas, independentemente de nova conclusão, sob pena de não conhecimento do pedido. 8. Caso seja apresentada impugnação ao cumprimento de sentença, voltem os autos conclusos para decisão, em respeito, se for o caso, ao disposto no artigo 525, §6°, do Código de Processo Civil, se houver pedido de suspensão dos atos executivos. Caso contrário, preenchidos os requisitos legais, intime-se a parte impugnada para que, querendo, se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias. 9. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento - tanto no caso de cumprimento de sentença de título executivo judicial definitivo como provisório, nos termos do artigo 520, §2°, do Código de Processo Civil (sentença condenatória por pagamento por quantia certa). 10. Outrossim, nos termos do artigo 523, §2°, do Código de Processo Civil, caso ocorra o pagamento parcial, a multa e os honorários alhures referidos incidirá apenas sobre o restante. 11. Registro, por oportuno, que no caso de cumprimento de sentença de título ainda não transitado em julgado o levantamento em dinheiro ou a prática de atos previstos no artigo 520, inciso IV, do diploma adjetivo, implica da prestação de caução suficiente e idônea, a ser prestada nos próprios autos, salvo o disposto no artigo 521, do mesmo diploma. Nesta hipótese, voltem os autos conclusos para decisão. 12. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação do credor e de nova conclusão, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, quais sejam Sisbajud, Renajud e Infojud, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas, em especial a Instrução Normativa n° 04/2016, da Corregedoria-Geral deste E. Tribunal de Justiça. 13. Esclareço que após a tentativa de penhora via SISBAJUD, RENAJUD e as informações atinentes ao INFOJUD a parte exequente deve indicar bens passíveis a penhora, no prazo acima indicado. Caso não indique bens e não requeira providencia específica (e diferente das anteriormente realizados), o feito deve ser remetido ao arquivo provisório, com a baixa no boletim unificado, independentemente de nova conclusão, com ciência à parte de que poderá requerer o desarquivamento a qualquer tempo, bem como as prescrições previstas no art. 921, inciso III e § 2º a 5°, do Código de Processo Civil. 14. Caso haja o pagamento, no prazo de quinze dias, intime-se o autor para que se manifeste sobre os valores depositados em Juízo, no prazo de cinco dias. Caso não haja oposição, neste prazo, considerarse-á satisfeita a obrigação (art. 526, § 3º do CPC). Neste caso, expeça-se alvará, se houver procuração com poderes específicos para tanto e, na sequência, arquivem-se os autos. 15. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art.517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. 16. Cópia da presente deliberação servirá como mandado/carta de citação/intimação 17. Intimações e diligências necessárias. 18. Cumpra-se, no que for cabível, o Código de Normas da E. Corregedoria-Geral da Justiça do TJPR. Curitiba, data de assinatura digital. CAROLINA FONTES VIEIRA Juíza de Direito Substituta".DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 09 de abril de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP). Assinado digitalmente CAROLINA FONTES VIEIRA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

E D I T A L D E L E I L Ã O E I N T I M A Ç Ã O (NU 0030129-71.2017.8.16.0001 PROJUDI) O Doutor JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MM. Juiz de Direito 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos AUTOS DE EXECUÇÃO Nº 0030129-71.2017.8.16.0001 (PROJUDI), que move COLÉGIO SENHORA DE FÁTIMA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO LTDA. em face de CRISTIAN FABIANO NOVO RIBEIRO DA SILVA (CPF: 974.804.109-30) e NAYZA FERNANDA DE SENE E SILVA (CPF: 030.526.229-78), será levado a alienação judicial o bem abaixo descrito observadas as seguintes condições: 1º Leilão em 02/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação; 2º Leilão em 09/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior a 75% do valor da avaliação. Em não havendo arrematação ou se, por qualquer motivo, a hasta pública não se realizar, ficam desde já designadas as

seguintes datas: 1º Leilão em 16/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação; 2º Leilão em 23/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior a 75% do valor da avaliação. MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados eletronicamente com recepção de lances online e transmissão ao vivo através do site https://oleiloes.com.br/, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) em prestações deverá apresentar proposta através do site https://oleiloes.com.br/, a menos que haja lance à vista, que desabilitará automaticamente a opção de parcelamento, uma vez que o lance à vista prevalecerá sobre as propostas parceladas (§7º do art. 895 do CPC). LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site https://oleiloes.com.br/, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800-052-4520. DESCRIÇÃO DO BEM: CASA Nº 10, GEMINADA, DO "CONJUNTO RESIDENCIAL SAFIRA", LOCALIZADO À RUA FRANCISCO DEROSSO, NESTA CAPITAL, COM 02 PAVIMENTOS, COM A ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 60,00M², OCUPANDO NO SOLO UMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DE 30,00M², ÁREA DE 30,00M², EXCLUSIVA PARA JARDIM E QUINTAL, ÁREA COMUM, VIA DE ACESSO E RECREAÇÃO DE 34,18M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 37.654 DO 8º RI DE CURITIBA/PR, IF: 84.237.023.009-2. LOCALIZAÇÃO: Rua Francisco Derosso, 3513, Xaxim, Curitiba/PR. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 329.698,00 (mov. 535.1). ÔNUS: Consta na Matrícula: AV-11: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos presentes autos; AV-12: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00111737220165090652 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-13: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 001099157201650 em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-14: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00116206020165090652 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-15: Penhora proveniente dos presentes autos; AV-17: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00111737220165090652 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-18: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 001099157201650 em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-19: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00116206020165090652 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-20: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos presentes autos; AV-21: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00109915720165090015 em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-23: Penhora proveniente dos autos nº 0010800-41.2016.5.09.0652 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-24: Penhora proveniente dos presentes autos; AV-25: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00027179320165090245 em trâmite perante a Vara do Trabalho de Pinhais; AV-26: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00108004120165090652 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-27: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00109915720165090015 em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-28: Penhora proveniente dos autos nº 0002717-93.2016.5.09.0245 em trâmite perante a Vara do Trabalho de Pinhais; R-29: Penhora proveniente dos autos nº 0010447-11.201.509.0002 em trâmite parente a 2ª Vara do Trabalho de Curitiba. Consta no Rosto dos Autos: Mov. 499.1: Penhora proveniente dos autos nº 0010991-57.2016.5.09.0015 em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Curitiba. Mov. 657.1: Penhora proveniente dos autos nº 0002717- 93.2016.5.09.0245 em trâmite perante a Vara do Trabalho de Pinhais Débitos de IPTU: Constam débitos no importe de R$ 179,75, conforme relação de débito ao mov. 666.10, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: Constam débitos perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conforme petição ao mov. 585.1. O 0428/2024 remetido ao IAT, o ofício nº 0429/2024 remetido ao Depositário Público e a intimação nº 0433/2024 remetida ao Síndico do Conjunto Residencial Safira não retornaram com informações. Observação Final: Na forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência. DÉBITO EXECUTADO: R$ 48.275,30 (mov. 483.1), sujeito à atualização. DEPOSITÁRIO: O Executado. REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 0,5% sobre o valor do acordo, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento nos termos da lei. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas conforme regra do Art. 24 do regulamento da profissão de leiloeiro deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito judicial, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico ou em prestações, conforme Artigo 895 do CPC pela forma descrita no item MODALIDADE DO LEILÃO, com oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por hipoteca do próprio bem. RECURSO(S) PENDENTE(S): Não há. INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados os executados CRISTIAN FABIANO NOVO RIBEIRO DA SILVA e NAYZA FERNANDA DE SENE E SILVA (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhoriosdiretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 25/03/2024. Eu, Leiloeiro Designado, que o fiz digitar, por ordem do MM. Juiz de Direito. Assinado digitalmente JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON Juiz de Direito

---

E D I T A L D E L E I L Ã O E I N T I M A Ç Ã O (NU 0002228-90.2001.8.16.0001 PROJUDI) O Doutor JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MM. Juiz de Direito 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos AUTOS DE COBRANÇA Nº 0002228-90.2001.8.16.0001 (PROJUDI), que move CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS DAS GRAÇAS I E II - CONDOMÍNIO II em face de ANA IZABEL DE JESUS SALDANHA (CPF: 717.091.779-34) e GERSON ROBERTO SALDANHA (CPF: 651.426.759-91), será levado a alienação judicial o bem abaixo descrito, observadas as condições: 1º Leilão em 02/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação; 2º Leilão em 09/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação. Em não havendo arrematação ou se, por qualquer motivo, a hasta pública não se realizar, ficam desde já designadas as seguintes datas: 1º Leilão em 16/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação; 2º Leilão em 23/04/2024 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação. MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados eletronicamente com recepção de lances online e transmissão ao vivo através do site https://oleiloes.com.br/, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) em prestações deverá apresentar proposta através do site https://oleiloes.com.br/, a menos que haja lance à vista, que desabilitará automaticamente a opção de parcelamento, uma vez que o lance à vista prevalecerá sobre as propostas parceladas (§7º do art. 895 do CPC). LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site https://oleiloes.com.br/, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800-052-4520. DESCRIÇÃO DO BEM: APARTAMENTO Nº 11, DO TIPO AP-3-51 LOCALIZADO NO PRIMEIRO ANDAR DO BLOCO Nº 02, INTEGRANTE DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS DAS GARÇAS I E II - CONDOMÍNIO II, SITO À RUA MIGUEL RAICOSKI SOBRINHO Nº 500, NESTA CAPITAL, COM A ÁREA CONSTRUÍDA EXCLUSIVA DE 46,025M², ÁREA CONSTRUÍDA COMUM DE 4,800M², PERFAZENDO A ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 50,825M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 83.438 DO 8º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA/PR, IF: 81.758.004.010-9. LOCALIZAÇÃO: Rua Miguel Sobrinho, 500, Pinheirinho, Curitiba/PR. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 151.985,00 (mov. 58.1). ÔNUS: Consta na Matrícula: AV-1: Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal - CEF; R-2: Compromissa de compra e venda com a Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT; R-3: Penhora proveniente dos presentes autos; R-4: Penhora proveniente dos autos nº 702/1997 em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Curitiba. Débitos de IPTU: Constam débitos no importe de R$ 1.597,29, conforme relação de débito ao mov. 100.7, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: O ofício nº 0445/2024 remetido a Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT informou débitos ao mov. 101.2 O ofício nº 0436/2024 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 0437/2024 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 0438/2024 remetido ao IAT, o ofício nº 0439/2024 remetido ao Depositário Público, a intimação nº 0441/2024 remetido ao Síndico do Conjunto Residencial Moradias das Garças I e II, o ofício nº 0444/2024 remetido à Caixa Econômica Federal - CEF não retornou com informações. Observação Final: Na forma do art. 908, § 1º, do CPC, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência. DÉBITO EXECUTADO: R$ 128.071,92 (mov. 1.97), sujeito à atualização. DEPOSITÁRIO: O Executado. REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo

exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 0,5% sobre o valor do acordo, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento nos termos da lei. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas conforme regra do Art. 24 do regulamento da profissão de leiloeiro deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito judicial, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico ou em prestações, conforme Artigo 895 do CPC pela forma descrita no item MODALIDADE DO LEILÃO, com oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por hipoteca do próprio bem. INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados os executados ANA IZABEL DE JESUS SALDANHA e GERSON ROBERTO SALDANHA (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 25/03/2024. Eu, Leiloeiro Público Oficial, que o fiz digitar, por ordem do MM. Juiz de Direito. Assinado digitalmente JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. F A Z S A B E R a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processa o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA sob n.º 0035737-50.2017.8.16.0001, em que é exequente ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS (CPF /CNPJ: 76.497.338/0001-62)e executado(a) MARISA GONZAGA TILMANN LEMGRUBER DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ: 020.163.348-51), tendo o presente a finalidade de INTIMAR o(a) referido(a) executado(a), atualmente em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento espontâneo do débito no valor de R$ 19.844,99 (dezenove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), sob pena de incidência de multa de 10% e honorários advocatícios na mesma proporção (art. 523, §1º, do NCPC/2015). Decorrido o prazo para pagamento voluntário terá início o prazo de 15 (quinze) dias para eventual oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, nos termos do art. 525 do NCPC. SÍNTESE: Ação Monitória em fase de Cumprimento de Sentença em que é requerente ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.497.338/0001-62 e requerido MARISA GONZAGA TILMANN LEMGRUBER DE OLIVEIRA, portador do RG nº 38499343, inscrito no CPF/MF sob nº 020.163.348-51, residente em local incerto através da qual se requer a intimação para o pagamento em quinze dias úteis do valor de condenado em sentença transitada em julgado igual a R$ 19.844,99 (dezenove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) atualizados até 17/10/2023, valores estes que devem ser acrescidos de correção monetária e juros até a data do efetivo pagamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no art. 523 §1º do Código de Processo Civil.". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, digitei e subscrevo. (JPP) (assinado digitalmente) JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON Juiz de Direito

---

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. LEVANTAMENTO DE CURATELA E REVOGAÇÃO DE INTERDIÇÃO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DEST A COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processou-se a ação de INTERDIÇÃO - CURATELA n.º 0014921-71.2022.8.16.0001, na qual julgou-se procedente o pedido formulado para levantamento da interdição decretada nos Autos em apenso de n° 0017183-67.2017.8.16.0001 em face de ROBERT NEHLS DA SILVA, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da cédula de identidade RG nº 5.352.462-1/PR, inscrito no CPF sob o nº 731.943.879-87 e a revogação da nomeação de BRUNA STEPHANIA KWASINSKI, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade RG nº 7.616.124-0/PR, inscrita no CPF sob o nº 033.044.879-05 (esposa), como sua curadora.. SENTENÇA: "Posto isto, com fundamento no art. 487, I, e art. 756 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado com a petição inicial para o fim de determinar o levantamento da interdição decretada nos Autos em apenso de n° 0017183-67.2017.8.16.0001 em face de ROBERT NEHLS DA SILVA e a revogação da nomeação de BRUNA STEPHANIA KWASINSKI (esposa), como sua curadora. Oficie-se ao 1º Ofício de Registro Civil desta comarca, para que, em observância ao disposto no artigo 756, §3º, do CPC, inscreva a presente sentença no registro civil. Oficiese ao Cartório Distrital das Mercês, onde foi lavrada a certidão de casamento do então curatelado, para que seja anotado em tal documento, informando-se que foi solicitado o registro da sentença junto ao Livro E, cumprindose o previsto no art. 404 do Código de Normas do Foro extrajudicial do TJPR. Em obediência ao disposto no artigo 756, §3º do Código de Processo Civil, expeça-se edital da sentença de levantamento de interdição para a sua publicação em DJ e afixação no átrio do fórum, certificando-se nos autos. Ainda deverá a Serventia realizar a publicação mediante a utilização da plataforma de comunicações processuais do CNJ (www.cnj.jus.br/comuncacoesprocessuais); Ainda, cumpra-se integralmente ao contido nos itens "d" e "e" do Parecer Ministerial anexado no mov. 83.1. Por fim, translade-se cópia da presente sentença para os autos que se processam em apenso, certificando-se em ambos e realizando-se a conclusão daqueles autos para as deliberações necessárias. Custas pela parte autora. Sem honorários. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Curitiba, data da assinatura digital José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito" . Data do trânsito em julgado da sentença: 12/03/2024 . DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, o digitei e subscrevo. (JPP) (assinado digitalmente) JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O DR. JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON, MMº. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. F A Z S A B E R a todos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível se processa o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA sob n.º 0001488-97.2022.8.16.0001, em que é exequente POSTO D´ANGELIS LTDA (CPF/CNPJ: 23.174.519/0001-91)e executado(a) MILTON MOREIRA (CPF/CNPJ: 856.336.669-68), tendo o presente a finalidade de INTIMAR o(a) referido(a) executado(a), atualmente em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento espontâneo do débito no valor de R$4.965,18, sob pena de incidência de multa de 10% e honorários advocatícios na mesma proporção (art. 523, §1º, do NCPC/2015). Decorrido o prazo para pagamento voluntário terá início o prazo de 15 (quinze) dias para eventual oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, nos termos do art. 525 do NCPC. Despacho: 1. Haja vista que o executado MILTON MOREIRA foi citado por edital na fase de conhecimento, assim, a sua intimação quanto ao cumprimento de sentença também deverá ocorrer na mesma forma. 2.Assim, intime-se o executado, MILTON MOREIRA, via edital, nos termos do art. 513, §2º, inc. IV do CPC, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, faça o pagamento espontâneo do valor integral do débito, sob pena de incidência de multa de 10% e honorários advocatícios na mesma proporção (artigo 523, §1º do CPC), com prazo de 30 (trinta) dias, observados os demais requisitos legais e pertinentes (incisos II, III, IV, art. 257 do CPC). 3. Consigne-se que após o decurso do prazo para pagamento voluntário, terá início o prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, nos termos do artigo 525 do CPC. 4. Com ou sem pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que se manifeste, devendo promover à juntada da planilha de cálculo com o valor atualizado do débito, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se.Diligências necessárias. Curitiba, data da assinatura digital José Eduardo de Mello Leitão Salmon Juiz de Direito". DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 29 de março de 2024. Eu, Vilma Otovis Bonfante, Escrivã, digitei e subscrevo. (JPP) (assinado digitalmente) JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON Juiz de Direito

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉ: **Daiane Pereira de Souza**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0024150-53.2021.8.16.0013**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
A DRA. SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI, MM. JUÍZA DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a ré **Daiane Pereira de Souza**, portadora do RG. nº 111233667 -SSP/PR, inscrita no CPF nº 010.404.789-56, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADA** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0024150-53.2021.8.16.0013, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciada pela prática do crime previsto no **artigo 171, caput, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dra. Shaline Zeida Ohi Yamaguchi
Juíza de Direito

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo: 30 dias.
Réu: GABRIEL FRANCISCO GUIMARÃES
Processo nº **Autos nº. 0000440-08.2019.8.16.0196**
O(a) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, Doutor José Orlando Cerqueira Bremer, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o réu: **GABRIEL FRANCISCO GUIMARÃES**, filho de Nome da Mãe: JOIANE CRISTINA GUIMARÃES Nome do Pai: WANDERLEI CORREIA GUIMARÃES, ora em lugar incerto e não sabido, para **INTIMÁ-LO**: (i) sobre o total do valor das custas processuais que perfaz o montante de R$ 365,08, referente aos autos de Ação Penal nº **Autos nº. 0000440-08.2019.8.16.0196** ; (ii) a comparecer perante esta Serventia a fim de retirar as guias de pagamento, o qual deverá ocorrer em até 10 (dez dias).
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.
Expede-se o presente edital de intimação, nos termos do artigo 361, do Código de Processo Penal, tendo em vista estar o Réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 5ª Secretaria do Crime e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 11 de abril de 2024.
Glenna Paola Rodrigues
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)

8ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA **DESTINATÁRIO(A)(S): MARCOS SANDRO CACHOROWSKI**
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASA Juíza de Direito Sayonara Sedano, da 8ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Extorsão , sob nº 0010223-59.2017.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCOS SANDRO CACHOROWSKI, e vítima MARIA LUCIA ZANINI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCOS SANDRO CACHOROWSKI, portador(a) do RG 61552227 SSP/PR e CPF 873.510.059-15, nascido(a) em 18/10/1974, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, filho(a) de Teodosia Matilde Gordia Cachorowski e Nilo Jorge Cachorowski**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do 158, §1º e §3º, do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Agatha Raissa dos Santos Braz, Estagiário, conferi e digitei.**Curitiba, 10 de abril de 2024.**
Sayonara Sedano
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROGERIO APARECIDO BERTOLIN
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Juiz de Direito Fernando Bardelli Silva Fischer, da 8ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Fato Atípico, sob nº 0001110-18.2016.8.16.0013, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu ROGERIO APARECIDO BERTOLIN e que não foi possível localizar pessoalmente a parte **Promovido ROGERIO APARECIDO BERTOLIN, portador do RG 64542389 SSP/PR e CPF 015.817.139-08, nascido em 10/08/1976, natural de RIO BRANCO DO SUL/PR, filho(a) de ANTONIA BERTOLIN**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Agatha Raissa dos Santos Braz, Estagiário, conferi e digitei.
Curitiba, 10 de abril de 2024.
Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): EMANUEL HENRIQUE SOARES DE LIMA

PRAZO DE 30 DIASA Juíza de Direito Sayonara Sedano, da 8ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0004365-70.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EMANUEL HENRIQUE SOARES DE LIMA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EMANUEL HENRIQUE SOARES DE LIMA, portador(a) do RG 155951451 SSP/PR e CPF 151.090.139-69, nascido(a) em 04/08/2005, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de CRISTINA SOARES DE SOUZA e EDEGAR DIAS DE LIMA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **NOTIFICAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33, CAPUT, da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), conforme descrição do fato transcrito na denúncia e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, **arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco)**. Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Agatha Raissa dos Santos Braz, Estagiário, conferi e digitei.**Curitiba, 10 de abril de 2024.**
Sayonara Sedano
Juíza de Direito

9ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Leandro de Oliveira
PRAZO DE 30 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002265-16.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Leandro de Oliveira, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Leandro de Oliveira, portador(a) do RG 6111505449 SSP/RS e CPF 047.573.469-64, nascido(a) em 25/05/1985, natural de CAMPO MOURAO, filho(a) de Dirce de Castro Oliveira e JOÃO LIMA DE OLIVEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa oferecida em 11/01/2022 e recebida em 09/04/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 11 de abril de 2024.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VINÍCIUS PARODE
PRAZO DE 30 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0014807-62.2023.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VINÍCIUS PARODE, e vítima RICARDO BAPTISTA MALUCELLI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VINÍCIUS PARODE, portador(a) do RG 165493141 SSP/PR e CPF 089.807.169-07, nascido(a) em 23/02/1993, natural de CAXIAS DO SUL/RS, filho(a) de SANDRA PARODE,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa (Tentado) oferecida em 21/07/2023 e recebida em 28/07/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúnci; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 11 de abril de 2024.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ERICKSON RAPHAEL BONATO
PRAZO DE 25 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002312-19.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ERICKSON RAPHAEL BONATO, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ERICKSON RAPHAEL BONATO, portador(a) do RG 72843932 SSP/PR e CPF 067.466.309-86, nascido(a) em 10/03/1989, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de SANDRA MARIA MARTINS BONATO e LUIZ BONATO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa, c/c artigo 40, inciso III da Lei 11.343/06. oferecida em 30/06/2023 e recebida em 11/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 11 de abril de 2024.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): Gilmar Veng

PRAZO DE 90 (NOVENTA) / 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0002463-19.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Gilmar Veng, e vítima BÁRBARA DA SILVA FLÔR, Estado do Paraná,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **Gilmar Veng, portador(a) do RG 13420326 SSP/PR e CPF 012.195.249-56, nascido(a) em 25/07/1994, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, filho(a) de SEBASTIANA VENG**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 ano de reclusão e 10 (dez) dias -multa, na data de 18/03/2024, sendo substituída por prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, a ser definida no Juízo de Execução desta Capital, em audiência admonitória (art. 43, IV e art. 46, ambos do CP). sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na denúncia para CONDENAR GILMAR VENG como incurso nas sanções do artigo 155, caput, do Código Penal (1º fato). em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 11 de abril de 2024.**
Danielle Nogueira Mota Comar

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO(A)(S): WBERLLAN DA SILVA SOUSA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) / 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito , da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0015862-82.2022.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WBERLLAN DA SILVA SOUSA, e vítima WESLY PEREIRA BUKER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **WBERLLAN DA SILVA SOUSA, portador(a) do RG 158576716 SSP/PR e CPF 940.912.503-00, nascido(a) em 17/04/1984, natural de IMPERATRIZ, filho(a) de NECI DA SILVA SOUSA e JOANI MEDEIROS DE SOUSA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 157 - ROUBO AGRAVADO, Reclusão: 5 anos e 4 meses de reclusão, além de 13 (treze) dias-multa §2º, II e VII do Código Penal. na data de 08/04/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na exordial acusatória para CONDENAR WBERLLAN DA SILVA SOUSA como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, §2º, II e VII do Código Penal., em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 11 de abril de 2024.**

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

10ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO: 0028603-69.2021.8.16.0182
RÉ(U): JOSÉ DE LARA PADILHA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a: JOSÉ DE LARA PADILHA, filho(a) de Odethe de Lara Padilha e Ulises Moreira Padilha, natural de Curitiba/PR, nascido(a) em 07/08/1967, portador(a) do RG nº 4.588.862-2/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(A) e CHAMA-O(A), a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, para que APRESENTE A RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PRAZO DE DEZ DIAS, conforme o artigo 396-A do Código de Processo Penal, ao Processo-crime nº 0028603-69.2021.8.16.0182, a que responde como incurso nas sanções do artigo 309, da Lei 9.503/97. Não apresentada a resposta no prazo, ou se o acusado não constituir procurador, nomeio, desde já, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a quem se concederá vista dos autos pelo prazo legal. O réu deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Caso sejam arroladas testemunhas na resposta à acusação, deverá o Defensor manifestar, desde logo, quais são conhecedoras do fato e quais são meramente abonatórias de conduta. Na hipótese de testemunhas abonatórias, suas inquirições poderão ser substituídas por declarações escritas, até a audiência de instrução e julgamento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO: 0021693-19.2019.8.16.0013
RÉU: RODRIGO CRISOSTOMO CARDOZO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a: RODRIGO CRISOSTOMO CARDOZO, filho(a) de Marisley Crisostomo Cardozo, natural de Curitiba/PR, nascido(a) em 16/02/1985, portador(a) do RG nº 8.961.951-3/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(A) e CHAMA-O(A), a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, para que APRESENTE A RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PRAZO DE DEZ DIAS, conforme o artigo 396-A do Código de Processo Penal, ao Processo-crime nº 0021693-19.2019.8.16.0013, a que responde como incurso nas sanções do artigo 171, caput, do Código Penal, por duas vezes, à luz do artigo 63, do mesmo diploma legal. Não apresentada a resposta no prazo, ou se o acusado não constituir procurador, nomeio, desde já, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a quem se concederá vista dos autos pelo prazo legal. O réu deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Caso sejam arroladas testemunhas na resposta à acusação, deverá o Defensor manifestar, desde logo, quais são conhecedoras do fato e quais são meramente abonatórias de conduta. Na hipótese de testemunhas abonatórias, suas inquirições poderão ser substituídas por declarações escritas, até a audiência de instrução e julgamento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO: 0008399-55.2023.8.16.0013
RÉUS: KEVERSON CARLOS SANTOS E RAQUEL NOGUEIRA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a: KEVERSON CARLOS SANTOS, filho(a) de Roselene Correa dos Santos e Arestides Alves dos Santos, natural de Curitiba/PR, nascido(a) em 12/04/1978, portador(a) do RG nº 7.562.497-2/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(A) e CHAMA-O(A), a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, para que APRESENTE A RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PRAZO DE DEZ DIAS, conforme o artigo 396-A do Código de Processo Penal, ao Processo-crime nº 0008399-55.2023.8.16.0013, a que responde como incurso nas sanções do artigo 1º, incisos I, II, III e IV, combinado com o artigo 11, ambos da Lei Federal nº 8.137/1990, em continuidade delitiva (por 664 vezes), conforme prevê o artigo 71, *caput,* do Código Penal. Não apresentada a resposta no prazo, ou se o acusado não constituir procurador, nomeio, desde já, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a quem se concederá vista dos autos pelo prazo legal. O réu deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Caso sejam arroladas testemunhas na resposta à acusação, deverá o Defensor manifestar, desde logo, quais são conhecedoras do fato e quais são meramente abonatórias de conduta. Na hipótese de testemunhas abonatórias, suas inquirições poderão ser substituídas por declarações escritas, até a audiência de instrução e julgamento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO: 0008399-55.2023.8.16.0013
RÉUS: KEVERSON CARLOS SANTOS E RAQUEL NOGUEIRA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a: RAQUEL NOGUEIRA, filho(a) de Enereni Nogueira e João Nogueira, natural de Nova

Prata do Iguaçu/PR, nascido(a) em 18/06/1981, portador(a) do RG nº 7.009.908-0/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(A) e CHAMA-O(A), a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, para que APRESENTE A RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PRAZO DE DEZ DIAS, conforme o artigo 396-A do Código de Processo Penal, ao Processo-crime nº 0008399-55.2023.8.16.0013, a que responde como incurso nas sanções do artigo 1º, incisos I, II, III e IV, combinado com o artigo 11, ambos da Lei Federal nº 8.137/1990, em continuidade delitiva (por 664 vezes), conforme prevê o artigo 71, *caput,* do Código Penal. Não apresentada a resposta no prazo, ou se o acusado não constituir procurador, nomeio, desde já, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a quem se concederá vista dos autos pelo prazo legal. O réu deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Caso sejam arroladas testemunhas na resposta à acusação, deverá o Defensor manifestar, desde logo, quais são conhecedoras do fato e quais são meramente abonatórias de conduta. Na hipótese de testemunhas abonatórias, suas inquirições poderão ser substituídas por declarações escritas, até a audiência de instrução e julgamento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO: 0001877-45.2023.8.16.0196
RÉU: CESAR EMANUEL OLIVEIRA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a: CESAR EMANUEL OLIVEIRA, filho(a) de Urani Simplicio Oliveira e Osmano Cesar Oliveira, natural de Amambai/MS, nascido(a) em 26/04/1982, portador(a) do RG nº 16.554.096-4/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(A) e CHAMA-O(A), a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, para que APRESENTE A RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PRAZO DE DEZ DIAS, conforme o artigo 396-A do Código de Processo Penal, ao Processo-crime nº 0001877-45.2023.8.16.0196, a que responde como incurso nas sanções do artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal. Não apresentada a resposta no prazo, ou se o acusado não constituir procurador, nomeio, desde já, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a quem se concederá vista dos autos pelo prazo legal. O réu deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Caso sejam arroladas testemunhas na resposta à acusação, deverá o Defensor manifestar, desde logo, quais são conhecedoras do fato e quais são meramente abonatórias de conduta. Na hipótese de testemunhas abonatórias, suas inquirições poderão ser substituídas por declarações escritas, até a audiência de instrução e julgamento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE CURITIBA - ANEXA À DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO - RESTITUIÇÃO
CLASSE PROCESSUAL: EXECUÇÃO DE PENA DE MULTA
ASSUNTO PRINCIPAL: PENA DE MULTA
PROCESSO nº: 0007644-02.2021.8.16.0013
RÉ(U): VALMIR MARTINS
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESERROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE CURITIBA - ANEXA À 10ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal de Pena de Multa nº 0007644-02.2021.8.16.0013 e que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a: VALMIR MARTINS, filho(a) de Conceição de Fatima Adão Martins e Antonio Martins, natural de Ortigueira/PR, nascido(a) em 27/10/1982, portador(a) do RG nº 9.265.204-1/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) e CHAMA-A(O) a entrar em contato ou comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral - Curitiba/PR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a fim de informar dados de conta bancária de sua titularidade para restituição de valor bloqueado judicialmente. Em caso de não comparecimento, ou de não indicar os dados necessários, será realizada transferência do valor ao FUNREJUS. Em caso de posterior comparecimento será expedido alvará de transferência da quantia transferida ao FUNREJUS, na conta por ele indicada, nos exatos termos do §1º do artigo 870 do Código de Normas. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 9 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESERROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CIÊNCIA DE SENTENÇA
PROCESSO: 0000972-74.2022.8.16.0196
RÉU: SILAS DE SOUZA GOMES
PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a: SILAS DE SOUZA GOMES, filho(a) de Manasses de Souza Gomes e José Bezerra Gomes, natural de Marituba/PA, nascido(a) em 09/10/1995, portador(a) do RG nº 15.889.659-1/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(A) e CHAMA-O(A), a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750, Cabral, Curitiba/PR, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA prolatada nos autos de processo-crime nº 0000972-74.2022.8.16.0196, cujo teor é: "Vistos (...). Diante do exposto, (...). JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva para CONDENAR o réu SILAS DE SOUZA GOMES como incurso nas sanções do artigo 155, *caput*, do Código Penal. (...), fixo a pena do réu SILAS DE SOUZA GOMES, em definitivo, em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, devendo o acusado cumprir a pena privativa de liberdade inicialmente sob o regime aberto, substituída por restritivas de direitos, consistente em prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas, nos termos acima fundamentado. (...). Ante o acolhimento da pretensão acusatória, custas pelo réu (CPP, artigo 804), sendo o pedido de isenção matéria afeta ao Juízo da Execução. (...). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 03 de março de 2024.". Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 11 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE CURITIBA - ANEXA À DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO - RESTITUIÇÃO
CLASSE PROCESSUAL: EXECUÇÃO DE PENA DE MULTA
ASSUNTO PRINCIPAL: PENA DE MULTA
PROCESSO nº: 0000638-70.2023.8.16.0013
RÉ(U): BRUNO AUGUSTO DE OLIVEIRA BARROS
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESERROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE CURITIBA - ANEXA À 10ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal de Pena de Multa nº 0000638-70.2023.8.16.0013 e que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a: BRUNO AUGUSTO DE OLIVEIRA BARROS, filho(a) de Cleusa Aparecida de Oliveira e Gilmar Ferreira de Barros, natural de Iperó/SP, nascido(a) em 31/07/1999, portador(a) do RG nº 13.820.592-4/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) e CHAMA-A(O) a entrar em contato ou comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral - Curitiba/PR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a fim de informar dados de conta bancária de sua titularidade para restituição de valor bloqueado judicialmente. Em caso de não comparecimento, ou de não indicar os dados necessários, será realizada transferência do valor ao FUNREJUS. Em caso de posterior comparecimento será expedido alvará de transferência da quantia transferida ao FUNREJUS, na conta por ele indicada, nos exatos termos do §1º do artigo 870 do Código de Normas. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 9 de abril de 2024. Eu, Tatiana Teixeira de Freitas Picheth, Técnica Judiciária, o subscrevi.
JULIA MARIA TESERROLI DE PAULA REZENDE
JUÍZA DE DIREITO

12ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): KABEL INDUSTRIA E COMERCIO DE CHICOTES ELETRICOS LTDA
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Apropriação indébita, sob nº 0005885-81.2013.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VALERIA PREMEBIDA DOS SANTOS, e vítima BADEN AUTOMOTORES LTDA, COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO, Evora Comercial de Generos Alimenticios Ltda, JADON - EXPORT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., KABEL INDUSTRIA E COMERCIO DE CHICOTES ELETRICOS LTDA, MINERAÇÃO NOVA PRATA, NUTRIPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, PENNACCHI E CIA LTDA, PROCOPIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima KABEL INDUSTRIA E COMERCIO DE CHICOTES ELETRICOS LTDA (CPF/CNPJ: 80.053.572/0002-59), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do na data de 07/03/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva contida na denúncia, a fim de condenar a ré Valéria Premebida dos Santos por infração ao artigo 168, §1º, inciso III, por nove vezes, na forma do artigo 70 (1º fato), e ao artigo 356 (2º fato), observada a regra do artigo 69, todos do Código Penal", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 11 de abril de 2024.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

17ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Curitiba - 17ª VARA CÍVELAdicionar um(a) Conteúdo
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 17ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Rua Mateus Leme, 1.142 - Fórum Cível 2, 6º Andar - Centro Cívico - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas. - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3254-8382 - Celular: (41) 3254-8004 - E-mail: ctba-17vj-e@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito , da 17ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0029052-22.2020.8.16.0001, em que é(são) autor(es) Celso Carlos da Silva, SOLANGE APARECIDA CORREIA DA SILVA, IONE CORREIA DA SILVA SANT'HELENA, TANIA MARIA CORREIA DA SILVA SANT'HELENA, CLEIA DO ROCIO DA SILVA MONTANARIN, VERA LUCIA CORREIA DA SILVA, e réu(s) ELVIRA CORREIA DA SILVA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ELVIRA CORREIA DA SILVA, brasileira, portadora do CPF: 009.227.869-84 e RG: 1.612.286-6 SESPPR, residente e domiciliado na Rua Flavio Dallegrave 1580, Alto da XV - Curitiba - PR - CEP: 80.045-315, nos autos de Interdição sob nº 0029052-22.2020.8.16.0001, destacando os deveres constantes dos artigos 1.740 a 1.752 do Código Civil por sentença transitada em julgado no dia 03/08/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) [a Interditanda é incapaz de exprimir precisamente sua vontade, reger a sua pessoa e administrar seus bens, bem como praticar os demais atos da vida civil, merece prosperar o pedido de interdição. Assim, não resta dúvida de que a ré não possui condições de exercer, com plenitude, todos os atos da vida civil, impondo-se, portanto, a sua interdição], o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de [fixo os limites do exercício da curatela definitiva, circunscrevendo-os à prática de atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, praticar atos de mera administração, bem como receber e administrar valores de benefício assistência ou previdenciário, o que deve ficar a cargo do Curador, atuando sempre em prol do Interditando, com as ressalvas previstas nos arts. 1.748 e 1.749 do Código Civil, o que deverá constar expressamente do termo de curatela.]. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) a IONE CORREIA DA SILVA SANT' HELENA, brasileira, portadora do CPF: 024.674.229-17 e RG: 3.577.307-0 SESP-PR, residente e domiciliado na Rua Flavio Dallegrave 1580, Alto da XV - Curitiba - PR - CEP: 80.045-315, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "... III - DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente a pretensão manifestada na inicial para o fim de decretar a Interdição de ELVIRA CORREIA DA SILVA, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do art. 1.767, inciso III c/c art. 1.741, ambos do Código Civil. Nomeio como Curadora Definitiva a Sra. IONE CORREIA DA SILVA SANT'HELENA, mediante compromisso a ser prestado em (05) cinco dias. Resta dispensada a prestação de contas ante a exiguidade dos valores da pensão por morte recebida pela Interditanda. Considerando o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que deu nova redação ao art. 1.772 do Código Civil, fixo os limites do exercício da curatela definitiva, circunscrevendo-os à prática de atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, praticar atos de mera administração, bem como receber e administrar valores de benefício assistência ou previdenciário, o que deve ficar a cargo do Curador, atuando sempre em prol do Interditando, com as ressalvas previstas nos arts. 1.748 e 1.749 do Código Civil, o que deverá constar expressamente do termo de curatela. Providenciem-se os atos necessários à inscrição da presente sentença na forma prevista no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, bem como a publicação da sentença, por uma vez, no Diário da Justiça. Expeça-se o mandado de registro para anotação na certidão de nascimento e para inscrever a sentença como determina a lei. Oficie-se ao T.R.E. comunicando a Interdição, para os devidos fins. Publiquese. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 02 de fevereiro de 2023. Austregésilo Trevisan Juiz de Direito ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Anizio Vieira dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 03 de agosto de 2023. Assinado Digitalmente Michela Vechi Saviato Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

VARA DESCENTRALIZADA DO PINHEIRINHO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO **GABRIEL MENDES DA SILVA**, COM PRAZO DE **10 (DEZ) DIAS**.
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que em virtude de não ter sido possível citar pessoalmente o requerido **GABRIEL MENDES DA SILVA**, RG n. 148388687 SSP/PR, nascido em 19/05/2000, filho de Daniel Santos da Silva e Andrea Maria Mendes Primo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi expedido o presente edital de citação extraído dos autos de medida de proteção nº **0000672-95.2021.8.16.0116**, em trâmite perante a Vara de Infância e da Juventude do Fórum Descentralizado do Pinheirinho - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como requerente o Ministério Público do Estado do Paraná, e como requerido **GABRIEL MENDES DA SILVA**, pelo presente **FICA DEVIDAMENTE CITADO** para, querendo, após o decurso do prazo do edital, apresentar resposta ao pedido inicial, no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que pretende produzir e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos, nos termos do art. 158 do ECA. Em caso de revelia será nomeado curador especial conforme artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, em especial do requerido supracitado, e que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo. Curitiba, 10 de abril de 2024. Eu, (Maurício Alves Correia), Técnico Judiciário, o digitei e conferi.
Manuela Simon Pereira Rattmann
Juíza de Direito
(Assinado digitalmente)

Interior

FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS Cumprimento n.:0001015-76.2021.8.16.0024.0014 (INTERDIÇÃO)
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (Art. 755, § 3.º, CPC)
O(A) Juiz(íza) de Direito Victor Schmidt Figueira dos Santos, da 1ª Vara Cível de Almirante Tamandaré, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os Autos de **Interdição/ Curatela**, Assunto **Nomeação**, sob nº **0001015-76.2021.8.16.0024**, em que é(são) autor(es) SANTA MONTEIRO DOS SANTOS, e réu(s) VALMIR JOSE PEREIRA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de VALMIR JOSE PEREIRA** (CPF/CNPJ: 519.013.589-68), por sentença transitada em julgado, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não possui discernimento para a prática dos atos da vida civil, em razão da condição de saúde que o acomete (CID 10- N18 e CID N18.8), o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, que deverá abranger todos os atos patrimoniais da vida civil, tais como emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, movimentar contas bancárias, receber rendas, demandar ou ser demandado, e/ou, atos de mera administração. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) SANTA MONTEIRO DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 552.642.129-53), cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a SENTENÇA de Mov. **100.1** que segue parcialmente transcrita: **"**Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de VALMIR JOSE PEREIRA ante sua incapacidade relativa, nomeando-lhe como curadora SANTA MONTEIRO DOS SANTOS, mediante compromisso, a qual passará a representar a parte em todos os atos da sua vida civil, notadamente os apontados na fundamentação***"***. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, THAIS VIVIANA NONATO REINERT, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Almirante Tamandaré, 27 de março de 2024.
THAIS VIVIANA NONATO REINERT
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ALTÔNIA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIO BLATT
PRAZO DE 30 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Henrique Silveira Botoni, da Vara Criminal de Altônia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000586-90.2023.8.16.0040, em que é Noticiado MARCIO BLATT, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCIO BLATT, portador(a) do RG 13**5**4* SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 15/03/1981, natural de SANTA HELENA, filho(a) de ELIDES HELENA LEDUR e EGON BLATT**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência da decisão de mov. 50.1 que PRORROGOU as **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Reginaldo Wilson Rezende, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Altônia, 10 de abril de 2024.
Fernando Henrique Silveira Botoni
Juiz de Direito

APUCARANA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE APUCARANA
2ª VARA CRIMINAL DE APUCARANA - PROJUDI
Travessa João Gurgel de Macedo, 100 - Fone e contato via WhatsApp n° 43 3572 8819 - Vila Formosa - Apucarana/PR - CEP: 86.800-710 - Fone: 43 3572 8818 - E-mail: apu-4vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo:	0000031-61.2023.8.16.0044
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração:	03/01/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• **KÉVILYN NATHIÉLY CANDIDO DE SOUZA**, portadora do RG 146624138 SSP/PR, filha de Solange Carmem Martins e JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA, nascida em 18/05/2004, natural de APUCARANA/PR

O MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA infra-assinado, na forma da lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo acima indicado, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos supramencionados a que responde como incurso nas penas dos artigos também acima mencionados, pelo presente procede a sua **INTIMAÇÃO** para que constitua novo defensor, no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista a inércia do advogado constituído nos presentes autos, sob pena de remessa dos autos acima mencionados à Defensoria Pública desta Comarca para promover sua defesa:
Apucarana, 10 de abril de 2024.
Naiury Kawane Ipolito Ribeiro
Estagiária
José Roberto Silvério
Juiz de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE APUCARANA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de INTIMAÇÃO de APARECIDO DONIZETE LOURENÇO, com o prazo de Vinte (20) dias.
Classe Processual: Execução de Alimentos Infância e Juventude
Assunto Principal: Abandono Material
Processo nº: 0002633-88.2024.8.16.0044Polo Ativo(s): ANTONIO GABRIEL LOURENÇO representado(a) por GRAZIELE LUCIO DE FIGUEIREDO
STELA GABRIELI LOURENÇO representado(a) por GRAZIELE LUCIO DE FIGUEIREDO
Polo Passivo(s): APARECIDO DONIZETE LOURENÇO
A Doutora CAROLLINE DE CASTRO CARRIJO, MMª. Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por intermédio deste fica o executado **APARECIDO DONIZETE LOURENÇO**, qualificação ignorada, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, devidamente INTIMADO para, em 03 (três) dias: a) efetuar o pagamento das prestações alimentícias relativas aos meses de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024, devidamente atualizadas, bem como das prestações que se vencerem no curso do processo, na conta bancária de titularidade da genitora (Banco CAIXA, agência 1264, tipo de conta 013, conta poupança 00002098-3, mediante a chave PIX: 073.304.189-27); b) comprovar que efetuou o pagamento ou; c) justificar a impossibilidade de pagar o débito, sob pena de protesto da decisão judicial e decretação de sua prisão civil pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, tudo nos termos do artigo 528, do Código de Processo Civil. O presente edital será afixado no local de costume e publicado nos termos da lei.Dada e passada nesta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, aos 04 de abril de 2024 às 14:14:34. Eu, Mariane Aparecida de Paula Moura, estagiária, digitei.
Assinado DigitalmenteCarolline de Castro CarrijoJuíza de Direito

ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 30 dias. Processo: 0008888-69.2018.8.16.0045 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Erro Médico Valor da Causa: R$105.000,00 Autor(s): JOSIANE MARIA DOS SANTOS (RG: 101201694 SSP/PR e CPF/CNPJ: 069.458.889-08) Réu(s): ASSOCIAÇAO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER (HOSPITAL JOAO DE FEI (CPF /CNPJ: 04.169.712/0001-90) Angelo Roberto Pascotini (RG: 2064348051 SSP/RS e CPF/CNPJ: 712.086.150-68) BRUNO GRION DE OLIVEIRA (RG: 335422421 SSP/SP e CPF/CNPJ: 350.820.958-03) ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28) LERIDA RUSSI GARCIA (RG: 330834757 SSP/SP e CPF/CNPJ: 370.227.478-22) Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) SERGIO LUIZ SCORSATO (RG: 15743638 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos os interessados, a quem o conhecimento do presente haja pertencer, com o prazo de 30 dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pela primeira vez através da imprensa, expedido dos autos acima descritos, em processamento perante este Juízo e Escrivania respectiva, que, pelo presente edital, fica a parte requerida acima nominada, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente citada do resumo da petição inicial de aludidos autos, em seguida transcrito, para que tome conhecimento de dita ação, ficando ciente de que poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado em seguida ao término do prazo fixado neste edital, apresentar contestação à aludida ação, sob pena de revelia e de serem presumidos como aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte Requerente, na referida petição inicial (artigos 285 e 319, do Código de Processo Civil). Fica a parte requerida advertida de que será nomeado curador especial em caso de revelia. RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: Trata-se de AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MORAIS, MATERAIS e ESTÉTICOS - ERRO MÉDICO proposta por JOSIANE MARIA DOS SANTOS, em desfavor de - SÉRGIO LUIZ SCORSATO E OUTROS, uma vez que no dia 18/06 /2013 por volta das 18h30, na cidade de Arapongas, a Autora sofreu um grave acidente de trânsito, no cruzamento da Avenida Arapongas com a Avenida Maracanã, quando o condutor do Caminhão de marca VW 23.220 Placa AGS 2322, cor Branco, invadiu abruptamente o lado direito da via, colidindo com a Moto da Autora, na qual estava trafegando juntamente com sua genitora Sra. Eliane Maria Pereira dos Santos, conforme faz prova no registro de ocorrência da guarda municipal em anexo. O referido Caminhão, infelizmente, passou por cima do pé esquerda da Autora, ocasionando duas fraturas, sendo: uma no tornozelo esquerdo e outra no calcâneo esquerdo. Assim, a Autora então, fora prontamente atendida via SIATE e encaminhada até o HOSPITAL REGIONAL JOÃO DE FREITAS e que nesta ocasião, foi realizado os seguintes exames pelo médico Dr. Sérgio Scorsato, ora segundo Réu: Raio X do Crâneo, Tórax, Coluna Cervical, Bacia, Fêmur Esquerdo, Joelho Esquerdo, Perna Esquerda, Tornozelo Esquerdo, no qual não restou constatado a ausência de fraturas detectáveis, conforme faz prova exames em anexo. Com isso, a Autora foi submetida a 3 cirurgias plásticas. Diante desse quadro clínico, restou constatado a existência de incapacidade parcial e permanente da autora para o exercício de algumas tarefas, caracterizada pela redução de sua capacidade laborativa, decorrente de sequelas de ferimento do membro inferior. Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5MR S6DHA 5JWES QSDBK PROJUDI - Processo: 0008888-69.2018.8.16.0045 - Ref. mov. 145.1 - Assinado digitalmente por Luiz Otavio Alves de Souza:13200 11/03/2024: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: Edital Dado e passado nesta Comarca de Arapongas, 11 de março de 2024. Eu, (Cristiano A. Souza Zanin), Analista Judiciário, subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5MR S6DHA 5JWES QSDBK PROJUDI - Processo: 0008888-69.2018.8.16.0045 - Ref. mov. 145.1 - Assinado digitalmente por Luiz Otavio

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE ARAPONGAS1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDIRua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - E-mail: apas-1vj-e@tjpr.jus.brEDITAL DE INTIMAÇÃOProcesso: 0006984-43.2020.8.16.0045Classe Processual: Execução FiscalAssunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)Valor da Causa: R$3.000,08Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06)GARCAS, 750 - Centro - ARAPONGAS/PR - CEP: 86.700-285Executado(s): Tiago Borges Carneiro (RG: 84037729 SSP/PR e CPF/CNPJ: 059.071.589-56)Calu, 37 apto. 01 - CENTRO - ARAPONGAS/PR - CEP: 86.701-120O Doutor , MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível daLuiz Otavio Alves de SouzaFazenda Pública de Arapongas PR, na forma da lei, etc.Por meio do presente edital, expedidodos autos acima descritos, em processamento perante este Juízo e Escrivania respectiva, como prazo de trinta dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pelaprimeira vez, pela imprensa, fica a devedora-executada, e eventual cônjuge atualmenteresidente e domiciliada em lugar incerto e não sabido, devidamente intimada de que foiefetivado bloqueio judicial (PENHORA ON-LINE), conforme contido em aludidos autos, sobre aquantia de R$.2.014,28, bem como lavrado penhora sobre o imóvel ou eventual direitos sobre o imóvelabaixo descrito: Lote de Terras sob n. 51/I/2-11/51/I/2-12, situado na RUA MARIANINHA, APTO -402 BL 3 VAGA DE GARAGEM 144, Gleba Patrimônio Arapongas, neste Município e Comarca deArapongas.Outrossim, fica referida parte executada cientificada de que poderá opor embargos àaludida execução, o que deverá fazer dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar do diaseguinte ao término do prazo fixado neste edital. Dado e passado nesta cidade de Arapongas,04 de abril de 2024.. Eu, Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei esubscrevo.(assinatura eletrônica)LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZAJuiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - E-mail: apas1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO Processo: 0008861-18.2020.8.16.0045 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Interdição Valor da Causa: R $100,00 Requerente(s): Devanir de Carvalho Estrada (RG: 14981330 SSP/PR e CPF/CNPJ: 277.168.809-34) Requerido(s): TEREZA DE CARVALHO ESTRADA (CPF/CNPJ: 003.871.219-94) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido do processo digital acima descrito, em tramitação eletrônica perante este Juízo e Escrivania respectiva, que este Juízo, através da sentença em seguida transcrita, na sua parte final, decretou a interdição da parte requerida acima nominada e qualificada. Tópico final da sentença: "DISPOSITIVO. Ante o exposto, resolvo o mérito do processo na forma do art. 487, I, c/com art. 755, II do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado, e, de conseguinte, diante da incapacidade absoluta da requerida, decreto a interdição de TEREZA DE CARVALHO ESTRADA, qualificada na inicial, declarandoa incapaz, necessitando de representação pelo curador para exercer todos os atos da vida civil: alienar imóveis ou veículos ou de qualquer forma onerá-los, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar em geral, os atos que envolvam disposição patrimonial, votar, constituir vínculo empregatício, administrar os aluguéis obtidos com os imóveis de sua propriedade, sua aposentadoria. Nomeio como curador seu filho DEVANIR DE CARVALHO ESTRADA qualificado na inicial, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza,

pertencentes a interditada, sem autorização judicial. Inscreva-se a sentença no Registro Civil. Cumpra-se o art. 755, §3º, do CPC "A sentença de interdição será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente." Intime-se o curador nomeado para o compromisso, cujo termo deverá constar as restrições supra delineadas. Diante da gratuidade judiciária concedida à requerida e da inexistência de defensoria pública na Comarca, condeno o Estado do Paraná no pagamento dos honorários do curador especial, Dr. Lucas de Souza Cordiolli, OAB 96.291 em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos da Resolução Conjunta n° 015/2019 - PGE/SEFA, a serem pagos pelo Estado, atualizado da presente data até o efetivo pagamento. Nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC /2015, o recurso de apelação independe de juízo de admissibilidade. Assim, caso interposto recurso de apelação, cumpra a serventia, art. 1.010, §1º, do mesmo código, e se houver recurso adesivo, o §2º, do mesmo artigo. Em seguida, proceda-se conforme disposto no § 3º. Em caso de requerimento de gratuidade judiciária, deve ser remetido o recurso, independentemente de preparo, competindo ao Tribunal a análise de sua concessão, nos termos do art. 99, § 7º, do CPC/2015. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, no que for aplicável. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Astorga, 26 de julho de 2022. Luiz Otávio Alves de Souza - Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 18 de março de 2024. Eu, Peterson Adriano Migliorini, Escrivão, que digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO Processo: 0005031-49.2017.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: ISS/ Imposto sobre Serviços Valor da Causa: R$2.767,94 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): GOEDERT & SAVELLI LTDA ME (CPF/CNPJ: 12.563.973/0001-18) MARTIM DAMIÃO SAVELLI PEREIRA (RG: 55565066 SSP/PR e CPF/CNPJ: 869.278.419-20) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Fazenda Pública de Arapongas PR, na forma da lei, etc.Por meio do presente edital, expedido dos autos acima descritos, em processamento perante este Juízo e Escrivania respectiva, com o prazo de trinta dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pela primeira vez, pela imprensa, fica a parte devedora-executada e eventual cônjuge e/ou herdeiros /sucessores, atualmente residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido, devidamente intimada de que foi efetivado bloqueio judicial (PENHORA ON-LINE), conforme contido em aludidos autos, sobre a quantia de R$.243,20. Outrossim, fica referida parte executada cientificada de que poderá opor embargos à aludida execução, o que deverá fazer dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar do dia seguinte ao término do prazo fixado neste edital. Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 11 de abril de 2024.. Eu, Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE ARAPONGAS1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDIRua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - E-mail: apas-1vj-e@tjpr.jus.brEDITAL DE INTIMAÇÃOProcesso: 0004622-39.2018.8.16.0045Classe Processual: Execução FiscalAssunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)Valor da Causa: R$1.626,27Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06)GARCAS, 750 - Centro - ARAPONGAS/PR - CEP: 86.700-285Executado(s): ALBERTO HIGUTI (CPF/CNPJ: 458.129.939-04)KATO & HIGUTI LTDA - ME (CPF/CNPJ: 14.599.496/0001-76)O Doutor , MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível daLuiz Otavio Alves de SouzaFazenda Pública de Arapongas PR, na forma da lei, etc.Por meio do presente edital, expedidodos autos acima descritos, em processamento perante este Juízo e Escrivania respectiva, como prazo de trinta dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pelaprimeira vez, pela imprensa, fica a parte devedora-executada e eventual cônjuge e/ou herdeiros/sucessores, atualmente residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido, devidamenteintimada de que foi efetivado bloqueio judicial (PENHORA ON-LINE), conforme contidoem aludidos autos, sobre a quantia de R$.94,36. Outrossim, fica referida parteexecutada cientificada de que poderá opor embargos à aludida execução, o que deverá fazerdentro do prazo de trinta (30) dias, a contar do dia seguinte ao término do prazo fixado nesteedital. Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 05 de abril de 2024.. Eu, Cristiano A.Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.. (assinatura eletrônica)LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZAJuiz de Direito

---

ARAPOTI

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LEONARDO AZEVEDO DA SILVA - CONFECÇÕES-ME

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Jade Seffair Ferreira, da Vara Cível de Arapoti, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Contratos Bancários, sob nº 0002329-30.2017.8.16.0046, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO NOVOS HORIZONTES - SICREDI NOVOS HORIZONTES PR/SP, e réu(s) LEONARDO AZEVEDO DA SILVA - CONFECÇÕES-ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LEONARDO AZEVEDO DA SILVA - CONFECÇÕES-ME**, portador(a) do CNPJ 15.346.850/0001-13. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$ 18.040,60 (inserir valor por extenso), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento"] *(** CNFJ - Prov. 316/2022: Art. 235. A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre expressar o valor. **)*. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.**O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Karina Barbosa Chidoski, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Arapoti, 08 de abril de 2024.**

Jade Seffair Ferreira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Anadir da Cruz

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Jade Seffair Ferreira, da Vara da Fazenda Pública de Arapoti, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0000272-97.2021.8.16.0046, a qual tem por objeto [IPTU], inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): [41/2021] na data de [18/02/2021], no importe de R$ 1.014,83 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Arapoti/PR, e executado(a)(s) Anadir da Cruz, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) Anadir da Cruz**, portador(a) do CPF 624.922.769-53, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 562,28 (quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Karina Barbosa Chidoski, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Arapoti, 10 de abril de 2024.**

Jade Seffair Ferreira
Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL de CITAÇÃO de MIGUEL FRANCISCO NASSAR, com prazo de 20 dias - Nº 62/2024 A DOUTORA DEBORAH PENNA, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER POR MEIO DESTE EDITAL que por este Juízo e Secretaria processam os termos dos autos de Ação Monitória, registrados sob nº 0006712-46.2019.8.16.0025,em que é parte autora ALL LAB COMERCIAL EIRELI ME, e parte ré MIGUEL FRANCISCO NASSAR Fica a parte ré MIGUEL FRANCISCO NASSAR (CPF/CNPJ: 01.745.947/0001-94) estando estes em locais incertos e não sabidos, devidamente CITADOS (As) através do presente edital, de todos os termos da presente ação, e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento/ entregue a coisa/execute a obrigação de fazer ou não fazer, ou, querendo, ofereça embargos, independente da segurança do Juízo, ficando ADVERTIDA de que, em caso de cumprimento e pagamento de 5% de honorários sobre o valor da causa, será isento do pagamento de custas processuais (art. 702 c/c 701, §1º,ambos do CPC/2015), ficando ciente ainda que em caso de não cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos no prazo acima assinalado, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial" (art.701, §2º,do CPC). OBS.: Nos moldes do inciso II do artigo 72 do CPC/2015, "o juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado" Cumpra-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite, Técnica Judiciária, o digitei e eu, Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, o conferi. (Assinado digitalmente) DEBORAH PENNA Juíza de Direito Substituta OBS.: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. Todos os atos processuais ocorrerem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico (C.N.2.21.3.1).

EDITAL de CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, com prazo de 30 dias - Nº 63/2024 A DOUTORA DEBORAH PENNA, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER POR MEIO DESTE EDITAL que por este Juízo e Secretaria tramitam os autos de classe processual 49 - Usucapião registrados sob nº 0001753-56.2024.8.16.0025, em que é requerente DIRLENE BOENA LEMOS SCHOFFEN, ALVICIO ARNALDO SCHOFFEN, e requeridos Rogerio Boleslau Sekula e outros tendo por objeto: " Terreno urbano com área de 1.100,00m² (Hum mil e cem metros quadrados), sito na Rua Caminho dos Tropeiros, localidade de Bela Vista - Araucária/PR " Ficam os RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS devidamente CITADOS através do presente edital, de todos os termos da presente ação e de que possuem o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, manifestarem interesse na lide. Ficando ainda CIENTES que a presente citação valerá para todos os atos do processo e que somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a presente citação. Valor da causa: R$ 60.000,00 Cumpra-se na forma da lei. DADO E PASSADO neste Foro Regional de Araucária - Data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite, Técnica Judiciária, o digitei. Vai conferido por Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, por ordem da MMª. Juíza de Direito. (Assinado digitalmente) DEBORAH PENNA Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br / projudi/. Todos os atos processuais ocorrem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico (C.N.2.21.3.1).

EDITAL de CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, com prazo de 30 dias - Nº 65/2024 A DOUTORA DEBORAH PENNA, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER POR MEIO DESTE EDITAL que por este Juízo e Secretaria tramitam os autos de Usucapião registrados sob nº 0011853-07.2023.8.16.0025, em que são requerentes FLORISVALDO JOSE DE AGUERO e NILCEIA RAMOS DE AGUERO, e requeridos RÉUS INCERTOS/NÃO SABIDOS tendo por objeto: " Imóvel medindo 478,00 m2 (quatrocentos e setenta e oito metros quadrados), localizado no Bairro Santa Regina, Araucária/PR " conforme Memorial descritivo de evento 1.12. Ficam os RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS devidamente CITADOS através do presente edital, de todos os termos da presente ação e de que possuem o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, manifestarem interesse na lide. Ficando ainda CIENTES que a presente citação valerá para todos os atos do processo e que somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a presente citação. Valor da causa: R$ 50.000,00 Cumpra-se na forma da lei. DADO E PASSADO neste Foro Regional de Araucária - Data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite, Técnica Judiciária, o digitei. Vai conferido por Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, por ordem da MMª. Juíza de Direito. (Assinado digitalmente) DEBORAH PENNA Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br / projudi/. Todos os atos processuais ocorrem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico (C.N.2.21.3.1).

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL de CITAÇÃO de Adriana Ribeiro da Silva, com prazo de 30 dias - Nº 61/2024 A DOUTORA DEBORAH PENNA, MM . JUÍZA DE DIREITO a SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ FAZ SABER: Pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, FICA o(a) executado(a) Adriana Ribeiro da Silva (CNPJ: 01.404.505/0001-84) estando em local incerto e não sabido, devidamente CITADO(A) do inteiro teor da petição inicial dos autos de Execução Fiscal, que tramita perante a 2ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA, sob n.º 0002013- 75.2020.8.16.0025, em que é exequente: Município de Araucária/PR, tendo como origem a CDA nº: 365 /2020 - VALOR: R$ 111.049,69 - MÊS/ANO: 03/2024, referente a TRIBUTOS MUNICIPAIS. Pelo presente, fica ainda INTIMADO(A) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida ora em execução além das custas judiciais, verbas advocatícias em 10% sobre o valor atribuído à causa, acrescido de juros e multa de mora, bem como demais encargos previstos na certidão de dívida ativa, ou garantir a execução, e CIENTE de que, em não havendo o pagamento, nem a garantia da execução de que trata o artigo 9º, da Lei n. º 6.830/80, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis ou, ainda, querendo, opor embargos à execução fiscal, no prazo assinalado no artigo 16, do mesmo diploma legal. Informo que a petição inicial na integra e os documentos, poderão ser acessados pela parte requerida mediante simples habilitação no Sistema PROJUDI. A MM . Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar a de costume. ADVERTÊNCIA: Nos moldes do inciso II do artigo 72 do CPC/2015, "o juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado" Cumpra-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite, Técnica Judiciária, o digitei e eu, Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, o conferi. (Assinado digitalmente) DEBORAH PENNA Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br /projudi/. Todos os atos processuais ocorrem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico (C.N.2.21.3.1).

EDITAL de CITAÇÃO de FRANCIELLE CRISTINA GOMES DE SOUZA - ME, com prazo de 30 dias - Nº 60/2024 A DOUTORA DEBORAH PENNA, MM . JUÍZA DE DIREITO a SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ FAZ SABER: Pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, FICA o(a) executado(a) FRANCIELLE CRISTINA GOMES DE SOUZA - ME (CPF/CNPJ: 22.677.493/0001-31), estando em local incerto e não sabido, devidamente CITADO(A) do inteiro teor da petição inicial dos autos de Execução Fiscal, que tramita perante a 2ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA, sob n.º 0002071-44.2021.8.16.0025, em que é exequente: Município de Araucária/PR, tendo como origem a CDA nº: 18/2021 - VALOR: R$ 12.160,12 - MÊS/ANO: março/2021, referente a TRIBUTOS MUNICIPAIS. Pelo presente, fica ainda INTIMADO(A) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida ora em execução além das custas judiciais, verbas advocatícias em 10% sobre o valor atribuído à causa, acrescido de juros e multa de mora, bem como demais encargos previstos na certidão de dívida ativa, ou garantir a execução, e CIENTE de que, em não havendo o pagamento, nem a garantia da execução de que trata o artigo 9º, da Lei n. º 6.830/80, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis ou, ainda, querendo, opor embargos à execução fiscal, no prazo assinalado no artigo 16, do mesmo diploma legal. Informo que a petição inicial na integra e os documentos, poderão ser acessados pela parte requerida mediante simples habilitação no Sistema PROJUDI. A MM . Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar a de costume. ADVERTÊNCIA: Nos moldes do inciso II do artigo 72 do CPC/2015, "o juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado" Cumpra-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite, Técnica Judiciária, o digitei e eu, Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, o conferi. (Assinado digitalmente) DEBORAH PENNA Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br /projudi/. Todos os atos processuais ocorrem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico (C.N.2.21.3.1).

EDITAL de CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, com prazo de 30 dias - Nº 64/2024 A DOUTORA DEBORAH PENNA, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER POR MEIO DESTE EDITAL que por este Juízo e Secretaria tramitam os autos de classe processual 49 - Usucapião registrados sob nº 0010893-51.2023.8.16.0025, em que é requerente CELSO KULKA, e requeridos CRISTIANE TORQUATO DA ROCHA PINTO e outros, tendo por objeto: " Imóvel situado no local denominado LAGOA GRANDE, Município: ARAUCÁRIA - PR, com Área de 1.479.0195 m² 02 litros e 269,0195m² ou 0.1479 há, com Perímetro de 180,52m " Ficam os RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS devidamente CITADOS através do presente edital, de todos os termos da presente ação e de que possuem o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, manifestarem interesse na lide. Ficando ainda CIENTES que a presente citação valerá para todos os atos do processo e que somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a presente citação. Valor da causa: R$ 40.000,00 Cumpra-se na forma da lei. DADO E PASSADO neste Foro Regional de Araucária - Data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite, Técnica Judiciária, o digitei. Vai conferido por Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, por ordem da MMª. Juíza de Direito. (Assinado digitalmente) DEBORAH PENNA Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br / projudi/. Todos os atos processuais ocorrem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico (C.N.2.21.3.1).

Edital de Intimação

EDITAL DE INTERDIÇÃO Nº 54/2024 A DOUTORA SANDRA DAL'MOLIN, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER POR MEIO DESTE EDITAL que por este Juízo e Secretaria processam os termos dos autos de INTERDIÇÃO registrados sob nº 0008998-26.2021.8.16.0025,em que é parte autora DALVA MARTINS PEREIRA BARBOSA, e requerida MARCIA APARECIDA PEREIRA Aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente Edital de Interdição, cientifica a todos os interessados que neste Juízo da 2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, processou-se os Autos de Interdição, registrados sob nº 0008998-26.2021.8.16.0025em que é parte requerente DALVA MARTINS PEREIRA BARBOSA, sendo declarada por Sentença nº 1.702.178.765 a INTERDIÇÃO de MARCIA APARECIDA PEREIRA, RG 73998255 SSP/PR, CPF 017.356.809-23, filha de JOÃO MARTINS PEREIRA e MARIA AUGUSTA MARTINS, nascido em 07/04/1970, natural de WENCESLAU BRAZ, residente na Rua Lourenço Jankowski, 2613 - Passaúna - ARAUCÁRIA/PR - CEP: 83.704-175, nomeando-lhe como curadora a Sra. DALVA MARTINS PEREIRA BARBOSA (RG: 41353767 SSP/PR e CPF/CNPJ: 778.932.129-34), para os seguintes atos da vida civil: "emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração, bem como representação do curatelado junto aos órgãos e entes públicos", observada a Lei 13.146/2015, nos termos da r. Sentença Judicial acostada ao evento 132. Em obediência ao disposto no artigo 4º, inciso III, do Código Civil (Redação dada pela Lei nº 13.146/2015), o presente edital será publicado por três vezes na Imprensa Oficial, com intervalo de 10 (dez) dias. Cumpra-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite Técnica Judiciária, o digitei e eu, Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, o conferi. (Assinado digitalmente) SANDRA DAL MOLIN Juíza de Direito OBS.: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. Todos os atos processuais ocorrerem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico.

EDITAL DE INTERDIÇÃO Nº 55/2024 A DOUTORA SANDRA DAL'MOLIN, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA - ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER POR MEIO DESTE EDITAL que por este Juízo e Secretaria processam os termos dos autos de INTERDIÇÃO registrados sob nº 0003202-25.2019.8.16.0025,em que é parte autora Juraci de Oliveira, e requerida LEOTILDA DA LUZ OLIVEIRA Aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente Edital de Interdição, cientifica a todos os interessados que neste Juízo da 2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, processou-se os Autos de Interdição, registrados sob nº 0003202-25.2019.8.16.0025em que é parte requerente Juraci de Oliveira, sendo declarada por Sentença nº 1.705.731.440 a INTERDIÇÃO de LEOTILDA DA LUZ OLIVEIRA, RG 53812600 SSP/PR, CPF 036.382.849-48, filha de JOAQUIM CAVALHEIRO DE JESUS e de MAURILHA CAVALHEIRO DA SILVA, nascida em 03/11/1941, natural de JOACABA, residente na Rua Jacarandá, 227 - Capela Velha - Araucária/PR - CEP: 83.706-440, nomeando-lhe como curadora a Sra. Juraci de Oliveira (CPF / CNPJ: 860.923.599-87), para os seguintes atos da vida civil: "emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração, bem como representação do curatelado junto aos órgãos e entes públicos", observada a Lei 13.146/2015, nos termos da r. Sentença Judicial acostada ao evento 162. Em obediência ao disposto no artigo 4º, inciso III, do Código Civil (Redação dada pela Lei nº 13.146/2015), o presente edital será publicado por três vezes na Imprensa Oficial, com intervalo de 10 (dez) dias. Cumpra-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na data da assinatura digital. Eu, Leônia Domingos Leite Técnica Judiciária, o digitei e eu, Andressa Melnick Mendes de Azevedo, Chefe de Secretaria, o conferi. (Assinado digitalmente) SANDRA DAL MOLIN Juíza de Direito OBS.: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. Todos os atos processuais ocorrerem, exclusivamente, pelo sistema eletrônico.

ASSIS CHATEAUBRIAND

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ENEIDA JULIANA LISBOA ZACHERT
PRAZO DE 30 DIAS

O Juiz de Direito Arthur Araújo de Oliveira, da Vara Cível de Assis Chateaubriand, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Correção Monetária, sob nº 0000750-65.2022.8.16.0048, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MEDIO OESTE - SICOOB MEDIO OESTE, e réu(s) ENEIDA JULIANA LISBOA ZACHERT, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ENEIDA JULIANA LISBOA ZACHERT**, portador(a) do RG 80844182 SSP/PR e CPF 043.100.149-92. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, pagar o débito, para entregar a coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, constante na inicial, no prazo de 15 dias, acrescido do valor de 5% do valor da causa a título de honorários advocatícios , ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC).

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Eliane Aparecida Grecco Leite, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Assis Chateaubriand, 10 de abril de 2024.**
Arthur Araújo de OliveiraJuiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM NOMEAÇÃO DE CURADORA, com o prazo de trinta (30) dias Autos nº. 0002450-42.2023.8.16.0048 O DR. ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos os presentes virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório Cível, processam-

se os autos de INTERDIÇÃO nº. 0002450-42.2023.8.16.0048, em que é requerente Ines Muniz da Silva, brasileira, solteira, atualmente desempregada, portadora da cédula de identidade RG nº 9.057.531-7/PR, inscrita no CPF sob nº 498.655.109-44, e requerido Felipe Muniz da Silva, brasileiro, solteiro, nascido em 19/11/1999, atualmente com 23 anos de idade, deficiente mental e físico, portador da cédula de identidade RG nº 14.583.191-1/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.243.409-37, pelo presente, na forma preconizada no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, torna público a r. sentença de evento nº. 42, que nomeou curadora a requerente, cujo desfecho é o seguinte: Autos 0002450-42.2023.8.16.0048 (...) Diante do exposto, julgo procedente o pedido de interdição formulado nestes autos, movido por Ines Muniz da Silva, decretando a interdição de Felipe Muniz da Silva, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil. (...) Publique-se na imprensa local por uma vez, e no órgão Oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Assis Chateaubriand. ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRA - JUIZ DE DIREITO. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, assinado e datado digitalmente. Eu, Eliane Aparecida Grecco Leite, Juramentada, que o digitei e subscrevi. ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRA Juiz de Direito

BANDEIRANTES

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE BANDEIRANTES
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE BANDEIRANTES - PROJUDI
Avenida Edelina Meneghel Rando, 425 - Fórum - Centro - Bandeirantes/PR - CEP: 86.360-000 - Fone: 43.35729601 - Celular: (43) 2112-0201 - E-mail: BAN-3VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): THEMER WILLIAN MARTINS COSTA
PRAZO DE 30 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito FABIANA JANUÁRIO PESSEGHINI, da Vara de Família e Sucessões de Bandeirantes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, assunto Fixação, sob nº 0004915-28.2017.8.16.0050, em que é(são) autor(es) A.M.D.S.C representado por V.A.D.S e réu(s) THEMER WILLIAN MARTINS COSTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido THEMER WILLIAN MARTINS COSTA**, portador(a) do CPF 084.852.379-27. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "*verificando-se que as inúmeras diligências efetivadas com o escopo de encontrar o atual paradeiro do requerido restaram infrutíferas, defiro o pedido de evento 194, com base no artigo 256, inciso II, do CPC/15"*. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Maria Eduarda Galdeano Silva, Estagiário, conferi e digitei.**Bandeirantes, 25 de março de 2024.**

FABIANA JANUÁRIO PESSEGHINI
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CAMBARÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMBARÁ
VARA CRIMINAL DE CAMBARÁ - PROJUDI
Rua Joaquim Rodrigues Ferreira, 1260 - Morada do Sol - Cambará/PR - CEP: 86.390-000 - Fone: (43) 3572-8135 - Celular: (43) 3572-8135 - E-mail: CBRA-JU-ECR@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): LETICIA SIMÃO DE SOUZA
PRAZO DE 15 (DEZ) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL, da Vara Criminal de Cambará, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0000110-70.2024.8.16.0055, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDRE DE CARVALHO SOARES, e vítima LETICIA SIMÃO DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima LETICIA SIMÃO DE SOUZA (RG: 109954012 SSP/PR e CPF/CNPJ: 075.163.549-96)**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do art. 129, caput e § 13, bem como no artigo 147, ambos do Código Penal, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, na data de 12/03/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Ante o exposto, na forma da fundamentação supra, julgo procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia, o que faço para CONDENAR o réu ANDRE DE CARVALHO SOARES como incurso no delito do art. 129, caput e § 13, bem como no artigo 147, ambos do Código Penal, em contexto de violência doméstica e familiar.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Jordana Marcelle Fernandes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Cambará, 11 de abril de 2024.
Jordana Marcelle Fernandes
Técnica JudiciáriaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): TRAMMA VIA LTDA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Élberti Mattos Bernardineli, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Cambé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0012218-70.2020.8.16.0056, a qual tem por objeto TFS, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 46667/2020 e 46668/2020 no ano de 2015 e 2016, no importe de R$ 595,42 (quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos) na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Cambé/PR e executado(a)(s) Tramma Via LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) , motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marília Fini Peixoto, funcionária juramentada, conferi e digitei. Cambé, 05 de abril de 2024. (Assinado digitalmente) Élberti Mattos Bernardineli Juiz de Direito Juiz de Direito Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): APARECIDA ISABEL DE GODOI PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Substituto Dr. Élberti Mattos Bernardineli, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Cambé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0007624-76.2021.8.16.0056, a qual tem

por objeto TFS, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 6794/2021 e 6795/2021 no ano de 2016 e 2017, no importe de R$ 635,52 (seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Cambé/PR e executado(a)(s) APARECIDA ISABEL DE GODOI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s), motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830 /1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marília Fini Peixoto, funcionária juramentada, conferi e digitei. Cambé, 05 de abril de 2024. (Assinado digitalmente) Élberti Mattos Bernardineli Juiz de Direito Substituto

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): VALDERI LIMA DA ROSA O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo Luiz Gorla, da 2ª Vara Cível de Cambé, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 156 - Cumprimento de sentença sob nº 0003681-51.2021.8.16.0056, em que é(são) exequente(s) LEONARDO MOREIRA ROCHA, e executado(a)(s) VALDERI LIMA DA ROSA, , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) VALDERI LIMA DA ROSA , portadora do CPF nº 084.982.229-74, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 8.398,83, acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta)dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Cambé, 10 de abril de 2024. Ricardo Luiz Gorla Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O processo tramita pelo sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https:// portal. tjpr.jus.br/projudi/. Atos processuais e documentos devem ser trazidos ao juízo somente por advogado previamente cadastrado e em formato digital, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/ PR.

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

SENTENÇA 1. RELATÓRIO DILCEA DA CUNHAA requerente ajuizou a presente ação de interdição visando ver BRUNO DA CUNHA TRINDADEdecretada a interdição do requerido, seu irmão, . Para tanto, é portador de doença psiquiátrica, retardo mental leve, sendoalegou que o interditando epilético e portador de transtorno de humor, CID F70, G40 e F06.3, não tendo aptidão para exercer os atos da vida civil. Sustentou que desde o falecimento da mãe, quem cuida do interditando é a requerente, dedicando os cuidados de forma integral. Requereu em sede de tutela de urgência sua nomeação como curadora provisória. Instruiu a inicial com os documentos de seq. 1. A liminar requerida foi deferida e no mesmo ato foi designada audiência de entrevista do interditando (mov. 28.1). Realizada audiência de entrevista, e na mesma oportunidade foi nomeada curadora especial ao interditando (mov. 48.1 e 49.1). Houve outra nomeação de curadora especial ao requerido, a qual apresentou contestação por negativa geral (movs. 56.1 e 71.1). O Ministério Público manifestou-se requerendo a realização de estudo social na casa da requerente, bem como a realização de perícia médica (mov. 78.1). Foi nomeada perita para a realização de prova pericial (mov. 96.1). Considerando as inúmeras tentativas de nomeação de perito, foi determinada a remessa dos autos ao Projeto Justiça nos Bairros, para a realização de prova pericial médica (mov. 240.1), o qual foi apresentado no mov. 252.1. A secretaria Municipal de Assistência Social apresentou o estudo social realizado na casa da requerente (mov. 283.2). Parecer final apresentado pelo Ministério Público (mov. 291.1), favorável à decretação de interdição do requerido e nomeação da requerente como curadora definitiva. Vieram, então, conclusos os autos. 2. FUNDAMENTAÇÃO Cuida-se de ação que objetiva o reconhecimento e a declaração da incapacidade civil do requerido, para a prática dos atos de natureza patrimonial e negocial, conforme fundamenta o artigo 85 da Lei 13.146/2015. O decreto da incapacidade civil condiciona-se, assim, à demonstração da efetiva impossibilidade do interditando por enfermidade ou deficiência mental, em tal proporção que lhe suprima a aptidão para realizar negócios administrativos e financeiros. Para provar a higidez mental da parte requerida e mensurar a extensão de eventual patologia, auxiliam o juiz os documentos de movs. 1.8, 252.1 e 283.2. Na hipótese vertente, todas as provas convergiram para o reconhecimento da incapacidade do interditando. No laudo pericial (mov. 252.1), ficou constatado o seguinte: "O requerido é incapaz de gerir sua vida cível/financeira." Tendo em vista que os fatos alegados pela requerente na inicial restaram devidamente comprovados, bem como o representante do Ministério Público ratifica a pretensão ora exercida (seq. 291.1), verifica-se que o interditando não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos administrativos e financeiros, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela tão somente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85 da Lei n.º 13.146/2015. 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTEo pedido inicial, resolvendo o mérito da demanda na forma do artigo 487, I do Código de Processo Civil, para o fim de DECRETAR a interdição de BRUNO DA CUNHA TRINDADE declarando-o incapaz de exercer pessoalmente DILCEAtodos os atos de natureza patrimonial e negocial, nomeando como curadora sua irmã DA CUNHA. Na forma do artigo 84, §4º da Lei n.º 13.146/2015, deverá a curadora prestar contas anualmente quanto ao beneficiário previdenciário do interditado. do artigo 755, § 3º do Código de Processo Oficie-se ao cartório de registro civil competente, nos termos Civil. Providencie-se a publicação da presente sentença no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 755, § 3º do Código de Processo Civil. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Custas pela requerida, na forma da lei. Transitada em julgado a presente sentença, e comprovado nos autos o registro da interdição, intime-se a curadora pessoalmente para que se apresente em juízo, em 05 (cinco) dias, para assinar o termo de curatela definitiva. Arbitro os honorários advocatícios do curador especial nomeado no mov. 56.1, em R$ 400,00 (quatrocentos reais), em conformidade com a Resolução Conjunta n.º 015/2019 - PGE /SEFA, devendo o pedido de pagamento ser efetivado na forma do Decreto Estadual 3897/2016. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, feitas as anotações necessárias, arquivem-se. Cumpra-se, no que pertinente, o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado. Campo Largo, datado eletronicamente. Mayra dos Santos Zavattaro Juíza de Direito

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): CHARLES VALERIO DA SILVA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fabiana Christina Ferrari, da Vara Criminal de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Vias de fato, sob nº 0006543-85.2021.8.16.0026, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CHARLES VALERIO DA SILVA, e vítima ROSEMERI DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CHARLES VALERIO DA SILVA, portador(a) do RG 24023770 SSP/PR e CPF 089.870.009-40, nascido(a) em 04/06/1976, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, filho(a) de MARLENE TEREZINHA CESAR e ANTONIO VALERIO DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, VII, do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Campo Largo, 11 de abril de 2024.
Willian Pedroso

***Técnico Judiciário*OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO LEANDRO DE SOUZA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Ernani Mendes Silva Filho, da Vara Criminal de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0007136-56.2017.8.16.0026, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCELO LEANDRO DE SOUZA, MÁRCIO ALBERTO DE ANDRADE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido MARCELO LEANDRO DE SOUZA, portador(a) do RG 4141886 SSP/SC e CPF 004.944.259-70, nascido(a) em 21/08/1981, natural de MEDIANEIRA/PR, filho(a) de MARIA ANDRADE DE SOUZA e HUMBERTO MARTINS DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Campo Largo, 10 de abril de 2024.
Willian Pedroso

***Técnico Judiciário*OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Processo:	0009674-97.2023.8.16.0026
Classe Processual:	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto Principal:	Furto
Data da Infração:	12/09/2023
Noticiante(s):	• ORACI LOPES DOS SANTOS DE MELO
Noticiado(s):	• GIOVANE RODRIGUES DE MELO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃOPRAZO: 15 (QUINZE) DIAS A Doutora **Fabiana Christina Ferrari**, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias,** que não tendo sido possível **NOTIFICAR** pessoalmente o acusado **GIOVANE RODRIGUES DE MELO, ,** portador(a) do RG 128713263 SSP/PR, filho(a) de ORACI LOPES DOS SANTOS DE MELO *(Nome Mãe)* e AMAURI RODRIGUES DE MELO *(Nome Pai)*, nascido(a) em 13/08/1995, natural de CAMPO LARGO/PR , vem pelo presente NOTIFICAR a(s) parte(s) acima qualificada(s) do teor da decisão prolatada nos autos **0009674-97.2023.8.16.0026**, que **concedeu** as seguintes **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** a) Proibição ao agressor de se aproximar à distância inferior a 200 metros da ofendida, bem como de manter qualquer contato, por qualquer meio de comunicação com a mesma (art. 22, III, "a", da Lei "Maria da Penha"); b) à proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação - inclusive por meio telefônico e internet (art. 22, III, "b", da Lei "Maria da Penha"), sob pena de decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento. Ainda, vem pelo presente **CITAR O SUPOSTO AGRESSOR PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, APRESENTAR CONTESTAR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO, por meio de defensor. Caso não tenha condições financeiras de constituir advogado, deverá informar ao Oficial de Justiça que solicita a nomeação de defensor por este Juízo.** Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Campo Largo, 11 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado DigitalmenteAssinatura autorizada - Portaria 21/2022

Processo:	0011613-54.2019.8.16.0026
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Crimes de Trânsito
Data da Infração:	22/10/2019
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30) NÃO CONSTA, S/Nº - CAMPO LARGO/PR
Réu(s):	• PAULO MICHAEL DA CUNHA FIGUEIREDO (RG: 96372647 SSP/PR e CPF/CNPJ: 072.360.969-11) Rua André Fiszt, 180 Loteamento Santo André - Santa Rita - CAMPO LARGO/PR - CEP: 83.602-452 - Telefone(s): (41) 99814-3939 / (41) 99856-9638

EDITAL DE INTIMAÇÃOPRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS

O Doutor **Fabiana Christina Ferrari**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, que, não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o(s) réu(s)**PAULO MICHAEL DA CUNHA FIGUEIREDO (RG: 96372647 SSP/PR e CPF/CNPJ: 072.360.969-11) Nome do Pai: PAULO CESAR FIGUEIREDO, Nome da Mãe: MARLENE NAVARRO DA CUNHA,** tem este a finalidade de **INTIMÁ-LO(S)** do teor da sentença prolatada em nos autos de Ação Penal nº. **0011613-54.2019.8.16.0026** :" Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido contido na denúncia, para o fim de CONDENAR o réu Paulo Michael da Cunha Figueiredo nas sanções previstas do art. 306, caput, c/c §1º, inciso I do Código de Trânsito Brasileiro, o que faço com fulcro no artigo 387, do CPP. **Condeno** o réu ao pagamento das custas e demais despesas processuais." Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Campo Largo, 10 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado DigitalmenteAssinatura autorizada - Portaria 21/2022

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LUIZ ALBERTO SCHISSEL e CIBELE VIANTE SCHISSEL
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Ernani Mendes Silva Filho, da Vara Criminal de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0011272-28.2019.8.16.0026, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CIBELE VIANTE SCHISSEL, LUIZ ALBERTO SCHISSEL, e vítima CAROLINA ARANTES DA CONCEIÇÃO NUNES, GUILHERME AFONSO FELIPE, ROBSON YOSHIMITSU YAMADA, RODRIGO BAPTISTA BRAZILIANO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **LUIZ ALBERTO SCHISSEL, portador(a) do RG 124799627 SSP/PR e CPF 083.315.309-93, nascido(a) em 12/04/1976, natural de CAMPO LARGO, filho(a) de MARLENE VIANTE SCHISSEL e LUIZ SCHISSEL; CIBELE VIANTE SCHISSEL, portador(a) do RG 123178637 SSP/PR e CPF 081.200.689-55, nascido(a) em 30/04/1981, natural de CAMPO LARGO, filho(a) de Marlene Viante Schissel e Luiz Schissel**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a**

multa a que foi condenado(a), no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Campo Largo, 10 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Angelo Pereira Ramos
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Fabiana Christina Ferrari, da Vara Criminal de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0007486-05.2021.8.16.0026, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Angelo Pereira Ramos , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido Angelo Pereira Ramos , portador(a) do RG 133799656 SSP/PR e CPF 102.734.469-08, nascido(a) em 13/06/1996, natural de IVAI, filho(a) de ROSANGELA PEREIRA e SERGIO RAMOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Manoella Elias Ferreira, Estagiário, conferi e digitei.**Campo Largo, 10 de abril de 2024.**
Willian Pedroso
Técnico Judiciário**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Processo:	0012591-89.2023.8.16.0026
Classe Processual:	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto Principal:	Simples
Data da Infração:	01/12/2023
Noticiante(s):	• FRANCIELE PACHECO SPORNY
Noticiado(s):	• CELSO JOSE STAVNY

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃOPRAZO: 15 (QUINZE) DIAS A Doutora **Fabiana Christina Ferrari**, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias,** que não tendo sido possível **NOTIFICAR** pessoalmente o acusado **CELSO JOSE STAVNY, ,** portador(a) do RG 82017038 SSP/PR, filho(a) de PAULINA DA SILVA STAVNY *(Nome Mãe)* e EDUARDO STAVNY *(Nome Pai)*, nascido(a) em 15/11/1981, natural de SAO JOAO DO TRIUNFO/PR , vem pelo presente NOTIFICAR a(s) parte(s) acima qualificada(s) do teor da decisão prolatada nos autos **0012591-89.2023.8.16.0026**, que **concedeu** as seguintes **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: a) Proibição ao agressor de se aproximar à distância inferior a 200 metros da ofendida e da filha do casal (art. 22, III, "a", da Lei "Maria da Penha"); b) Proibição de contato com a ofendida e da filha do casal por qualquer meio de comunicação - inclusive por meio telefônico e internet (art. 22, III, "b", da Lei "Maria da Penha"); c) Proibição do agressor de se aproximar da residência e do local de trabalho da vítima. d) Submissão da vítima e do suposto agressor ao programa de conscientização sobre violência contra a mulher no âmbito da família junto ao IPTA, nesta Comarca.** sob pena de decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento. Ainda, vem pelo presente **CITAR O SUPOSTO AGRESSOR PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, APRESENTAR CONTESTAR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO, por meio de defensor. Caso não tenha condições financeiras de constituir advogado, deverá informar ao Oficial de Justiça que solicita a nomeação de defensor por este Juízo.** Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Processo:	0005233-73.2023.8.16.0026
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração:	13/02/2020
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• JORGE LUIS QUEIROZ DOS SANTOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - LEI 11.343/2006PRAZO: 15 (QUINZE) DIASO Doutor **Fabiana Christina Ferrari**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (QUINZE) dias,** que não tendo sido possível **NOTIFICAR** pessoalmente o(s) réu(s)
JORGE LUIS QUEIROZ DOS SANTOS (RG: 13071619 SSP/PR e CPF/CNPJ: 073.524.699-82) Nome do Pai: JOSE WILSON DOS SANTOS, Nome da Mãe: JAQUELINE DE MELLO QUEIROZ, vem pelo presente **NOTIFICÁ-LO(S)** de todo o teor da denúncia oferecida nos autos de Ação Penal n. **0005233-73.2023.8.16.0026,** sendo tipificado no

- ART 33: Tráfico de drogas, ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa

da Lei de Drogas - 11.343/2006, para que ofereça defesa prévia por escrito e por intermédio de advogado, **no prazo de 10 (dez) dias. CIENTIFICÁ-LO(S)** que o decurso do prazo ensejará nomeação de defensor para oferecê-la (art. 55, §3º). O acusado poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse a sua defesa, juntar

documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Caso o acusado não tenha condições para constituir advogado deverá comparecer nesta Secretaria da Vara Criminal e requerer que lhe seja nomeado defensor dativo. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campo Largo, 11 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado DigitalmenteAssinatura autorizada - Portaria 21/2022

Processo: 0003491-13.2023.8.16.0026
Classe Processual: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto Principal: Estupro de vulnerável
Data da Infração: 07/04/2023
Noticiante(s):
- ELOAH DE SOUZA JACOBOSKI representado(a) por Alexandro David Jacoboski
- ESTER GABRIELA DE SOUZA JACOBOSKI representado(a) por Alexandro David Jacoboski

Noticiado(s):
- VALTER PONFRECKI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃOPRAZO: 15 (QUINZE) DIAS A Doutora **Fabiana Christina Ferrari**, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias,** que não tendo sido possível **NOTIFICAR** pessoalmente o acusado **VALTER PONFRECKI, ,** portador(a) do RG 47271517 SSP/PR, filho(a) de MARIA DA LUZ PONFRECKI *(Nome Mãe)* e ANGELIN PONFRECKI *(Nome Pai)*, nascido(a) em 09/02/1966, natural de CURITIBA , e as **NOTICIANTES: E. D. S. J. representada por Alexandro David Jacoboski e E. G. D. S. J. representada por Alexandro David Jacoboski**, vem pelo presente NOTIFICAR a(s) parte(s) acima qualificada(s) do teor da decisão prolatada nos autos **0003491-13.2023.8.16.0026**, que **concedeu** as seguintes **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** Proibição ao agressor de se aproximar à distância inferior a 300 metros das menores E.G.S.J. e E.S.J., bem como de manter qualquer contato, pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação com elas, sob pena de decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento. Ainda, vem pelo presente **CITAR O SUPOSTO AGRESSOR PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, APRESENTAR CONTESTAR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO, por meio de defensor. Caso não tenha condições financeiras de constituir advogado, deverá informar ao Oficial de Justiça que solicita a nomeação de defensor por este Juízo.** Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campo Largo, 11 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado DigitalmenteAssinatura autorizada - Portaria 21/2022

Processo: 0012344-11.2023.8.16.0026
Classe Processual: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto Principal: Simples
Data da Infração: 26/11/2023
Noticiante(s):
- Geni Terezinha Gomes

Noticiado(s):
- JOSE ODAIR BRUNO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃOPRAZO: 15 (QUINZE) DIAS A Doutora **Fabiana Christina Ferrari**, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias,** que não tendo sido possível **NOTIFICAR** pessoalmente o acusado **JOSE ODAIR BRUNO, ,** portador(a) do RG 146639607 SSP/PR, filho(a) de ANA DAS GRAÇAS BRUNO *(Nome Mãe)* e FRANCISCO BRUNO *(Nome Pai)*, nascido(a) em 28/04/1975, natural de CARRANCAS , vem pelo presente NOTIFICAR a(s) parte(s) acima qualificada(s) do teor da decisão prolatada nos autos **0012344-11.2023.8.16.0026**, que **concedeu** as seguintes **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** a) Proibição ao agressor de se aproximar à distância inferior a 200 metros da ofendida, bem como de manter qualquer contato, por qualquer meio de comunicação com a mesma (art. 22, III, "a", da Lei "Maria da Penha"); b) à proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação - inclusive por meio telefônico e internet (art. 22, III, "b", da Lei "Maria da Penha"). Sob pena de decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento. Ainda, vem pelo presente **CITAR O SUPOSTO AGRESSOR PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, APRESENTAR CONTESTAR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO, por meio de defensor. Caso não tenha condições financeiras de constituir advogado, deverá informar ao Oficial de Justiça que solicita a nomeação de defensor por este Juízo.** Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campo Largo, 11 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado DigitalmenteAssinatura autorizada - Portaria 21/2022

Processo: 0008208-68.2023.8.16.0026
Classe Processual: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração: 14/08/2023
Autor(s):
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Réu(s):
- MÁRCIO JOSÉ PRIMITIVO ALVES DE LIMA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - LEI 11.343/2006PRAZO: 15 (QUINZE) DIASO Doutor **Fabiana Christina Ferrari**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (QUINZE) dias,** que não tendo sido possível **NOTIFICAR** pessoalmente o(s) réu(s)
MÁRCIO JOSÉ PRIMITIVO ALVES DE LIMA (RG: 155476141 SSP/PR e CPF/CNPJ: 138.850.469-38) Nome do Pai: MARCIO ALVES DE LIMA, Nome da Mãe: SILVANA PRIMITIVO, vem pelo presente **NOTIFICÁ-LO(S)** de todo o teor da denúncia oferecida nos autos de Ação Penal n. **0008208-68.2023.8.16.0026,** sendo tipificado no

- ART 33: Tráfico de drogas, ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa
- ART 33: Tráfico de drogas, ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa

da Lei de Drogas - 11.343/2006, para que ofereça defesa prévia por escrito e por intermédio de advogado, **no prazo de 10 (dez) dias.CIENTIFICÁ-LO(S)** que o decurso do prazo ensejará nomeação de defensor para oferecê-la (art. 55, §3º). O acusado poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse a sua defesa, juntar documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Caso o acusado não tenha condições para constituir advogado deverá comparecer nesta Secretaria da Vara Criminal e requerer que lhe seja nomeado defensor dativo. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campo Largo, 11 de abril de 2024.
Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado DigitalmenteAssinatura autorizada - Portaria 21/2022

CAMPO MOURÃO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPO MOURÃO
1ª VARA CÍVEL DE CAMPO MOURÃO - PROJUDI
Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - FÓRUM - Centro - Campo Mourão/PR - CEP: 87.300-020 - Fone: (44) 3525-2117 - Celular: (44) 99959-0757 - E-mail: cm-1vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Kevin Kenta Hirata
PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Cezar Ferrari, da 1ª Vara Cível de Campo Mourão, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL

ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Confissão/Composição de Dívida, sob nº 0005689-58.2022.8.16.0058, em que é(são) autor(es) GHELERE TRANSPORTES LTDA, e réu(s) Kevin Kenta Hirata, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Kevin Kenta Hirata**, portador(a) do RG 136766341 SSP/PR e CPF 012.475.539-90. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Dejair Palma, Escrivão, conferi e digitei.**Campo Mourão, 10 de abril de 2024.**
Cezar Ferrari
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ
Autos nº. 0003359-88.2022.8.16.0058
EDITAL DE CITAÇÃO DE **CLAUDEMIRO PEREIRA DA SILVA ,** COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O Juiz de Direito Cezar Ferrari, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Campo Mourão, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos nº 0003359-88.2022.8.16.0058 de EXECUÇÃO FISCAL, movida por Município de Campo Mourão/PR, em face de CLAUDEMIRO PEREIRA DA SILVA, , que pelo presente, com prazo de 30 (TRINTA) dias, a contar da primeira publicação na imprensa, fica devidamente **CITADO** o executado **CLAUDEMIRO PEREIRA DA SILVA** inscrito no CPF/MF nº **601.216.961-20**, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da presente execução, na pessoa de seu representante legal, bem como para pagarem, **dentro do prazo legal de cinco (05) dias**, a importância de **R$ 1.203,80**, acrescida de juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, custas processuais e honorários advocatícios arbitrados, ou garantirem a execução pêlos seguintes modos: I) Efetuarem depósito em dinheiro, a ordem do Juízo, que assegure a atualização monetária; II) oferecerem fiança bancária; III) Nomearem Bens a Penhora." Tudo de conformidade com o resumo da inicial a seguir: "A exequente é credora da parte executada supra informada, da importância R$ 1.203,80, representada pelas certidões de dívida ativa sob nº. 45422022, 45432022, 45442022, 45452022 e 45462022. 08/04/2022 16:34:03". Tudo de conformidade como r. despacho de evento 87.1 a seguir transcrito: "Autos nº. 0003359-88.2022.8.16.0058 DESPACHO I. Defiro o pedido (seq. 85.1). Proceda-se a citação por edital da parte Executada, conforme permissivo do art. 256, inciso II, do CPC. II. Expeça-se edital de citação com prazo de trinta dias, observando os requisitos talhados no art. 256 do diploma legal supracitado. III. Em prosseguimento, em sendo constatada a revelia do réu citado por edital, desde já nomeio a Dra. KEMBERLY OLIMPIA RODRIGUES DE ANDRADE para atuar como curador especial. Intime-a para dizer se aceita o encargo e apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias. IV. Escoado o prazo supra, em sendo apresentada a defesa intime-se a parte Autora para se manifestar em 15 (quinze) dias. Após, voltem conclusos. Int.-se.. CEZAR FERRARI JUIZ DE DIREITO". **Advertência do artigo 344. Novo do Código de Processo Civil - NCPC:** "Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão, aceitos como verídicos os fatos articulados pelo autor". **Campo Mourão, 11 de abril de 2024.**
(assinado digitalmente)**CEZAR FERRARIJuiz de Direito**
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é **https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/**. Solicita-se a gentileza de que eventual resposta seja enviada por **meio eletrônico** para o endereço informado no cabeçalho deste ofício, ou pelo sistema mensageiro/malote digital caso tenha acesso, com a comprovação do cumprimento da determinação judicial e indicação do número do processo ou número do cumprimento.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS NA RESTITIÇÃO DE OBJETOS APREENDIDOS EM PROCESSOS FINDOS DE COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO.
De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude, Acidente de Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial da Comarca de Campo Mourão/PR, ficam os eventuais terceiros interessados na restituição de eventuais bens apreendidos em processos sentenciados e transitados em julgado há mais de 180 dias e que não mais interessam na instrução processual, INTIMADOS para ingressarem com o competente pedido de restituição, através de advogado e em petição fundamentada, no prazo máximo de 15 dias. CIENTES de que a lista completa de objetos está disponível junto ao Pedido de Providências nº 0003152-21.2024.8.16.0058, bem como afixada em Edital Público na Secretaria da Vara de Família e no átrio do Fórum desta Comarca. Na mais para constar.
Eu (Michael Willian de Oliveira Lima - Chefe de Secretaria) que digitei e subscrevi.
Campo Mourão/PR, 10 de abril de 2.024.
EDSON JACOBUCCI RUEDA JUNIOR
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente

CASCAVEL

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O DOUTOR PHELLIPE MÜLLER, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... F / A / Z / S / A / B / E / R/ a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação de Usucapião Extraordinária, sob o nº 0035609-57.2023.8.16.0021, em que é autora VANIA MARIA DOS SANTOS que, por este edital, procede a CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião proposta sobre o "imóvel objeto da matrícula nº. 11.594 devidamente inscrito no 3º Cartório de Registros de Imóveis de Cascavel/PR: Lote nº 22, quadra nº 20, com área de 480,00 m² do loteamento Parque Residencial Clarito. Com as seguintes confrontações e limites: FRENTE: 12,00 metros, com a rua 8; FUNDOS: 12,00 metros, com o lote 7; LADO DIREITO: 40,00 metros, com os lotes 01 02 03; LADO ESQUERDO: 40,00 metros, com o lote 21", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Amanda Maia Wolff, Técnica Judiciária, conferi e digitei Cascavel, 10 de abril de 2024. Amanda Maia Wolff Técnica Judiciária Por ordem do MM. Juiz

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - 60 DIAS
O Dr. WILLIAM DA COSTA, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel - PR.

F A Z S A B E R que na presente secretaria tramita o Processo-Crime nº 0041423-84.2022.8.16.0021 em que **A JUSTIÇA PÚBLICA** move contra **ALESSANDRA DOS SANTOS**, portador(a) do RG 125147658 SSP/PR e CPF 064.038.299-12, nascido(a) em 09/04/1990, natural de CASCAVEL/PR, filho(a) de Nair Pereira dos Santos e Miguel dos Santos, residente e domiciliado em lugar incerto ou não sabido.
FINALIDADE:INTIMAÇÃO da sentenciada acima mencionada, dos termos da respeitável sentença proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
"ABSOLVER a ré, ALESSANDRA DOS SANTOS, devidamente qualificada acima e na exordial, em relação aos fatos que lhe foram imputados, com fulcro no inciso VII do art. 386 do Código de Processo Penal"
O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Cascavel, 10 de abril de 2024. Eu, Valeriana D' Arcângelo Ruiz Paracchini Mendes, Analista Judiciária , digitei e conferi.
WILLIAM DA COSTAJUIZ DE DIREITO(assinado digitalmente)

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital Geral

EDITAL Nº 10293555 - CAS-CEMSU-S
SEI!TJPR Nº 0092777-25.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10293555
INSCRIÇÃO DE FACILITADORES PARA PARTICIPAÇÃO
NO PROJETO "SEMEANDO PAZ NAS ESCOLAS"
O juiz coordenador da CEMSU - Central de Medidas Socialmente Úteis da Comarca de Cascavel, **DR. FABRÍCIO PRIOTTO MUSSI**, no uso de suas atribuições, resolve:
TORNAR PÚBLICO
O presente edital que estabelece as instruções destinadas à **SELEÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ** para atuarem, em caráter voluntário, no Projeto "Semeando Paz nas Escolas".
1. DO PROJETO
O projeto Semeando Paz nas Escolas, iniciado no ano de 2023, é uma parceria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio da CEMSU - Central de Medidas Socialmente Úteis de Cascavel/PR, com o Núcleo Regional de Educação local (NRE), com vistas a contribuir para a construção da cultura da paz e da não violência nas escolas públicas estaduais da cidade, a partir de técnicas de justiça restaurativa e práticas circulares. O trabalho proposto visa transformar ambientes potencialmente conflitivos em espaços abertos ao respeito e à segurança, contribuindo com a construção de um lugar de maior diálogo, mais pacificador, e onde se estabeleça um sentimento de pertencimento.
Além disso, os círculos congregam pessoas, reforçam vínculos, fortalecem os relacionamentos e ajudam intensamente na paz das escolas, à medida que estabelecem conexão profunda entre os participantes, exploram as diferenças, ao invés de eliminá-las, garantem mais autonomia aos participantes, levam ao empoderamento, geram horizontalidade nas relações, melhoram o senso de pertencimento ao grupo e são uma poderosa ferramenta para o diálogo, pois constituem um espaço de construção coletiva do saber e de análise da realidade social, permitindo a reflexão conjunta e o intercâmbio de experiências entre os participantes, sempre com a garantia de um espaço seguro de fala e de escuta, com verdadeira inclusão.
2. DAS ESCOLAS ATENDIDAS
Iniciado em 2023 com a atuação em 3 (três) escolas estaduais localizadas no município de Cascavel, o projeto atingirá, no ano de 2024, 10 (dez) colégios, quais sejam:
Colégio Estadual Cívico Militar Santos Dumont;
Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira;
Colégio Estadual Humberto Alencar Castelo Branco;
Colégio Estadual Jardim Clarito;
Colégio Estadual Jardim Consolata;
Colégio Estadual Jardim Interlagos;
Colégio Estadual Mário Quintana;
Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone;
Colégio Estadual Professor Victorio Emanuel Abrozino;
Colégio Estadual Wilson Joffre.
Apesar de, no ano precedente, os trabalhos terem sido estendidos a diversas séries, os círculos serão realizados, no ano de 2024, apenas com as turmas de 1º Ano do Ensino Médio, totalizado, considerando as escolas elencadas, 45 turmas, aproximadamente, o que representa um impacto estimado de mais de 1.000 alunos.
3. DA REALIZAÇÃO DOS CÍRCULOS
Cada uma das turmas atendidas será dividida em dois grupos, cada qual devendo contar com a presença de dois facilitadores para a condução dos círculos.
Em cada um dos grupos, serão realizados 3 encontros, conduzidos pela mesma dupla de facilitadores, em data ainda a definir, nos seguintes períodos:
1º Encontro: Entre 03 e 14 de junho de 2024;
2º Encontro: Entre 12 e 23 de agosto de 2024;
3º Encontro: Entre 30 de setembro e 11 de outubro de 2024.
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições estarão abertas no período compreendido entre **16/04/2024 e 10/05/2024**, no seguinte link:
https://forms.gle/neLuiKmiu93v7oaX7
4.2. No momento da inscrição, o facilitador deverá indicar os dias da semana e período de sua disponibilidade, devendo informar a quantidade de círculos nos quais poderá atuar.
4.3. Ao se inscrever, o facilitador fica ciente de que, pelo trabalho a ser realizado no curso do Projeto, não perceberá qualquer remuneração, sendo a sua atuação de caráter voluntário.
5. DOS REQUISITOS PARA ATUAÇÃO COMO FACILITADOR
5.1. Para poder atuar como facilitador dos círculos a serem realizados no Projeto "Semeando Paz nas Escolas", o inscrito deverá possuir certificação como facilitador de Justiça Restaurativa (círculos conflitivos ou não conflitivos) ou estar em estágio supervisionado de referida formação, devendo, em ambos os casos, apresentar documento que comprove a referida condição, quando de sua inscrição.
5.2. Após a seleção, o facilitador deverá comparecer em capacitação específica para atuar no Projeto, a qual será realizada no dia **20.05.2024, com início às 08h00 e término às 12h00**, em local a definir.
5.3. O inscrito será designado para atuar em um ou mais grupos, a depender da disponibilidade indicada no formulário de inscrição, devendo se comprometer a realizar os três círculos de cada grupo, que serão agendados dentro dos períodos indicados no item 3.
6. DA SELEÇÃO
6.1. Os facilitadores serão selecionados em quantidade correspondente à necessidade do Projeto, tendo preferência, no caso de número de inscritos superior à demanda, aqueles que tiverem realizado a inscrição com maior antecedência.
7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital.
Cascavel, 10 de abril de 2024.
FABRICIO PRIOTTO MUSSI
Juiz coordenador da CEMSU - Central de Medidas Socialmente Úteis da Comarca de Cascavel

CATANDUVAS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADRIANO DE JESUS
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Carlos Eduardo de Oliveira Mendes , da Vara Criminal de Catanduvas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0024410-77.2019.8.16.0021, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCIO FERREIRA DE SOUZA, ROBISON FERREIRA NUNES, ADRIANO DE JESUS, e vítima ANDRESSA GIRARDI DE LIMA, EDSON RABEL, Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ADRIANO DE JESUS, portador(a) do RG 10619504 SSP/PR e CPF 073.115.209-32, nascido(a) em 12/08/1990, natural de GUARANIACU/PR, filho(a) de LUCILENE XAVIER DE JESUS e ORESTES DE JESUS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será

efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ROBSON ARAUJO, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Catanduvas, 11 de abril de 2024.
Carlos Eduardo de Oliveira Mendes
Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital Geral - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Salete Boldo do Prado
PRAZO DE 45 dias úteis
O(A) MM. Juiz(íza) de Direito Carlos Eduardo de Oliveira Mendes, da Vara de Família e Sucessões de Catanduvas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Divórcio Litigioso, assunto Dissolução, sob nº 0002806-88.2020.8.16.0065, em que é(são) autor(es) V. P., e réu(s) Salete Boldo do Prado, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovida Salete Boldo do Prado, portador(a) do CPF 001.398.471-38. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o decisão judicial que segue parcialmente transcrita/o: " [...] 2. Expeça-se edital de citação, com prazo de 30 (trinta) dias". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Adriane Strzelecki, Supervisora de Secretaria, conferi e digitei.
(Datado e assinado digitalmente)
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MENDES
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃOOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br / projudi.

CERRO AZUL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CERRO AZUL VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CERRO AZUL - PROJUDI Rua Marechal Floriano Peixoto, 257 - Forum - centro - Cerro Azul, Paraná/PR - CEP: 83.570-000 - Fone: (41) 32108927 - E-mail: alad@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO de DANIELA DAIANE MACHADO - PRAZO 30 DIAS Processo: 0001452-17.2023.8.16.0067 Classe Processual: Guarda de Infância e Juventude Assunto Principal: Perda ou Modificação de Guarda Valor da Causa: R$1.320,00 Polo Ativo(s): Polo Passivo(s): G M e V C S M DANIELA DAIANE MACHADO O Doutor Frederico Alencar Monteiro Borges, MM. Juiz de Direito de Cerro Azul, Paraná, na forma da Lei etc FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por meio deste, CITA a parte requerida, DANIELA DAIANE MACHADO, atualmente com endereço ignorado, para, querendo, apresentar contestação por escrito e através de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo do presente edital, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado, no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, que alega, em síntese, que são avós maternos da menor E V M, de modo que há acordo de guarda compartilhada da neta juntamente com a genitora, ora ré, formulado nos autos de Ação de Guarda 0000422-44.2023.8.16.0067, que tramitou nesta Vara de Família e Sucessões. Sustentam que concordaram com a guarda compartilhada devido a ré afirmar que mudaria seu comportamento, se comprometendo a não mais ingerir bebida alcoólica e fazer uso de drogas. Discorrem que a genitora não promoveu nenhuma mudança comportamental, retornando ao uso de drogas e bebida alcoólica. Sustentam que a genitora não demonstra preocupação com a filha, sequer promovendo a vacinação da infante. Discorrem que já exercem a guarda de J K C (DN 03/02 /2011) e P H M C (DN 16/12/2014), irmãos da infante e filhos da ré. Pretendem a modificação da guarda, a fim de exercerem a guarda provisória unilateral da neta. Ao final, pleiteiam a concessão da guarda unilateral definitiva da infante. Juntaram documentos e mídias. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e Passado nesta comarca de Cerro Azul, Paraná, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro. Por determinação do MM. Dr. Juiz de Direito, Portaria 3/90, assino o presente. Cerro Azul, Paraná, 11 de abril de 2024. assinado digitalmente Alcides Antonio Adamante Analista Judiciário

CHOPINZINHO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CHOPINZINHO
VARA CÍVEL DE CHOPINZINHO - PROJUDI
Rua Antonio Vicente Duarte, 4000 - Centro - Chopinzinho/PR - CEP: 85.560-000 - Fone: (46) 3242-1497 - E-mail: nels@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteis A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial desta Comarca de Chopinzinho, **DRA. VIVIAN HEY WESCHER;**

PROCESSO: Curatela sob nº 0002908-96.2023.8.16.0068REQUERENTE: ESLI PIASSA DA SILVAREQUERIDO: ELIZANDRA DA SILVADATA DA SENTENÇA: 22/02/2024DATA DE TRANSITO EM JULGADO: 25/03/2024 Limites da Curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais.CURADORA NOMEADA: ESLI PIASSA DA SILVAO presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Neusa Salvador de Lima, Ecsrivã, conferi e digitei.**Chopinzinho, 03 de abril de 2024.**

Neusa Salvador de Lima Escrivã

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CIANORTE

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
1ª VARA CÍVEL DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Fórum TJPR - Zona 01 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0513 - Celular: (44) 3619-0513 - E-mail: primeiravaracivelcianorte@hotmail.com EDITAL DE **CITAÇÃO** DO EXECUTADO: **MARCOS MARTINS BAJO - ODONTOLOGIA (CPF/CNPJ: 30.201.460/0001-49)**(prazo de 30 dias)

O Excelentíssimo Senhor Doutor **MATHEUS PEREIRA FRANCO -** MM. Juiz de Direito substituto da Primeira Vara Cível da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná. **Faz saber** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado a Travessa Itororó, 300, nesta Comarca, uma ação de **EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL** sob nº 0004425-36.2023.8.16.0069, em que é Exequente: BANCO BRADESCO S/A, e Executado: MARCOS MARTINS BAJO - ODONTOLOGIA, com valor da causa R$ 57.909,16.

Edital de citação da executada, que se encontra em local incerto e não sabido, ficando pelo presente Edital devidamente **CITADO** dos termos da presente ação, para que

no prazo de três (**03**) dias efetuar o pagamento integral da dívida, compreendendo-se o crédito exequendo devidamente atualizado e acrescido de juros (se for ocaso e conforme acordado no negócio envolvendo as partes) e as despesas processuais inerentes à ação executiva (custas e honorários fixados). No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzidos pela metade (827, par 1º). Fixo honorários em 10% sobre o valor exigido na execução, o que independe de pedido expresso. Registre-se ainda que a fixação de honorários é provisória, já que o valor poderá ser elevado a até 20%(vinte por cento), se rejeitados embargos à execução ou, não sendo opostos, a depender do trabalho realizado para satisfação, e ao final. Consigne-se ainda que a parte executada poderá também embargar a execução, independentemente de penhora (art.914), no prazo de **15** (quinze) dias (art.915), contando-se o prazo individualmente mesmo se mais de um executado, a menos que cônjuges ou companheiros, quando flui da última citação, sem que se aplique em qualquer caso a dobra do litisconsórcio. Consigne-se também que a parte executada poderá requerer o parcelamento da dívida, na forma do artigo 916, CPC, conquanto reconheça o crédito e comprove o depósito de trinta por cento do valor da execução, acrescidos de custas e de honorários de advogado, no prazo de 15 dias da citação. Assim feito, permitir-se-á o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês, devendo as vincendas serem depositadas, independentemente de qualquer ato, nos mesmos dias dos meses seguintes ao do primeiro depósito.
Advertência: será nomeado curador especial caso não haja manifestação.
O presente edital será publicado na forma da lei. **DADA E PASSADO** nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 08 de abril de 2024 às 16:30:49 . Eu, Bel. Virgilino Ferreira Varella, Serventuário, que digitei e subscrevi.
MATHEUS PEREIRA FRANCO

Juiz de Direito Substituto

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
1ª VARA CÍVEL DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Fórum TJPR - Zona 01 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0513 - Celular: (44) 3619-0513 - E-mail: primeiravaracivelcianorte@hotmail.com EDITAL DE LEILÃO
PRAZO DE 30 dias úteis
EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO (WWW.KRONBERGLEILOES.COM.BR)
O(A) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito da(o) 1ª Vara Cível de Cianorte/PR, Matheus Pereira Franco, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em LEILÃO PÚBLICO, os bens/lotes adiante discriminados. LOCAL: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site www.kronbergleiloes.com.br. DATA E HORA: 1º Leilão: 07/06/2024, 2º Leilão: 14/06/2024, ambos às ambos às 09:00hs (horário de Brasília). VENDA DIRETA: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de 5.00%. LANCE INICIAL: No primeiro leilão, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. No segundo leilão, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a 75.00% do valor da avaliação (art. 891, §único do CPC). LANCE CONSIDERADO VENCEDOR: Será considerado vencedor o lance em Maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante (à vista ou parcelado). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. a) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (art. 903, §1º, III do CPC), sendo o lote novamente levado à leilão (do qual o arrematante ficará impedido de participar), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25%do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. b) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: a) 30 parcelas na arrematação de bens imóveis. b) 12 (doze) parcelas na arrematação de bens móveis, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta)dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente (pro-rata die), pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas (considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida), podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante (podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado), incidindo, sobre o valor devido (soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas), multa de 10% (dez por cento),sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s), ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado (taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros). Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel (quando previsto neste edital), poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem. ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. PROPOSTAS: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (no site www.kronbergleiloes.com.br), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (e cônjuge, se houver); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5.00%, caso a mesma seja homologada. O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões. As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5.00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no Maior lance (e nas mesmas condições de pagamento) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (quando não comparecerem interessados na arrematação do bem), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5.00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (independente de exibir ou não o preço). Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5.00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três)dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os

interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (se houver). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (no todo ou em parte), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu
crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. TRANSMISSÃO ON LINE: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela internet, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro. Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. CONDIÇÕES GERAIS: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (art. 893 do CPC). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo ad corpus,não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (inclusive de funcionamento). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. INFORMAÇÕES: Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio. PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL: O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem: Mayke Willian de Castro, Espólio de Francisco Aparecido de Moura Representado(a) por Shirley Bonhoti de Moura, Francieli Bonhoti de Moura e Aline Bonhoti de Moura, Aline Bonhoti de Moura, Francieli Bonhoti de Moura, Shirley Bonhoti de Moura, Luiz Humberto Luquetti Dias. Cumprimento de Sentença Processo nº: 0012234-19.2019.8.16.0069. Requerente(s): Mayke Willian de Castro. Requerido(s): Espólio de Francisco Aparecido de Moura Representado(a) por Shirley Bonhoti de Moura, Francieli Bonhoti de Moura e Aline Bonhoti de Moura. Descrição: Data n° 07-R, subdivisão da data n ° 07, da Quadra n° 02, situada no loteamento Residencial Atlântico I, no perímetro urbano da Cidade e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com a área de 200,34 metros quadrados. Divide-se: Confronta-se à frente para a Rua Pontal do Sul no rumo SE 00°32'05" NW medindo 8,20 metros; lateral direita confrontando com o lote n° 01 do Residencial Atlântico II no rumo NW 87°28'00" SE, medindo 26,81 metros; fundos confrontando com parte do lote n° 08 no rumo NW 00°32'05'' SE, medindo 6,765 metros; e finalmente com a lateral esquerda confrontando com o lote n° 07-A no rumo SE 89°27'55" NW medindo 26,775 metros. Terreno em declive para os fundos da casa, foi efetuado aterro para elevar a casa ao plano da rua. Benfeitoria: construção residencial em alvenaria com a área construída de 99,98m². Localização: Rua Pontal do Sul, n° 74, Residencial Atlântico I - Cianorte/PR. Cadastro: 55001800. Demais características constantes na matrícula n° 27.214 do 01° Ofício de Registro de Imóveis de Cianorte. Penhora/Arresto nº: 000328-71.2015.8.16.0069 da 1ª Vara Cível de Cianorte/PR. Valor da dívida: R$ 25.763,20 em 26 de Maio de 2023. Valor de Avaliação: R$ 310.000,00 em 17 de Novembro de 2023. Valor do bem em 1º Leilão: R$ 310.000,00 Valor do bem em 2º Leilão: R$ 232.500,00.

Cianorte, 08 de abril de 2024.

Matheus Pereira Franco

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projud**

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
2ª VARA CÍVEL DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Zona 1 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: 44-36190518 - E-mail: cia-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo:	0002282-74.2023.8.16.0069
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$1.212,00
Requerente(s):	• MINISTERIO PUBLICO DA COMARCA DE CIANORTE-PR (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)

Requerido(s):
- Edson dos Santos Pires (CPF/CNPJ: 080.352.789-67)

Terceiro(s):
- EDICÉLIA CRISTIANE DOS SANTOS PIRES (CPF/CNPJ: 086.002.899-20)
- ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS PIRES (RG: 124158508 SSP/PR e CPF/CNPJ: 088.880.349-43)

No processo em epígrafe foi decretada a remoção do réu Edson dos Santos Pires da condição de curador da interditada ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS PIRES, em **16/02/2024** (data da sentença), em razão de estar abusando do seu direito em relação ao encargo recebito, sendo nomeada como **curadora definitiva a TERCEIRA EDICÉLIA CRISTIANE DOS SANTOS PIRES** acima descrita, com poderes para os atos da vida civil e por tempo indeterminado, não podendo, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial.
Assim, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, na forma da lei, e publicado por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias, no Diário da Justiça do Estado, gratuitamente, uma vez que a autora goza dos benefícios da justiça gratuita.
DADO E PASSADO. Cianorte, 27 de março de 2024.
Cianorte, 27 de março de 2024.
Fernando Bueno da Graça
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
2ª VARA CÍVEL DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Zona 1 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: 44-36190518 - E-mail: cia-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo:	0009269-97.2021.8.16.0069
Classe Processual:	Procedimento Comum Cível
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$1.000,00
Autor(s):	• ALFREDO VIDAL (RG: 83093528 SSP/PR e CPF/CNPJ: 840.790.709-00)
Réu(s):	• ANGELICA VIEIRA VIDAL (RG: 106210330 SSP/PR e CPF/CNPJ: 074.647.759-70)

No processo em epígrafe foi decretada a interdição da **REQUERIDO ANGELICA VIEIRA VIDAL**, em **22/02/2024 (data da sentença)**, em razão de **anomalia psíquica**, sendo nomeado como curador definitivo o REQUERENTE ALFREDO VIDAL acima descrito(a), com poderes para os atos da vida civil e por tempo indeterminado, devendo administrar os bens da curatelada (arts. 1741 e 1774, do CC), caso existentes, sob a ressalva de que a venda de bens deve ser precedida de autorização judicial (art. 1.748, do CC).
Assim, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, na forma da lei, e publicado por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias, no Diário da Justiça do Estado, gratuitamente, uma vez que a autora goza dos benefícios da justiça gratuita.
DADO E PASSADO. Cianorte, 27 de março de 2024.
Cianorte, 27 de março de 2024.
Matheus Pereira Franco
Juiz de Direito Substituto

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): LIPI CRISTO**
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0009817-35.2015.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LIPI CRISTO, e vítima O Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **LIPI CRISTO, portador(a) do RG 142580756 SSP/PR e CPF 054.563.329-06, nascido(a) em 01/11/1984, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de TANIA CRISTO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 8 meses e 4 dias, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia, para o fim de CONDENAR o réu LIPI CRISTO como incurso nas sanções do artigo 306, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro. Em obediência ao princípio constitucional da individualização da pena, esculpido no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, e considerando as disposições do artigo 59 e seguintes do Código Penal, especialmente o artigo 68 deste diploma de leis, que elegeram o sistema trifásico para a quantificação das sanções aplicáveis, passo à fixação da pena, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Matheus Gabriel Rodrigues, Estagiário, digitei, eu, Rosiney Pinheiro dos Santos, Analista judiciária, conferi.**Cianorte, 10 de abril de 2024.**
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista judiciária

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): ALESSANDRO MAIONE ANTUNES
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Dano, sob nº 0002082-67.2023.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALESSANDRO MAIONE ANTUNES, e vítima HERCIO CORREIA DE OLIVEIRA, JACQUELINE DE FATIMA UNGARO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **ALESSANDRO MAIONE ANTUNES, portador(a) do RG 158890275 SSP/PR e CPF 166.257.618-85, nascido(a) em 31/07/1975, natural de SAO PAULO, filho(a) de OLINDA MAIONE ANTUNES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 215-A - IMPORTUNAÇÃO SEXUAL, Reclusão: 1 ano e 6 meses , sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: PROCEDENTE a denúncia, para o fim de CONDENAR o réu ALESSANDRO MAIONE ANTUNES, como incurso nas sanções do artigo 215-A, do Código Penal. , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Matheus Gabriel Rodrigues, Estagiário, digitei, eu, Rosiney Pinheiro dos Santos, Analista judiciária, conferi.**Cianorte, 10 de abril de 2024.**
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista judiciária

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
O(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0002459-04.2024.8.16.0069, em que é(são) autor(es) G. DA S., réu(s) ANDRE ORMELEZI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s)** , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " afastamento do lar, facultando-o somente a retirada de seus bens de uso pessoal, no momento do cumprimento do mandado ou posteriormente, estando autorizada, desde já, a requisição de auxílio à força pública, caso necessário; proibição de manter contato de qualquer natureza com a vítima, seus familiares e testemunhas, bem como de se aproximar dos mesmos, mantendo-se a uma distância mínima de duzentos (300) metros; proibição de o noticiado frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, como a residência dela (art. 22, II e III, "a", "b" e "c"), .pelo prazo de 06 (seis) meses; Em complemento, DETERMINO a frequência obrigatória do requerido ao Grupo de Apoio aos Agressores - Projeto Maria da Penha - nas reuniões que se realizarão nas datas de 09/04/2024, 16/04/2024, 23/04/2024 e 30/04/2024, das 17h30min às 18h30min no Tribunal do Júri desta Comarca; e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Mariana Adeline Bazotte de Mello, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Cianorte, 11 de abril de 2024.**
ROSINEY PINHEIRO DOS SANTOS

Analista Judiciária
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): EDICLÉIA PACHECO RODRIGUES
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0004678-68.2016.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) AGNALDO DOS SANTOS, e vítima EDICLÉIA PACHECO RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **EDICLÉIA PACHECO RODRIGUES, portador(a) do RG 79758680 SSP/PR e CPF 033.563.829-50, nascido(a) em 15/09/1981, natural de CURITIBA, filho(a) de MARIA DA GLÓRIA RODRIGUES e JOSÉ PACHECO RODRIGUES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a) o réu** AGNALDO DOS SANTOS nas sanções do do artigo 147, caput, do Código Penal, com aplicação da Lei nº 11.340/06, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença:Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia, para o fim de CONDENAR o réu AGNALDO DOS SANTOS como incurso nas sanções do artigo 147, caput, do Código Penal, com aplicação da Lei nº 11.340/06. Em obediência ao artigo 59 e seguintes do Código Penal, especialmente o artigo 68 deste diploma de leis, que elegeram o sistema trifásico para a quantificação das sanções aplicáveis aos condenados, passo à fixação da pena, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Matheus Gabriel Rodrigues, Estagiário, digitei, eu, Rosiney Pinheiro dos Santos, Analista judiciária, conferi.**Cianorte, 10 de abril de 2024.**
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista judiciária

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Citação

Edital de Citação de **PEDRO RODRIGUES**
PRAZO: 30 DIAS
A Dra. SIMONE TRENTO, MM. Juíza de Direito da Vara de Família do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná
AUTOS: 0002963-07.2022.8.16.0028
REQUERENTE (S): J.S.R
REQUERIDO (S): PEDRO RODRIGUES
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o requerido adiante qualificado, estar em lugar incerto, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o por meio deste.
QUALIFICAÇÃO:PEDRO RODRIGUES, brasileiro, portadora do CPF nº 024.339.429-26 e RG 140679828 SSP/PR, residente e domiciliado em local incerto e não sabido.
OBJETO: CITAção por edital do conteúdo da petição inicial, para querendo contestar, **em 15 (quinze) dias** (artigo 335 do Código de Processo Civil) por intermédio de advogado, sendo que a não apresentação de resposta importará em revelia e presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do referido Código).
EDITAL de CITAÇÃO DE PEDRO RODRIGUES. A Exma. Sra. Dra. SIMONE TRENTO, MM(A). Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões de Colombo/PR, na forma da lei. FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente de PEDRO RODRIGUES, que por este Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os Autos n.º 0002963-07.2022.8.16.0028 de AÇÃO DE DIVÓRCIO, em que é Requerente J.S.R e Requerido PEDRO RODRIGUES sendo o presente objeto de citação das partes, para que contestem a presente ação em 15 (quinze) dias úteis, nos termos da petição inicial, ficando advertido de que a falta de contestação implicará presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 319). E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados no diário oficial, para citação de PEDRO RODRIGUES). Termos em que pede e espera deferimento. Viviane Vaz Vieira Kanayama OAB 57599N-PR. Dado e passado nesta cidade e do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. Eu _____, Wanessa Mara Abram Souza, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevo.
SIMONE TRENTO - JUÍZA DE DIREITO

Edital de Citação de **MARCIANE DE BARROS GOES**
PRAZO: 30 DIAS
A Dra. SIMONE TRENTO, MM. Juíza de Direito da Vara de Família do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná,
AUTOS: 0008495-64.2019.8.16.0028
REQUERENTE (S): H.N.D S.
REQUERIDO (S): MARCIANE DE BARROS GOES
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o requerido adiante qualificado, estar em lugar incerto, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o por meio deste.
QUALIFICAÇÃO:MARCIANE DE BARROS GOES, brasileira, portadora do CPF 049.775.159-35 e RG 92753042 SSP/PR, residente e domiciliado em local incerto e não sabido.
OBJETO: CITAção por edital do conteúdo da petição inicial, para querendo contestar, **em 15 (quinze) dias** (artigo 335 do Código de Processo Civil) por intermédio de advogado, sendo que a não apresentação de resposta importará em revelia e presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do referido Código).
EDITAL de CITAÇÃO DE MARCIANE DE BARROS GOES. A Exma. Sra. Dra. SIMONE TRENTO, MM(A). Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões de Colombo/PR, na forma da lei. FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente de MARCIANE DE BARROS GOES , que por este Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os Autos n.º0008495-64.2019.8.16.0028 de AÇÃO DE Procedimento Comum Cível Guarda - Lei 6858/80, em que é Requerente H.N.D. S. sendo o presente objeto de citação das partes, para que contestem a presente ação em 15 (quinze) dias úteis, nos termos da petição inicial, ficando advertido de que a falta de contestação implicará presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 319). E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados no diário oficial, para citação de MARCIANE DE BARROS GOES). Termos em que pede e espera deferimento. Idilmara Patrícia Valter Chigueira OAB 56041N-PR. Dado e passado nesta cidade e do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. Eu _____, Wanessa Mara Abram Souza, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevo.
SIMONE TRENTO - JUÍZA DE DIREITO

Edital de Citação de **Eros Gonçalves de Oliveira**
PRAZO: 30 dias
A Dra. SIMONE TRENTO, MM. Juíza de Direito da Vara de Família do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná,
AUTOS: 0007775-92.2022.8.16.0028
REQUERENTE (S): N.G.D.J.O
REQUERIDO (S): Eros Gonçalves de Oliveira
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o requerido adiante qualificado, estar em lugar incerto, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o por meio deste.
QUALIFICAÇÃO:Eros Gonçalves de Oliveira, brasileiro, portador do CPF 155.660.298-76RG 154635300 SSP/PR, residente e domiciliado em local incerto e não sabido.
OBJETO: CITAção por edital do conteúdo da petição inicial, para querendo contestar, **em 15 (quinze) dias** (artigo 335 do Código de Processo Civil) por intermédio de advogado, sendo que a não apresentação de resposta importará em revelia e presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do referido Código).
EDITAL de CITAÇÃO DE Eros Gonçalves de Oliveira A Exma. Sra. Dra. SIMONE TRENTO, MM(A). Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões de Colombo/PR, na forma da lei. FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente de Eros Gonçalves de Oliveira, que por este Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os Autos n.º 0007775-92.2022.8.16.0028 de AÇÃO DE Procedimento Comum Cível E Dissolução - Lei 6858/80, em que é Requerente N.G.D.J.O sendo o presente objeto de citação das partes, para que contestem a presente ação em 15 (quinze) dias úteis, nos termos da petição inicial, ficando advertido de que a falta de contestação implicará presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 319). E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados no diário oficial, para citação de Eros Gonçalves de Oliveira Termos em que pede e espera deferimento. ALEX MECABÔ OAB 83283N-PR . Dado e passado nesta cidade e do Foro Regional

de Colombo, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. Eu _____, Wanessa Mara Abram Souza, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevo.
SIMONE TRENTO - JUÍZA DE DIREITO

Edital de Citação de **LUIS ANTONIO RAMOS**
PRAZO: 30 DIAS
A Dra. SIMONE TRENTO, MM. Juíza de Direito da Vara de Família do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná,
AUTOS: 0001124-78.2021.8.16.0028
REQUERENTE (S): D.L.V.R representado por R.D.S. V. R. e R.D.S. V. R.
REQUERIDO (S): LUIS ANTONIO RAMOS
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o requerido adiante qualificado, estar em lugar incerto, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o por meio deste.
QUALIFICAÇÃO:LUIS ANTONIO RAMOS), brasileiro, portador do CPF 011.688.079-13 e RG 7588105 SSP/PR, residente e domiciliado em local incerto e não sabido.
OBJETO: CITAção por edital do conteúdo da petição inicial, para querendo contestar, **em 15 (quinze) dias** (artigo 335 do Código de Processo Civil) por intermédio de advogado, sendo que a não apresentação de resposta importará em revelia e presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do referido Código).
EDITAL de CITAÇÃO DE LUIS ANTONIO RAMOS A Exma. Sra. Dra. SIMONE TRENTO, MM(A). Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões de Colombo/PR, na forma da lei. FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente de LUIS ANTONIO RAMOS, que por este Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os Autos n.º 0001124-78.2021.8.16.0028 de AÇÃO DE Divórcio Litigioso e Perda ou Modificação de Guarda - Lei 6858/80, em que é Requerente D.L.V.R representado por R.D.S. V. R. e R.D.S. V. R., para que contestem a presente ação em 15 (quinze) dias úteis, nos termos da petição inicial, ficando advertido de que a falta de contestação implicará presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 319). E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados no diário oficial, para citação de LUIS ANTONIO RAMOS. Termos em que pede e espera deferimento. REINALDO DONIZETI BROSIN JUNIOR OAB 100489N-PR. Dado e passado nesta cidade e do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. Eu _____, Wanessa Mara Abram Souza, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevo.
SIMONE TRENTO - JUÍZA DE DIREITO

COLORADO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44)3321-2007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com Autos nº. 0003759-26.2023.8.16.0072 Processo: 0003759-26.2023.8.16.0072 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Nomeação Valor da Causa: R$10.000,00 Requerente(s): SIDINÉIA GAVA (RG: 41713356 SSP/PR e CPF/CNPJ: 517.820.149-34) Rua Paranapanema, quadra 6 lote 39 - SANTO INÁCIO/PR - CEP: 86.650-000 - E-mail: clarissegava2@gmail.com - Telefone(s): (44) 99887-6152 Requerido(s): CLARISSE CEOLIN GAVA (RG: 19655474 SSP/PR e CPF/CNPJ: 015.168.229- 19) Rua Paranapanema, quadra 6 lote 39 - SANTO INÁCIO/PR - CEP: 86.650-000 - E-mail: clarissegava2@gmail.com - Telefone(s): (44) 99887-6152 EDITAL DE INTIMAÇÃO Justiça Gratuita O(A) DOUTOR(A) GUSTAVO ADOLPHO PERIOTO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DESTA CIDADE E COMARCA DE COLORADO, ESTADO DO PARANA, NA FORMA DA LEI, ETC. F A Z S A B E R-a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, F A Z S A B E R, a quem interessar possa e o conhecimento deste venha a pertencer, cuja publicação será gratuita em razão de tratar-se de beneficiária da Assistência Judiciária e publicada por 3(três) vezes com intervalo de 10 (dez) dias, que nos autos acima identificados, foi decretada a INTERDIÇÃO de CLARISSE CEOLIN GAVA, inscrita no CPF 015.168.229-19, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil na forma do art.4º, inciso II do Código Civil c/c art.85 da Lei 13.146/15, nomeandolhe Curador(a) o(a) sr(a) SIDINEIA GAVA inscrito no CPF 517.820.149-34, para que possa representalo (a) em atos da vida civil. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir os Editais na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Colorado, Estado do Paraná, 09/04/2024. Eu, Júlio César de Jesus Nardoci, escrevente juramentado, digitei o presente GUSTAVO ADOLPHO PERIOTO Juiz de Direito

---

CORONEL VIVIDA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

EDITAL 25/2024
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): VERÔNICA PATRÍCIA CHETIMA DE CAMARGO
PRAZO DE 20 dias úteis
A Juíza de Direito Lorany Serafim Morelato, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Cível - Coronel Vivida, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente, assunto Guarda, sob nº 0001627-52.2021.8.16.0076, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VERÔNICA PATRÍCIA CHETIMA DE CAMARGO, BRUNO RODRIGUES DOS SANTOS, e vítima B. A. C. S & F. G. C. S.e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido** VERÔNICA PATRÍCIA CHETIMA DE CAMARGO, portador(a) do RG 145148081 SSP/PR e CPF 121.601.829-40, nascido(a) em 05/09/2001, natural de CORONEL VIVIDA, filho(a) de CLAUDETE CHETIMA e FRANCISCO BUENO DE CAMARGO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que neste autos foi proferida **SENTENÇA**, assim como de que possui o prazo de 10 (dez) dias úteis para recorrer, em conformidade com o art. 198, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo prazo iniciará após o término do prazo do edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Leandro Santana da Cruz, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Coronel Vivida, 10 de abril de 2024.
Lorany Serafim Morelato
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

DOIS VIZINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

O(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara Criminal de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Maus Tratos, sob nº 0004236-62.2022.8.16.0079, em que é(são) autor(es) Ministério Público do Estado do Parana - 1ª Promotoria de Dois Vizinhos, réu(s) Orides Ramos, e vítima R. R., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima R. R., nascido(a) em 19/12/2013, filho(a) de MARIZANGELA APARECIDA VEIGA e ORIDES RAMOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, oferecida em 08 de agosto de 2023 e recebida em 04 de fevereiro de 2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Em data exata não esclarecida nos autos mas aproximadamente no mês de agosto de 2022, na Rua Capanema, 424, no Município e Comarca de Dois Vizinhos, o denunciado ORIDES RAMOS, dolosamente, com consciência e vontade, prevalecendo-se das relações domésticas e familiares, expôs a perigo a vida e saúde de pessoa sob sua autoridade e guarda, qual seja, seu filho R. R., com oito anos de idade à época dos fatos, para fim de educação, abusando de meios de

correção e disciplina, vez que agrediu fisicamente a vítima com 'varadas' na perna, em razão deste não querer comer salada." e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara Criminal de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Vias de fato, sob nº 0004089-36.2022.8.16.0079, em que é(são) autor(es) Ministério Público do Estado do Paraná - 2º Promotoria de Dois Vizinhos, réu(s) LUIZ FERNANDO ALVES DE PAULA CARDOSO, e vítima JAQUELINE DE ANTUNES GONÇALVES DE AZEVEDO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LUIZ FERNANDO ALVES DE PAULA CARDOSO, portador(a) do RG 132009589 SSP/PR e CPF 121.473.839-70, nascido(a) em 23/04/1999, natural de DOIS VIZINHOS/PR, filho(a) de ROSMARI ALVES DE PAULA e LAUDIR CARDOSO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para que em 02 (dois) dias, ofereça contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto em face da decisão de rejeição da denúncia (art. 588, do CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

FAXINAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): GABRIEL FANTINATI ALMEIDA
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Gresieli Taise Ficanha, da Vara Criminal de Faxinal, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000629-64.2024.8.16.0081, em que é(são) autor(es) I. DE F. R., réu(s) GABRIEL FANTINATI ALMEIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido GABRIEL FANTINATI ALMEIDA, portador(a) do RG 139119959 SSP/PR e CPF 139.269.759-03, nascido(a) em 12/02/2002, natural de PINHAIS/PR, filho(a) de ELIZANGELA RENATA FANTINATI e SEVALNIR DE LIMA ALMEIDA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " **I)** proibição do agressor de se aproximar da ofendida ou de seus familiares a menos de 200 (duzentos) metros (art. 22, inciso III, alínea "a", da Lei 11.340 /2006); **II)** proibição do agressor de manter contato com a ofendida e seus familiares por qualquer meio de comunicação (art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei 11.340/2006). **III)**comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, conforme agendamentos do grupo reflexivo (art. 22, VI da Lei 11.340/06); **IV)**acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio (art. 22, VII da Lei 11.340 /06). *** Para agendamento do atendimento, deve o noticiado entrar em contato, no prazo de 24h, pelo número (43) 99642- 3074 (whatsapp) para agendar o atendimento em Grupo Reflexivo". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Jaqueline de Almeida Correa, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA CÍVEL DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara Cível de Fazenda Rio Grande, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº **0001840-07.2023.8.16.0038**, em que é(são) requerente **ana regina de moraes de oliveira** e requerido **SANDRO LUIZ DE OLIVEIRA,** e que por este **COMUNICA** que foi **decretada a interdição de SANDRO LUIZ DE OLIVEIRA,** por sentença transitada em julgado no dia 20/03/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, em razão de doença grave, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ana regina de moraes de oliveira (CPF/CNPJ: 030.079.549-16) residente no(a) Rua João-de-barro, 218 casa 01 - Gralha Azul - FAZENDA RIO GRANDE/PR - CEP: 83.824-097 - E-mail: ana.r04@hotmail.com Telefone(s): (41) 98784-2979, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Pelas razões expostas, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para decretar a interdição de SANDRO LUIZ DE OLIVEIRA, declarando-o RELATIVAMENTE incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, limitando-se a interdição aos atos de natureza negocial e patrimonial, nomeando como sua curadora Ana Regina de Moraes de Oliveira. Por se tratar de jurisdição voluntária, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas. Publique-se a presente sentença nos termos do artigo 755, §3º, do CPC. Com o trânsito em julgado, expeça-se mandado de inscrição ao competente Registro Civil e intime-se, pessoalmente, a curadora para que, em 05 (cinco) dias, apresente-se em Juízo para prestar compromisso legal. À luz do patrimônio comprovado nos autos, desnecessária a fixação de periodicidade para prestação de contas em Juízo. De todo modo, fica a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores do interditado, se e quando for instada a tanto, devendo manter registro de recebimentos e gastos relativos ao patrimônio. Por fim, arbitro os honorários da curadora especial em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), a serem arcados pelo Estado do Paraná, à míngua de Defensoria Pública na Comarca. Cópia da presente valerá como certidão. Oportunamente, arquivem-se, com as cautelas de praxe. P.R.I. Ciência ao Ministério Público."
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos do art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil, que será publicado. Eu, Eliane R. B. Carstens - Bel. Escrivã, conferi e digitei.
Fazenda Rio Grande, 10 de abril de 2024.
Eliane R. B. Carstens - Bel. EscrivãPortaria 01/2024OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0006987-87.2018.8.16.0038 EDITAL DE INTIMAÇÃO - LEVANTAMENTO DE FIANÇA - DO(A) SENTENCIADO(A) LORIVELTON ALVES DE ALCANTARA , COM O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. A Dra. Ana Cláudia de Lima Cruvinel, MM Juíza de Direito da Vara Criminal de Fazenda Rio Grande - Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 10 (dez) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente os familiares do sentenciado(a) LORIVELTON ALVES DE ALCANTARA , brasileiro(a), portador(a) do RG 131128657 SSP/PR, nascido(a) aos 02/07 /1994, natural de FRANCISCO BELTRAO, filho de Nome da Mãe: ADRIANA MEDEIROS ALVES Nome do Pai: LORIVAL DE ALCANTARA, atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo Criminal n. 0006987-87.2018.8.16.0038, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), para que no prazo de 10 dias, compareça em juízo, para levantamento do valor recolhido a título de fiança, ficando ciente que o não comparecimento acarretará no levantamento em favor do Furenjus. De Curitiba para Fazenda Rio Grande/PR, em 11 de abril de 2024 às 10:49:50. Eu, Vinicius Barbosa Franco, Técnico Judiciário, o subscrevo. ANA CLÁUDIA DE LIMA CRUVINEL Juíza de Direito

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS PROCESSO PROJUDI Nº 0038223-18.2017.8.16.0030, de Consignação em Pagamento - AUTOR: FRIGOSCHAEDLER LTDA - EPP representado(a) por Deyse Cristine Kuhn Schaedler Wagner e RÉU: AAZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA representado(a) por ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA. OBJETIVO: CITAÇÃO do Réu AAZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA representado(a) por ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.444.074/0001-69, em lugar incerto, para no prazo de quinze (15) dias, querendo, contestar a presente ação ou proceder o levantamento do depósito, conforme art. 542, parágrafo único do CPC, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e r. despacho, cuja cópia segue anexa e desta fica fazendo parte integrante. PETIÇÃO INICIAL (mov. 1.1) "Em virtude de tratar-se de empresa que desenvolve, dentre outras atividades, o comércio de revenda de carne, a Requerida adquiriu, por diversas vezes, os produtos comercializados pela Requerente. Em razão dessa relação de consumo, obrigou-se pelo pagamento dos boletos emitidos e assinados pela Requerida no ato do recebimento das mercadorias, sendo credora da quantia de R$ 163.873,03 (cento e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e três centavos). Baldados todos os esforços para cobrança amigável, não conseguiu a Requerente reaver o seu crédito, não lhe restando alternativa senão a desejando receber o que lhe é devido, serve-se da presente ação." DECISÃO INICIAL (mov. 22.1): "1) Altere-se a classe processual para Ação de Cobrança. 2) Recebo a petição inicial e a emenda de evento 20.1. 3) Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertido de que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (CPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 4) Quando da apresentação de eventual contestação, a parte ré deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão. 5) Apresentada a contestação, caso haja alegação de preliminar (CPC,art.337),oposiçãodefatoconstitutivo/desconstitutivo do direito (CPC, art. 350) ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (dez) dias, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 6) Para o caso de manifestação expressa das partes na composição consensual, determino que os autos voltem conclusos para designação de audiência para tal fim, podendo estas, no entanto, desde já juntar aos autos a composição. 7) Não sendo necessária a impugnação ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem. 8) Intimem-se. Diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado e assinado eletronicamente. Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto." DECISÃO (mov. 325.1): "1) O artigo 5º, LV, CF/88, assegura o exercício do contraditório e da ampla defesa a todos os acusados em processo judicial ou administrativo, sendo esta uma condição imprescindível para a própria validade da atividade estatal. 2) Oportunos os dizeres de José Francisco Cagliari: "É pela citação que se concretiza o direito fundamental à ampla defesa e ao contraditório, constitucionalmente garantido(CF,art. 5°, LV). Constituindo, seguramente,omais importante ato de comunicação processual,elementoessencialdocontraditórioe imprescindível ao exercício do direito de defesa, a citação é tão indispensável que a sua falta é considerada nulidade absoluta". 3) A citação editalícia é forma de citação ficta, aperfeiçoada pela publicação de editais em locais públicos que, ainda que se pautem como repositórios de conhecimento geral, apenas trazem presunção juris tantum de que seu conteúdo tenha se tornado conhecido pelo réu. Por essa razão, tal forma de citação é usada em situações excepcionais como, por exemplo, quando desconhecido ou incerto o citando; quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar; e nos casos expressos em lei, conforme preleciona o art. 256, do CPC/2015. 4) Para que se dê a citação por edital, quando ignorado o local em que se encontrar o réu, é necessário o esgotamento de todas as vias disponíveis, o que já ocorrera nos presentes autos, conforme certificado no evento 319. 5) Diante do acima exposto cumulado com o exposto pelo autor no evento 323, defiro a citação por edital da parte ré, nos moldes do apresentado pelos artigos 256 e 257 do Código de Processo Civil. Prazo do edital será de 20 (vinte) dias, mais o prazo para resposta. Segundo orientação da Egrégia Corregedoria-Geral do TJPR, haja vista a inexistência de sistema eletrônico padronizado para a publicação de editais, pressupõe-se válida e suficiente a publicação via Diário Oficial. No entanto, entendo pertinente aplicar o parágrafo único doartigo 257 do CPC, haja vista o maior alcance do meio de comunicação, para o fim de determinar publicação única em jornal local, dentro do prazo acima estipulado, o que deve ser comprovado nos autos pela parte autora, salvo se beneficiária da gratuidade da Justiça (art. 98, §1º, III, CPC). 6) Após a expedição do edital, nos termos do inciso II, do artigo 257, do CPC, deverá ser certificado nos autos a publicação do edital no Diário Oficial e, oportunamente, o decurso do prazo para apresentação de resposta. 7) Intimese. Diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado e assinado eletronicamente. Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto" FOZ DO IGUAÇU, em 12 de setembro de 2023. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. ALESSANDRO MOTTER JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

AdPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU 1ª VARA CRIMINAL DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI Av. Pedro Basso, 1001 - Fórum Estadual - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: (45) 3308-8009 - Celular: (45) 3308-8169 - E-mail: fi-5vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): Hamilton Dias de Oliveira PRAZO DE DIAS60 (SESSENTA) O(A) Juiz(íza) de Direito Danuza Zorzi Andrade, da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0010647-74.2022.8.16.0030, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Hamilton Dias de Oliveira, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Hamilton Dias de Oliveira, portador(a) do RG 72152760 SSP/PR e CPF 045.152.389-06, nascido(a) em , motivo pelo qual se procede, por meio13/09/1979, natural de SETE QUEDAS/MS, filho(a) de HILDA DIAS DE OLIVEIRA deste, à sua sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou nas sanções doINTIMAÇÃO condenado(a) ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 10 meses e 20 dias, e § 2º do CP sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presenteprazo de 5 (cinco) dias edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, GREICE KUIAVA DIESEL, Analista Judiciário, conferi e digitei. Foz do Iguaçu, 26 de fevereiro de 2024. Danuza Zorzi Andrade Juíza de Direito : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br ./projudii

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Doutor(a) Claudia de Campos Mello Cestarolli, MMº. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver processar e responder a acusação, por escrito e por meio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, bem como intimado(s) de que se a resposta não for apresentada no prazo legal, será nomeado defensor para oferecê-la em igual prazo.
Autos nº 0004777-82.2021.8.16.0030
Acusado: Thalia de Morais Andrade, RG **147398468 SSP/PR**, nascida aos **06/11/2001** , filha de **Durvalina da Silva de Morais**, atualmente em **lugar incerto e não sabido**.

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Doutor **Gláucio Marcos Simões**, MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver processar e responder a acusação, por escrito e por meio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, bem como intimado(s) de que se a resposta não for apresentada no prazo legal, será nomeado defensor para oferecê-la em igual prazo.
Autos nº : 0004099-62.2024.8.16.0030

Acusado(a): SIDNEI APARECIDO TAVARES DOS SANTOS, filho de **MARIA MIRIAM TAVARES** , nascido aos 13/01/1992, **em local incerto e não sabido**.

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Doutor **Gláucio Marcos Simões**, MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver processar e responder a acusação, por escrito e por meio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, bem como intimado(s) de que se a resposta não for apresentada no prazo legal, será nomeado defensor para oferecê-la em igual prazo.
Autos nº : 0001437-28.2024.8.16.0030
Acusado(a): PAULO HARTMANN, filho de **MARCI HARTMANN,** nascido aos **03/12/1982**, em **local incerto e não sabido**.

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Doutor Gláucio Marcos Simões, MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que se encontra(m) atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver processar e responder a acusação, por escrito e por meio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, bem como intimado(s) de que se a resposta não for apresentada no prazo legal, será nomeado defensor para oferecê-la em igual prazo.
Autos nº 0004807-15.2024.8.16.0030
Acusado: Mauricio da Rosa Dallo, RG **98975659 SSP/PR**, nascido aos **02/09/1995**, filho de **MELITA DA ROSA DALLO**, em **lugar incerto e não sabido.**

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Doutor **Gláucio Marcos Simões**, MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que encontra-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de 15/03/2024, exarada nos autos de Processo Crime 0032097-73.2022.8.16.0030, movida pela Justiça Pública desta Comarca, o mesmo foi condenado, em relação aos fatos que lhes foram imputados nos autos acima mencionados.
Autos nº 0032097-73.2022.8.16.0030
Acusado: FELIPE FERREIRA DE LIMA, filho de **SIRLEI FERREIRA DA SILVA**, nascido aos **08/05/1995**, **em lugar incerto e não sabido.**

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Doutor(a) Gláucio Marcos Simões, MMº. Juiza(a) de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o **prazo de 90 (noventa) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que encontra-se atualmente em lugar incerto, que pela **sentença datada de 19/03/2024** , exarada nos autos de Processo Crime **0016396-43.2020.8.16.0030**, movida pela Justiça Pública desta Comarca, o mesmo foi condenado, em relação aos fatos que lhes foram imputados nos autos acima mencionados.
Autos nº 0016396-43.2020.8.16.0030
Acusado: PAULO SIQUEIRA JINMU, filho de **GONÇALINA APARECIDA SIQUEIRA**, nascido aos **19/07/1997**, em **lugar incerto e não sabido** .

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS
O Doutor Gláucio Marcos Simões, MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que encontra-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de 29/06/2023, exarada nos autos de Processo Crime 0022623-78.2022.8.16.0030, movida pela Justiça Pública desta Comarca, o mesmo foi condenado, em relação aos fatos que lhes foram imputados nos autos acima mencionados.
Autos nº : 0022623-78.2022.8.16.0030
Acusado: VANTUIR ORTIS, filho de JULIA DA SILVA, nascido aos 22/12/1951, em lugar incerto e não sabido.

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A Doutora **Claudia de Campos Mello Cestarolli,** MMº. Juiza de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) vítima(s) abaixo nominada(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente intimado(s) dos termos da decisão.
Processo Crime: 0020680-89.2023.8.16.0030
Vítima(s): GISELLE AMPARADO ROSAS, brasileira, RG: **73528828 SSP/PR** nascida em **04/04/1985**, filha de **FLORICENA LEMOS AMPARADO**, atualmente em lugar não sabido.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 5 de abril de 2024.

Foz do Iguaçu, 05 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Analista Judiciária
(Subscrição autorizada pelo MMº Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
O Doutor **Gláucio Marcos Simões,** MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 30 (TRINTA) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que se encontra atualmente em lugar incerto, que efetue o pagamento da multa e das custas a que fora condenado, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que o inadimplemento ocasionará a inscrição em dívida ativa.
Processo Crime: **0004812-08.2022.8.16.0030**
Acusado: **AGNALDO MARTINS DA SILVA,** nascido em 26/04/1990, portador do RG nº 107566546 SSP/PR, filho de VITALINA MARTINS, **atualmente em lugar incerto e não sabido**.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 10 de abril de 2024.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Chefe de Secretaria
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

3ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

P O D E R J U D I C I Á R I O
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
CARTÓRIO DA TERCEIRA VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

PROCESSO N.º 0012897-46.2023.8.16.0030, de USUCAPIÃO em que é(são) REQUERENTE(S): DEBRAIR FRANCISCO CASTELI e outra REQUERIDO: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A e outro. OBJETIVO: CITAÇÃO dos réus em lugar incerto e EVENTUAIS INTERESSADOS E DESCONHECIDOS, para querendo, no prazo legal, apresentem contestação à presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato e presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pela parte autora, nos termos e de acordo com o r. despacho proferido nos autos supra mencionado. (a) MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA - JUIZ DE DIREITO. BEM IMÓVEL USUCAPIENDO: imóvel rural lote com 5.035 m² (cinco mil e trinta e cinco metros quadrados), sendo de fundos 140m e lateral 35m com frente de 140 e um lite na frente de 30m, Bairro Gleba Guarani, desta cidade. DESPACHO: Citem-se por edital os réus em lugar incerto e eventuais interessados, com o prazo de 30 dias. (a) MARCOS ANTONIO DE SOUZA LMA - JUIZ DE DIREITO. **E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém alegue ignorância expediu-se o presente edital que será fixado no local de costume deste Juízo. FOZ DO IGUAÇU, em 11 de abril de 2024. Eu, ____, EWERSON DE ALMEIDA, AUX. JURAMENTADO, o digitei e subscrevi.**
MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA JUIZ DE DIREITO

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): THIAGO NASCIMENTO DE FREITAS
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Ariel Nicolai Cesa Dias, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, sob nº 0009781-37.2020.8.16.0030, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) THIAGO NASCIMENTO DE FREITAS, e vítima T. K. M. J. D. F., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido THIAGO NASCIMENTO DE FREITAS, portador(a) do RG 98865314 SSP/PR e CPF 071.632.129-76, nascido(a) em 16/02/1990, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO e JOSÉ DE FREITAS,** motivo pelo qual, se procede por meio deste

1. A **citação** do(a) ré(u) preambularmente qualificado(a) de que foi(ram) denunciado(a) nos autos mencionados em epígrafe, em trâmite perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças,Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Foz do Iguaçu/PR, como incurso nas penas do **artigo 24-A da Lei nº. 11.340/06**, conforme denúncia, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;
2. A intimação do(s) réu(s), para que apresente(m) **resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias**, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal, oportunidade em que poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (arts. 396 e 396-A do CPP).
3. Registra-se, ainda, que a representação do/a(s) acusado/a(s) por advogado é indispensável, bem ainda que nos termos do art. 367 do CPP "o processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo."
4. INTIMÁ-LO para que se manifeste sobre a **adesão/oposição ao JUÍZO 100% DIGITAL**, interpretando-se o silêncio, após duas intimações, como aceitação tácita, podendo se retratar da escolha uma única vez até a sentença, preservados todos os atos já praticados, nos termos da PORTARIA CONJUNTA n.º 004//2021 ANCD/CJT/HMJ/GJDS.

OBSERVAÇÃO: I. O mencionado processo tramita exclusivamente de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório. Documentos (procurações, contestações) devem ser anexados no próprio sistema PROJUDI, em arquivos com no máximo 4MB cada; II. Na hipótese em que o(a) citado(a) não disponha de meios para visualizar a denúncia via Internet, poderá ele ter acesso ao feito em qualquer uma das Varas Criminais do Estado onde estiver implantado o sistema PROJUDI, salvo se estiver preso.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Ariel Nicolai Cesa Dias
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JUAN BATISTA ACOSTA GONZALEZ
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Hugo Michelini Júnior, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, sob nº 0027024-91.2020.8.16.0030, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JUAN BATISTA ACOSTA GONZALEZ, e vítima G. P., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JUAN BATISTA ACOSTA GONZALEZ, portador(a) do RG 143237753 SSP/PR e CPF 800.454.169-07, nascido(a) em 10/04/1995, natural de PARAGUAI/, filho(a) de RAQUEL GONZALEZ e REMIDIO COSTA MERCADO,** motivo pelo qual, se procede por meio deste

1. A **citação** do(a) ré(u) preambularmente qualificado(a) de que foi(ram) denunciado(a) nos autos mencionados em epígrafe, em trâmite perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças,Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Foz do Iguaçu/PR, como incurso nas penas do **artigo 24-A da Lei nº. 11.340/06**, conforme denúncia, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;
2. A intimação do(s) réu(s), para que apresente(m) **resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias**, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal, oportunidade em que poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (arts. 396 e 396-A do CPP).
3. Registra-se, ainda, que a representação do/a(s) acusado/a(s) por advogado é indispensável, bem ainda que nos termos do art. 367 do CPP "o processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo."
4. INTIMÁ-LO para que se manifeste sobre a **adesão/oposição ao JUÍZO 100% DIGITAL**, interpretando-se o silêncio, após duas intimações, como aceitação tácita, podendo se retratar da escolha uma única vez até a sentença, preservados todos os atos já praticados, nos termos da PORTARIA CONJUNTA n.º 004//2021 ANCD/CJT/HMJ/GJDS.

OBSERVAÇÃO: I. O mencionado processo tramita exclusivamente de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório. Documentos (procurações, contestações) devem ser anexados no próprio sistema PROJUDI, em arquivos com no máximo 4MB cada; II. Na hipótese em que o(a) citado(a) não disponha de meios para visualizar a denúncia via Internet, poderá ele ter acesso ao feito em qualquer uma das Varas Criminais do Estado onde estiver implantado o sistema PROJUDI, salvo se estiver preso.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 11 de abril de 2024.
Hugo Michelini Júnior
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: SESSENTA (60) DIAS

Autos nº. 0030879-10.2022.8.16.0030 Autor: Ministério Público do Paraná

Réu: GUILHERME MATEUS OLIVEIRA, portador(a) do RG 96744889 SSP/PR, filho(a) de RITA DE CASSIA OLIVEIRA *(Nome Mãe)* e ADILSON OLIVEIRA *(Nome Pai)*, nascido(a) em 23/09/1994, natural de CURITIBA/PR, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação da sentença proferida nos autos supra Data da sentença: 22/08/2023

Dispositivo: " Em face do exposto, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na denúncia em desfavor do/a (s) acusado/a(s) GUILHERME MATEUS OLIVEIRA, já qualificado/a(s), e a)o/a(s) CONDENOàs penas do art. 129, §13, c/c art. 65, III, "d", ambos do CP;b)o/a(s) CONDENO a pagar a título de indenização mínima por danos morais para a vítima Luciane Guedes Pradoo valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), corrigido monetariamente pelo INPC-IBGE e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 do CC c/c art. 161, §1º, do CTN), incidentes a partir da presente data. "

Pena imposta: 10(dez) meses de reclusão Regime Inicial: Aberto Pena Substituída: Não

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.
FAZ SABER,a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte ré nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-a do inteiro teor da sentença proferida nos autos supra, que julgou procedente a denúncia oferecida, condenando-a nos termos acima.
Fica ainda ciente o acusado de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer da decisão.
E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 11 de abril de 2024.
ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM
Técnico Judiciário
OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

FRANCISCO BELTRÃO

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 180 DIAS
O Juiz de Direito Antônio Evangelista de Souza Netto, da 2ª Vara Cível de Francisco Beltrão, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0002608-26.2022.8.16.0083, em que é autor Aline Carin Fagundes Pilar, e réu(s) JOÃO CARLOS PILAR, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de JOÃO CARLOS PILAR, por sentença, a qual reconheceu que o interditado é portador de enfermidades crônicas, incluindo sequelas de traumatismo na cabeça (CID-10 T90), epilepsia (CID-10 G40), transtorno mental não especificado (CID-10 F99), hiperfagia associada a distúrbios psicológicos (CID-10 F50.4), além de outros transtornos relativos às funções cognitivas e à consciência (CID-10 R41.8), o que resulta em sua incapacidade parcial para os atos da vida civil, conforme estipulado no artigo 4°, inciso III, do Código Civil, o que a sujeita à curatela, conforme previsto no artigo 1.767, I, do mesmo código, restrita a atos de natureza patrimonial e negocial, sobretudo no que concerne à gestão dos valores que recebe a título de benefício previdenciário. A referida sentença ainda nomeou ao interditado a curadora ALINE CARIN PILAR PLETSCH, brasileira, casada, técnica em enfermagem, inscrita no CPF/MF 088.907.349-06 e portadora do RG 10.846.372-4 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Mutum, nº 191, bairro Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão, Pr., cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Ante o exposto, com fundamento nos arts. 487, inc. I, e 490, do Código de Processo Civil (CPC) e nos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, ambos do Código Civil (CC), o pedido deduzido na petição JULGO PROCEDENTE inicial, para o fim de declarar a incapacidade relativa de João Carlos Pilar e, consequentemente, submetê-lo à curatela, restrita a atos de natureza patrimonial e negocial, sobretudo no que concerne à gestão dos valores que recebe a título de benefício previdenciário. Nomeio para atuar como curadora a Sra. Aline Carin Fagundes Pilar Pletsch (art. 755, I, do CPC)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Vlademir Prigol, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Francisco Beltrão, 26 de março de 2024.
assinado digitalmente
Antônio Evangelista de Souza Netto
Juiz de Direito

GUARANIAÇU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Regiane Tonet dos Santos , da Vara Cível de Guaraniaçu , FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0001899-42.2023.8.16.0087, em que é(são) autor(es) IVETE PIETROBOM TREVISO, e réu(s) DANILO ANGELO PIETROBON, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que houve o levantamento da interdição de DANILO ANGELO PIETROBON, portador(a) do RG 6028390 SSP/PR e CPF 092.350.359-53, por sentença publicada em 27/11/2023, fazendo cessar a curatela concedida a Ivete Pietrobom Treviso. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do novo Código de Processo Civil, na forma do art. 1767, I, do CC c/c art. 756, §3º CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de decretar o LEVANTAMENTO DA INTERDIÇÃO do demandado DANILO ANGELO PIETROBOM, fazendo cessar a curatela concedida a Ivete Pietrobom Treviso." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Renata Lisovski, Analista Judiciário, conferi e digitei. Guaraniaçu, 10 de abril de 2024. Regiane Tonet dos Santos Juíza de Direit

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE Sem Prazo O(A) Juiz(íza) de Direito Regiane Tonet dos Santos , da Vara Cível de Guaraniaçu , FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0000917-28.2023.8.16.0087, em que é(são) autor(es) Elço José de Albuquerque, e réu(s) Margarida Slompo de Albuquerque, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de Margarida Slompo de Albuquerque, portador(a) do RG 36938897 SSP/PR e CPF 040.908.699-19 , por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos especialmente nas questões previdenciárias, cuja limitação se restringe a aspectos patrimoniais e negociais. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ;Elço José de Albuquerque, portador(a) do RG 69331050 SSP/PR e CPF 020.275.529-01, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO o pedido deduzido na inicial para o fim de a incapacidade PROCEDENTE DECLARAR relativa de MARGARIDA SLOMPO DE ALBUQUERQUE, e submetê-la à curatela, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por ELÇO JOSE DE ALBUQUERQUE, o qual nomeio como seu curador (art. 755, inc. I, CPC)." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Renata Lisovski, Analista Judiciário, conferi e digitei. Guaraniaçu, 10 de abril de 2024. Regiane Tonet dos Santos Juíza de Direito

GUARAPUAVA

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
2ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Avenida Manoel Ribas, 500 - Bloco B - Santana - Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42) 3036-1107 - Celular: (42) 3308- 7489 - E-mail: gua-2vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTOS DE TERCEIROS
Processo: 0017082-61.2022.8.16.0031
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$1.212,00
Requerente(s): ZILMA NEVES DOS SANTOS
Requerido(s): JANIELE APARECIDA SANTOS
A Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES DAGOSTIM, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma da Lei, faz saber que por este Juízo e Escrivania, tramitam os autos em epígrafe.
FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, qualificados em epígrafe, e que por este Edital COMUNICA a todos os interessados que por este Juízo foi decretada a INTERDIÇÃO JUDICIAL de JANIELE APARECIDA SANTOS, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG n°. 16.205.753-7 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº.079.697.659-71, residente e domiciliada na Rua João Bonete, S/N, lado direito, CEP 85.140-000, na cidade de Candói/PR, por sentença, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) ILMA NEVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, desempregada, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 10.189.087-2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº. 053.782.389-19, residente e domiciliada na Rua João Bonete, S/N, lado direito, CEP nº 85.140-000, na cidade de Candói/PR, [...] V*islumbra-se do laudo pericial que a interditanda possui retardo mental grave, com comprometimento do comportamento (CID 10 - F 75.1) e epilepsia (CID 10 - G40.9), que se tratam de enfermidades incuráveis, ou seja, tornando-a absolutamente incapaz, de forma total e definitiva, lhe impossibilitando de gerir sozinha os atos da vida civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. *Desse modo, em conformidade com o disposto nos artigos 84, e seguintes, da Lei 13.146/2016, a curatela se constitui em medida protetiva concedida à interditanda, para resguardá-la quando da prática de atos de natureza patrimonial e negocial. Sem curadora não poderá emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.* A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Sr. JANIELE APARECIDA SANTOS, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG n°. 16.205.753-7 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº.079.697.659-71, residente e domiciliada na Rua João Bonete, S/N, lado direito, CEP 85.140-000, na cidade de Candói/PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, e, será publicado na imprensa local e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo mínimo entre uma e outra mínimo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3°, do Código de Processo Civil. Guarapuava, 26 de março de 2024. Eu, (Washington Simões), Escrivão, digitei e subscrevi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
2ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Avenida Manoel Ribas, 500 - Bloco B - Santana - Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42) 3036-1107 - Celular: (42) 3308- 7489 - E-mail: gua-2vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA
Processo: 0005263-93.2023.8.16.0031
Classe Processual: Tutela Antecipada Antecedente
Assunto Principal: Nomeação
Valor da Causa: R$1.302,00
Requerente(s): Willian Carvalho dos Santos
Requerido(s): ADÃO LUIS RODRIGUES CARVALHO
A Doutora CHÉLIDA ROBERTA SOTERRONI HEITZMANN, MM. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma da Lei, faz saber que por este Juízo e Escrivania, tramitam os autos em epígrafe.
FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, qualificados em epígrafe, e que por este Edital COMUNICA a todos os interessados que por este Juízo foi julgado procedente o pedido deduzido na inicial, para o fim de nomear o autor Willian Carvalho dos Santos, brasileiro, solteiro, almoxarife, portador da Carteira de Identidade RG n.º 8.610.245-5 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 053.045.029-14, residente e domiciliado na Rua das Figueiras, 468, São Cristóvão, Guarapuava - PR, para exercer a curatela de ADÃO LUIZ RODRIGUES CARVALHO, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3.648.803-4 SSP/PR , inscrito no CPF sob nº. 956.678.579-67, residente e domiciliado na Rua das Figueiras, 468, bairro São Cristóvão, Guarapuava - PR, em substituição ao(a) antigo(a) curador(a) anteriormente nomeado(a) Sra. Lucelena Rodrigues Carvalho. Por fim, reitera-se a obrigação do novo curador de que os valores recebidos a qualquer título, inclusive de entidade previdenciária, deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem estar do interditado. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, e, será publicado por três (03) vezes no Diário da Justiça do Estado, com intervalo de dez (10) dias. Guarapuava, datado eletronicamente. Guarapuava, 26 de março de 2024. Eu, (Washington Simões), Escrivão, digitei e subscrevi.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Autos nº. 0000810-21.2024.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: ROSNALDO JOSE VIEIRA
Prazo: 15 dias
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ROSNALDO JOSE VIEIRA** , brasileiro(a), portador(a) do RG 52603749, CPF 864.556.309-63, nascido(a) em 05/10/1969, natural de INACIO MARTINS, filho(a) de MARIA ELIA VIEIRA *(Nome Mãe)* e PEDRO JOSE VIEIRA *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0000810-21.2024.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo 155.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Sarah Fernanda dos Santos, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 11 de abril de 2024.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0015804-88.2023.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: LUIS CARLOS DE LIMA
Prazo: 15 dias
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **LUIS CARLOS DE LIMA** , brasileiro(a), portador(a) do RG 158822431, CPF 040.932.379-99, nascido(a) em 25/05/1982, natural de RIO NEGRO/PR, filho(a) de ALICE DE LIMA *(Nome Mãe)* e ANTONIO JOSE DE LIMA *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0015804-88.2023.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo 147.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Sarah Fernanda dos Santos, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 11 de abril de 2024.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0015914-24.2022.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: EDENILSON JOSE DA LUZ
Prazo: 15 dias
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **EDENILSON JOSE DA LUZ** , brasileiro(a), portador(a) do RG 97983720,

CPF 041.789.449-08, nascido(a) em 28/07/1983, natural de PITANGA/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA DOS SANTOS DA LUZ *(Nome Mãe)* e JOSE MARIA DA LUZ *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0015914-24.2022.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo ART 217-A c/c artigo 226, inciso II e artigo 61, inciso II, alíneas c, f e h.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Sarah Fernanda dos Santos, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 11 de abril de 2024.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0001737-84.2024.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: Paulo Sergio Neckel
Prazo: 15 dias
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **Paulo Sergio Neckel** , brasileiro(a), portador(a) do RG 96249780, CPF 056.668.389-03, nascido(a) em 27/11/1987, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de CLEUNICE DE SOUZA *(Nome Mãe)* e ANTONIO NECKEL *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0001737-84.2024.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo 24 A e ART 147-A - § 1º, inciso II.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Sarah Fernanda dos Santos, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 11 de abril de 2024.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0001991-91.2023.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: Gustavo Farhat Carvalho
Prazo: 15 dias
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **Gustavo Farhat Carvalho** , brasileiro(a), portador(a) do RG 167114296, CPF 390.081.638-70, nascido(a) em 20/02/1999, natural de MONGAGUA/SP, filho(a) de EDLÉIA FARHAT MOTA *(Nome Mãe)* e MARLON CESAR CARVALHO *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0001991-91.2023.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo 171.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Sarah Fernanda dos Santos, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 11 de abril de 2024.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO MARIA LANINA KAMINSKI COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR BERNARDO FAZOLO FERREIRA, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos nº **0009369-69.2021.8.16.0031** de EXECUÇÃO FISCAL, em que é exequente MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR (CNPJ nº 76.178.037/0001-76) e executado (s) MARIA LANINA KAMINSKI (CPF 019.831.539-23), que por este edital intima o (a) executado (a), sobre a penhora sobre o imóvel registrado sob o número 12.749 do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, conforme despacho judicial que segue parcialmente transcrito: **"[...] Considerando que a Exequente juntou cópia da matrícula atualizada do imóvel (eventos 59.2), defiro a penhora sobre o imóvel registrado sob o número 12.749, do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca. 1.1. Lavre-se o respectivo termo de penhora, nos termos do artigo 838 do CPC. 1.2. Após, intimem-se a parte executada, ficando no mesmo ato constituída como depositária e ciente do prazo de 10 (dez) dias para requerer a substituição do bem penhorado nos termos do artigo 847 do Código de Processo Civil. 1.3. Tendo em vista que a parte executada foi citada por edital, proceda-se à intimação por meio de edital. [...]".**
Advertências:
- Art. 841 do CPC: Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimado o executado. [...] § 2º Se não houver constituído advogado nos autos, o executado será intimado pessoalmente, de preferência por via postal.
- Art. 847 do CPC: O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente.
- Art. 16 da Lei nº 6830/80: "O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução. § 2º - No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite. § 3º - Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos".
PRAZO DO EDITAL: 10 (dez) dias. Guarapuava, Estado do Paraná, aos 10 de abril de 2024.
BERNARDO FAZOLO FERREIRA
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

NÚMERO DO PROCESSO: 0007270-29.2021.8.16.0031
NATUREZA DA AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS
EXEQUENTES: L.V.P., REPRESENTADA POR D.V E O.V.P.
ADVOGADO: JANAÍNE LEITE
EXECUTADO: PAULINHO FERREIRA PEDROSO
EDITAL COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA INTIMAÇÃO DE PAULINHO FERREIRA PEDROSO
O DOUTOR GLAUCO ALESSANDRO DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E ANEXOS DESTA COMARCA.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, especialmente a **SILLAS ANTONIO SENGER** que por este Juízo e Cartório tramitam os **Autos nº 0007270-29.2021.8.16.0031** Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos**,** em que são exequentes **L.V.P., REPRESENTADA POR D.V E O.V.P.,**que pelo presente fica citado dos termos da ação proposta, a qual aduz o seguinte: que em ação que tramitou neste Juízo restou determinado ao executado o pagamento de alimentos no valor de 35% (trinta e cinco) do salário mínimo, cujo montante é no valor de R$945,64 (novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Pelo presente edital fica o executado intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar ou comprovar o pagamento do crédito cobrado, com a advertência de que a não ocorrência de pagamento importará o prosseguimento da execução com penhora de bens, além do acréscimo de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito sobre o valor do débito, na forma do artigo 523 e 528, §8º do Código de Processo Civil. Poderá ainda no prazo subsequente de 15 (quinze) dias apresentar impugnação independentemente de penhora ou nova intimação, consoante artigo 524, §5º, do mesmo código.

E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para **INTIMAÇÃO DE PAULINHO FERREIRA PEDROSO** acerca dos termos da ação sob nº. **0007270-29.2021.8.16.0031**, de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos em trâmite neste juízo**.**
Guarapuava, 11 de abril de 2024. Eu, Pedro Asceu Abbegg, Estagiário de Direito, digitei e conferi.
LETICIA DO NASCIMENTO E SILVA
Chefe de Secretaria
(Autorizada pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012)

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANATEC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS
O(A) Juiz(íza) de Direito Sonia Leifa Yeh Fuzinato, da Vara Cível de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Representação comercial, sob nº 0005013-82.2020.8.16.0090, em que é(são) autor(es) Vania Luzia Batista, e réu(s) ANATEC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANATEC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, portador(a) do CNPJ 12.609.093/0001-35. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da petição inicial que segue parcialmente transcrita e despacho inicial. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). **PETIÇÃO INICIAL**: VANIA LUZIA BATISTA, qualificada nos autos, vem por seu procurador, com o devido respeito perante Vossa Excelência, por seus procuradores ao final firmados, onde recebem avisos e intimações, com fulcro nos artigos 319 e seguintes no Novo Código de Processo Civil, Código Civil Brasileiro e na Lei 4.886/1965 e suas alterações, propor a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHCIMENTO E RESCISÃO DE CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL C/C COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO PELA RECISÇÃO, Em face de ANATEC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, pelas
razões de fato de direito a seguir exposto: 1.DOS FATOS A parte autora atuou como prestadora de serviço na qualidade de representante comercial ao reclamado de 2011 até 2016, conforme se elucida nos documentos (e-mails) anexos. Trabalhava viajando para outras cidades, muitas vezes saindo de sua residência as 6 horas da manhã para uma viagem até a cidade de Cascavel, com uma duração média de 4 horas. Ao chegar lá, já começava a visita de seus clientes. A ré cobrava da autora a visita de clientes. Tinha que fazer visitas todos os dias da semana e tinha que comprovar as visitas, com pedidos, cartões e até mesmo um certo cunho investigativo da reclamada que entrava em contato com os clientes para saber se a reclamante havia realizado o atendimento. Representava para a ré com a venda de materiais para grandes construções, como janelas, pisos, estruturas metálicas para telhado, tintas, aquecedor solar, portas de madeiras e tudo mais que fosse necessário. Chegava a viajar mais de 2000km por mês, sem que a reclamada reembolsasse qualquer valor a título de despesa de viagem. Pelas vendas realizadas, percebia a remuneração de 2% dos valores
líquidos das vendas, ou seja, descontava tributos e posteriormente calculada a comissão da reclamada. O valor médio recebido mensalmente o valor de R$3.000,00 e muitas vezes pagos em atraso. Era para ser todo dia 17 de cada mês, sendo alguns meses passou sem nada receber. Inúmeras eram as dificuldades com o trabalho junto ao réu, principalmente, quanto a pagamento de suas comissões, inclusive, sendo esta a causa da rescisão do contrato entre as partes. Em venda realizada pela autora, conforme documento anexo, o réu se recusou a pagar seu comissionamento, que chegaria ao valor aproximado de R$.40.000,00 (quarenta mil reais) e até o presente momento, não liquidou tais valores. Veja que, a razão pela qual o contrato foi rompido se deu única e exclusivamente por conta de inadimplemento da reclamada, razão pela qual deve ser condenada ao pagamento das indenizações previstas em lei. 2.DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS 2.1 DO CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL Regido pela Lei 4.886/65, com alterações posteriores através das Leis 8.420/92 e 12240/10, a Representação Comercial é um contrato em que uma das partes se obriga a promover a realização de negócios por conta de outra, agenciando pedidos para ela. O Representante Comercial não atua em seu próprio nome, apenas capta clientes para o Representado. O contrato tem natureza jurídica bilateral, consensual e onerosa. Trata-se de uma atividade autônoma caracterizada pela habitualidade, exclusividade e delimitação geográfica das operações. As principais cláusulas dos contratos são: indicação pelo Representado dos produtos que serão objeto da representação; indicação da zona em que será exercida a representação; o prazo de duração; a remuneração do Representante paga pelo Representado pelo trabalho. As principais obrigações do Representante são desenvolver os negócios do Representado e mantê-lo informado das transações. As obrigações do Representado são: pagar as comissões devidas; observar e fazer observar a zona de atuação do Representante e manter a exclusividade. Observa-se que todos os preceitos legais de uma relação de representação foram cumpridos, o que se podem comprovar com todos os extratos de vendas realizadas pela parte autora nos últimos 4 ANOS. A relação entre as partes comprova ser um contrato de representação comercia l firmado tacitamente , o que já tem tido grande aceitabilidade no meio comercial, bem como nos meios jurídicos. Portanto, entende-se que o contrato verbal, não obstante não seja o mais recomendado, é sim uma maneira. juridicamente possível de se estabelecer a relação contratual, devendo as cláusulas compactuadas entre representante e representado ter o mesmo valor das que eventualmente estivessem escritas. Os documentos carreados nos autos são claros em comprovar que houve uma relação de representação comercial, que a parte autora ampliou o conhecimento das marcas representadas pela da parte ré pelo interior do estado do Paraná, aumentando de forma exponencial o faturamento desta. Deste modo, deve ser reconhecida a existência de contrato verbal entre as partes, resguardando assim todos os direitos da parte autora, após a rescisão imotivada e sem justa causa. 2.2 DA INDENIZAÇÃO DO AVISO PREVIO-art. 34 Lei 4886/65 Conforme narrado, por iniciativa da parte ré, ante aos inadimplementos
ocorridos, houve a rescisão unilateral do contrato de representação comercial. Conforme preceitua o art. 34 da Lei 4886/1965, aquele que denuncia o contrato, tem o dever de indenizar o denunciante na razão de 1/3 dos valores recebidos de comissão pelo representante nos últimos 3 meses. A denuncia foi provocada pela ré, que inadimpliu o contrato com a
autor. Art . 34. A denúncia, por qualquer das partes, sem causa justificada, do contrato de representação, ajustado por tempo indeterminado e que haja vigorado por mais de seis meses, obriga o denunciante, salvo outra garantia prevista no contrato, à concessão de pré-aviso, com antecedência mínima de trinta dias, ou ao pagamento de importância igual a um têrço (1/3) das comissões auferidas pelo representante, nos três meses anteriores. Este tem sido o entendimento dos Tribunais Brasileiros quanto a indenização aqui pleiteada. A autora descreveu vários julgados e jurisprudências com a inicial. Deste modo, deve a parte ré ser condenada ao pagamento de indenização pela ausência de aviso prévio na denúncia imotivada do contrato celebrado entre as partes, nos termos do artigo 34 da lei 4.886/65, tendo como base todas as comissões percebidas pela parte autora, atualizadas desde o seu recebimento, totalizando aproximadamente R$.3.000,00 (três mil reais). 2.3 DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 31 e 27. Como já exaustivamente mencionado, a ré sem justo motivo e sem nenhuma justificativa ou previa notificação
passou a atrasar os comissionamentos da autora, a deixando sem nenhum explicação ou rendas, simplesmente rompeu seu contrato com a parte autora, causando-lhe prejuízos incalculáveis, uma vez que representar a ré era a única via de sustento da parte autora. Conforme previsto no art. 27, j da 4886/65 e suas alterações, sempre que o encerramento da prestação de serviços ocorrer sem justo motivo (art. 36), por iniciativa da representada, esta pagará indenização ao representante, em valor não inferior a 1/12 da soma de todas as retribuições auferidas durante a relação contratual. Vejamos: Art. 27. Do contrato de representação comercial, além dos elementos comuns e outros a juízo dos interessados, constarão obrigatoriamente: j) indenização devida ao representante pela rescisão do contrato fora dos casos previstos no art. 35, cujo montante não poderá ser inferior a 1/12 (um doze avos) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação. (Redação dada pela Lei nº 8.420, de 8.5.1992) Em que pese o contrato entre as partes ter sido celebrado na forma verbal, este possui plena validade nos termos do Código Civil Brasileiro, conforme previsto no art. 107 do Código Civil, e corroborado pela jurisprudência. Vejamos: Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir. (descreveu julgados). A Lei 4886/65 traz todos os requisitos que devem ser seguidos na atividade de Representação Comercial, mas não estabelece a necessidade da formalização escrita deste contrato, razão pela qual é plenamente aceitável a sua forma verbal, como foi entabulada no último ano pela parte autora e a ré. Deste modo, tendo a ré reincidido o pacto entabulado entre as partes, de forma unilateral e sem nenhum justo motivo, deve indenizar a parte autora no importe de 1/12 avos nos termos da legislação vigente. Este também é o entendimento dos tribunais superiores sobre o tema: (descreveu julgados). Sendo assim, plenamente cabível a condenação da ré em indenização prevista no artigo 27, j da lei 4886/65 nos valores aproximados de R$.6.333,00 (seis mil, trezentos e trinta e três reais)
equivalentes a 1/12 anos dos valores auferidos pela parte autora, a título de comissões, considerando a comissão inadimplida pela réu, que se discutirá no próximo tópico, que deverão ser novamente apurados em sede de liquidação de sentença.
3.DA COMISSÃO NÃO PAGA Conforme narrado acima, a ré trata-se de empesa de representação de materiais de construções e a autora prestava serviço juntamente com a ré, conforme documentos anexos. Ocorre que no ano de 2016 foi concretizada pela autora uma grande venda de janelas com a empresa VILLAGEM CONSTRUÇÕES, sendo que os produtos eram da fabricante ATIMAKY. Essa venda de esquadrias metálicas totalizou o montante de R$.2.000.000,00 (dois milhões de reais) os quais restaria um comissionamento de R$.40.000,00 (quarenta mil reais). Seria o maior comissionamento da autora até então, do qual até o presente momento não viu nenhum centavo. Deste modo, deve a ré ser condenada ao pagamento ao pagamento da comissão devida a autora, no importe acima mencionado, devidamente atualizado. 4. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. A parte

autora atuante no mercado de representação comercial, sempre trabalhou em contratos com exclusividade de representada. Ainda, diante da pandemia do novo corona vírus, não encontra-se trabalhando, a autora encontra-se sem movimentação financeira,conforme
documentos anexos. Desta forma não possui condições financeiras de arcar com custas processuais. Sendo assim, em homenagem ao princípio do acesso à justiça, previsto no art. 5º da Constituição Federal, requer a concessão dos benefícios de assistência Judiciária Gratuita. 5.DOS PEDIDOS Ante o exposto, requer: a) Seja declarada o reconhecimento e a rescisão do contrato por iniciativa da parte ré, conforme notificação anexa. b) A condenação da ré ao pagamento de indenização de aviso prévio em favor da parte autora, ao a rescisão imotivada e unilateral do contrato entabulado entre as partes; c) A condenação da ré ao pagamento de indenização prevista no art. 27, j da Lei 4886/65, no importe de 1/12 do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação.
d) A condenação da ré ao pagamento da comissão inadimplente; e) A citação dos réus, para que se manifeste no prazo legal no prazo legal. f) Sejam os réus condenados a arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios; g) Seja concedida assistência judiciária gratuita nos termos da lei 1060/50; h) A produção de todos os meios de provas em direito admito, sejam ela documental, oral, com o depoimento do representante da ré, sob pena de confessos todos os fatos alegados, bem como a oitiva de testemunhas; i) A designação de audiência de conciliação. Dá-se a causa o valor de R$.49.333,00 (quarenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais). Termos em que pede deferimento. Londrina, 10/09/2020. Advogado DR. FABIO B.PULLIN DE ARAUJO - OAB-PR 58.815. **DESPACHO INICIAL**: 1. Diante da petição de seq. 31.1, e considerando os documentos juntados na seq. 31.2, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária à parte executada. À Escrivania para gerar no sistema informatizado o Documento de Isenção e inseri-lo nos autos, anotando-se, ainda, a assistência judiciária gratuita no campo "Anotações nos Autos" do Sistema Projudi (CNFJ, art. 68, XII). 2. Considerando que a causa versa sobre direitos que admitem transação, inclua-se na pauta do CEJUSC, desde que já tenha sido nomeado novo conciliador para este Juízo. 3. Caso obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.4. Na hipótese de desinteresse das partes pela audiência inaugural, a Escrivania poderá efetuar o cancelamento do ato, independente de nova conclusão, mesmo que a parte ré deixe de observar a antecedência de 10 (dez) dias, contados da data agendada, desde que seja possível a intimação da parte contrária quanto ao cancelamento. 5. Cite-se, com as advertências dos artigos 344 e 334, § 8º, e observando o prazo do artigo 334, "caput", todos do Código de Processo Civil. O prazo para oferecimento de contestação será contado nos moldes do artigo 335, do mesmo diploma. 6. Havendo a apresentação tempestiva da contestação, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. 7. Se com a réplica for apresentado documento novo, intime-se a parte ré para manifestar-se a respeito, querendo, em quinze dias (CPC, art. 437, §1°). 8. E Restando pendente de nomeação do novo conciliador com escopo de não atrasar o presente feito, não será designada audiência inaugural de conciliação, assim, cite-se a parte ré no prazo legal para fins de apresentar defesa, sob pena de incorrer em revelia (CPC - art. 344 e ss). 9. Havendo interesse na conciliação, a parte ré poderá protocolar manifestação em tal sentido, mesmo porque, nos moldes dos artigos 3º, §§ 2º e 3º, 139, V, 359, do CPC, a composição pode ser realizada a qualquer tempo. 10. Intimem-se. Diligências necessárias. Ibiporã, 07 de agosto de 2021. Dra. Sonia Leifa Yeh Fuzinato - Juíza de Direito. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Érys Urquiza Monteiro, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Ibiporã-PR, 11 de abril de 2024.
Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ICARAÍMA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ICARAÍMA
VARA CRIMINAL DE ICARAÍMA - PROJUDI
Avenida Anthero Francisco Soares, nº 630 - Fórum Ernani de Almeida Abreu - Centro - Icaraíma/PR - CEP: 87.530-000 - Fone: (44) 3259-7180 - E-mail: ica-ju-scr@tjpr.jus.br
Nº 14/2024
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): REGINALDO FERREIRA DOS ANJOS
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Guilherme de Andrade Orlando, da Vara Criminal de Icaraíma, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0000465-45.2019.8.16.0091, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) REGINALDO FERREIRA DOS ANJOS,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido REGINALDO FERREIRA DOS ANJOS, portador(a) do RG 13512935 SSP/MT, filho(a) de ELIZABETH , motivo pelo qual se procede, por RODRIGUES DOS ANJOS e JOAO FERREIRA DOS ANJOS meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) com fundamento nos artigos 155, caput, do Código Penal, à pena de 1 (um) ano, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, além de 11 (onze) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos, bem como ao pagamento das custas processuais, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do érmino do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Walison Vinicius Florencio, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Icaraíma, 10 de abril de 2024.
Guilherme de Andrade Orlando
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.onteúdo

JACAREZINHO

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

	ESTADO DO PARANÁ **PODER JUDICIÁRIO** **COMARCA DE JACAREZINHO** **ÚNICA VARA DA FAMÍLIA E ANEXOS**

EDITAL DE CITAÇÃO:
PRAZO: 20 (vinte) dias.
O Doutor **ALARICO FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR,** Juiz de Direito da Única Vara da Infância e Juventude e Anexos da Comarca de Jacarezinho, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.,
FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou conhecimento dele tiverem, especialmente **MARIA BONFIM TIBLIER, filha de Santina Pereira Bonfim Tiblier e João Tiblier,** tido atualmente em lugar incerto e não sabido, conforme movimento 276.1 do Projudi, nos autos nº 0001173-69.2022.8.16.0098, que neste Juízo e Cartório se processam, requeridos pelo Ministério Público da Comarca de Jacarezinho/PR, QUE se expediu o presente Edital pelo qual fica a pessoa aludida **INTIMADA, para que, em querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca da apreensão do veículo, constante nos citados autos, requerendo o que de direito.** Jacarezinho, quinta-feira, 11 de abril de 2024. Eu, _____ Matheus V. M. Ortiz de Oliveira, Técnico Judiciário, que o digitei e subscrevi.
Alarico Francisco Rodrigues de Oliveira Junior

JAGUARIAÍVA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO Denunciado: JOAQUIM RENATO RIBEIRO Autos nº. 0002204-26.2019.8.16.0100 Prazo: 90 (noventa) dias Amanda Cristina Lam Staczuk Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado, que se encontra atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente INTIMA-O para que efetue o pagamento das custas processuais, restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do apenado, a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b)após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado. Réu: JOAQUIM RENATO RIBEIRO, RG n° 33260474 SSP/PR, nascido aos 05/02/1961, atualmente em lugar incerto e não sabido. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, 10 de abril de 2024 às 14:02:28. Eu, Renata Maurente Rodrigues, Técnica Judiciária, que o digitei e o subscrevi. Ana Claudia de Lima Cruvinel Juíza de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

Edital de Citação
DESTINATÁRIOS: Incerto e Desconhecidos
A Juíza de Direito Amanda Cristina Lam Staczuk, da Vara de Família e Sucessões de Jaguariaíva,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL, no prazo de 20 (vinte) dias, perante este Juízo, tramitam os autos de Inventário e Partilha, sob nº 0001099-82.2017.8.16.0100, em que é autora SAMILLY MARIA MARTINS FERRAZ e tem como objeto o ESPÓLIO DE DILMA BORGES FERRAZ, pelo presente CITA os EVENTUAIS INTERESSADOS INCERTOS E DESCONHECIDOS, para que, desejando, impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes arguirem erros e omissões, ou contestem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc.
IV, CPC).
Eu, Lucas Cavichiolo Moreira Barbosa, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Jaguariaíva, 10 de abril de 2024.
Amanda Cristina Lam Staczuk
Juíza de Direito

JANDAIA DO SUL

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): LUCAS LACERDA DIAS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito João Gustavo Rodrigues Stolsis, da Vara Criminal de Jandaia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0004207-25.2019.8.16.0044, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WESLEI HENRIQUE DA SILVA MATOS, e vítima LUCAS LACERDA DIAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **LUCAS LACERDA DIAS, portador(a) do RG 108671050 SSP/PR e CPF 068.762.579-32, nascido(a) em 01/12/1995, natural de JANDAIA DO SUL, filho(a) de CELINA DOS SANTOS LACERDA DIAS e VALDECINDO GONÇALVES DIAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do na data de Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva Estatal, a fim de CONDENAR o réu WESLEY HENRIQUE DA SILVA MATOS como incurso nas sanções do artigo 180, caput, do Código Penal. , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Jandaia do Sul, 11 de abril de 2024.**
Hévila Rúbia Brito Delalibera
Técnica JudiciáriaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): MATHEUS HENRIQUE PASQUIN DOS REIS
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito João Gustavo Rodrigues Stolsis, da Vara Criminal de Jandaia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0001163-45.2024.8.16.0101, em que é(são) autor(es) MATHEUS HENRIQUE PASQUIN DOS REIS, réu(s) PAMELA PRISCILLA PASQUIN DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovente MATHEUS HENRIQUE PASQUIN DOS REIS, portador(a) do RG 157379941 SSP/PR e CPF 135.400.029-36, nascido(a) em 03/03/2010, natural de JANDAIA DO SUL/PR, filho(a) de CLAUDIA APARECIDA PASQUIN e ALÉCIO GERMANO DOS REIS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " 1. INTIMAÇÃO da NOTICIANTE sobre todo o teor da decisão anexa, observando que este Juízo fixou as seguintes MEDIDAS DE PROIBIÇÃO, conforme decisão presentes nos referidos autos: a) o afastamento do lar em que conviva com o requerente (Lei nº. 14.344/2022, art. 20, inc. II); b) proibir a requerida de aproximar-se do requerente, fixando, para tanto, uma distância mínima de duzentos metros (Lei nº. 14.344/2022, art. 20, inc. III); e c) proibir a comunicação e contato com o requerente e testemunhas, por qualquer meio (Lei nº. 14.344 /2022, arts. 20, inc. IV e 21, inc. I), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. CIENTIFICAÇÃO de que: 2.1. As medidas acima descritas têm validade conforme descrito na decisão. Findo o prazo das medidas protetivas, se nada for requerido, os autos serão arquivados; 2.2. O descumprimento das medidas aplicadas poderá ocasionar a decretação da PRISÃO PREVENTIVA do(a) noticiado(a), nos termos do art. 313, inc. III, do Código de Processo Penal. l. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Jandaia do Sul, 11 de abril de 2024.**
Hévila Rúbia Brito Delalibera
Técnica JudicialOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

LAPA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Bianca Bacci Bisetto, da Vara Cível da Lapa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0001804-95.2022.8.16.0103, em que é(são) autor(es) VERA MARIA MENDES DE TOLEDO, MARINES DE SIQUEIRA MENDES, MARISTELA DE SIQUEIRA MENDES, e réu(s) ANA MARIA KUREKI GREGORIO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ANA MARIA KUREKI GREGORIO, por sentença publicada em 07/03/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) VERA MARIA MENDES DE TOLEDO, portador(a) do RG 4.780.339-0 e CPF 031.191.949-99, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a sentença judicial que segue parcialmente transcrita: " Em face do exposto, com base no art. 487, inc. I, do NCPC, JULGO PROCEDENTE o pedido e decreto a interdição de ANA MARIA KUREK GREGÓRIO, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 4º, inc. III e 1.767, inc. I, ambos do Código Civil (redação dada pela Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência). Com fundamento no art. 1.775, § 1° da mesma codificação e no art. 755, inc. I do NCPC, nomeio VERA MARIA MENDES DE TOLEDO como sua curadora.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, bruno Schultz Batista, Auxiliar Juramentado, conferi e digitei.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Bianca Bacci Bisetto, da Vara Cível da Lapa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0001705-91.2023.8.16.0103, em que é(são) autor(es) ASTROGILDA OLIVEIRA DE ALMEIDA, e réu(s) Christian Rogers Oliveira de Lima, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a substituição de curatela de ROSANGELE OLIVEIRA DE LIMA, por sentença publicada em 01/02/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil,. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador (a) ASTROGILDA OLIVEIRA DE ALMEIDA, portador(a) do RG 3.575.426-1 e CPF 537.136.489-72, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Diante do exposto, e considerando tudo mais que dos autos consta, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para determinar a substituição da curatela de ROSANGELE OLIVEIRA DE LIMA, destituindo o encargo do curador anterior, nos termos dos artigos 1.764, III e 1.781, CC, e nomeando como curadora ASTROGILDA OLIVEIRA DE ALMEIDA, a qual não poderá por qualquer modo, sem autorização judicial, alienar ou onerar quaisquer bens eventualmente pertencentes ao interdito e deverá empregar os valores recebidos do órgão previdenciário exclusivamente em prol da saúde, alimentação e bem-estar do mesmo, aplicando-se, no caso, o disposto no art. 553, CPC /2.015, com as respectivas sanções. Consequentemente julgo EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, CPC/2015.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Bruno Schultz Batista, Auxiliar Juramentado, conferi e digitei.

LARANJEIRAS DO SUL

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

Adicionar um(a) Conteúdo**1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL - PR**
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DO SR. GILMAR LANGER.

O doutor(a) LUCIANA GONÇALVES NUNES, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Judicial desta Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER**,** aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente leva ao conhecimento de todos, para que no futuro não aleguem ignorância (desconhecimento), de que neste Juízo e Cartório Cível se processou os autos **nº 0004223-22.2021.8.16.0104 DE INTERDIÇÃO,** no qual foi declarado Incapaz, o sr. **GILMAR LANGER** brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº 4.009.499-7, inscrito no CPF nº 258.124.592-15, residente e domiciliado na Rua Raimundo Mioranza, 1660, Nova Laranjeiras - Paraná, com fundamento no art. 1.775, § 3º, do Código Civil. Lavre-se termo e em obediência ao disposto no art. 755, §3º do CPC e no art. 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-a, imediatamente, na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma vez), e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se, Luciana Gonçalves Nunes Juiz(a) Titular.
O presente é expedido, será publicado e afixado na forma da Lei e local de costume. Dado e passado nesta cidade de Laranjeiras do Sul/PR, aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro. Eu, Liandra Franco França, Técnica Judiciária.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - LARANJEIRAS DO SUL - PROJUDI
Rua Barão do Rio Branco, 3040 - Centro - Laranjeiras do Sul/PR - CEP: 85.301-030 - Fone: (42) 3309 3840 - E-mail: ls-2vj-s@tjpr.jus.br

Processo:	0002873-69.2022.8.16.0134
Classe Processual:	Petição Infância e Juventude Cível
Assunto Principal:	Abuso Sexual
Valor da Causa:	R$1.212,00
Requerente(s):	• 2ª P. d. J. d. C. d P. - M.P. d. E. d. P.
Requerido(s):	• A. M. • S. S. S.

SEGREDO DE JUSTIÇA**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA MARINA DE LIMA TOFFOLI, JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC;
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Petição Infância e Juventude n° 0002873-69.2022.8.16.0104 e, considerando constar nos referidos autos a informação de que o genitora de S. S. S., encontra-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA** da genitora, **Suzana Santos Siqueira**, brasileira, nascida em 09/01/1992, inscrita no CPF n. 090.247.289-59, filha Neuza Aparecida dos Santos e Jose Acir de Siqueira, com prazo de 20 (vinte) dias, a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente Edital de Intimação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
DISPOSITIVO: Posto isso, JULGO EXTINTO o presente feito, sem apreciação do mérito, por falta de interesse de agir superveniente, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2015.
CUMPRA-SE
Laranjeiras do Sul/PR, datado eletronicamente. Eu, Nelice Facco Dalmolin Stürmer, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.
(assinado digitalmente)
MARINA DE LIMA TOFFOLI
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO(A)(S): MARI KATLIN CARDOSO
PRAZO DE 15 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Marina de Lima Toffoli, da Vara Criminal de Laranjeiras do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº 0000443-45.2019.8.16.0104, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) A. R. F., e vítima M. K. C. e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **M. K. C., portador(a) do RG 149671609 SSP/PR, nascido(a) em 17/01/2005, natural de LARANJEIRAS DO SUL/PR, filho(a) de J. D. S. e L. V. C.**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual **condenou o réu A. R. F.** nas sanções do artigo 217-A, do Código Penal, com pena definitiva de 09 (nove) anos, 07 (sete) meses e 06 (seis) dias de reclusão, a ser cumprida no regime fechado. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rodrigo Stürmer, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Laranjeiras do Sul, 11 de abril de 2024.**
Marina de Lima Toffoli
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - LARANJEIRAS DO SUL - PROJUDI
Rua Barão do Rio Branco, 3040 - Centro - Laranjeiras do Sul/PR - CEP: 85.301-030 - Fone: (42) 3309 3840 - E-mail: ls-2vj-s@tjpr.jus.br

Processo:	0003654-03.2022.8.16.0131
Classe Processual:	Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente
Assunto Principal:	Outras medidas de proteção
Valor da Causa:	R$1,00
Polo Ativo(s):	• M. P. D. E. D. P.
Polo Passivo(s):	• A. D. S. R. • M. V. D. S. C. • S. D. S.

SEGREDO DE JUSTIÇA**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **MARINA DE LIMA TOFFOLI**, JUÍZA DE DIREITO SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC;
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente n° 0003654-03.2022.8.16.0131 e, considerando constar nos referidos autos a informação de que os requeridos A. D. S. R., M. V. D. S. C. e S. D. S., encontram-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA** dos requeridos ADÃO DOS SANTOS RODRIGUES, brasileiro, filho de Felisbela dos Santos Rodrigues e Sebastião Xavier Rodrigues, inscrito no CPF n. 386.088.129-91, nascido em 02/02/1961; MARILENE VIEIRA DOS SANTOS CANDIDO, brasileira, nascida em 26/09/1975, inscrita no CPF n. 046.613.459-24, filha de Leda Marins Santos e Idalencio Vieira dos Santos; e SELMO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF n. 072.061.309-41, filho de Maria da Trindade Rodrigues e Sebastião Cezar dos Santos, nascido em 20/04/1986, com prazo de 20 (vinte) dias, a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente Edital de Intimação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
DISPOSITIVO: Pelo exposto, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem prejuízo da continuidade dos acompanhamentos pelos demais órgãos, devendo ser comunicado este juízo, qualquer situação de vulnerabilidade vivenciada pelos protegidos. Ainda, concedo a GUARDA DEFINITIVA de E. D. S. R. ao casal JOEL THIS DA COSTA e JANES BORN, que ficará sob suas responsabilidades, devendo prestar-lhe toda assistência moral e material.
CUMPRA-SE
Laranjeiras do Sul/PR, datado eletronicamente. Eu, Nelice Facco Dalmolin Stürmer, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.
(assinado digitalmente)
MARINA DE LIMA TOFFOLI
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - LARANJEIRAS DO SUL - PROJUDI
Rua Barão do Rio Branco, 3040 - Centro - Laranjeiras do Sul/PR - CEP: 85.301-030 - Fone: (42) 3309 3840 - E-mail: ls-2vj-s@tjpr.jus.br

Processo:	0038508-62.2022.8.16.0021
Classe Processual:	Pedido de Medida de Proteção
Assunto Principal:	Inclusão em programa de acolhimento familiar
Valor da Causa:	R$100,00
Polo Ativo(s):	• M. P. D. E. D. P.
Polo Passivo(s):	• G. A. R. • L. F. N. P.

SEGREDO DE JUSTIÇA**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **MARINA DE LIMA TOFFOLI**, JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC;
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Pedido de Medida de Proteção n°0038508-62.2022.8.16.0021 e, considerando constar nos referidos autos a informação de que os requeridos G. A. R. e L. F. N. P., encontra-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA** dos requeridos GRAZIELE ALINE ROCHA, brasileira, inscrita no CPF n. 102.297.119-01, filha de Cleudenir Pedralli e Dorvalino Rocha, nascida em 11/11/1994, e LUIZ FERNANDO NECKEL POTTEMAYER, inscrito no CPF n. 115.295.599-36, filho de Luci de Fatima Neckel e Jordão Charles Pottemayer, com prazo de 20 (trinta) dias, a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente Edital de Intimação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
DISPOSITIVO:
Pelo exposto, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem prejuízo da continuidade dos acompanhamentos pelos demais órgãos, devendo ser comunicado este juízo, qualquer situação de vulnerabilidade vivenciada pela criança.
CUMPRA-SE
Laranjeiras do Sul/PR, datado eletronicamente. Eu, Nelice Facco Dalmolin Stürmer, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.
(assinado digitalmente)
MARINA DE LIMA TOFFOLI
Juíza de Direito

LOANDA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LOANDA
Juiz de Direito: Dr. Cristiano Diniz da Silva
Chefe de Secretaria: Jesuína de Oliveira Primo
PROCESSO CRIME Nº 0004545-83.2014.8.16.0105 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO RÉU LUIZ AZANAN DA SILVA, COM PRAZO DE 60 DIAS. O Dr. Cristiano Diniz da Silva, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Loanda, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente **o réu LUIZ AZANAN DA SILVA** brasileiro, nascido aos 03/10/1968, natural de QUERENCIA DO NORTE/PR, portador do RG 44862956 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 078.320.898-73, filho de MARIA SALES DA SILVA e JOSE PEDRO DA SILVA, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O** da sentença proferida nos autos em epígrafe, que **DECLAROU EXTINTASUA PUNIBILIDADE**, a qual segue parcialmente transcrita ... "Diante do exposto, conforme fundamentação **DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE** de **LUIZ AZANAN DA SILVA**, em relação ao delito previsto no art. 147 do Código Penal, em virtude da **prescrição da pretensão punitiva,** nos termos do art. 107, IV, e art. 109, VI ambos do Código Penal."... Dado e passado nesta cidade e Comarca de Loanda, aos 10 de abril de 2024. Eu, Angelúcia de Assis Santos Garcia, Analista Judiciária, que o digitei e o imprimi.

ANGELÚCIA DE ASSIS SANTOS GARCIA
Analista Judiciária

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR
Finalidade: Substituição de Curador do Interditando **SEBASTIÃO FIRMINO DA SILVA**, nascido em 27/10/1956, natural de Ibateguara/AL, portador da Cédula de Identidade RG nº15.766.643-6, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 383.945.454-91, filho de Amaro Felismino da Silva e Joana Firmino da Silva.
O Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, leva ao conhecimento de todos, em especial a quem possa interessar que, por este Juízo processam-se os autos n.º **0053090-88.2022.8.16.0014** de **INTERDIÇÃO** em que figura como requerente **IVANILDO FIRMINO DA SILVA e SEBASTIÃO FIRMINO DA SILVA representado(a) por VALDILENE FIRMINO DA**, em cujos autos foi prolatada sentença datada de 10 de outubro de 2022, a qual destituiu do encargo de curador **Sr. SEBASTIÃO FIRMINO DA SILVA**, nomeando em **SUBSTITUIÇÃO** o filho interditando **IVANILDO FIRMINO DA SILVA**, brasileiro, casado, vendedor, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH nº 03540808320/DETRAN-PR, onde consta a Cédula de Identidade RG nº 9257980-8 SESP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 045.331.979-30. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum e publicado no Órgão Oficial, na forma da lei.
"Assinatura Digital"
Erica Souza Dias
Analista Judiciária

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE LONDRINA-PR.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DO(S) RÉU(S): LEANDRO RIAS DE CAMPOS***, COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.***
O DOUTOR, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, que por este Juízo tramitam os termos dos autos de Processo Crime de nº 0034865-88.2020.8.16.0014 e, não tendo sido possível intimar pessoalmente a ***LEANDRO RIAS DE CAMPOS, PORTADOR(A) DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE R.G.123554833 SSP/PR, NASCIDO(A) AOS 30/03/1991, FILHO(A) de CACILDA DE SOUZA RIAS DE CAMPOS E LUIZ DE CAMPOS,*** *o(a) qual atualmente se encontra em lugar incerto e não sabido e, conforme sentença datada de 06/12/2023,* ***INTIMA-O DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, com relação aos crimes previstos no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, c/c artigo 14, inciso II, do Código Penal (Fato 01), e artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (Fato 02), para que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca de Londrina/PR.*** *Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. Eu (Isabela Ueda Munhoz Ohara), Técnica Judiciária, que digitei e assinei.*

PAULO CESAR ROLDÃO
Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
RÉU: **ALEXSSANDRO GALINDO**
PROCESSO CRIME NU 0042693-72.2019.8.16.0014
PRAZO:5 dias
O(A) M.M. JUIZ(A) DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da Lei.
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, com prazo de 5 (cinco) dias, não sendo possível intimar pessoalmente o sentenciado ALEXSSANDRO GALINDO, filho(a) de ANA PAULA *(Nome Mãe)* e ALCEU BENEDITO GALINDO *(Nome Pai)*, nascido(a) em 29/12/1979, natural de LONDRINA, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, cujo teor se transcreve: " Acolho as bem lançadas razões ministeriais de seq. 37.1, no sentido de que não há justa causa para o exercício da ação penal. Desta forma, DETERMINO o ARQUIVAMENTO do presente procedimento investigatório, ressalvada a possibilidade de desarquivamento nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal, levando-se em consideração, ainda, o disposto na Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal. Intimem-se. Anotações e comunicações de estilo. Após, arquivem-se os presentes autos. Diligências necessárias. Londrina, datado e assinado eletronicamente. Tatiane Garcia Silverio de Oliveira Claudino Juíza de Direito ". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina/PR. Eu, Erika Barbiero Vieira que digitei e subscrevi.

Londrina, datado e assinado digitalmente.
Tatiane Garcia Silverio de Oliveira Claudino
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Interessado: **DIRCEU BARBOSA VELEDA**
Pedido de Providências NU 0033816-80.2018.8.16.0014
PRAZO: 5 (cinco) dias
O(A) M.M. JUIZ(A) DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da Lei.
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, com prazo de 15 (quinze) dias, não sendo possível intimar pessoalmente **DIRCEU BARBOSA VELEDA** filho(a) de CARMEN BARBOSA VELEDA *(Nome Mãe)* e RAMAO MARQUES VELEDA *(Nome Pai)*, nascido(a) em 04/07/1950, natural de RIO DE JANEIRO(), **atualmente em lugar incerto e não sabido**, para que no prazo de 15(quinze) dias, comprove ser legítimo proprieta´rio do valor apreendidonos autos da Ação Penal 000905-45.2000.8.16.0014, que tramitou neste juízo, onde vossa senhoria figurou como réu. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina/PR. Eu, Erika Barbiero Vieira que digitei e subscrevi.
Londrina, datado e assinado digitalmente.
Tatiane Garcia Silverio de Oliveira Claudino
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

Processo: 0047561-30.2018.8.16.0014
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto Principal: Anulação Valor da Causa: R$ 100,00
Autor(s): CENTRO TERAPEUTICO VIVA LTDA (CPF/CNPJ: 07.330.847/0001-83)
Réu(s): GISELE PUCCETTI RODRIGUES (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
ESPÓLIO DE IDA DOMINGUES DA MOTA (CPF/CNPJ: 860.787.559-00)
RICARDO LOMBARDI (CPF/CNPJ: 255.064.338-08)
EXPEDIÇÃO REALIZADO NO SISTEMA PROJUDI - CF. PROVIMENTO 223/2012 DO TJ/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS
Finalidade: **CITAÇÃO** da parte **RÉ: GISELE PUCCETTI RODRIGUES**, atualmente em lugar incerto.
Edital expedido no feito em referência, onde a parte **AUTORA** alega resumidamente o seguinte: *"que a presente ação visa a declaração da nulidade da sentença proferida nos autos epigrafados, que julgou procedente a pretensão da autora, ora demandada. Ocorre que o demandado, utilizando-se de evidente dolo, informou nos autos endereço diverso daquele em que a demandante possui, apesar de possuir o endereço correto em contrato de locação e outros documentos, inclusive sendo indicado pelos fiadores nos autos do processo. A citação postal foi recebida por pessoa desconhecida, sem qualquer vínculo com a demandante, inclusive podendo ser ainda representante da própria autora, visto que estavam em processo de*

devolução do imóvel. Sendo assim, a demandante não tomou conhecimento da ação contra ela proposta, não apresentando sua contestação em tempo hábil, tendo sido declarada revel. Como se vê, a lide versa sobre nulidade do ato citatório, vício insanável, e que faz com que a sentença seja considerada, perante a doutrina e jurisprudência como eivada de nulidade absoluta. Desta forma, fez-se necessária a propositura desta Ação, por tratar-se de remédio processual imprescritível, haja vista, ter-se escoado o prazo bienal da ação rescisória, além do que, in casu, estar-se-ia diante de hipótese de nulidade absoluta da sentença, que portanto prejudica o trânsito em julgado, requisito essencial à propositura da rescisória".

E, por encontrar-se em lugar ignorado é o presente para **CITAR** a parte **RÉ: GISELE PUCCETTI RODRIGUES**, para no prazo de **15 (QUINZE) DIAS** úteis (CPC, 335), responder aos termos da presente ação. A falta de apresentação de contestação importará em revelia e presunção de veracidades da matéria fática apresentada na petição inicial (CPC, 344).O prazo para contestação terá inicio com o término do prazo estipulado nos termos do art. 231, IV do CPC.

Em caso de revelia será nomeado curador especial (CPC, 257, IV).

Londrina, 15/03/2024. Eu, Jefferson Greghi Leiria, Técnico(a) Judiciário(a) da Terceira Vara Cível, o digitei e subscrevi.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

O Juiz de Direito Marcos Caires Luz, da 3ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Pessoa Idosa, sob nº 0064819-14.2022.8.16.0014, em que é(são) autores LAURA TEIXEIRA RODRIGUES, ELIZEU DIAS TEIXEIRA, VIVALDO DIAS TEIXEIRA, ALICE TEIXEIRA MARQUES TORRECILHA, DALVINA DIAS TEIXEIRA GUERREIRO, CLEUSA DIAS TEIXEIRA ALMENARA, RUBENS DIAS TEIXEIRA, e réu MARIA DIAS TEIXEIRA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de MARIA DIAS TEIXEIRA**, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG n.º 3.386.389-6 e inscrita no CPF 047.087.669-71, por sentença publicada em 07/07/2023, a qual reconheceu que a interditada é incapaz de exercer os atos da vida civil (relativamente capaz), o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **LÁZARO TEIXEIRA RODRIGUES**, portador(a) do RG 31789842 e CPF 532.036.159-91, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. O Curador não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Diante o exposto, JULGO PROCEDENTE (Art. 487, I do CPC) a pretensão deduzida nestes autos nº 0064819-14.2022.8.16.0014 e, por conseguinte, DECRETO a interdição de MARIA DIAS TEIXEIRA, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (relativamente incapaz) na forma do art. 4º, III, do Código Civil, com nova redação dada pela Lei nº 13.146/2015. Com esteio na mesma fundamentação nomeio Lázaro Teixeira Rodrigues como curador da interditada, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Aplica-se, no caso, o disposto no art. 553, do Código de Processo Civil, e as respectivas sanções. Inscreva-se a sentença no Registro Civil e, no que possível, as demais previsões do §3º do art. 755 do CPC. Publiquem-se na Imprensa Oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Comunique-se a justiça eleitoral. Intime-se o curador para o compromisso, cujo termo deverá constar as restrições supra delineadas. Cumpra-se, no que for aplicável, o Código de Normas da egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Desnecessária a prestação de contas face a ausência de bens em favor do interditado. Por fim, deve a advogada dativa Ângela Tavares Périco de Souza OAB/PR 60.559, ser remunerada pelo Estado do Paraná, conforme tabela de honorários dativos divulgada pelo Poder Executivo Estadual (R $900,00 - Resolução Conjunta nº 015/2019 - PGE/SEFA). Nos termos do artigo 515, V, do CPC atribuo eficácia do presente como título executivo judicial contra o Estado do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina/PR, 05/07/2023. Marcos Caires Luz Juiz de Direito".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Débora Mitiko de Oliveira Kunioshi, Escrivã Interina, conferi e digitei.

Londrina, 30 de janeiro de 2024. Marcos Caires Luz Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

Processo: 0021356-08.2011.8.16.0014 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Cédula de Crédito Bancário Valor da Causa: R$98.236,45 Exequente(s): Executado(s): ITAU UNIBANCO S.A. (CPF/CNPJ: 60.701.190/0001-04) Avenida Alfredo Egydio de Souza Aranhaa, 100 TORRE ITAU, 7º ANDAR - Parque Jabaquara - SÃO PAULO/SP - CEP: 04.344-902 MILTON PEREIRA DE LIMA (CPF/CNPJ: 05.857.962/0001-85) Avenida Jorge Casoni, 656 - Lago Igapó - LONDRINA/PR - CEP: 86.026-110 MILTON PEREIRA DE LIMA (CPF/CNPJ: 532.317.249-53) Avenida Santo Magrini, 855 - Conjunto Parigot de Souza 1 - LONDRINA/PR - CEP: 86.081050

EXPEDIÇÃO REALIZADO NO SISTEMA PROJUDI - CF. PROVIMENTO 223/2012 DO TJ/PR EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS

Finalidade: Intimação da parte , MILTON PEREIRA DE LIMA atualmente em lugar incerto. Edital expedido no feito em referência. E, por encontrar-se em lugar ignorado é o presente para INTIMAR sobre a efetivação de indisponibilidade de ativos financeiros no valor de R$:5.084,54, bem como para, no prazo de 05 (CINCO) DIAS se manifestar sobre sua impenhorabilidade, e, ainda, sobre remanescente indisponibilidade excessiva dos ativos financeiros (artigo 854, § 3º, inc. I e II do CPC). ADVERTÊNCIA: A (artigo 854, § 5º do CPC). não manifestação, converter-se-á a indisponibilidade dos ativos em penhora Londrina, 16 de fevereiro de 2024. Marcos Caires Luz Juiz de Direito Documento assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO

A Juíza de Direito Juliana Trigo de Araújo Conceição, da 3ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0032341-16.2023.8.16.0014, em que é autora MARA LUCIA TESONE, e réu MARIA VIANA TEZONE, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de MARIA VIANA TEZONE**, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG/PR 5.403.675-2, inscrita no CPF sob n.º 768.794.709-83, residente e domiciliada À Av. Paraná, 217 - Apto 201 - Centro, nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, por sentença publicada em 17/01/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não possui condições de gerir seus próprios atos, uma vez que se encontra acamada e sem capacidade de comunicação, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, ficando advertida de que necessitará de prévia autorização judicial para que contraia obrigações em nome da interditanda, podendo praticar atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandado em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) MARA LUCIA TESONE, portador(a) do RG/PR 1.334.156-7 e inscrita no CPF sob n.º 366.161.769-91, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Pelo exposto, com fundamento no art. 487, I, e art. 754 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter MARIA VIANA TEZONE à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por MARA LUCIA TESONE, ficando advertida de que necessitará de prévia autorização judicial para que contraia obrigações em nome da interditada. Considerando que a interditada aufere renda de valor não expressivo e não possui bens, e tendo em vista o parecer do Ministério Público, fica dispensada a caução e a prestação de contas anual. A interdição abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandado em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. Lavre-se o termo de curatela. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Custas pela parte autora. Sem honorários.

Entretanto, observe-se a prévia concessão de justiça gratuita à autora (seq.11). Fixo os honorários da curadora especial nomeada à seq. 62 em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com observância à RESOLUÇÃO CONJUNTA N° 15/2019-PGE/SEFA, a serem suportados pelo Estado do Paraná. Ciência ao Estado.Ciência ao Ministério Público.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina, datado e assinado digitalmente. Juliana Trigo de Araújo Conceição Juíza de Direito Substituta".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Débora Mitiko de Oliveira Kunioshi, Escrivã Interina, digitei e subscrevi.

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3491 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS KAMARA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 79.982.021/0001-00).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 11 de junho de 2024, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 11 de junho de 2024, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC). OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. PROCESSO: Autos sob nº 0028464-98.2005.8.16.0014 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em que são exequentes DAMASIO FERNANDES RIBAS - (CNPF/MF SOB Nº 442.959.369-87) e GERSON PATRÍCIO DA SILVA - (CNPF/MF SOB Nº 235.521.669-04) e executada INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS KAMARA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 79.982.021/0001-00). BEM(NS): "BEM01: Terreno, situado no lugar Taboleiro, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha - SC, constituído pelo Lote 34 da quadra E do Loteamento Jardim Carvela, medindo 15,00m de frente para o lado par da Rua B, distante 45,00m da Rua F, e 15,00m de largura nos fundos com uma área reservada, por 20,00m de extensão em ambos os lados, estremando do lado direito de quem de frente olha o imóvel com o lote 32, e do lado esquerdo com o lote 36, com a área total de 300,00 metros quadrados, situado na rua Antônio Domingos Inácio, 594, bairro Itajuba, inscrição imobiliária 01.07.043.0275. - Matrícula nº 6.644 de Barra Velha - SC. Valor Da Avaliação: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais). BEM02: Terreno, situado no lugar Taboleiro, zona urbana desta cidade e comarca de Barra Velha - SC, constituído pelo Lote 35 da quadra E, do Loteamento Jardim Caravela, medindo 15,00m de frente para o lado impar da Rua B, distante 30,00m da Rua F e 15,00m de largura nos fundos com o lote 16, por 20,00m de extensão em ambos os lados, estremando do lado direito de quem de frente olha o imóvel com o lote 37, e do lado esquerdo com o lote 33, com a área total de 300,00 metros quadrados, situado na rua Antônio Domingos Inácio, 609, bairro Itajuba, inscrição imobiliária 01.07.044.0045. - Matrícula nº 6.645 do CRI - Barra Velha - SC. Valor Da Avaliação: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais). BEM03: Terreno, situado no lugar Taboleiro, zona urbana desta cidade e comarca de Barra Velha - SC, constituído pelo Lote 45 da Quadra H, do loteamento Jardim Caravela, medindo 15,00m de frente para o lado impar da Rua I, distante 30,00m da Rua H e 15,00m de largura nos fundos com o lote 46, por 20,00m de extensão em ambos os lados, estremando do lado direito de quem de frente olha o imóvel com o lote 48 e do lado esquerdo com o lote 42, com a área total de 300,00 metros quadrados, situado na rua Agostinho Felix Aguiar, 991, bairro Itajuba, inscrição imobiliária 01.07.067.0135. - Matrícula nº 2.401 do CRI de Barra Velha - SC. Valor Da Avaliação: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)". ÔNUS: BEM01: R.4 - Penhora referente aos autos nº0012341-49.2013.8.4.0005 movida por Myryan Carmen Peixoto Abal, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível de Balneário Camboriú - SC; Av.5 - Penhora em favor do credor referente aos presentes autos; Av.6 - Penhora referente aos autos nº 1257143.2000.8.16.0014 movida por Jose Alva da Costa, em trâmite perante o juízo da 8ª Vara Cível, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 225.5; BEM02: R.4 - Penhora referente aos autos nº0012341-49.2013.8.4.0005 movida por Myryan Carmen Peixoto Abal, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível de Balneário Camboriú - SC; Av.5 - Penhora em favor do credor referente aos presentes autos; Av.6 - Penhora referente aos autos nº 1257143.2000.8.16.0014 movida por Jose Alva da Costa, em trâmite perante o juízo da 8ª Vara Cível, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 225.6; BEM03: R.4 - Penhora referente aos autos nº0012341-49.2013.8.4.0005 movida por Myryan Carmen Peixoto Abal, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara Cível de Balneário Camboriú - SC; Av.5 - Penhora em favor do credor referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 225.2. Eventuais constantes após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação. OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN). AVALIAÇÃO DOS BENS: BEM01: R$ 91.949,96; BEM02: R$ 91.949,96 e BEM03: R$ 61.299,98, conforme atualização da avaliação até a presente data. OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. OBSERVAÇÃO 2: Consoante o disposto no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, : "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja, igual a inferior a 60% do valor da avaliação, da seguinte forma: Em qualquer dos casos, deverá haver o pagamento de 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas deverão ser atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI (Decreto nº 1.544/95), a partir da data da arrematação, com vencimento da primeira 05 (cinco) dias após a intimação da expedição da carta de arrematação. Será lavrada hipoteca sobre o bem como garantia do pagamento das prestações, o que constará da carta de arrematação, para fins de averbação junto ao Registro de Imóveis, e, em se tratando de bem móvel, por caução idônea, ou seja: a)caução real, ou seja, oferta de bem imóvel livre e desembaraçado, cuja avaliação seja superior a avaliação do bem arrematado; (b)caução fidejussória (fiança) - devendo demonstrar que em face do fiador (e sua esposa e ou companheira) não pendem ações executivas ou anotações negativas e cadastros de inadimplentes, além de comprovar que o fiador e eventual cônjuge ou companheiro possui um patrimônio mínimo para fazer frente à dívida; (c)seguro bancário. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal. DEPÓSITO: Referidos bens se encontram depositados nas mãos da executada, podendo ser encontrada na Rua Piaui, 211 8º andar, sala 87 - Centro - LONDRINA/PR - CEP: 86.010-970, como fiel depositária, até ulterior deliberação. Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital. LEILOEIRO: JORGE V. ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(e)s, qual(is) seja(m): INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS KAMARA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 79.982.021/0001-00), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciária, coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), terceiro interessado na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro. (18/03/2024). Eu,_____,/// Jorge Vitorio Espolador - Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi. MARCOS CAIRES LUZ Juiz de DireitoAdicionar um(a) Conteúdo

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº. 0042675-80.2021.8.16.0014
PRAZO: 30 DIAS
O Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Londrina , FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não sendo possível intimar pessoalmente o RÉU **VALTER DOMINGUES FERREIRA** , *brasileiro(a), portador(a) do RG 70759837 SSP/PR, nascido(a) aos* **12/04/1956**, *natural de* **TAMARANA**, *filho de* **Nome da Mãe: MARIA APARECIDA FERREIRA Nome do Pai: JOCELINO DOMINGUES FERREIRA**, **atualmente em lugar incerto e não sabido,** através do presente **INTIMÁ-LO(A)** a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da pena da multa (valor da multa) e das custas processuais (valor das custas), restando advertido que **o NÃO pagamento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para garantia do pagamento do débito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Eu, Denis Moimas, Técnico Judiciário, o subscrevo.

Londrina, 11 de abril de 2024.
Juliano Nanuncio
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº. 0042675-80.2021.8.16.0014
PRAZO: 30 DIAS
O Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Londrina , FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não sendo possível intimar pessoalmente o RÉU **VALTER DOMINGUES FERREIRA** , *brasileiro(a), portador(a) do RG 70759837 SSP/PR, nascido(a) aos* **12/04/1956**, *natural de* **TAMARANA**, *filho de* **Nome da Mãe: MARIA APARECIDA FERREIRA Nome do Pai: JOCELINO DOMINGUES FERREIRA**, **atualmente em lugar incerto e não sabido,** através do presente **INTIMÁ-LO(A)** a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da pena da multa (valor da multa) e das custas processuais (valor das custas), restando advertido que **o NÃO pagamento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para garantia do pagamento do débito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Eu, Denis Moimas, Técnico Judiciário, o subscrevo.

Londrina, 11 de abril de 2024.
Juliano Nanuncio
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº. 0025553-20.2022.8.16.0014
PRAZO: 30 DIAS
O Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Londrina , FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não sendo possível intimar pessoalmente a RÉ **SUELLEN CRISTINE MARTINS** , *brasileiro(a), portador(a) do RG 87436659 SSP/PR, nascido(a) aos* **05/07/1986**, *natural de* **TELEMACO BORBA**, *filho de* **Nome da Mãe: SUELI DO ROCIO MARTINS Nome do Pai: LAURO MARTINS**, **atualmente em lugar incerto e não sabido,** através do presente **INTIMÁ-LO(A)** a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da pena da multa (valor da multa) e das custas processuais (valor das custas), restando advertido que **o NÃO pagamento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para garantia do pagamento do débito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Eu, Denis Moimas, Técnico Judiciário, o subscrevo.

Londrina, 10 de abril de 2024.
Juliano Nanuncio
Juiz de Direito

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MAIRA FRANÇA GABRI
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(a) de Direito Luiz Eduardo Asperti Nardi, do 3º Juizado Especial Criminal de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Infração de Medida Sanitária Preventiva, sob nº 0024306-04.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MAIRA FRANÇA GABRIEL, e vítima ESTADO DO PARANA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP; Enunciado 125, Fonaje), na qual restou **absolvido(a)** nas sanções do artigo 268, do CP, por fato ocorrido na data de 16 de março de 2021, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação penal, para ABSOLVER a acusada Maira França Gabriel da imputação que lhe foi feita na denúncia, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal", e de que possui o **prazo de 10 (dez) dias** para recorrer (art. 82, § 1º, Lei nº 9.099/1995), prazo este contado do término do fixado no presente edital, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Felipe da Silva Guimaraes, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Londrina, 10 de abril de 2024.
Luiz Eduardo Asperti Nardi
Juiz de Direito

7ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 - Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ALDENI PEDROSO LOPES PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Mauro Henrique Veltrini Ticianelli, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0077329-64.2019.8.16.0014, em que é(são) autor(es) ITAU SEGUROS S/A , e réu(s) ALDENI PEDROSO LOPES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ALDENI PEDROSO LOPES, portador(a) do RG 38325280 SSP/PR e CPF 275.770.749-34. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: " 1. Diante da documentação juntada aos autos, comprovando o vínculo alegado, celebrado com base no Decreto-lei nº 911/69, bem como o inadimplemento respectivo, provado pela notificação, defiro a medida liminar requerida na petição inicial, depositando-se o bem com o(a) autor(a). 1.1 Promova a Escrivania a anotação de que trata o § 9º, do art. 3º, do Decreto-lei nº 911/69, no sistema Renajud. 2. Executada a liminar, cite-se o(a) réu(ré) para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida indicada na exordial, acrescida dos encargos pactuados, (art. 3º, § 2º, Decreto-Lei 911/69), e, para, querendo, contestar o presente processo no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei n.º 911/69). 3. Expeça-se mandado ou Carta Precatória, conforme o caso, para efetivação da medida liminar e citação, observando-se que a carta precatória detém caráter itinerante (CPC,

art. 262). 4. Consigne-se no mandado ou Carta Precatória que, conforme dispõe o artigo 3º, § 1º, do Decreto-lei nº 911/69, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004, "cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-seão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária". 5. Cientifiquem-se os avalistas, se for o caso. 6. Defiro os benefícios do art. 212, § 2º do Código de Processo Civil. 7. Indefiro, por ora, o pedido de ordem de arrombamento e reforço policial, haja vista que tais medidas têm por pressuposto a resistência ao cumprimento da liminar (CPC, art. 139, inc. VII), o que não ocorreu até o momento. 8. Com o oferecimento de contestação, abra-se vista à parte autora para réplica em 15 (quinze) dias. 9. Com a réplica à contestação, intimem-se as partes para especificarem, em 15 (quinze) dias, de forma minuciosa e justificada as provas que pretendem produzir, bem como pertinência, relevância e utilidade, ou então, a possibilidade de julgamento conforme o estado do processo. 9.1. Registra-se que os requerimentos genéricos, bem como que o decurso do prazo fixado no item 9 sem manifestação, permitirá a interpretação pela falta de interesse na produção de provas (CC, art. 111 c/c CPC, art. 355). Intime(m)-se. Londrina, 22 de novembro de 2019. José Ricardo Alvarez Vianna Juiz de Direito." Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, VICTORIA CAROLINA GALVÃO ZAMORANO, Analista Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 02 de abril de 2024. Mauro Henrique Veltrini Ticianelli Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 - Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO - DILIGÊNCIA DO JUÍZO DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO BATISTA GONZATTI PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Mauro Henrique Veltrini Ticianelli, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Custas, sob nº 0016677-77.2002.8.16.0014, em que é(são) exequente(s) Juizo da 7ª Vara Civel de Londrina, e executado(s) JOÃO BATISTA GONZATTI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOÃO BATISTA GONZATTI, portador(a) do CPF 410.750.640-15. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado das custas processuais no valor total de R$ 144,97 (cento e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, VICTORIA CAROLINA GALVÃO ZAMORANO, Analista Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 04 de abril de 2024. Mauro Henrique Veltrini Ticianelli Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 - Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): DIRLEI APARECIDO GALDINO PRAZO DE 45 dias úteis EDITAL DE INTIMAÇÃO do embargante DIRLEI APARECIDO GALDINO, inscrito no CPF sob nº 032.837.319-26, atualmente em lugar incerto esabido e extraído dos Autos de EMBARGOS À EXECUÇÃO, sob nº 0036410-28.2022.8.16.0014, em que é embargante DIRLEI APARECIDO GALe embargado CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SPAZIO LOTUS, com prazo de 30 (trinta) dias. O DOUTOR MAURO HENRIQUE VELTRINI TICIANELLI, Juiz de Direito da 7ª. Vara Cível da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, na forma detc. FAZ SABER: A todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o embargante acima descritos, cujo endereço é incerto e não sabido ficando este INTIMADO para, realizar o pagamento das custas processuais devidas nos autos no valor de R$ 43(Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Quatro Centavos), sendo R$ 369,00 a esta serventia da 7ª Vara Cível De Londrina, e, R$ 7devidos ao Cartório Distribuidor/Contador, nos termos da r. sentença proferida no sequencial 21.1 dos autos, acima transcritos. Foi expedido o preedital que será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paaos 20 de março de 2024. Eu, JOÃO MARCOS AKAISHI, Funcionário Juramentado, subscrevi e assinei digitalmente. MAURO HENRIQUE VELTRINI TICIANELLI JUIZ DE DIREITO Assinado Digitalmente OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 - Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Mauro Henrique Veltrini Ticianelli, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Custas, sob nº 0002155-10.2023.8.16.0014, em que é(são) exequente(s) 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA, e executado(s) JOÃO PEDRO BRANDÃO DA SILVA, IBT SERVIÇOS EM CONDOMINIO EIRELI-ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) IBT SERVIÇOS EM CONDOMINIO EIRELI-ME, portador(a) do CNPJ 25.285.237/0001-97;JOÃO PEDRO BRANDÃO DA SILVA, portador(a) do RG 126572212 SSP/PR e CPF 066.321.289-80. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito com relação às custas processuais a que foi condenado, no valor total de R$ 2.140,79 (Dois Mil Cento e Quarenta Reais e Setenta e Nove Centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condicionase à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Emily Daiane Becaria, Funcionária Juramentada, conferi e digitei. Londrina, 26 de março de 2024. Mauro Henrique Veltrini Ticianelli Juiz de Direito Assinado digitalmente OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi

---

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Kléia Bortolotti, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição /Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0043813-48.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) JOÃO RITA MOREIRA, e réu(s) FÁBIO MOREIRA, que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de FABIO MOREIRA, por sentença publicada em 29/11/2023, que segue parcialmente transcrita: " 3.1. Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido e decreto a interdição de FÁBIO MOREIRA, nomeando JOÃO RITA MOREIRA, para exercer o encargo de seu curador, mediante compromisso. Dispenso o curador da especialização de hipoteca legal ou caução, assim como a prestação de contas (CC, 1.745, parágrafo único, c/c Lei nº 13.146/15, art. 84, § 4º). Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente sentença de interdição no registro de pessoas naturais, com a publicação na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça vinculado a este juízo, na imprensa local, 01 (uma) vez, e no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Comunique-se o Cartório Eleitoral, para os fins do art. 15, inciso II, da Constituição Federal. Com o registro da interdição e comunicação do Sr. Oficial a este juízo, lavrese termo de compromisso do Sr.

Curador, nos moldes do artigo 759 do Código de Processo Civil, destacando os deveres constantes dos artigos 1.740 e seguintes do Código Civil (art. 403, in fine, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Estado do Paraná, Foro Judicial). Custas e despesas processuais dispensadas, em razão da concessão do benefício da justiça gratuita a ambas as partes. 3.2. Diante da circunstância de ter sido realizada a defesa do interditado por meio de curador especial, nomeado por este juízo, com fundamento no artigo 5º, incisos LV e LXXIV, da Constituição Federal, no artigo 24, da Lei nº 8.906/94 e na Resolução Conjunta nº 015/2019 da PGE/SEFA, observado em especial o grau de zelo da profissional, o tempo exigido, o local do trabalho, o grau de dificuldade dos serviços, fixo em favor do advogado DANILO ADAM DA SILVA TONZAR - OAB/PR 79008, honorários advocatícios no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme item 2.8 da referida resolução, condenando o Estado do Paraná a efetuar o pagamento de tal verba honorária. Expeça-se certidão de nomeação e condenação do Estado do Paraná no pagamento da verba honorária. 3.3. Certificado o trânsito em julgado, expeçam-se requisições de pequeno valor (RPV) para pagamento dos honorários periciais pelo Estado do Paraná. Deve ser observado que sobre os valores arbitrados: a) R$ 370,00 - perícia médica (evento 29.1) e b) R$ 300,00 - perícia social (evento 72.1), deve incidir a atualização anual pelo índice IPCAE, a partir da data de 13.07.2016 até janeiro/2022 para a perícia médica, e até janeiro/2023 para o estudo social, considerando as datas dos arbitramentos dos honorários periciais respectivos. 3.4. Aguarde-se o trânsito em julgado e, uma vez certificado nos autos, arquivem-se, com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina, data de inserção no sistema. KLÉIA BORTOLOTTI Juíza de Direito Substituta". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Franciellen Chagas Amorim, Analista Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 09 de abril de 2024. Kléia Bortolotti Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 - Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Kléia Bortolotti, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0006254-23.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) ANGELA MARIA RICCI, e réu(s) Marina Feltrin Ricci, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de , por sentença publicada em sequencial nº 125.1, conforme teor a saber: "(...) 1. RELATÓRIO Trata-se de ação de interdição com pedido de curatela provisória em antecipação de tutela proposta por ÂNGELA MARIA RICCI em face de MARINA FELTRIN RICCI. Narra a requerente que: a) é filha da requerida, sendo esta portadora de Demência na Doença de Alzheimer (CID 10 F00), sendo acometida, também com enfisema pulmonar e perda auditiva, o que afetou diretamente sua independência, passando a necessitar de auxílio para as tarefas básicas e diárias; b) a requerida, anteriormente, vivia com seu marido, Gelson Ricci, contudo, este faleceu em 19 de janeiro de 2023, passando a requerente a gerir todas as necessidades da requerida, tarefa que já vinha exercendo anteriormente, de forma parcial; c) em decorrência das enfermidades que acometem a requerida, a requerente pretende sua interdição para que possa exercer os atos da vida civil; d) o benefício previdenciário recebido pelo cônjuge da requerida cessou com a morte daquele, logo, necessita regularizar o recebimento junto ao INSS, para que a requerida não fique desprovida de renda, já que era a única fonte de renda do casal. Juntou procuração (evento 1.2); seus documentos pessoais e da interditanda (evento 1.3 /1.5); certidão de óbito do cônjuge da requerida (evento 1.6); certidão de casamento da requerida com o Sr. Gerson Ricci (evento 1.7); laudos (evento 1.8/1.11); e comprovantes de recebimento do benefício mencionado na inicial (evento 1.13/1.14). Em evento 7.1, foi determinado à requerente que comprovasse a hipossuficiência econômica alegada. Em seguida, a remessa dos autos ao Ministério Público. A requerente promoveu o pagamento das custas em eventos 11.1/11.5, 9.0, 12.0 e 16.0. Instado a se manifestar, o Ministério Público apresentou parecer em evento 24.1. Em seu parecer: (i) pronunciouse pelo deferimento da liminar e requereu; (ii) a intimação da autora para qualificar os outros filhos da interditanda, Jefferson e André, para que possam ser citados ou, então, juntar declarações de anuência firmadas por aqueles; (iii) a intimação da autora para esclarecer se a interditanda possui patrimônio e rendimentos em seu nome; e (iv) a citação da interditanda e a designação de audiência para sua entrevista. Por meio da decisão de evento 29.1, foi concedida a medida liminar, nomeando-se a requerente como curadora provisória da requerida, determinando-se a citação da interditanda para realização de entrevista, com posterior abertura de prazo para impugnação. Termo de curador expedido em evento 39.1. Emenda à inicial em evento 53.1., com a juntada de documentos em nome da requerida, comprovando a existência de um único imóvel e de valores recebidos a título de benefício previdenciário (eventos 53.2 /53.4). Juntou, ainda, declaração dos demais filhos da ré, Srs. Jefferson e André (eventos 53.6/53.7) concordando com o pedido. A decisão de evento 55.1: (i) concedeu à requerida os benefícios da gratuidade da justiça; (ii) determinou a realização de prova pericial médica e estudo social, restando, para tanto, nomeados os peritos Dr. Junot Cordeiro e a Sra. Angela Prates do Nascimento, respectivamente. Audiência realizada em evento 81.1/81.2. Em audiência, foi: (i) nomeado curador especial à interditanda, Dr. Newton Barbosa Leite Filho; (ii) determinada a intimação do Estado do Paraná quanto aos honorários periciais arbitrados em evento 55.1; e (iii) que se aguardasse a entrega dos laudos. Em evento 88.1, o curador especial nomeado apresentou contestação por negativa geral, momento em que pleiteou a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita à interditanda. Estudo social apresentado em evento 89.1, sobre os quais se manifestaram as partes (eventos 94.1 e 96.1). Impugnação à contestação em evento 97.1. Laudo médico em evento 104.1, sobre o qual se manifestaram as partes em eventos 107.1 e 108.1. O Ministério Público apresentou parecer favorável ao reconhecimento da incapacidade relativa da ré, nomeando-se a autora como sua curadora, para representá-la nos atos da vida civil. O despacho de evento 114.1 determinou a intimação do Estado do Paraná acerca dos honorários arbitrados em evento 55.1. O Estado do Paraná concordou com o arbitramento em evento 122.1. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO 2.1. Do Mérito: Trata-se de ação de interdição com pedido de curatela provisória em antecipação de tutela proposta por ÂNGELA MARIA RICCI em face de MARINA FELTRIN RICCI. Importante destacar as novidades com relação à interdição e /ou curatela diante da vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2.015), que disciplina novo tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física. Assim, dispõe o art. 2º da referida Lei que, "considerase pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". Outrossim, prevê o art. 6º da mesma Lei que "a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa [...]", bem como o art. 114 revoga os incisos do art. 3º do Código Civil, excluindo a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. Por sua vez, o art. 84, em seu § 1º do Estatuto diz que "a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. §1º - Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei". Deste modo, a curatela é o múnus público que constitui medida protetiva extraordinária conferida a alguém para dirigir a pessoa e administrar os bens de maiores que, em virtude de doença ou deficiência mental, não estejam em condições de fazê-lo por si. Nessa linha de raciocínio, "a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial [...] constituindo medida protetiva extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado [...]", conforme dispõe o art. 85, § 2º do Estatuto. Vale destacar que a nova Lei aboliu juridicamente a previsão da incapacidade pela deficiência, ainda que eventual assistência seja necessária para condução da sua própria vida. Desta forma, nota-se que foi afastada a exigência de termo de curatela em várias situações do dia-a-dia como, por exemplo, o requerimento e/ou recebimento de benefícios previdenciários, conforme inclusão pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1.991: "Art. 110-A. No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento." Feitas tais considerações, impõe-se que somente se admite o processamento da interdição (como ação de imposição de curatela e não à declaração de incapacidade civil), quando restar comprovada a necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador ante a impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando. Nesse sentido, decretada a interdição, é necessária a nomeação de curador ao interditado. De fato, "a curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo". (GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, VI Volume 2.ª edição, São Paulo, Saraiva, 2006, p. 607). Da análise dos documentos juntados aos autos, restou demonstrada a incapacidade relativa da interditanda para gerir os atos da vida civil. Conforme, consta no laudo pericial (evento 104.1) realizado pelo perito judicial, médico Dr. Junot Cordeiro: Trata-se de pericianda com doença de Alzheimer, em progressão, que compromete a parte cognitiva cerebral e da memória, afetando sobremaneira a tomada de decisões e a autodeterminação. Há necessidade de acompanhamento de terceiros para as todas as atividades do dia a dia, além de ser representada nos atos da vida civil, uma vez que a pericianda não reúne condições para tais atos. A doença é progressiva e incurável. Há incapacidade total e definitiva. Além disso, a incapacidade foi aferida por ocasião do interrogatório da interditanda, em audiência realizada em evento 81.2. Em casos como o presente, a interdição é imperiosa. É assim na jurisprudência: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO MÉDICO - PRETENSÃO DE QUE SEJA REALIZADA NOVA PERÍCIA NA INTERDITANDA - DESCABIMENTO - PERÍCIA REALIZADA NO ÂMBITO DO PROJETO JUSTIÇA NO BAIRRO QUE ATENDE À DETERMINAÇÃO LEGAL - INCAPACIDADE DA INTERDITANDA COMPROVADA - OITIVA EM AUDIÊNCIA QUE CORROBORA A CONCLUSÃO DO LAUDO MÉDICO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 11ª C.Cível - 0003778-89.2017.8.16.0024 - Almirante Tamandaré - Rel.: DESEMBARGADOR MARIO NINI AZZOLINI - J. 11.09.2019) Destarte, sopesando detidamente todos os documentos acostados aos autos, restou demonstrada a incapacidade da interditanda para dirigir sua pessoa e gerir os atos da vida civil, extraindo-se, assim, a ilação de que aquela efetivamente apresenta estado psíquico anômalo a prejudicar sobremaneira sua capacidade de entendimento, o que impõe a decretação de sua interdição, para o fim de ser assistida por um curador. Urge, todavia, consignar que, não obstante tenha o Código de Processo Civil conferido cunho eminentemente declaratório à sentença de interdição, esta ostenta caráter constitutivo. Assim, a incapacidade não retroage e os atos praticados pela interditanda são nulos "ex nunc". Decretada a interdição, é necessária a nomeação de curador ao interditado. De fato, "a curatela é o encargo

deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo". (GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, VI Volume 2.ª edição, São Paulo, Saraiva, 2006, p. 607). A legitimidade do requerente à curatela advém do fato de se tratar de filha da requerida (evento 1.3), bem como diante da anuência de seus irmãos (eventos 53.6 e 53.7), atendendo-se, portanto, o art. 1.775, § 1º, do CC. A partir disto, verifica-se que o Ministério Público se manifestou pela nomeação da requerente como curadora (evento 111.1). Ademais, o estudo social elaborado constatou que a requerente tem dispensado todos os cuidados físicos e de afeto à sua genitora, revelando-se apta para o exercício da curatela (evento 89.1, p. 5/6): [...] Diante dos relatos e das análises aos autos do processo supracitado, é possível constatar que a curatelada, tem recebido os cuidados de atenção básica pela requerente. A qual administra o cuidar de sua mãe. Diante do exposto, o aludido parecer social compreende que a requerida não sofreria malefícios, estando sob a curatela definitiva da requerente, já que sua inclinação é de oferecer cuidados e afeto à curatelada. Deste modo, é possível, afirmar, que a curatela dispensada pela requerente, assegura benefício na manutenção dos vínculos familiares e para sua sobrevivência. [...] Em relação à prestação de contas estabelecida no art. 84, § 4º da Lei nº 13.146/2.015, esta deve ser dispensada, eis que a requerida não possui patrimônio expressivo, já que é proprietária de apenas 50% de um imóvel e atualmente não recebe nenhum benefício (evento 53.1/53.8). A propósito: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - INSURGÊNCIA DA AUTORA - PRETENSÃO DE AFASTAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DE BALANCETES ANUAIS E PRESTAÇÃO DE CONTAS A CADA BIÊNIO, EM FORMA MERCANTIL - POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - FAMÍLIA DE BAIXA RENDA - INTERDITADA QUE NÃO POSSUI BENS E RECEBE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE 01 (UM) SALÁRIO MÍNIMO - CURATELA EXERCIDA PELA FILHA DA INTERDITANDA - AUSÊNCIA DE FATOS DESABONADORES QUE PENDAM EM DESFAVOR DA CURADORA - . POSSIBILIDADE DE QUE AS CONTAS SEJAM REQUERIDAS, QUANDO NECESSÁRIO - ARTIGO 1.757, CC. SENTENÇA REFORMADA.1. Embora os artigos 1.755, 1.757 e 1781 do Código Civil, tragam previsão de que o curador que administra o patrimônio alheio deve prestar contas de seus atos, garantindo a utilização dos valores em favor do curatelado, a prestação de contas periódica de interditada que não possui bens e aufere benefício previdenciário no patamar de 1 (um) salário mínimo, revela-se ônus exacerbado que possibilita a dispensa do encargo, conforme entendimento desta Corte.2. Possibilidade de interessados exigirem contas quando julgarem necessária, nos termos do artigo 1.757 do Código Civil.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 12ª C. Cível - 0014038-61.2018.8.16.0035 - São José dos Pinhais - Rel.: DESEMBARGADORA ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN - J. 01.03.2021)(g.n) Pelas mesmas razões, não há necessidade de prestação da caução estabelecida no art. 1.745 do Código Civil, mormente porque não há indícios que afastem a presunção de idoneidade do requerente, além do que, revelase necessária a autorização judicial para disponibilidade do patrimônio da requerida. Por fim, quanto à necessidade de limitação dos poderes do curador, no caso em tela verifica-se que a requerida possui limitação cognitiva, encontrando-se incapaz de gerir os atos negociais (evento 104.1) o que autoriza sua representação pela curadora, para atos negociais e patrimoniais de alta complexidade (Lei nº 13.146/2015, art. 85). Assim, é imperiosa a procedência do pedido. 3. DISPOSITIVO 3.1. Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido e decreto a interdição de MARINA FELTRIN RICCI, nomeando ÂNGELA MARIA RICCI, para exercer o encargo de sua curadora, mediante compromisso. Dispenso a curadora da especialização de hipoteca legal ou caução, assim como a prestação de contas (CC, 1.745, parágrafo único, c/c Lei nº 13.146/15, art. 84, § 4º). 3.2. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente sentença de interdição no registro de pessoas naturais, com a publicação na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça vinculado a este juízo, na imprensa local, 01 (uma) vez, e no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. 3.3. Comunique-se o Cartório Eleitoral, para os fins do art. 15, inciso II, da Constituição Federal. 3.4. Com o registro da interdição e comunicação do Sr. Oficial a este juízo, lavre-se termo de compromisso do Sr. Curador, nos moldes do artigo 759 do Código de Processo Civil, destacando os deveres constantes dos artigos 1.740 e seguintes do Código Civil (art. 403, in fine, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Estado do Paraná, Foro Judicial). 3.5. Custas e despesas processuais pela requerente. 3.6. Diante da circunstância de ter sido realizada a defesa da interditada por meio de curador especial, nomeado por este juízo, com fundamento no artigo 5º, incisos LV e LXXIV, da Constituição Federal, no artigo 24, da Lei nº 8.906/94 e na Resolução Conjunta nº 015/2019 da PGE/SEFA, observado em especial o grau de zelo da profissional, o tempo exigido, o local do trabalho, o grau de dificuldade dos serviços, fixo em favor do advogado Dr. NEWTON BARBOSA LEITE FILHO - OAB/PR 61445, honorários advocatícios no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), conforme item 2.9 da referida resolução, condenando o Estado do Paraná a efetuar o pagamento de tal verba honorária. Expeça-se certidão de nomeação e condenação do Estado do Paraná no pagamento da verba honorária. 3.7. Das perícias: 3.7.1. Em análise aos autos, constata-se que não foram homologados os honorários devidos ao Sr. Perito, Dr. Junot Cordeiro, que realizou a perícia médica de evento 104.1. Como de costume, os honorários periciais são arbitrados em atenção ao grau de complexidade da prova, o tempo estimado para o serviço, bem como em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. No caso dos autos, tratando-se de perícia de baixa complexidade, em atenção ao trabalho desempenhado pelo Sr. Perito, HOMOLOGO honorários periciais em seu favor no valor de R$ 1.000,00 (mil reais)1 , que deverão ser pagos nas regras já dispostas em evento 55.1. 3.7.2. Tendo em vista a ausência de impugnação pelas partes ao valor apresentado pela Sra. Perita em evento 66.1 a título de honorários periciais, HOMOLOGO a proposta apresentada, no valor de R$ 424,71 (quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) para o estudo social. 3.7.3. Considerando que a requerente não é beneficiária da assistência judiciária gratuita, sendo esta responsável pelo pagamento de 50% dos honorários periciais homologados nos itens "3.7.1" e "3.7.2" desta sentença (evento 55.1), determino sua intimação para que promova o pagamento de sua cota parte dos honorários periciais de cada perito, em 15 (quinze) dias. 3.7.4. Diante da concordância do Estado do Paraná (evento 122.1) com o valor dos honorários periciais arbitrados (evento 55.1), requisite-se o respectivo pagamento, observando-se os valores lá homologados, diretamente junto ao devedor, mediante Requisição de Pequeno Valor, vez que o valor exequendo é inferior a R$ 21.648,08 (vinte e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oito centavos) (CF, art. 87, inciso II, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 37/2002, art. 1° da Lei Estadual n° 18.664/2015 e Resolução SEFA n°002/20232). 3.7.4.1. Sobre os valores arbitrados deve incidir a atualização anual pelo índice IPCA-E, a partir da data de 13.07.2016 até janeiro/2023, considerando a data do arbitramento dos honorários - em 03/04/2023 (evento 55.1). 3.7.4.2. Nos termos do artigo 100, § 3º, da CF/88 c/ c art. art. 2° da Lei Estadual n° 18.664 /2015, o pagamento deverá ser efetuado no prazo máximo de 90 dias (conforme dispõe o art. 2° da Lei Estadual n° 18.664/2015). Aguardese o trânsito em julgado e, uma vez certificado nos autos, arquivem-se, com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina, data de inserção no sistema. KLÉIA BORTOLOTTI Juíza de Direito Substituta." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, VICTORIA CAROLINA GALVÃO ZAMORANO, Analista Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 14 de março de 2024. Kléia Bortolotti Juíza de Direito Assinado digitalmente OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 - Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Kléia Bortolotti, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0024897-29.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) ANDREA SILVIA ROSA SANTOS, e réu(s) Mariane Santos, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de por sentença conforme teor a saber:"(...) 3. DISPOSITIVO 3.1. Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido e decreto a interdição de MARIANE SANTOS, nomeando ANDREA SILVIA ROSA SANTOS, para exercer o encargo de sua curadora, mediante compromisso. Dispenso a curadora da especialização de hipoteca legal ou caução, assim como a prestação de contas (CC, 1.745, parágrafo único, c/c Lei nº 13.146/15, art. 84, § 4º). Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente sentença de interdição no registro de pessoas naturais, com a publicação na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça vinculado a este juízo, na imprensa local, 01 (uma) vez, e no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dispensada a comunicação à Justiça Eleitoral, diante da norma do art. 85, § 1º, da Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Com o registro da interdição e comunicação do Sr. Oficial a este juízo, lavre-se termo de compromisso da Sra. Curadora, nos moldes do artigo 759 do Código de Processo Civil, destacando os deveres constantes dos artigos 1.740 e seguintes do Código Civil (art. 403, in fine, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Estado do Paraná, Foro Judicial). Custas e despesas processuais dispensadas, em razão da concessão do benefício da justiça gratuita a ambas as partes. 3.2. Diante da circunstância de ter sido realizada a defesa da interditada por meio de curadora especial, nomeada por este juízo, com fundamento no artigo 5º, incisos LV e LXXIV, da Constituição Federal, no artigo 24, da Lei nº 8.906/94 e na Resolução Conjunta nº 015/2019 da PGE/SEFA, observado em especial o grau de zelo da profissional, o tempo exigido, o local do trabalho, o grau de dificuldade dos serviços, fixo em favor da advogada AMANDA RAFAEL MASSARO - OAB/PR 98.430, honorários advocatícios no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme item 2.9 da referida resolução, condenando o Estado do Paraná a efetuar o pagamento de tal verba honorária. Expeça-se certidão de nomeação e condenação do Estado do Paraná no pagamento da verba honorária. 3.3. Cumpram-se os itens "2" e "3" da decisão de evento 108.1, acerca da expedição de RPV para pagamento dos honorários periciais médicos e daqueles fixados para elaboração do estudo social, pelo Estado do Paraná. 3.4. Aguarde-se o trânsito em julgado e, uma vez certificado nos autos, arquivem-se, com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina, data de inserção no sistema. KLÉIA BORTOLOTTI Juíza de Direito Substituta." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, VICTORIA CAROLINA GALVÃO ZAMORANO, Analista Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 08 de abril

de 2024. Kléia Bortolotti Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

9ª VARA CÍVEL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3028-7304 - E-mail: lon-9vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - Art. 755,II, § 3º do CPC.
O Excelentíssimo Senhor Doutor Aurênio José Arantes de Moura, MM. Juiz de Direito da Nona Vara Cível desta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

Processo:	0037604-29.2023.8.16.0014
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Nomeação
Valor da Causa:	R$1.320,00
Requerente(s):	• Helena Dorigon Jacinto (RG: 4891081 SSP/PR e CPF/CNPJ: 041.064.419-69)
Requerido(s):	• Aparecida Francisca Fernandez (CPF/CNPJ: 209.933.669-53)

LIMITES DA CURATELA: O requerido é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, do convívio social e de vida independente.
CURADOR(A) NOMEADO(A): HELENA DORIGON JACINTO
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância será o presente edital afixado no local próprio e publicado gratuitamente pela imprensa na forma da lei vigente, por três vezes, com intervalo de dez dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina.
Londrina, 22 de março de 2024.
Aurênio José Arantes de Moura
Juiz de Direito

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS, MEDIDAS ALTERNATIVAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
AUTOS DE EXECUÇÃO: 4000039-60.2023.8.16.0014
O Excelentíssimo Senhor Doutor **Osvaldo Taque**, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Londrina/PR, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que o Réu (Sentenciado) **ALONZO CAIQUE DE OLIVEIRA FERREIRA** Natural de LONDRINA/PR, nascido em 11/06/1998, portador do RG 143939804 SSP/PR, Cpf 119.039.249-60, filho(a) de Nome da Mãe: SUELI DE OLIVEIRA Nome do Pai: ROBSON BRAS FERREIRA, atualmente em lugar incerto ou não sabido, fica **INTIMADO** para comparecer perante este Juízo, no endereço acima, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a partir do dia útil seguinte ao prazo de dilação do presente edital, para a realização da Audiência Admonitória. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Londrina, aos 10 de abril de 2024 às 17:31:05.
Osvaldo Taque
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
AUTOS DE EXECUÇÃO: 4000066-21.2021.8.16.0044
O Excelentíssimo Senhor Doutor **Osvaldo Taque**, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Londrina/PR, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que o Réu (Sentenciado) **ÉLITA DOS REIS BORGES** Natural de FAXINAL/PR, nascido em 21/01/1999, portador do RG 144233832 SSP/PR, Cpf 126.146.629-25, filho(a) de Nome da Mãe: IVANILDA DOS REIS BORGES Nome do Pai: SERGIO DOS REIS BORGES, atualmente em lugar incerto ou não sabido, fica **INTIMADO** para comparecer o Centro Reintegração Social de Londrina - CRESLON localizado na Rua Santa Marta, 427, Espanha, a fim de instalar a monitoração NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a partir do dia útil seguinte ao prazo de dilação do presente edital. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Londrina, aos 10 de abril de 2024.
Osvaldo Taque
Juiz de Direito

MALLET

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

= Edital de intimação com o prazo de 30 (trinta) dias do executado Joãozinho da Luz, nos autos Execução Fiscal, sob nº 00011814-43.2016.8.16.0106 = O Doutor Ítalo Mário Bazzo Júnior, MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. Faz Saber a todos que do presente edital de intimação com prazo de 30 (trinta) dias, tiverem conhecimento, que tramitam por este Juízo da Vara da Fazenda Pública, os autos de Execução Fiscal sob nº 1814-43.2016.8.16.0106, proposto pelo Município de Paulo Frontin em face de Joãozinho da Luz. É o presente para o fim de INTIMAR o executado JOÃOZINHO DA LUZ, acerca da penhora do veículo GM /S10 ADVANTAGE D, placa ARP0C48, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo observar o art. 16, e seus parágrafos, da Lei n. 6.830/80, ciente de que foi nomeado como fiel depositário, bem como sobre os deveres inerentes à função e, ainda, acerca de sua responsabilidade civil e criminal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. - assinado digitalmente - Ítalo Mário Bazzo Júnior Juiz de Direito

= Edital de intimação com o prazo de 30 (trinta) dias dos executados Mauro Antonio Zaionc, Miguel Angelo Zaionc e Zaionc Importação e Exportação de Alimentos Ltda, nos autos Execução Fiscal sob nº 0000014-44.1997.8.16.0106 = (artigos 256, 257, III, 256 do Código de Processo Civil, e art. 8°, III e IV, da LEF)
O Doutor Ítalo Mário Bazzo Júnior, MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei.
Faz Saber a todos que do presente edital de intimação com prazo de 30 (trinta) dias, tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo da Vara da Fazenda Pública os autos de Execução Fiscal sob nº 0000014-44.1997.8.16.0106, proposto pelo Município de Paulo Frontin/PR em face de Mauro Antonio Zaionc e outros. É o presente para o fim de intimar os executados Mauro Antonio Zaionc, Miguel Angelo Zaionc e Zaionc Importação e Exportação de Alimentos Ltda acerca da avaliação dos imóveis penhorados (matrículas 4.462, 4.463 e 4.464 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca), para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sendo que o silêncio configurará concordância com os valores atribuídos aos bens. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024.

- assinado digitalmente -
Ítalo Mário Bazzo Júnior
Juiz de Direito

Edital Geral - Cível

Edital para conhecimento de terceiros interessados com o prazo de 10 (dez) dias (art. 34 do decreto Lei 3.365 /1941)
O Doutor Ítalo Mário Bazzo Júnior, MM. Juiz de Direito, da Vara Cível e anexos da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei.
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que, por este Juízo, tramitam os autos de Imissão na Posse sob nº 0000711-54.2023.8.16.0106**, movidos por** NEOENERGIA VALE DO ITAJAI TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. **em face de** EDUARDO SAWCZUK e LIDIA TARNIOWY, **na qual foi determinada a expedição do presente edital, conforme previsto no artigo 34 do Decreto-Lei 3.365/1941. É o presente para o fim de dar**

conhecimento a terceiros, ficando **cientes eventuais INTERESSADOS de que podem alegar o que for de direito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024.**

- assinado digitalmente -
Ítalo Mário Bazzo Júnior
Juiz de Direito

MAMBORÊ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MAMBORÊ
VARA CÍVEL DE MAMBORÊ - PROJUDI
Av. Manoel Francisco da Silva , 985 - Ed. Fórum - Centro - Mamborê/PR - CEP: 87.340-000 - Fone: 443259-7660 - Celular: (44) 3259-7661 - E-mail: mam-ju-sc@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LUIZA TEODORO DE ALCANTARA E SEUS HERDEIROS
PRAZO DE 60 dias úteis Processo 0000583-36.2020.8.16.0107O(A) Juiz(íza) de Direito ***Leticia Viana Barato***, da Vara Cível de Mamborê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Petição Cível, assunto Títulos de Crédito, sob nº 0000583-36.2020.8.16.0107, em que é(são) exequente(s) LUIZA TEODORO DE ALCANTARA, e executado(s) BANCO PAN S.A., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovente LUIZA TEODORO DE ALCANTARA**, portador(a) do CPF 817.886.739-72 ou **SEUS HERDEIROS**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** para, manifestarem eventual interesse na sucessão processual e para promoverem a respectiva habilitação, no prazo de 60 dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (CPC, art. 313, §2, inciso II). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que poderá(ão) se manifestar, por meio de advogado(a).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Hugo Ismael Moreira da Luz, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Mamborê, 10 de abril de 2024.**
Leticia Viana Barato
MagistradaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE MANDAGUARI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital Geral - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO ***DENIS EDUARDO MAGRI,*** nos autos de Processo Crime Nº 0001534-53.2022.8.16.0109, com o prazo de 15 (quinze) dias.
A Doutora **ANGELA KARINA CHIRNEV PEDOTTI AUDI**, MMª Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal da Comarca de Mandaguari, Estado do Paraná,
FAZ SABER ao acusado ***DENIS EDUARDO MAGRI***, brasileiro, desempregado, portador do RG nº 12.639.905-7/PR, cadastrado sob o CPF n° 094.255.469-83, nascido em 19/09/1993, natural de Jardim Alegre/PR, filho de Elizabete da Cruz Magri e de José Nildo Magri, para que o mesmo proceda o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias.
E como o referido acusado encontra-se em lugar incerto e não sabido, expede-se este edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, intimando-o para o pagamento das custas.
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA).
OBSERVAÇÃO: A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".
Para que chegue ao conhecimento de todos, determinou a MMª Juíza de Direito que o presente edital fosse publicado no Diário da Justiça e afixada cópia do mesmo no átrio deste Fórum, na forma da lei.
Mandaguari, Estado do Paraná, aos 09 de Abril de 2024, Eu, _____(YVES RITONDIM TOREGEANI), Técnico Judiciário, que digitei.
ANGELA KARINA CHIRNEV PEDOTTI AUDI
Juíza de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE MANDAGUARI
VARA CRIMINAL DE MANDAGUARI - PROJUDI
Av. Amazonas, Nº280 - Centro - Mandaguari/PR - CEP: 86.975-000 - Fone: (44) 3259 6330 - E-mail: mgri-2vj-e@tjpr.jus.
br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ELTON JONATAN ARAUJO
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Angela Karina Chirnev Pedotti Audi, da Vara Criminal de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem
o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento
Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0004207-58.2018.8.16.0109, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ELTON JONATAN ARAUJO, e vítima ANA PAULA RAMOS (registrado(a) civilmente como
,ANA PAULA RAMOS), e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) ELTON JONATAN ARAUJOparte(s) Promovido
portador(a) do RG 85008790 SSP/PR e CPF 047.732.809-13, nascido(a) em 18/10/1982, natural de JANDAIA DO SUL/PR,
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à suafilho(a) de NAIR TEODORO DE ASSIS e OSMAR DE ARAUJO INTIMAÇÃ
acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou , nos termos do artigo 386, inciso V doO absolvido(a)
Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e
ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Guilherme Bindewald, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Mandaguari, 11 de abril de 2024.
Guilherme Bindewald
Técnico Judiciário
Portaria 01/2020
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇ

MANGUEIRINHA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MANGUEIRINHA
VARA CÍVEL DE MANGUEIRINHA - PROJUDI
Rua D. Pedro II, 1033 - Centro - Mangueirinha/PR - CEP: 85.540-000 - Fone: (46)3905-6320 - E-mail: mgue-ju-eccrda@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Clovis Damaceno Melono
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniela Fernandes de Oliveira, da Vara Cível de Mangueirinha, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou

tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Defeito, nulidade ou anulação, sob nº 0001540-28.2020.8.16.0110, em que é autor DIEKSON FABRIS e são réus CLOVIS DAMACENO MELONO, LINDOMAR ORLI PESENTI, ANDREIA VERGÍLIO DOS SANTOS, GESIEL INÊA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CLOVIS DAMACENO MELONO**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 30 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a decisão judicial parcialmente transcrita: "*2. Verifica-se que a parte autora pleiteia pela citação por edital do requerido Clovis Damaceno Melono. Sendo incerto o endereço do citando, e frustradas as demais tentativas de localização, defiro a citação por edital, nos termos do art. 256, inciso II, do CPC. Promova-se a publicação do edital, pelo prazo de 30 (trinta) dias. No edital deverá constar a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Passado o prazo acima estabelecido, à Secretaria para que nomeie curador especial nos termos da Portaria 9/2024 deste Juízo, para que apresente contestação no prazo de lei.*" Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Pedro Lucchese Piovesan, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Mangueirinha, 10 de abril de 2024.

Daniela Fernandes de Oliveira

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MANOEL RIBAS

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital Geral - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 10 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Larissa Ferraz Koteski, da Vara Cível de Manoel Ribas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0001283-92.2023.8.16.0111, em que é(são) autor(es) IVAN DE OLIVEIRA, e réu(s) JOÃO APARECIDO DE OLIVEIRA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de JOÃO APARECIDO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF 800.992.619-10, por sentença publicada em 15/03/2024 , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) IVAN DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 009.670.709-70, portador do RG n. 9.450.572-0, residente e domiciliado na rua Ceará, 185, em Manoel Ribas - PR , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para o fim de submeter João Aparecido de Oliveira à curatela, restrita, contudo, aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, a ser exercida por Ivan de Oliveira. Custas pela parte autora, ressalvada a concessão de gratuidade processual. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do CPC e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, registre-se esta sentença no Registro Civil e publique-se a mesma pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, devendo constar do edital o nome do interdito e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela. Nos termos do artigo 759 do CPC, intime-se a parte curadora para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar o compromisso. Nada obstante, arbitro em favor da advogada nomeada como "curadora especial" para a parte interditanda, Dra. Adriana Mossambini da Silva (OAB n. 94.350) honorários no montante de R$900,00 (novecentos reais) reais, em conformidade com o item 2.2 c/c 2.13 da Resolução Conjunta nº 015/2019 - SEFA/PGE, o qual deverá ser suportado pelo Estado do Paraná, ante a ausência de Defensoria Pública instalada nesta Comarca. À Secretaria para expedir a certidão de honorários a profissional. Serve a presente como mandado /ofício. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, no que pertinente, o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça. Oportunamente, arquivem-se os autos, com as baixas e comunicações necessárias. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Fabiana Bueno Carneiro, Analista Judiciário, conferi e digitei. Manoel Ribas, 21 de março de 2024. Larissa Ferraz Koteski Juíza de Direito

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DA VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL - HASTA PÚBLICANU 0008570-79.2018.8.16.0112 (PROJUDI)

O DOUTOR LEONARDO GRILLO MENEGON, MMº JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL, FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será levado à venda judicial o bem de propriedade do executado **ESPÓLIO DE MARIO DE OLIVEIRA LIMA** (CPF/MF nº 191.427.819-49), na forma a seguir transcrita:

PRIMEIRO LEILÃO: o dia 29/04/2024, às 10h15min, por preço igual ou superior ao da avaliação. **SEGUNDO LEILÃO: o dia 30/04/2024, às 10h15min,** sendo o preço mínimo para alienação de 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, conforme disposto na Portaria nº 41/2023.

LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR
MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) - através do site: https://rochaleiloes.com.br.

ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência no mínimo de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br.

O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, através do site https://rochaleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, §2º do NCPC.

PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL NU 0008570-79.2018.8.16.0112, em que MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR (CNPJ nº 76.205.814/0001-24), move em face de ESPOLIO DE GENESSY MARIA PERIUS (CPF/MF nº 045.335.549-89).

VALOR DO DÉBITO: R$ 2.403,18 (dois mil, quatrocentos e três reais e dezoito centavos), até 04/2024, passível de atualização em hasta pública.

BEM:01) LOTE URBANO nº 16, da quadra nº 02, situado no loteamento condomínio Águia Branca, na ampliação do quadro urbano desta Cidade e Comarca, com área de 196,00 m² (cento e noventa e seis metros quadrados), com medidas, limites e confrontações constantes na matrícula nº 26.281 CRI, serviço de registro de imóveis da cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, benfeitorias, casa em alvenaria medindo aproximadamente 90,00m² (noventa metros quadrados), cobertura de fibra de amianto 6mm, forro em madeira nos quartos e sala, área externa forro em PVC, piso em cerâmica, aberturas mista, ferro e vidro, murada nas laterais e fundo, frente com grade de ferro.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em 09/2023.

DEPOSITÁRIO FIEL:O executado.

ÔNUS: Nada consta nos autos.

LEILOEIRO OFICIAL: Antonio Magno Jacob da Rocha, leiloeiro público oficial, inscrito na JUCEPAR sob nº 08/020-L e na Federação da Agricultura do Paraná sob nº 001/09ª, com escritório à Rua Alferes Poli, 311, Centro, Curitiba- PR.

A comissão do Leiloeiro será a seguinte: 5% (cinco por cento) sobre o valor de eventual arrematação realizada sobre bem imóveis e 10% (dez por cento) sobre a arrematação de bens móveis, sendo que em ambos os casos a comissão será paga à vista. Em caso de remição, adjudicação, pagamento ou parcelamento do débito no período de 10 (dez) dias úteis que antecedem ao leilão, fica atribuído o valor equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do pagamento, acordo ou (re)avaliação, prevalecendo dentre estes o menor valor, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro. Os arrematantes recolherão, ainda, as custas processuais referentes à confecção da Carta de Arrematação, sendo que no caso de bem imóvel ou veículo, deverá ser certificado pela Serventia na Carta de Arrematação, a data da retirada pela parte interessada.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar

de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC. 5ª Observação: O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) livre(s) de quaisquer ônus, inclusive os de natureza fiscal, consoante ao Parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, bem como os de natureza propter rem, conforme disposto no §1º do art. 908 do Código de Processo Civil.

DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências.

DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência. **OBS**.: Em se tratando venda de bens IMÓVEIS, o arrematante deverá efetuar o recolhimento do ITBI, custas da Serventia com a expedição da carta de arrematação e apresentar as certidões negativas, somente após o decurso de prazo para interposição de embargos à execução. E que para o recolhimento do ITBI eles devem comparecer em cartório para tirar cópia do auto de arrematação e da certidão de decurso de prazo para interposição de Embargos à execução (que devem ser autenticados) para depois comparecerem na prefeitura para recolhimento do ITBI.

INTIMAÇÕES: Caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art. 889 do NCPC), através do presente edital, desde logo, fica devidamente intimado o executado **ESPOLIO DE GENESSY MARIA PERIUS** (CPF/MF nº 045.335.549-89), na pessoa de seu representante legal, das designações supra e de que poderão remir a execução, pagando principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação, nos termos do art. 889 do CPC. Caso os credores hipotecários não sejam encontrados, notificados, cientificados por qualquer razão da data de praça ou leilão, quando da expedição das notificações respectivas, ficam desde logo, devidamente intimados pelo presente edital.

-Não havendo expediente forense nos dias supramencionados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente.

-A(s) hasta(s) somente será (ao) suspensa(s) nas hipóteses de remição da dívida ou protocolização de acordo com o comprovante de pagamento integral das custas processuais e honorários do leiloeiro, até o dia imediatamente anterior à data designada para a hasta.

-Fica o Leiloeiro autorizado a mostrar aos interessados o bem objeto das hastas públicas, ainda que depositado(s) em mãos do executado e requerendo, se necessário, auxílio de força policial. **DADO E PASSADO,** em cartório nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro (01/03/2024). Eu,....., Antonio Magno Jacob da Rocha, Leiloeiro Oficial, que digitei e subscrevi.

LEONARDO GRILLO MENEGON JUIZ DE DIREITO

OBS.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/** devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

FORO REGIONAL DE MARIALVA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE MARIALVA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE MARIALVA - PROJUDI Praça Orlando Bornia, 187 - Centro - Marialva/PR - CEP: 86.990-000 - Fone: (44) 3259-6381 - E-mail: MRIA2VJ-S@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Jeane da Silva Obino PRAZO DE 30 dias A Juíza de Direito Mylene Rey de Assis Fogagnoli, da Vara de Família e Sucessões de Marialva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Guarda, sob nº 0015074-90.2021.8.16.0017, em que é autor EDILSOM PEREIRA DA SILVA e outro, e réu Jeane da Silva Obino, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido Jeane da Silva Obino, portador(a) do CPF 131.685.899-50. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO dos termos desta ação, e INTIMAÇÃO de que foram arbitrados alimentos provisórios equivalentes a 30% (trinta por cento) do salário mínimo nacional vigente, devidos a partir da citação, devendo ser pago mensalmente pela requerida até o dia 10 do mês subsequente ao do vencimento em conta indicada ou a ser indicada pelo requerente. Fica INTIMADA. para querendo oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Fabiana Kaori Shinike Ouizumi, Técnica judiciária, conferi e digitei. Marialva, 10 de abril de 2024. Mylene Rey de Assis Fogagnoli Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE MARIALVA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE MARIALVA - PROJUDI Praça Orlando Bornia, 187 - Centro - Marialva/PR - CEP: 86.990-000 - Fone: (44) 3259-6381 - E-mail: MRIA2VJ-S@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): EMILLY MARANGONI DA SILVA PRAZO DE 30 dias A Juíza de Direito Mylene Rey de Assis Fogagnoli, da Vara de Família e Sucessões de Marialva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Investigação de Paternidade, sob nº 0003694-15.2017.8.16.0113, em que é autor EMILLY DA SILVA E JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, e réu REGINALDO MARANGONI DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovente EMILLY MARANGONI DA SILVA. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para que regularize sua representação processual, considerando que atingiu a maioridade , através de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do

Código de Processo Civil. Eu, Fabiana Kaori Shinike Ouizumi, Técnica judiciária, conferi e digitei. Marialva, 08 de abril de 2024. Mylene Rey de Assis Fogagnoli Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE MARIALVA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE MARIALVA - PROJUDI Praça Orlando Bornia, 187 - Centro - Marialva/PR - CEP: 86.990-000 - Fone: (44) 3259-6381 - E-mail: MRIA2VJ-S@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Albelino Miranda de Souza PRAZO DE 30 dias A Juíza de Direito Mylene Rey de Assis Fogagnoli, da Vara de Família e Sucessões de Marialva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, assunto Fixação, sob nº 0002299-12.2022.8.16.0113, em que é autor Juliana Cristina de Morais e outros, e réu Albelino Miranda de Souza, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido Albelino Miranda de Souza, portador(a) do CPF 027.800.789-95. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para que se manifeste através de advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos embargos de declaração de mov. 51.1 , nos autos em epígrafe, nos termos do art. 1.023, §2º, do Código de Processo Civil . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Fabiana Kaori Shinike Ouizumi, Técnica judiciária, conferi e digitei. Marialva, 08 de abril de 2024. Mylene Rey de Assis Fogagnoli Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE MARIALVA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE MARIALVA - PROJUDI Praça Orlando Bornia, 187 - Centro - Marialva/PR - CEP: 86.990-000 - Fone: (44) 3259-6381 - E-mail: MRIA2VJ-S@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): R.H.S.M. representado(a) por LUCIANY CHRISTINA PONTES DA SILVA MIRANDA Prazo: 15 dias A) Juíza de Direito Mylene Rey de Assis Fogagnoli, da Vara de Família e Sucessões de Marialva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos, assunto Expropriação de Bens, sob nº 0004231-30.2018.8.16.0160, em que é autor R.H.S.M. representado(a) por LUCIANY CHRISTINA PONTES DA SILVA MIRANDA, e réu ANTONIO MARASCHIN, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovente R.H.S.M. representado(a) por LUCIANY CHRISTINA PONTES DA SILVA MIRANDA. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Fabiana Kaori Shinike Ouizumi, Técnica judiciária, conferi e digitei. Marialva, 08 de abril de 2024. MYLENE REY DE ASSIS FOGAGNOLI Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

MARILÂNDIA DO SUL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): $parteSelecionada.getParte().getNome()
PRAZO DE 60 (sessenta dias)
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Cível de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que virem
o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto
Usucapião Extraordinária, sob nº 0002823-45.2018.8.16.0114, em que é(são) SUZIANE ALVES SILVA NUNES,autor(es)
MAURICIO MOREIRA NUNES, VENICIUS MOREIRA NUNES, VALDIRENE APARECIDA MORAES, e MARIAréu(s)
BRANDINA DO SANTISSIMO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) . Desta forma, se procede por meioparte(s)
deste edital sua para oferecer contestação no , nos termos do art. 335 do Código deCITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias
Processo Civil, tudo em conformidade com [ ] Havendo revelia (art. 344, CPC) seráa resenha da inicial / o despacho judicial
nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Marilândia do Sul, 22 de junho de 2023.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito.

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6844508

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Maringá
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Doutor Claudio Camargo dos Santos, MM. Juiz de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Maringá** ;
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a **04/04/2024-11/04/2024 4ª REUNIÃO 2024- 2ª Sessões**, cujas sessões encontram-se programadas para os dias **11/04/2024 08:30 ,** no auditório do Tribunal do Júri, sito à Av. Tiradentes, Nº 380 - Terreo - Centro - Maringá/PR - CEP: 87.013-900 - Fone: 44-3472-2514 - E-mail: MAR-8VJ-E@TJPR.JUS.BR , como SUPLENTES, os Jurados: **1. EVANDRO CEZAR DOS SANTOS;2. MAYUMI LIDIA ISIRI;3. VILSON RAMOS PEREIRA;4. DENIA DA CRUZ;5. LUIS GUSTAVO LOUREIRO SILVEIRINHA;6. ELIZABETE LAET DE SANTANA;7. EDUARDO CEZAR BERNARDO;8. Henrique Bertoni Barbieri; RICARDO ALEXANDRE SOLIMAN CARVALHO;20. ANTONIO JOSE DE ABREU;21. CARMEM REGINA PRADE;22. gloria maria manenti; .** E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, aos 10 de abril de 2024. Eu ANDREIA CARDOSO DA SILVA , Técnica Judiciária, lavrei e subscrevo.
Claudio Camargo dos Santos
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
FORO CENTRAL DE MARINGÁ - 2ª VARA CÍVEL
Avenida Pedro Taques, 294, Torre Sul, 1º andar - (esq. Av. Bento Munhoz) Atrium Centro Empresarial - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2723- E-mail: maringa2varacivel@tjpr.jus.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão
EDITAL PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO APARECIDO DA SILVA
PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0001282-64.2024.8.16.0017, AÇÃO PROCEDIMENTO COMUM, em que é requerente: TIAGO JOSÉ DA SILVA e requerido: APARECIDO DA SILVA.
É o presente edital expedido para **CITAÇÃO** do requerido **APARECIDO DA SILVA inscrito no CPF/MF nº466.812.729-91**, o qual encontram-se em lugar incerto e

não sabido, para que tomem conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para, querendo, apresentar contestação a presente ação, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS. **PETIÇÃO INICIAL:** EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ Processo nº 0001282-64.2024.8.16.0017 THIAGO JOSÉ DA SILVA, já qualificado nos autos da Ação Indenizatória em epígrafe que, neste MM Juízo, promove em face de APARECIDO DA SILVA, vem, por sua advogada infra-assinada, em atenção à certidão de mov. 21 dos autos, apresentar resumo da inicial para que seja viabilizada a expedição do edital de citação do réu:"Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais movida por Thiago José da Silva em face de Aparecido da Silva, referente à acidente de trânsito no qual as partes se envolveram no dia 27.02.2023, por volta de 22h30, no KM 168, da rodovia BR-376. A parte autora trafegava com a sua motocicleta, quando foi obrigado a reduzir a velocidade devido a um acidente que ocorreu anteriormente, resultando no derramamento de uma considerável quantidade de soja na pista. No entanto, o Requerido, conduzindo um caminhão, colidiu na traseira da motocicleta, uma vez que não manteve a distância mínima e segura do veículo. Em decorrência da colisão, o Requerente e a sua motocicleta foram arremessados, e o caminhão derrapou nos grãos de soja e tombou sobre a motocicleta do Requerente. Devido aos acontecimentos, a Polícia Rodoviária Federal elaborou o Laudo de Perícia de Protocolo nº 23010362B01, o qual atestou que quanto à motocicleta do Requerente o dano foi de grande monta, indicando perda total e sendo considerada sucata. Além da perda material, o Requerente também foi vítima de lesões corporais, manifestando-se em escoriações e hematomas. Portanto, com base nos eventos relatados, e em virtude da responsabilidade civil da parte ré, ingressou a parte autora com a presente demanda requerendo seja a lide julgada procedente para: (a) condenar o Requerido na obrigação de reparar o dano material, na modalidade de danos emergentes, em valor não inferior a R$ 6.153,00 (seis mil, cento e cinquenta reais); (b) condenar o Requerido ao pagamento de indenização por danos morais em valor não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).".Assim, feito este breve resumo, requer-se seja realizada a citação da parte ré via edital, nos termos do art. 256, II, CPC, considerando-se que ele se encontra em local incerto e desconhecido, conforme já deferido na decisão de mov. 6.Termos em que, Pede deferimento. Maringá, 03 de abril de 2024. Rafaela Magro Deodoro OAB/PR 38.852.**DESPACHO:** 1- Defiro a citação por edital, conforme requerido na inicial (art. 256, II, do Código de Processo Civil) 2- Encaminhe-se a presente ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para designação de audiência de conciliação ou inclusão no Fórum de Conciliação Virtual (Portaria n. 01/2022 do Cejusc Maringá). 2.1- Em caso de certidão do Cejusc Maringá incluindo o presente processo no Fórum de Conciliação Virtual (Portaria n. 01/2022 do Cejusc Maringá), sigam as deliberações do item 4 e seguintes. 3- Marcada a audiência de conciliação pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a escrivania deverá promover a citação da parte ré com a antecedência mínima de vinte dias da data designada para a audiência, com as advertências contidas no § 8º do art. 334 do Código de Processo Civil. O réu poderá apresentar manifestação de desinteresse na realização da audiência no prazo de dez dias de antecedência da data designada (art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil). Informe o autor, no prazo de dez dias, eventual desinteresse na realização da audiência de conciliação, caso não tenha sido informado na petição inicial (art. 319, VII, do Código de Processo Civil). 3.1- O prazo para contestação é de quinze dias. A data do termo inicial se dá nos moldes do art. 335 do Código de Processo Civil. 3.2- Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335 do Código de Processo Civil. 4- Com a inclusão ao sistema do Fórum de Conciliação Virtual (Portaria n. 01/2022 do Cejusc Maringá): 4.1- Cite-se a parte ré para que, no prazo de quinze dias, habilite procurador no processo, informe o endereço eletrônico e participe do Fórum de Conciliação Virtual (item 2.3, da Portaria n. 01/2022 do Cejusc Maringá) que terá início a partir da habilitação do procurador nos autos, ou automaticamente em quinze dias contados do retorno positivo da citação, o que ocorrer primeiro. 4.2- Cumprido o item 4.1, aguarde-se por vinte dias úteis. Decorrido o prazo, encaminhe-se ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para designação de audiência de conciliação ou inclusão no Fórum de Conciliação Virtual (Portaria n. 01/2022 do Cejusc Maringá). 4.3- Com o decurso do prazo de trinta dias do início do Fórum de Conciliação Virtual, com ou sem autocomposição, certifique-se a escrivania em cumprimento a Portaria delegatória do Juízo. 4.4- O réu poderá apresentar manifestação de desinteresse na inclusão no sistema no prazo de dez dias de antecedência da data designada (art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil). Informe o autor, no prazo de dez dias, eventual desinteresse na inclusão no sistema, caso não tenha sido informado na petição inicial (art. 319, VII, do Código de Processo Civil). 5- Concedo os benefícios da justiça gartuita à parte autora. Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 28 de fevereiro de 2024. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
FORO CENTRAL DE MARINGÁ - 2ª VARA CÍVEL
CONSULTA PROCESSUAL: www.2civelmaringa.com.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão
EDITAL PARA INTIMAÇÃO DO EXECUTADO WS DO BRASIL LOGISTICA LTDA
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS
O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA. MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, nº 0012831-13.2020.8.16.0017, Ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em que é exequente: COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DEXIS SICREDI DEXIS e executado: WS DO BRASIL LOGISTICA LTDA. É o presente edital expedido para **INTIMAÇÃO** do executado **WS DO BRASIL LOGISTICA LTDA,** inscrito no CPF/MF nº21.932.754/0001-50, atualmente encontram-se em lugar incerto, para, no prazo de 15 (QUINZE) dias, efetuar o pagamento da quantia certa e fixada em liquidação, de R$29.173,14 (vinte e nove mil, cento e setenta e três reais e quatorze centavos), devidamente corrigidos, e no caso de decisão incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, acrescida de custas, se houver (art. 523 do CPC), sob pena de imediata incidência da multa de 10 % e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor executado, nos termos do art. 523, §1º do Código de Processo Civil. CIENTE ainda de que, transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, iniciará o prazo de 15 (quinze) dias para impugnação ao cumprimento de sentença nos próprios autos, independentemente de penhora ou nova intimação, nos termos do art. 525 do Código de Processo Civil. DECISÃO: 1- Anote-se o início do cumprimento de sentença, conforme pedido de f. 180.1 e, se necessário, inverta o polo e o valor da causa apontado pelo exequente. Inclua-se o débito atualizado, o valor das custas processuais adiantadas pelo autor e as remanescentes do processo de conhecimento. 1.1- Remeta-se ao Distribuidor e Contador.2- Intime-se o executado, na pessoa de seu procurador, para, no prazo de quinze dias, pagar a quantia certa e fixada em liquidação, e no caso de decisão incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, acrescida de custas, se houver (art. 523 do CPC), sob pena de o montante da condenação ser acrescido de multa de 10% e, também de honorários advocatícios de 10%, nos termos do art. 523, §1º do CPC. 2.1- Transcorrido o prazo para sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para a apresentação de impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação, nos termos do art. 525, CPC 2.2- Não havendo o pagamento voluntário, intime-se o exequente para que, querendo, indique os atos executórios a serem realizados. 3- Se o executado não tiver procurador constituído nos autos, intime-se o executado pessoalmente. Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 28 de fevereiro de 2024. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ FORO CENTRAL DE MARINGÁ - 2ª VARA CÍVEL Avenida Pedro Taques, 294, Torre Sul, 1º andar - (esq. Av. Bento Munhoz) Atrium Centro Empresarial - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2723- E-mail: maringa2varacivel@tjpr.jus.br LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO Escrivão EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS
COMERCIO DE FERRAGENS Y.T. KOZAWA LTDA, DAVI TIYO DA SILVA E YASUMI TALITA KOZAWA DA SILVA
PRAZO DESTE EDITAL 15(QUINZE) DIAS
O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos sob nº 0011633-09.2018.8.16.0017, Ação de Execução de Título Extrajudicial em que é exequente: Banco do Brasil S/A e executados: COMERCIO DE FERRAGENS Y.T. KOZAWA LTDA, DAVI TIYO DA SILVA E YASUMI TALITA KOZAWA DA SILVA. É o presente edital expedido para INTIMAÇÃO dos executados, COMERCIO DE FERRAGENS Y.T. KOZAWA LTDA inscrito no CNPJ nº 06.165.042/0001-69, na pessoa de seu representante legal, DAVI TIYO DA SILVA inscrito no CPF/MF nº 872.376.799-53 E YASUMI TALITA KOZAWA DA SILVA inscrita no CPF/MF nº 078.342.079-03, encontra-se atualmente em lugar incerto, para que tomem conhecimento do bloqueio realizado nos autos supracitados via SISBAJUD em conta dos executados no valor de R$3.600,96 (três mil, seiscentos e noventa e seis centavos), junto à Caixa Econômica Federal, e para, em 05 (cinco) dias úteis, arguir as matérias de defesa a que aludem o art.854, §3º do Código de Processo Civil ou, em 15 dias, manifestar-se na forma do art. 917, §1º do CPC. DECISÃO: 1. A penhora online está regulamentada no art. 854 do Código de Processo Civil Preenchidos os requisitos, o pedido de mov. 597.1.DEFIRO 2. Providencie a Secretaria a inclusão da minuta de bloqueio no sistema SISBAJUD, ativando a ferramenta "teimosinha", pelo prazo de 30 (trinta) dias, e observado estritamente o limite do valor exequendo. Essa nova funcionalidade faz parte das medidas de aperfeiçoamentos ao sistema Sisbajud, promovida pela intitulada "Justiça 4.0", uma das diretrizes do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), para ampliar o acesso e o emprego de tecnologia pelos tribunais brasileiros e por parte dos juízes e servidores do Judiciário. Assim, a fim de eliminar o processo de repetição mecânica da ordem de bloqueio, dando

maior celeridade e eficiência, o sistema automaticamente fará a reiteração até obter o bloqueio integral do valor necessário para o total cumprimento.2.1. Promova-se o desbloqueio dos valores, quando inferiores a R$ 100,00 (cem reais), em atenção ao contido no artigo 836, do Código de Processo Civil; ou 2.2. Encontrados valores, promova-se o bloqueio, no limite do valor atualizado do débito, acrescidos de custas processuais e honorários advocatícios, levantando-se o excesso, na forma do art. 854, §1º, CPC, ficando autorizada, desde já, a imediata transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Tal medida justifica-se porque, a partir da indisponibilidade dos ativos financeiros, a importância não sofre remuneração até que venha a ser transferida para conta judicial, deixando, por conseguinte, de receber atualização monetária. Há necessidade, portanto, de compatibilizar o disposto no §5º do art. 854 do CPC, com o disposto no art. 304 e seguintes do Código civil, não sendo razoável impor ao devedor os consectários da mora após o bloqueio judicial, muito menos privar o credor da correção monetária 2.3. Uma vez operacionalizado o bloqueio e comunicado os valores pelo banco depositário, intime-se o executado, pessoalmente ou na pessoa do advogado, se constituído nos autos, para, em 05 dias, comprovar quaisquer das matérias do art. 854, §3º do CPC ou, em 15 dias, manifestar-se na forma do art. 917, §1º do CPC. Sendo revel e citado(a) pessoalmente, a intimação deverá ocorrer pela via postal. E sendo revel e citado(a) via edital, a intimação também deverá se dar por edital. 3. Após, intime-se a exequente a se manifestar, dando prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Sendo positiva a diligência e não havendo impugnação, defiro, desde já, a expedição de ofício de transferência/alvará eletrônico em favor da parte exequente, devendo a mesma se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto à satisfação de seu crédito ou prosseguimento do feito. 5. Em caso negativo, se o Juízo não estiver garantido até o momento e nem houver indicação de bens passíveis de constrição, no prazo acima fixado, os autos deverão ser remetidos ao arquivo provisório. O prazo de prescrição intercorrente começará a ser contado depois de 01 ano do início da suspensão, nos termos do art. 921, inciso III e § 2º, do CPC. Diligências necessárias. Intimem-se.Maringá, data e horário de inclusão no sistema. MARCEL FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito Substituto." E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 28 de fevereiro de 2024. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ
Escrivania da 2ª Vara Cível **Avenida Pedro Taques, 294, Torre Sul, 1º andar - (esq. Av. Bento Munhoz) Atrium Centro Empresarial - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2723**
www.2civelmaringa.com.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE SAVIO HESSEL SZOKATZ
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.
Assistência Judiciária
O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0010506-60.2023.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: CREUSA HESSEL e requerido: SAVIO HESSEL SZOKATZ. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi **DECRETADA A INTERDIÇÃO** de **SAVIO HESSEL SZOKATZ**, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da CI RG nº 37.489.389-5, inscrito no CPF nº 230.023.328-28, filho de Silvio Szokatz e de Creusa Hessel, nascido aos 06/10/1999 natural de São Paulo-SP, residente e domiciliado na Rua Pion. Domingos Danhoni, 410, Jardim São Silvestre, CEP 87055-270, o qual foi declarada incapaz para a realização de atos de natureza patrimonial e negocial, remanescendo intactos e preservados os demais direitos (art. 85 da Lei n. 13.146, de 6-7-2015), e de conseqüência, ficou nomeado como **CURADORA** a requerente **CREUSA HESSEL,** brasileira, solteira, desempregada, portadora da CI RG nº 22.694.206-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF 106.733.808-07, residente e domiciliada na Rua Pion. Domingos Danhoni, 410 - Jardim São Silvestre, CEP 87055-270. **SENTENÇA:** "Processo 0010506-60.2023.8.16.0017 Curatela de Incapaz Autor: Creusa Hessel Réu: Savio Hessel Szokatz I - Relatório 1- Na petição inicial (s. 1.1) da presente ação de interdição foi alegado, em síntese, que: - O curatelando é portador de Síndrome de ;Down (cid-10) - Em razão de sua condição, o curatelando depende de auxílio de terceiros para supervisionar e vigiar sua saúde, além de gerir sua vida, de modo que está impossibilitado de realizar os atos da vida civil sem assistência ou supervisão; - Requer, portanto, a interdição com base no art. 747 e ss. do Código de Processo Civil, nomeando como curador Antônio Pinha. 2- Foi realizado o exame e interrogatório de que trata o art. 751 do Código de Processo Civil (s. 31.2). 3- Foi nomeado curador especial pelo juízo (s. 46.1). 4- O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à interdição e requereu a dispensa da nomeação de curador especial (s. 38.1). II - Fundamentação 5- Trata-se de ação de colocação em curatela que move Creusa Hessel em face de Savio Hessel Szokatz. 5- Extrai-se dos presentes autos que o réu deve ser colocado em curatela, eis que, a par do contido nas alegações deduzidas na inicial e do conteúdo dos documentos juntados, apurou-se que apresenta os problemas de saúde narrados em inicial, o que acarreta na diminuição de sua capacidade de autogestão, estando, assim, incapacitada para os atos da vida civil. Os atestados médicos instruídos (s. 1.7) e a audiência de entrevista (s. 31.2) corroboram com a prerrogativa que o curatelando está incapacitada para os atos da vida civil. 6- Assim sendo, aguarda como desfecho da presente ação a procedência do pedido. III - Dispositivo 7- Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial para: a) declarar Savio Hessel Szokatz incapaz para a realização de atos de natureza patrimonial e negocial, remanescendo intactos e preservados os demais direitos (art. 85 da Lei n. 13.146, de 6-7-2015); b) nomear-lhe como curadora Creusa Hessel na forma do art. 755, §1º, do Código Civil, devendo esta prestar compromisso no prazo de cinco dias. Inscreva-se a presente interdição no respectivo registro e expeça-se edital para publicação na imprensa local e também na imprensa oficial, nos moldes do preceituado no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Maringá, 23 de novembro de 2023 Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 28 de fevereiro de 2024. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ
Escrivania da 2ª Vara Cível **Avenida Pedro Taques, 294, Torre Sul, 1º andar - (esq. Av. Bento Munhoz) Atrium Centro Empresarial - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2723**
www.2civelmaringa.com.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE
BENEDITO RUBIM
PRAZO DESTE EDITAL:
15 (QUINZE) DIAS
Assistência Judiciária
O Exmo. Sr. Dr. Airton Vargas da Silva, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0022926-34.2022.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: MARCO ANTONIO RUBIM e requerido: BENEDITO RUBIM. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi **DECRETADA A INTERDIÇÃO** de **BENEDITO RUBIM**, brasileiro, casado, aposentado, portador da CI RG nº 1.482.247 SSP-PR, inscrito no CPF/MF nº 079.391.839-15, filho de Antônio Rubim e de Geralda Rosa Leal, nascido aos 23/07/1943, natural de Candido Motta-SP, com endereço sito, à Apucarana, 119, Maringá-PR, atualmente internado na ESTÂNCIA MARINGÁ CENTRO DE REABILITAÇÃO SOCIAL LTDA, com endereço à Estrada São Domingos, 1077, Jardim São Domingos, CEP 87070-802, Maringá-PR, o qual foi declarado incapaz para a realização de atos de natureza patrimonial e negocial, remanescendo intactos e preservados os demais direitos (art. 84 e 85 da Lei n. 13.146, de 6-7-2015), e de conseqüência, como **CURADOR** ficou nomeado o requerente **MARCO ANTONIO RUBIM**, brasileiro, casado, professor, portador da CI RG nº 4.199.987-0/PR, inscrito no CPF/MF nº 885.276.119-53, com endereço a rua Pioneiro José Balan, 830 - Parque Residencial Aeroporto, CEP 87055-170, Maringá-PR, email:rubimmarcoantonio@gmail.com**SENTENÇA:** "SENTENÇA Vistos, etc.1. RELATÓRIO.Trata-se de ação de interdição ajuizada por , em benefício MARCO ANTONIO RUBIM de seu pai , sob o argumento de que esse foi diagnosticado com "BENEDITO RUBIM demência na doença de Alzheimer - doença degenerativa com depósito de beta amiloide e emaranhados , sendo incapaz de realizar sozinho os atos da vida civil.neurofibrilares" Com a inicial vieram os documentos de mov. 1.2 a 1.19, incluindo laudos médicos. A decisão de mov. 12.1 deferiu o benefício da justiça gratuita, bem como concedeu o pedido de tutela de urgência ao nomear o autor como curador provisório. Na ocasião, foi determinado expedição de mandado de constatação e citação do interditando, que foi juntado no mov. 34.1. Ante a informação de que o interditando havia sido transferido para uma casa de repouso, foi expedido novo mandado de citação e constatação, juntado no mov. 44.1.No mov. 47.1, foi nomeado curador especial e intimação do Ministério Público a fim de se manifestar quanto à possibilidade de dispensa da audiência de entrevista. O Ministério Publicou se manifestou pela desnecessidade de perícia judicial e pela procedência do pedido inicial (mov. 52.1). A curadora especial apresentou contestação por negativa geral em mov. 59.1, a qual foi impugnada no mov. 63.1. Os autos vieram conclusos para sentença. É o relatório. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÇÃO. O autor ajuizou a presente ação visando à interdição do réu, seu pai (cf. documentos pessoais de mov. 1.4 e 1.6), aduzindo ser ele incapaz de realizar os atos da vida civil, pugnando pela sua nomeação como curador definitivo, por entender que detém condições para dar assistência ao interditando. As provas documentais apresentadas na inicial, somada à constatações realizadas por oficial

de justiça (mov. 34.1 e 44.1), confirmam os fatos narrados na inicial no sentido de concluir pela incapacidade para os atos da vida civil do réu. Os laudos médicos juntados aos autos (movs. 1.12/1.19) atestam o diagnóstico de demência na doença de Alzheimer - doença degenerativa com depósito de beta amiloide e emaranhados neurofibrilares (CID G 93, F 21, G 30) e demonstram as alegações no sentido de que o interditando possui confusão e não possui capacidade de gerir de forma plena e independente os atos de sua vida civil. Fatos que dispensam a necessidade de realização de prova pericial, nos termos defendidos pelo Ministério Público (mov. 52.1), tendo em vista os princípios da economia processual e da duração razoável do processo. Em mandados de constatações (mov. 34.1 e 44.1), constou que o interditando é fisicamente funcional necessitando de pouca ajuda para realização de tarefas cotidianas. Contudo, apresenta dificuldade de entendimento do que lhe é dito, com confusão mental enquanto conversa. Logo, restou evidente que o interditando não reúne condições de gerir atos da vida civil sozinho, pois necessita de auxílio de seus familiares para realizar outros atos de gerência patrimonial e negocial, em razão de suas enfermidades. Por fim, ressalta-se que o Ministério Público concordou com a pretensão inicial. 3. DISPOSITIVO. Diante do exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO o pedido inicial, para o fim de a interdição de ,PROCEDENTE DECRETAR BENEDITO RUBIM devidamente qualificado nos autos, tornado-se definitiva a nomeação de seu filho MARCO , a quem caberá representá-loANTONIO RUBIM como curador exclusivamente nos atos de natureza , nos termos dos artigos 84 e 85 do Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nºpatrimonial e negocial 13.146/2015), sendo de sua responsabilidade administrar os bens do requerido de forma responsável em benefício dele, não podendo onerá-los ou expropriá-los sem autorização judicial. Fica dispensada a prestação de contas. Expeça-se mandado para inscrição da presente sentença no Registro Civil competente e publique-se a presente sentença na rede mundial de computadores, conforme disposição do artigo 755, §3º, do CPC. Expeçam-se editais na forma do artigo 755, §3º, do CPC, para publicação da presente sentença em jornal de circulação local e no diário oficial. Oficie-se a Justiça Eleitoral desta circunscrição com cópia da presente sentença e da petição inicial, a fim de que sejam tomadas as medidas administrativas cabíveis. Em razão da atuação da advogada AMANDA FALEIROS PELIÇON- OAB/PR 96.639, como no presente feito, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários curadora especial advocatícios em favor do causídico, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Anexo I da Resolução Conjunta nº 15/2019 - SEFA/PGE e Lei Estadual nº 18.664/2015. Cumpram-se as disposições pertinentes contidas no Código de Normas da Eg. Corregedoria Geral da Justiça do Paraná. Com a inclusão da presente sentença no sistema, dou-a por publicada e registrada. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos Maringá, data e horário de inclusão no sistema. MARCEL FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito Substituto". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 28 de fevereiro de 2024. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.
AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Adicionar um(a) Conteúdo**EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ALISON DIOGO AMANCIO**
PRAZO DE 15 dias corridos
Processo **0003407-39.2023.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, sob nº 0003407-39.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE MARINGÁ - PARANÁ, réu(s) OSMAR JOSE MILANO CAMPOS, ALISON DIOGO AMANCIO, CRISTHIAN JESUS ALFONZO BOLIVAR, YENITZA DE LOS ANGELES BARRETO GONZALEZ,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ALISON DIOGO AMANCIO, portador(a) do RG 124960010 SSP/PR e CPF 090.479.029-04, nascido(a) em 22/07/1991, natural de LUPIONOPOLIS/PR, filho(a) de HELENA DIAS DE MORAIS e AVELINO AMANCIO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 35 - ASSOCIAREM-SE PARA A PRATICA DOS ARTS. 33, CAPUT E 1°, 34 E 36 DESTA LEI, Reclusão: 3 a 10 anos E Multa oferecida em 19/05/2023 e recebida em 18/07/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 10 de abril de 2024.**
Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo**EDITAL DE CITAÇÃO**
DESTINATÁRIO(A)(S): ELISSON HENRIQUE GOMES DAMACENA
PRAZO DE 15 dias
Processo **0007306-45.2023.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0007306-45.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE MARINGÁ - PARANÁ, réu(s) ELISSON HENRIQUE GOMES DAMACENA, MATHEUS LUÍS DE AZEVEDO SILVEIRA, e vítima MARIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ELISSON HENRIQUE GOMES DAMACENA, portador(a) do RG 108017821 SSP/PR e CPF 105.492.309-47, nascido(a) em 25/02/1995, natural de FAXINAL/PR, filho(a) de LUCILENE GOMES e NIVALDO PEREIRA DAMACENA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, incisos I e IV do Código Penal oferecida em 25/09/2023 e recebida em 28/09/2023 e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 11 de abril de 2024.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
DESTINATÁRIO(A)(S): GUILHERME DE OLIVEIRA MASCHETO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
Processo **0007018-34.2022.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0007018-34.2022.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GUILHERME DE OLIVEIRA MASCHETOe que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido GUILHERME DE OLIVEIRA MASCHETO, portador(a) do RG 140472921 SSP/PR e CPF 112.134.669-38, nascido(a) em 14/09/2000, natural de PAICANDU/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA MASCHETO e SIDNEY MASCHETO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a)

deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 11 de abril de 2024.

Mônica Fleith

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): NELSON ANTONIO DE FREITAS

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0007159-24.2019.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) NELSON ANTONIO DE FREITAS, e vítima C. A. G.,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido NELSON ANTONIO DE FREITAS, portador(a) do RG 35739440 SSP/PR e CPF 466.540.979-04, nascido(a) em 20/08/1963, natural de MARIALVA/PR, filho(a) de APARECIDA MACHADO DE FREITAS e AUREO DE FREITAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 11 de abril de 2024.

Jaime Souza Pinto Sampaio

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): TARCÍSIO LOPES

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0003911-79.2021.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) TARCÍSIO LOPES, e vítima S. P. A. L., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido TARCÍSIO LOPES, portador(a) do RG 156047732 SSP/PR e CPF 250.062.858-26, nascido(a) em 22/03/1973, natural de SAO PAULO/SP, filho(a) de Maria José Peixoto Lopes e Oswaldo Lopes**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 10 de abril de 2024.

Luciana L. Koyama

Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MEDIANEIRA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIO DA SILVA MARQUES

PRAZO DE 10 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Carolina Catelani de Oliveira, da Vara Criminal de Medianeira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0001926-66.2022.8.16.0117, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCIO DA SILVA MARQUES, e vítima A.C.DOS S. e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCIO DA SILVA MARQUES, portador(a) do RG 141538705 SSP/PR e CPF 077.500.869-94, nascido(a) em 14/10/1990, natural de PANAMBI/RS, filho(a) de MARLENE ALMEIDA DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, c/c o art. 61, II, ?f? do Código Penal, por duas vezes (FATOS 01 e 02), na forma do artigo 69, do Código Penal, nas disposições da Lei 11.340/2006, r oferecida em 16/09/2022 e recebida em 08/11/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: 1º FATO: No dia 09 de fevereiro de 2022, em horário não informado nos autos, na residência localizada na Avenida Veranópolis, nº 980, Centro, nesta cidade e Comarca de Medianeira/PR, o denunciado MARCIO DA SILVA MARQUES, com consciência e vontade,

no âmbito das relações domésticas praticou vias de fato contra a vítima, sua ex-convivente, ao lhe desferir tapas, conforme Termo de Declaração da vítima (mov.1.5). 2º FATO: No dia 01 de abril de 2022, por volta das 20h00min, em localidade próxima a Avenida Veranópolis, nº 980, centro, na cidade e Comarca de Medianeira/PR, o denunciado MARCIO DA SILVA MARQUES, com consciência e vontade, no âmbito das relações domésticas, praticou vias de fato contra a vítima, sua ex- convivente, ao agarrá-la por trás, a fim de tentar retirar o celular da mão da vítima, conforme Termo de Declaração da vítima (mov.1.5). Assim agindo, MARCIO DA SILVA MARQUES praticou a infração penal descrita no artigo 21, caput, do Decreto-Lei n° 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais) c/c o art. 61, II, "f" do Código Penal, por duas vezes (FATOS 01 e 02), na forma do artigo 69, do Código Penal, nas disposições da Lei n. 11.340/2006, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que se espera seja recebida e autuada, citando-se o acusado para a apresentação de defesa no prazo legal, bem como para a audiência de oitiva das testemunhas abaixo arroladas, ao final da qual se procederá ao ato de interrogatório, observando-se o rito comum sumário, previsto no artigo 394, § 1º, inciso II, do Código de Processo Penal, prosseguindo-se nos demais atos processuais até final julgamento. INTIMAÇÃO do mesmo, para no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, MICHELE HARMEL, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Medianeira, 11 de abril de 2024.

Ana Carolina Catelani de Oliveira

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES

PRAZO DE 10 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Carolina Catelani de Oliveira, da Vara Criminal de Medianeira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000733-45.2024.8.16.0117, em que é(são) autor(es) réu(s) JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, e vítima ALESSANDRO CARDOSO SANTANA, ALEXANDER DE CARVALHO COPPI, ALEXANDRE SIQUEIRA PASCHOAL, AUGUSTO CAVALCANTE PAIXÃO, MARCELO FERREIRA DA SILVA, MAURICIO GUEDES CARDOSO, RAFAEL OLIVEIRA NEVES, VANILDO SILVA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, portador(a) do RG 91054710 SSP/PR e CPF 049.522.849-48, nascido(a) em 04/06/1984, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de ROZELI DAS GRAÇAS OLIVEIRA e ALCEU ANTUNES LOPES,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 157 - (Até 22.01.2020) Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo, Reclusão: 6 anos e 8 meses a 16 anos e 8 meses E Multa, incisos I e II, (redação anterior à Lei nº 13.654/2018) c/c art. 70, do Código Penal (FAT0 02), ART 311 - ADULTERACAO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEICULO AUTOMOTOR, Reclusão: 3 a 6 anos E Multa, c/c art. 61, inciso II, alínea ?b?, do Código Penal (FATO 01) oferecida em 20/01/2023 e recebida em 02/02/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: FATO 01: Em data e local não precisados nos autos, mas certo que entre 28/02/2015 e 04/03/2015, os denunciados JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES e MARCOS PAULO DA SILVA, com consciência e vontade, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, com unidade de desígnios, adulteraram sinal identificador do veículo Citroen, Xsara Picasso, cor prata, placas originais ENL-2426/SP, chassi nº 935CHN6AVAB521303, ao utilizar fita isolante, alterando a placa para ENE-2426/SP, conforme auto de exibição e apreensão e laudo de exame de veículo a motor (mov. 1.3; fls. 24/30).A adulteração do sinal identificador do veículo foi realizada com a finalidade de assegurar a impunidade do crime narrado no Fato 02. FATO 02 Em 04 de março de 2015, por volta das 21h00min, em via pública, na rodovia BR-277, Linha Bom Jesus, próximo ao Posto Fiscal da Receita Federal, nesta cidade e comarca de Medianeira/PR, os denunciados JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES e MARCOS PAULO DA SILVA, com consciência e vontade, cientes da ilicitude e reprovabilidadede suas condutas, com unidade de desígnios e divisão de tarefas com outros indivíduos não identificados, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraíram para si, mediante grave ameaça e violência, consistente na utilização de armas de fogo1, os bens móveis consistentes em: 01 (uma) van Renault Master T35L, placas CUC8154/SP; 08 (oito) frascos de perfume; 10 (dez) cremes, marca Victoria Secrets; 03 (três) aparelhos de videogame PlayStation 1; 01 (uma) mochila preta contendo R$ 3.000,00 (três mil reais); 08 (oito) roteadores; toalha, roupas, chinelo, camisa e shorts; 01 (uma) sacola contendo o seu aparelho celular; 04 (quatro) cobertores; receptor de canais; 03 (três) antenas de internet; R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais); 02 (dois) tablets; 04 (quatro) perfumes; objetos de maquiagem; mochila contendo tênis, calça, camiseta, meias, cuecas; aparelho celular; carteira contendo documentos e R$ 500,00 (quinhentos reais); xampu, creme e óculos de sol, marca Oaklei; além de outros bens de propriedade das vítimas Alexandre Siqueira Pashoal, Marcelo Ferreira da Silva, Rafael Oliveira Neves, Vanildo da Silva dos Santos, Alexander de Carvalho Coppi, Augusto Cavalcanti Paixão, Maurício Guedes Cardoso e Alessandro Cardoso Santana, conforme termos de declaração de movimento 1.2 e 1.3. Extrai-se dos autos que a van Renault Master, placas CUC8154/SP, estava transportando compristas vindos do Paraguai, quando o veículo Citren Xsara Picasso, cor prata, placas ENL-2426/SP, posicionou-se em frente à van, obrigando o motorista a diminuir a velocidade. Logo após, o veículo Citroen Xsara se deslocou ao lado da van e os ocupantes anunciaram o assalto. O motorista da van permaneceu conduzindo o veículo, no entanto, os autores efetuaram diversos disparos e, em seguida, bateram com veículo Citroen Xsara na van Renault Master, obrigando-o a parar. Após desembarcarem da van, os ofendidos correram em direção ao matagal no intuito de acionar a equipe policial. Ao chegar ao local, a equipe policial verificou que o veículo Citroen Xsara Picasso foi abandonado pelos autores do fato, sendo que, após busca no interior do veículo, foi localizada uma carteira contendo o RG, CPF e título de eleitor, além do alvará de soltura nº 000085214-76, em nome do denunciado JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, conforme auto de apreensão (mov. 1.3; fl. 05). Posteriormente, sobreveio a informação de que a van Renault Master, subtraída pelos autores, foi localizada por terceiros em uma via rural na Linha Ouro, cidade de Matelândia/PR. No local, o veículo estava trancando a via com pneu estourado. Assim agindo, JULIO CESAR DE OLIVEIRA LOPES praticacou o crime previsto no art. 311, c/c art. 61, inciso II, alínea "b", do Código Penal (FATO 01) e art. 157, §2º, incisos I e II, (redação anterior à Lei nº 13.654/2018) c/c art. 70, do Código Penal (FAT0 02), todosna forma do art. 69, do mesmo diploma legal, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que se espera seja recebida e autuada, citando-se os acusados para a apresentação de defesa no prazo legal, bem como para a audiência de oitiva das testemunhas abaixo arroladas, ao final da qual se procederá ao ato de interrogatório, observando-se o rito ordinário, previsto no art. 394, § 1º, inciso I, do Código de Processo Penal, prosseguindo-se nos demais atos processuais até final julgamento. Ainda, **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, MICHELE HARMEL, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Medianeira, 11 de abril de 2024.***

Ana Carolina Catelani de Oliveira

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MORRETES

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE MORRETES VARA CÍVEL DE MORRETES - PROJUDI Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Fórum da Comarca - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Celular: (41) 99657-1396 - E-mail: morretesvaracivel@gmail.com EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Cível de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0001451-78.2020.8.16.0118, em que é(são) autor(es) Roselis Feliciano dos Santos, e réu(s) WILLIAN FELICIANO PEREIRA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de WILLIAN FELICIANO PEREIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 25 de janeiro de 1999, filho de José Gonçalves Pereira e de Roselis Feliciano dos Santos, portador da certidão de nascimento nº 9696, livro A-048, fls. 210, por sentença publicada em 17 /08/2022, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) é portador de retardo CID 10 F.90; tendo comprometido seu desenvolvimento motor, linguagem e comportamento social, devido a sequelas de paralisia cerebral, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de para representá-lo nos atos negocias e que envolvam seu pratrimônio. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o (a) curador(a), cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, com fundamento no art. 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para o fim de NOMEAR ROSELIS FELICIANO DOS SANTOS como Curadora do Requerido Willian Feliciano Pereira. Conforme constou acima, a Curadora representará o Requerido nos atos da vida civil de cunho patrimonial. Fica assegurado ao genitor o direito de conviver com seu filho, conforme constou no mov. 63.1. A Curadora deverá prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo e prestar contas a cada 2 (dois) anos ou em prazo menor, a critério deste juízo, caso o Interditando receba ou venha a receber benefício previdenciário ou assistencial. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Marcia Maria de Oliveira Gonçalves, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Morretes, 08 de Abril de 2024. assinado digitalmente

Fernando Andriolli Pereira Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https:// portal.tjpr.jus.br /projudi.

NOVA AURORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): SEBASTIÃO FERRAZ DA SILVA
PRAZO DE 30 DIAS
O(A) Juiz(a) de Direito Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida, do Juizado Especial Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Termo Circunstanciado, assunto Ameaça , sob nº 0002016-14.2020.8.16.0192, em que é(são) autor(es) réu(s) SEBASTIÃO FERRAZ DA SILVA, e vítima JOSÉ SALES DA SILVA,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido SEBASTIÃO FERRAZ DA SILVA, portador(a) do RG 147273983 SSP/PR e CPF 074.180.888-92, nascido(a) em 22/01/1951, natural de JACUI, filho(a) de GERALDA PEREIRA FERRAZ e GERALDO RIBEIRO DA SILVA motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP; Enunciado 125, Fonaje), na qual restou extinta a punibilidade, em movimento 60.1. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, RODOLFO FERREIRA DE PINHO DOS SANTOS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 09 de abril de 2024.
Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Brum Lopes, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Tutela de Urgência, sob nº 0000873-10.2023.8.16.0119, em que é(são) autor(es) Ana Rosa dos Santos, e réu(s) JOSE DOS SANTOS, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de JOSE DOS SANTOS, portador(a) do RG 80460716 SSP/PR e CPF 048.897.149-79**, por sentença publicada em 18/03/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ANA ROSA DOS SANTOS, portador(a) do RG 9.090.060-9 SSP/PR e CPF 039.390.769-45, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Assim, ante exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim, confirmar a liminar concedida na inicial, e submeter JOSÉ DOS SANTOS a curatela definitiva de sua irmã, Sra. ANA ROSA DOS SANTOS, ambos qualificados na inicial.".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Nova Esperança, 02 de abril de 2024.
Rodrigo Brum Lopes
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/ projudi**.

ORTIGUEIRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): WILLIAM WALLISON RIBEIRO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Lara Alves Oliveira, da Vara Criminal de Ortigueira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0000003-53.2023.8.16.0122, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAM WALLISON RIBEIRO, e vítima N. M. D. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido WILLIAM WALLISON RIBEIRO, portador(a) do RG 135699543 SSP/PR e CPF 114.033.349-60, nascido(a) em 13/03/1996, natural de CAMPO MOURAO/PR, filho(a) de A. A. D. S. e J. M. R., motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luiz Fernando Ribeiro Rocha, Estagiário, conferi e digitei. Ortigueira, datado digitalmente. Lara Alves Oliveira Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

FORO REGIONAL DE PAIÇANDU DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE PAIÇANDU - PARANÁ
SECRETARIA DO CRIME, FAMÍLIA e ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS E DEMAIS HERDEIROS**,** COM PRAZO DE **20 (VINTE) DIAS.**
O Doutor ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR**,** M.M. Juiz de Direito da Secretaria do Crime, Família e Anexos da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Foro Regional de Paiçandu, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com prazo de trinta (20) dias, contados a partir da publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, ou dele conhecimento tiverem, que tramita neste juízo a **Ação de Inventário** nº **0001843-28.2023.8.16.0210**, em que é requerente **IVONE REGINA POSSANI**, CPF 959.337.009-91, em face dos bens deixados por **VILSON BORGES DOS SANTOS**, CPF 521.557.309-34, falecido(a) em 30/12/2012, para que tome(m) ciência e para, desejando, ingresse(m) ou se habilite(m) neste inventário, ciente(s) de que poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se se assim não realizar(em) a tempo e modo, somente poderá(ão) perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Por fim, fica(m) ciente(s) de que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de **15 dias**, a fim de que impugne(m) ou diga(m) sobre as primeiras declarações, cabendo

à(s) parte(s) arguir(em) erros e omissões, reclamar(em) contra a nomeação do inventariante, ou contestar(em) a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 627, e incisos). Comarca de Paiçandu-PR, 10 de abril de 2024. Eu, (Carlos Alexandre Pacheco), Analista Judiciário, o digitei e conferi.
ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR
Juiz de Direito

PALMITAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): SEBASTIÃO EDUARDO DOS SANTOS JUNIOR
PRAZO DE 15 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Eduardo Schmidt Ortiz, da Vara Criminal de Palmital, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001827-38.2023.8.16.0125, em que é(são) autor(es) FRANCIELI RIBEIRO DOS SANTOS,, réu(s) SEBASTIÃO EDUARDO DOS SANTOS JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido SEBASTIÃO EDUARDO DOS SANTOS JUNIOR, portador(a) do RG 123966040 SSP/PR e CPF 078.092.459-29, nascido(a) em 08/08/1997, natural de PALMITAL, filho(a) de ROSENI ESTEVÃO e SEBASTIÃO EDUARDO DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas**:a)proibição de se aproximar da vítima e de seus familiares, fixando distância mínima de 200 (duzentos) metros; e, b)proibição de contato com a vítima e com seus familiares, por qualquer meio de comunicação (inclusive telefone, redes sociais, WhatsApp, entre outros similares), pelo prazo de 01 (um) ano;** e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Joana Mortari Paludo Vencato, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Palmital, 11 de abril de 2024.
Joana Mortari Paludo Vencato
Técnica Judiciária
Assinatura autorizada pelo artigo 1º §5º da Portaria 16/2022

PARANAGUÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Medidas Protetivas com Urgência n° 0001963-86.2024.8.16.0129, tendo
como agressor SIMÃO SILVA RODRIGUES, atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim
fica INTIMADO o agressor, acerca da decisão prolatada na data do dia 07/04/2024, a qual concedeu as
medidas protetivas requeridas por 180 dias.
a) Proibição de se aproximar da noticiante, Sra. MARCIELI FERREIRA, em distância inferior a 200
(duzentos) metros;
b) Proibição de contato com a noticiante, Sra. MARCIELI FERREIRA, por qualquer meio de
comunicação.
Caso o agressor descumpra a ordem, poderá ser decretada sua Prisão Preventiva, sem prejuízo de
eventual caracterização do delito do artigo 24-A da Lei nº 11.340/2006.
Por ora, apenas se trata de liminar e ainda poderá ser ouvido em Juízo, podendo os seus motivos até
mesmo levar a outra decisão, de forma que a atividade sensata do requerido será muito importante
em prol de sua posição jurídica.
Paranaguá, 11 de abril de 2024.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Medidas Protetivas com Urgência n° , tendo0002465-25.2024.8.16.0129
como agressor GERSON LAMARTINE CORDEIRO evítima ANA CRISTINA DOS SANTOS
,CORDEIRO esta atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim acerca dafica INTIMADA
decisão prolatada na data do dia 20/03/2024, a qual concedeu as medidas protetivas requeridas.
a) Afastamento do lar ou local de convivência (art. 12-C, I, Lei n. 11.3402006).
b) Proibição de se aproximar da noticiante, Sra. Ana Cristina Dos Santos Cordeiro, em distância inferior
a 200 (duzentos) metros.
c) Proibição de contato com a noticiante, Sra. Ana Cristina Dos Santos Cordeiro, por qualquer meio de
comunicação.
d) Comparecimento do requerido/agressor ao Programa Lótus de recuperação e reeducação, mediante
intimação para que, em 5 dias, compareça na Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU),
localizado no Fórum desta Comarca, para entrevista preliminar (esclarecimento do propósito e alcance do
projeto).
Na vigência das medidas protetivas, a requerente deve evitar contato ou aproximação com o suposto
agressor, por qualquer meio, pois tal iniciativa gera a presunção de que cessou o temor em relação
ao mesmo, revogando-se tacitamente as medidas aqui deferidas, por não se mostrarem mais
eficazes para evitar eventuais riscos que ainda possam subsistir.
Paranaguá, 10 de abril de 2024.
Brian Frank
Juiz de Direito

PARANAVAÍ

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PARANAVAÍ
2ª VARA CÍVEL DE PARANAVAÍ - PROJUDI
Avenida Paraná, 1422 - Jardim América - Paranavaí/PR - CEP: 87.705-190 - Fone: (44) 3422-1530 - Celular: (44) 99716-4338 - E-mail: b080@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Anaclea Valeria de Oliveira Schwanke, da 2ª Vara Cível de Paranavaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0007552-61.2021.8.16.0130, em que é(são) autor(es) SOLANGE HENRIQUE GONÇALO DE SOUZA, e réu(s) TANIA GONÇALO DE SOUZA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de TANIA GONÇALO DE SOUZA**, por sentença publicada

em 01/04/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial., o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de atos de disposição patrimonial, como negócios jurídicos ou gestão financeira em geral, demandar ou ser demandado em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, praticar atos de administração de seu patrimônio, incluindo escolhas políticas e/ou administrativas. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **SOLANGE HENRIQUE GONÇALO DE SOUZA, brasileira, solteira, costureira, inscrita no CPF n° 023.143.567-30, portadora do RG n° 15.940.837-**0, cuja curatela tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: *".. 3.1. Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para o fim de submeter TANIA GONÇALO DE SOUZA à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por sua irmã SOLANGE HENRIQUE GONÇALO DE SOUZA. 3.2. A interdição abrange a prática de atos de disposição patrimonial, como negócios jurídicos ou gestão financeira em geral, demandar ou ser demandado em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, praticar atos de administração de seu patrimônio, incluindo escolhas políticas e/ou administrativas...".*

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Marcia Regina Gomes, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.

Adroaldo Bellanda

Por ordem da MMª Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): CRISTIANO GOMES DOS SANTOS

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0000012-54.2024.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CRISTIANO GOMES DOS SANTOS, e vítima GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS DO NASCIMENTO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CRISTIANO GOMES DOS SANTOS, portador(a) do RG 99387238 SSP/PR e CPF 056.769.529-89, nascido(a) em 29/04/1986, natural de PARANAVAI/PR, filho(a) de JOSEFA APARECIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS e VALDEMIR GOMES DOS SANTOS,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos, c/c o art. 61, II, ?e?, do Código Penal observadas as disposições do art. 5ª, II e art. 7º, I ambos da Lei nº 11.340/06 oferecida em 29/01/2024 e recebida em 31/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 13 de janeiro de 2024, às 23h30m, na residência situada na Rua Valdomiro Rech, 2156, Conjunto Residencial Francisco Luís de Assis, em Paranavaí-PR, o denunciado CRISTIANO GOMES DOS SANTOS, agindo com consciência e vontade, em decorrência de sua equivocada noção de gênero, ofendeu a integridade física de GISLAINE APARECIDA DOS SANTOS DO NASCIMENTO, irmã, sendo que, para tanto, desferiu uma facada no dedo anelar da mão direita da ofendida, tendo nela produzido lesões corporais de natureza leve, constatadas no registro fotográfico de mov. 1.24. Registra-se que a faca utilizada no crime foi apreendida, conforme auto de exibição e apreensão de mov. 1.22, e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): CÉSAR FERNANDES DA HORA

PRAZO DE 15 (quinze) dias

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0001121-74.2022.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDSON DA SILVA ALVES, CÉSAR FERNANDES DA HORA, e vítima JOSE MARIANO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CÉSAR FERNANDES DA HORA, portador(a) do RG 108561254 SSP/PR e CPF 070.161.519-21, nascido(a) em 27/05/1988, natural de PARANAVAI, filho(a) de MARIA DE LURDES FERNANDES DA HORA e JOSÉ MATIAS DA HORA,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 157 - Se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, Reclusão: 6 anos e 8 meses a 16 anos e 8 meses E Multa oferecida em 22/01/2024 e recebida em 31/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 16 de dezembro de 2021, por volta das 20h00, os denunciados CÉSAR FERNANDES DA HORA e EDSON DA SILVA ALVES dirigiram-se à Rua Quinze de Novembro, Centro, Amaporã-PR, para prática do crime de roubo. Consta dos autos que os denunciados CÉSAR FERNANDES DA HORA e EDSON DA SILVA ALVES, ambos agindo com consciência e vontade, dolosamente, com ânimo de roubar, abordaram a vítima JOSÉ MARIANO DA SILVA, mediante o emprego de violência, consistente em desferir socos, chutes e bater na cabeça do ofendido com uma lajota, resultando em JOSÉ MARIANOS lesões corporais de natureza leve, consistentes em '(...) Equimoses arroxeadas nas pálpebras superior e inferior esquerdas que persistem desde a agressão', conforme laudo de lesões corporais nº 18.514/22 de mov. 14.2, oportunidade em que subtraíram para ambos, com ânimo de assenhoreamento definitivo, a quantia de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme auto de avaliação indireta de mov. 17.3, e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON JORGE CAVALCANTE

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0004159-60.2023.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDERSON JORGE CAVALCANTE, e vítima CHRISTIAN DOS SANTOS ORTIZ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANDERSON JORGE CAVALCANTE, portador(a) do RG 141752120 SSP/PR e CPF 013.198.369-50, nascido(a) em 23/06/1996, natural de SAO PAULO/SP, filho(a) de SUELI JORGE CAVALCANTE e JOSE DE ARIMATEIA CALIXTO CAVALCANTE,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, inciso II oferecida em 26/12/2023 e recebida em 31/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 15 de fevereiro de 2023, por volta de 1h55min, isto é, durante o período de repouso noturno, o denunciado ANDERSON JORGE CAVALCANTE dirigiu-se à residência do ofendido CHRISTIAN DOS SANTOS ORTIZ, situada na Rua Industrial Albino Ferracini, 180, Jardim do Sol, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR e, ali estando, com ânimo de furtar, agindo com consciência e vontade, qual seja, dolosamente, após fazer uso de meio anormal para ingressar no local, no caso, consistente na transposição de muro com 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) de altura, conforme relatório circunstanciado de mov. 26.2, adentrou clandestinamente nas dependências do imóvel e subtraiu para si, do interior do veículo que estava estacionado na garagem, 1 (uma) serra circular Makita, 1 (um) perfume Kaiak e 1 (uma) pochete, coisas estas que foram conjuntamente avaliadas em R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme auto de avaliação indireta de mov. 13.4, e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Adriane Inacio da Luz
PRAZO DE 15 (quinze) dias

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0010647-65.2022.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Adriane Inacio da Luz, PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, e vítima CARLOS HENRIQUE DA COSTA DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Adriane Inacio da Luz, portador(a) do RG 86837501 SSP/PR e CPF 083.688.189-31, nascido(a) em 07/06/1989, natural de CASCAVEL, filho(a) de CRISTIANA MENDES DA LUZ e LUIZ CARLOS INACIO DA LUZ,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, inciso IV, do Código Penal, c/c o artigo 69, caput, do Código Penal. oferecida em 25/10/2023 e recebida em 27/10/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: Entre os dias 01 e 09 de outubro de 2022, em horário não preciso, os denunciados ADRIANE INÁCIO DA LUZ e PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, dirigiram-se ao estabelecimento comercial denominado Supermercado Cidade Canção, situado na Rua Pernambuco, 999, Centro, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR e, ali estando, agindo com consciência e vontade, qual seja, dolosamente, em unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, subtraíram para ambos, com ânimo de assenhoreamento definitivo, 03 (três) potes grande de Nutella, os quais foram conjuntamente avaliados em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme auto de avaliação de mov. 32.1, todos de propriedade do Supermercado Cidade Canção. Registra-se que a empreitada delituosa praticada pelos denunciados foi gravada no sistema de filmagem do estabelecimento comercial, conforme mov. 361.3 e 31.6, nas imagens é possível verificar que o denunciado EDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA aparece de camiseta vermelha com as mangas e golas pretas e a denunciada ADRIANE INÁCIO DA LUZ está vestindo blusa preta com estampa branca." 2º fato "No dia 16 de novembro de 2022, por volta do 12h40min, os denunciados ADRIANE INÁCIO DA LUZ e PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, dirigiram-se ao estabelecimento comercial denominado Supermercado Cidade Canção, situado na Rua Pernambuco, 999, Centro, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR e, ali estando, agindo com consciência e vontade, qual seja, dolosamente, em unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, subtraíram para ambos, com ânimo de assenhoreamento definitivo, 08 (oito) potes de Nutella, os quais foram conjuntamente avaliados em R$ 191,00 (cento e noventa e um reais), conforme auto de avaliação de mov. 28.1 e documento de mov. 1.12, todos de propriedade do Supermercado Cidade Canção. Na sequência, após constatarem o furto, conforme filmagem de mov. 1.22, os Policiais Militares foram acionados e os denunciados ADRIANE INÁCIO DA LUZ e PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA presos em flagrante (mov. 1.2), sendo os potes de doces apreendidos (mov. 1.10) e restituídos a empresa vítima, conforme auto de entrega de mov. 1.15 e 26.1., e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 10 de abril de 2024.
EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA
Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA
PRAZO DE 15 (quinze) dias

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0010647-65.2022.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Adriane Inacio da Luz, PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, e vítima CARLOS HENRIQUE DA COSTA DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, portador(a) do RG 163591855 SSP/PR e CPF 112.541.949-08, nascido(a) em 17/01/1998, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de SUELI DE FATIMA DE SOUZA e GILMAR FERREIRA DE SOUZA,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, inciso IV, do Código Penal, c/c o artigo 69, caput, do Código Penal. oferecida em 25/10/2023 e recebida em 27/10/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: Entre os dias 01 e 09 de outubro de 2022, em horário não preciso, os denunciados ADRIANE INÁCIO DA LUZ e PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, dirigiram-se ao estabelecimento comercial denominado Supermercado Cidade Canção, situado na Rua Pernambuco, 999, Centro, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR e, ali estando, agindo com consciência e vontade, qual seja, dolosamente, em unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, subtraíram para ambos, com ânimo de assenhoreamento definitivo, 03 (três) potes grande de Nutella, os quais foram conjuntamente avaliados em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme auto de avaliação de mov. 32.1, todos de propriedade do Supermercado Cidade Canção. Registra-se que a empreitada delituosa praticada pelos denunciados foi gravada no sistema de filmagem do estabelecimento comercial, conforme mov. 361.3 e 31.6, nas imagens é possível verificar que o denunciado EDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA aparece de camiseta vermelha com as mangas e golas pretas e a denunciada ADRIANE INÁCIO DA LUZ está vestindo blusa preta com estampa branca." 2º fato "No dia 16 de novembro de 2022, por volta do 12h40min, os denunciados ADRIANE INÁCIO DA LUZ e PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, dirigiram-se ao estabelecimento comercial denominado Supermercado Cidade Canção, situado na Rua Pernambuco, 999, Centro, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR e, ali estando, agindo com consciência e vontade, qual seja, dolosamente, em unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, subtraíram para ambos, com ânimo de assenhoreamento definitivo, 08 (oito) potes de Nutella, os quais foram conjuntamente avaliados em R$ 191,00 (cento e noventa e um reais), conforme auto de avaliação de mov. 28.1 e documento de mov. 1.12, todos de propriedade do Supermercado Cidade Canção. Na sequência, após constatarem o furto, conforme filmagem de mov. 1.22, os Policiais Militares foram acionados e os denunciados ADRIANE INÁCIO DA LUZ e PEDRO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA presos em flagrante (mov. 1.2), sendo os potes de doces apreendidos (mov. 1.10) e restituídos a empresa vítima, conforme auto de entrega de mov. 1.15 e 26.1., e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 10 de abril de 2024.
EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA
Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREIRE
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0016809-52.2017.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREIRE, ANTONIO CARLOS URBANO, e vítima FRANCISLEI POLVERINE MORAIS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREIRE, portador(a) do RG 57828323 SSP/PR e CPF 019.204.199-18, nascido(a) em 17/06/1976, natural de PARANAVAI/PR, filho(a) de VERA LUCIA FREIRE e ARI DE SOUZA FREIRE**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 171 - ESTELIONATO, Reclusão: 1 a 5 anos E Multa oferecida em 19/10/2023 e recebida em 20/10/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 26 de julho de 2016, em horário e local não precisos, mas certo que neste Município e Comarca de Paranavaí/PR, os denunciados ANTÔNIO CARLOS URBANO e PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREIRE, dolosamente e previamente determinados, conscientes da ilicitude e censurabilidade de suas condutas, agindo em concurso entre si e mediante conjugação de esforços, induziram em erro a pessoa de FRANCISLEI POLVEINE MORAIS, ocasião em que ardilosamente venderam um imóvel residencial, com matrícula nº R-21.573, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1520, Jardim Antigo Aeroporto, nesta Cidade, de propriedade de terceiro, a saber a pessoa de JOSÉ CARLOS FARIAS, pelo valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Consta dos autos que a vítima FRANCISLEI adquiriu o imóvel do denunciado ANTÔNIO CARLOS, mediante negociação firmada com o denunciado PAULO HENRIQUE, o qual lhe devia o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) referente a negociações anteriores envolvendo um veículo. Durante as tratativas, restou pactuado que a dívida de PAULO HENRIQUE seria quitada e caberia a vítima repassar a quantia de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) para o denunciado ANTÔNIO CARLOS para quitar o imóvel negociado. Em decorrência, a vítima FRANCISLEI registrou o imóvel em nome de ADINA MARIA POLVERINE MORAIS e PEDRO POLTRONIERI MORAIS, seus genitores, conforme documentos de mov. 6.6 - fls. 20/23, contudo antes mesmo de adentrar na posse de imóvel e quitar o valor restante, o ofendido tomou conhecimento que o imóvel em questão pertencia a pessoa de JOSÉ CARLOS FARIAS e que teria sido vendido pelo próprio denunciado ANTÔNIO CARLOS no ano de 2001, conforme contrato de compra e venda de mov. 6.4 - fls. 05/07. Ademais, restou apurado que os denunciados simularam a venda do imóvel para a vítima FRANCISLEI com o intuito de obterem

capital para investir na construção de residências na cidade de Nova Esperança/ PR, as quais seriam construídas para o posterior revenda, contudo a vítima tomou conhecimento acerca do engodo criminoso antes que efetivasse o pagamento do valor restante. Dessa forma, os denunciados ANTÔNIO CARLOS URBANO e PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREIRE obtiveram para ambos vantagem ilícita e indevida no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e em prejuízo financeiro da vítima FRANCISLEI POLVEINE MORAIS.", e sua **INTIMAÇÃO** para comparecer, acompanhada de advogado(a), sob pena de nomeação de defensor(a) dativo(a), à **Audiência de Proposta da Suspensão Condicional do Processo** a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, com endereço na Av. Paraná, Nº1422, Centro, Paranavaí - PR - Fone: (44)3259-6644, na **data de 26 de abril de 2024 às 16:45** , ocasião em que será oferecida proposta de suspensão condicional do processo, restando ciente que sua ausência implicará em presunção de não aceitação e o processo prosseguirá em seus ulteriores termos (art. 89 da Lei nº 9.099/1995). Em caso de não aceitação da proposta, fica intimada também para oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), no **prazo de 10 (dez) dias**, em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 10 de abril de 2024.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): RONALDO GALDINO GONÇALVES DE ABREU

PRAZO DE 15 (quinze) dias

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0005324-79.2022.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RONALDO GALDINO GONÇALVES DE ABREU, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RONALDO GALDINO GONÇALVES DE ABREU, portador(a) do RG 77980776 SSP/PR e CPF 035.929.389-16, nascido(a) em 18/11/1982, natural de PARANAVAI/PR, filho(a) de ZENAIDE GALDINO DA SILVA DE ABREU e JOÃOZINHO GONÇALVES DE ABREU,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa, parágrafo 3º do Código Penal oferecida em 15/01/2024 e recebida em 31/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 09 de março de 2022, por volta das 09h20min, em razão da diminuição drástica de energia no imóvel, o Inspetor de Medição da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, VANDRÉ RICARDO GALLASSI, realizou a verificação da Unidade Consumidora nº 85469823, localizada na Rua Veterinário José Roberto Silva Arrais, 172, Jardim Campo Belo, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR, registrada sob a titularidade de Joãozinho Gonçalves de Abreu, ocasião em que constataram que o morador da residência e ora denunciado RONALDO GALDINO GONÇALVES DE ABREU (filho de Joãozinho), agindo com consciência e vontade, isto é, dolosamente, com ânimo de furtar, subtraiu para si, com ânimo de assenhoreamento definitivo, coisa alheia equiparada a móvel, consistente em energia elétrica em prejuízo da COPEL, sendo que, para tanto, o denunciado RONALDO GALDINO GONÇALVES DE ABREU realizou o desvio de energia elétrica de uma das fases, ligando os fios de saída e de entrada ao borne de entrada do medidor, fazendo com que o medidor registrasse parcialmente o consumo de energia elétrica, tudo conforme Termo de Ocorrência e Inspeção de mov. 11.5, logrando êxito em consumir energia sem ser captada nesta fase (fase 2), subtraindo assim cerca de 3.310kWh (três mil e trezentos e dez quilowatss), cujo valor patrimonial do prejuízo causado à empresa vítima foi avaliado em R$ 3.522,29 (três mil e quinhentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos), segundo se depreende do auto de avaliação de mov. 13.1, histórico de consumo de mov. 11.7 e planilha de cálculo de revisão de faturamento de mov. 11.9. Consta dos autos que o Inspetor VANDRÉ tentou por diversas vezes contatar o morador da residência, ora denunciado, para realizar a inspeção, todavia, sem êxito, haja vista que a residência se encontrava sempre fechada e com cadeado no portão, sendo que, no dia em que se encontrava, negou atender a equipe, razão pela qual, foi acionada a equipe da Polícia Militar que se deslocou ao local e constatou a situação, tendo sido a empreitada delituosa registrada pelos policiais através das fotografias inseridas no mov. 11.6 - fotos do local do crime, e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): FÁBIO JÚLIO SILVÉRIO DA SILVA BARREIRO NERES

PRAZO DE 15 (quinze) dias

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0010253-58.2022.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FÁBIO JÚLIO SILVÉRIO DA SILVA BARREIRO NERES, e vítima ADILSON JOSÉ JASPER, DARCI RICATO DA ROCHA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido FÁBIO JÚLIO SILVÉRIO DA SILVA BARREIRO NERES, portador(a) do RG 13297692 SSP/PR e CPF 097.730.049-88, nascido(a) em 01/07/1993, natural de PARANAVAI, filho(a) de MARIA DE FÁTIMA SILVÉRIO DA SILVA e ANTONIO BARREIRO NERES,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, inciso II ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 26/01/2024 e recebida em 31/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 18 de outubro de 2022, por volta das 14h00m, em construção situada na Rua Francisco Francês, 672, Jardim Simone, Paranavaí-PR, o denunciado FÁBIO JÚLIO SILVÉRIO DA SILVA BARREIRO NERES, agindo com consciência e vontade, aproveitou-se da condição de ex-empregado da vítima ADILSON JOSÉ JASPER e subtraiu para si, com ânimo de assenhoreamento definitivo, o cartão bancário da vítima e em seguida fez compras no valor de R$ 140,00 (cento e quare reais), haja vista que tinha conhecimento da senha do referido cartão, no estabelecimento comercial denominado LOJA DARCI PRESENTES, situado na Avenida Martin Luther King, 3342, Jardim Farroupilha, em Paranavaí-PR, local em que o denunciado FÁBIO JÚLIO SILVÉRIO DA SILVA BARREIRO NERES ainda subtraiu para si, com ânimo de assenhoreamento definitivo, 01 (um) boné, no valor de R$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos), de propriedade da vítima DARCI RICATO HARA, que conjuntamente avaliado com o valor subtraído do cartão da vítima ADILSON somaram a quantia de R$ 279,90 (duzentos e setenta e nove reais e noventa centavos), conforme auto de avaliação indireta de mov. 19.1. Registra-se que a empreitada delituosa praticada pelo denunciado FÁBIO JÚLIO SILVÉRIO DA SILVA BARREIRO NERES no estabelecimento comercial LOJA DARCI PRESENTES, foi gravada pelo sistema de monitoramento do local, conforme registro de vídeo de mov. 13.1, no qual aparece o denunciado subtraindo o boné e fazendo uso do cartão bancário da vítima., e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): LEANDRO DE OLIVEIRA

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA, da 2ª Vara Criminal de Paranavaí, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0010579-18.2022.8.16.0130, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEANDRO DE OLIVEIRA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LEANDRO DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 88620887 SSP/PR e CPF 049.839.919-21, nascido(a) em 09/11/1983, natural de MARINGA, filho(a) de MARIA DE LURDES DA SILVA OLIVEIRA e DIRCEU DE OLIVEIRA,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, inciso I oferecida em 26/12/2023 e recebida em 31/01/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 10 de abril de 2022, no período da tarde, entre 14hs00min e 17hs50min, o denunciado dirigiu-se ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Paranavaí - Sindoscom, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1205, Centro, neste Município e Comarca de Paranavaí/PR e, ali estando, com ânimo de furtar, agindo com consciência e vontade, qual seja, dolosamente, mediante rompimento de obstáculo, consistente em danificar a fechadura de uma porta, conforme se denota do auto de levantamento fotográfico de mov. 17.1, ingressou clandestinamente no interior do local, donde subtraiu para si, com ânimo de assenhoreamento definitivo, 5 (cinco) ovos de páscoa (cerca de 2 kg de chocolate no total), além de um queijo caseiro, cujas coisas foram conjuntamente avaliadas em R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), conforme auto de avaliação de mov. 15.3. Apurou-se, ainda, que a ação criminosa foi registrada por câmera de monitoramento do local, sendo que as

imagens constam do mov. 12.3, e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alessandra Belmonte Pimentel Peres, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Paranavaí, 11 de abril de 2024.
EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA
Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo
Autos nº. 4000030-07.2024.8.16.0130
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Doutora **EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA,** Juíza de Direito da Segunda Vara Criminal de Paranavaí, PR., no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital interessar ou conhecimento dele tiverem, no prazo de 20 (vinte) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente o(a) sentenciado(a) **RONEY FERREIRA DE SOUZA (RG: 104183174 SSP/PR e CPF/CNPJ: 065.198.169-73) residente no(a) Rua Herculano Rubim Toledo, 295 - Vila São Vicente - PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.709-260,** atualmente em lugar desconhecido, fica, pelo presente, **INTIMADO(A)** a comparecer, sob as penas da lei, perante a 2ª Vara Criminal sito à Av. Paraná, Nº1422, Centro,Paranavaí - PR - Fone: (44) 3259-6644, no dia **16 de maio de 2024 às 17:00 horas**, para aceitação e início do cumprimento das condições impostas no regime aberto, nos autos de **EXECUÇÃO DE PENA** acima identificado, oriundo de condenação nos autos de **PC n. 0008723-19.2022.8.16.0130**, em que foi condenado(a) como incurso(a) nos artigos: 65, caput, da Lei 9.605/1998, à pena de 03 (três) meses de detenção e 10(dez) dias multa, em REGIME ABERTO, ficando advertido que o não comparecimento poderá implicar em suspensão ou regressão de regime.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paranavaí, 10 de abril de 2024. Eu, Marcia Regina Colombo Canezin, chefe de secretaria, digitei e conferi.

EVELINE SOARES DOS SANTOS MARRA
Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

EDITAL n.º 042/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PEDRO RAVAIEL NOVAK e OMEGA PHARMA DISTRIUBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, na pessoa de seu representante legal.

A Doutora Fabiane Kruetzmann Schapinsky - Juíza de Direito da Vara Cível e Anexos desta Comarca de Pinhais - Paraná, na forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta Vara Cível e Anexos da Comarca de Pinhais - Paraná, respectiva, tramitam os autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA sob o n.º 00644-27.2017.8.16.0033 em que figura como exeqüente BANCO DO BRASIL S/A e executado PEDRO RAVAIEL NOVAK e OMEGA PHARMA DISTRIUBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, constando dos autos que os executados se encontram em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de trinta (30) dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, vem INTIMAR, PEDRO RAVAIEL NOVAK (CPF nº 874.821.349-72) e OMEGA PHARMA DISTRIUBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ nº 13.330.141/0001-14), na pessoa de seu representante legal, para que no prazo de quinze (15) dias, úteis (artigo 219 e 523, CPC) proceda o pagamento voluntário da obrigação contida na sentença, ficando ciente de que o não cumprimento da obrigação, ensejará pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, e também, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), independentemente de apresentação de impugnação, caso seja efetuado o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (art. 523, §2º do CPC). Fica ainda Vossa Senhoria INTIMADA sobre o teor do artigo 525 do CPC, de que, escoado o prazo para pagamento, inicia-se, independentemente de decisão judicial, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de impugnação, nos próprios autos, independentemente de penhora ou nova intimação. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será fixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Pinhais, Estado do Paraná, aos 11 de abril de 2024. Eu, Marcelo Kloss - Escrevente Juramentado, Portaria 21/2007, o digitei e subscrevi.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0007761-90.2022.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal de Competência do Júri
Assunto Principal:	Homicídio Qualificado
Data da Infração:	28/08/2022
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ARISTIDES DOS REIS FILHO
Réu(s):	• WESLEY VINCENTI DE PAULA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO
RÉU: WESLEY VINCENTI DE PAULA
PRAZO DE 60 DIAS

O Doutor Sergio Bernardinetti, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0007761-90.2022.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **WESLEY VINCENTI DE PAULA, brasileiro, com RG nº 159240665/PR, nascido aos 5/09/1997, natural de CURITIBA/PR, filho de MARINALVA ALVES DOS SANTOS e ANTONIO FRANCISCO DE PAULA,** atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Ante o exposto, com base no art. 413, §1º do Código de Processo Penal, **PRONUNCIO o réu WESLEY VINCENTI DE PAULA** como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II, III e IV, c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal."

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

Sergio Bernardinetti
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0014101-55.2019.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Decorrente de Violência Doméstica
Data da Infração:	21/10/2019
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ALANA BEATRIZ FERREIRA DE MOURA DE SOUSA
Réu(s):	• DERICK WILLIAN DE LIMA • PAULA FERREIRA ALVES CORDEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
VÍTIMA: ALANA BEATRIZ FERREIRA DE MOURA DE SOUSA

PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0014101-55.2019.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **ALANA BEATRIZ FERREIRA DE MOURA DE SOUSA**, brasileira, RG não cadastrado, nascida aos 4/08/2016, filha de ALAN NERY DE MOURA DE SOUSA e PAULA FERREIRA ALVES CORDEIRO, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimada da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificada de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Diante do exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, julgo **IMPROCEDENTE** a pretensão punitiva do Estado deflagrada na denúncia destes autos e **ABSOLVO** os acusados DERICK WILLIAN DE LIMA e PAULA FERREIRA ALVES CORDEIRO, nos moldes do art. 386, inciso VII do Código Penal.

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

André Doi Antunes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0001644-83.2022.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração:	24/03/2022
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• Estado do Paraná
Réu(s):	• MARCOS PAULO DE MOURA PONTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: MARCOS PAULO DE MOURA PONTES
PRAZO DE 90 DIAS

O Doutor Sergio Bernardinetti, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 90 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0001644-83.2022.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **MARCOS PAULO DE MOURA PONTES**, brasileiro, com RG nº 149079785/PR, nascido aos 4/04/2001, natural de REGISTRO, filho de VANDA APARECIDA DE MOURA e PAULO BARBOSA DE PONTES, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Devidamente comprovada a materialidade, autoria e tipicidade delitiva, e não havendo qualquer causa excludente da responsabilidade criminal do réu, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão punitiva veiculada na denúncia, a fim de **CONDENAR** o réu **MARCOS PAULO DE MOURA PONTES,** pela prática dos crimes previstos no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 (1º fato) e nas disposições do artigo 12 da Lei 10.826/03 (2º fato), em razão da qual lhe aplico a pena restritiva de liberdade de **CINCO ANOS E DEZ MESES DE RECLUSÃO, COM QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS DIAS-MULTA**, a ser cumprida em regime inicialmente **semiaberto** e **UM ANO DE DETENÇÃO, COM DEZ DIAS-MULTA** a ser cumprida em regime inicialmente **aberto**, sendo cada dia multa fixado em um trigésimo do salário mínimo nacional vigente ao tempo dos fatos."

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

Sergio Bernardinetti
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0002460-02.2021.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Vias de fato
Data da Infração:	08/05/2021
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• SOLANGE SACRAMENTO RIBEIRO
Réu(s):	• JOSE INACIO ROBERTO DE BARROS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: JOSE INACIO ROBERTO DE BARROS
PRAZO DE 60 DIAS

O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0002460-02.2021.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **JOSE INACIO ROBERTO DE BARROS**, brasileiro, com RG nº 139401050/PR, nascido aos 16/10/2000, natural de PINHAIS, filho de ROSA DOS SANTOS ROBERTO e JOSE FLORENCIO DE BARROS, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Posto isso, com fulcro no artigo 107, IV, do Código Penal, **DECLARO extinta a punibilidade** do réu **JOSÉ INÁCIO ROBERTO DE BARROS** com relação ao fato criminoso do artigo 21 da Lei nº 3.688/41, em razão da prescrição."

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara, Estado do Paraná, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0005901-20.2023.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal de Competência do Júri
Assunto Principal:	Homicídio Qualificado
Data da Infração:	14/08/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ELIZEU TEIXEIRA DE OLIVEIRA • LIENE TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Réu(s):	• Zezinho (registrado(a) civilmente como EVILAZIO BARCHAKI FILHO)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: ZEZINHO (REGISTRADO(A) CIVILMENTE COMO EVILAZIO BARCHAKI FILHO)
PRAZO DE 60 DIAS

O Doutor Sergio Bernardinetti, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0005901-20.2023.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **ZEZINHO (REGISTRADO(A) CIVILMENTE COMO EVILAZIO BARCHAKI FILHO), brasileiro, com RG nº 47646820/PR, nascido aos 11/08/1968, natural de PONTA GROSSA/PR, filho de VANACIR RODRIGUES DE OLIVEIRA e EVILAZIO BARCHAKI**, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTEem parte** a pretensão punitiva veiculada na denúncia, a fim de **CONDENAR** o réu **EVILAZIO BARCHAKI FILHO** pela prática dos crimes previstos nos art. 129, caput, do Código Penal, art. 150, §1º, do Código Penal, em razão da qual lhe aplico a pena restritiva de liberdade de **NOVE MESES DE DETENÇÃO,** a ser cumprida inicialmente em regime inicialmente aberto."

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

Sergio Bernardinetti
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo: 0001186-37.2020.8.16.0034
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Ameaça
Data da Infração: 02/02/2020
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • GLEISE FERREIRA PAULINO
Réu(s): • CLAUDEMIR DE ALMEIDA FERREIRA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: CLAUDEMIR DE ALMEIDA FERREIRA
PRAZO DE 60 DIAS

O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0001186-37.2020.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **CLAUDEMIR DE ALMEIDA FERREIRA, brasileiro, com RG nº 145668050/PR, nascido aos 4/07/1996, natural de ALMIRANTE TAMANDARE, filho de VILMA SALETI ALVES DE ALMEIDA e CELSO RICARDO MARTINS FERREIRA,** atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Assim, com fulcro no artigo 107, IV, do Código Penal, também **declaro extinta a punibilidade** de **CLAUDEMIR DE ALMEIDA FERREIRA** com relação ao delito de ameaça, artigo 147, caput, do Código Penal, na forma do art. 7°, inciso II, da lei 11.340/2006, a ele imputado nestes autos, pela prescrição da pretensão punitiva do Estado."

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo: 0006765-92.2022.8.16.0034
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Contra a Mulher
Data da Infração: 31/10/2022
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • DANIELE DA SILVA MACHADO
Réu(s): • Eder Georgenes Ferreira

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: EDER GEORGENES FERREIRA
PRAZO DE 60 DIAS

O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0006765-92.2022.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **EDER GEORGENES FERREIRA, brasileiro, com RG nº 136275941/PR, nascido aos 26/12/1998, natural de CURITIBA/PR, filho de Elisir Antonia Ferreira,** atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Diante do exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva do Estado deflagrada na denúncia, a fim de:

a) **CONDENAR** o réu **EDER GEORGENES FERREIRA** como incurso nas penas do delito previsto no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/41 (1º fato);

b) **ABSOLVER** o réu **EDER GEORGENES FERREIRA** dos crimes previstos nos art. 163, parágrafo único, inciso I, do Código Penal, 150, § 1º, do Código Penal e art. art. 147 do Código Penal nos moldes do art. 386, inciso VII do Código Penal (2º, 3º e 4º fatos).

PENA DEFINITIVA

Portanto, obedecidos aos parâmetros do art. 68 do Código Penal no tocante ao cálculo da pena, fica o réu, **EDER GEORGENES FERREIRA**, qualificado nos autos, condenado definitivamente à pena de **17 dias de prisão simples.**"

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo: 0006352-79.2022.8.16.0034
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal: Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher
Data da Infração: 15/10/2022
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • DIRCE PEREIRA DA SILVA
• ROSANGELA RICARDO
Réu(s): • ALGACIR RICARDO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
VÍTIMA: DIRCE PEREIRA DA SILVA
PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0006352-79.2022.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **DIRCE PEREIRA DA SILVA**, brasileira, com RG nº 60319030/PR, nascida aos 7/09/1965, natural de BANDEIRANTES/PR, filha de JOANA SOUZA DA SILVA e GENEZIO PEREIRA DA SILVA, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimada da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificada de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Diante do exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, julgo **PROCEDENTE** a pretensão punitiva do Estado deflagrada na denúncia, a fim de:

a. **CONDENAR** o réu como incurso nas penas do crime de lesões corporais, previsto no artigo 129, §13º, do Código Penal (1º fato).

b. **CONDENAR** o réu como incurso nas penas do crime de ameaça, previsto no artigo 147, do Código Penal (2º fato).

Pena definitiva

Cumpridas as fases do art. 68, do Código Penal, e diante da ausência de outras circunstâncias modificativas, fixo a pena , **definitivamente** em **01 (um) ano de reclusão e 1 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção.**

Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

André doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo: 0002929-77.2023.8.16.0034
Classe Processual: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração: 04/05/2023
Autor(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): • ESTADO DO PARANÁ
Réu(s): • LUIZ HENRIQUE BATISTA DE OLIVEIRA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: LUIZ HENRIQUE BATISTA DE OLIVEIRA
PRAZO DE 90 DIAS

O Doutor Sergio Bernardinetti, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 90 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0002929-77.2023.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **LUIZ HENRIQUE BATISTA DE OLIVEIRA**, brasileiro, com RG nº 144519132/PR, nascido aos 9/04/2003, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho de SANDRA BATISTA DE OLIVEIRA, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Devidamente comprovada a materialidade, autoria e tipicidade delitiva, e não havendo qualquer causa excludente da responsabilidade criminal do réu, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão punitiva veiculada na denúncia, a fim de

CONDENAR o réu **LUIZ HENRIQUE BATISTA DE OLIVEIRA** pela prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006, em razão da qual lhe aplico a pena restritiva de liberdade de **CINCO ANOS DE RECLUSÃO,** a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto; bem como condeno o réu ao pagamento de **quinhentos dias-multa**, sendo cada dia multa fixado em um trigésimo do salário-mínimo nacional vigente ao tempo dos fatos."
Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara, Estado do Paraná, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
Sergio Bernardinetti
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0002171-69.2021.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Ameaça
Data da Infração:	27/04/2021
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• CAMILLE CHRISTINE FARIAS DE SOUZA
Réu(s):	• OTÁVIO DO ROCIO MOREIRA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: OTÁVIO DO ROCIO MOREIRA
PRAZO DE 90 DIAS
O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 90 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0002171-69.2021.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **OTÁVIO DO ROCIO MOREIRA**, brasileiro, com RG nº 144220943/PR, nascido aos 19/09/1998, natural de CURITIBA, filho de JOCELI DO ROCIO CANDIDO e MARCOS ANTONIO MOREIRA, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Diante do exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva do Estado deflagrada na denúncia, a fim de:
a.CONDENAR o réu pela prática do crime de **lesão corporal qualificada** (art. 129, §13, do Código Penal c/c a Lei n° 11/340/2006);
b.ABSOLVER o réu pela prática do delito de **ameaça** (art. 147, caput, do Código Penal);
PENA DEFINITIVA
Cumpridas as fases do art. 68, do Código Penal, e diante da ausência de outras circunstâncias modificativas, fixo a pena em **01 (um) ano de reclusão."**
Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0002529-71.2020.8.16.0033
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Incêndio
Data da Infração:	07/03/2020
Autor(s):	• MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ANNE CAROLINE DOS SANTOS VAZ
Réu(s):	• TIAGO DE SOUSA E SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: TIAGO DE SOUSA E SILVA
PRAZO DE 90 DIAS
O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0002529-71.2020.8.16.0033**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **TIAGO DE SOUSA E SILVA**, brasileiro, com RG nº 127921202/PR, nascido aos 24/02/1993, natural de CURITIBA/PR, filho de ROSANGELA MARIA SOUSA e IVANIL MARTINS DA SILVA, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Diante do exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, julgo **PROCEDENTE** a pretensão punitiva do Estado, para o fim de:
a) **CONDENAR** o réu do fato criminoso descrito no artigo 147 do Código Penal (1º fato);
b) **CONDENAR** o réu como incurso nas penas do crime previsto no art. 250, §1º, inciso II, alínea ´a´, do Código Penal, c/com a Lei 11.340/06 (2º fato).
c) **CONDENAR** o réu do fato criminoso descrito no artigo 147 do Código Penal (3º fato);
Pena definitiva
Cumpridas as fases do art. 68, do Código Penal, e diante da ausência de outras circunstâncias modificativas, fixo a pena do acusado, **DEFINITIVAMENTE em 2 (dois) meses de detenção e 4 (quatro) anos de reclusão e 13 (dez) dias-multa.**"
Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0003742-07.2023.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Vias de fato
Data da Infração:	22/05/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• KETLLIN DE OLIVEIRA RAMALHO
Réu(s):	• WESLEY ADMILSON CORDEIRO DE SOUZA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: WESLEY ADMILSON CORDEIRO DE SOUZA
PRAZO DE 60 DIAS
O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0003742-07.2023.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **WESLEY ADMILSON CORDEIRO DE SOUZA**, **brasileiro, com RG nº 159962822/PR, nascido aos 30/07/1998, natural de PINHAIS/PR, filho de SIMONE CORDEIRO e ADMILSON NEVES DE SOUZA,** atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: " Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a denúncia oferecida, no tocante aos delitos dos artigos 21 do Decreto Lei 3.688/41 e 147 do Código Penal e **ABSOLVO** o acusado **WESLEY ADMILSON CORDEIRO DE SOUZA,** nos termo do art. 386, inciso VII do Código Penal."
Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR , 10 de abril de 2024. Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0009571-66.2023.8.16.0034
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Ameaça
Data da Infração:	10/12/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ROSA SOARES DE LIMA
Réu(s):	• NILTON DE LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

RÉU: NILTON DE LIMA
PRAZO DE 60 DIAS
O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 60 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0009571-66.2023.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **NILTON DE LIMA**, **brasileiro, com RG nº 47050847/PR, nascido aos 15/12/1965, natural de PONTA GROSSA/PR, filho de ROSA SOARES DE LIMA e AMILTON DE LIMA,** atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificado de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a denúncia oferecida e **ABSOLVO** o acusado **NILTON DE LIMA**, nos moldes do art. 386, inciso VII do Código Penal."
Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024.
Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
VARA CRIMINAL DE PIRAQUARA - PROJUDI
Avenida Getúlio Vargas, 1417 - 1º Andar - Centro - Piraquara/PR - CEP: 83.301-010 - Fone: (41) 3263-6198 - E-mail: pir-2vj-e@tjpr.jus.br

Processo:	0007200-32.2023.8.16.0034
Classe Processual:	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto Principal:	Contra a Mulher
Data da Infração:	18/09/2023
Noticiante(s):	• EMILI PEREIRA DE SOUZA
Noticiado(s):	• THIAGO DE SOUZA VELOSO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
VÍTIMA: EMILI PEREIRA DE SOUZA
PRAZO DE 15 DIAS
O Doutor André Doi Antunes, MM. Juiz de Direito Substituto da Vara Criminal do Foro Regional de Piraquara/PR, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 dias, extraído dos autos de Processo Crime nº **0007200-32.2023.8.16.0034**, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **EMILI PEREIRA DE SOUZA, brasileira, com RG nº 140075000/PR, nascida aos 2/06/2000, natural de PINHAIS/PR, filha de VANESSA PEREIRA DE SOUZA**, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimada da sentença proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente, e cientificada de que, querendo, poderá apelar da sentença, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias: "Assim sendo, tendo em vista que a vítima informou expressamente que não deseja mais a aplicação das medidas protetivas deferidas a seu favor, **impõe-se a revogação das medidas aplicadas, com exceção** da determinação de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio (seq. 14.1), pois se trata de medida fundamental ante o histórico de violência trazido aos autos."
Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Piraquara/PR, 10 de abril de 2024.
Eu, Magno André Miranda Januário, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
André Doi Antunes
Juiz de Direito Substituto

PONTA GROSSA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ELIETE APARECIDA CUNHA DOS SANTOS
PRAZO DE 15 diasO(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alienação de Bens do Acusado, assunto Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor, sob nº 0038374-07.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) 2ª VARA CRIMINAL DE PONTA GROSSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Terceiro ELIETE APARECIDA CUNHA DOS SANTOS, portador(a) do CPF 720.212.099-20**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para para que, no prazo de 10 (DEZ) dias, manifeste-se sobre o leilão determinado e sobre a avaliação da motocicleta HONDA/CG 125 TITAN ES, PLACAS MCG-3709. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Josimari dos Santos, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 11 de abril de 2024.**
Gilberto Romero Perioto
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Autos 0007254-09.2024.8.16.0019
- Leilão Eletrônico -
- alleiloes.com.br -
O MM. DR. GILBERTO ROMERO PERIOTO, Juiz de Direito, da 2ª VARA CRIMINAL DE PONTA GROSSA, na forma da lei, FAZ SABER, a todos aqueles que possam interessar, que nos autos de Alienação de Bens do Acusado - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor, sob nº 0007254-09.2024.8.16.0019, em que consta como Exequente(s) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30, e Executado(s) NELSON GUILHERME VIANA CPF/CNPJ: 079.591.719-80; Terceiro LUIS GUSTAVO RIBEIRO CALLEGARI CPF/CNPJ: 075.673.489-42; ODAIR JOSE DOS SANTOS CPF/CNPJ: 957.373.409-53, será promovida a alienação judicial, do(s) bem(ns), descrito(s) abaixo e constante(s) nos autos supramencionados, conforme descrição a seguir: LEILOEIRO OFICIAL DESIGNADO: Alex Sandro Vieira Felix, matrícula 18/297-L, com endereço profissional localizado à Rua Júlio Estrela Moreira, nº 74, Jd. Lago Parque, Londrina/Pr, Tel: (43) 9 9944-8884, e-mail: alleiloes@gmail.com LOCAL DO LEILÃO: Exclusivamente na modalidade Leilão Eletrônico através do site: alleiloes.com.br
DATA(S): 1º LEILÃO/PRAÇA: com encerramento no dia 03/05/2024, a partir das 16h:00min, ocasião em que será aceito lance igual ou superior ao valor da avaliação . 2º LEILÃO/PRAÇA: com encerramento no dia 13/05/2024, a partir das 16h:00min, ocasião em que será aceito lance igual ou superior à 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação (aplicação do art. 144-A, § 2.º, do Código de Processo Penal) BEM(NS): MOTOCICLETA HONDA/CG 125 CARGO ANO DE FABRICAÇÃO:1989 COR BRANCA PLACA/UF AFY7756/PR CHASSI: 9C2JA0101KR107959 (CLASSIFICAÇÃO: SUCATA INSERVÍVEL - SEM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO). AVALIAÇÃO: R$ 100,00 (cem reais), valor sujeito a atualização até a data do leilão. DÉBITO(S): Não consta nos autos. LOCALIZAÇÃO: O(s) bem(ns) encontra(m-se) depositado(s) sob guarda do Fiel Depositário, podendo ser encontrado(s) no endereço: 13ª Subdivisão Policial - Av. João Manoel dos Santos Ribas, 667 Nova Rússia, Ponta Grossa / PR ÔNUS/GRAVAMES: Classificação: Sucata inservível - Sem direito a documentação - Estado Geral: Ruim - Pintura: avariada - Lataria: regular - Para-choques: falta traseiro - Faróis/lanternas: falta traseiro - Retrovisores: falta - Bancos: regulares - Painel de instrumentos: regular - Pneus: ruins - Condições de locomoção: não -Motor: não testado - Adulterações nos sinais identificadores - Possível falta de peças diversas - DETRAN PR TAXA DE LICENCIAMENTO R$ 181,88 MULTAS R$ 3.707,20 Situação do veículo: VIGENTE (EM CIRCULAÇÃO) Tipo de Financiamento/ Restrição: NÃO HÁ. CLASSIFICAÇÃO DO(S) BEM(NS): 1) Os veículos leiloados na condição de SUCATAS INSERVÍVEIS, não podem ser registrados e/ou licenciados (sendo absolutamente proibida a sua circulação em via pública), sendo inviável seu retorno à circulação. 2) Após a arrematação, o Arrematante deverá providenciar a vistoria para a baixa do veículo junto ao DETRAN, visando a baixa definitiva no Registro Nacional de Veículos Automotores. 3) A entrega do material arrematado ficará condicionada aos procedimentos necessários à descaracterização total do bem e à destinação exclusiva, ambientalmente adequada, à reciclagem siderúrgica, vedado qualquer aproveitamento de peças e partes. 4) O Arrematante é responsável pelo destino dos MATERIAIS FERROSDS, inclusive a captação ambientalmente correta de fluídos, combustíveis e demais materiais e substâncias reconhecidos como contaminantes do meio ambiente, e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação em desacordo com as restrições imposta pela Legislação vigente. DA PARTICIPAÇÃO: Em conformidade com a Lei Federal nº 12.977 de 20/05/2014 e a Resolução nº 611 de 24/05/2016, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, somente podem participar do leilão, pessoas jurídicas, cujo objeto social seja compatível com o ramo de siderurgia ou fundição, nos termos exigidos pela legislação vigente, as quais deverão apresentar os seguintes documentos: Ato constitutivo e respectivas alterações, se for o caso, devidamente registradas e prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) e em se tratando de procurador, procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame. DOS LANCES: 1) Os lances On-Line, poderão ser ofertados, a partir da data da publicação deste edital, mediante HABILITAÇÃO, após prévio CADASTRO, com prazo mínimo de 48 horas de antecedências ao horário de encerramento do leilão, no site alleiloes.com.br, e concorrerão em igualdade de condições com os lances ofertados durante o leilão. 2) a partir da publicação do edital no site do Leiloeiro, serão admitidos pré lances, que ficarão registrados no sistema e concorrerão, em igualdades de condições, com os lances efetuados durante o leilão. 3) Para cada lance recebido, durante os 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos, para os demais participantes poderem ofertar seus lances. 4) ficando os interessados cientes que estarão vinculados aos Termos de Uso, aos Editais e demais Regras que regem o uso dos serviços disponibilizados no site alleiloes.com.br, inclusive quanto

as responsabilidades cíveis e criminais. PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, conforme disposto no art. 892 do Código de Processo Civil, ou ainda no prazo de até 24 horas da realização da praça. (art. 884, IV do Código de Processo Civil) REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO: A comissão do(a) Leiloeiro(a) será devida da seguinte forma: em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação, sob responsabilidade do Arrematante. CONDIÇÕES GERAIS: 1) O(s) bem(s) será(ão) alienado(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN), até a data da arrematação, sendo que, eventualmente, o arrematante deverá adotar as medidas necessárias a fim de garantir o levantamento dessas pendências. Eventuais ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. 2) O(s) bem(s) será(ão) alienado(s) no estado em que se encontra(m), sem nenhuma garantia, sendo a verificação de documentos, débitos, multas, gravames/credores e de área etc. de responsabilidade do arrematante, que será responsável por eventual regularização que se faça necessária. 3) Os atos necessários para a expedição do mandado de entrega ou da carta de arrematação, registro, ITBI, ICMS imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (art. 901, "caput", § 1º e § 2º e art. 903 do Código de Processo Civil). 4) Não cabe ao Órgão Público, tampouco ao Leiloeiro Público Oficial e/ou seus prepostos, quaisquer responsabilidades pela identificação de motores/chassis (números, plaquetas e outros), bem como falta de peças, falta de motores nos veículos, acessórios, defeitos, vícios ocultos, divergência na quantidade informativa de bens que compõe os lotes, ou por possíveis erros de impressão em catálogos, anúncios ou outras publicações referentes ao Leilão, cabendo ao interessado a vistoria in loco dos bens. 5) No caso de veículos, correrão por conta do arrematante, todas às despesas que se fizerem necessárias para a sua regularização junto ao Órgão de Transito, como eventuais remarcação de nº de chassi e motor de veículos, despesas com vistoria, emplacamento, taxa de licenciamento e seguro obrigatório DPVAT (quando for o caso), placas e legislação do órgão competente, inclusive a regularização nos casos de veículos sinistrados em acidentes de trânsito e outras despesas advindas da arrematação do Leilão. 6) Em caso de inadimplemento dos valores devidos pelo licitante vencedor, ficará sujeito à multa de 10% sobre o valor total arrematação devida em favor da parte exequente, bem como ao pagamento integral da comissão do leiloeiro acrescida da multa de 10%, além de juros e correção monetária contados da data da arrematação. 7) O arrematante inadimplente ou remisso também ficará sujeito às demais penalidades previstas nos artigos 895, §4º e 897, do Código de Processo Civil. 8) Caso não haja expediente nas datas designadas, o(s) ato(s) fica(m) transferido(s) para o próximo dia útil, no mesmo horário e local. 9) O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desobrigado a efetuar a leitura da íntegra do presente edital, o qual presume-se ser do conhecimento de todos os interessados. ADVERTÊNCIAS: Todos os interessados e participantes, ficam cientes, que será considerado ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência da arrematação, sujeitando-se a responder por perdas e danos e multa, nos termos do art. 903, §6º, do Código de Processo Civil. "AD-CAUTELAM": Fica(m) o(s) Exequente(s) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30; o(s) Executado(s) NELSON GUILHERME VIANA CPF/CNPJ: 079.591.719-80; Terceiro LUIS GUSTAVO RIBEIRO CALLEGARI CPF/CNPJ: 075.673.489-42; ODAIR JOSE DOS SANTOS CPF/CNPJ: 957.373.409-53; diretamente ou na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is); bem como o(s) corresponsável(is); cônjuge(s); herdeiro(s) e/ou sucessor(es); o(s) senhorio(s) direto(s); eventual(is) o(s) Coproprietário(s) ; o(s) Usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is) ; Credor(es) Fiduciário(s) e/ou Hipotecário(s) , o(s), Depositário(s); o(s) Credor(es) concorrente(s) ou preferencial(is); Ocupante(s) do(s) Imóvel(is); Terceiro(s) interessado(s); Arrendatários; por meio da publicação deste Edital, devidamente INTIMADO(S), se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal ou por qualquer outro meio legal, bem como para os efeitos do art. 889, incisos I; II; III; IV; V; VI; VII e VIII, do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do Código de Processo Civil será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil). DEMAIS INFORMAÇÕES: Todas as informações necessárias à participação neste leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas, poderão ser obtidas no junto ao Leiloeiro Oficial designado. PUBLICAÇÃO DO EDITAL: A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, e em cumprimento ao artigo 887, §2º do Código de Processo Civil, este edital será publicado na modalidade eletrônica no site alleiloes.com.br E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO, na cidade de Ponta Grossa - Pr, aos 11 de Abril de 2024. Eu, Alex Sandro Vieira Felix_____,/// Leiloeiro Oficial, matrícula 18/297-L, que o digitei, por ordem do(a) MM. Juiz de Direito, abaixo assinado. DR. GILBERTO ROMERO PERIOTO - Juiz de Direito - Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ERIVELTON CARLOS DE JESUS PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Furto , sob nº 0034208-97.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ERIVELTON CARLOS DE JESUS, e vítima LUCIANO CHRISTOFORO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ERIVELTON CARLOS DE JESUS, portador(a) do RG 100453398 SSP/PR e CPF 078.970.109-02, nascido(a) em 09/10/1991, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de EDITH FRANÇA DE JESUS e JOSE DE JESUS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 4 meses e 15 dias (Tentado) na data de 02/08/2023, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Pelo exposto, julgo PROCEDENTE a denúncia para o fim de condenar o réu ERIVELTON CARLOS DE JESUS nas sanções do artigo 155, caput, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal.Fixo a pena definitiva do réu Erivelton Carlos de Jesus em 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 04 (quatro) dias-multa, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316 /2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

---

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): RODRIGO DA SILVA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Laryssa Angelica Copack Muniz, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0009292-28.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RODRIGO DA SILVA, e vítima ESTADO DO PARANÁ e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RODRIGO DA SILVA, portador(a) do RG 78284340 SSP/PR e CPF 048.779.749-38, nascido(a) em 02/12/1981, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de CELIA REGINA RIBEIRO PINTO e ORLANDO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua NOTIFICAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, como incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (1º Fato) e artigo 330 do Código Penal (2º Fato), em concurso material conforme descrição do fato transcrito na denúncia:"1º FATO No dia 30 de março de 2023, por volta das 4h30min, em via pública, na Rua Carlos Chagas, em frente ao nº 184, nesta Cidade e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado RODRIGO DA SILVA, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, dotado de consciência e vontade, em desacordo com determinação legal e regulamentar e com finalidade diversa do consumo pessoal, t razia consigo 11g (onze gramas) de crack, divididos em 31 (trinta e uma) pedras pequenas, embaladas em papel-alumínio, e 1 (uma) pedra maior não embalada, conforme boletim de ocorrência nº 2023/356744 (movimento 1.5), fotografias (movimentos 1.6/1.8), auto de exibição e apreensão (movimento 1.9), auto de constatação provisória da droga (movimento 1.11), depoimentos (movimentos 1.13 e 1.15), e vídeo (movimento 31.14). A substância em tela causa dependência física ou psíquica, cuja posse e comercialização são proscritas no país, de acordo com a Portaria nº 344/98, da Secretaria da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Extrai-se do feito que uma equipe da Guarda Municipal fazia patrulhamento de rotina pela Rua Carlos Chagas quando se deparou com o denunciado, vindo rapidamente em sentido contrário da viatura, de bicicleta, gritando que alguém estava atrás dele tentando matá-lo. Os agentes públicos deram ordem de parada, mas RODRIGO não acatou e continuou por cerca de 50m (cinquenta metros), até que caiu de bicicleta. Após cair, ele ainda correu por mais alguns metros e até pulou o muro de uma residência, sendo então abordado. No bolso direito do seu calção foram encontrados alguns invólucros de crack, embalados e prontos para venda e, em sua carteira, havia R$ 65,00 (sessenta e cinco reais) em espécie e uma carteira de identidade em nome de Jean Francisco dos Santos. Próximo do local onde o denunciado caiu havia um recipiente plástico contendo mais alguns invólucros de crack, com a mesma embalagem, além de 1 (uma) pedra maior, não embalada, totalizando 33 (trinta e três) pedras de crack. 2º FATO Nas mesmas condições de data, tempo e local do 1º Fato, o denunciado RODRIGO DA SILVA, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, dotado

de consciência e vontade, desobedeceu ordem legal de abordagem proferida pelos guardas municipais Nilson José Ferreira e Emerson Antunes dos Santos, pois não acatou a ordem de parar a bicicleta com a qual estava e, após cair, ainda correu dos agentes públicos, pulando o muro de uma residência na rua Julio Perneta, quando então foi possível sua contenção pelos guardas, que localizaram as drogas em sua posse, como descrito no fato anterior (movimentos 1.3 e 1.5).". e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco). Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Debora Jacques Vieira, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): RODRIGO RAMOS DE LARA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Laryssa Angelica Copack Muniz, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0028426-12.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RODRIGO RAMOS DE LARA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RODRIGO RAMOS DE LARA, portador(a) do RG 107944877 SSP/PR e CPF 076.022.239-85, nascido(a) em 24/11 /1987, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de ECLAIR DO ROCIO BAPTISTA DE LARA e OSMAR RAMOS DE LARA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 11/08/2023 e recebida em 16/08/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 30 de outubro de 2021, por volta das 4h30min, durante o repouso noturno, na Escola Municipal Prefeito Coronal Cláudio Gonçalves Guimarães, localizada na Rua Bonifácio Ribas, nº 240, bairro de Uvaranas, nesta cidade e comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado RODRIGO RAMOS DE LARA, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, com inequívoco ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraiu, para si, coisas alheias móveis, consistentes 03 (três) tubos de plástico de 1/2 polegada, da marca "Tubovale" e 01 (uma) caixa de luz, de cor cinza, sem marca aparente, de aproximadamente 112m (cento e doze metros) de fio de luz, avaliados na totalidade em R$ 200,00 (duzentos reais), conforme boletim de ocorrência nº 2021/1108856 (movimento 1.5), auto de avaliação (movimento 1.1), auto de exibição e apreensão (movimento 1.2), depoimentos (movimentos 1.14/1.15, 32.7 e 45.1) e nota fiscal (movimento 45.2). Extrai-se do feito que uma equipe da Guarda Municipal foi acionada após notícia de que dois indivíduos saíram da Escola Municipal Prefeito Coronal Cláudio Gonçalves Guimarães na posse de fios elétricos, sendo que um deles trajava camiseta azul e puxava uma "gaiota". Em patrulhamento pelas proximidades da Escola, cerca de três quadras do local, os agentes públicos municipais visualizaram um homem puxando um carrinho e trajando camiseta azul, justamente as características repassadas. Realizada a abordagem do indivíduo, ora denunciado, verificou-se que no carrinho havia vários metros de fios, uma tomada e alguns tubos plásticos. Ao retornarem à Escola, constatou-se a que fiação havia sido cortada, assim como também tubos plásticos, idênticos aos que estavam com o denunciado. Ao ser ouvida, a diretora da Escola, Rosana Lopes Gonçalves, relatou que a fiação e tubos subtraídos foram da parte externa do prédio (movimento 32.7), reconhecendo os objetos apreendidos com o denunciado, que foram restituídos (movimento 32.5). Ainda, Rosana apresentou a nota fiscal do conserto da fiação danificada, sendo que somando o material e a mão de obra, o prejuízo suportado pelo Município de Ponta Grossa/PR foi de R$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais) (movimento 45.2)." e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Debora Jacques Vieira, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): Sanderson Rolim de Moura PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0021798-70.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Sanderson Rolim de Moura, e vítima CONDOR SUPER CENTER LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Sanderson Rolim de Moura, portador(a) do RG 44454327 SSP/PR e CPF 840.981.719-53, nascido(a) em 24/06/1970, natural de CURITIBA, filho(a) de DARCY DE LURDES PILATTI DE MOURA e SEBASTIÃO ROLIM DE MOURA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. 397, III, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Docum

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): LEONARDO DOS SANTOS MOREIRA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt , da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0006749-52.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JHOORDNYS FERREIRA GODOI, LEONARDO DOS SANTOS MOREIRA, e vítima A APURAR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LEONARDO DOS SANTOS MOREIRA, portador(a) do RG 81650870 SSP/PR e CPF 012.572.239-76, nascido(a) em 30/10/1979, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MARIA MOREIRA e MANOEL MOREIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 11 meses, incisos I e IV (Tentado) na data de 14/11/2023, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Pelo exposto julgo procedente a denúncia para o fim de condenar os réus Jhoordnys Ferreira Godoi e Leonardo dos Santos Moreira nas sanções do artigo 155, caput, §4º, incisos I e IV, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.Fixo a pena definitiva do réu Jhoodnys Ferreira Godoi em 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias de reclusão e 03 (três) dias multa, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíz de DireitO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ALLISON ROGERIO CAMARGO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0017356-71.2016.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALLISON ROGERIO CAMARGO, e vítima GISELE MUNHOZ, MARLON NABOZNY, OLAIRTON DEMCZUK DE JESUS ZUBEK ANDRADE,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ALLISON ROGERIO CAMARGO, portador(a) do RG 105279736 SSP/PR e CPF 079.634.469-80, nascido(a) em 07/03/1994, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de ALVINA DE GODOY CAMARGO e ROGERIO CAMARGO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a) , nos termos do art. 386, VII do Código Penal do Código de Processo Penal O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiária, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Documento assinado digitalmente,

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): RAFAEL NILTON CORREIA COSTA PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0035316-98.2020.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDUARDO JOSE GOMES MAURER, RAFAEL NILTON CORREIA COSTA, e vítima BRUNO DIAS ROSA, Estado do Paraná, GUSTAVO OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte (s) Promovido RAFAEL NILTON CORREIA COSTA, portador(a) do RG 153897557 SSP/PR e CPF 800.884.159-10, nascido (a) em 26/03/2000, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de JANETE DE MOURA CORREIA e JOSÉ MINTON COSTA JUNIOR, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 244-B - CORROMPER OU FACILITAR

A CORRUPÇÃO DE MENOR DE 18 DEZOITO ANOS, Reclusão: 1 ano ART 180 - RECEPTAÇÃO, Reclusão: 1 ano na data de 09/01/2024, substituo a pena privativa de liberdade por 2 penas restritivas de direitos, consistentes na prestação pecuniária (art. 45, §1º), em favor do Conselho da Comunidade, no valor de 1 salário mínimo, devendo ser corrigido monetariamente a partir da data do oferecimento da denúncia, como também na prestação de serviços à comunidade (art. 46), no total de 420 horas, a critério do Juízo da Execução, sem prejuízo da pena de multa, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para o fim de condenar RAFAEL NILTON CORREIA COSTA nas sanções dos artigos 180, caput, do Código Penal e art. 244-B do ECA. Fixo a pena definitiva do réu em 1 ano de reclusão. em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https:// portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ALESSANDER RIBEIRO GOMES JUNIOR PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0032229-66.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALESSANDER RIBEIRO GOMES JUNIOR, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ALESSANDER RIBEIRO GOMES JUNIOR, portador(a) do RG 151154280 SSP/PR e CPF 147.920.729-21, nascido(a) em 29 /09/2003, natural de JOINVILLE, filho(a) de PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS FERNANDES e ALESSANDER RIBEIRO GOMES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz (íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0000986-41.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO, e vítima ADRIANO LUIZ PYTLAK, Gabriel Hass Carrion Pacheco, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO, portador(a) do RG 145859700 SSP/PR e CPF 123.017.309-99, nascido(a) em 08/10/2000, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MARILENE MARTINS e EVERTON LUCAS DA SILVA PINHEIRO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 anos, inciso I (1º Fato) ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 8 meses, c/c artigo 14, inciso II. (2º fato) (Tentado) na data de 01/09/2023, substituindo a pena privativa de liberdade por 2 (duas) penas restritivas de direitos, consistentes na prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, bem como na proibição de frequentar bares e estabelecimentos similares pelo período da pena, na forma do art. 47, IV, do Código Penal. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para o fim de CONDENAR o réu KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO nas sanções do artigo 155, caput, §4°, inciso I, do Código Penal (1° Fato) e nas sanções do artigo 155, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal (2º Fato), Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para o fim de CONDENAR o réu KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO nas sanções do artigo 155, caput, §4°, inciso I, do Código Penal (1° Fato) e nas sanções do artigo 155, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal (2º Fato).Em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE VICENTE PAES PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0028823-42.2019.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSE VICENTE PAES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOSE VICENTE PAES, portador(a) do RG 19913732 SSP/PR e CPF 302.401.319-91, nascido(a) em 12/06/1958, natural de IBAITI/PR, filho(a) de CARMELINA RODRIGUES PAES e JOÃO VICENTE PAES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses e 22 dias, caput e §1º, inciso I. na data de, sendo substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitostranscrito, sucintamente o conteúdo da sentença: diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia para condenar o acusado JOSÉ VICENTE PAES como incurso nas sanções do art. 306, caput e §1°, inciso I, da Lei n. º 9.503/97, fixo a pena definitiva do réu JOSÉ VICENTE PAES em 06(seis) meses e 22 (vinte e dois) de detenção e 11 (onze) dias multa. Em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bitencourt Juíz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Docume

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ADRIANO DE ASSIS PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0032608-07.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADRIANO DE ASSIS, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ADRIANO DE ASSIS, portador(a) do RG 78673370 SSP /PR e CPF 028.853.709-20, nascido(a) em 15/10/1981, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de JACIRA RONKOSKI DE ASSIS e EURIQUEL DE ASSIS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiária, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíza de Direito OBSERVAÇÃO:

O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0033739-51.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO, JHONATAN LANDUCCI CARNEIRO, e vítima RUMO LOGISTICAe que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido KLEBER HENRIQUE MARTINS PINHEIRO, portador(a) do RG 145859700 SSP/PR e CPF 123.017.309-99, nascido(a) em 08/10/2000, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MARILENE MARTINS e EVERTON LUCAS DA SILVA PINHEIRO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiário, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Documento assina

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): CLEBERTON PEREIRA DO ROCIO ZAMBILO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bitencourt, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0041627-42.2019.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADEMAR DE BARROS DUBINSKI, CLEBERTON PEREIRA DO ROCIO ZAMBILO, e vítima BRUNO DANIEL MARTINHO, Kellin Cristine Eurick, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido CLEBERTON PEREIRA DO ROCIO ZAMBILO, portador(a) do RG 125861245 SSP/PR e CPF 079.378.179-50, nascido(a) em 26/04/1992, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de Sandra Pereira e Eliseu Zambilo, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz (íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovanna Digiovanni, Estagiária, conferi e digitei. Ponta Grossa, 10 de abril de 2024. Luiz Carlos Fortes Bittencourt Juíz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projud

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIAPrazo: 30 dias

A Dra. ERIKA WATANABE, MM. Juíza de Direito da Vara de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Ponta Grossa- Pr., na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos de **Execução Penal NU 4000958-68.2022.8.16.0019** deste Juízo, em que é autora a Justiça Pública e sentenciada (o**) PEDRO HENRIQUE HEVIA FERNANDES DA SILVA,** brasileira (o), filha (o) de VERENA DA SILVA HEVIA e RENATO DO ROSARIO FERNANDES DA SILVA, nascida (o)aos 23/03/1999, RG Nº 160595680 SSP/Pr e CPF 465.734.388-25, residente e domiciliado na Rua Camilo Castelo Branco, 103 - Colônia Dona Luíza - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.045-380, atualmente em local incerto e não sabido. Pelo presente, em não tendo sido possível intimá-la (o) pessoalmente, INTIMO-A/O para comparecer na audiência admonitória, no fórum da Comarca de Ponta Grossa/Pr sito à Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590, na sala de audiências, perante o Juízo da Vara de Penas e Medidas Alternativas/ VEPMA, no **dia 13/05/2024, às17h20m**, a fim de ser admoestada (o) acerca das condições do REGIME ABERTO e/ ou LIVRAMENTO CONDICIONAL nos autos de execução de pena supramencionado. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Ponta Grossa/PR. Aos 10 de abril de 2024. Eu ____ (Beatriz Anette Glitz Lauer) Técnica de Secretaria, o conferi e subscrevo.

ERIKA WATANABE
Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIAPrazo: 30 dias

A Dra. ERIKA WATANABE, MM. Juíza de Direito da Vara de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Ponta Grossa- Pr., na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos de **Execução Penal NU 0018168-16.2016.8.16.0019** deste Juízo, em que é autora a Justiça Pública e sentenciada (o**) KLEBER DJALMA SAMPAIO ROSA,** brasileira (o), filha (o) de CARMEN LUCIA SERENATO e Pedro Sampaio da Rosa, nascida (o) aos 02/11/1975, RG Nº 70472384 SSP/PRe CPF 003.946.249-80, residente e domiciliado na Rua Anturio, n° 300, Bairro Contorno, - PONTA GROSSA/PR, R. Isaide Aparecida Maciel 12, conjunto Costa Rica I, Bairro: Uvaranas - Ponta Grossa, Paraná, R. CINAMOMO, 193, CONTORNO, PONTA GROSSA/PR e RUA AVELINO ANTONIO VIEIRA, 327, PONTA GROSSA/PR, atualmente em local incerto e não sabido. Pelo presente, em não tendo sido possível intimá-la (o) pessoalmente, INTIMO-A/O para comparecer na audiência admonitória, no fórum da Comarca de Ponta Grossa/Pr sito à Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590, na sala de audiências, perante o Juízo da Vara de Penas e Medidas Alternativas/VEPMA, no **dia 13/05/2024, às17h00m**, a fim de ser admoestada (o) acerca das condições do REGIME ABERTO e/ ou LIVRAMENTO CONDICIONAL nos autos de execução de pena supramencionado. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Ponta Grossa/PR. Aos 10 de abril de 2024. Eu ____ (Beatriz Anette Glitz Lauer) Técnica de Secretaria, o conferi e subscrevo.

ERIKA WATANABE
Juíza de Direito

PONTAL DO PARANÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ
VARA CRIMINAL DE PONTAL DO PARANÁ - PROJUDI
Dona Alba de Souza e Silva, 1359 - Ipanema - Pontal do Paraná/PR - Celular: (41) 98541-6791 - E-mail: pdp-2vj@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): SILMARA RIBEIRO MARTINS JANUÁRO
PRAZO DE 90 (NOVENTA)

O(A) Juiz(íza) de Direito Carolina Valiati da Rosa, da Vara Criminal de Pontal do Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº 0000637-76.2022.8.16.0189, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOTORIA DE PONTAL DO PARANÁ, réu(s) Alice Aparecida Lourenço, INDIANARA DE LIMA DE MORAES, RAFAEL FELIPE (registrado(a) civilmente como MICHELE VITÓRIA RODACKI FANES), RODRIGO TAVARES LIMA, SILMARA RIBEIRO MARTINS JANUÁRO, JHON EVERTON MACHADO FERREIRA, FRANCISCO SUDUL NETO, Mayara Oliveira de Lima, SILVIO GAMARRA, LUIZ HENRIQUE SANTANA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **SILMARA RIBEIRO MARTINS JANUÁRO, portador(a) do RG 6063234 SSP/PR e CPF 003.953.889-37, nascido(a) em 14/09/1976, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de Silvia Elena Pereira Martins e Jair Ribeiro Martins**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP) no dia 07/03/2024, na qual restou **condenado(a)** nas sanções do artigo 2º, §2º e §3º, da Lei 12.850/2013 (fato 01); artigo 35 da Lei 11.343/06 (fato 02) e artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 (fato 05), à reprimenda final de 11 (onze) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 1.293 (mil, duzentos e noventa e três) dias-multa, no valor unitário de um trinta avos (1/30) do maior salário mínimo vigente na época dos fatos, devidamente corrigidos, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Sendo concedido o direito de recorrer em liberdade, e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciane Colli Freitas, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Pontal do Paraná, 11 de abril de 2024.**
Carolina Valiati da Rosa
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ
VARA CRIMINAL DE PONTAL DO PARANÁ - PROJUDI
Dona Alba de Souza e Silva, 1359 - Ipanema - Pontal do Paraná/PR - Celular: (41) 98541-6791 - Email: pdp-2vj@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): Mayara Oliveira de Lima
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Carolina Valiati da Rosa, da Vara Criminal de Pontal do Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº 0000637-76.2022.8.16.0189, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOTORIA DE PONTAL DO PARANÁ, réu(s) Alice Aparecida Lourenço, INDIANARA DE LIMA DE MORAES, RAFAEL FELIPE (registrado(a) civilmente como MICHELE VITÓRIA RODACKI FANES), RODRIGO TAVARES LIMA, SILMARA RIBEIRO MARTINS JANUÁRO, JHON EVERTON MACHADO FERREIRA, FRANCISCO SUDUL NETO, Mayara Oliveira de Lima, SILVIO GAMARRA, LUIZ HENRIQUE SANTANA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Mayara Oliveira de Lima, portador(a) do RG 143115399 SSP/PR e CPF 112.331.309-19, nascido(a) em 13/03/2000, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARIA DO ROSARIO OLIVEIRA e ORLANDO DE LIMA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP) no dia 07/03/2024, na qual restou absolvido(a) da prática dos crimes previstos no artigo 2º, §2º e §3º, da Lei 12.850/2013 (fato 01) e no artigo 35 da Lei 11.343/06 (fato 02), com fulcro no artigo 386, III e VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciane Colli Freitas, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Pontal do Paraná, 11 de abril de 2024.
Carolina Valiati da Rosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PRUDENTÓPOLIS

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

Edital de citação de eventuais interessados, com prazo de 30 (trinta) dias.

O JUÍZO DE DIREITO DA SECRETARIA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE PRUDENTÓPOLIS/PR - **FAZ SABER** a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam aos termos dos autos de **USUCAPIÃO** sob o nº **0003164-20.2023.8.16.0139**, tendo como requerente **TIAGO PACHKO**, atendendo ao que lhe foi determinado, cita os réus ausentes e/ou eventuais interessados, para querendo contestem o referido processo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo fixado no presente edital, sob pena de revelia, cientes de que, não sendo contestado no prazo legal serão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, conforme disposto nos **artigos 285 e 319, ambos do CPC**, referente ao imóvel a seguir descrito: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **MCOO-M-1662**, de coordenadas **Lat: 25°13'01,75837" S** e **Long: 51°01'21,60389" W**; deste segue confrontando com TERESA BUDNIAK, com seguintes azimutes e distâncias: 178°00' e de 290,32m até o vértice **MCOO-P-2053**, de coordenadas Lat: **25°13'11,18635" S** e **Lon: 51°01'21,24393" W**; deste segue confrontando com JOÃO PACHKO, com seguintes azimutes e distâncias: 275°43' e de 68,46 até o vértice **MCOO-P-2054**, de coordenadas **Lat: 25°13'10,96440" S** e **Lon: 51°01'23,67694" W**; deste segue confrontando com TIAGO PACHKO, com seguintes azimutes e distâncias: 1°35' e de 282,63m até o vértice **MCOO-M-1663**, de coordenadas **Lat: 25°13'01,78410" S** e **Lon: 51°01'23,39614" W**; deste segue confrontando com LEONITA PAOLETTO, com seguintes azimutes e distâncias: 89°05' e de 50,18m até o vértice **MCOO-M-1662**, de coordenadas **Lat: 25°13'01,75837" S** e **Lon: 51°01'21,60389" W**; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000". E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância ou desconhecimento, mandou a Meritíssimo Juiz expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Prudentópolis, aos 11/04/2024. Eu, Rodrigo Garbachevski - Estagiário, que o digitei e subscrevi.
JULIANO GARCIA
ANALISTA JUDICIÁRIO
CHEFE DE SECRETARIA

Edital de citação de eventuais interessados, com prazo de 30 (trinta) dias.

O JUÍZO DE DIREITO DA SECRETARIA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE PRUDENTÓPOLIS/PR - **FAZ SABER** a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam aos termos dos autos de **USUCAPIÃO** sob o nº **0000072-97.2024.8.16.0139**, tendo como requerentes **PAULO ALVES DOS SANTOS e TEREZA MATUCHENEZ**, atendendo ao que lhe foi determinado, cita os réus ausentes e/ou eventuais interessados, para querendo contestem o referido processo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo fixado no presente edital, sob pena de revelia, cientes de que, não sendo contestado no prazo legal serão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, conforme disposto nos **artigos 285 e 319, ambos do CPC**, referente ao imóvel a seguir descrito: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice DOLN-P-2111 georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W de longitude -50°56'50,750" de latitude - 25°13'23,749" e de altitude 755.63m; deste segue confrontando com CNS:08.462-4 | Mat. 11963 | THEODORA ALVES DOS SANTOS com azimute de 157°40' e distância de 972,92m até o vértice DOLN-P-2112 de longitude -50°56'37,549" de latitude -25°13'52,994" e de altitude 746.25m; deste segue confrontando com RIO DOS PATOS com azimute de 236°32' e distância de 78,21m até o vértice DOLN-P-2113 de longitude -50°56'39,880" de latitude -25°13'54,395" e de altitude 744.85m; deste segue confrontando com CNS: 08.462-4 | Mat. 9472 | PAULO PEREIRA PAIVA com azimute de 337°30' e distância de 980,17m até o vértice DOLN-P-2114 de longitude - 50°56'53,275" de latitude -25°13'24,968" e de altitude 755.25m; deste segue confrontando com ESTRADA MUNICIPAL com azimute de 59°31' e distância de 1,4m até o vértice DOLN-V-3240 de longitude -50°56'53,232" de latitude -25°13'24,945" e de altitude 755.12m com azimute de 61°40' e distância de 37,81m até o vértice DOLN-V-3241 de longitude -50°56'52,043" de latitude - 25°13'24,362" e de altitude 755.3m com azimute de 62°28' e distância de 31,63m até o vértice DOLN-V-3242 de longitude -50°56'51,041" de latitude -25°13'23,887" e de altitude 755.91m com azimute de 62°27' e distância de 9,19m até o vértice DOLN-P-2111 ponto inicial da descrição deste perímetro.". E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância ou desconhecimento, mandou a Meritíssimo Juiz expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Prudentópolis, aos 11/04/2024. Eu, Paola Eduarda Kulek Nunes - Estagiária, que o digitei e subscrevi.
JULIANO GARCIA
ANALISTA JUDICIÁRIO
CHEFE DE SECRETARIA

QUEDAS DO IGUAÇU

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FABIO HENRIQUE SOARES e GILMAR SOARES
PRAZO DE 15 dias corridos
O Doutor Murilo Conehero Ghizzi, MM. Juiz de Direito da Vara Plenário do Júri de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da Lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) réu(s) **FABIO HENRIQUE SOARES**, brasileiro, filho de Janete de Moraes e Antônio Soares, nascido aos 11/07/1997, natural de Quedas do Iguaçu/PR, portador do RG nº 12.410.617-6/PR e CPF nº 104.809.129-55 e **GILMAR SOARES**, filho de Janete de Moraes e Antônio Soares, nascido aos 08/09/1993, natural de Quedas do Iguaçu/PR, portador do RG nº 10.595.522-7/PR e CPF nº 092.502.999-82, atualmente em lugar ignorado, nos autos de Ação Penal de Competência do Júri nº 0001990-75.2020.8.16.0140, que o Ministério Público desta Comarca lhe (s) move, por infração ao art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c artigo 29, ambos do Código Penal, para comparecerem a este Juízo na Sessão de Julgamento, designada para o dia **23 de julho de 2024 às 08:00 horas**, E constando dos autos que o(s) réu(s) supra encontra(m)-se em lugar(es) ignorado(s) mandei expedir o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e quatro (10) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e quatro (2.024). Eu, Carlos Alberto Sarturi, Matrícula nº 259142 que o subscrevi
Quedas do Iguaçu, datado e assinado digitalmente
Murilo Conehero Ghizzi
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

REBOUÇAS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE REBOUÇAS
VARA CRIMINAL DE REBOUÇAS - PROJUDI
Rua Germano Veiga, s/nº - Centro - Rebouças/PR - CEP: 84.550-000 - Fone: (42) 3309-3317 - Celular: (42) 3309-3332 - E-mail: REB-JU-SCCRDCPADP@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇAPrazo: 60 (sessenta) **dias**

Processo: 0001195-29.2021.8.16.0142
Classe Processual: Inquérito Policial
Assunto Principal: Estelionato
Data da Infração: 25/05/2021
Autoridade(s):
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Indiciado(s):
- Gilberto Vieira de Souza
- **Luiz Fernando Fazzini (RG: 11056849 SSP/PR e CPF/CNPJ: 183.769.839-20) RUA CONSELHEIRO ZACARIAS, 1000 APTO 02 - Canisianas - IRATI/PR - CEP: 84.500-245 - Telefone(s): (41) 99944-9140**

O(a) Doutor(a) James Byron Weschenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... **Faz saber** a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de **Luiz Fernando Fazzini (RG: 11056849 SSP/PR e CPF/CNPJ: 183.769.839-20)**E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital **com prazo de 60** (sessenta) **dias, nos termos do art. 392, inciso VI, § 1º, do Código de Processo Penal,** para o fim de:
1. **INTIMAR** o(s) réu(s) acima qualificado(s), **da r. sentença de mov. 81.1**, **a qual determinou o arquivamento dos presentes autos por ausência de justa causa em relação ao acusado Luiz Fernando Fazzin.** Ficando ciente do contido na sentença e para, querendo, apelar no prazo de 05 (cinco) dias.Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos **10 de abril de 2024**. Eu, servidor(a) abaixo assinado, que o digitei e dou fé.**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Rebouças, datado e assinado digitalmente.
Amanda Borba Cordeiro
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM(a). Juiz(a) - Portaria nº 007/2016

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE REBOUÇAS
VARA CRIMINAL DE REBOUÇAS - PROJUDI
Rua Germano Veiga, s/nº - Centro - Rebouças/PR - CEP: 84.550-000 - Fone: (42) 3309-3317 - Celular: (42) 3309-3332 - E-mail: REB-JU-SCCRDCPADP@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇAPrazo: 10 (dez) **dias**

Processo: 0002987-32.2020.8.16.0181
Indiciado(s):
- ELIEZER DE LARA (RG: 153409234 SSP/PR e CPF/CNPJ: 126.147.469-40)

O(a) Doutor(a) James Byron Wechenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... **Faz saber** a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de **ELIEZER DE LARA (RG: 153409234 SSP/PR e CPF/CNPJ: 126.147.469-40)**
E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital **com prazo de 10** (dez) **dias, nos termos do art. 391, do Código de Processo Penal,** para o fim de:**1**. **INTIMAR** a(s) vítima(s): **J. V. R. D. L.** (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), **da r. sentença de mov. 63.1**, **a qual determinou o arquivamento dos presentes por ausência de justa causa**, podendo a consulta integral da r. sentença ser realizada em secretaria.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos **10 de abril de 2024**. Eu, servidor(a) abaixo assinado, que o digitei e dou fé.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Rebouças, datado e assinado digitalmente.
Amanda Borba Cordeiro
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM(a). Juiz(a) - Portaria nº 007/2016

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE REBOUÇAS
VARA CRIMINAL DE REBOUÇAS - PROJUDI
Rua Germano Veiga, s/nº - Centro - Rebouças/PR - CEP: 84.550-000 - Fone: (42) 3309-3317 - Celular: (42) 3309-3332 - E-mail: REB-JU-SCCRDCPADP@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇAPrazo: 10 (dez) **dias**

Processo: 0001195-29.2021.8.16.0142
Classe Processual: Inquérito Policial
Assunto Principal: Estelionato
Data da Infração: 25/05/2021
Autoridade(s):
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Indiciado(s):
- Gilberto Vieira de Souza
- Luiz Fernando Fazzini

O(a) Doutor(a) James Byron Weschenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... **Faz saber** a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de **Luiz Fernando Fazzini (RG: 11056849 SSP/PR e CPF/CNPJ: 183.769.839-20)**

E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital **com prazo de 10** (dez) **dias, nos termos do art. 391, do Código de Processo Penal,** para o fim de:**1**. **INTIMAR** a(s) vítima(s): **WELITON JOSE CAMARGO CORDEIRO** (RG: 125204406 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), **da r. sentença de mov. 81.1**, **a qual determinou o arquivamento dos presentes autos por ausência de justa causa em relação ao acusado Luiz Fernando Fazzin**, podendo a consulta integral da r. sentença ser realizada em secretaria.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos **10 de abril de 2024**. Eu, servidor(a) abaixo assinado, que o digitei e dou fé.**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Rebouças, datado e assinado digitalmente.
Amanda Borba Cordeiro
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM(a). Juiz(a) - Portaria nº 007/2016

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE REBOUÇAS
VARA CRIMINAL DE REBOUÇAS - PROJUDI
Rua Germano Veiga, s/nº - Centro - Rebouças/PR - CEP: 84.550-000 - Fone: (42) 3309-3317 - Celular: (42) 3309-3332 - E-mail: REB-JU-SCCRDCPADP@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇAPrazo: 60 (sessenta) **dias**

Processo:	0001152-29.2020.8.16.0142
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Ameaça
Data da Infração:	27/09/2020
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• FABIO LOPES (RG: 83648171 SSP/PR e CPF/CNPJ: 055.757.019-05) RUA MARIA MADALENA PISSAIA DE SOUZA, 105 CASA - Rio Azul - RIO AZUL/PR - CEP: 84.560-000

O(a) Doutor(a) James Byron Weschenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... **Faz saber** a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de **FABIO LOPES (RG: 83648171 SSP/PR e CPF/CNPJ: 055.757.019-05)**
E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital **com prazo de 60** (sessenta) **dias, nos termos do art. 392, inciso VI, § 1º, do Código de Processo Penal,** para o fim de:
1. **INTIMAR** o(s) réu(s) acima qualificado(s), **da r. sentença de mov. 121.1**, **a qual julgou extinta a punibilidade de Fábio Lopes quanto ao delito de ameaça, vias de fato e resistência em virtude da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado**, ficando ciente do contido na sentença e para, querendo, apelar no prazo de 05 (cinco) dias.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos **10 de abril de 2024**. Eu, servidor(a) abaixo assinado, que o digitei e dou fé.**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Rebouças, datado e assinado digitalmente.
Amanda Borba Cordeiro
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM(a). Juiz(a) - Portaria nº 007/2016

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE REBOUÇAS
VARA CRIMINAL DE REBOUÇAS - PROJUDI
Rua Germano Veiga, s/nº - Centro - Rebouças/PR - CEP: 84.550-000 - Fone: (42) 3309-3317 - Celular: (42) 3309-3332 - E-mail: REB-JU-SCCRDCPADP@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇAPrazo: 10 (dez) **dias**

Processo:	0001152-29.2020.8.16.0142
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Ameaça
Data da Infração:	27/09/2020
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• FABIO LOPES

O(a) Doutor(a) James Byron Weschenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... **Faz saber** a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de **FABIO LOPES (RG: 83648171 SSP/PR e CPF/CNPJ: 055.757.019-05)**
E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital **com prazo de 10** (dez) **dias, nos termos do art. 391, do Código de Processo Penal,** para o fim de:**1**. **INTIMAR** a(s) vítima(s): **KETLYN DE LIMA SOUZA** (RG: 127241848 SSP/PR e CPF/CNPJ: 100.104.489-42), **da r. sentença de mov. 121.1**, **a qual julgou extinta a punibilidade de Fábio Lopes quanto ao delito de ameaça, vias de fato e resistência em virtude da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado**, podendo a consulta integral da r. sentença ser realizada em secretaria.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos **10 de abril de 2024**. Eu, servidor(a) abaixo assinado, que o digitei e dou fé.**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Rebouças, datado e assinado digitalmente.
Amanda Borba Cordeiro
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM(a). Juiz(a) - Portaria nº 007/2016

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE REBOUÇAS
VARA CRIMINAL DE REBOUÇAS - PROJUDI
Rua Germano Veiga, s/nº - Centro - Rebouças/PR - CEP: 84.550-000 - Fone: (42) 3309-3317 - Celular: (42) 3309-3332 - E-mail: REB-JU-SCCRDCPADP@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇAPrazo: 60 (sessenta) **dias**

Processo:	0002987-32.2020.8.16.0181
Classe Processual:	Inquérito Policial
Assunto Principal:	Estupro de vulnerável
Data da Infração:	16/06/2020
Indiciado(s):	• ELIEZER DE LARA (RG: 153409234 SSP/PR e CPF/CNPJ: 126.147.469-40) POVOADO MARMELEIRO, 0 CASA - Rebouças - REBOUÇAS/PR - CEP: 84.550-000

O(a) Doutor(a) James Byron Weschenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... **Faz saber** a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de **ELIEZER DE LARA (RG: 153409234 SSP/PR e CPF/CNPJ: 126.147.469-40)**
E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital **com prazo de 60** (sessenta) **dias, nos termos do art. 392, inciso VI, § 1º, do Código de Processo Penal,** para o fim de:
1. **INTIMAR** o(s) réu(s) acima qualificado(s), **da r. sentença de mov. 63.1**, **a qual determinou o arquivamento dos presentes por ausência de justa causa**, ficando ciente do contido na sentença e para, querendo, apelar no prazo de 05 (cinco) dias.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos **10 de abril de 2024**. Eu, servidor(a) abaixo assinado, que o digitei e dou fé.**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".
Rebouças, datado e assinado digitalmente.
Amanda Borba Cordeiro
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM(a). Juiz(a) - Portaria nº 007/2016

RIO NEGRO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CASAS DAMAZO- CNPJ n. 11.526.573/0001-70.
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, sob nº 0001290-81.2020.8.16.0146, em que é(são) exequente(s) VARA CÍVEL DE RIO NEGRO/PR e executado(s) CASAS DAMAZO - *CNPJ* 11.526.573/0001-70 e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s)** . Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, efetuar o pagamento das custas a que foi condenada, no valor total de R$ 2.166,54 (dois mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que poderá(ão) opor **impugnação**, por meio de advogado(a), no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Rio Negro, 11 de abril de 2024.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Porto Lopes, 35 - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-071 - Fone: (41) 3263-6500 - E-mail: rn-2vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Citando: **R.G.S**.
Processo: **0001224-62.2024.8.16.0146**.
Parte Autora: **V.C.G.V.** e **M.N.G.V**.
Objetivo: Citação editalícia da parte requerida **R.G.S.**, por todo o conteúdo da inicial e despacho/decisão, bem como a intimação da mesma para que compareça à sala de audiência deste Juízo, no **DIA 25 DE JUNHO DE 2024, ÀS 14H E 15MIN**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento. O não comparecimento da parte autora determina o arquivamento do pedido. A ausência da parte ré importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. As partes deverão comparecer à audiência, querendo, acompanhada de suas testemunhas, independente de intimação, três no máximo, apresentando, nessa ocasião, as demais provas. Na audiência, se não houver acordo, poderá o réu contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Este processo tramita exclusivamente por via eletrônica, sendo vedada a juntada, por serventuário da Justiça, de petições e documentos de qualquer natureza. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Rio Negro, em 11/04/2024. Eu, Juliana Caroline Andreatta, Gestora da Vara de Família, Inf. e Juventude, o digitei e assinei.
(Assinado digitalmente)**Juliana Caroline Andreatta**
Gestora da Vara de Família e Sucessões

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS
Destinatários- os réus em lugar incerto,eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, confrontantes, TERCEIROS INCERTOS, bem como seus respectivos cônjuges ou os sucessores, se for o caso.O Juiz de Direito, Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de de 49 - Usucapião registrado sob o número 0001085-13.2024.8.16.0146, autuado em 16/03/2024 09:23:30, em que é(são) requerente(s) SHERWIN LORRAINE SANTOS, , e requerido(s) TERCEIROS INCERTOS, , e que procede por meio deste a **CITAÇÃO** dos réus em lugar incerto e os eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos**,** para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao bem: **Imóvel: Lote 01 - Terreno Urbano, com área de 1.739,65 m² (mil e setecentos e trinta e nove metros quadrados e sessenta e cinco decímetros quadrados), localizado de frente para o lado par da rua José de Sá Ribas, 652 no bairro Vila Prado, no município de Quitandinha/PR.**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos, expedi o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20(vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, SANDRO RODRIGO PEREIRA, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
Rio Negro, 10 de abril de 2024.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PROCESSO CRIME: 0004061-27.2023.8.16.0146
RÉU: CLAUDINEI MANDU
PRAZO DO EDITAL: 60 DIAS
O Doutor RODRIGO MORILLOS, MM Juiz de Direito da 2º Vara Judicial (Criminal e anexos) da comarca de RIO NEGRO, Estado do PARANÁ, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem que, perante este juízo, tramitam os autos de Processo Crime 0004061-27.2023.8.16.0146.0146, que o Ministério Público move contra CLAUDINEI MANDU, filho de Dejanira Dos Santos e Luiz Mandu, natural de Rio Negro/PR, nascido aos 11/10/1976, portador do RG nº 77236279 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 038.100.239-06, ora em lugar incerto e não sabido, e, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, INTIMA-O pelo presente edital, dos termos da R. Sentença proferida nos autos acima mencionados, datada de 20.03.2024, que o condenou, como incurso nas sanções do art. 306, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), a pena definitiva é fixada em 09 (NOVE) MESES DE DETENÇÃO, a ser cumprida em regime inicial ABERTO para cumprimento da pena privativa de liberdade pelo réu, mediante condições a serem anotadas por ocasião da realização da audiência admonitória. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA

RESTRITIVA DE DIREITO E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. Nos termos dos arts. 44 e 77, ambos do CP, considerando, o que foi apontado quando em exame o disposto no art. 59, do Código Penal, ressaltando a gravidade dos antecedentes criminais que registra, anoto que o réu não faz jus a indicados benefícios legais, os quais, nesse quadro, ofertados, se revelariam insuficientes para a prevenção e a reprovação do crime. PENA DE MULTA. Observando o disposto no art. 49, caput, do CP e com fundamento no art. 59, inc. II, do CP, a pena de multa é fixada em 10 (dez) dias-multa, cujo valor unitário, diante da situação econômica do réu, é arbitrado em 1/30 do salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nos termos do art. 49, pars. 1º e 2º, do CP, e do art. 60, caput, do CP. SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR. Com fulcro no art. 59, inc. II, do CP, c/e o art. 293, caput, da Lei nº 9.503/97, é fixado em 02 (dois) meses o período de suspensão do direito de dirigir veículo automotor por parte do réu, ou de obter tal direito. LIBERDADE PROCESSUAL - Mantém-se o réu, nestes autos, em liberdade processual. CUSTAS JUDICIAIS - Custas pelo réu ('GJ' deferida). ART. 387, INC. IV, DO CPP. Deixa de fixar valor em específico considerando que a vítima, conforme nos autos consta, ausentes dados outros, acabou por recuperar o bem objeto da subtração. O prazo para apelação, de 05 (cinco) dias, correrá após o término do fixado no presente edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das formas estabelecidas no artigo 392, do CPP. Nada mais. Rio Negro, 10 de abril de 2024. Eu, Ana Clara Corrêa Ramos, Estagiária que o digitei e eu, Maria Inês Petersen, Analista Judiciária Sênior, que o conferi.
Maria Inês Petersen
Analista Judiciária Sênior
(ASSINADO DIGITALMENTE)

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO: HELDIN RIBEIRO DA SILVA
PRAZO DE 07 DIAS
O Juiz de Direito RODRIGO MORILLOS, da Vara Criminal de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) sob nº 0001292-12.2024.8.16.0146, em que é noticiante K.R.M e noticiado HELDIN RIBEIRO DA SILVA, e que não sendo possível localizar pessoalmente o noticiando HELDIN RIBEIRO DA SILVA, portador(a) do RG 119650949, nascido(a) em 13/01/2000, natural de Mafra/SC, filho(a) de Maria de Lourdes do Prado, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "a) Proibição da parte noticiada ter contato com a ofendida ou dela se aproximar, devendo manter distância mínima de 100 (cem) metros."; e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de advogado(a). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Ana Clara Correa Ramos, Estagiário, digitei e eu, Maria Inês Petersen, Analista Judiciária Sênior, conferi.
Rio Negro, 11 de abril de 2024.
Rodrigo Morillos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PROCESSO CRIME: 0000087-45.2024.8.16.0146
RÉU: JEAN MATEUS DE PAULA
PRAZO DO EDITAL: 90 DIAS
O Doutor RODRIGO MORILLOS, MM Juiz de Direito da 2º Vara Judicial (Criminal e anexos) da comarca de RIO NEGRO, Estado do PARANÁ, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem que, perante este juízo, tramitam os autos de Processo Crime 0000087-45.2024.8.16.0146, que o Ministério Público move contra JEAN MATEUS DE PAULA, filho de Sirleia Chaves e Jean Marcelo de Paula, natural de Mafra/SC, nascido aos 16/09/1996, portador do RG nº 168120290 SSP/PR, inscrito no CPF nº 120.959.449-84, ora em lugar incerto e não sabido, e, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, INTIMA-O pelo presente edital, dos termos da R. Sentença proferida nos autos acima, datada de 14/03/2024, que o condenou, como incurso nas penas do art. 157, caput, do CP com a incidência do art. 65, inc. III, 'd', do Código Penal, a pena definitiva restou fixada em 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO, a ser cumprida em regime inicial ABERTO, para cumprimento da pena privativa de liberdade pelo réu, mediante condições a serem anotadas por ocasião da realização da audiência admonitória. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA RESTRITIVA DE DIREITO E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. Nos termos dos arts. 44 e 77, ambos do CP, considerando dentre outros pontos, o valor da pena privativa de liberdade fixado e por envolver o crime ato de grave ameaça à pessoa, anoto que o réu não faz jus a indicados benefícios legais. PENA DE MULTA. Observando o disposto no art. 49, caput, do CP, e com fundamento no art. 59, inc. II, do CP, a pena de multa é fixada em 15 (quinze) dias-multa, cujo valor unitário, diante da situação econômica do réu, é arbitrado em 1/30 do salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nos termos do art. 49, pars. 1º e 2º, do CP, e do art. 60, caput, do CP. LIBERDADE PROCESSUAL - Examinados os autos, em que pese julgado condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, essa foi fixada em regime "aberto", medida incompatível com a prisão, com o que, desde já, julgo pela liberdade processual do réu. CUSTAS JUDICIAIS - Custas pelo réu na proporção de 75% ('GJ' deferida). ART. 387, INC. IV, DO CPP. Deixa de fixar valor em específico considerando que a vítima, conforme nos autos consta, ausentes dados outros, acabou por recuperar o bem objeto da subtração. O prazo para apelação, de 05 (cinco) dias, correrá após o término do fixado no presente edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das formas estabelecidas no artigo 392, do CPP. Nada mais. Rio Negro, 10 de abril de 2024. Eu, Ana Clara Corrêa Ramos, Estagiária, que o digitei e eu, Maria Inês Petersen, Analista Judiciária Sênior, que o conferi.
Maria Inês Petersen
Analista Judiciária Sênior
(ASSINADO DIGITALMENTE)

SANTA FÉ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

O(A) Juiz(íza) de Direito Leila Morgana Cian Liuti, da Vara da Fazenda Pública de Santa Fé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0003119-63.2018.8.16.0180, a qual tem por objeto AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 2147/2018 na data de 04/03/2024, no importe de R$ 2.412,37 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santa Fé/PR, e executado(a)(s) IDEAL FORMATURAS LTDA ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) IDEAL FORMATURAS LTDA ME, portador(a) do CNPJ 08.658.481/0001-39, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos
legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Kauany dos Santos Fayo, Estagiário, conferi e digitei.

SANTA ISABEL DO IVAÍ

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

O Juiz de Direito Dr. Felipe Redecker Landmeier, da Vara Cível de Santa Isabel do Ivaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, sob nº 0000273-53.2024.8.16.0151, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e requerido JOSE AUGUSTO SILVA COGO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de JOSE AUGUSTO SILVA COGO, portador(a) do RG 106206023 SSP/PR e CPF 071.028.769-04**, por sentença publicada em 21/03/2024, a qual reconheceu que o interditado não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao interditado o **curador EDSON VIEIRA DE SOUZA, portador(a) do RG 47361575 SSP/PR e CPF 937.326.949-68**, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro,

nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Joao Marcelo Thomaz Mendes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Santa Isabel do Ivaí, 05 de abril de 2024.
Felipe Redecker Landmeier
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Espólio de ANTONIO MILTON CLAUDIANO PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Competência Delegada de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6), sob nº 0004252- 90.2019.8.16.0153, em que é(são) exequente(s) IOLANDA CLAUDIANO RODRIGUES, LEONIDIA CLAUDIANO, JOÃO CLAUDIANO, JOSE CLAUDIANO SOBRINHO, DIVAIR CLAUDIANO PEREIRA, ANTONIO MILTON CLAUDIANO, e executado (s) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovente ANTONIO MILTON CLAUDIANO, portador(a) do RG 38780964 SSP/PR e CPF 473.561.389-72. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 30 (Trinta) dias úteis, quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, para, que se habilitarem nos autos, sob pena de extinção. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Jefferson Villas Bôas Erichsen - Escrivão, conferi e digitei. Santo Antônio da Platina, datado e assinado digitalmente. Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https:// portal.tjpr.jus.br /projudi.

SÃO JOÃO DO IVAÍ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR. CARTÓRIO CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VALQUIRIA DOS SANTOS CANDIDO, COM PRAZO DE (15) QUINZE DIAS . EXECUÇÃO DA PENA Nº 4000012-10.2021.8.16.0156 FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o indiciado, adiante qualificado, estar em lugar incerto, o intima da mencionada decisão, do qual poderá interpor, dentro de cinco dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar julgado dita decisão. QUALIFICAÇÃO: VALQUIRIA DOS SANTOS CANDIDO, RG 108148616 SSP/PR, CPF 071.820.429-83, Nome do Pai: VALDIR CANDIDO, Nome da Mãe: MARLENE OLIVEIRA DOS SANTOS, nascido em 12/03/1990, natural de SAO JOAO DO IVAI/ PR, atualmente em lugar incerto. OBJETO: Intimação do sentenciado VALQUIRIA DOS SANTOS CANDIDO, de que em sentença de 20/02.2024 esta teve declarada extinta sua punibilidade quanto ao delito tipificado no artigo 331 do Código Penal, nos autos de EXECUÇÃO DA PENA Nº 4000012- 10.2021.8.16.0156 deste Juízo de São João do Ivaí, sito a Rua Laurindo Pereira da Silva, 780, Conjunto Adelércio Caleffi, São João do Ivaí/PR. São João do Ivaí, aos 11 de abril de 2024 às 13:58:48. Eu, Lucas Vinicius Guergoleti, digitei e subscrevi. MARCIELLY HUBNER TORRES CHEFE DE SECRETARIA

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR. CARTÓRIO CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DE FABIO SCHUINDT ESTEFANI, COM PRAZO DE (15) QUINZE DIAS . EXECUÇÃO DA PENA Nº 4000053-06.2023.8.16.0156 FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o indiciado, adiante qualificado, estar em lugar incerto, o intima da mencionada decisão, do qual poderá interpor, dentro de cinco dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar julgado dita decisão. QUALIFICAÇÃO: FABIO SCHUINDT ESTEFANI, RG 81041784 SSP/PR, CPF 050.212.259-52 , Nome do Pai: BENJAMIN BERNARDO ESTEFANI NETO, Nome da Mãe: ZELIA SCHUINDT ESTEFANI, nascido em 05/02/1985, natural de SAO JOAO DO IVAI/PR, atualmente em lugar incerto. OBJETO: Intimação do sentenciado FABIO SCHUINDT ESTEFANI, de que em sentença de 14/11/2023 esta teve declarada extinta sua punibilidade em relação à pena que lhe foi imposta nos autos de EXECUÇÃO DA PENA Nº 4000053-06.2023.8.16.0156 deste Juízo de São João do Ivaí, sito a Rua Laurindo Pereira da Silva, 780, Conjunto Adelércio Caleffi, São João do Ivaí /PR. São João do Ivaí, aos 11 de abril de 2024 às 13:51:19. Eu, Lucas Vinicius Guergoleti, digitei e subscrevi. MARCIELLY HUBNER TORRES CHEFE DE SECRETARIA

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO DENUNCIADO ALEXANDRE KLINGELFUS, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS*Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0012406-24.2023.8.16.0035*
A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 90 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **ALEXANDRE KLINGELFUS, RG 130927351 SSP/PR, CPF 093.576.359-71, Nome do Pai: CIRDELEY CEZAR KLINGELFUS, Nome da Mãe: LOIDE PEREIRA PARAGUAIA OLIVEIRA, nascido em 01/05/2002, natural de PINHAIS/PR,** sentenciado nos autos de ***Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0012406-24.2023.8.16.0035***, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é *"*Diante do exposto, julgo totalmente procedente a denúncia, nos termos do artigo 383 do Código de Processo Penal (Emendatio Libelli) e mantendo-se incólume a 'descrição fática', para o fim de: a) CONDENAR os acusados ALEXANDRE KLINGELFUS e MAILON RODRIGUES DE FARIA pela prática de 02 (dois) delitos de 'roubo majorado pelo concurso de agentes', previstos no artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal, praticados contra as vítimas Ronaldo Adriano do Amaral e Daniele Matias Leite (Fato 01), e; b) CONDENAR os acusados ALEXANDRE KLINGELFUS e MAILON RODRIGUES DE FARIA pela prática de 02 (dois) delitos de 'corrupção de menores', previstos no artigo 244-B da Lei nº 8.069/90, praticados contra as vítimas Matheus Alves da Luz e Eduardo Henrique Gonsalvez Ferreira (Fato 02), observando-se entre estes 04 (quatro) delitos, a regra do 'concurso formal próprio ou perfeito' de crimes, previsto no artigo 70, caput, primeira parte, do Código Penal.Do sentenciado ALEXANDRE KLINGELFUS. Assim, aplicando-se o critério da 'exasperação de pena' em comento, torno à pena definitiva para os 04 (quatro) crimes em 07 (sete) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão quanto à reprimenda corporal e 30 (trinta) dias-multa no equivalente à 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos*, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto"*, alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 04 de abril de 2024 às 12:59:27. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS E DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO JARDEL SCHULTZ DOS SANTOS, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0002207-21.2023.8.16.0203

A Dra. Júlia Barreto Campelo, MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível citar pessoalmente **JARDEL SCHULTZ DOS SANTOS, RG 85643223 SSP/PR, CPF 039.817.339-75, filho de Sérgio Antônio Schultz dos Santos e Maria de Fátima dos Santos, nascido em 11/07/1983 em Foz do Iguaçu/PR, residente na época dos fatos na Rua Moisés Cabral Monteiro, 54, Parque da Fonte, São José dos Pinhais/PR,** denunciado como incurso nas sanções do **artigo 24-A, da Lei Maria da Penha (fato I), no artigo 129, § 13º, do Código Penal (fato II), e no artigo 147, do Código Penal (fato III)**, pelo que, através do presente, é procedida a sua **CITAÇÃO,** informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta Secretaria, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, CPP), responder por escrito e através de advogado à acusação que lhe é imputada, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP), ficando ciente de que, não constituindo advogado e não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tanto, ficando pelo presente citado(a) para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência, ou dela se ausentar por mais de 8 (oito) dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado(a). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Extrato da denúncia: "**FATO I - No dia 13 de setembro de 2023, por volta de 14 horas, na residência localizada na Rua Moisés Cabral Monteiro, 54, Parque da Fonte, em São José dos Pinhais/PR, comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado JARDEL SCHULTZ DOS SANTOS, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, descumpriu decisão judicial que concedeu Medidas Protetivas de Urgência em favor da vítima J. T. B. S., sua ex-convivente, deferidas nos autos nº 0002321-91.2022.8.16.0203, no dia 10/11/2022 (mov. 14.1), pelo prazo de um ano, das quais ele tomou conhecimento em 11/11/2022 (mov. 31.1), uma vez que ele se aproximou da vítima a menos de 300 metros, e com ela manteve contato, praticando, ainda, os fatos narrados abaixo. FATO II - No dia 13 de setembro de 2023, por volta de 14 horas, na residência localizada na Rua Moisés Cabral Monteiro, nº 54, Parque da Fonte, em São José dos Pinhais/PR, comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado JARDEL SCHULTZ DOS SANTOS, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade física da vítima J. T. B. S., sua ex-convivente, desferindo-lhe um tapa no rosto dela, e, utilizando-se de um capacete, desferiu-lhe golpes no rosto e nos braços, causando-lhe os ferimentos demonstrados nas fotografias de mov. 1.7 a 1.9. A lesão foi praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, em contexto violência doméstica e familiar, já que o denunciado e a vítima mantiveram relacionamento amoroso por 1 ano (art. 5º, III, da Lei nº 11.340/06). FATO III - Ato contínuo, o denunciado o denunciado JARDEL SCHULTZ DOS SANTOS, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta,, ameaçou, por palavras e gestos, a vítima J. T. B. S., sua ex-convivente, de causar-lhe mal injusto e grave, uma vez que, de posse de uma faca, dizia que a mataria, infundindo nela fundado temor de que as ameaças viessem efetivamente a se concretizar**". Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, ____, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, que digitei e subscrevi.

JAIRO QUERO

Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO MARCELO VIEIRA LIMA, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0018423-76.2023.8.16.0035

A Dra. Júlia Barreto Campelo, MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível citar pessoalmente **MARCELO VIEIRA LIMA, RG 104568602 SSP/PR, CPF 074.951.219-98, filho de Idelfonso Vieira Lima e Dinalva Vieira Lima, nascido em 02/03/1990 em Curitiba/PR, residente na época dos fatos na Estrada Manoel Pereira do Vale, 105, Lagoinha, TIJUCAS DO SUL/PR, CEP: 83.190-000,** denunciado como incurso nas sanções do **artigo 129, § 13 (fato I), no artigo 147 (fato II), e no artigo 331 (fato III e IV), todos do Código Penal, na forma do artigo 69, do mesmo *codex***, pelo que, através do presente, é procedida a sua **CITAÇÃO,** informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta Secretaria, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, CPP), responder por escrito e através de advogado à acusação que lhe é imputada, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP), ficando ciente de que, não constituindo advogado e não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tanto, ficando pelo presente citado(a) para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência, ou dela se ausentar por mais de 8 (oito) dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado(a). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Extrato da denúncia: "**FATO I - No dia 15 de outubro de 2023, por volta de 21 horas, na residência localizada na Estrada Manoel Pereira do Vale, 105, Lagoinha, Tijucas do Sul, comarca de São José dos Pinhais/PR, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado MARCELO VIEIRA LIMA, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade física da vítima E. T. da R., sua esposa, desferindo-lhe um soco no olho, causando-lhe os ferimentos demonstrados no vídeo de mov. 1.11. A lesão foi praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, em contexto violência doméstica e familiar, já que o denunciado e a vítima mantiveram relacionamento amoroso por 9 anos (art. 5º, III, da Lei nº 11.340/06). FATO II - No dia 15 de outubro de 2023, por volta de 21h30min, no interior da viatura policial, enquanto era transportado entre Tijucas do Sul e a Delegacia da Mulher, nesta comarca de São José dos Pinhais/PR, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado MARCELO VIEIRA LIMA, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ameaçou, por palavras, a vítima E. T. da R., sua esposa, de causar-lhe mal injusto e grave, dizendo 'você vai se foder, vai ver só quando eu sair', infundindo nela fundado temor de que as ameaças viessem a se concretizar. FATO III - Nas mesmas circunstâncias de data, horário e local descritos acima, o denunciado MARCELO VIEIRA LIMA, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, desacatou os policiais militares Luiz Fernando Cruz e Alexandre Emílio Santana Lorenzon, que realizavam a prisão em flagrante do denunciado, dizendo 'vocês vão ver, vou pegar um por um, vou pegar a família de vocês; bando de filhos da puta, policiais de merda, salário de merda, cuzões do caralho'. FATO IV - No dia 16 de outubro de 2023, por volta de 02 horas, no interior da Delegacia da Mulher, nesta comarca de São José dos Pinhais/PR, o denunciado MARCELO VIEIRA LIMA, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, desacatou o investigador Rohanito Navarro de Goes, que estava no exercício de suas funções, conduzindo o denunciado ao setor de carceragem, dizendo 'vou matar você também policial de merda'**". Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, ____, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, que digitei e subscrevi.

JAIRO QUERO

Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO EDSON MITSUYOSHI SATO, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Ação Penal - Procedimento Sumário nº. 0000037-76.2023.8.16.0203

A Dra. Júlia Barreto Campelo, MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível citar pessoalmente **EDSON MITSUYOSHI SATO, RG 59565206 SSP/PR, CPF 004.266.179-08, filho de Fikaru Sato e Edith Hissako Sato, nascido em 29/03/1977 em Curitiba/PR, residente na época dos fatos na Rua Veríssimo Marques, 500, Centro, em São José dos Pinhais/PR,** denunciado como incurso nas sanções do **artigo 129, § 13, do Código Penal, por**

duas vezes, c/c a Lei nº 11.340/2006, pelo que, através do presente, é procedida a sua **CITAÇÃO,** informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta Secretaria, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, CPP), responder por escrito e através de advogado à acusação que lhe é imputada, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP), ficando ciente de que, não constituindo advogado e não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tanto, ficando pelo presente citado(a) para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência, ou dela se ausentar por mais de 8 (oito) dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado(a). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Extrato da denúncia: "**FATO I - No dia 10 de janeiro de 2023, por volta das 09h, no interior da residência localizada na Rua Osvaldo da Silva Bassu, 1505, Afonso Pena, em São José dos Pinhais/PR, o denunciado EDSON MITSUYOSHI SATO, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade física da vítima B. T., sua ex-companheira, desferindo-lhe socos e chutes contra os braços da ofendida, acarretando as lesões constatadas registros fotográficos juntados em mov. 1.14 a 1.16. FATO II - No dia 11 de janeiro de 2023, por volta das 09h, no interior da residência localizada na Rua Osvaldo da Silva Bassu, 1505, Afonso Pena, em São José dos Pinhais/PR, o denunciado EDSON MITSUYOSHI SATO, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade física da vítima B. T., sua ex-companheira, com esganaduras e desferindo-lhe socos, acarretando as lesões constatadas registros fotográficos juntados em mov. 1.11 a 1.13. Nota-se que das lesões praticadas contra a ofendida, constatou a presença de 'Equimoses Violáceas, importando: a) Três em antebraço direito, a maior com 4 x 4 cm b) Três em antebraço esquerdo, a maior com 4 x 3 cm; Escoriações, importando: a) Uma de 1/2 cm no dorso da mão direita b) Uma de 1/2 cm na palma da mão esquerda', cf. Laudo de Lesões Corporais, nº 4.419/2023-IML juntado em mov. 32.1. Vale esclarecer que o crime foi cometido no âmbito da relação íntima de afeto havida entre o denunciado e a vítima, os quais foram companheiros por quatro anos (art. 5º, III, Lei nº 11.340/2006)**". Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, ____, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, que digitei e subscrevi.
JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua Visconde do Rio Branco, 2788 - 1º andar - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-420 - Fone: (41) 3263-6404 - E-mail: sjp-12vj-s@tjpr.jus.br

Processo:	0003058-60.2023.8.16.0203
Classe Processual:	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Assunto Principal:	Ameaça
Data da Infração:	12/12/2023
Noticiante(s):	• M. A. R.
Noticiado(s):	• VANDERLEI MOTTA

EDITAL DE CITAÇÃO DE DECISÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NOTICIADO: VANDERLEI MOTTA

A Doutora Júlia Barreto Campelo, MM Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais, no uso de suas atribuições legais etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, extraído dos autos de Medida Protetiva nº **0003058-60.2023.8.16.0203**, que não tendo sido possível citar pessoalmente o noticiado **VANDERLEI MOTTA**, RG nº 58154520/PR, nascido aos 08/06/1971 em Curitiba/PR, filho de Ana da Silva Motta, atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente fica intimado da decisão proferida pelo Juízo, conforme resumo que segue em frente: "**Assim sendo, defiro o pedido, aplicando a seguintes medidas protetivas contra o requerido: - A proibição de aproximar-se da vítima e testemunhas, de sua residência, fixando 300 (trezentos) metros como limite mínimo de distância; - A proibição de tentar manter contato com a vítima e testemunhas, por qualquer meio de comunicação; - Proibição de frequência à residência da vítima, mesmo nos horários em que ela não se encontre; - A participação do suposto agressor no programa de conscientização sobre a violência contra a mulher desenvolvido pelo Poder Judiciário em conjunto com a Prefeitura Municipal, Defensoria Pública e Conselho da Comunidade Local. Fixo o prazo de 01 (um) ano para validade das medidas protetivas**". Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, o digitei e subscrevi.
JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO ANDRÉ LUIZ CRUZ DA SILVA, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Ação Penal - Procedimento Sumário nº. 0001521-63.2022.8.16.0203

A Dra. Júlia Barreto Campelo, MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível citar pessoalmente **ANDRÉ LUIZ CRUZ DA SILVA, RG 2234392/AM, CPF 968.907.462-87, filho de Aurilene Cruz da Silva, nascido em 11/03/1987 em Itacoatiara/AM, residente na época dos fatos na Rua Virgílio Palu, 41, bloco 9, apto 13, São José dos Pinhais/PR,** denunciado como incurso nas sanções do **artigo 21, da Lei das Contravenções Penais**, pelo que, através do presente, é procedida a sua **CITAÇÃO,** informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta Secretaria, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, CPP), responder por escrito e através de advogado à acusação que lhe é imputada, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP), ficando ciente de que, não constituindo advogado e não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tanto, ficando pelo presente citado(a) para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência, ou dela se ausentar por mais de 8 (oito) dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado(a). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Extrato da denúncia: "**No dia 05 de julho de 2023, por volta de 00 hora, na residência localizada na Rua Maria Paulina Pereira, 50, bloco 01, apto 21, Ouro Fino, São José dos Pinhais/PR, comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado ANDRÉ LUIZ CRUZ DA SILVA, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou vias de fato contra a vítima N. T. dos S., sua companheira, desferindo-lhe socos no rosto, batendo a cabeça dela contra a parede e esganando-a, sem, com isso, causar-lhe lesões corporais. O delito foi praticado no âmbito da relação íntima de afeto entre a vítima e o denunciado, que mantiveram relacionamento amoroso por 1 ano (art. 5º, III, da Lei 11.340/06)**". Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro . Eu, ____, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, que digitei e subscrevi.
JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): maria leoni dos anjos bringhenti
PRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos em epígrafe, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) maria leoni dos anjos bringhenti INTIMADA(S)acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 97,86 (Noventa e sete reais e oitenta e seis centavos) DATA BASE 20/03/2024. CONTA 1638516-7 AGÊNCIA 0406

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

Síderlei Ostrufka Cordeiro. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Adrian Alexsandro Dombrosky
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos em epígrafe, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) Adrian Alexsandro Dombrosky INTIMADA(S)acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 94,11 (Noventa e quatro reais e onze centavos) DATA BASE 20/03/2024. CONTA 1654854-6 AGÊNCIA 0406
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Síderlei Ostrufka Cordeiro. Juiz de Direito.

VARA DESCENTRALIZADA DO AFONSO PENA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LUCINEI TEIXEIRA GUIMARÃES
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito ***Gustavo Tinôco de Almeida***, da Vara Descentralizada do Afonso Pena - São José dos Pinhais - Vara de Família e Sucessões, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 156 - Cumprimento de sentença sob nº 0008810-47.2014.8.16.0035, em que é(são) requerente(s) FERNANDA RODRIGUES SIERRA, D. R. G. , e requerido(s) LUCINEI TEIXEIRA GUIMARÃES e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ré(s) LUCINEI TEIXEIRA GUIMARÃES , portadora(s) do CPF nº 072.673.159-50**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, impugnar a penhora realizada no FGTS, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "*Desta forma, conquanto a intimação pessoal prefira à ficta, viável se torna que esta, quanto à penhora do saldo do FGTS, ocorra por meio de edital, aplicando ao caso o disposto no §2° do art. 841 c/c §2° do art. 275 ambos do Código de Processo Civil*". Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Gláucia Binder, Supervisora de Secretaria, conferi e digitei.

São José dos Pinhais, 11 de abril de 2024.
Gustavo Tinôco de Almeida
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Ré(u): **ELIAS ENOCK DOS SANTOS**
Ação Penal de Competência do Júri n.º **0000212-68.2024.8.16.0160**
Prazo de **15 (quinze) dias**
*A Doutora **Vanyelza Mesquita Bueno**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal (Vara Plenário do Tribunal do Júri) do Foro Regional de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...*
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, o/a ré(u) **ELIAS ENOCK DOS SANTOS, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG. nº 5.797.841-4/PR, nascido(a) aos 11/03/1968, natural de Terra Roxa/PR, filho(a) de Dolores Maria dos Santos e Andrelino Inacio dos Santos**, pelo presente INTIMÁ-LO(A) a comparecer à sessão de julgamento ora designada para o dia 05 de junho de 2024, às 09:00 horas, no Tribunal do Júri do Foro Regional de Sarandi, com sede na Av. Maringá, 2033 - Jd. Nova Aliança, nesta cidade de Sarandi, Estado do Paraná, no Edifício do Fórum, ficando ciente de que ausência ao ato implicará em sua revelia. E, como não tenha sido possível intimá-lo(a) pessoalmente para o ato, pelo presente EDITAL fica intimado(a). Para conhecimento de todos, é passado o presente Edital, cuja 1ª via ficará no local de costume. DADO e passado nesta cidade de Sarandi, Estado do Paraná, aos 10 de abril de 2024.
WILSON EBSEN - Técnico Judiciário
autorizado pela MM. Juíza - Port. 01/2021

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA
A Dra. **KETBI ASTIR JOSE,** MMa. Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processaram-se os autos de Curatela autos nº 0009751-92.2023.8.16.0160 **(Vara Cível de Sarandi-PR),** em que é requerente FRANCIELLE GONÇALVES ANJOS, sendo declarada por sentença a Curatela de **NATHALIA DANIELLE GONÇALVES ANJOS,** brasileira, nascida aos 13/04/2005, filha de Wesley Pessoa Anjos e Francielle Gonçalves Anjos, portadora do RG nº 13.368.466-2, inscrita no CPF nº 070.134.469-55, portadora de **retardo mental grave (CID 10 F72) e convulsões (CID 10 R56)**, sendo-lhe nomeada CURADORA a Sr. **FRANCIELLE GONÇALVES ANJOS**, brasileira, nascida aos 21/04/1987, filha de Cícero de Souza e Sonia Maria Gonçalves de Souza, portadora do RG nº 10547932-8 SESP/PR, inscrita no CPF nº 057.806.039-60, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Sarandi, Estado do Paraná, tendo a curatela a finalidade de representar o curatelado para os seguintes atos de sua vida civil, **realizar atos que importem disposição de bens/ direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos art. 1748, IV e 1749, I cc1774, CC); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancárias e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representar perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde, por tempo indeterminado.**
O presente edital foi assinado fisicamente pela Juíza de Direito, Dra. Elaine Cristina Siroti (seq.1.12) e será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora. **JUSTIÇA GRATUITA.**
Dado e passado nesta cidade da Sarandi, data da assinatura digital
SEBASTIANA DA GLÓRIA XAVIER
Escrivã Interina

TERRA BOA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

Edital de CITAÇÃO do Executado: VAGNER JULHO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado.
Prazo 30 dias.

O Doutor RODRIGO DO AMARAL BARBOZA - MM. Juiz de Direito da Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, na forma da lei etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o Executado: : VAGNER JULHO; que por este Juízo e Secretaria da Fazenda Pública, se processam os termos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL n.º: 0002268-27.2022.8.16.0166, em que consta como Exequente MUNICIPIO DE TERRA BOA/PR., e Executado: VAGNER JULHO que se encontra em local incerto e não sabido, ficando pelo presente Edital devidamente CITADO dos termos da ação em epígrafe, a saber: "FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público, interno inscrita no CNPJ 75.793.786/0001-40, estabelecida à Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, 240, nesta cidade e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, por seu (sua) representante legal, vem, respeitosamente Douta presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980, propor a presente EXECUÇÃO FISCAL, representada pela CERTIDÃO DE DIVIDA 52/2022, anexa à presente e que desta faz parte integrante, no total de: R$ 654,92 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos). Ex positis, requer digne-se Vossa Excelência, em ordenar a citação do (a) devedor (a), ou quem de direito para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o débito apontado na Certidão, atualizado monetariamente, com os acréscimos legais, honorários advocatícios, custas processuais, ou garantir a execução na forma do disposto no artigo 9º, da Lei 6.830/1980, sob pena de serem penhorados tantos bens quanto forem necessários, para integral satisfação do débito ajuizado".
CUMPRA-SE na forma da lei.
DADA E PASSADO nesta cidade e comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, aos 25/03/2024 (vinte e cinco de março de 2024). Eu, Nelinha de Alcântara Neri, Técnica Judiciária, que o digitei e o subscrevi.
Assinado digitalmente
RODRIGO DO AMARAL BARBOZA
Juiz de Direito

TERRA RICA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): MARCOS FRANÇA MORAIS
PRAZO DE 30 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Henrique Trompczynski, da Vara Criminal de Terra Rica, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0003087-58.2022.8.16.0167, em que é autorA NOELI DOS SANTOS e noticiado MARCOS FRANÇA MORAIS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCOS FRANÇA MORAIS, portador(a) do RG 133327355 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 25/03/1992, natural de PARAGUAI, filho(a) de ILMA MORAIS e VALMIR FRANÇA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência da prorrogação dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " [1) AFASTAMENTO DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA (O AUTUADO PODERÁ, APENAS, RETIRAR OS SEUS PERTENCES PESSOAIS). 2) PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, DE SEUS FAMILIARES E DAS TESTEMUNHAS, DEVENDO MANTER DISTÂNCIA MINIMA DE 1 (UM) QUARTEIRÃO. 3) CONTATO COM A OFENDIDA, SEUS FAMILIARES E TESTEMUNHAS POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR , Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Terra Rica, 20 de março de 2024.**
Luiz Henrique Trompczynski
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): JOSE CARLOS DA PIEDADE SANTOS
PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Henrique Trompczynski, da Vara Criminal de Terra Rica, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0000476-98.2023.8.16.0167, em que é autora Juliana Garzin Guimarães e noticiado JOSE CARLOS DA PIEDADE SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOSE CARLOS DA PIEDADE SANTOS, portador(a) do RG 153734780 SSP/PR e CPF 069.291.625-31, nascido(a) em 21/12/1992, natural de SALGADO/SE, filho(a) de JOANA MARIA DA PIEDADE SANTOS e JOSE ALBINO DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência da prorrogação dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " i) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, com fixação do limite mínimo de distância de 200 metros. ii) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR , Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Terra Rica, 20 de março de 2024.**
Luiz Henrique Trompczynski
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): NATANAEL MIRANDA DOS SANTOS
PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Henrique Trompczynski, da Vara Criminal de Terra Rica, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0000410-84.2024.8.16.0167, em que é autora LUCI MIRANDA DOS SANTOS, e noticiado NATANAEL MIRANDA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido NATANAEL MIRANDA DOS SANTOS, portador(a) do RG 149998128 SSP/PR e CPF 119.624.119-82, nascido(a) em 23/12/2000, natural de ITAUNA DO SUL, filho(a) de LUCI MIRANDA e JOSÉ ADÃO BARBOSA DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: 1) Afastamento dos agressores do lar; 2) Proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares e das testemunhas, com fixação do limite mínimo de distância entre estes e o agressor; e 3) Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR , Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Terra Rica, 20 de março de 2024.**
Luiz Henrique Trompczynski
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

TIBAGI

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 20 dias
O Doutor João Batista Spanier Neto, MM. Juiz de Direito da Comarca de Tibagi, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, sob nº 0001525-08.2022.8.16.0169, em que é autora LEODICEMA DE JESUS DA SILVA e requerido MIZAEL DE JESUS DA SILVA e que por este editalCOMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição do requerido por sentença proferida em 09.02.2024, a qual reconheceu que o interditado é portador de retardo mental grave, o que o impede de administrar seus bens e praticar atos da vida civil. A referida sentença ainda nomeou a autora como curadora do interditado, cuja curatela é por tempo indeterminado. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Glaci Bittencourt de Geus, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Tibagi, 11 de março de 2024.
João Batista Spanier Neto
Juiz de Direito

TOLEDO

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Diomar Eberhart PRAZO DE 25 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Figueiredo Monteiro Neto, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0011416-84.2021.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Diomar Eberhart, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Diomar Eberhart, portador(a) do RG 85000896 SSP/PR e CPF 037.368.269-74, nascido(a) em 27/04/1982, natural de Capanema / Pr, filho(a) de Solange Rodrigues da Silva Eberhart e Nelson Eberhart, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa, (3º fato), oferecida em 22/05/2022 e recebida em 06/02/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Pauliane Galdino Ribeiro, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Toledo, 21 de março de 2024. Figueiredo Monteiro Neto Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MOISES CARNEIRO SAMPAIO PRAZO DE 25 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Figueiredo Monteiro Neto, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0011750-21.2021.8.16.0170, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu MOISES CARNEIRO SAMPAIO, e vítima O. D. M., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MOISES CARNEIRO SAMPAIO, portador(a) do RG 21415545 SSP/PR e CPF 300.269.469-04, nascido(a) em 22/03/1948, natural de ESTADO DO CEARA/CE, filho(a) de SEVERINA FERREIRA LIMA e ANTONIO CARNEIRO SAMPAIO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que, houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses a 2 anos, c/ c o art. 5, inc. I e III, e art. 7, inc. I, ambos da Lei 11.340, por 2x,na forma do art. 69 CP. oferecida em 22/05/2022 e recebida em 18/06/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia:"1.º Fato:" No dia 09 de novembro de 2021, por volta das 17h, no interior da residência localizada na Chácara Moura, ao lado do n.º 999, Linha Florida, bairro Vila Nova, neste Município e Comarca de Toledo/PR, o ora denunciado MOISES CARNEIRO SAMPAIO, com vontade e consciência, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, descumpriu decisão judicial proferida nos autos nº 0010929-17.2021.8.16.0170, por meio da qual o MM. Juízo da 1.ª Vara Criminal de Toledo/PR, em 20/10/2021, deferiu medidas protetivas de urgência previstas no artigo 22, inciso III, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 11.340/2006, consistentes em proibição de aproximação e contato com a ofendida O. D. M. e seus familiares, estabelecendo um limite mínimo de 300 (trezentos) metros, além do afastamento de sua residência pelo prazo de três meses (por distar apenas 15 metros da residência da ofendida), eis que pernoitou no imóvel em que anteriormente estabelecia morada, tudo em conformidade com o Auto de Prisão em Flagrante de mov. 1.2, com o Boletim de Ocorrência de mov. 1.9, Cópia do Mandado de Medidas Protetivas e Comprovante de Intimação de mov. 1.10. Destaque-se que o acusado foi devidamente notificado acerca das medidas protetivas de urgência em 05/11/2021, conforme comprovante de intimação de mov. 1.10, fl. 05. 2.º Fato: "No dia 10 de novembro de 2021, por volta das 8h10min, na área externa da residência localizada na Chácara Moura, n.º 999, Linha Florida, bairro Vila Nova, neste Município e Comarca de Toledo/PR, o ora denunciado MOISES CARNEIRO SAMPAIO, com vontade e consciência, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, descumpriu decisão judicial proferida nos autos nº 0010929-17.2021.8.16.0170, por meio da qual o MM. Juízo da 1.ª Vara Criminal de Toledo/PR, em 20/10/2021, deferiu medidas protetivas de urgência previstas no artigo 22, inciso III, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 11.340/2006, consistentes em proibição de aproximação e contato com a ofendida O. D. M. e seus familiares, estabelecendo um limite mínimo de 300 (trezentos) metros, além do afastamento de sua residência pelo prazo de três meses (por distar apenas 15 metros da residência da ofendida), o que fez no exato momento em que levou um profissional de agrimensura para, juntos, fazerem a medição do terreno da vítima, imóvel objeto de partilha, tudo em conformidade com o Auto de 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Toledo/PR Prisão em Flagrante de mov. 1.2, com o Boletim de Ocorrência de mov. 1.9, Cópia do Mandado de Medidas Protetivas e Comprovante de Intimação de mov. 1.10. Destaque-se que o acusado foi devidamente notificado acerca das medidas protetivas de urgência em 05/11/2021, conforme comprovantede intimação de mov. 1.10, fl. 05."; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Pauliane Galdino Ribeiro, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Toledo, 21 de março de 2024. Figueiredo Monteiro Neto Juiz de Direito

---

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOBERTI FERNANDO RODRIGUES
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Figueiredo Monteiro Neto, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos sob nº 0003352-22.2020.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e réu(s) JOACIR ANTUNES VIEIRA e JOBERTI FERNANDO RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) ré **JOBERTI FERNANDO RODRIGUES, portador(a) do RG 127783632 SSP/PR e CPF 094.363.689-25, nascido(a) em 05/03/1994, natural de TOLEDO/PR, filho(a) de SILVIA LEMOS RODRIGUES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, GISLAINE MARIA DA SILVA, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Toledo, 10 de abril de 2024.
Figueiredo Monteiro Neto
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Leilão Exclusivamente Eletrônico
(www.kronbergleiloes.com.br)

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA-PARANÁ, DR. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR nomeando o leiloeiro público **HELCIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO,** os bens/ lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site *www.kronbergleiloes.com.br*. **DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 09/05/2024 Segundo Leilão: 20/05/2024, ambos com início às 12 horas*, e termino às 16 horas (horário de Brasília).*** **VENDA DIRETA:** Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 *(sessenta)* dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%. LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação*.* Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação *(art. 891, §único do CPC).* **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante *(à vista ou parcelado).* **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. ***a)*** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida *(art. 903, §1º, III do CPC),* sendo o lote novamente levado à leilão *(do qual o arrematante ficará impedido de participar),* ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25%do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. ***b)*** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial*,* o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: ***a)*** **30 parcelas na arrematação de bens imóveis**. ***b)*** **12 *(doze)* parcelas na arrematação de bens móveis**, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 *(trinta)*dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente *(pro-rata die)*, pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 *(cinco)* dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas *(considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida)*, podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante *(podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado),* incidindo, sobre o valor devido *(soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas)*, multa de 10% *(dez por cento),*sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s),** ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado *(taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros)*. **Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel** *(quando previsto neste edital)*, poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem. **ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro *(no site www.kronbergleiloes.com.br),* devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente *(e cônjuge, se houver)*; bem/ lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem),* até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos *(independente de exibir ou não o preço).* Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 *(três)*dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença *(se houver).* Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida *(no todo ou em parte),* o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas *propter rem***. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes

que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO *ON LINE***: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico *(www.kronbergleiloes.com.br).* Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do *site www.kronbergleiloes.com.br*. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site *www.kronbergleiloes.com.br*. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no *site* do leiloeiro**. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC).* Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus,*não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia *(inclusive de funcionamento).* Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 *(dez)* dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento**. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site *www.kronbergleiloes.com.br.* **Visitação do*(s)* bem*(ens)* mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do*(s)* bem*(ens)* estar*(em)* sob a guarda ou posse do leiloeiro**. **Não será permitida visita sem agendamento prévio**. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 *(cinco)* dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br),* sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados *art. 889, § único do CPC)*, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR, CIBELE MARTINEZ SOARES DE LIMA, AAVA LOTEADORA LTDA, YURI MARCOS DOS SANTOS SILVA, LUANA DE FATIMA DOS SANTOS.

EXECUÇÃO FISCAL - 0007112-38.2018.8.16.0173 REQUERENTE: MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR **REQUERIDO:** AAVA LOTEADORA LTDA. **BEM *(LOTE ÚNICO)*** TERRENO URBANO - LOTE Nº11, DA QUADRA 23 COM ÁREA TOTAL DE 360 M², LOCALIZADO NA RUA ANA ROSA NUNES DA SILVA, S/N, PARQUE FIRENZE, UMUARAMA/PR. SEM BENFEITORIAS. COM AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NA MATRÍCULA SOB O Nº 26.927 DO 02º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE UMUARAMA/PR. **EM CUMPRIMENTO A PORTARIA DO JUÍZO DA 01ª VARA DE UMUARAMA (12/2024), OS VALORES DA DÍVIDA E AVALIAÇÃO, SERÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADOS PELO INPC NA DATA DA REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO LEILÃO RECURSOS PENDENTES:** NÃO HÁ., **ÔNUS:** HÁ DÉBITOS DE IPTU. **VALOR DA DÍVIDA R$ 6.116,89** EM 19 DE MARÇO DE 2024, **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 130.000,00** EM 06 DE FEVEREIRO DE 2023. **VALOR DO BEM EM SEGUNDO LEILÃO:** R$ 65.000,00.
Umuarama, 10 de abril de 2024.
PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR
Juiz de direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO Réu: ADRIANA APARECIDA BRITES Processo nº 0005291-67.2016.8.16.0173 Prazo de 15 (quinze) dias O DOUTOR ADRIANO CEZAR MOREIRA, JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não tendo sido possível intimar pessoalmente, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, o réu ADRIANA APARECIDA BRITES , portador do RG nº 129961376 SSP/PR, Nome da Mãe: INES VESSOLI BRITES Nome do Pai: GILBERTO DE BRITES, nascido em 30/04/1994, natural de UMUARAMA/PR, fica INTIMADO(A) para, no prazo de 15 (quinze) dias (que começará a ser contado após o término do prazo do edital), efetuar o pagamento da pena de multa e/ou das custas processuais, referentes ao processo acima mencionado (multa: 640,41 R$; custas:165,18), ficando ciente de que o não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial que será encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa, na forma prevista no Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12, da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competentes; e b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR). Caso as guias expedidas estejam com os prazos de vencimentos expirados, assim que o(a) réu(ré) comparecer diante desta Escrivania, serão emitidas guias com vencimentos atualizados, a fim de possibilitar o pagamento. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, 3693, Centro Cívico, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, no Edifício do Fórum.Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 1ª via ficará afixada no local de costume. DADO e passado nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, Estado do Paraná, aos 08 de março de 2024 às 13: 47:39. TAYS RAQUEL DE CASTILHO FELTRIN Analista - Chefe de Secretaria (Autorizada pela Portaria nº 01/2021)

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL, INTIMAÇÃO E ARREMATAÇÃO
O DR. MARCELO PIMENTEL BERTASSO, MM JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DESTA COMARCA.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que será levado à arrematação o bem penhorado da parte executada, a fim de instruir os autos **nº 0012632-13.2017.8.16.0173** de **Execução Fiscal**, que **Município de Umuarama/PR** move contra **Incorporadora Caiuá Ltda**(CNPJ nº 00.888.314/0001-72),na forma abaixo:
Venda em 1º LEILÃO JUDICIAL: **dia 09 de maio de 2024 às 08 horas e 55 minutos,** na modalidade "***on-line***" pelo portal - **www.kronbergleiloes.com.br .**
Venda em 2º LEILÃO JUDICIAL: **dia 20 de maio de 2024 às 08 horas e 55 minutos,** na modalidade "***on-line***" pelo portal - **www.kronbergleiloes.com.br.**
CONSIGNANDO A POSSIBILIDADE DE ARREMATAÇÃO, EM QUALQUER DOS LEILOES OBSERVANDO O PREÇO MÍNIMO DE 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DA AVALIAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 109/2023.
Caso não haja expediente forense nos dias acima, o ato será realizado no dia útil imediato, nas mesmas condições.
Local dos Leilões Judiciais: na modalidade "***on-line***" (mediante cadastro prévio), no site do leiloeiro: **www.kronbergleiloes.com.br**
Descrição do Bem: "Imóvel Urbano - Lote de Terras nº. 15, da Quadra nº. 14, do loteamento denominado Parque Caiuá, situado na cidade de Umuarama/PR, com área de 291,00 m2. Com as demais características constantes na matrícula sob

o nº 49.164 do 01º Registro de Imóveis de Umuarama.Imóvel localizado na Rua Mogi das Cruzes, 2099, Umuarama/PR. Sobre o lote está edificado uma residência em alvenaria, com uma área de aproximadamente 80,00 m2, em regular estado de conservação."
Avaliação do Bem: R$ 150.000,00 (*cento e cinquenta mil reais)* - avaliado em 15/09/2023 ***(mov. 150.1)***.
Ônus e Recursos Pendentes: R-2 Penhora dos presentes autos; R-3: Penhora - autos sob o nº 0008225-22.2021.8.16.0173 em trâmite na 03ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama.
Valor da Dívida: R$ 2.705,49 *(dois mil, setecentos e cinco reais e quarenta e nove centavos)* - ***(mov. 163)***.
INTIMAÇÃO: Caso os executados e seus cônjuges não sejam encontrados, ficam desde já intimados através do presente edital, bem como ficam intimados os terceiros interessados, de que poderão até a data da hasta pública, oferecer proposta escrita nos autos (independentemente de estar representado por advogado), art. 895 do CPC)**. Nomeado leiloeiro o Sr. Helcio Kronberg, leiloeiro oficial, o qual perceberá a seguinte remuneração: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, pagos pelo exequente.**
Art. 895: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 3º (VETADO). § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mando expedir o presente que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, no site do leiloeiro (**www.kronbergleiloes.com.br**) e afixado na forma da Lei. Umuarama, *data da assinatura digital*.
(Assinado Digitalmente)
Marcelo Pimentel Bertasso
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL, INTIMAÇÃO E ARREMATAÇÃO
A DRA SANDRA LUSTOSA FRANCO, MMª JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DESTA COMARCA.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que será levado à arrematação o bem penhorado da parte executada, a fim de instruir os autos **nº 0008750-67.2022.8.16.0173** de **Execução de Título Extrajudicial**, que **Glass Point Importações e Exportação Ltda** move contra **Gustavo Henrique Biaca**(CPF nº 005.419.259-54).
Venda em 1º LEILÃO JUDICIAL: **dia 09 de maio de 2024 às 12 horas e 25 minutos,** na modalidade "***on-line***" pelo portal - **www.kronbergleiloes.com.br .**
Venda em 2º LEILÃO JUDICIAL: **dia 20 de maio de 2024 às 12 horas e 25 minutos,** na modalidade "***on-line***" pelo portal - **www.kronbergleiloes.com.br.**
CONSIGNANDO A POSSIBILIDADE DE ARREMATAÇÃO, EM QUALQUER DOS LEILOES OBSERVANDO O PREÇO MÍNIMO DE 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DA AVALIAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 109/2023.
Caso não haja expediente forense nos dias acima, o ato será realizado no dia útil imediato, nas mesmas condições.
Local dos Leilões Judiciais: na modalidade "***on-line***" (mediante cadastro prévio), no site do leiloeiro: **www.kronbergleiloes.com.br.**
Descrição do Bem: "GM/Astra Sedan CD, cinza, ano de fabricação/modelo 2004, placa ALN-9C07, chassi 9BGTT69B04B164920, Renavam 821904515, em regular estado de conservação. O bem, está em posse do executado na Rua Martinho Pedrangelo, 1429, Jardim Imperial I, 87.505-501, Umuarama/PR"
Avaliação do Bem: R$ 18.000,00 (*dezoito mil reais)* - avaliado 02/11/2023 ***(mov. 72.1)***.
Ônus e Recursos Pendentes: Há Débitos junto ao Detran
Valor da Dívida: R$ 63.526,32 *(sessenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)* - ***(mov. 83)***.
INTIMAÇÃO: Caso os executados e seus cônjuges não sejam encontrados, ficam desde já intimados através do presente edital, bem como ficam intimados os terceiros interessados, de que poderão até a data da hasta pública, oferecer proposta escrita nos autos (independentemente de estar representado por advogado), art. 895 do CPC)**. Nomeado leiloeiro o Sr. Helcio Kronberg, leiloeiro oficial, o qual perceberá a seguinte remuneração: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, pagos pelo exequente.**
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mando expedir o presente que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, no site do leiloeiro (**www.kronbergleiloes.com.br**) e afixado na forma da Lei. Umuarama, *data da assinatura digital*.
(Assinado Digitalmente)
Sandra Lustosa Franco
Juíza de Direito

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL, INTIMAÇÃO E ARREMATAÇÃO
O DR. MARCELO PIMENTEL BERTASSO, MM JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DESTA COMARCA.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que será levado à arrematação o bem penhorado da parte executada, a fim de instruir os autos **nº 0000653-25.2015.8.16.0173** de **Execução Fiscal**, que **Município de Umuarama/PR** move contra **Estudo Empreendimentos Imobiliários**(CNPJ nº 77.647.121/0001-54),na forma abaixo:
Venda em 1º LEILÃO JUDICIAL: **dia 09 de maio de 2024 às 08 horas e 50 minutos,** na modalidade "***on-line***" pelo portal - **www.kronbergleiloes.com.br .**
Venda em 2º LEILÃO JUDICIAL: **dia 20 de maio de 2024 às 08 horas e 50 minutos,** na modalidade "***on-line***" pelo portal - **www.kronbergleiloes.com.br.**
CONSIGNANDO A POSSIBILIDADE DE ARREMATAÇÃO, EM QUALQUER DOS LEILOES OBSERVANDO O PREÇO MÍNIMO DE 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DA AVALIAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 109/2023.
Caso não haja expediente forense nos dias acima, o ato será realizado no dia útil imediato, nas mesmas condições.
Local dos Leilões Judiciais: na modalidade "***on-line***" (mediante cadastro prévio), no site do leiloeiro: **www.kronbergleiloes.com.br.**
Descrição do Bem: "Terreno localizado na Avenida dos Girassóis, 4579, Parque das Jaboticabeiras, Umuarama - Lote Urbano nº. 36, da Quadra 04, do loteamento denominado Parque das Jaboticabeiras, Umuarama/PR, com área de 300 m², com as demais características constantes na matrícula sob o nº 53.498 do 01º Ofício de Registro de Imóveis de Umuarama (registro anterior 33.208)"
Avaliação do Bem: R$ 45.000,00 (*quarenta e cinco mil reais)* - avaliado em 07/08/2023 ***(mov. 106.2)***.
Ônus e Recursos Pendentes: R-1 Penhora dos presentes autos; AV-3: Indisponibilidade - autos sob o nº 0000707-88.2015.8.16.0173 em trâmite na 01ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama; R-4: Penhora - autos sob o nº 0007274-62.2020.8.16.0173 em trâmite na 03ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama.
Valor da Dívida: R$ 8.386,45 *(oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)* - ***(mov. 133)***.
INTIMAÇÃO: Caso os executados e seus cônjuges não sejam encontrados, ficam desde já intimados através do presente edital, bem como ficam intimados os terceiros interessados, de que poderão até a data da hasta pública, oferecer proposta escrita nos autos (independentemente de estar representado por advogado), art. 895 do CPC)**. Nomeado leiloeiro o Sr. Helcio Kronberg, leiloeiro oficial, o qual perceberá a seguinte remuneração: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, pagos pelo exequente.**
Art. 895: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 3º (VETADO). § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mando expedir o presente que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, no site do leiloeiro (**www.kronbergleiloes.com.br**) e afixado na forma da Lei. Umuarama, *data da assinatura digital*.
(Assinado Digitalmente)
Marcelo Pimentel Bertasso
Juiz de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0000253-36.2000.8.16.0173
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE: Antônio de Fátima da Silva
Requerente(s): A.da C. S.
F.C. S.
M. da C.S.
Requerido(s): Antônio de Fátima da Silva
PRAZO DE 20 (vinte) dias
A Doutora **MÁRCIA ANDRADE GOMES**, Mmª Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, e Anexos da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei etc...
Faz Saber a todos quantos o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha em tramite neste Juízo com sede à Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, 3693, os autos sob nº **0000253-36.2000.8.16.0173** de 183 - Cautelar Inominada**,** sendo parte Exequente/ Requerente e parte Executada/Requerida acima descritos. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente **Antônio de Fátima da Silva**, que se encontra em lugar ignorado, a fim de que seja **intimado** sobre o inteiro teor do(a) r. **SENTENÇA**, cuja transcrição segue abaixo, bem como para que em 05(cinco) dias, efetue o pagamento da conta de movimento 300 (sujeita a atualização) no valor de R$ 1.311,29, referente as custas e despesas processuais, sob pena de sujeitar-se a eventual execução.
SENTENÇA:
" Vistos, etc. Considerando o teor da petição acostada ao movimento 287.1, que indica o pagamento dos valores que vinham sendo cobrados nesta Ação de Cautelar Inominada, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Condeno o requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento), sobre o valor do crédito perseguido. Julgo boas as contas prestadas no movimento 287.2/4. P. R. I. Oportunamente, arquive-se. Umuarama, 19 de outubro de 2023. MÁRCIA ANDRADE GOMES Juíza de Direito ".
Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 10 de abril de 2024 às 18:16:47. Eu,_____(Karina Cavalcante Alexandre Bruno), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Márcia Andrade Gomes
Juíza de Direito

UNIÃO DA VITÓRIA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO- 20 DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de vinte (20) dias, dos réus Incertos e eventuais interessados, incertos e desconhecidos, para tomar conhecimento e querendo contestar, no prazo de quinze (15) dias, a ação de Usucapião Especial Coletivo sob nº 0000085-86.2024.8.16.0207, proposta por:
1. ALESSANDRA APARECIDA BARBOSA FERREIRA, CPF nº 040.214.509-71, casada com
ROBERTO CARLOS SOARES FERREIRA, inscrito CPF nº 034.355.109-86.
2. ALESSANDRA STEPHANY PACHECO, inscrito no CPF nº 125.824.219-28, convivente em
união estável com CLEVERSON WILLIAN RIBEIRO, inscrito no CPF nº 296.848.869-26.
3. ALICE MARIA DAS NEVES PEREIRA, inscrita no CPF nº 011.054.869-82.
4. ALZIRA FATIMA DE PAULA, inscrita no CPF nº 661.580.609-68.
5. ANDRESSA KULIBABA PINTO, inscrita no CPF nº 108.538.699-60, convivente com
JONAS FERNANDES NACONESKI, CPF nº 095.962.929-78.
6. CARLOS FREITAS, inscrito no CPF nº 726.208.979-04.
7. CECILIA TERESA PEREIRA, inscrita no CPF nº 883.451.149-20.
8. CRISTIANE APARECIDA VIDAL, inscrita no CPF nº 047.984.989-71, convivente em união
estável com VALMOR JOSÉ DE SOUZA, CPF nº 028.011.659-48.
9. DAIANE APARECIDA SCHWERTZ DA SILVA, inscrita no CPF nº 113.904.219-02, casada com ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA JUNIOR, CPF nº 116.832.309-65.
10. DAIANE FERREIRA MATHIAS DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 072.832.159-99, casada
com MARCELO MATHIAS DOS SANTOS, inscrito no no CPF nº 060.670.669-04.
11. DAVI FERREIRA, inscrito no no CPF nº 905.202.469-34.
12. DEOMARA SANTOS CAVALHEIRO, inscrita no CPF nº 050.519.719-70.
13. ELAINE CRISTIANE SANTOS CAVALHEIRO, inscrita no CPF nº 016.416.849-41,
convivente em união estável com ARILDO BUENO, CPF nº 049.641.889-06.
14. ELILSON VINICIUS MARQUES, inscrito no CPF nº 085.427.209-70.
15. ELMARI MARCONDES GUMIEIRO, inscrita no CPF nº 757.194.879-72, casada com
LAUDEVIR ANTONIO GUMIEIRO, CPF nº 542.968.039-72.
16. EVANIR FABRICIO FERREIRA, inscrita no CPF nº 049.776.179-32.
17. FABIANA APARECIDA RAMOS, inscrita no CPF nº 070.175.199-14.
18. ILSON STAHNIAK, inscrito no CPF nº 046.822.459-96.
19. IRENE DOS SANTOS LIMA, no CPF nº 052.418.749-50.
20. IRENE WIERZBICKI, inscrita no CPF nº 056.210.249-31.
21. IVONE MOTTA, inscrita no CPF nº 804.682.929-34.
22. IVONE VIEIRA, inscrita no CPF nº 058.637.892.22.
23. JAQUELINE DOMINGUES DA SILVA, inscrita no CPF nº 076.252.449-97, casada com
OZEIAS SOARESFRAGOSO, CPF nº 046.415.279-89.
24. JENIFER WOZNEI, inscrita no CPF nº 091.186.479-28.
25. JOÃO MARIA CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 252.719.709-49.
26. JUCELIA CATARINA DALPRA, no CPF nº 052.267.979-07.
27. JULIANE CARLA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 074.009.979-55, casada com WILSON VICENTE PINTO GALM, CPF nº 064.662.629-95.
28. KARIN RAIANE DE BRITO, inscrita no CPF nº 064.932.339-41.
29. KELI APARECIDA STANKE DA MAIA, inscrita no CPF nº 050.999.239-09, casada com
JEAN CARLOS MAFRA, CPF nº 054.669.319-93.
30. LAURIZETE DE PAULA CORDEIRO, inscrita no CPF nº 881.945.749-00.
31. LIDIANE APARECIDA FERREIRA DE SOUZA, inscrita no CPF nº 131.075.879-40.
32. LUCY RODRIGUES, inscrita no CPF nº 799.177.479-15.
33. MARIA CONCEIÇÃO DE PAULA, inscrita no CPF nº 614.978.009-00.
34. MARIA DIAIR RAMOS, inscrita no CPF nº 008.095.889-35, casada com JAMIR DOS
SANTOS, CPF nº 882154669-15.
35. MARIA HORODESKI MARINHO, inscrita no CPF nº 824.544.699-87, casada com HORACIO MARINHO, CPF nº 303.762.629-15.
36. MARIA INES MYCHAYLYK, inscrita no CPF nº 990.401.079-04.
37. MARIZETE FERREIRA, inscrita no CPF nº 079.058.359-36, casada com JOAIR SOARES DE OLIVEIRA, CPF nº 086.323.349-05.
38. MARLENE CORDEIRO PEREIRA, inscrita no CPF nº 047.017.289-42.
39. MARLI DE FATIMA COSTA, inscrita no CPF nº 008.782.769-71.
40. MICHELI APARECIDA DE ALMEIDA, inscrita no CPF nº 064.192.269-88, casada com
ANDERSON LEANDRO VASCO, inscrito CPF nº 054.990.279-19.
41. MIGUEL MIRANDA NETO, inscrito no CPF nº 094.463.449.48.
42. N. A. DOS S., inscrito no CPF nº 087.732.019-52, representado por sua genitora KARINA
RIGOTTI, no CPF nº 079.490.679-69.
43. NEIDE CRISTÓVÃO DOS PASSOS, inscrita no CPF nº 821.024.659-34, casada com
GUILHERME RIBEIRO DOS PASSOS, inscrito no CPF nº 801.111.229-53.
44. NEZA SOARES DE MELLO OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 883.451.819-53.
45. NOELI SALETE PACHECO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 070.319.429-18.
46. OLIVINA CAVALHEIRO, inscrita no CPF nº 063.960.219-35.
47. OSÉLIA DO BELÉM LIMA, inscrita no CPF nº 025.027.299-71.
48. PAULO MARTINS, inscrito no CPF nº 061.652.969.
49. ROSENILDA CORDEIRO DE SOUZA, inscrita no CPF nº 020.040.859-32.
50. SALETE MELO DE ARAUJO, inscrita no CPF nº 052.709.719-50.
51. SALETE RIBEIRO, inscrita no CPF nº 021.826.699-57.
52. SILVANA DE FATIMA EMIDIO VALÉRIO, inscrita no CPF nº 057.023.259-74, convivente em união estável com JESAIAS MELONI VALÉRIO inscrito no CPF nº 030795369-67.
53. SILVANO DE PAULA CASTILHO, inscrito no CPF nº 392.463.029-15,
54. SIMONE PCZYBICZESKI, inscrita no CPF nº 008.295.829-75.
55. SOELI APARECIDA CORREA LEMOS, inscrita no CPF nº 022.648.999-05,
56. SOELI DOS SANTOS DE PAULA, inscrita no CPF nº 538.113.329-34, casada com
QUERINO DE PAULA inscrito no no CPF nº 614.983.359-34,
57. SOFIA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 700.613.789-68,

58. THAIS APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF nº 129.906.079-00, casada com RAFAEL CARDOSO AGUIAR, inscrito noe no CPF nº 088.256.199-52,
59. TEREZINHA BAPTISTA DE FREITA inscrita no CPF nº 050.219.399-98.
60. VERÔNICA ZIELINSKI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 078.645.089-44
E como requerido MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA PR.
Referente a um terreno urbano com a área de 288.692,94 (duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e dois metros e noventa e quatro decímetros quadrados), situado no lugar denominado Encruzilhada, no Distrito de São Cristóvão,
no quatro urbano desta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, com a medidas as confrontações constantes da Matrícula nº 18.542 do 2º ofício de Registro de Imóveis.
ADVERTÊNCIA: não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitoscomo verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 e 346 do CPC). Observação: Os Requerentes são beneficiários da Justiça Gratuita. União da Vitória, (data) Eu Mareli Regina Pedron, digitei e subscrevi.
União da Vitória , 10 de abril de 2024.
assinado digitalmente
Mareli Regina Pedron
Analista Judiciária

XAMBRÊ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LOURDES MONTIEL DA SILVA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Fabio Caldas de Araujo, da Vara da Fazenda Pública de Xambrê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000278-02.2021.8.16.0177, a qual tem por objeto cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Coleta de Lixo, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 2020/17 na data de 15/12/2020, no importe de R$ 1.196,95 na data da propositura da ação, em que é exequente MUNICIPIO DE XAMBRE/ PR, e executado(a)(s) LOURDES MONTIEL DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) LOURDES MONTIEL DA SILVA, portador(a) do CPF 511.348.029- 00, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Juraci Alecrim, Escrivão Designado, conferi e digitei. Xambrê, 07 de março de 2024. Fabio Caldas de Araujo Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIA SILVA VIDOTTI PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Fabio Caldas de Araujo, da Vara da Fazenda Pública de Xambrê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001399-02.2020.8.16.0177, a qual tem por objeto cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Coleta de Lixo , inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 2020/207 na data de 15/12/2020, no importe de R$ 1.081,00 na data da propositura da ação, em que é exequente MUNICIPIO DE XAMBRE/ PR, e executado(a)(s) MARCIA SILVA VIDOTTI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) MARCIA SILVA VIDOTTI, portador(a) do CPF 929.454.309-91, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Juraci Alecrim, Escrivão Designado, conferi e digitei. Xambrê, 07 de março de 2024. Fabio Caldas de Araujo Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOSÉ DONATO LAMAS PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Fabio Caldas de Araujo, da Vara da Fazenda Pública de Xambrê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000283-24.2021.8.16.0177, a qual tem por objeto cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Coleta de Lixo , inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 2020/7 na data de 15/12/2020, no importe de R$ 1.445,99 na data da propositura da ação, em que é exequente MUNICIPIO DE XAMBRE/ PR, e executado(a)(s) JOSÉ DONATO LAMAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) JOSÉ DONATO LAMAS, portador(a) do CPF 023.000.359-10, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Godinho Chaves, Analista Judiciário, conferi e digitei. Xambrê, 07 de março de 2024. Fabio Caldas de Araujo Juiz de Direito

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

PARANAGUÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

SERVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 2152-1812
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** o Sr. **ANTONIO RAMOS**, na qualidade de compromissário comprador, que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **166.875**, tendo como objeto o imóvel transcrito sob o n.º 3.542 livro 3-E à fl. 11 (remanescente do Lote 01, Quadra 31), cuja propriedade tabular pertence a **Genesio Moreschi** com os seguintes elementos:

· REQUERENTE: **GIOVANE DE FREITAS RAMOS**, brasileiro, solteiro, eletricista, inscrito no CPF/MF nº 034.331.899-78, residente e domiciliado na Rua Araguaia, Nº 579, Jardim Guarairuba, CEP: 83.209-300, Paranaguá/PR.

· IMÓVEL OBJETO: Parte do lote 01 da quadra 31 do loteamento Guaratuba. Partindo-se do ponto inicial denominado P-1, localizado na divisa com a Rua Araguaia, onde P-1 tem como coordenadas planas UTM SIGAS 2000: E: 747644.190 N:7172377.316. Do ponto P-1 segue-se por uma distância de 15,10 metros confrontando com Marcio José de Freitas Nascimento, até o encontro com o ponto P-2 com coordenadas planas UTM SIRGAS 200: E:740722.162 N:7172368.677. Segue a partir do ponto P-3 por 15,18 metros confrontando Ligia Silva dos Santos, até encontrar o ponto P-4 com coordenadas planas UTM SIRGAS 2000: E:747631.801 N:7172368.727. Deste segue até o ponto P-1 por uma distância de 9,30 metros confrontando com a Rua Araranguá perfazendo a área total de 142,42m². Inscrição Imobiliária 09.2.21.009.0100.

Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.

Atenciosamente,
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro

PARANAVAÍ

2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial **LUIZ JOSÉ DA COSTA, cônjuge ou herdeiros se falecido for,** que figura como **proprietário tabular de Parte da data nº 14, subdivisão da Chácara nº 39, Jardim São Jorge, Paranavaí, Perímetro Urbano, com a área de 240,00m²**, que corre perante este 2º Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua Pernambuco, nº 752, na cidade de Paranavaí-PR, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse de mais de 30 (trinta) anos, formulado por **TEREZINHA PIRES**, autuado sob o nº **73.811** em **14/06/2023**, tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e caracteriza: *"**Lote nº 10/12/14-P, Jardim São Jorge, Paranavaí-PR, Perímetro Urbano, com a área de 1.129,95m². CONFRONTAÇÕES:** O memorial tem início no ponto 01, com coordenadas geográficas Lat-349335,922 e Long-7444451,334, no vértice formado pela Rua Expedito Cordeiro da Silva e Lote 08; daí segue por linha reta na distância de 36,00 metros, confrontando com o Lote 08, até encontrar o marco 02, com coordenada geográficas Lat-349348,355 e Long-7444495,119, na divisa da Chac, 39-A; daí deflete a direita e segue por linha reta na distância de 29,50 metros, até encontrar o marco 03, com coordenadas geográficas Lat-349377,669 e Long-7444493,307, confrontando com a Chac. 39-A, Rua Viela Vicinal e Chac. 39-Rem; daí deflete as direita e segue por linha reta, com uma distância de 45,00 metros, até encontrar o marco 04, com coordenadas geográficas Lat-349362,222 e Long-7444451,334, confrontando com o Lote 14 e 16; daí deflete as direita e segue por linha reta na distância de 26,30 metros, confrontando com a Rua Expedito Cordeiro da Silva, até encontrar o ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. OBS.: Levantamento conforme dados reais de chão."* Figuram como proprietários anteriores nos registros **LUIZ JOSÉ DA COSTA**. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por duas vezes em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial **FRANCISCO DE SOUZA PINTO e ADELINA BATISTA DE SOUZA PINTO, ou herdeiros se falecido for,** que figuram como ***proprietários confrontantes* do Lote nº 01, Quadra nº 69, Plano de Loteamento do Terreno Ivaí, Tamboara, Perímetro Urbano**, e como ***proprietários tabulares* do Lote nº 02, Quadra nº 69, Plano de Loteamento do Terreno Ivaí, Tamboara, Perímetro Urbano, com a área de 644,00m²,** que corre perante este 2º Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua Pernambuco, nº 752, na cidade de Paranavaí-PR, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse de mais de 30 (trinta) anos, formulado por **BENEDITO FERRO**, autuado sob o nº **75.943** em **17/01/2024**, tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e caracteriza: *"**Lote nº 02, Quadra nº 69, Plano de Loteamento do Terreno Ivaí, Tamboara, Perímetro Urbano, com a área de 644,00m².. CONFRONTAÇÕES:** Pela frente confrontando com a Rua Engenheiro Francisco Beltrão, mede 14,00m (quatorze metros); do lado esquerdo confrontando com o lote nº 01 (um), mede 46,00m (quarenta e seis metros); do lado direito confrontando com o lote nº 03 (três), mede 46,00m (quarenta e seis metros); pelos fundos confrontando com o lote nº 10 (dez), mede 14,00m (quatorze metros)."* Figuram como proprietários anteriores nos registros **FRANCISCO DE SOUZA PINTO e ADELINA BATISTA DE SOUZA PINTO**. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por duas vezes em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial **PEDRO JOSÉ DA SILVA, cônjuge ou herdeiros se falecido for,** que figura como **proprietário tabular de Remanescente do lote nº 14, subdivisão da Chácara nº 39, Jardim São Jorge, Paranavaí, Perímetro Urbano, com a área de 276,00m²**, que corre perante este 2º Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua Pernambuco, nº 752, na cidade de Paranavaí-PR, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse de mais de 30 (trinta) anos, formulado por **TEREZINHA PIRES**, autuado sob o nº **73.811** em **14/06/2023**, tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e caracteriza: *"**Lote nº 10/12/14-P, Jardim São Jorge, Paranavaí-PR, Perímetro Urbano, com a área de 1.129,95m². CONFRONTAÇÕES:** O memorial tem início no ponto 01, com coordenadas geográficas Lat-349335,922 e Long-7444451,334, no vértice formado pela Rua Expedito Cordeiro da Silva e Lote 08; daí segue por linha reta na distância de 36,00 metros, confrontando com o Lote 08, até encontrar o marco 02, com coordenada geográficas Lat-349348,355 e Long-7444495,119, na divisa da Chac, 39-A; daí deflete a direita e segue por linha reta na distância de 29,50 metros, até encontrar o marco 03, com coordenadas geográficas Lat-349377,669 e Long-7444493,307, confrontando com a Chac. 39-A, Rua Viela Vicinal e Chac. 39-Rem; daí deflete as direita e segue por linha reta, com uma distância de 45,00 metros, até encontrar o marco 04, com coordenadas geográficas Lat-349362,222 e Long-7444451,334, confrontando com o Lote 14 e 16; daí deflete as direita e segue por linha reta na distância de 26,30 metros, confrontando com a Rua Expedito Cordeiro da Silva, até encontrar o ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro. OBS.: Levantamento conforme dados reais de chão."* Figuram como proprietários anteriores nos registros **PEDRO JOSÉ DA SILVA**. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por duas vezes em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. PAULO BANHOS DOELL, REGISTRADOR INTERINO
EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, COM PRAZO DE 15 DIAS
FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial a ASSIS CELSO ZANI e IVONETE MARIA DEMENECH ZANI ou sucessores, bem como a seus cônjuges, se casados forem, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Avenida Getúlio Vargas, n. 678, sobreloja - Centro, Piraquara-PR, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse superior a 10 (dez) anos, formulado por MARICLEIA OLIVEIRA DE ALMEIDA, autuado sob o nº de protocolo 144.005 em 02/04/24, tendo por objeto o imóvel designado como lote de terreno urbano 01-R1, da Planta Vera Cruz, zona urbana de Piraquara-PR, com área de 240,00 m². Referido imóvel é objeto, da matrícula nº 13.973, do Serviço de Registro de Imóveis de Piraquara. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Expedido neste Município e Foro Regional de Piraquara, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos onze dias de abril de dois mil e vinte e quatro. Eu, _____(Bel. Paulo Banhos Doell, Registrador Interino, digitei e assino.
O OFICIAL INTERINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PAULO BANHOS DOELL